



Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Departamento de História

## A Ocupação Indonésia e a Resistência Timorense (1975-2002)

Domingos Francisco de Jesus de Sousa

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em História Moderna e Contemporânea

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Julho de 2018

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Departamento de História

## A Ocupação Indonésia e a Resistência Timorense (1975-2002)

Domingos Francisco de Jesus de Sousa

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em História Moderna e Contemporânea

Júri:

Doutora Helena Carreiras, Professora Associada do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Rui Graça Feijó, Investigador Integrado, Instituto História Contemporânea da  
Universidade Nova de Lisboa

Doutor Nuno Canas Mendes, Professor Associado do Instituto Superior de Ciências Sociais e  
Políticas

Doutor Pedro Aires Oliveira, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
da Universidade Nova de Lisboa

Doutor Carlos Coelho Maurício, Professor Auxiliar do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Julho de 2018

## Agradecimentos

Numa página memorável, Fanon<sup>1</sup> falava sobre o “descobrimento da igualdade” como um modo de insurreição anticolonial. Estamos seguros de que será possível demonstrar que o descobrimento da igualdade segue alimentando o novo tempo de movimentos sociais em que se definia como “O Terceiro Mundo: movimento que, ainda que vinculado com as lutas anticoloniais, é capaz de se situar conscientemente mais além do horizonte da derrota histórica sustentada pelos regimes nascidos daquelas lutas”; onde se declarou que a sujeição de povos à subjugação, exploração e domínio estrangeiros constituía uma negação dos direitos humanos fundamentais, contrária à Carta das Nações Unidas e comprometendo a causa da promoção da paz e cooperação mundiais. Todos os povos têm o direito à autodeterminação e, em virtude deste direito, podem determinar livremente o seu estatuto político e prosseguir livremente o seu desenvolvimento económico, social e cultural<sup>2</sup>.

Quando a FRETILIN iniciou a sua política de luta pela independência imediata em Timor-Leste, em 1974, com a sua filosofia de mauberismo<sup>3</sup>, surgiram tensões sociais e políticas no seio da sociedade timorense – uma sociedade que vivia na letargia secular, e considerava este estado como um fatalismo natural, inevitável e inalterável: “nascemos assim, vivemos assim e morremos assim”. Era a aceitação do fatalismo como um destino inalterável. Contudo, em pouco tempo, as tensões entraram em ebulição, quando o “maubere” descobriu o significado da igualdade.

Enfrentamos, hoje, um grande perigo e ele pode aumentar no futuro: a nova geração timorense começa a desconhecer a sua própria história.

É necessário que a história da memória dos acontecimentos que se deram em Timor-Leste não seja esquecida entre os homens com o passar dos tempos, para que os feitos admiráveis dos heróis e os sacrifícios de todo o povo timorense e daqueles que lutaram pela libertação não caiam no esquecimento.

Evitar o esquecimento de factos e feitos, evitar a desvalorização do que é valoroso e glorioso, bem como conhecer as razões dos conflitos, na condução da guerra até à sua total libertação, é uma luta contra a perda da memória. “Nada é durável na modernidade. Aquilo que é

---

<sup>1</sup> Fanon, Frantz (1963), *Los condenados de la tierra*, Estudos Post Coloniales, p. 266.

<sup>2</sup> Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais – Assembleia-Geral das Nações – Resolução 1514 (XV), de 14 de dezembro de 1960.

<sup>3</sup> Era a filosofia concebida por José Ramos-Horta, Mauberismo é uma palavra proveniente do dialeto Mambae, que significa “zé-ninguém”. Maubere era o timorense, pobre, mal nutrido e mal vestido, que andava de pés descalços e com feridas.

recém-criado, imediatamente torna-se envelhecido, cai no esquecimento”<sup>4</sup>, passando a ser característica da modernidade, portanto, uma questão de sobrevivência do homem moderno, num mundo em que há uma perda de memória.

Hoje, mais do que nunca, sente-se que os timorenses devem escrever a sua própria história e falar sobre o seu próprio povo. Chegou o tempo de o timorense conhecer melhor e mais aprofundadamente o seu povo, o seu passado histórico, a sua identidade, a sua personalidade, o seu heroísmo e os seus fracassos, a sua afirmação como povo e como nação e resgatar factos que ficaram esquecidos.

Através das histórias pessoais, devemos conhecer a história da guerrilha<sup>5</sup>, a história da clandestinidade, a história da luta diplomática, a história de mulheres que deram a sua contribuição para a libertação da sua pátria, o envolvimento da Igreja, de padres e de madres, que muito contribuíram para libertar o povo timorense e souberam conservar a sua fé e os princípios da sua vocação.

O projeto da abertura de um Centro de Investigação Histórica, inserido na Universidade Nacional de Timor Loro Sa'e, e o estabelecimento do Arquivo e Museu da Resistência Timorense, fruto de cooperação entre o Governo de Timor e a Fundação Mário Soares, com o objetivo de investigar, resgatar, analisar e promover o conhecimento da História de Timor ao mundo, à sociedade timorense e, especialmente, à geração presente e vindoura foi uma decisão válida, há muito tempo aguardada.

A tese que hoje se apresenta é o clímax de uma longa caminhada, do desejo fomentado ao longo de uma vida, iniciado com as leituras dos livros de Carlos Cal Brandão e dos *Subsídios da História de Timor*,<sup>6</sup> a par das aulas do Padre José Calisto Guterres, em Soibada.

Ao chegar a Timor, no final dos anos 70, vivenciei os acontecimentos que aqui se relatam: surgiram os primeiros conflitos, a guerra alastrou por todo o país e a situação piorou com a invasão indonésia.

Pensei que os acontecimentos experienciados e vividos deveriam ser escritos, sobretudo a tragédia que a ocupação indonésia causou. Comecei os meus escritos com um pequeno diário,

---

<sup>4</sup> Walter Benjamin, *apud* Nunes, José Walter (2005), *Património Subterrâneo de Brasília*, S. Paulo, Anablume, p. 41.

<sup>5</sup> Mao Tsé-Tung sintetizou a tática da guerrilha da seguinte maneira: "quando o inimigo avança, recuamos; quando para, o fustigamos; quando se cansa, o atacamos; quando se retira, o perseguimos". *Obras escolhidas de Mao Tsé-Tung*, Tomo II, pp. 151-153.

<sup>6</sup> Capitão, A. Faria de Morais (1934), *Subsídios para a História de Timor*, Bastorá (Índia Portuguesa), Tipografia Rangel.

“Olobai 75”, no qual é relatado o conflito entre a UDT e a FRETILIN, que acabou por me levar à prisão da FRETILIN.

A nomeação para Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na República Federativa do Brasil em 15 de setembro de 2008 ajudou-me a rentabilizar o tempo, dando-me oportunidade para começar a estudar História na Universidade Nacional de Brasília, como aluno especial, aproveitando o tempo depois do trabalho, primeiro no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação (CEPPAC) – onde tive contacto com o conhecimento sobre História, Cultura e Identidade das Américas e depois na Faculdade de História, na mesma Universidade, onde tive contacto com matérias específicas, como Metodologia de Pesquisa, entre outras.

Devido à falta de tempo para frequentar um curso de doutoramento, com as matérias adquiridas na Universidade de Brasília solicitei a possibilidade de me matricular no Instituto Universitário de Lisboa (IUL), por meio do Professor Doutor António Manuel Monteiro Cardoso, que esteve em Timor a fazer o lançamento do livro *O Diário do Tenente Pires*<sup>7</sup>.

O encontro com o Professor António Cardoso em Timor, no lançamento do seu livro no Arquivo e Museu da Resistência Timorense, foi determinante para a elaboração desta tese. Com a ajuda do Professor António Cardoso, consegui matricular-me oficialmente como estudante de doutoramento na Faculdade de História e, desde Lisboa, foi-me orientando e indicando vários cursos na Universidade Nacional de Brasília (UNB), de modo a preencher os requisitos para a matrícula e dando-me bases para a elaboração da tese, tendo as matérias adquiridas servido para a minha matrícula no ISCTE-IUL.

O encontro com o Professor António Cardoso foi o impulsionador para o início das pesquisas da História de Timor, essencialmente da época pós-Segunda Guerra Mundial. O Professor António Cardoso, a quem agradeço por todo o apoio prestado, é conhecedor da História de Timor e, por isso, o contacto com ele foi muito enriquecedor – em muitos aspetos, ele tinha mais conhecimento sobre Timor do que eu, timorense –, tendo-me encaminhado para o contacto com importantes autores, como, por exemplo, o Professor Moisés da Silva Fernandes, James C. Scott, Eric J. Hobsbawn, Benedict Anderson, e orientando-me no sentido de ter a atitude de um historiador: ser imparcial e neutro perante os factos. As sugestões orientadoras, bem como as questões colocadas, foram fundamentais no desenvolvimento da temática e, sobretudo, ajudaram a aprofundar o meu conhecimento sobre a História de Timor. Infelizmente, o Professor António Cardoso já não se encontra entre nós. Que Deus o receba na sua mansão.

---

<sup>7</sup> Cardoso, António Monteiro (2007), *Timor na II Guerra Mundial, o Diário de Tenente Pires*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa (CEHCP) ISCTE.

Os meus agradecimentos vão também para a Professora Doutora Maria João Vaz, então Diretora do Departamento de História do ISCTE-IUL, que carinhosamente me ajudou na admissão como estudante no Instituto, tendo-me igualmente ajudado a criar um conceito sobre o que significa ser um historiador.

Os meus agradecimentos ao meu amigo do Seminário de Nossa Senhora de Fátima, José Parada, que me pôs em contacto com os antigos combatentes e clandestinos, os quais me deram informações valiosas sobre a luta armada e a clandestinidade.

Agradeço, ainda, a Gilman dos Santos, a primeira pessoa que entrevistei, permitindo, assim, a realização de outras entrevistas que foram compiladas no livro *Vozes da Resistência Timorense*<sup>8</sup>, publicadas pela Thesaurus Editora, em Brasília, do Sr. Victor de Alegria, um português incansável pela causa timorense. O contacto com os guerrilheiros e clandestinos alargaram-me os horizontes sobre a guerra da ocupação indonésia e, sobretudo, sobre o processo da luta armada que se deu até à Restauração da Independência.

Os meus agradecimentos a todos os amigos veteranos que entrevistei, porque eles mudaram a minha percepção sobre a luta da Frente Armada e da Frente Clandestina, os problemas e as dificuldades pelos quais passaram.

Os meus agradecimentos ao Sr. Director do Arquivo e Museu de Resistência Timorense Hamar Antoninho Baptista Alves que me proporcionou oportunidade para a investigação e facilitou as minhas deslocações a Lisboa para reuniões de orientação da Tese. Também gostaria de agradecer ao meu colega do trabalho Sr. Domingos Pinto, de pseudónimo Berliku, que me ajudou atirar várias dúvidas sobre alguns problemas da Resistência Armada como também a outros colegas do mesmo emprego.

Os meus agradecimentos vão também para a Senhora Marina Ribeiro Alkatiri, que me deu informações sobre a Frente Diplomática e que enriqueceu os meus conhecimentos sobre as atividades da Frente Diplomática, ainda não muito conhecidas em Timor pelos timorenses.

Embora a tese já esteja concluída, à medida que me vou embrenhando nos assuntos da Ocupação Indonésia e da luta pela Libertação de Timor-Leste, deparo-me, quase diariamente, com novas informações que, de certo modo, me desafiam e me deixam um sentimento de insatisfação, de que afinal há ainda muita coisa por explorar. Apesar de tudo saio com um pouco de satisfação por adquirir uma certa técnica em escrever, interpretar a história e ter uma visão diferente do que anteriormente possuía. Porém enfrenta-se a realidade de que a “imperfeição” continua a ser parte integrante do nosso conhecimento e o trabalho por uma perfeição deve ser

---

<sup>8</sup> Sousa, Domingos de (2013), *Vozes de Resistência Timorense*, Brasília, Editora Thesaurus.

uma constante para quem pretende ser um pouco mais. Essa é a impressão que se tem ao acabar a tese, consciente de que nunca se pode abordar tudo o que aconteceu durante a resistência. Existem questões cujas respostas outros pesquisadores poderão responder. A tese por aqui fica, mas a pesquisa sobre a resistência timorense continua.

## Resumo

A tese aqui desenvolvida insere-se no campo da História Contemporânea, tomando como objeto de estudo a Invasão Indonésia e a Resistência Timorense, uma temática que ainda se encontra fresca na memória de muita gente, uma vez que remonta a 1975, ou seja, há pouco mais de 40 anos.

O estudo pretende não só explicar o sucesso da luta timorense, apoiada pelos fatores antropológicos, históricos, sociais, políticos, económicos, culturais e religiosos que desempenharam um papel importante na determinação pela independência, mas também explicitar os trilhos por onde a luta pela independência passou, as motivações intrínsecas e extrínsecas, os vários motivos que a influenciaram e a apoiaram na caminhada de Timor para a independência. Além dos fatores acima mencionados, este estudo explica também o desejo pela liberdade do homem timorense, como demonstraram as sublevações contra o colonialismo, onde foi manifestando o seu protonacionalismo embrionário, que se desenvolveu e foi ganhando forma e sentido à medida que os obstáculos lhe surgiram pela frente. Também se verificou que Timor-Leste nunca poderia atingir o seu objetivo e as suas aspirações caso não tivesse o apoio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a solidariedade internacional e também da Igreja Católica.

Esta tese, embora circunscrita ao período entre 1975 e 2002, também teve em consideração os antecedentes que tiveram impacto na decisão final. Como tal, o estudo procura descrever as consequências do 25 de Abril de 1974 e a sua repercussão na História de Timor-Leste, como, por exemplo, a proclamação da liberdade de escolher o futuro do país, a fundação dos partidos políticos, a coligação e a rutura, a guerra civil, a invasão e a retirada para as montanhas, a mudança estratégica da luta, a unidade nacional e o apartidarismo, a formação das bases de apoio, o cerco de aniquilamento, a formação das frentes clandestina, armada e diplomática. Descreve-se também a capacidade de ajustamento com as realidades que a guerra exigiu, como a “indonesiação”, uma guerra que parecia ser apenas timorense, e a sua internacionalização. Destaca-se, ainda, a capacidade, a coragem e a decisão da juventude timorense que, apesar de ser formada nas universidades indonésias, veio a tornar-se o baluarte na luta pela independência contra todas as expectativas.

Falando sobre a guerra, verifica-se que ela foi conduzida pelas ideias que surgiram como diretrizes que orientaram a guerrilha, como foi o caso das teorias de Mao Tsé-Tung.

Neste estudo, tem-se também em conta o papel da Igreja Católica timorense e referem-se também os fatores internos da própria Indonésia que contribuíram para Timor-Leste conseguir a



sua independência, tais como as dinâmicas económicas e a crise económica mundial, os acontecimentos políticos e a queda de Suharto, e o papel da solidariedade internacional.

**Palavras-Chave:** Timor-Leste, autodeterminação, resistência timorense, solidariedade internacional, Invasão Indonésia.

## **Abstract**

This study is related to the field of Modern Contemporaneous History, specifically about the Indonesian Invasion and the East Timor Resistance. This thematic event is still fresh in the memory of many people whose age ranges from forty and above. The study challenges to explain the successful Timorese struggle supported by anthropologic, historic, economic, cultural and religious factors that played a very important role in the determination of the Timorese people for independence. It explains the intrinsic and extrinsic motivations that influenced and supported their plight towards independence. It also explains the earnest motivation of the East Timor people for freedom, as demonstrated by their insurrections against the Portuguese colonialism, and manifested in their history while facing the challenges for an independent state.

This project through mainly covers the events from 1975 to 2002, also considers the antecedents that had a significant impact over the final decision on Timorese's independence from the Indonesian invasion. The study describes the consequences of 25 April 1974, and its effects over the Timorese's modern history like: the proclamation of freedom to choose its own future, the establishment of the political parties, coalition and the rupture, the civil war, invasion, withdrawal to the mountains, the change of the strategic tactics for the struggle, national unity, no partisanship and establishment of the support base, the siege of annihilation/destruction, and the establishment of the armed forces front, the clandestine front and the diplomatic front. It also describes the capacity of the East Timorese fighters to adjust themselves to the reality that the war requires, like Idolization of the war, and its internationalization. It describes too, the capacity, the courage and the struggle of the young Timorese people for freedom against the Indonesian's regime despite their education in Indonesian universities.

It is important to note that the war for independence was conducted with the help of the theories of Mao Tsé-Tung. Remarkable consideration of the role of the Catholic Church in supporting the struggle.

This study also shows internal factors inside Indonesian's society that has significant contribution, in the struggle of the Timorese. Such factors include economic and political crises, the fall of President Suharto and the role of international solidarity.

**Keywords:** East Timor, self determination, timorese resistance, international solidarity, Indonesian Invasion.

## Índice

|   |    |
|---|----|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....  | 1  |
| <b>1.1. APRESENTAÇÃO GERAL DO TEMA</b> .....  | 1  |
| <b>1.2. A PROBLEMÁTICA</b> .....  | 8  |
| <b>1.3. HISTORIOGRAFIA E A RESISTÊNCIA TIMORENSE</b> .....  | 10 |
| <b>1.4. OBJETIVOS</b> .....   | 14 |
| <b>1.5. METODOLOGIA E FONTES</b> .....  | 14 |
| <b>2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....   | 17 |
| <b>2.1. A TEORIA ANTROPOLÓGICA</b> .....  | 17 |
| <b>2.2. A TEORIA DO NACIONALISMO E IDENTIDADE</b> .....   | 18 |
| <b>2.3. A TEORIA DA OPRESSÃO FÍSICA E CULTURAL</b> .....  | 19 |
| <b>2.4. A TEORIA DA REACTÂNCIA PSICOLÓGICA</b> .....  | 22 |
| <b>2.5. A TEORIA DA GUERRA POPULAR</b> .....  | 25 |
| <b>2.6. A TEORIA DA CONVIVÊNCIA E DO CONHECIMENTO DO INIMIGO</b> ..   | 25 |
| <b>2.7. A TEORIA DA GUERRA DA GUERRILHA</b> .....   | 26 |
| <b>2.8. A TEORIA DE APOIO NAS PRÓPRIAS FORÇAS</b> .....   | 27 |
| <b>2.9. A TEORIA DA RESISTÊNCIA PACÍFICA</b> .....  | 28 |
| <b>2.10. A TEORIA DA INDONESIAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA GUERRA</b> .   | 28 |
| <b>3. OS CONTEXTOS</b> .....  | 31 |
| <b>3.1. A POLÍTICA ULTRAMARINA DE PORTUGAL EM RELAÇÃO A TIMOR PORTUGUÊS</b> .....   | 31 |
| <b>3.2. A POLÍTICA DA INDONÉSIA EM RELAÇÃO A TIMOR PORTUGUÊS</b> .....  | 31 |
| <b>3.3. O OBJETIVO PELO CRESCIMENTO ECONÓMICO</b> .....   | 36 |
| <b>3.4. A QUESTÃO DE TIMOR PORTUGUÊS NAS NAÇÕES UNIDAS</b> .....  | 37 |
| <b>3.5. A POLÍTICA <i>ORDE BARU</i> (NOVO REGIME) NA INDONÉSIA EM RELAÇÃO A TIMOR PORTUGUÊS</b> .....                                     | 38 |
| <b>3.6. A RECUSA PORTUGUESA EM PRESTAR APOIO À <i>ORGANIZASI PAPUA MERDEKA</i> (OPM), MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DA PAPUA NOVA GUINÉ</b> .39 |    |
| <b>3.7. O PROCESSO DA INTEGRAÇÃO APOIADO PELAS NAÇÕES OCIDENTAIS E PELOS PAÍSES ASIÁTICOS</b> .....                                       | 41 |
| <b>3.7.1. A POSIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS, DA INGLATERRA E DOS PAÍSES NÃO ALINHADOS</b> .....  | 42 |
| <b>3.7.2. A POSIÇÃO DA AUSTRALIA</b> .....  | 46 |
| <b>3.7.3. A POSIÇÃO DO VATICANO E DA IGREJA CATÓLICA INDONÉSIA</b> .....  | 46 |
| <b>3.7.4. A POSIÇÃO DE PORTUGAL</b> .....   | 47 |

|   |            |
|---|------------|
| <b>4. DO TIMOR COLONIAL AO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO .....</b>   | <b>57</b>  |
| <b>4.1. SITUAÇÃO GERAL NOS ANOS FINAIS DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA...</b>   | <b>57</b>  |
| <b>4.2. A REVOLTA DE VIQUEQUE, UATU-LARI E UATU-CARBAU EM 1959.....</b>   | <b>63</b>  |
| <b>4.2.1. A REVOLTA E A RESPOSTA DO GOVERNO PORTUGUÊS.....</b>  | <b>69</b>  |
| <b>4.2.2. AS CONSEQUÊNCIAS DA REVOLTA.....</b>  | <b>75</b>  |
| <b>4.3. A FUNDAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS: DO DESENTENDIMENTO À GUERRA CIVIL.....</b>   | <b>77</b>  |
| <b>4.3.1. A UNIÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE (UDT).....</b>  | <b>78</b>  |
| <b>4.3.2. ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE (ASDT).....</b>  | <b>81</b>  |
| <b>4.3.3. ASSOCIAÇÃO POPULAR DEMOCRÁTICA TIMORENSE (APODETI).....</b>   | <b>85</b>  |
| <b>4.3.4. <i>KLIBUR OAN TIMUR ASSUWAIN (KOTA)</i> – ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS HERÓICOS TIMORENSES.....</b>                        | <b>88</b>  |
| <b>4.3.5. MOVIMENTO TRABALHISTA DEMOCRÁTICO TIMORENSE.....</b>  | <b>89</b>  |
| <b>4.3.6. ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA PARA A INTEGRAÇÃO DE TIMOR-LESTE NA AUSTRÁLIA (ADILTA).....</b>                              | <b>89</b>  |
| <b>4.4. COLIGAÇÃO E RUPTURA.....</b>  | <b>90</b>  |
| <b>4.5. GOLPE E CONTRA GOLPE.....</b>   | <b>92</b>  |
| <b>5. A INVASÃO E OCUPAÇÃO: AS OPERAÇÕES KOMODO, FLAMBOYAN E SEROJA. A RESPOSTA DAS FALINTIL E OS PRIMEIROS COMBATES.....</b> | <b>97</b>  |
| <b>5.1 – OPERAÇÃO KOMODO.....</b>   | <b>97</b>  |
| <b>5.2. OPERAÇÃO FLAMBOYAN.....</b>   | <b>99</b>  |
| <b>5.3. A INVASÃO INDONÉSIA – OPERAÇÃO SEROJA.....</b>  | <b>102</b> |
| <b>5.4. A FORMAÇÃO DAS BASES DE APOIO.....</b>  | <b>116</b> |
| <b>5.4.1. ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO.....</b>  | <b>118</b> |
| <b>5.4.2. ORGANIZAÇÃO CIVIL E MILITAR PARA ENFRENTAR A LUTA COM A GUERRA DE GUERRILHA.....</b>                                | <b>120</b> |
| <b>5.4.3. ORGANIZAÇÃO AGRÍCOLA.....</b>   | <b>122</b> |
| <b>5.4.4. ORGANIZAÇÃO DA SAÚDE.....</b>   | <b>122</b> |
| <b>5.4.5. ORGANIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....</b>  | <b>123</b> |
| <b>5.4.6. A DISCIPLINA.....</b>   | <b>124</b> |
| <b>5.4.7. FORMAÇÃO POLÍTICA.....</b>  | <b>125</b> |
| <b>5.4.8. DESENTENDIMENTO – CONFRONTAÇÕES E JUSTIÇA POPULAR.....</b>  | <b>126</b> |
| <b>5.4.9. QUEDA E DESTRUIÇÃO DAS BASES DE APOIO.....</b>  | <b>132</b> |

|  |     |
|--|-----|
| 5.4.10. A RENDIÇÃO.....  | 138 |
| 5.4.11. CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO.....  | 142 |
| 5.5. CERCO, ANIQUILAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES.....   | 143 |
| 5.6. LEVANTAMENTOS ARMADOS.....  | 150 |
| 5.6.1. LEVANTAMENTO DE CRARÁS.....   | 154 |
| 5.6.2. OPERASI PERSATUAN – OPERAÇÃO UNIDADE.....   | 155 |
| 5.6.3. OPERASI SAPU BERSIH / OPERAÇÃO LIMPEZA TOTA.....  | 156 |
| 5.6.4. OPERASI SENYUM / OPERAÇÃO SORRISO.....  | 158 |
| 5.7. O REGIME DE OCUPAÇÃO - ESTRUTURA TERRITORIAL DAS FORÇAS ARMADAS INDONÉSIAS.....               | 158 |
| 6. A RESISTÊNCIA À OCUPAÇÃO.....   | 163 |
| 6.1. NOVA ESTRATÉGIA – A GUERRA DA GUERRILHA.....  | 163 |
| 6.2. NOVA FILOSOFIA DA LUTA: A CONVIVÊNCIA COM O INIMIGO.....                                      | 164 |
| 6.3. A ESTRATÉGIA DA RESISTÊNCIA PACÍFICA: TRANSCRIÇÕES PÚBLICAS E OCULTAS.....                    | 168 |
| 6.4 A FORMAÇÃO DO CONSELHO REVOLUCIONÁRIO DA RESISTÊNCIA NACIONAL (CRRN).....                      | 174 |
| 6.5. APARTIDARISMO DAS FALINTIL.....   | 181 |
| 6.5.1. UNIDADE NACIONAL – CONVERGÊNCIA NACIONAL.....   | 182 |
| 6.5.2 FORMAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DA RESISTÊNCIA MAUBERE (CNRM).....                             | 184 |
| 6.6. ABERTURA DA FRENTE CLANDESTINA.....   | 186 |
| 6.7. A DISPUTA DA JUVENTUDE.....   | 195 |
| 7. NACIONALISMO E IDENTIDADE.....  | 205 |
| 8. DO MASSACRE DO CEMITÉRIO DE SANTA CRUZ E VISITA DOS PARLAMENTARES PORTUGUESES AO REFERENDO..... | 215 |
| 8.1. A MISSA DO SÉTIMO DIA E O MASSACRE.....   | 218 |
| 8.2. O RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DE INQUÉRITO.....  | 224 |
| 8.3. AS CONSEQUÊNCIAS DO MASSACRE DE SANTA CRUZ.....   | 224 |
| 8.4. REFERENDO E INDEPENDÊNCIA.....  | 228 |
| 9. OUTRAS LUTAS, OUTROS DESFECHOS.....   | 233 |
| 9.1. MARROCOS E AS REINVIDICAÇÕES ESTRANGEIRAS DO SAARA OCIDENTAL.....                             | 234 |

|   |            |
|---|------------|
| <b>9.2. MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O REFERENDO NO SAARA OCIDENTAL (MINURSO) – CESSAR-FOGO ENTRE MARROCOS E A FRENTE POLISSÁRIO</b> | <b>236</b> |
| <b>9.3. ESPANHA</b>   | <b>237</b> |
| <b>9.4. ARGÉLIA, FRANÇA E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA</b>   | <b>240</b> |
| <b>10. CONCLUSÕES</b>   | <b>243</b> |
| <b>11. CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS</b>  | <b>255</b> |
| <b>12. FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>  | <b>281</b> |
| <b>12.1. FONTES</b>   | <b>281</b> |
| <b>12.1.1. FONTES ORAIS</b>   | <b>281</b> |
| <b>12.1.2. FONTES ESCRITAS</b>  | <b>283</b> |
| <b>12.1.3. OUTRAS FONTES</b>  | <b>284</b> |
| <b>12.2. BIBLIOGRAFIA</b>   | <b>287</b> |
| <b><i>CURRICULUM VITAE</i></b>  | <b>295</b> |

### Índice dos quadros

| N.º dos quadros | Legenda   | Páginas     |
|-----------------|---|-------------|
| 1               | Lista dos desterrados para Angola e Moçambique          | 73, 74 e 75 |
| 2               | Lista dos desterrados para a ilha de Ataúro             | 75          |
| 3               | Estrutura regional da FRETILIN a partir de maio de 1967 | 119         |
| 4               | Estrutura Administrativa da FRETILIN                    | 119 e 120   |
| 5               | Reorganização Nacional em 1981                          | 179         |

### Índice das Imagens

| Imagens | Legenda  | Páginas |
|---------|--|---------|
| 1       | Dialetos e subdialetos de Timor Leste              | 65      |
| 2       | Barçaça Loes                                       | 93      |
| 3       | Texto de Declaração da Independência               | 94      |
| 4       | Foto dos membros do Primeiro Gabinete RDTL         | 94      |
| 5       | Formação do Rajawali Flight, Vôo das Águias        | 105     |
| 6       | Operação Cerco e Aniquilamento                     | 145     |
| 7       | Os três esquemas da Operação Cerco e Aniquilamento | 146     |
| 8       | Mapa da Reorganização Nacional em 1981             | 180     |

## Glossário de siglas e abreviaturas

|          |   |
|----------|---|
| ABRI     | Angkatan Bersenjata Republik Indonesia – Forças Armadas da República da Indonésia |
| ACAIT    | Associação Comercial e Industrial de Timor  |
| AITI     | Associação para Integração de Timor na Indonésia                                  |
| AJI      | Aliança dos Jornalistas Independentes   |
| ALDERA   | Aliança da Democracia Popular   |
| AMRT     | Arquivo do Museu da Resistência Timorese  |
| APMT     | Associação Popular Monárquica de Timor  |
| APODETI  | Associação Política Democrática de Timor-Leste                                    |
| ASA      | Associação Estudantil da Ásia   |
| ASDT     | Associação Social Democrática de Timor-Leste                                      |
| BABINSA  | <i>Bintara Pembinaan Desa</i> – Gestor de Orientação de Aldeias                   |
| BAKIN    | <i>Badan Koordinasi Inteligen Negara</i> – Serviços de Informação Nacional        |
| BINPOLDA | <i>Bintara Polisi Desa</i> – Oficial da Polícia da Aldeia                         |
| BRTT     | <i>Barisan Rakyat Timor-Timur</i> – Ala do Povo de Timor-Leste                    |
| BRIGCHOQ | Brigada de Choque   |
| BRIMOB   | Brigada Móvel   |
| CC       | Comité Central  |
| CCF      | Comité Central da FRETILIN  |
| CDR      | Comité Democrático Revolucionário   |
| CEL/FC   | Comité Executivo da Luta/Frente Clandestina                                       |
| CEL/FA   | Comité Executivo da Luta/Frente Armada  |
| CELCOM   | Células de Comunidade   |
| CEM      | Chefe do Estado Maior   |
| CERNAK   | Centro da Resistência Nacional  |
| CEZO     | Comité Executivo da Zona  |
| CEFORPOL | Centro de Formação Política   |
| CCN      | Conselho Consultivo Nacional  |
| CNRJT    | Comissão da Resistência Nacional de Jovens Timorenses                             |
| CNRM     | Conselho Nacional da Resistência Maubere  |
| CNRT     | Conselho Nacional da Resistência Timorese   |
| CPCC     | Comissão de Planeamento e Coordenação da Campanha                                 |



|            |  |
|------------|--|
| CPLP       | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa   |
| CRRN       | Conselho Revolucionário da Resistência Timorense   |
| CSRNET     | Comissão Secreta da Resistência Nacional dos Estudantes Timorenses                               |
| DANREM     | <i>Komandan Komando Resort Militer</i> – Comandante do Comando Territorial Provincial            |
| DDII       | <i>Dewan Dakwah Islamyah Indonesia</i> – Associação Missionária Islâmica Indonésia               |
| DEF        | Delegação Externa da FRETILIN  |
| DFSE       | Direção da FRETILIN no Serviço do Exterior   |
| DIGAREX    | Direção Autónoma da RENETIL no Exterior  |
| DOPI       | Departamento de Orientação Política e Ideológica   |
| DPRD       | <i>Dewan Perwakilan Rakyat</i> – Parlamento do Povo  |
| ELSAM      | Instituto dos Estudos da Advocacia para a Comunidade   |
| FALINTIL   | Forças da Libertação Nacional de Timor-Leste   |
| FECLITIL   | Frente Estudantil Clandestina de Timor-Leste   |
| FKMY       | Fórum da Comunicação Estudantil Universitário de Yogyakarta                                      |
| FODEM      | Fórum para a Democracia Rede dos Trabalhos da Arte Popular                                       |
| FDPK       | <i>Forum Persatuan Demokrasi dan Keadilan</i> – Fórum Unidade Democracia e Justiça               |
| FPI        | Frente Política Interna  |
| FRELIMO    | Frente de Libertação de Moçambique   |
| FRETILIN   | Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente  |
| GAM        | <i>Gerakan Aceh Merdeka</i> – Movimento de Libertação de Aceh                                    |
| GPK        | <i>Gerakan Pengacawan Keamaman</i> – Bando de Perturbadores de Segurança                         |
| HALILINTAR | Relâmpago  |
| HANKAM     | Ministério da Defesa e Segurança   |
| HANSIP     | <i>Pertahanan Sipl</i> – Civis Treinados   |
| IGGI       | <i>Inter Governmental Group on Indonesia</i>   |
| IMPETU     | <i>Ikatan Mahasiswa Pelajar Timor-Timur</i> – União de Universitários e Estudantes               |
| INFID      | Fórum das Organizações Internacionais Não Governamentais para Desenvolvimento da Indonésia       |
| IKIP       | <i>Institut Keguruan dan Ilmu Pendidikan</i> – Instituto de Professores das Ciências de Educação |
| INFIGH     | Frente Indonésia para a Defesa dos Direitos Humanos  |

|             |  |
|-------------|--|
| JAKKER      | Rede dos Trabalhadores da Arte Popular   |
| KAMRA       | <i>Keamanan Rayat</i> – Segurança Popular  |
| KB          | Comando de Base  |
| KC          | Comando de Choque  |
| KODAM       | <i>Komando Daerah Militer</i> – Comando Militar Regional                           |
| KODIM       | <i>Komando Daerah Militer</i> – Comando Militar Distrital                          |
| KOGASGAB    | <i>Komando Tugas Gabungan</i> – Comando Conjunto das Forças da Intervenção         |
| KKO         | <i>Korps Komando Operasi</i> – Fuzileiros Navais                                   |
| KOKAMKO     | <i>Kampanye Komando Komodo</i> – Campanha do Comando Komodo                        |
| KOLAKOPS    | <i>Komandu Pelaksana Operasi</i> – Comando de Execução da Operação                 |
| KOOPSKAN    | <i>Komando Operasi Keamanan</i> – Comando das Operações de Segurança               |
| KOPASGAT    | <i>Komando Pasukan Gerak Cepat</i> – Comando das Forças da Intervenção Rápida      |
| KOPASSANDHA | <i>Komando Pasukan Sandhi Yuda</i> – Comando da Guerra Especial                    |
| KOPASSUS    | <i>Komandan Pasukan Khusus</i> – Comando das Forças Especiais                      |
| KORAMIL     | <i>Komando Rayon Militier</i> – Comando Militar Subdistrital                       |
| KOREM       | <i>Komando Resort Militer</i> – Comando Territorial Provincial                     |
| KOSTRAD     | <i>Komando Strategi Angkatan Darat</i> – Comando Estratégico das Forças Terrestres |
| KOTA        | <i>Klibur Oan Timur Asuwain</i> , Associação de Filhos Heróis Timorenses           |
| KTP         | <i>Kartu Tanda Penduduk</i> – Bilhete de Identidade                                |
| KWI         | <i>Konferensi Wali Gereja</i> – Conferência dos Representantes das Igrejas         |
| LEKHAT      | Instituto dos Estudos para os Direitos da Comunidade                               |
| MAC         | Movimento Anticomunista  |
| MENWA       | <i>Resimen Mahasiswa</i> – Regimento Universitário                                 |
| MILSAS      | Militares de Três Meses  |
| MIPLIN      | Milícia Popular de Libertação Nacional   |
| MORILTI     | Movimento Revolucionário da Libertação de Timor                                    |
| MUSPIDS     | <i>Musyawara Pimpinan Daerah</i> – Fórum de Deliberação da Liderança Regional      |
| MUI         | <i>Majelis Ulama Indonesia</i> – Conselho dos Intelectuais Religiosos da Indonésia |
| NANGALA     | Soldados de Boínas Vermelhas   |
| NUREP       | Núcleo de Resistência Popular  |
| OCR         | Organização Coordenadora Inter-Regional  |

|           |   |
|-----------|---|
| ODIR      | Órgão Diretivo Regional   |
| OJECTIL   | Organização Juvenil de Estudantes Católicos de Timor  |
| OJETIL    | Organização da Juventude e Estudantes de Timor-Leste  |
| OPJELATIL | Organização Popular da Juventude Estudantil de Timor-Leste  |
| OPM       | <i>Organisasi Papua Merdeka</i> – Organização pela Independência da Papua   |
| OPMT      | Organização Popular da Mulher Timorense   |
| PAN       | Partido Mandatário Nacional   |
| PANCASILA | Filosofia do Estado   |
| PERMESTA  | <i>Piagam Perjuangan Rakyat Semesta</i> – Decreto do Movimento Geral de Guerra  |
| PETRUS    | <i>Penembak Misterius</i> – Atiradores Misteriosos  |
| PIJAR     | Centro e Rede de Informação para a Reforma  |
| PIPHAM    | Direitos Humanos  |
| PKB       | Partido da Insurreição Nacional   |
| PMLF      | Partido Maoista Leninista FRETILIN  |
| PMP       | <i>Pendidikan Moral Pancasila</i> – Educação Moral da <i>Pancasila</i>  |
| POLDA     | Polícia Regional  |
| P4        | <i>Pedoman Penghayatan dan Pengamalan Pancasila</i> – Diretrizes para a Consciencialização e Vivência de <i>Pancasila</i> |
| PPBI      | Instituto Trabalhador Indonésio   |
| PPBI      | Centro da Luta pelo Trabalhador Indonésio   |
| PRD       | Partido Democrático Popular   |
| PUDI      | Partido da União Democrática Indonésia  |
| RRI       | <i>Radi Republik Indonesia</i> – <i>Rádio da República da Indonésia</i>   |
| RATIH     | <i>Rayat Terlatih</i> – Civis treinados   |
| RENAL     | Centro de Reabilitação Nacional   |
| RENETIL   | Resistência Nacional de Estudantes de Timor-Leste   |
| RMS       | <i>Republik Maluku Selatan</i> – República do Sul de Maluco   |
| RTP       | <i>Resimen Tim Pertempura</i> – Regimento da Equipa de Combate  |
| SBSI      | União da Solidariedade Operária Indonésia   |
| SKEHPI    | Secretariado da Cooperação para a Preservação da Floresta Indonésia   |
| SMA       | <i>Sekolah Menengah Atas</i> – <i>Sekolah Menengah Atas</i> – Escola Secundária   |
| SMEA      | <i>Sekolah Menengah Ekonomi Atas</i> – Escola Média do Comércio   |
| SMID      | Solidariedade Estudantil Universitária Indonésia para a Democracia  |

|           |   |
|-----------|---|
| SOLIDAMOR | Comité da Solidariedade por Timor Loro Ase  |
| SOSOPOL   | <i>Departamen Sosial Politik</i> – Departamento da Política Social                    |
| SPG       | <i>Sekolah Pendiak Guru</i> – Escola da Educação de Professores                       |
| SPRIM     | Solidariedade do Povo Indonésio pela Luta do Povo Maubere                             |
| STM       | <i>Sekolah Teknik Menegah</i> – Escola Técnica Média                                  |
| STNI      | Associação dos Agricultores Nacionais Indonésios                                      |
| SUCOS     | Aglomerações de pequenas comunidades ou divisões dos reinos. <sup>9</sup>             |
| TBO       | <i>Tenaga Bantuan Operasi</i> – Auxiliares de Operações                               |
| TPD       | <i>Tim Pembinaan Desa</i> – Equipa de Orientação de Aldeias                           |
| UDT       | União Democrática Timorense   |
| UNIF      | Frente para Autonomia de Timor-Leste  |
| UNAMET    | <i>United Nations Mission in East Timor</i> – Missão das Nações Unidas em Timor-Leste |
| WARNA     | <i>Perlawanan Rakyat</i> – Resistência Popular  |
| YKPK      | Fundação para a Paz e Fraternidade Nacional   |

---

<sup>9</sup> *Dicionáriu Nasional ba Tetun Ofisial*, Instituto Nacional de Linguística, Universidade Nacional Timor Lorosa'e.

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. APRESENTAÇÃO GERAL DO TEMA

Nos anos 80, ainda estudante em Yogyakarta, Indonésia, numa conversa com um padre jesuíta holandês, no Instituto Superior de Educação, em Sanata Dharma, sobre o problema de Timor, este declarou ao autor da tese o seguinte: “o seu país tem direito à independência mas o meu país está mais interessado nas relações económicas com a Indonésia do que o vosso direito à Independência”.

Esta tese tem como objeto de estudo a Ocupação Indonésia e a Resistência Timorense com delimitação do tempo entre 1975 a 2002. Começo com a recordação de um pequeno acontecimento por mim vivenciado, para mostrar que o problema de Timor não foi tão simples como poderia parecer. No momento presente, não existe um programa de estudos sério e independente sobre a ocupação indonésia e a resistência timorense. Ainda não existe, na Universidade Nacional de Timor-Leste, a Faculdade de História, embora haja iniciativas da direção da Universidade para abrir uma Faculdade de História. Nas escolas, tanto primárias como secundárias, o ensino da História ainda não é levado a sério, e há carência de professores qualificados na área. A história de Timor ainda é desconhecida por muitos timorenses.

Conforme referido no jornal *Suara Timor Loro Sa'e* (A Voz de Timor), de 20 de junho de 2017, foi tomada uma Resolução do Governo, com o n. 1/2017, em 9 de janeiro de 2017, com o objetivo de fazer a história da Resistência da Organização Juvenil e Estudantil, sobre a participação da Juventude na luta pela independência, segundo Constâncio Pinto, presidente do Comité Orientador 25, um dos organizadores da Manifestação no Cemitério de Santa Cruz, que culminou com o Massacre de 12 de novembro de 1991.

A história timorense sempre me preocupou desde cedo. Em 1960, na escola primária de Soibada, no município de Manatuto, o padre José Calisto Guterres, macaense, professor da 4.<sup>a</sup> classe, além das aulas de Geografia e História de Portugal, também nos dava algumas anotações sobre a História de Timor. A partir daí comecei a ter contacto com a história timorense, que parecia um assunto estranho à nossa realidade. Nutríamos o conceito de ser um povo sem passado e sem história, além do sentimento de auto depreciação que se criava à nossa volta. Li o livro *Subsídios para a História de Timor* de Hélio Esteves Felgas<sup>10</sup> e os outros que existiam em casa, como o *Gentio de Timor* de Armando Pinto Corrêa<sup>11</sup> e *Funo* de Carlos Cal Brandão<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Felgas, Hélio Esteves (1956), *Subsídios para a História de Timor*, Lisboa, Agência do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca.

<sup>11</sup> Corrêa, Armando Pinto (1934), *Gentio de Timor*, Lisboa, Imprensa Lucas.

<sup>12</sup> Brandão, Carlos Cal (1946), *Funo, Guerra em Timor*, Lisboa, Perspectivas e realidades, [Porto]Edições “aov”.

Esses livros revelaram-me acontecimentos desconhecidos que eu ligava à minha própria realidade de então, suscitando-me grande curiosidade a respeito da história de Timor. Com este trabalho pretendo debruçar-me sobre a temática não só como um historiador que pretende pesquisar um caso, com atitude imparcial e neutra, mas também como um exercício de *ego história*, um sujeito que estava envolvido na própria história. De facto, a minha intervenção na história da Resistência pode influenciar a interpretação dos factos que aqui apresento.

O facto de a minha aldeia, Laleia, situada no subdistrito de Manatuto, ter sido completamente arrasada e reduzida a cinzas, com todas as casas destruídas, com a morte de quase todos os familiares no mato, de ter dois irmãos fuzilados pelas tropas indonésias, de ter casado com uma das irmãs de Xanana Gusmão, fez com que sentisse bem o peso da pressão do invasor e as suas consequências.

Era simpatizante da UDT, facto que me levou à prisão após o golpe falhado da UDT, a 11 de agosto de 1975. Entre 8 de setembro e 8 de dezembro de 1975, estive com os líderes locais da UDT e os da Associação Política Democrática de Timor-Leste (APODETI) numa prisão no distrito de Viqueque, concretamente em Olobai, local onde anteriormente estava aquartelado um pelotão de militares portugueses. O comandante Rogério Lobato, homem forte do contragolpe, mandou chamar-me para me apresentar na residência do administrador do distrito de Viqueque no dia 8 de setembro de 1975. Nesse mesmo dia, fui detido e, por volta das 10 horas da manhã, um dos comandantes da FRETILIN, de nome José Vaz, foi à prisão esclarecer as causas da minha detenção com seis acusações: 1<sup>a</sup>. Eu tinha o cartão da APODETI antes de chegar a Timor <sup>13</sup>; 2<sup>a</sup>. Fui um dos importantes dirigentes da LESVALT (Liga dos Estudantes para a Valorização dos Timorenses); 3<sup>a</sup>. Disse mal da FRETILIN pela Rádio <sup>14</sup>; 4<sup>a</sup>. Disse mal da FRETILIN no jornal *Aurora* <sup>15</sup>; 5<sup>a</sup>. Eu só regressaria a Díli, se Timor-Leste fosse dominado totalmente pela APODETI; 6<sup>a</sup>. Eu era o conselheiro jurídico da UDT. Todas essas acusações eram provenientes de fontes bem seguras, segundo o comandante José Vaz, só que não me mencionou de quem eram essas mesmas acusações <sup>16</sup>.

Antes de ser preso, iniciei um diário pessoal, que mais tarde batizei com o nome de “Olobai 75”, para recordar o local da minha detenção. Durante os três meses da minha prisão, aguardava a chegada dos indonésios, que nos viessem libertar sobretudo após os maus tratos que o meu colega, Pantaleão Pinto e eu sofremos na prisão, quando no dia 22 de novembro de 1975, à noite, fomos espancados pelos elementos da FRETILIN (Nuno Horta, Sebastião Pantaleão, Mascarenhas, Nazário Guterres, José Vaz e um guarda cujo nome desconheço). No dia seguinte, elementos da APODETI foram espancados no campo de futebol,

---

<sup>13</sup> Desde 1968 até 1974 estive em Portugal, onde estudei no Seminário Maior de Évora. Depois, fui para Braga onde frequentei a Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa.

<sup>14</sup> Em 1974 existia um programa radiofónico organizado pelo pároco da Igreja de Motael, padre João de Brito, cujo título era “Hoje Domingo”, no qual participei por duas vezes.

<sup>15</sup> *Aurora* foi um jornal fundado por um grupo de amigos. Fui escolhido para diretor, mas o jornal teve apenas um número.

debaixo de uma chuva torrencial, depois, com o fuzilamento do Mestre Hornai, a 24 de dezembro de 1975, por motivos pessoais, e não por um crime cometido, segundo confidência do meu professor da escola primária, Francisco Carvalho, criou-se um grande descontentamento no seio do povo, que desejava uma presença indonésia.

Após a entrada das forças da ocupação em Díli, no dia 7 de dezembro de 1975, fui libertado juntamente com outros prisioneiros, no dia 8 de dezembro de 1975. Com a chegada das forças da ocupação a Viqueque, no dia 25 de janeiro de 1976, fui apresentar-me, juntamente com os meus familiares, às forças da ocupação.

Com a visita do governador nomeado pela Indonésia a Viqueque, Arnaldo dos Reis de Araújo, solicitei que me concedesse uma bolsa de estudo na Indonésia, pois queria estudar numa universidade indonésia. O governador Arnaldo dos Reis de Araújo pediu ao comandante do batalhão, Herman Mantiri, que me enviasse imediatamente para Díli, na primeira oportunidade. Foi assim que fui para Díli, no início de fevereiro de 1976, num avião Dakota já um pouco antigo. Durante a viagem tive muito medo, porque reparei que havia uma fuga de óleo nos motores. Apesar desta situação, cheguei a Díli, mas os meus familiares ficaram admirados porque corria o boato de que eu já tinha sido morto. Mais tarde, soube que na Faculdade de Filosofia de Braga, onde fui aluno do curso de humanidades entre 1972 e 1974, os padres da Companhia de Jesus tinham celebrado uma missa de *requiem* em minha memória com a presença das irmãs canossianas timorenses que viviam no Porto.

Com a chegada das filhas do governador Arnaldo dos Reis de Araújo, estudantes de Medicina na Universidade de Lisboa e minhas conhecidas em Lisboa, que tencionavam transferir-se para uma das universidades em Java, na Indonésia, propuseram-nos que continuássemos os estudos na Universidade de Airlanga, em Surabaya, na Indonésia. Fui convidado, mas não aceitei. Preferi um instituto superior, sob a alçada dos padres jesuítas. E, foi assim que em julho de 1978 fui com o primeiro grupo de estudantes bolseiros para Java. Fui a Yogyakarta, na Indonésia, para o Instituto Superior de Educação dos Padres Jesuítas.

Terminado o curso na Faculdade de Educação, regressei a Timor, em 1984 e trabalhei na Repartição Regional do Departamento de Educação.

Do Departamento Central de Educação de Jacarta veio a proposta para realizar um Curso de Mestrado nos Estados Unidos, para a qualificação dos funcionários do Departamento de Educação e candidatei-me. A minha candidatura foi proposta pelo chefe do Departamento de Educação, Suwardijo<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Suwardijo, católico, foi chefe do Departamento Regional de Educação em Timor, entre 1986 a 1990. Bom amigo do governador Mário Viegas Carrascalão, ajudou a abrir a Universidade Nacional de Timor (Universitas Tim-Tim), relativamente à qual o autor da Tese também esteve envolvido para a abertura da Faculdade de Educação; a Escola Politécnica de Bekora. Em nome da cultura, deixou funcionar o ensino na Escola Externato de S. José, contra os desejos de militares e autoridades da Indonésia. Trabalhou na abertura do Institut Pastoral Indonesia (IPI), transformado hoje em Estudos Superiores da Religião. Sobre esta escola, o autor da Tese foi enviado para se

católico, um dos poucos indonésios que muito se preocupou pela educação em Timor-Leste. A minha candidatura foi aceite e aprovada pelo governador Mário Viegas Carrascalão que, durante o período do seu mandato (1982-1992), deu muita importância à educação dos jovens timorenses, enviando estudantes timorenses para fora de Timor sem olhar a que partidos pertenciam. Com ele, muitos timorenses se formaram. Frequentei a Universidade de Pittsburgh na Pensilvânia, entre 1988 e 1990, onde obtive o Mestrado na área do Planeamento Educacional, na Faculdade de Educação. Depois deste período, regresssei às minhas funções anteriores, como chefe da Secção de Currículo para a Escola Primária.

A minha vida durante aquele período e até 1998 era a de um funcionário público aproveitando as horas extra para lecionar na Universidade Nacional de Timor-Leste, inaugurada pelo governador Mário Viegas Carrascalão.

Voltei a participar mais ativamente em 1998 na vida política, quando fui convidado para liderar a Associação dos Licenciados Timorenses pelo Referendo e Desenvolvimento de Timor-Leste (FORSAREPETIL), e também para ser membro do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), após a decisão do presidente indonésio, Jusuf Habibie, de conceder aos timorenses o direito de escolha do seu futuro, uma vez que esse direito fora um dos objetivos da luta armada.

No dia 25 de julho de 1998, sábado, pelas 16 horas, na sede da Caritas em Vila Verde, Díli, o CNRT iniciou funções em Timor-Leste como um movimento de unidade nacional. Os representantes de todos os partidos políticos e das organizações convidados estiveram presentes. Estavam dominados por uma ideia comum, *UKUN RASIKAN*, que significa “Independência”, e acabar de uma vez para sempre com o domínio indonésio no país.

A ideia fundamental que surgiu naquela sessão foi a concretização da existência do CNRT como fator da Unidade Nacional Timorense e Porta-Voz Único do povo timorense em todos os assuntos que se relacionassem com a solução do problema de Timor-Leste. A ideia do estabelecimento do CNRT foi altamente aplaudida por todos os presentes e reuniu debaixo da sua tutela todos os partidos políticos: FRETILIN, UDT, APODETI Nacionalista (para se diferenciar da APODETI da Integração), KOTA, TRABALHISTA, ASDT, os independentistas e os movimentos pela independência como o *Gerakan Rekonsiliasi dan Persatuan Rakyat Timor Timur – Movimento de Reconciliação* e da Unidade do Povo de Timor-Leste (GRPRTT), organizado por Manuel Carrascalão.

Tendo sido nomeado membro dessas duas organizações, participei na reunião dos representantes do CNRT, no Algarve, no dia 25 de outubro de 1988, como também em mais duas reuniões realizadas na Austrália, uma em Melbourne (entre 5 e 8 de abril de 1999), numa conferência de técnicos para traçar as linhas gerais com timorenses do interior do país e da diáspora e também representantes do Governo

---

encontrar com o diretor do Instituto Pastoral de Yogyakarta, cujo nome não se lembra, e com o Pe. Yansen, um holandês do Instituto Pastoral de Surabaya, para ver a modalidade que se iria implementar no Institut Pastoral Indonesia (IPI) de Timor. Optou-se depois pela modalidade do Institut Pastoral Indonesia (IPI) de Surabaya.



português, outra na Universidade Nacional de Camberra, em abril de 1999, onde também participaram elementos da pró-autonomia, como Basílio do Nascimento, Natércia Osório Soares e Domingos Policarpo. Sob as ordens do presidente do CNRT, Xanana Gusmão, foi incumbido, com mais dois colegas (Emília Pires e Filomeno de Andrade), da missão de esclarecer os timorenses residentes na Austrália a política do CNRT e as votações no Referendo. Percorremos as cidades mais importantes da Austrália, como Sydney, Melbourne, Perth, Adelaide e Darwin, onde se encontravam as comunidades de timorenses.

No dia 28 de janeiro de 1999, os membros da Comissão Política Nacional (CPN) e os do CNRT, em Díli, receberam do padre Domingos Soares, conhecido como o Padre Maubere, vários documentos entre os quais havia um com a classificação de “Confidencial.”<sup>18</sup> O documento foi o resultado da conversa entre o Major General Zacky Anwar, do *Badan Inteligensi* ABRI (BIA), ou seja, a Agência da Inteligência da ABRI, no dia 30 de dezembro de 1998, na prisão de Cipinang, em Jacarta, onde Xanana Gusmão estava encarcerado. A conversa do Major General Zacky Anwar com Xanana Gusmão durou mais de duas horas e meia. As conclusões dessa conversa assentavam em três pontos:

1. A ABRI reconhece os erros cometidos e está cansada da guerra em Timor-Leste;
2. A Indonésia sente uma responsabilidade moral pelo destino dos integracionistas que ajudaram a Indonésia durante todos estes anos e está preocupada com a possibilidade de uma nova guerra civil;
3. A Indonésia não deseja perder a face, isto é, sentir-se envergonhada na sequência de uma solução em Timor-Leste.

Ao CNRT e ao FORSAREPETIL<sup>19</sup> cabia a responsabilidade de organizar o povo para a votação no Referendo.

O movimento FORSAREPETIL nasceu em maio de 1998 pela necessidade de reunir licenciados timorenses, homens e mulheres, com o objetivo de dar ao povo timorense o seu contributo. O FORUM nasceu para dar resposta aos desafios mais urgentes que surgiram do movimento *Front Persatuan Demokrasi dan Keadilan* (FPDK), ou seja, a Frente da Unidade, Democracia e Justiça, organizada por Domingos Maria Soares, de pseudónimo “Kolly”, administrador do Distrito de Díli, e pelas afirmações dos integracionistas que apregoavam aos timorenses, aos indonésios e ao mundo de que todos os licenciados e estudantes timorenses optavam pela autonomia. Este perigo foi imediatamente detetado pelos licenciados nacionalistas que, imediatamente, resolveram formar o FORSAREPETIL para que pudessem desmentir as afirmações dos autonomistas.

---

<sup>18</sup> Documento confidencial do encontro entre o Presidente Xanana Gusmão e o Major-General Zacky Anwar, do BIA, no dia 30 de dezembro de 1998, na prisão de Cipinang, em Jacarta.

<sup>19</sup> FORSAREPETIL, *Forum Sarjana Pro Referendo dan Pengembangan Timor-Leste*, ou seja, Forum de Licenciados Timorenses pelo Referendo e Desenvolvimento de Timor-Leste.

A existência do FORSAREPETIL tinha como objetivo convencer os timorenses, a Indonésia e o mundo de que, na realidade, os licenciados que se formaram nas universidades indonésias não partilhavam as mesmas perspectivas sobre o futuro de Timor-Leste defendidas pela Indonésia, que estava convencida de que os licenciados optariam pela autonomia, uma vez que um grande número deles saiu das suas universidades.

O meu envolvimento nas duas organizações da Resistência tem vantagens e desvantagens para escrever a história da resistência timorense. A existência de uma maior subjetividade devida ao meu envolvimento nos acontecimentos seria a desvantagem mais evidente. Contudo, como afirma José d'Assunção Barros:

“Durante décadas do século XIX, a subjetividade era vista não como um problema mas como uma riqueza que permite a história formar-se em conhecimento de novo tipo, dotado de uma especificidade própria. E os historiadores das últimas décadas do século XIX, se tornaram relativistas, porque lidavam com a subjetividade, como algo que não põe em causa a cientificidade do trabalho historiográfico”<sup>20</sup>.

Existem fatores que, como as circunstâncias sociais e psicológicas que me circundam, me influenciam a tomar uma atitude independente. Circunscrito pelo lugar, pelo tempo e pelos antecedentes históricos pessoais, falarei a partir de um ponto de vista particular e de um lugar específico. Estou orgulhado na minha própria história, com uma visão pessoal sobre os acontecimentos que surgiram durante os 24 anos da luta da resistência, diferente da percepção dos que estavam envolvidos na organização do *Forum Persatuan Demokrasi dan Keadilan* (FPDK), Forum da Unidade Democracia e Justiça ou na *Besi Merah Putih* (BMP), Ferro Vermelho e Branco, símbolo das cores da bandeira indonésia, vermelha-branca. Como refere João de Assunção retomando a ideia Chladenius afirma que os que exigem que o historiador se comporte como um uma pessoa sem religião, sem pátria e sem família, estão errados pois exigem o impossível”<sup>21</sup> Droysen por sua vez afirma: “Quero mostrar como a minha pátria, as minhas convicções políticas e religiosas, o meu estudo sistemático me permitiram chegar a este ponto de vista”<sup>22</sup>.

Falando sobre o relativismo e a historicidade do próprio historiador, posso considerar que não só estudo a história timorense, mas também a minha relação com esse passado recente, do qual sou parte integrante (através do CNRT, do FORSAREPTIL, etc.). Ora, se o objeto histórico é relativo, também o é o próprio historiador, imerso na historicidade, que está ligado a pontos de vista particulares e à subjetividade intrínseca.

---

<sup>20</sup> Barros, José D'Assunção (2011), *Teoria da História, Volume II, Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo*, Rio de Janeiro, Petrópolis, Editora Vozes, pp. 68-69.

<sup>21</sup> Barros, José de Assunção (2011), *Teoria da História, Volume II*, p. 115.

<sup>22</sup> Droysen, Historik (1858: edição: 1977: 235-236), citado por José de Assunção Barros, (2011), *Teoria da História, Volume II, Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo*, Rio de Janeiro, Petrópolis, Editora Vozes, p. 115.

A minha vivência tem uma influência bastante grande sobre o meu ponto de vista atual, tal como Gustav Droysen, já na segunda metade do século XIX, defendia a relatividade e a historicidade do próprio historiador, como ficou explícito no texto de 1881 com o título de “A objetividade do Eunuco”:

“É preciso que o historiador tenha a coragem de reconhecer estas limitações, e se consolar com o facto de que o limitado e o particular são mais ricos que o comum e o geral. Com isso, a imparcialidade objetiva, a atitude não tendenciosa do tão louvado ponto de vista de fora e acima das coisas, tal como recomenda Waschmuth em sua teoria da história, é para mim desumano. Humano, para mim, é ser parcial”<sup>23</sup>.

“O historiador ou cientista social traz consigo valores que o direcionam para a escolha do objeto de estudo.”<sup>24</sup> Porém, acredita-se na possibilidade de atingir uma objetividade científica, devido à existência de valores universais (verdade, liberdade) que todos podem aceitar e, por isso, mostram-se capazes de fundamentar a universalidade, que, como consequência, possibilita o alcance da objetividade científica na produção de conhecimento sobre sociedades humanas<sup>25</sup>.

Em obra publicada em 1996, Jorn Russen<sup>26</sup> chamou a atenção de que o complexo das subjetividades que afetam o historiador desdobra-se em cinco dimensões fundamentais:

1. Perspetividade – Refere-se à relação entre o Presente e o Passado e sintetiza-se no célebre dito de Benedetto Croce que “toda a história é contemporânea”. Qualquer época coloca a si mesma novos problemas e impõe aos seus historiadores um certo horizonte de perspetivas;
2. Retrospectividade – Interesses subjetivos, normas e valores, aspirações e ameaças bem como outras expectativas sobre o futuro, podem influenciar decisivamente a leitura de um historiador sobre o passado;
3. Particularidade – O nascer num determinado país, e a sua identificação com esse país estará inserida na construção coletiva de uma certa identidade nacional. Deste modo pode-se dizer que a subjetividade dos historiadores se dá no entrecruzamento de várias particularidades;
4. A intersubjetividade – A relação entre as várias dimensões que afetam o sujeito que produz o conhecimento histórico, a interação das várias particularidades, que faz do historiador um sujeito singular e que dificulta qualquer projeto de radical “neutralidade” diante do processo

---

<sup>23</sup> Droysen, *Historik* (1858); (edição: 1977: 235-236) citado por José de Assunção Barros (2011), *Teoria da História, Volume II*, pp. 145-146, (2011).

<sup>24</sup> Henrich Rickert (1863-1936) citado por José de Assunção Barros (2011), *Teoria da História, Volume II, Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo*, p. 158.

<sup>25</sup> Lowi (1994: 35) citado por José de Assunção Barros (2011), *Teoria da História, Volume II, Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo*, p. 158.

<sup>26</sup> Rusen (1996: 90), citado por José de Assunção Barros (2011), *Teoria da História, Volume II, Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo*, pp. 162-165.

de produção do conhecimento histórico. A própria comunidade dos historiadores constitui uma rede de intersubjetividade;

5. Seletividades – “Só um certo tipo de informação extraída do material das fontes se torna relevante para a pesquisa, ou seja, aquilo que vai ao encontro da operação subjetiva de produção de sentido, significado do passado para os problemas de orientação do presente.”

O meu gosto pela história da resistência iniciou-se com o trabalho das entrevistas que me condicionaram na escolha do tema e que me deu a possibilidade de organizar segundo meu parecer e gosto.

Do conjunto diversificado de fontes utilizadas procuramos obter informações referentes a diferentes escalas, desde o nível local de uma pequena povoação da montanha, por exemplo, até ao nível mais geral das grandes operações militares ou até mesmo ao nível internacional.

Intercalamos o texto com mapas de Timor, para indicar bases e locais relevantes, bem como operações militares e outros movimentos, quer do exército indonésio, quer da guerrilha. Também descrevemos o papel das Forças Armadas Indonésias (ABRI) com todas as suas organizações e instituições de apoio tanto nacionais como internacionais, contrastando com as organizações das Forças Armadas Timorenses as FALINTIL e as suas organizações e instituições de apoio, tanto nacionais como internacionais. A obra de Maurício Waldaman e Carlos Serrano<sup>27</sup> dão-nos boas informações sobre este aspeto.

## 1.2. A PROBLEMÁTICA

A questão principal colocada na pesquisa é a seguinte: como foi possível Timor-Leste, um pequeno país com uma população de 700 mil habitantes, com limitações nos recursos humanos e materiais bélicos, ser capaz de resistir durante 24 anos a uma guerra com sucesso contra uma potência militar do Sudeste Asiático e de determinar o seu futuro pela independência?

A Indonésia, apoiada pelos países não comunistas do Sudeste Asiático e pelos Países Não Alinhados, desempenhava um papel fundamental, uma vez que Sukarno, o proclamador da República da Indonésia e presidente, foi um dos fundadores desse movimento.

Timor-Leste teve de enfrentar as consequências de uma descolonização falhada, como também a pressão das superpotências devido a vários interesses, conforme poderemos ver mais à frente.

---

<sup>27</sup> Waldman, Maurício e Carlos Serrano (1977), *Brava gente de Timor, a saga do povo maubere*”, Prefácio de Noam Chomsky.

Timor-Leste também teve de enfrentar as Forças Armadas Indonésias (ABRI) com todo o sistema de controle sobre todas as camadas sociais, desde o nível mais alto ao mais baixo da sociedade timorense, por meio das suas instituições e organizações.

Para este estudo recorreremos, além de outros, aos documentos produzidos pela Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação e várias outras obras anteriormente mencionadas.

A partir desta questão central de pesquisa, estudamos as seguintes questões: de que forma foi possível superar a considerável diversidade etnolinguística do povo de Timor, especialmente as fortes divisões internas, manifestadas nas guerras entre reinos, quase sempre movidos pelo sentimento de vingança muito enraizado no espírito timorense manifestado ao longo da história timorense e, ultimamente, nas guerras do Manufahi, em 1912, na revolta de Viqueque, em 1959, e após o 25 de Abril de 1974, nas retaliações e nos violentos confrontos entre a FRETILIN e a UDT? O mesmo se pode verificar nas polémicas internas dentro da própria guerrilha. A obra de Manuel Cárceres da Costa<sup>28</sup> foi testemunho vivo das violências partidárias de 1975, como também a obra de Dom Carlos Filipe Ximenes Belo<sup>29</sup> e as entrevistas feitas a Francisco Xavier dos Reis Amaral,<sup>30</sup> primeiro presidente da República Democrática Timor-Leste, a Paulo Soares Amaral, de sobrenome Mau Kiak,<sup>31</sup> ao Comandante Vidal de Jesus, de pseudónimo Riak Leman,<sup>32</sup> entre outros, que esclarecem bem essas violências partidárias entre os próprios timorenses.

O nacionalismo timorense, que até ao final da colonização portuguesa assumiu um alcance restrito a apenas algumas elites, converteu-se, ao longo da ocupação indonésia, num fenómeno de massas, patente no resultado do referendo de 30 de agosto de 1999.

A Igreja Católica em Timor desempenhou um papel importante na difusão do nacionalismo e no apoio à resistência, no seu confronto com a Igreja Católica da Indonésia, enfrentando os próprios representantes do Vaticano da Nunciatura em Jacarta, que optavam por uma integração de Timor-Leste na Indonésia, a ponto de o Núncio Apostólico Francesco Canalini solicitar uma rendição das FALINTIL, conforme consta no Relatório do Bispo Dom Ximenes Belo.<sup>33</sup> Quanto ao abandono da Igreja timorense pelas igrejas locais, consultámos a obra conjunta dos Padres João Felgueiras s.j. e José Alves Martins s.j. *Nossas Memórias de Vida em Timor*<sup>34</sup>.

---

<sup>28</sup> Costa, Manuel Cárceres da (2010), *26 anos, um testemunho*, C.V. Sylvia Vila Verde, Díli, Timor-Leste.

<sup>29</sup> Belo, Dom Carlos Filipe Ximenes (2011), *Os antigos Reinos de Timor-Leste (Reys de Lorosay e Reys de Lorothona, Coronéis e Datos*, Baucau, Edição Tipografia Diocesana Baucau.

<sup>30</sup> Entrevistas feitas pelo autor da tese na residência particular do Senhor Xavier do Amaral em Lecidere, Díli, junho de 2008.

<sup>31</sup> Entrevista feita pelo autor da tese no Instituto de Formação Continua de Professores em Díli, em 2008.

<sup>32</sup> Entrevista feita pelo autor da tese na Universidade Nacional de Timor-Leste, em Díli, em 2008.

<sup>33</sup> Memórias do Bispo Dom Ximenes Belo, lembrando o encontro com Xanana Gusmão e os líderes da guerrilha, há 25 atrás, no Colégio de Fatumaca, por solicitação do Núncio Apostólico do Vaticano Francesco Canalini, no dia 25 de abril de 1986.

<sup>34</sup> Martins, José Alves, SJ (2014), *Da Cruz ao Sol Nascente*, Braga, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração.

Foi muito importante conhecermos os fatores da violência e da opressão na formação do nacionalismo timorense que se tornaram incentivos determinantes na luta pela libertação.

Analisámos também a arte de conviver com o inimigo, posta em prática pela resistência timorense a partir de meados da década de 80, que permitiu a sobrevivência e o desenvolvimento da luta pela independência. Verificámos ainda que a antropologia timorense desempenhou um papel relevante na defesa dos cidadãos timorenses.

### 1.3. HISTORIOGRAFIA E A RESISTÊNCIA TIMORENSE

Atualmente, ainda não existem trabalhos que analisem de uma forma sistemática e global o objeto de estudo desta tese, com base numa investigação histórica. Contudo, identificamos a obra *A Luta Armada Timorense na Resistência à Ocupação (1975-1979)*, de Abílio Pires Lousada, António José Oliveira e Carlos Dias Afonso, mencionada anteriormente, como obra organizada e estruturada que se debruça sobre questões contempladas na nossa pesquisa.

Existem ainda trabalhos importantes de investigação histórica que incidiram sobre alguns aspetos do nosso objeto de estudo. Além das obras já mencionadas, podemos acrescentar outras, como, por exemplo, *RENETIL Iha Luta Libertação Timor-Loro Sa'e: Antes sem Título do que sem Pátria*, de Carlos da Silva L.F.R. Saky. São igualmente de considerar as obras do Professor Moisés da Silva Fernandes sobre a política externa da Indonésia em relação a Timor.<sup>35</sup>

Foi imprescindível analisar a mudança que se deu em Portugal quanto ao problema de Timor, de como, a princípio, alguns dirigentes portugueses pretendiam libertar-se de Timor, mas depois retomaram o problema timorense que se tornou uma causa nacional em Portugal. Constatámos esse desejo de entrega de Timor Português à Indonésia na obra de Mário Carrascalão<sup>36</sup> e o movimento no Parlamento Português pela causa timorense, através da consulta dos três volumes do livro : *Os 25 anos da Questão de Timor-Leste no Parlamento Português*<sup>37</sup>.

Relativamente à parte que antecede a invasão indonésia e, em geral, ao estudo da presença portuguesa em Timor nos últimos anos da colonização lemos a investigação levada a cabo por Fernando

---

<sup>35</sup> Ver, entre outros, “O Timor português na política externa de Suharto: o regresso ao Status Quo Ante, 1965-1974” e “A preponderância dos fatores exógenos na rejeição do plano português de descolonização para Timor-Leste”, *Negócios Estrangeiros*, n.º 9, março de 2006, pp. 272-338, e n.º 10, 10 de fevereiro de 2007, pp. 91-171 e “A política indonésia em relação a Timor Português, 1960-1963: Um caso de irredentismo contido?”, *Daxiyangguo*, 2005, n.º 7, pp. 109-149.

<sup>36</sup> Carrascalão, Mário Viegas (2006), *Timor Antes do Futuro*, Timor-Leste, Livraria Mau Huran.

<sup>37</sup> 8ª. Comissão Eventual para acompanhamento da Situação em Timor-Leste, *Os 25 Anos da “Questão de Timor-Leste” no Parlamento Português, I, II e III volumes*. (2010), Lisboa, Editor – Assembleia da República – Divisão de Edições.

Augusto de Figueiredo.<sup>38</sup> Consideram-se imprescindíveis os contributos de outras ciências sociais e humanas, como a sociologia e a antropologia, de forma a entender melhor as condições materiais e as práticas culturais do povo de Timor, na sua diversidade etnolinguística. Neste sentido, destacamos os trabalhos levados a cabo no campo da antropologia por Maria Johanna Schouten<sup>39</sup> acerca da sociedade timorense, como também a obra de Brigitte Clamagirand *The Social Organization of the EMA of Timor*<sup>40</sup>, a de David Hicks *Community and Nation State in East Timor*,<sup>41</sup> e os estudos recentes de Janet Gunter sobre a revolta de Viqueque em 1959.<sup>42</sup> Tivemos também em consideração o trabalho sobre o caso de Viqueque de J. Chrys Chrystello, Porque é que há Guerras Tribais em Timor – III, já mencionado anteriormente.

Para ajudar a compreender os factos que se deram em Viqueque – Uatu-Lari, recorremos a entrevistas com testemunhas oculares, que estiveram presentes nos acontecimentos de Viqueque, como foi o caso de Bernardo Sarmiento, soldado timorense, que fazia parte da tropa portuguesa no abafamento da Revolta de Viqueque. Além do seu testemunho, tivemos também a oportunidade de consultar uma das testemunhas ainda viva da revolta, Luís Gonzaga Soares, natural de Viqueque, que na altura era professor na escola primária de Santa Teresinha, em Ossú, no subdistrito de Viqueque.

Tendo por objeto de estudo a análise do movimento de emancipação nacional de um povo colonizado, este trabalho partilha os quadros conceptuais dos estudos sobre o colonialismo e a descolonização, um fenómeno marcante desde, sobretudo, a segunda metade do século XIX.

Nesse sentido, interessam especialmente as obras que se debruçaram sobre a evolução dos mecanismos do colonialismo português, mesmo não centradas em Timor, com destaque para os trabalhos levados a cabo por Valentim Alexandre.<sup>43</sup> No que concerne às rebeliões pré-nacionalistas dos povos colonizados por Portugal, foi importante a análise desenvolvida por René Pélissier,<sup>44</sup> como também a obra *Timor na História de Portugal*, de Luna de Oliveira<sup>45</sup>. Recorremos também à obra de José Luís Cabaço,

---

<sup>38</sup> Cf. *Timor. A presença portuguesa (1769-1945)*, Tese de Doutoramento na Faculdade de Letras do Porto, 2004, disponível no respetivo repositório e “A presença portuguesa em Timor-Leste (1945-1975)”, *Negócios Estrangeiros*, n.º 14, abril de 2009, pp. 123-176.

<sup>39</sup> “Antropologia e Colonialismo em Timor Português”, *Lusotopie*, 2001, pp. 157-171.

<sup>40</sup> Clamagirand, Brigitte (1980), “The Social Organization of the Ema of Timor”, in Fox, James J. *The Flow of life; Essays on Eastern Indonesia*. Harvard, Harvard University Press, pp. 231-247.

<sup>41</sup> Hicks, David (2007). “Community and nation-state in East Timor; a view from the periphery”, *Anthropology Today*, vol. 23. n.º 1, fevereiro de 2007. pp. 13-16.

<sup>42</sup> Cf. *Violence and “being in history” in East Timor: local articulations of colonial rebellion*, Tese de Mestrado, policopiada, biblioteca do ICTE-IUL, 2008, e “Communal conflict in Viqueque and the “charged” history of 59”, *The Asia Pacific Journal of Anthropology*, vol. 8, n.º 1, março de 2007.

<sup>43</sup> Cf. *Os Sentidos do Império*, Porto, Afrontamento, 1993, e *O Império Africano, 1825-1890*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

<sup>44</sup> Pélissier, René (2007), *Timor em Guerra. A Conquista Portuguesa (1847-1913)*, Lisboa, Editorial Estampa.

<sup>45</sup> Oliveira, Luna de (2004), *Timor na História de Portugal*, Lisboa, Fundação Oriente, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

Moçambique: Identidade, Colonialismo e Libertação,<sup>46</sup> que nos ajudou a fazer um paralelismo entre as lutas pela libertação em Moçambique e em Timor-Leste.

De referir também a importância do domínio de alguns conceitos desenvolvidos na área da sociologia, da antropologia e da psicologia no que concerne aos movimentos sociais, considerados bastante úteis para o enquadramento teórico do objeto de estudo que escolhemos.

A esse respeito, tivemos em conta os estudos de Sidney Tarrow, que têm posto em relevo o papel das mudanças na “estrutura política de oportunidades” como incentivo para a ação coletiva<sup>47</sup>.

Sobre a “arte de conviver com o inimigo”, consultámos as obras *The Long March: The True History of Communist China's Founding Myth*, de Sun Shuyun e *A Arte da Guerra*, de Sun Tzu, cuja teoria da convivência com o inimigo foi adotada e assimilada pela resistência timorense com a metáfora “*the Red Army was the fish and the peasants the water, and the water would be poorer without the fish. The support of the peasants was the secret weapons of Communist success.*” Aplicada em Timor, dizia-se que “As FALINTIL eram peixe e o povo era água.”<sup>48</sup> Também foram tidas em conta as obras de Che Guevara.<sup>49</sup> Eder Sader<sup>50</sup> e Ignácio Ramonet,<sup>51</sup> para compreender as táticas de guerrilha que as FALINTIL implementaram. Recorremos aos conceitos “armas dos fracos” e “registro escondido”, aos trabalhos de James C. Scott<sup>52</sup> que mais à frente explicaremos; à obra *Timor-Leste: um povo, uma pátria*, de Xanana Gusmão, mais concretamente à carta a um responsável da Frente Clandestina, em agosto de 1995 obra citada.<sup>53</sup> Além dos trabalhos acima mencionados, várias entrevistas com os guerrilheiros e padres demonstraram essa convivência, especialmente nas entrevistas feitas ao Padre Francisco Barreto, no dia 20 de fevereiro de 2008, a Zeca Parada, no dia 28 de abril de 2008, a Carlos Alberto Xavier Pereira, nos dias 4 e 5 de março de 2011, e a Gilman dos Santos, no dia 23 de maio de 2008, além de outras entrevistas compiladas na obra *Vozes da Resistência Timorense* já mencionada anteriormente.

No que se refere à expansão do nacionalismo, entendido como uma “construção”, uma “comunidade imaginada”, que parte de forma faseada das elites para as massas, revelam-se

---

<sup>46</sup> Cabaço, José Luís (2009), *Moçambique, Identidade, Colonialismo e Libertação*, Editora UNESP, São Paulo.

<sup>47</sup> *Power in movement. Social movements, collective action and politics*, 1994, Cambridge University Press.

<sup>48</sup> Sun, Shuyun (2006), *The Long March*, Londres, Harpper Collins Publishers, p. 18.

<sup>49</sup> *Guevara, Che* (1980), *Textos Econômicos*, S. Paulo, Centro Editorial Latino Americano, Editora Parma Ltda, janeiro de 1980.

<sup>50</sup> Sader, Eder (2011), *Che Guevara – Política*, S. Paulo, Editora Expressão Popular.

<sup>51</sup> Ramonet, Ignacio (2006), *Fidel de Castro*, São Paulo, Boitempo Editorial.

<sup>52</sup> Scott, James S. (1985) *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance – Hidden Transcripts*, 1985 e *Domination and the arts of Resistance – Hidden Transcripts*, 1990, ambos editados por New Haven e Londres, Yale University Press.

<sup>53</sup> Gusmão, Kay Rala Xanana (1994), *Timor-Leste: um povo, uma pátria*, Lisboa, Edições Colibri, p. 117.



imprescindíveis os estudos de Benedict Anderson, um profundo conhecedor de Timor e da Indonésia,<sup>54</sup> e do seu artigo “*Imagining East Timor.*” Além dos estudos de Benedict Anderson, também é fundamental referir os estudos de Eric J. Hobsbawn, *Nações e Nacionalismo desde 1780*, que identificam elementos básicos de uma nação como em Timor-Leste, onde existe uma comunidade de cidadãos de um Estado vivendo sob o mesmo regime ou Governo tendo uma comunhão de interesses como a língua tétum, língua nacional e português língua oficial e a sua cultura que superam os interesses particulares.<sup>55</sup> A “crença de uma vida em comum” representa um elemento importante na formação de uma nação, segundo Max Weber e vários outros autores (conforme pode ser verificado no artigo “Identidade e Nacionalismo”). Seguindo a mesma linha, consultámos as obras de Denys Couche e Stuart Hall,<sup>56</sup> que falam sobre a identidade nacional como processo de unificação e integração das comunidades e culturas locais existentes, “resultado de uma longa história de luta até a definição da sua identidade perante os conflitos que surgiram ao longo dos séculos”. Tivemos também em consideração algumas músicas de Abílio de Araújo e vários poemas de Francisco Borja da Costa, com temas extraídos das culturas tradicionais e sentimentos timorenses, que despertaram o espírito nacionalista timorense e inculcaram o sentido de pertença a uma nação.

A caracterização do povo – nação apresenta-se essencial pelo facto de representar o interesse comum, em detrimento dos interesses particulares, daí que a opção pela Independência/*Ukun Rasik An* se tivesse tornado o interesse comum que unificou o povo.

Apesar de todos os conflitos internos que existiam em Timor, o povo timorense, na interação com outros povos, tinha a sua própria autoimagem. Consideravam-se como gente de Timor Díli, para se diferenciarem da gente de Timor Kupang, e de Timor Ocidental.

Na construção da identidade também se teve em consideração que a identidade timorense foi muito influenciada pelos colonizadores portugueses, através da religião cristã e da língua portuguesa, que introduziram comportamentos específicos no povo timorense, tornando-o diferente dos povos vizinhos. Para analisar esta questão, recorreremos, entre outros, às obras de Luís Filipe F. R. Thomaz, *De Ceuta a Timor*<sup>57</sup>, e de Nuno Canas Mendes, *Como Nasceu Timor-Leste? Nacionalismo Estado e Construção Nacional*<sup>58</sup>.

---

<sup>54</sup> Anderson, Benedict (1991), *Comunidades Imaginadas. Reflexos sobre a Expansão e a Origem do Nacionalismo*, 2005, Lisboa, Edições 70. *Sobre o nacionalismo em Timor*, cf. “Imagining East Timor”, *Lusotopie*, 2001, pp. 233-239.

<sup>55</sup> Hobsbawn, Eric J. (1991), *Nações e Nacionalismo desde 1780*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

<sup>56</sup> Hall, Stuart (1980), *Culture, Media, Language*, Londres, Hutchinson University Library; e *A Identidade cultural na pós-modernidade*: tradução de Maria Guacira Louro. 8.ª ed. Rio de Janeiro, Editora DP & A, 1998.

<sup>57</sup> Thomaz, Luís Filipe F. R. (1994), *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, Difusão Editorial SA.

<sup>58</sup> Mendes, Nuno Canas (2005), *Como nasceu Timor-Leste? Nacionalismo, Estado e Construção Nacional*, Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático (CEPESA).

Considerámos que a opressão, a violência e a atitude de superioridade dos ocupantes indonésios, colocando os timorenses numa situação de “prescindíveis”, foram fatores que intensificaram a expansão do nacionalismo e incutiram um desejo de libertação e de afirmação como povo e como nação. Essa atitude de depreciação pode ser encontrada na obra *Integrasi Kebulatan Tekad Rakyat Timor Timur*,<sup>59</sup> de Soekanto, bem como nos relatos feitos pelos Padres João Felgueiras e José Alves Martins, ambos jesuítas, na sua obra conjunta “Nossas Memórias de Vida em Timor” que nos dá uma descrição sobre as convicções dos ocupantes invasores a respeito do povo timorense. A mesma depreciação foi transmitida no *briefing*, esclarecimento resumido aos comandantes dos pelotões (*Danton*) e aos paraquedistas (*danki*) antes de embarcarem no avião que os ia transportar para Timor-Leste no dia 7 de dezembro de 1975. Respondendo às perguntas dos soldados que pretendiam conhecer as características do inimigo, os timorenses, o Comandante da Brigada, o Coronel Matrozi, respondeu, em língua javanesa, “*Wes poko’e asal ireng, rambute crintik ya itu musuh!*”, isto é, o inimigo basicamente tem a pele negra e cabelo encaracolado. Em termos de capacidade, a preparação para o combate era mais ou menos igual aos dos *Hansip* da Indonésia, defesa civil munidos apenas de armas do tipo mauser<sup>60</sup>.

#### 1.4. OBJETIVOS

Os principais objetivos que levaram a empreender este estudo foram não só o desconhecimento dos timorenses sobre a luta pela libertação que constatámos existir entre muitos timorenses, sobretudo das novas gerações, mas, essencialmente, tentar descobrir as razões, os motivos intrínsecos e extrínsecos que suportaram e apoiaram a luta pela libertação, que se tornaram fonte e dinamismo para essa luta, a ponto de exigir imensos sacrifícios e conseguir responder à pergunta: como foi possível Timor-Leste, um pequeno país com uma população de 700 mil habitantes, com limitações nos recursos humanos e materiais bélicos, ser capaz de resistir durante 24 anos a uma guerra com sucesso contra uma potência militar no Sudeste Asiático e de determinar o seu futuro pela independência?

O desejo de conhecer mais aprofundadamente o povo timorense, a sua luta pela independência, a sua dignidade, os seus sacrifícios, a sua capacidade de luta e de resistência, as suas fragilidades e fracassos foram os principais motivos que me levaram a fazer esta investigação.

#### 1.5. METODOLOGIA E FONTES

Metodologicamente recorreremos ao método conhecido por “história oral”, através de entrevistas a participantes ou testemunhas da resistência timorense, o qual se revelou fundamental pela escassez de

---

<sup>59</sup> Soekanto, (1976), *Integrasi Kebulatan Tekad Rakyat Timor-Timur*, Jakarta, Yayasan Parikesit, p. 628.

<sup>60</sup> Revolta, Bobby (2017), *Operasi Seroja. Di Timor-Timur Dahulu Kami Berjuang untuk Negara, Sebuah Kisah dari Kolonel Infantry (Pur) Michael Roderick Ronny Muaya*, Yogyakarta, Editor Matapadi Pressindo, p. 44.

documentação escrita pelos participantes na resistência. De facto, as necessidades impostas pela clandestinidade limitavam a produção dessa documentação. Terminada a luta, são poucas as memórias escritas, devido à iliteracia de muitos combatentes e à prevalência na sociedade timorense de uma transmissão oral de experiências e conhecimentos.

Com vista a este trabalho, entrevistámos um número considerável de pessoas, que se dispuseram a narrar as suas experiências e cujos testemunhos se consideraram importante, como sucedeu com Francisco Xavier do Amaral, primeiro Presidente da República de Timor-Leste, entretanto falecido.

Estamos conscientes que, tal como acontece com os documentos escritos, também os testemunhos orais carecem de confirmação relativamente à informação que fornecem, a efetuar através do respetivo cruzamento com outras fontes. Nesse sentido, há que ter em atenção a “ilusão biográfica” de que nos fala Pierre Bourdieu e o carácter subjetivo e falível da memória, sempre sujeita à filtragem da experiência posterior e à intromissão do presente de quem nos fala.<sup>61</sup> Tendo em consideração a ideia acima referida, mencionada anteriormente na minha intervenção pessoal na história da resistência, tencionamos recorrer aos seguintes tipos de fontes e a fazer o respetivo cruzamento, entre eles a documentação de arquivos, os livros, as memórias e os testemunhos orais.

Conseguimos consultar também livros de militares indonésios que descreviam as suas passagens por Timor em missão de serviço como é o caso *Xanana Gusmão – Timor-Leste Merdeka Indonesia Bebas*, de Sismowihardjo;<sup>62</sup> *Perjalanan Seorang Prajurit Para Komando* de Sintong Panjaitan;<sup>63</sup> *Timor Timur Satu Menit Terakhir* de Rien Kuntari;<sup>64</sup> *Operasi Seroja Di Timor-Timur Dahulu Kami Berjuang Untuk Negara, Sebuah Kisah dari Kolonel Infantri* (Purnawirawan/soldado aposentado) Michael Roderick Ronny Muaya, *Pejuang Veteran Eks Timor-Timur, Desember 1975-Desember 1978*, de Bobby Revolva.<sup>65</sup>

Sobre a Disputa da Juventude (cf. Capítulo 8), na qual surgiu o interesse de conquistar a juventude timorense, tivemos como base a obra de Helen van Klinken, *Anak-Anak Tim-Tim di Indonesia* <sup>66</sup>.

Foram utilizadas fontes primárias constituídas por entrevistas compiladas pelo autor da tese no livro *Vozes da Resistência Timorense*, num total de 26 entrevistados, incluindo guerrilheiros, padres, clandestinos, prisioneiros e apoiantes distribuídos da seguinte forma: cinco padres que tiveram contacto com os guerrilheiros; um irmão salesiano; o primeiro Presidente de Timor-Leste; dezasseis comandantes

---

<sup>61</sup> Bourdieu, Pierre (1986), “L’illusion biographique”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (62/ 63), juin 1986, pp. 69-72.

<sup>62</sup> Sismowihardjo (1999) *Xanana Gusmão, Timor-Leste Merdeka, Indonesia Bebas*, Editor Tri Agus, Solidamor.

<sup>63</sup> O percurso de um militar – Os Comandos de Sintong Panjahitan.

<sup>64</sup> *Timor-Timur, o último minuto final*, de CM Rien Kuntari.

<sup>65</sup> *Operasi Seroja, Di Timor-Timur Dahulu Kami Berjuang untuk Negara*, de Bobby Revolva, *Sebuah Kisah dari Kolonel Infantri* (Purn) Michael Roderick Ronny Muaya, *Pejuang Veteran Eks Timor-Timur – dezembro de 1975 a dezembro de 1978*.

<sup>66</sup> Klinken, Helen Van (2014), *Anak-anak Tim-Tim di Indonesia, sebuah Cermin Masa Kelan*, Jakarta, KPG, *Kepustakaan Populer Gran Media*.

e guerrilheiros que atuaram diretamente na guerrilha; um clandestino que transportava Xanana Gusmão no seu carro, trazendo-o das montanhas para Díli; uma ex-prisioneira e um jovem que viveu no mato com a guerrilha.

Utilizámos também livros e documentos escritos pelos próprios intervenientes na luta pela libertação como, por exemplo, Xanana Gusmão e os seus contemporâneos: Carlos Filipe Ximenes Belo, Mário Viegas Carrascalão, Paulo Pires, Carlos da Silva Saky, os Padres João Felgueiras e José Alves Martins, Manuel Cárceres que nos relataram os acontecimentos ocorridos durante o período de 1974-1975, as atividades da Frente Diplomática no exterior, a convergência nacionalista entre a UDT e a FRETILIN, a luta dos estudantes na Indonésia, a destruição e reconstrução do povo timorense.

Foram ainda utilizados livros e escritos de autores, que se debruçaram sobre a política da Indonésia em relação ao Timor Português, a manifestação do desejo dos povos pela autodeterminação e as estratégias utilizadas para a conquista da independência e especificamente sobre Timor, o processo da descolonização e a intervenção das Nações Unidas.

No capítulo que agora encerramos procurou-se fazer uma apresentação geral e introdutória da Tese; referenciando as motivações manifestadas desde há longa data para traçar uma história das dinâmicas políticas pelas quais Timor passou, percorrendo desde a fase dos desentendimentos políticos, ao período da ocupação do território pela Indonésia, à manifestação do desejo pela libertação e independência. Embora o nosso centro de análise seja Timor, procurou-se também descrever a grande mudança que se deu na política da Indonésia ao reconhecer o fracasso da ocupação do território de Timor-Leste.

O autor desta tese procura uma análise do ponto de vista de um historiador, contudo tem presente a sua intervenção como agente participativo na luta pela independência de Timor-Leste.

No capítulo seguinte procuramos apresentar as teorias que serviram de base á estruturação da luta de libertação de Timor-Leste. Esta não foi uma luta que decorreu de forma desorganizada e sem diretrizes, não foi uma luta composta pela ação de grupos de “perturbadores desorganizados”, mas sim uma luta desenvolvida de forma disciplinada, que procurou seguir os enunciados e teorias de autores clássicos das lutas da libertação.

## 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo são apresentados os autores cujas teorias permitem esclarecer e ajudam a interpretar a realidade da luta timorense e que serviram de base teórica na condução da guerra até à sua total libertação. Entre essas teorias, podemos mencionar as que seguem.

### 2.1. A TEORIA ANTROPOLÓGICA

Segundo Armando Pinto Corrêa, no *Gentio de Timor*,<sup>67</sup> as alianças tradicionais, os pactos de sangue, os casamentos tradicionais pelo “*Berlaki*”, o processo da aquisição da noiva – desempenhavam um papel muito importante nas relações familiares e unificavam as famílias para enfrentar, em conjunto problemas e resolver conflitos. Em que consistia a cerimónia do pacto de sangue? Os pactuantes enchiam um pequeno vaso de *tua aka*<sup>68</sup> e juntavam-lhe uma pitada de terra e algumas gotas de sangue de cada pactuante. Sobre a vasilha, colocava-se um *surik*, ou seja, uma espada sagrada. Antes de beber o líquido, invocava-se o testemunho de Deus e do espírito da terra. Os pactuantes juravam ficar amigos e ser aliados ate à morte e praguejavam para que quem traísse o juramento fosse vitimado pelo *surik*. Em seguida, todos bebiam o conteúdo do *tua aka* misturado com o sangue e ficavam assim estabelecidas as alianças feitas pelo juramento. Mediante “*barlaques reais*”, as famílias dos soberanos timorenses ficavam ligadas pelos fortes laços do *fetosa-umane*<sup>69</sup> e constituíam obrigações hereditárias de intercasamentos que se tornavam numa aliança inviolável sob pena de castigos sobrenaturais de sucessivas gerações reinantes.<sup>70</sup> Essas alianças tinham como objetivo “a defesa de interesses mútuos e secretos” e eram válidas para toda a descendência, sem limites de geração, e tinham um impacto muito forte entre as famílias, estabelecendo uma união e evitando o desentendimento. Foi devido à necessidade de autodefesa numa sociedade limitada em termos geográficos e por uma política bastante débil e dividida pelos diferentes dialetos e subdialetos, que existiam grandes dificuldades nas relações sociais com os países vizinhos. Quanto mais sólida e ramificada é uma família, mais assegurada está a sua defesa dentro da sua própria tribo, como também fora das suas fronteiras. As alianças tinham mais força do que o idealismo e o sentimento de pertença aos partidos políticos. Foi assim que nos inquéritos e nos interrogatórios os integracionistas defendiam os seus parentes envolvidos na luta pela independência e os libertavam das prisões.

Segundo a observação de René Pélissier, “Os laços familiares pelo barlaque são mais poderosos que os juramentos de obediência ao rei de Portugal”<sup>71</sup>. John G. Taylor verificou que os indonésios reconheceram que o elo familiar era um fator muito importante na resistência timorense na defesa dos

---

<sup>67</sup> Corrêa, Armando Pinto (1934), *Gentio de Timor*, Lisboa, Imprensa LUCAS & Ca.

<sup>68</sup> Líquido alcoólico extraído de certo géneros de palmeiras.

<sup>69</sup> *Fetosa* significa “a parte da mulher”; *umane* “a parte do homem”.

<sup>70</sup> Corrêa (1934), *Gentio...*, pp. 265-266.

<sup>71</sup> Pélissier, René (2007), *Histórias de Portugal, Timor em Guerra, A Conquista Portuguesa 1847-1913*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 117.

seus membros. Nos documentos indonésios capturados pela resistência, registava-se a opinião dos invasores de que um largo apoio da população foi conseguido devido aos laços familiares.<sup>72</sup> Assim, os pactos de sangue realizados entre as famílias tiveram um papel muito importante na luta pela libertação de Timor.

## 2.2. A TEORIA DO NACIONALISMO E IDENTIDADE

Segundo Xanana Gusmão, “o nacionalismo foi a causa de várias guerras em Timor [...] era qualquer coisa viva que veio sendo transmitida de geração em geração, e evocada anualmente nas festas tradicionais denominadas estilo”<sup>73</sup>.

Xanana Gusmão referiu ainda que a identidade timorense surgiu como efeito de “uma miscigenação cultural, produto da interação de relações entre o dominador e o dominado” e que esta identidade, “foi o fruto de várias etapas de convivência que o povo timorense teve desde a chegada dos colonizadores portugueses”<sup>74</sup>.

Timor-Leste construiu uma identidade própria devido ao contacto com os portugueses e à entrada da língua portuguesa e da religião católica em Lifau, em 1515. Este contacto deu origem ao processo da diferenciação do povo timorense em relação a outros países vizinhos e constituiu também a base para a criação de uma identidade própria ao povo timorense.

Segundo o mesmo Xanana Gusmão, “os elementos que identificam o povo *maubere* foram a sua etnia – identidade étnica, a sua história – identidade histórica, sua cultura – identidade cultural e a sua religião – identidade religiosa”<sup>75</sup>.

Para José Mattoso, a “consciência nacional” é um processo longo que, no início, não envolve todos os sujeitos, apenas era uma preocupação das classes de elite e que, paulatinamente, se difunde a outros membros<sup>76</sup>. O acesso à educação e o aparecimento das circunstâncias favoráveis viriam incentivar a atualização dos sentimentos da consciência nacional.

As revoltas e os movimentos pela independência quase sempre foram liderados pelos instruídos, como foi o caso dos movimentos que surgiram pela luta da independência. Um desses casos é o exemplo

---

<sup>72</sup> Taylor, G. John (1993), *Timor: a história oculta*, pp. 274-275, 1993.

<sup>73</sup> Gusmão, Xanana (1994), *Timor-Leste: um povo, uma pátria*, Lisboa, Edição Colibri p. 88.

<sup>74</sup> Xanana Gusmão (1997) no Boletim Funu, 1989/1990; 22, citado por, Maurício Waldman e Carlos Serrano, *Brava Gente – a saga do povo maubere*, p. 37, 1997.

<sup>75</sup> Gusmão (1994), *Timor...*, p. 54.

<sup>76</sup> José Mattoso citado por Nuno Canas Mendes (2005), *Como Nasceu Timor-Leste? Nacionalismo, Estado e Construção Nacional*, Lisboa, Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático, p. 35.

dos estudantes que saíram das universidades, tanto da Indonésia como de Portugal, pois foram eles que mais se mostraram a favor da independência de Timor-Leste <sup>77</sup>.

### 2.3. A TEORIA DA OPRESSÃO FÍSICA E CULTURAL

Paulo Freire, na obra *Pedagogia do Oprimido*, esclarece que com “a distorção de ser mais ou de ser menos, leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos”<sup>78</sup> e que “a libertação nunca chega pelo acaso, mas pela práxis ou prática corrente de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.”<sup>79</sup> A extrema violência adotada pelas forças da ocupação contribuiu para reforçar o sentimento de união entre a população violentada e intensificou a luta pela libertação,<sup>80</sup> como se pode comprovar pelos seguintes massacres: 7 de dezembro 1975, em Díli, no porto de Díli / Ponte Cais; no Recinto do Edifício de Assistência Social, hoje Universidade Nacional de Timor Loro Sa’e; na ribeira Malhoa; no Cerco e Aniquilamento, em setembro de 1977. Nos ataques feitos contra a população e contra a resistência em Matebian, em 1978, as forças de ocupação destruíram e queimaram tudo o que encontraram pela frente, utilizando também as “bombas incendiárias”, muito temidas pela população<sup>81</sup> no massacre de Aitana, em Lacluta, a 7 de setembro de 1981, e também no massacre de Crarás, a 7 de setembro de 1983. Ainda em 1983, as forças indonésias do batalhão 745 mataram alguns prisioneiros em Muapitine, em Lospalos, com catanas, espadas e machados, acompanhados pelo *batuque*, dança tradicional timorense.<sup>82</sup> Entre as vítimas encontravam-se: Lino Xavier, Leonel Oliveira, Ângelo da Costa, Alberto dos Santos e Álvaro Freitas.<sup>83</sup> Em 1983, foram desterrados para a ilha de Ataúro mais de cinco mil timorenses – homens, mulheres, crianças e idosos – só porque tinham familiares na guerrilha. Era necessário separá-los, para evitar que lhes dessem apoio<sup>84</sup>.

Tal como foi afirmado para outro contexto, foi a própria severidade que criou as condições necessárias para o desenvolvimento de um movimento nacionalista forte e militante<sup>85</sup>.

As violações, os abusos, as prisões arbitrárias, os massacres o comportamento das tropas indonésias, a marginalização feita aos timorenses,<sup>86</sup> fizeram realçar as “diferenças” e o sentimento de

---

<sup>77</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 130.

<sup>78</sup> Freire, Paulo (2010), *Pedagogia do Oprimido*, São Paulo: Paz e Terra Ltda. pp. 32-33.

<sup>79</sup> *Idem, ibidem*, p. 34, 2010.

<sup>80</sup> Centeno, Rui M. S. e Rui Alexandre Novais, orgs. (2006), *Timor-Leste: de Nação ao Estado*, Porto, Edições Afrontamento, p. 51.

<sup>81</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 196.

<sup>82</sup> *Idem, ibidem*, p. 396.

<sup>83</sup> Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação (CAVR) (2013), *Relatório Final da Comissão de Timor-Leste para Acolhimento, Verdade e Reconciliação*, Jakarta, PT. Gramedia, p. 198.

<sup>84</sup> Timor Carrascalão, (2006), *Timor...*, pp. 238-239.

<sup>85</sup> Mondlane, Eduardo (1995), *Lutar por Moçambique*, 1ª Edição Moçambicana, Maputo: Coleção Nosso Chão, p. 14.

<sup>86</sup> Mendes (2005), *Como nasceu Timor...*, p. 116.

individualidade étnica [...] de ordem estrutural<sup>87</sup>. A insegurança que a integração poderia trazer ao povo timorense no futuro, quando um dia Timor fosse definitivamente integrado na Indonésia, foi um dos grandes motivos da luta em prol da independência.

A opressão contra o povo timorense incentivou e dinamizou a luta da Resistência Armada contra a Ocupação e, conforme disse Xanana Gusmão, “A violação dos direitos humanos está na razão direta da consciência patriótica do Povo *Maubere* e a consciência patriótica do nosso Povo fortifica-se também na razão direta dessas violações”<sup>88</sup>. O mesmo se deu em Timor-Leste.

*“Un ejército enfrentando a la guerrilla ejecutaria a los rehenes, quemará viviendas, arrestará a los miembros de la familia, destruirá la propiedad, torturará a los prisioneros y conducirá a poblaciones enteras a campos fuertemente custodiadas con la esperanza de que el pueblo se dé cuenta de que apoyar a la insurgencia es demasiado peligroso. Pocas veces funciona”<sup>89</sup>.*

Segundo nos relatou, a Elisa Martins, nas operações militares, caso apanhassem alguém, torturavam-no e depois matavam-no ou, então, com uma faca, faziam uma cruz nas costas, rasgavam-lhe a pele, como se faz aos cabritos, cortavam-lhe as orelhas ou enterravam-no vivo.<sup>90</sup> Quem praticava esses atos eram os elementos da UMI,<sup>91</sup> uma organização ligada ao RPKD,<sup>92</sup> cuja missão era fazer inquéritos. Noutras ocasiões, quando capturavam alguém, amarravam-lhe as mãos e atavam-nas ao tanque de guerra com um cabo de aço, sendo a vítima arrastada até à vila – por vezes, a vítima chegava à vila completamente desfeito e desfigurado, como também exibiam aos familiares e ao público e membros do corpo cortados, como, por exemplo, orelhas, órgãos genitais, cabeças, etc.<sup>93</sup> A população era obrigada a presenciar essas cenas, caso contrário era tida como apoiante da FRETILIN.<sup>94</sup> Conforme o Pe. José Martins, para desmoralizar a resistência, obrigavam os presos a fazerem as necessidades no prato com a comida miserável que lhes davam. Como também obrigavam os maridos e as mulheres a terem relações sexuais em público<sup>95</sup>.

Para forçar a população à submissão também utilizavam métodos de execução como, por exemplo, a morte lenta deixando as vítimas nuas, sem comida nem água, em lugares escuros, a utilização

---

<sup>87</sup> Thomaz, Luís F. R. (1994), *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, pp. 609-610.

<sup>88</sup> Gusmão (1994), *Timor-Leste ...*, p. 68.

<sup>89</sup> White, Matthew (2012), *Crónica de las Grandes Atrocidades de la Historia*, Buenos Aires, Editorial Paidós SAIFCS, p. 473.

<sup>90</sup> Sousa (2013), *Voices ...*, p. 153.

<sup>91</sup> UMI – Era um dos grupos que apoiava os militares tares indonésios na infiltração em Timor antes da invasão. Eram eles: *Team Umi*, *Team Tuti* e *Team Susi*.

<sup>92</sup> RPKD – *Regimen Pasukan Komando Angkatan Darat*.

<sup>93</sup> Em Laleia, segundo me declarou um testemunho ocular em dezembro de 2018, os militares foram num helicóptero levaram a cabeça decepada de um guerrilheiro. Reuniram o povo no recinto da Igreja, exibiram a cabeça do guerrilheiro ao povo perguntando se era a cabeça do Xanana. O povo inteligentemente respondeu que sim. Com isso os homens que estavam presos foram todos libertos.

<sup>94</sup> Sousa (2013), *Voices ...*, pp. 156-157.

<sup>95</sup> Martins (2014), *Da Cruz...*p.64.



de choques elétricos nos prisioneiros, pontas de cigarros, arrancar unhas, espancamentos até as vítimas ficarem destroçadas, passar dias inteiros nos bidões cheios de água<sup>96</sup>.

Carlos Filipe Ximenes Belo, fez o seguinte relato sobre as prisões e maus tratos:

“Quando levam as pessoas para a prisão, a primeira coisa que lhes fazem é espancá-las. Tenho recebido cartas de prisioneiros e de ex-prisioneiros que me contam todos os tipos de tortura: choques elétricos, queimaduras dos órgãos genitais com cigarros, mergulhos em barris de água gelada e chicotadas até dizerem que são colaboradores da FRETILIN”<sup>97</sup>.

Afirma José Luís Cabaço, que em Moçambique,

“a fonte da unidade nacional foi o sofrimento comum durante os últimos cinquenta anos sob o domínio português [...] A severidade criou as condições necessárias para o desenvolvimento de um movimento nacionalista forte e militante e a clandestinidade tornou-se a melhor escola de formação de quadros políticos fortes, dedicados e radicais”.<sup>98</sup>

Um paralelismo poderá ser ensaiado com o vivido em Timor-Leste:

“A violência aplicada pelas forças da ocupação para sufocar esse desejo de liberdade contribuiu para reforçar o sentimento de união entre a população dominada predominantemente pelo divisionismo considerado como uma doença endémica social secular de Timor e intensificou o desejo da luta de libertação”<sup>99</sup>.

Um dos grandes propagandistas da independência de Timor foi a própria Indonésia. “Três horas antes da invasão, o povo desejava a presença indonésia, três horas depois, o povo ganhou por eles uma aberração e rejeição”<sup>100</sup>.

Segundo Teresa Amal, “a ocupação indonésia não assumiu apenas um carácter militar, mas, simultaneamente, uma ocupação identitária.” Foi assim a ocupação indonésia, cujos objetivos eram criar um espaço social e simbólico para a difusão e adaptação do *bahasa* indonésio, língua indonésia, da cultura indonésia, até se ocuparem dos comportamentos sociais, reconstruir o imaginário nacional e os vínculos históricos,<sup>101</sup> pela filosofia do Estado *Pancasila* e *Sumpah Pemuda*, Juramento da Juventude, em 1920, onde se declarava uma só nação, a Indonésia, uma só língua, o *bahasa indonesia*, e uma só pátria, a Indonésia. Porém não foi isto o que aconteceu. A presença indonésia, pelo contrário, ajudou a intensificar, consolidar e aprofundar a criação da ideia de uma comunidade imaginária timorense.

---

<sup>96</sup> Martins (2006), Nossas...p.96

<sup>97</sup> Belo (1993) Jornal, O Estado de S. Paulo 11/2/1993, p.93

<sup>98</sup> Cabaço (2009), *Moçambique...*, p. 87.

<sup>99</sup> Centeno, Rui M. S. e Rui Alexandre Novais (orgs), (2006), *Timor-Leste: de Nação ao Estado*, Porto, Edições Afrontamento, p. 51.

<sup>100</sup> Comentário feito ao autor da tese por D. José Joaquim Ribeiro em fevereiro de 1976, em Lecidere, Díli.

<sup>101</sup> Amal, Teresa (2006), *Sete Mulheres de Timor*, Feto Timor Nain Hitu, Santa Maria da Feira Instituto Português da Juventude, Rainha & Neves Lda. p. 15.

O dispositivo omnipresente da ocupação com a sua opressão física e cultural, prisões arbitrárias, chacinas, matanças, fuzilamentos, massacres, durante a ocupação, reforçaram o desenvolvimento do nacionalismo, da união nacional, a formação de uma autêntica consciência de libertação e intensificaram o sentimento e a consciência nacional com resistência ativa e passiva.

Tentou criar-se uma opinião de que o povo timorense era tipicamente indonésio, porém verificou-se que os timorenses são diferentes dos indonésios, *masyarakat Timor-Timur tidak tipikal Indonesia*. Enquanto a população indonésia, na sua maioria muçulmana, tem ascendência *melayu*, os timorenses são provenientes da Melanésia, cuja maioria dos habitantes é apoiante da religião católica. Como tal, também foi diferente a história do colonialismo<sup>102</sup>.

O desconhecimento sobre o povo timorense por parte dos indonésios, da sua cultura e da sua história, levou-os a tomar uma atitude contra Portugal, como tiveram contra a Holanda, como se a colonização portuguesa fosse idêntica à holandesa. Para os indonésios, Timor estava para Portugal como a Indonésia estava para a Holanda, e queriam que os timorenses os encarassem como libertadores de um domínio que fora, afinal, bem mais leve do que o seu. Como tal, os indonésios não conseguiram perceber que ali a cultura islâmica se apresentava essencialmente como um fator de diferenciação, enquanto que em Timor a cultura católica era um traço de união.<sup>103</sup>

#### **2.4. A TEORIA DA REACTÂNCIA PSICOLÓGICA**

A Reactância Psicológica<sup>104</sup> é uma reação afetiva aversiva em resposta às restrições impingidas sobre a liberdade e a autonomia, ou seja, a motivação para a recuperação da liberdade ameaçada ou perdida, como por exemplo, obrigar os timorenses a aceitar a integração à força, após a perda da independência pela invasão. Esta situação gera determinados comportamentos para restabelecer a autonomia ou a liberdade. E todas as vezes que a liberdade da pessoa é ameaçada pela supressão ou restrição, desenvolve-se uma motivação interna que tenta recuperar a liberdade perdida ou ameaçada<sup>105</sup>.

A reactância estimula as pessoas a formar opiniões contrárias às impostas. No caso de Timor, os cinco princípios do Estado indonésio *Pancasila* eram impostos a todos os timorenses, e todos tinham que os saber de cor.

---

<sup>102</sup> Singh, Bilveer (1998), *Timor-Timur Indonesia dan Dunia*, Jakarta, PT. Citra Karisma Bunda p. 321.

<sup>103</sup> Thomaz, Luís Filipe (2008), *País dos Belos: Achegas para a Compreensão de Timor-Leste*, Macau, Tipografia Hung-Heng, p. 365.

<sup>104</sup> Reactância, s.f. FÍSICA: parte de impedância de um circuito, percorrido por uma corrente alternada, que não é devida a resistência pura, mas sim à indutância e à capacidade do circuito, in *Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora, p. 737.

<sup>105</sup> Moss, Dr. Simon (sd) Sico Tests, “Psychological reactance theory”, citando Jack W. Brehm (1966), *A theory of psychological reactance*. New: Academic Press. Consultável em: [www.sicotest.com/psyarticle.asp?id=65](http://www.sicotest.com/psyarticle.asp?id=65), p.1, consultado no dia 20 de fevereiro de 2017

As pesquisas demonstram que algumas formas dogmáticas da linguagem também provocam reactância quando são entendidas como ameaçadoras, e provocam ira e pensamentos desfavoráveis quando se utilizam algumas expressões, tais como: “deve”, “é necessário”, “não se permite”, “é extremamente sério”, “não existe.”<sup>106</sup>

Um bom exemplo dessas formas dogmáticas foram as ameaças feitas por Raja Guguk aos comandantes, adjuntos assistentes e secretários da Frente Armada, a elite dos quadros médios em 1981, em Díli: “Uma coisa que vocês devem ter na cabeça; não existe Timor-Leste, mas sim Timor-Timur Indonésia. Ai dos *berkepala dua*, os que tem duas cabeças (os indecisos) e duvidam de que Timor é parte da Indonésia. Eu não vos mato, deporto-vos para fora de Timor-Timur”<sup>107</sup>.

Antes do cessar-fogo, em março de 1983, Benny Murdani escreveu a Xanana Gusmão ameaçando-o para não pensar em pedir ajuda exterior, mas a cooperar com o Governo da Indonésia. Caso contrário seriam destruídos pela *Operasi Persatuan* (Operação Unidade), a ter lugar em agosto.<sup>108</sup>

Após o fim do cessar-fogo, a 17 de agosto de 1983, voltou a ameaçar a resistência e anunciou o plano para esmagar a Resistência Timorese: “Desta vez vamos atingi-los sem misericórdia.”<sup>109</sup>

No dia 3 de fevereiro de 1990, juntamente com o General Benny Murdani, ministro da Guerra, lança a ameaça a Xanana Gusmão de que era um sonho ter um Estado de Timor-Leste. No passado existiam pequenos Estados na Indonésia que desejavam ser independentes, mas a Indonésia, sem hesitar, anulou essas pretensões, havendo rebeliões mais fortes do que a da FRETILIN<sup>110</sup>.

Para percebermos melhor esta ideia, indicamos, de seguida, os quatro elementos principais da teoria da reactância.

1. A Liberdade percebida, na qual o indivíduo acredita que é livre;
2. Ameaça à liberdade de pertencer a um Timor-Leste livre e independente;
3. A Reactância, ou seja, reação a essas imposições, por exemplo, aceitar pela força de ser um cidadão indonésio;
4. Restauração da Liberdade, ou seja, a luta pela aquisição da liberdade perdida<sup>111</sup>.

---

<sup>106</sup> *Idem, ibidem*, pp. 1-2.

<sup>107</sup> Na altura, segundo rumores, deveriam ser levados para o Distrito de Liquiçá onde seriam mortos. Tais rumores chegaram aos ouvidos do Bispo D. Martinho da Costa Lopes, que foi imediatamente ao KODIM (Comando Militar Regional), onde estavam os prisioneiros e interveio, impedindo que fossem levados para serem fuzilados. Domingos de Sousa (2014), *Vozes da Resistência Timorese...*, entrevista com Virgílio Simith, pp. 171-172.

<sup>108</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Capítulo III: História do Conflito, p. 113.

<sup>109</sup> *Idem, ibidem*, p. 115.

<sup>110</sup> Taylor, John G. (1993), *Timor: a história oculta*, p. 372. Discurso do general Benny Murdani, Díli, 3 de fevereiro de 1990, transcrito de cassetes gravadas por Liem Soei Liong, e traduzido por Carmel Budiarto. O discurso está disponível como um documento do Tapol.

<sup>111</sup> Rodrigues, Aroldo (1969), *Efeitos de Reatância Psicológica e Redução ao de Dissonância sob Diferentes Condições de Liberdade e Escolha*, Biblioteca Digital, [tg.v.br/ojs/index.php/abpa/article/view/16303](http://tg.v.br/ojs/index.php/abpa/article/view/16303), p. 21

Para justificar a sua presença, em Timor, a Indonésia lançou uma propaganda cujo objetivo era salvar o povo timorense do atraso e do desleixo do colonialismo português, como disse o Chefe da Comissão I do Parlamento da República da Indonésia, Imron Royadi, na visita de “um dia” a Timor-Leste, a 24 de junho de 1976:

“Na realidade, para aquela gente, viver para quê? Parece que não tem objetivo de vida. Assemelham-se apenas a coisas. Viver por viver apenas. Por isso, depois da integração com toda a força, deve-se iniciar desde o á-bê-cê em todos os aspetos da construção”<sup>112</sup>.

Os timorenses pertenciam à categoria dos dispensáveis.<sup>113</sup> Sem os timorenses, a Indonésia continuava a viver e a seguir o seu caminho. Em setembro de 1975, Dading Kalbuadi, um estrategista militar da invasão de Timor, sediado em Batugadé, informou que “com ou sem a FRETILIN, a Indonésia invadiria na mesma Timor”<sup>114</sup>.

A mesma afirmação foi feita por um dos funcionários da imigração ao qual, Manuel Babo, um dos líderes da UDT e o Secretário-Geral da UDT, Domingos de Oliveira, contactaram na fronteira Timor-Leste Indonésia para comprar munições. Após várias insistências do Manuel Babo, o homem respondeu:

“Os senhores não têm outra alternativa. Queiram ou não, com o 11 de agosto ou sem o 11 de agosto, com a FRETILIN Marxista-Leninista ou sem a FRETILIN Marxista-Leninista, vocês não podem ficar independentes. Nós vamos invadir Timor”<sup>115</sup>.

Havia indonésios que tomavam atitudes de superioridade para com os timorenses, como podemos ver a seguir: “Nós, os soldados indonésios, não precisamos dos timorenses“, declarou o comandante da guarnição militar de Díli, [...] “lidamos com os timorenses como lidamos com os porcos – mata-mo-los sempre que possível”<sup>116</sup>.

Frases de depreciação eram lançadas não só pelos chefes militares como também pelos civis, como se pode observar pelas palavras dos professores da Escola de Formação de Professores (*Sekolah Pendidikan Guru*) que, quando os alunos não eram capazes de responder às perguntas, e eram reconhecidos como familiares de algum independentista, diziam: *bodoh-boh begini kok mau jadi merdeka*, ou seja, “assim estúpidos querem ser independentes”<sup>117</sup>!

---

<sup>112</sup> Soekanto,(1976) *Integrasi...*, (1976), p. 683

<sup>113</sup> ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2000), *Os Vinte e Cinco Anos da “Questão de Timor-Leste” no Parlamento Nacional Volume I*, Lisboa, Assembleia da República, Divisão de Edições, p. 291.

<sup>114</sup> Pires (2013), *Timor*, p. 105.

<sup>115</sup> Fonseca (2014), Rui Brito de, *Timor – Em memória de Augusto César Mouzinho, vice-presidente da U.D.T Herói esquecido* – Litogaia – Artes Gráficas Lda., p. 85.

<sup>116</sup> Citação tirada de um documento apresentado ao *Fourth Christian Consultation on East Timor*, 22-24 de janeiro de 1990, Lisboa, citado por John G. Taylor, *Timor: a história oculta*, Lisboa, Bertrand Editora, p. 315.

<sup>117</sup> Gusmão, Maria Manuela (2010), *Cooperação Bilateral, Brasil-Timor-Leste na profissionalização docente em serviço: perspectivas e desafios do Século XXI*, Brasília, Tese de Mestrado, p. 10.

Os factos comprovam o comportamento da Indonésia em relação aos que defenderam a Integração, que eram mal tratados quando protestavam contra a Indonésia ou quando deixavam de lhes ser úteis, como aconteceu com os defensores da integração, como, por exemplo, Arnaldo dos Reis de Araújo, 1.º Governador de Timor nomeado por Jacarta, Guilherme Gonçalves, 2.º Governador, Abílio Osório Soares, Chefe do Departamento das Obras Públicas, João Martins, Chefe do Departamento da Educação morto envenenado, Alarico Fernandes, João Branco e Kilik, depois de se terem rendido.

## 2.5. A TEORIA DA GUERRA POPULAR

A metáfora “ *The Red Army was the fish and the peasants water.* ”<sup>118</sup> Na resistência timorene se traduzia por: “O povo era água e as FALINTIL eram peixe.” A frase revela um grande envolvimento e convivência entre o exército e o povo na luta pela libertação, como foi comprovado pela seguinte afirmação: “A guerra revolucionária é uma guerra de massas; ela só pode realizar-se mobilizando as massas e apoiando-se nelas [...] A maior fonte de energia para a guerra está nas massas populares”<sup>119</sup>.

O exército deve fundir-se com o povo, de modo que este veja nele o seu próprio exército. Enquanto o exército compreender o povo, tiver fé no povo e identificar-se com o povo, as dificuldades serão ultrapassadas. Esta “teoria” foi bem aplicada em Timor-Leste, onde as FALINTIL foram consideradas como o peixe e o povo como a água, significando que as FALINTIL só podiam sobreviver se tivessem o apoio do povo. E foi o que aconteceu em Timor, onde o povo dava total apoio às FALINTIL. Existem muito exemplos a esse respeito, de tal modo que o exército da ocupação tinha consciência dessa realidade e sabia que o povo timorense dava total apoio ao exército em mantimentos, medicamentos, dinheiro, armas, balas e outros materiais, tal como ajuda em termos de logística, refúgios e informações.

## 2.6. A TEORIA DA CONVIVÊNCIA E DO CONHECIMENTO DO INIMIGO

“Conhecendo o inimigo e conhecendo-se a si mesmo, não será preciso temer o resultado de uma centena de batalhas. Conhecendo-se a si mesmo mas não conhecendo o inimigo, a cada vitória corresponderá a uma derrota Sun Tzu). [...] Apesar de o inimigo ser mais forte numericamente, podemos impedi-lo de combater. Planeie como descobrir os planos dele e as suas probabilidades de sucesso, (Sun Tzu)”<sup>120</sup>.

É necessário conhecer os pontos fracos e fortes do inimigo, a sua moral, a sua capacidade de luta, a sua motivação. O exército de ocupação não teve um bom conhecimento do inimigo, os timorenses, desprezou a sua capacidade de luta, a sua vontade de lutar pela libertação, a sua prontidão para sacrificar

---

<sup>118</sup> Shuyun, Sun (2006) *The Long March*. London: Harper Press An imprint of Harper Collins Publisher.

<sup>119</sup> Tsé-Tung, Mao (2016), *O pequeno livro Vermelho*, “A guerra popular”, Lisboa, Guerra e Paz, Editores, S.A., p. 131.

<sup>120</sup> Tzu, Sun (2012), *A Arte da Guerra, Os Treze Capítulos Originais*, 2.ª ed., São Paulo: Clio Editora, p. 58.

as suas vidas pela pátria, desconhecendo também o tipo de armamento que as FALITIL possuíam. Colocaram os timorenses numa situação de prescindíveis cuja capacidade de luta seria igual às dos *Hansip*, munidos apenas de armas tipo *mauzer*. A Indonésia desconhecia também a força do elo familiar que ligava os timorenses por meio dos casamentos e pactos de sangue. Como referiu Pélissier, “Os laços de barlaque são, neste caso, mais poderosos que os juramentos de obediência ao rei de Portugal.”<sup>121</sup> O governador José Celestino da Silva tinha este conhecimento e por isso, até se intrometia nos casamentos dos *liurais*, procurando que os casamentos fossem com os que eram pro-Portugal, a fim de evitar sublevações.

Segundo José Parada, um dos comandantes da Frente Armada que teve contactos com o pessoal que vivia nas vilas, disse que quem deu as ordens para contactar com as pessoas da vila foi Xanana Gusmão. O objetivo era conhecermos o inimigo: que armamento e planos tinham, qual era a moral da população, etc.<sup>122</sup> Segundo o padre Francisco Barreto, Baltazar Braz, chefe dos *Hansip*, os serviços de Inteligência da Indonésia, pertencia também às forças do comando da tropa indonésia e, ao mesmo tempo, trabalhava com a resistência timorense na clandestinidade. Passava muitas notícias úteis para as forças da resistência utilizando os estafetas e informava Xanana Gusmão de tudo o que se passava no seio da tropa indonésia notícias, planos de assalto e de ataques, bem como a respetiva hora, local e data. Tudo era dito à guerrilha<sup>123</sup>.

## 2.7. A TEORIA DA GUERRA DA GUERRILHA

Após a queda da base de apoio de Matebian em 22 de novembro de 1978, dividimo-nos em pequenos grupos. Tirar as fardas, esconder as armas, acompanhar a situação da guerra e procurar contactar com a população foram as primeiras orientações.

Xanana Gusmão e os seus guerrilheiros dirigiram-se à Ponta Leste, para onde fora designado responsável da guerrilha. Para Xanana Gusmão, a guerra da guerrilha começou como ele mesmo a descreveu:

“Foi quando saímos de Matebian, em 28 de novembro de 1978. Em 7 de dezembro, entrávamos na planície frente a Mehara. Seria o começo da minha iniciação de guerrilha. Instalei-me em casa do *kepala kampung*, ou seja, chefe de povoação local e, durante meses percorri todos os outros campos, reunindo-me com as populações e, essencialmente ouvindo e aprendendo”<sup>124</sup>.

---

<sup>121</sup> Pélissier (2007), *Timor...*, p. 117.

<sup>122</sup> Sousa (2013), *Vozes ...*, p. 203.

<sup>123</sup> *Idem, ibidem*, p. 346.

<sup>124</sup> Gusmão (1994), *Timor-Leste...*, p. 152.

Sobre a guerra da guerrilha que substituiu a guerra clássica, Xanana Gusmão fez a seguinte declaração:

“A impaciência é um pecado mortal na nossa guerra. Não deveis entender a ‘guerra da guerrilha’ como os combates que travámos com soldadesca ocupante. Tudo o que está envolvido nos ‘recursos disponíveis’ faz parte da nossa guerra de guerrilha. E um dos princípios da guerra da guerrilha é a PACIÊNCIA. Podeis ficar admirados, mas é exatamente este o termo: PACIÊNCIA... PACIÊNCIA aqui significa ‘não desanimar’, não perder a esperança, continuar firme no propósito, esperar o tempo que for preciso, continuar a perseguir o objetivo traçado, manter-se fiel a um plano, etc. E foi a paciência dos comandos de alguns agrupamentos que permitiu a captura de muitas armas, enquanto a impaciência em outros levou a insucessos, com perda inclusive de homens”<sup>125</sup>.

Na entrevista a Acácio de Jesus Bernardino, realizada no Instituto de Formação Contínua de Professores, em Balide, no dia 12 de abril de 2008, este esclareceu algumas das atividades de Xanana Gusmão: organizaram a clandestinidade e trabalharam para que muitos entrassem na organização. As reuniões eram feitas por Xanana em português e em tétum, sendo a explicação depois feita em *fataluco* (dialeto local) por Júlio Ferreira, membro do comissariado político amigo íntimo de Xanana Gusmão. As reuniões eram feitas durante a noite, entre as 21h 00 e às 3h30 da manhã. Após a reunião, os intervenientes iam para a base no Monte Chaikiri, que ficava a uma distância de 15 quilómetros.<sup>126</sup>

## 2.8. A TEORIA DE APOIO NAS PRÓPRIAS FORÇAS

“Em que base deve assentar a nossa política? Sobre a nossa própria força. A isso se chama apoiar-se nas suas próprias forças. Nós esperamos obter uma ajuda exterior, mas não devemos depender dela”<sup>127</sup>.

À Resistência também foram feitas falsas promessas de que ia receber ajuda externas em termos de armamento.

“Recebemos ordens para preparar os cavalos para o transporte de armas que iam chegar ao porto de Ailembata. A população estava contente. O armamento iria chegar nos dias 18 ou 19 de maio de 1976. Crê-se que em várias regiões de Timor se fez a mesma preparação para receber o armamento. Mas, infelizmente, o que chegou foi a notícia da Rádio Maubere dizendo que teríamos de confiar nas nossas próprias forças e não nos armamentos vindos de fora. Tínhamos de capturar armas e munições dos nossos inimigos para combatê-los”<sup>128</sup>.

---

<sup>125</sup> *Idem, ibidem*, pp. 139-140.

<sup>126</sup> Sousa (2014), *Vozes ...*, p. 90.

<sup>127</sup> Fonseca, Manuel S. (2016), *O Pequeno Livro Vermelho, Violência, Fome e Reeducação na China de Mao*, Lisboa, Guerra e Paz Editores, p. 194.

<sup>128</sup> Sousa (2014), *Vozes...*, pp. 214-215.

Na realidade, foi isso que aconteceu durante os 24 anos de luta em Timor-Leste.

## **2.9. A TEORIA DA RESISTÊNCIA PACÍFICA**

Além da resistência armada, também se utilizou a resistência pacífica contra o invasor. O comportamento dos timorenses seguia os interesses dos invasores, utilizando a arte da dissimulação, pois comportavam-se como se fossem verdadeiros indonésios de corpo e alma. Nos feriados nacionais da Indonésia colocavam bandeiras nas suas casas para mostrar que também os celebravam cantavam as músicas patrióticas indonésias sabiam de cor os cinco princípios da Filosofia do Estado, a Pancasila.

## **2.10. A TEORIA DA INDONESIAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA GUERRA**

Na impossibilidade de ganhar a luta no campo de batalha, a resistência teve de imaginar outras formas de guerra, que produzissem efeitos mais visíveis. Transportar a guerra de Timor para a Indonésia (indonesiação do conflito da guerra) foi uma dessas medidas, pois os timorenses relembavam-se do caso do Vietnam em que se transferiu a guerra para os Estados Unidos, como também o caso das colónias portuguesas de África para Portugal. Não foram apenas os timorenses a sentirem os efeitos da guerra, mas também o povo indonésio cujos filhos foram sacrificados na luta.

Assim, utilizaram-se meios que denunciaram assassinatos e outros crimes que se deram em Timor. O assassinato de cinco jornalistas australianos, o massacre de Santa Cruz – que foi um dos acontecimentos que muito influenciaram a comunidade internacional, a viagem do barco *Lusitânia Expresso*,<sup>129</sup> a atribuição dos Prémios Nobel da Paz ao Bispo Carlos Filipe Ximenes Belo e a José Ramos-Horta, em dezembro de 1996, foram eventos que tornaram a guerra de Timor num assunto internacional.

Assim também com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia, o problema de Timor tornou-se uma questão europeia.

Como conclusão pode-se deduzir que a luta pela libertação não se baseou apenas numa luta física contra o invasor, mas que várias teorias serviram de fundamento e base à definição desta luta, sobre as quais a resistência se apoiava na luta e na condução da guerra. A resistência, conhecedora da sua própria realidade e limitação, adotou para si teorias que fundamentavam o confiar nas próprias forças e

---

<sup>129</sup> A viagem do *Lusitânia Expresso* a Timor foi uma iniciativa da equipa da revista *Forum Estudante*, com o objetivo de sensibilizar a opinião pública internacional pela causa timorense. Tomou parte nesta expedição o ex-presidente da República de Portugal, General Ramalho Eanes e outras entidades, como também 120 estudantes, de 23 países. A expedição partiu de Portugal com o objetivo de colocar uma coroa de flores no cemitério de Santa Cruz, com o intuito de atrair a atenção dos *media* sobre a opressão a que o povo de Timor-Leste estava sujeito. A 9 de março de 1992, após 3 meses de viagem, o *Lusitânia Expresso* foi interceptado, à entrada das águas territoriais de Timor, por quatro navios de guerra indonésios. Após o lançamento de flores ao mar, em memória das vítimas, foi obrigado a regressar. Porém, conseguiu mobilizar as atenções da imprensa internacional sobre a situação do povo timorense.



possibilidades: a convivência com o inimigo, a teoria da guerra da guerrilha, a teoria da guerra popular para continuar com a guerra, como também a teoria antropológica, a teoria do nacionalismo e da identidade. Outras, a resistência teve que as estudar e assimilar ajustando-as com as realidades timorenses, como por exemplo, a estratégia da guerra subversiva, especificamente de Mao Tsé-Tung, e as guerras de libertação da África. Foram discutidas, adotadas e aplicadas pela guerrilha. O livro vermelho de Mao Tsé-Tung tornou-se assim uma espécie de bíblia para a guerrilha. Como disse Xanana “estudávamos em grupos as questões estratégicas de Mao Tsé-Tung”<sup>130</sup>.

O próximo capítulo falará sobre o processo de integração de Timor-Português na Indonésia e a sua contextualização na arena internacional. Uma situação muito complicada pela qual Timor-Leste passou devido aos interesses das potências mundiais que procuravam resolver os problemas existentes de acordo com a lógica dos seus interesses.

---

<sup>130</sup> Gusmão (1994), *Timor...*, p. 33.



### 3. OS CONTEXTOS

Neste capítulo, pretendemos apresentar a inserção de Timor-Português na arena internacional; na política ultramarina do governo Português, na política da Indonésia durante o antigo regime de Sukarno e no novo regime, “*Orde Baru*”, de Suharto; nas Nações Unidas, e no processo da Integração apoiado pelos países asiáticos, pelas nações ocidentais, pelos países Não Alinhados e pelos países seus vizinhos; a relação de Timor-Português com os países vizinhos (Indonésia e Austrália); a posição do Vaticano e da Igreja Católica Indonésia em relação a Timor-Português.

#### 3.1. A POLÍTICA ULTRAMARINA DE PORTUGAL EM RELAÇÃO A TIMOR PORTUGUÊS

Após a mudança do regime em Portugal, depois de 25 de abril de 1974, pela Lei Constitucional n.º 7/74, aprovada no dia 24 de junho de 1974, o Conselho de Estado de Portugal aceitou as obrigações internacionais que lhe correspondiam aos seus territórios não autónomos, de acordo com o capítulo XI da Carta da Organização das Nações Unidas e Portugal reconheceu aos territórios que estavam sob a sua administração o direito à livre determinação, incluindo a independência.<sup>131</sup> Mediante um Memorando ao Secretário-Geral da ONU, no dia 3 de agosto de 1974, Portugal garantiu cumprir as suas obrigações, e prometeu cooperar com as Nações Unidas sobre a Independência dos povos coloniais.<sup>132</sup> Portugal também reconheceu “o direito à livre determinação e a independência de todos os territórios sob sua administração e prometeu dar apoio à Unidade e Integridade territorial de cada colónia”<sup>133</sup>. Sobre Timor, Mário Soares, dois meses mais tarde, no debate da Assembleia-Geral da ONU,<sup>134</sup> declarou expressamente que o seu governo reconhecia o direito do povo de Timor à livre determinação e a independência<sup>135</sup>.

#### 3.2. A POLÍTICA DA INDONÉSIA EM RELAÇÃO A TIMOR PORTUGUÊS

Sobre a política da Indonésia em relação a Timor Português optámos por seguir como análise de base a realizada por Moisés da Silva Fernandes. Esse texto deu-nos uma imagem clara e abrangente sobre a situação política de Timor Português em relação à ameaça da Indonésia, a partir dos anos 60, após a

---

<sup>131</sup> Lei Constitucional 7/74, citado por Adriano Moreira (1976), *O Drama de Timor*, Relatório da ONU sobre a descolonização, p. 79.

<sup>132</sup> Reprodução em A/9694 e S/11419, citado por Adriano Moreira (1976), *O Drama de Timor*, Relatório da ONU sobre a descolonização, p. 79.

<sup>133</sup> Moreira, Adriano (1977), *O Drama de Timor, Relatório da ONU sobre a descolonização*, (s.l.) Publicação de Departamento de Assuntos Políticos, Administração Fiduciária e Descolonização das Nações Unidas, p. 80, Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, LDA,- Braga.

<sup>134</sup> Cf. Documentos oficiais da Assembleia-Geral, 29.º período de Sessões Plenárias, sessão 2239.a, citado por Adriano Moreira (1976), *O Drama de Timor*, Relatório da ONU sobre a descolonização, p. 80.

<sup>135</sup> Cf. Documentos Oficiais da Assembleia-Geral, 29.º período de Sessões Plenárias, 4.ª Comissão, sessão 2080.a, citado por Adriano Moreira (1976), *O Drama de Timor*, Relatório das Nações Unidas sobre a descolonização, p. 80.

Revolta de Viqueque, em 1959. Damos ênfase ao desenvolvimento do interesse pela anexação baseada na formulação de teorias históricas e antropológicas que a Indonésia pretendia basear-se para justificar a anexação, como também do apoio que a Indonésia obteve dos países da Ásia, dos Estados Unidos da América, dos Países Não Alinhados, dos países ocidentais, do Vaticano e de Portugal para a concretização do seu programa de anexação.

As precedências políticas, históricas e socio-antropológicas foram aquelas em que a Indonésia se baseou primeiramente para legitimar a invasão. Sukarno, a princípio, não manifestava o desejo de uma reunificação de Timor-Leste com a Indonésia, contudo, esse sentimento foi ganhando forma.

Segundo Fernando Lima, Sukarno teria elaborado planos para a libertação dos indígenas de Timor Português, contudo o plano não viria a ser cumprido em virtude da revolta no Brunei contra os britânicos, a 8 de dezembro de 1962<sup>136</sup>.

A ideia da invasão de Timor Português sofreu transformações e foi-se metamorfoseando à medida que os acontecimentos se iam sucedendo, desde o desinteresse por Timor Português, porque não fazia parte das possessões holandesas, uma aceitação de um Timor-Leste Independente, desde que não fosse comunista, até à admissão da reunificação de Timor-Leste como sendo parte dos impérios de Majapahit e Srivijaia. Por fim, fundamentou-se na teoria da inviabilidade de um Timor Português independente devido à falta de economia própria, da sua “pequenez” geográfica e do fraco desenvolvimento em termos sociais. Com o aparecimento das oportunidades para Timor-Leste se pronunciar sobre o seu futuro surgiu imediatamente a manifestação de um sentimento do passado: *megumpulkan kembali tulang-tulang Majapahit yang berceceram*, isto é, reunir de novo os ossos espalhados do império Majapahit, seguido do sentimento de compaixão pelo povo de Timor Português:

“Fomos e somos todos irmãos da mesma raça, da mesma cor, da mesma cultura, da mesma região. Foram os colonialistas que nos separaram. Agora é tempo de regressar ao regaço materno, *ibu pertiwi*, pelas seguintes razões: “Pelas razões históricas, geográficas, etnológicas e pela realidade da sua constante aspiração na unificação com a Indonésia, Timor-Leste é parte da Indonésia”, como disse Soekanto<sup>137</sup>.

Com esta afirmação pretendia afirmar a ideia do irredentismo, que pretende reclamar, os territórios que étnica, cultural historicamente pertenciam à Indonésia, e que estavam sob o domínio estrangeiro como era o caso de Timor.

---

<sup>136</sup> Lima, Fernando (2002), *Timor – Da guerra do Pacífico a Desanexação*, Macau, Instituto Internacional de Macau citado por Rui Graça Feijó (2016), *Timor-Leste: Colonialismo, Descolonização, Lusotopia*, p. 182.

<sup>137</sup> Soekanto (1976), *Integrasi Kebulatan Tekad Rakyat Timor-Timur*, Jakarta, Yayasan Parikesit. p. 103.

O vice-presidente do Parlamento da República Indonésia, John Naro, quando visita realizada por José Ramos-Horta, Secretário dos Negócios Estrangeiros do Partido Social Democrático, FRETILIN, em finais de maio de 1974, declarou que a Indonésia não admitia mais nenhum colonialismo em qualquer parte do mundo e enfatizou que Timor Português deveria ser devolvido à Indonésia. Contudo, acrescentou ainda que:

“se o povo de Timor quer uma independência total, a República Indonésia respeitará. Porém, tendo em conta que Timor-Leste não tinha as condições necessárias para ser independente, uma vez que era pobre economicamente e muito frágil em termos sociais, primitivo e sem possibilidades para uma independência, a Integração seria o caminho certo.”<sup>138</sup>

Conforme Xanana Gusmão, as razões apresentadas tornaram-se ainda mais fortes, quando a política da FRETILIN assumiu uma ideologia de esquerda, tornando-se numa potencial ameaça para interesses estratégicos dos poderosos. A FRETILIN, que tinha surgido como uma frente nacionalista abrangente, e não ideológica, foi assumindo posições cada vez mais doutrinárias com a chegada a Timor-Leste, em setembro de 1974, de estudantes universitários timorenses influenciados pelas doutrinas e *slogans* maoístas dessa altura. Abílio Araújo e a sua esposa, Guilhermina Araújo, ambos estudantes de Economia, António Duarte Carvarino, estudante de Direito, e Vicente Manuel dos Reis (Sa’he), estudante de Engenharia, foram os responsáveis pela radicalização ideológica da FRETILIN e pela sua transformação em “Partido Marxista-Leninista”(PML)<sup>139</sup>.

Alguns nacionalistas indonésios, como o presidente Sukarno da Indonésia entre 1945 e 1967, sonharam formar uma Indonésia com a extensão geográfica e política como foi na suposta dominação do império Srivijaya<sup>140</sup> e Majapahit,<sup>141</sup> que constituía parte da Malásia, das Filipinas e de Timor Português.<sup>142</sup> Escolheram anexar a Papua-Nova Guiné Ocidental, pertencente à Holanda, o território de Sabá, Sarawak na Malásia, e mantiveram a sua doutrina irredentista em relação a Timor Português, pois não era uma prioridade. Porém, a guerra em Angola, iniciada em 1961, influenciou a ideia dos nacionalistas indonésios e estes pressionaram Sukarno. O aparecimento do movimento para a libertação de Timor Português levou a que em 1960, um ano após a Revolta de Viqueque e Uatu-Lari, Mohammad Yamin coagisse Sukarno

---

<sup>138</sup> Soekanto (1976), *Integrasi...*, p. 103.

<sup>139</sup> Gusmão (194), *Timor-Leste...*, p. 83.

<sup>140</sup> Malcon, Allison H, *El império talasocrático malayo de Srivijaya* via, Cinabrio blog, (2013), Article-el-império tala socrático-malayo-Srivijaya-de-s- cinabrio blog. Império Srivijaya, antigo reino malaio da ilha de Sumatra, no sudeste asiático, com larga influência sobre arquipélago malaio com o seu apogeu no século VIII. Em 775 o monarca Srivijaya, Dharanindra, transferiu a sua capital para a ilha de Java. Em 732 foi fundada a dinastia Sailendra em Java Central pelo rei Sanjaya que controlou a Indonésia e o sudeste asiático entre os séculos VII e XIII. Enciclonet 3.0 – *Reino de Majapahit (1300-1520)* – Consultável em: <http://www.encyclonet.com/articulo/majapahit-reino-de>. O Império de Majapahit originário da ilha de Java exerceu o seu controlo sobre a ilha de Java e os pequenos reinos e a península de Malaca entre 1300 até aos inícios do século XVI. Foi um grande reino hinduísta após a queda do império de Srivijaya em 1200 e o reino Singharasi em 1292. Em 1222 surgiu em Java a dinastia Singharasi que deu origem ao império de Majapahit com a subida ao poder do Raden Vijaya (1293-1309).

<sup>142</sup> Feijó, Rui Graça (2016), *Timor-Leste: Colonialismo, Descolonização, Lusutopia*, Porto, Edições Afrontamento p. 189.

para a tomada de Timor Português. E no dia 22 de Fevereiro de 1960 declarou que a luta anticolonial indonésia deve basear-se na eliminação dos enclaves de Timor e no norte de Kalimantan (Borneo), ainda sob o poder da dominação estrangeira. Essa afirmação do Yamin obrigou o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia Harustiati Subandrio a fazer uma contra afirmação no dia 13 de Março do mesmo ano contrapondo a afirmação do Yamin<sup>143</sup>.

Uma delegação da Agência *France-Presse*, no dia 14 de abril de 1963, noticiou a tomada de posse em Batugadé, no dia 3 de abril de 1963, de um Conselho de Ministros constituído por 12 membros da União da República de Timor (URT), cuja função era instituir e obter o seu reconhecimento internacional, assim como angariar apoios políticos, diplomáticos, financeiros e militares junto de governos estrangeiros, com o objetivo de expulsar os colonialistas portugueses de Timor. As autoridades indonésias concluíram que o movimento tinha como objetivo a independência da ilha, daí se explica o desinteresse de Jacarta em relação ao movimento<sup>144</sup>.

Adam Malik, ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, não só duvidou da genuinidade do movimento pela independência de Timor, desafiando os elementos do movimento a irem para Timor combater pela independência no interior do país, como também temia que se tratasse de um grupo de aventureiros. Em março de 1971, a sede do movimento foi encerrada sob as ordens do Presidente Suharto. A única organização que apoiou o movimento foi a *Persatuan Seluruh Bangsa Melayu*, a Unidade de Todo o Povo Melayu<sup>145</sup>.

Devido à incapacidade portuguesa de enfrentar um confronto militar, Portugal procurou o uso da diplomacia junto do Governo Central da Indonésia, mais concretamente o apoio do general Abdul Haris Nasution<sup>146</sup> e dos países amigos, como a Austrália, o Reino Unido, a Holanda, o Vaticano, as Filipinas e os EUA induzindo-os sobre o espírito expansionista comunista de Sukarno e do *Partai Komunis Indonesia* (PKI), Partido Comunista Indonésia, para evitar que a Indonésia se tornasse comunista.

Havia interesses internacionais sobre Timor, como podemos verificar a citação do Rui Feijó sobre o *Quadripartite Talks* entre os (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Austrália e Nova Zelândia), realizado em fevereiro e outubro de 1963, em Washington. A conclusão das conversações eram: 1º que fosse o Comité dos 24 a resolver o problema de Timor, tendo em consideração que Portugal continuava a persuadir os Estados Unidos e a Grã Bretanha a manter o seu regime colonial devido as facilidades militares que este país lhes concedia no Ultramar Portugues; 2º que não havia viabilidade económica para a independência

---

<sup>143</sup> Editorial: Fala-se de Timor”, *A Voz* [Lisboa] ano 34, no. 11.749 (9 de março de 1960), citado por Moisés Silva Fernandes, pp. 111-112.

<sup>144</sup> Feijó, Rui Graça (2016), *Timor-Leste: Colonialismo, Descolonização, Lusofonia*, Porto, Edições, Afrontamento p. 189.

<sup>145</sup> *Idem, ibidem*, pp. 189-190.

<sup>146</sup> O general Abdul Haris Nasution, pró-americano, foi um dos sete generais não comunistas morto no *Gerakan* (G30S), Movimento do 30 de setembro de 1965, golpe do Estado perpetrado pelo Partido Comunista Indonésio.

de Timor Português e que as populações de Timor Português não protestariam pela separação de Portugal. Mais tarde ou mais cedo, a Indonésia anexaria Timor Português, embora não tivessem um passado histórico comum. Porém, Portugal não estava disposto a entregar os territórios sob a sua administração, “não pelo lucro mas pelo orgulho nacional” segundo o jornalista australiano Tony Thomas que visitou Timor em 1966<sup>147</sup>.

A queda de Goa, no dia 18 de dezembro de 1961, e a retirada da Holanda da Papua-Nova Guiné Ocidental a 1 de outubro de 1962 tiveram um impacto psicológico muito forte em Portugal, para que Timor Português viesse a ter um destino semelhante. Apesar de todas as declarações feitas pelo Governo Indonésio, os radicais continuavam a instigar o governo para a tomada de Timor Português.

Contra todas as afirmações políticas anteriores, no dia 17 de agosto de 1965, ao celebrar o 17.º aniversário da independência da Indonésia, Sukarno exortou pela primeira vez a “libertação de Timor-Leste, além de reiterar o seu tradicional apoio formal à independência das colónias portuguesas em África.”<sup>148</sup> Porém, essa política não foi levada adiante devido ao golpe comunista de 1965, *Gerakan Tiga Puluh September*, (G30S-PKI) Movimento de 30 de setembro do Partido Comunista Indonésio, seguido da reação anticomunista, levada a cargo por Suharto.

A mudança do regime em Jacarta foi acolhida com muita apreensão pelo governo português em Timor. Após a derrota dos comunistas, o novo regime mudou o objetivo do seu Governo, considerando que para se estabelecer e reforçar o novo regime eram necessárias ajudas externas.

Entre 21 de setembro e 2 de outubro de 1966, o cônsul da Indonésia, Roeslan Soeroso, reuniu-se em Díli com o chefe da polícia de Atambua e com o administrador do Kefamenanu, Bernardo Laca, e estabeleceram um plano para se apoderarem do enclave de Oecusse.

Porém, as autoridades centrais em Jacarta não gostaram do plano e o administrador do Kefamenanu foi acusado e preso, no dia 28 de outubro de 1966, pelas Forças Armadas da República Indonésia. Em seguida, o Major Sandar, Comandante Militar de Atambua, foi afastado e substituído pelo Major Amos. De Díli, a bordo do navio *Arbiru*, partiu uma Companhia de 2.ª Linha com reforços militares e mantimentos. Dessa companhia, também fazia parte o Tenente-Coronel Adalberto Júlio da Nóbrega Pinto Pizarro e outros oficiais e autoridades administrativas. No dia, 6 teve lugar um encontro entre os administradores de Oecusse Ambeno e de Kefamenanu e, nesse mesmo dia, a partir das 12 horas,

---

<sup>147</sup> Feijó, Rui Graça (2016), citando, CF. NA (National Archives-Londres) Portuguese Timor, “FO 371/169908:Indonesian regional ambitions: defence of Borneo territories, Malaya and Portuguese Timor (1963” Quadriparties Talks on Indonesia – Washington February 1963- Steering Brief, Brief nº15; Quadriparties Talks on Indonesia-Washington October 1963, Brief nº 10, pp. 184-185

iniciaram-se as hostilidades “tendo as forças portuguesas e indonésias sido retiradas para a zona recuada da fronteira”<sup>149</sup>.

### 3.3. O OBJETIVO PELO CRESCIMENTO ECONÓMICO

O novo regime empenhou-se fortemente no desenvolvimento económico. Para isso, o Presidente Suharto incumbiu aos seus quadros no Ocidente o seguinte plano controlar a inflação, estabilizar a moeda rupiah, atrair ajudas externas e encorajar investimentos.<sup>150</sup> Esse plano de Suharto coincidiu perfeitamente com a situação em Timor na altura em três aspetos que desejava desenvolver:

1.º Legalização da deslocação das pessoas de Timor Ocidental a Timor-Português.

A vida social e económica em Timor Português, em comparação com Timor Ocidental e ilhas adjacentes, pareciaa era melhor: existia um contraste agudo entre Timor Português e as regiões vizinhas, como as ilhas de Kisar e Weter. A população dessas ilhas acorria à província portuguesa de Timor nos dias de mercado, levando os seus produtos (cabras, galinhas, peixes, produtos hortícolas) e vendendo-os por um preço muito baixo. Em retorno, levavam produtos manufaturados, como talheres, tecidos e produtos farmacêuticos. E muitos indonésios recorriam a uma província portuguesa, a ilha de Ataúro, para obterem tratamentos médicos gratuitamente e os mais ricos fretavam aviões em Cupão para terem tratamento médico no hospital de Díli<sup>151</sup>. Esta realidade criou nos timorenses de Timor Português um sentimento de orgulho e de uma certa superioridade em relação à população fronteiriça da Indonésia.

2.º Acesso aos recursos marítimos portugueses para o transporte de mercadorias e de gado de Timor Ocidental para Timor Português e para outros países da região. O governador El Tari propôs a entrada na Indonésia via Timor Ocidental das mercadorias provenientes de Portugal e de outros países;

3.º Restabelecimento das rotas aéreas suprimidas durante as guerras contra a Holanda na Papua-Nova Guiné Ocidental, embora Alberty Correia, o governador de Timor Português, se opusesse devido à falta de infraestruturas para o Turismo<sup>152</sup>. O projeto tinha também como objetivo diminuir a influência

---

<sup>149</sup> Ofício n.º 2359/B, muito secreto e urgente, do Secretário-Adjunto da Defesa Nacional, General Venâncio Augusto Deslandes, para o Diretor-Geral interino dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, João Hall Themido, a 9 de novembro de 1966, p. 2 ”in *Relações políticas de Portugal com Indonésia: incidentes de Timor, 1966*, PAA AHDMNE, Lisboa, citado por Moisés Silva Fernandes (2006), p. 278.

<sup>150</sup> Shwarz, Adam (1999), *A nation in waiting: Indonesia's search for stability*, St. Leonard's, NSW, Allen & Unwin, p. 30.

<sup>151</sup> B. W. Hodder, Methem (1968), *Desenvolvimento económico nos Trópicos*.

<sup>152</sup> As alegadas razões apresentadas pelo Governador Alberty Coreia podiam ser apenas de pretextos, mas, na realidade, o Governo português tinha receio do contacto entre timorenses e indonésios. Pretendia-se um isolamento de Timor-Leste de outros países, mais especificamente da Indonésia. Na altura, comunicar com um indonésio poderia significar arranjar problema com a PIDE. O autor da tese lembra-se bem do caso do Sr. Manuel Vladimiro Osório, professor na Escola Primária de Soibada, que simpatizou com a filha do cônsul indonésio e foi afastado pela PIDE e enviado para os Açores e aí permaneceu até hoje.



em termos económicos que Java detinha sobre aquela região. O ministro dos Negócios Estrangeiros de Sukarno, Harustiati Subandrio, foi substituído por Adam Malik, a 27 de março de 1966.

Em dezembro de 1968, o presidente do *Badan Pertimbangan Penanaman Modal Asing* (BPPMA), isto é, a Junta Consultiva para o Investimento de Capital Estrangeiro, Mohamad Sahid, pediu que o cônsul português concedesse ao porto de Díli o estatuto de “porto franco.” O objetivo era reduzir a dependência da Indonésia relativamente ao porto e, conseqüentemente, aos transportes de Singapura, tornando Timor-Díli uma forte alternativa a Singapura. Uma das razões era que Timor Português jamais poderia ser uma ameaça, ou rival económico, podendo desempenhar a Oriente da Indonésia as mesmas funções que Singapura desempenhava no Ocidente<sup>153</sup>.

### 3.4. A QUESTÃO DE TIMOR PORTUGUÊS NAS NAÇÕES UNIDAS

O problema de Timor Português foi debatido nas Nações Unidas como parte do problema geral da descolonização de todos os territórios sob a administração portuguesa.

Em 1960 a Assembleia-Geral, segundo a Resolução 1542 (XV), incluiu Timor Oriental na lista dos territórios do Ultramar Português que não eram autónomos.

No seu 17.º período de sessões, realizado em 1962, a Assembleia-Geral da ONU considerou, pela primeira vez, a situação dos territórios sob administração portuguesa e aprovou a primeira de uma série de resoluções anuais que reconheciam o direito dos povos dos referidos territórios à livre determinação e independência<sup>154</sup>.

Em 1963, o Conselho de Segurança, reunido a pedido dos países africanos, aprovou uma resolução que abrangia todos os territórios portugueses e lamentava as repetidas violações por parte de Portugal em relação aos princípios da Carta, o constante não cumprimento das resoluções da Assembleia-Geral e solicitava urgentemente a Portugal o reconhecimento à livre determinação e independência dos territórios sob a sua administração<sup>155</sup>.

---

<sup>153</sup> Aerograma n.º A-5 do cônsul de Portugal em Jacarta, de 16 de dezembro de 1968, p. 1, in *Relações políticas de Portugal com a Indonésia: visitas – geral. 1967/72*. PAA M. 1164, AHDME, Lisboa, citado por Moisés Silva Fernandes (2006), p. 326.

<sup>154</sup> Resolução 1807.a (XVII) do Conselho de Segurança, referido por Adriano Moreira (1976), *O Drama de Timor*, Relatório da ONU sobre a descolonização, p. 77.

<sup>155</sup> Documentos oficiais da Assembleia-Geral, 18.º período de Sessões, Anexos, apenso ao tema 23.o do programa (A/5446/Rev.1), Capítulo II; *Idem, ibidem*, 19.º período de Sessões, Anexos, apenso ao tema 23.o do programa (A/6000/Rev.1), Capítulo V; *Idem, ibidem*, 22.º período de Sessões, Anexos, apenso ao tema 23.o do programa (Parte II), A/6700/Rev.1), capítulo V; *Idem, ibidem*, 23.º período de Sessões, Anexos, apenso ao tema 23.o do programa A/7200/Rev.1), capítulo VIII; *Idem, ibidem*, 24.º período de Sessões, Suplemento n.º 23, Vol. II (A/7623/Rev.1), Capítulo VIII; *Idem, ibidem* 25.º período de Sessões, Suplemento n.º 23, Vol. II (A/8023/Rev.1), capítulo VII; *Idem, ibidem*, 26.º período de Sessões, Suplemento n.º 23, Vol. II (A/8423/Rev.1). Capítulo VIII; *Idem, ibidem*, 27.º período de Sessões, Suplemento n.º 23, Vol. III (A/8723/Rev.1), capítulo X; *Idem, ibidem* 28.º período de Sessões, suplemento n.º 23., Vol. III (A/9023/Rev.1), capítulo XI, citado por Adriano Moreira (1976), *o Drama de Timor*, Relatório de ONU sobre a descolonização, p. 78.

Na resolução aprovada em 1974, a mesma Assembleia-Geral da ONU acolheu a aceitação do novo Governo Português, o princípio da livre determinação e da independência, como também da sua aplicação a todos os povos sob o domínio colonial português<sup>156</sup>.

Na reunião em Lisboa, em junho de 1975, no consenso aprovado na 1004ª Sessão, sobre os territórios sob a administração portuguesa, o Comité Especial introduziu o seguinte parágrafo:

“No que respeita a Timor e suas dependências (Oecusse Ambeno e Ataúro), O Comité Especial exprime a esperança de que se adotem as medidas necessárias, para que o povo desse território alcance os objetivos enunciados na Carta das Nações Unidas e na Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais”<sup>157</sup>.

### **3.5. A POLÍTICA *ORDE BARU* (NOVO REGIME) NA INDONÉSIA EM RELAÇÃO A TIMOR PORTUGUÊS**

Uma vez no poder, Suharto estabeleceu a *Orde Baru*, ou seja, o Novo Regime, com objetivos claros e urgentes, entre os quais a cessação do clima de tensão na região que existia no regime de Sukarno com a finalização da guerra entre a Indonésia e a Malásia. Suharto acabou com o conflito entre a Indonésia e a Malásia e criou-se a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSA), denominada ASEAN (*Association of South East Asian Nations*). Os novos dirigentes indonésios reconheceram a importância da estabilidade política da região para implementar programas de desenvolvimento. A ênfase do programa de Suharto era melhorar a imagem do país no estrangeiro e, assim, poder atrair investimento estrangeiro com o intuito de realizar dois objetivos primordiais: *stabilitas*, isto é estabilidade, e *pembangunan ekonomi*, ou seja, desenvolvimento económico.

As relações entre Jacarta e Lisboa e entre Díli e Kupang melhoraram.

Adam Malik, sendo Presidente da 26.ª Sessão da Assembleia-Geral da ONU, justificou ao cônsul-geral Manuel Lopes da Costa, a recusa em levar o caso de Timor à Assembleia-Geral das Nações Unidas contra a opinião de vários países não alinhados, que pretendiam levantar o problema de Timor na Comissão de Descolonização na sessão plenária da Assembleia-Geral da ONU<sup>158</sup>.

Foram várias as razões que obrigaram a Indonésia a não ocupar Timor Português na altura, tais como:

---

<sup>156</sup> Resolução 3294 (XXIV), citado por Adriano Moreira (1976), *O Drama de Timor*, Relatório da ONU sobre a descolonização, p. 90.

<sup>157</sup> A/AC.109/493, citado por Adriano Moreira (1976), *O Drama de Timor*, Relatório da ONU sobre a descolonização, p. 90.

<sup>158</sup> A/AC.109/493, citado por Adriano Moreira (1976), *O Drama de Timor*, Relatório da ONU sobre a descolonização, p. 307.

1. A convergência de interesses político-ideológicos;
2. A existência de um interesse comum entre a Indonésia de Suharto e o Governo português – tanto Suharto como Salazar eram anticomunistas;
3. O falhanço do golpe comunista obrigou vários militantes comunistas a refugiarem-se em Timor Português, mas depois foram recambiados para a polícia indonésia pela polícia portuguesa;<sup>159</sup>
4. Com a mudança da situação surgiu, na Indonésia uma grande instabilidade política que de certo modo favoreceu a situação de Timor Português.

Pela conveniência político-ideológico e pelo resultado da guerra contra a Malásia que terminou num fracasso para a Indonésia e a deixou numa situação económica deplorável, Suharto não quis aventurar-se numa guerra contra Portugal em Timor, para não deteriorar ainda mais a situação social e económica da Indonésia e procurou modificar a imagem da nação tanto dentro do seu país como no mundo. Para isso, adotou um novo programa para o país: *Stabilitas*, estabilidade e *Pembangunan Ekonomi*, crescimento económico.

### **3.6. A RECUSA PORTUGUESA EM PRESTAR APOIO À ORGANIZASI PAPUA MERDEKA (OPM), MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DA PAPUA NOVA GUINÉ**

O Governo português sempre rejeitou dar apoio ao movimento da *Organisasi Papua Merdeka* (OPM), Movimento de Libertação de Papua-Nova Guiné, embora, por várias vezes, fosse solicitado esse apoio. Franco Nogueira recusou o pedido de ajuda afirmando que o Governo português não podia apoiar qualquer movimento contra a Indonésia<sup>160</sup>. Suharto adotou assim uma atitude diferente da do Sukarno em relação a Timor Português.

Em 1963, o ministro Roeslan Abdulgani declarou que, embora a Indonésia não fosse uma nação expansionista, não podia permitir que pessoas com antepassados iguais aos deles se vissem oprimidas e detidas em prisões só porque desejavam juntar-se à pátria dos seus antepassados.<sup>161</sup> Arnaldo dos Reis de Araújo, fundador da APODETI e primeiro governador de Timor nomeado por Jacarta logo após a invasão de Timor, nas primeiras páginas do livro *Integrasi Kebulatan Tekad Rakyat Timor Timur*, declarou com

---

<sup>159</sup> O autor da tese ainda se recorda de alguns acontecimentos que se deram na altura quando a residência dos Padres Jesuítas, no Seminário de Nossa Senhora de Fátima, em Dare, recebeu um visitante: homem branco, deveria ser um padre, de identidade desconhecida para os seminaristas e que esteve aí hospedado por algum tempo, mas depois nunca mais o vimos. Normalmente, os padres esclareciam-nos sobre a identidade das pessoas que se hospedavam no Seminário. Desconfiava-se de que era um dos perseguidos do falhado golpe do Partido Comunista Indonésio.

<sup>160</sup> Ofício No. 301, secreto, do encarregado de negócios, interino, de Portugal em Bruxelas, João Morais de Cunha Matos, para o ministro dos Negócios Estrangeiros. Franco Nogueira, de 21 de Fevereiro 1967” in “Relações políticas de Portugal com a Indonésia: Irian Ocidental, Nova Guiné Ocidental, Papua Ocidental (West Irian), 1967/69”, PAM M. 1164, AHDMNE, Lisboa, citado por Moisés da Silva Fernandes, p. 331.

<sup>161</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. III, História do Conflito, p. 22.

muita emoção nos primeiros momentos da Integração: “será culpa de um filho que durante todo este tempo foi separado pela força e procura regressar ao regaço da mãe que lhe deu à luz? Será culpa de uma mãe não responder às exigências do filho que deseja regressar ao seu colo”<sup>162</sup>?

Em entrevista à Comissão, Yussuf Wanandi e Harry Silalahi, do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS), que em 1974-1975 estiveram profundamente implicados no desenvolvimento de políticas relativas a Timor Português a pedido do seu mentor, o general Ali Murtopo, fizeram referência à força desses sentimentos. O Coronel Aloysius Sugianto, <sup>163</sup> um operacional da Unidade de Operações Especiais do Serviço de Inteligência (OPSUS), dirigida pelo General Ali Murtopo na Agência da Serviços de Informação do *Koordinasi Intelijen Negara* (BAKIN), ou seja, Agência de Coordenação Nacional de Inteligência, que desempenhou um papel importante nas primeiras atividades secretas desenvolvidas em Timor Português em 1974-1975, contou à Comissão que veio a Timor Português com objetivo de reunir pessoas divididas pelo colonialismo<sup>164</sup>.

Um Timor-Leste independente poderia nutrir e reforçar, no presente e no futuro os sentimentos do separatismo. A Indonésia não consentiria a existência de força de esquerda comunista, com a possibilidade de passar o território para a esfera de influência de Moscovo ou de Pequim.<sup>165</sup> E a retaliação de Pequim pela morte de milhares de chineses, em 1965, podia tornar-se uma realidade. Deste modo, evitar um Timor Português independente, sobretudo com o predicado de comunista, tornou-se quase uma obsessão não só para a Indonésia, como também para os Estados Unidos, que tinham acabado de perder a guerra do Vietname, em abril de 1974. Por isso, a Indonésia apresentou todos os argumentos de que dispunha para defender a tese da ocupação e, em última análise, defendeu que Timor Português não estava em condições de ser declarado independente a não ser que se mantivesse ligado à Indonésia ou a Portugal.

Na realidade, Timor Português nunca foi uma ameaça para a Indonésia. Esta foi a política admitida por Sukarno, e mais tarde por Suharto. Os próprios indonésios fomentaram a ideia da ameaça preconizando que o *Pemerintahan Revolusioner Republik Indonesia* (PERMESTA), ou seja, o Governo Revolucionário da República da Indonésia, ou a *Republik Maluku Selatan* (RMS), a República do Sul de Maluku pudessem solicitar apoio logístico ao Governo Português para servir Timor Português como base para apoiar as sublevações. Só depois da Revolução dos Cravos em Portugal, a 25 de abril de 1974, a

---

<sup>162</sup> Em 1976, o autor da tese, juntamente com mais três colegas, Isabel, Belarmino Freitas e João, foram escolhidos para representar o KNPI (Comité Nacional da Juventude Indonésia) de Timor-Leste na conferência em Cisarua, na Indonésia. Fomo-nos despedir do Governador Arnaldo dos Reis de Araújo na sua residência, em Motael, por volta das 19h, onde ele se lamentou dizendo que a integração feita em Balibó não preencheu as condições. Em Tétum, disse: “*Labarik sira la hatene integração ne’e saída?*”, ou seja, “Os rapazes não compreendem o significado da Integração”. Segundo ele, a Integração feita em Balibó foi um “Entregar-se à Indonésia, pura e simplesmente”. Mas teria ele a capacidade para outro tipo de integração?

<sup>163</sup> Num encontro com D. José Joaquim Ribeiro, em 1975, o autor da tese foi convidado a acompanhá-lo a uma visita ao Coronel Sugianto, no Hotel Turismo, hoje Hotel Novo Turismo, dizendo ao Bispo “*Indonesia accepts Independence of East Timor but no Communism*”.

<sup>164</sup> Comissão, *Relatório...*, (2001), Capítulo III, *História do Conflito*, p. 23.

<sup>165</sup> *Inquérito*, pp. 27-28, citado por Paulo Pires (2013), *Timor. Labirinto da Descolonização*, p. 29.

teoria irredentista voltou a ganhar relevância favorável no que diz respeito à anexação de Timor Português. Contudo, a Indonésia viu que tinha chegado o momento apropriado para materializar a teoria do irredentismo que os radicais nacionalistas exigiam e que o Governo aparentemente, não tinha em consideração. Este sentimento irredentista surgiu como pretexto para impedir a sublevação de outras províncias que pretendiam a separação como, por exemplo, a Papua-Nova Guiné, *Gerakan Aceh Merdeka* (GAM), ou seja, o Movimento pela Independência de Aceh, o PERMESTA do Sulawesi do Norte ou a RMS, República do Sul de Maluku. Vendo por esse prisma pode-se supor que Timor Português foi, na realidade, uma grande ameaça não só para a unidade da Indonésia como também para outros países que desejassem a independência. “Vós, os timorenses sois o pior exemplo”. “Ao Saara nós demos tudo, fazemos tudo e continuam a querer a independência”, disse um representante de Marrocos ao autor da tese.<sup>166</sup> O secretário-geral da APODETI, Fernando Osório Soares, fazendo uma retrospeção à antiga história de Timor, disse que, antes da colonização, existia a unidade e que a divisão se deveu ao colonialismo. Terminada a colonização, devia-se voltar à antiga causa que separou Timor-Leste da Indonésia. A ligação de Timor à Indonésia era a opção mais viável para a situação presente. Foi assim que nasceu a APODETI<sup>167</sup>.

Os argumentos para defender a ideia de integração baseada em razões étnicas e geográficas foram postas de lado após a Revolução dos Cravos em Portugal, em 1974, tendo sido substituídos pelo sentimento do anticomunismo do regime da Nova Ordem de Suharto. O maior medo era a infiltração dos comunistas na indonésia por Timor Oriental e também o apoio que Timor poderia dar à Papua-Nova Guiné. Essa argumentação finalmente convenceu Suharto, mais do que as razões étnicas e históricas.

### **3.7. O PROCESSO DA INTEGRAÇÃO APOIADO PELAS NAÇÕES OCIDENTAIS E PELOS PAÍSES ASIÁTICOS**

Após a Revolução dos Cravos em Portugal, o sentimento da ocupação de Timor Português cresceu fortemente no seio da Indonésia, que procurou informações que pudessem apoiar a sua política de anexação. Na realidade, conseguiu encontrar esse apoio junto dos países ocidentais, asiáticos, Portugal e Vaticano. O facto de ter eliminado o comunismo de Sukarno, permitiu à Indonésia ganhar não só a simpatia dos Estados Unidos, como também de certos países do Ocidente. A *Orde Baru*, o Novo Regime proibiu a existência do Partido Comunista Indonésio (PKI).

---

<sup>166</sup> Em 2005, no encontro internacional na Coreia do Sul sobre a educação, um representante de Marrocos proferiu a frase acima mencionada ao autor da tese.

<sup>167</sup> Chrystello, J. Crhys (1976, 1992, 1998), *Timor-Leste: 1973-1975 – O Dossiê Secreto (para as lendas e memórias de Timor-Leste)*, (1999), Porto, Porto Editora, p. 142.

### 3.7.1. A POSIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS, DA INGLATERRA E DOS PAÍSES NÃO ALINHADOS

A Guerra Fria acabou com a crise do socialismo no final dos anos 80, a queda do muro de Berlim, em 1989, e o colapso da URSS no início dos anos 90. Antes disso, a derrota dos Estados Unidos no Vietname, em abril de 1975, e a derrocada dos países da Indochina pró-Estados Unidos, como o Laos e o Camboja, levou a que os países ocidentais e os seus aliados asiáticos se sentissem vulneráveis à infiltração comunista e, por isso, teriam de fazer um grande esforço para impedir o seu avanço. Era o comunismo da União Soviética, com o seu sistema socialista de partido único, contra o capitalismo dos Estados Unidos, com base na economia do mercado e num sistema democrático. Os aliados asiáticos dos Estados Unidos sentiam-se ameaçados com o desenvolvimento da União Soviética e dos seus aliados, como a China, a Coreia do Norte e o Vietname do Norte, que conseguiram que o Vietname, o Laos e o Camboja se afiliassem à ideologia pró-soviética, tornando-se esta uma grande ameaça no Sudoeste Asiático. Foi por isso que os Estados Unidos e os seus aliados consideraram a Indonésia como o baluarte que poderia impedir o avanço do comunismo.

Segundo a Embaixada de Portugal em Jacarta, na sua comunicação a 14 de março de 1975, e “conforme fontes de confiança”, Suharto, nas últimas semanas, foi muito pressionado pelos chefes de segurança e pelos militares para autorizar a intervenção militar em Timor-Leste. Suharto não concordou com a solicitação, ameaçando, inclusivamente, demitir-se caso persistissem com uma atuação militar em Timor. Porém, como todos os meios de comunicação intensificavam as informações sobre o comunismo, a insegurança e a instabilidade que Timor ia criar na região, obrigou a Indonésia a estar permanentemente atenta aos movimentos internos de Timor-Leste e à situação política de Portugal. Essa propaganda fez com que Suharto cedesse às persistências dos generais<sup>168</sup> e, em julho de 1975, afirmou publicamente que “Timor-Leste não podia tornar-se independente porque era economicamente inviável”. A afirmação de Suharto coincidiu com a proferida anteriormente por Sukarno: “Timor geograficamente, é demasiado pequeno para ser independente”, conforme mencionado anteriormente.<sup>169</sup>

Uma troca de impressões curiosa foi a que teve lugar com o título 17 de agosto de 1975 Secreto Timor Português, para Secretário (Alan Renouf) de Peter Woolcott (Embaixador da Austrália), explicando que o Embaixador Americano Newson, lhe disse que recebeu instruções pessoais de Kissinger para não se envolver em discussões sobre Timor com os indonésios, alegando que os Estados Unidos já tinham, na altura, suficientes problemas de maior importância na região. Segundo se pensava, o Departamento de Estado deu instruções à Embaixada para reduzir o número dos seus relatos sobre Timor e para se manterem afastados da situação de Timor Português e deixar que os acontecimentos sigam o seu rumo normal. O comentário do Departamento do Estado foi que “se a Indonésia intervir, os Estados Unidos

---

<sup>168</sup> Pires, Mário Lemos (1981), *I Relatório do Governo de Timor (Período de 13 de novembro de 1974 a 7 de dezembro de 1975)*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1981, p. 50.

<sup>169</sup> Chrystello (1999), *Timor-Leste...*, p. 157.

esperam que o faça de forma eficiente, rápida e sem usar o nosso equipamento.”<sup>170</sup> Foi devido a esse apoio que o General Benny Murdani se sentiu com coragem e saiu com a expressão entusiástica que ficou famosa na luta pela integração, isto é, de que para conquistar Timor apenas precisavam de meio dia. “Tomamos o pequeno-almoço em Batugadé,<sup>171</sup> cidade na fronteira com a Indonésia, almoçamos em Díli e jantamos em Lospalos”<sup>172</sup>. propaganda dos militares indonésios junto dos líderes timorenses era de que, segundo as previsões, Timor seria conquistado em 48 horas<sup>173</sup>.

A decisão da FRETILIN de implantar o socialismo em Timor e a escalada da Guerra Fria forçaram os Estados Unidos e a Austrália a darem suporte à Invasão Indonésia a Timor-Leste.

Esta aproximação à ideologia socialista concretizou-se pela decisão tomada pelos “pioneiros” na Conferência de Laline, entre 8 de março e 20 de maio de 1977, quando, seguindo indicações do Departamento de Orientação Política e Ideologia (DOPI) do Comité Central, o marxismo-leninismo foi oficialmente declarado como ideologia do partido. Essa mudança, segundo Mau Hunu, membro do Comité Central da FRETILIN, teve como objetivo obter a ajuda e apoio dos países do Bloco Socialista<sup>174</sup>.

Vários países ocidentais e asiáticos deram apoio à Indonésia, como a Malásia que ofereceu à Indonésia quatro antigos jatos Sabre da *Royal Australian Air Force*. Para substituir os antigos barcos soviéticos, no início de 1977, a Marinha indonésia encomendou barcos-patrolha equipados com lança-mísseis à Holanda, Taiwan, Coreia do Sul, Estados Unidos e Austrália e submarinos à República Federal da Alemanha<sup>175</sup> com o objetivo de capacitar o bombardeamento às áreas da FRETILIN e reforçar o bloqueio naval. Dos Estados Unidos, a Indonésia recebeu treze aviões *Bronco OV-10F* da *Rockwell International Corporation*. No início de fevereiro de 1977, seis dos treze aviões operavam já em Timor<sup>176</sup>.

O estreito de Ombai-Wetar era de importância crucial para a estratégia americana, vital em qualquer potencial conflito com o rival expansionista, a União Soviética, pois possui canais extremamente profundos onde os submarinos atômicos podem passar sem serem detetados<sup>177</sup>.

Com o apoio que a Indonésia obteve, deram-se os ataques à Resistência Timorense e, assim, conseguiram destruir vários redutos da Resistência da FRETILIN, como a base de apoio em Matebian, a segunda montanha mais alta de Timor Português, com tanques de guerra, aviões, bazucas, morteiros, entre

---

<sup>170</sup> *Idem, ibidem*, pp. 166-167.

<sup>171</sup> Cidade situada na fronteira de Timor-Leste com a Indonésia.

<sup>172</sup> Waldman, Maurício e Carlos Serrano (1997), *Brava gente de Timor, a saga do povo maubere*, S. Paulo, Xamã, VM e Gráfica Ltda., Vila Mariana, p. 73.

<sup>173</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, p. 137.

<sup>174</sup> Relato de Justo Talenta à Comissão de CAVR, no dia 3 de novembro de 2002, como também de José da Conceição no dia 20 de outubro de 2004, 2006.

<sup>175</sup> Taylor, (1993), *Timor...*, p. 172.

<sup>176</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>177</sup> Taylor (1993), *Timor*, p. 118.

outros, como relatam as testemunhas oculares José Parada e Aquilino Ximenes. A partir do dia 28 de outubro de 1978, os bombardeamentos foram contínuos.

Iniciavam por volta das 6 horas da manhã e duravam até às 12 horas. Recomeçavam por volta das 14 horas e paravam por volta das 17 horas. Durante a noite, prosseguiam com bombardeamentos de todos os lados, com canhões, morteiros e foguetes desde Tirilolo, Baucau e Uatu-Carbau, de barco desde Beço, Viqueque, desde Laga e de Abafala, Quelecai. Utilizavam seis aviões *Bronco* de fabrico americano. A princípio princípio, utilizaram apenas três *Broncos*, cinco jato *Skyhawks*, de fabrico britânico, mas depois vieram mais três *Broncos* e cinco *Skyhawks*. Morriam pessoas por todo o lado. No ataque utilizavam também bombas incendiárias, muito temidas pelos habitantes de Lospalos que vinham a caminho de Matebian<sup>178</sup>. Conforme declarou um rapaz de Waibobo, Ossu, refugiado no Hospital de Díli, ao autor da tese:

“Não tínhamos tanto medo dos bombardeamentos, mesmo provenientes dos jatos. O que mais nos metia medo eram as bombas incendiárias.” Outra testemunha, o Comandante André Buic, também fez o seu relato do mesmo teor: “utilizavam bombas incendiárias e bombas com efeito multiplicador”<sup>179</sup>.

O bombardeamento do dia 28 de outubro de 1978 causou trinta mortos, disse José Parada, um dos comandantes da guerrilha de sobrenome *Mau Sela*:

“Contei-os pessoalmente na área onde eu me encontrava. Segundo os meus cálculos morria uma média de trinta pessoas por dia. Havia pessoas que eram soterradas nos abrigos pelas pedras devido aos bombardeamentos”<sup>180</sup>.

“Os foguetes eram extremamente destruidores devido ao seu efeito multiplicador. Os bombardeamentos dos aviões supersónicos eram também intensamente destruidores. As bombas tinham a capacidade de arrancar grandes árvores com todas as raízes, como os eucaliptos bravos que existiam em Matebian. Os refugiados provenientes de Waibobo esconderam-se dentro de uma caverna, mas, entretanto, caiu uma bomba que deslocou as pedras da entrada, ficando todos presos na caverna sem poderem sair acabando por morrer. As pessoas gritavam e acabaram por morrer lentamente, um a um”<sup>181</sup>.

Os estilhaços das bombas causavam muitos estragos. Muitos corpos eram despedaçados e esquartejados de tal maneira que não se encontravam corpos inteiros.

“Num dos bombardeamentos, estive eu escondido atrás de uma árvore, e de repente vi a perna de uma pessoa voar e veio cair precisamente do meu lado esquerdo e não sabia de que direção vinha. No chão, a perna ainda saltitava e rodopiava. Algumas bombas caindo sobre calhau reduziam as pedras em fragmentos, e se caíssem ao pé de alguma árvore tinham a potência de arrancar árvores,

---

<sup>178</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, pp. 198-199.

<sup>179</sup> *Idem, ibidem*, p. 82.

<sup>180</sup> *Idem, ibidem*, p. 199.

<sup>181</sup> *Idem, ibidem*, pp. 192-193.



e se caíssem sobre o solo faziam uma profundidade de 3 a 4 metros. Houve famílias que desapareceram totalmente. Muitos dos que morreram eram civis”<sup>182</sup>.

No sentido de se conseguir o apoio dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, a responsabilidade foi entregue ao Jusuf Wanandi, católico, que tinha um irmão padre jesuíta que foi diretor da Escola dos Jesuítas de S. José, em Díli. O diretor do CSIS (*Centre for Strategic and International Studies*), Harry Tjan Silalahi, encarregou-se da Austrália e de Portugal. Entretanto, alguns oficiais foram escolhidos para organizar uma campanha militar desde a fronteira. Os responsáveis por essa campanha eram o Coronel Sugianto Hernoto, o Coronel Sinaga, sumatrense, Dading Kalbuady e Kasenda<sup>183</sup>.

Uma conclusão parece ressaltar do Relatório do Embaixador Britânico Ford, *Sir John Archibald Ford*, que declarou que o povo de Timor Português não estava em condições de exercer o seu direito à autodeterminação. Refere que os seus políticos deverão continuar as suas quezílias e dissidências e, na falta de uma liderança forte por parte de Lisboa ou de um golpe militar, piorará a confusão política e o solo do território tornar-se-á ainda mais fértil para desordens. Mesmo sem intervenção soviética ou chinesa, o território parecia destinado a ser cada vez mais uma “criança” difícil. Os argumentos a favor da integração de Timor-Leste na Indonésia eram cada vez mais fortes, embora ainda fosse do interesse da Inglaterra procurar manter-se afastada e sem se envolver no futuro de Timor-Leste. E os acontecimentos em Lisboa pareciam favorecer uma simpatia maior para com a Indonésia.<sup>184</sup> Abertamente, o embaixador britânico, *Sir John Archibald Ford* declara que:

“no interesse da Grã-Bretanha que a Indonésia absorva o território tão depressa quanto possível e da forma menos inoportuna possível, e se o pior se verificar com uma contenda nas Nações Unidas, devemos manter as nossas cabeças baixas e evitar pormo-nos contra o governo indonésio”<sup>185</sup>.

Aproveitando-se da situação que detinha, a Indonésia parecia navegar em águas favoráveis com os países islâmicos. Como membro fundador contou com o apoio dos países Não Alinhados e com os seus aliados do Sudeste Asiático, como, as Filipinas, a Tailândia, a Singapura, a Malásia, e o Brunei Darussalam, e assim podiam combater o comunismo proveniente do Vietname do Norte e impedir que este alastrasse a todo Sudeste Asiático além de a Indonésia ser o maior país islâmico em superfície e população entre esses países.

---

<sup>182</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 297.

<sup>183</sup> Taylor (1993), *Timor...*, p. 76.

<sup>184</sup> Chrystello, (1999), *Timor-Leste...*, p. 155.

<sup>185</sup> *Idem, ibidem*, p. 156.

### 3.7.2. A POSIÇÃO DA AUSTRÁLIA

A Indonésia mantinha relações comerciais muito fortes com a Austrália e o Japão, que lhe deram também apoio porque tinham os olhos postos nas fontes de petróleo do mar de Timor e no comércio com a Indonésia. Para a Austrália, um Timor-Leste independente não era viável.

John Taylor descreve a cobiça da Austrália no discurso que Malcom Fraser fez no Parlamento Indonésio, a 11 de outubro, no qual reconheceu tacitamente a ocupação indonésia. Fraser visitou Jacarta na companhia de James Balderstone, diretor da *Broken Hill Company* (BHP).

Os interesses sobre o petróleo levaram a Austrália, em 1975, a reforçar e a assegurar a sua presença no mar de Timor. Este reforço teria de ser feito mediante um rápido acordo indonésio-australiano sobre uma fronteira marítima livre de qualquer constrangimento inoportuno, por parte de um governo, português ou de Timor-Leste, que reclamasse o controlo das suas áreas marítimas. Pouco tempo depois, o ministro Andrew Peacock declarou que a Austrália teria de reconhecer a integração, já não por razões humanitárias, mas sim devido ao reconhecimento “do meio ambiente regional”. “Em janeiro de 1978, o Governo de Fraser reconheceu à anexação efetuada pela Indonésia”<sup>186</sup>.

O interesse da Austrália por Timor foi enfatizado mais pelo petróleo do que pelas razões humanitárias ou ambientais. Perante esta realidade, Peter Woolcott argumentou que “será muito mais fácil negociar com a Indonésia que com Portugal ou com Timor-Leste sobre as fronteiras marítimas, onde pode vir a ocorrer exploração de petróleo”<sup>187</sup>.

### 3.7.3. A POSIÇÃO DO VATICANO E DA IGREJA CATÓLICA INDONÉSIA

A nunciatura do Vaticano na Indonésia, por meio de alguns dos seus elementos, procurou meios que permitissem apoiar a integração de Timor Português na Indonésia seguindo as linhas do Vaticano. Na entrevista do Bispo Ximenes Belo ao jornal *O Estado de São Paulo*, no dia 28 de outubro de 1996, denota-se a posição do Vaticano em relação à questão sobre Timor-Leste. O Bispo Ximenes Belo declarou ter-se encontrado com o Papa João Paulo II, que lhe pediu para “compreender” que existem quatro milhões de católicos na Indonésia. Eles acreditavam que o melhor caminho era a integração de Timor-Leste na Indonésia e que a Igreja tinha o compromisso de atender as duas comunidades.<sup>188</sup>

O Padre Roberto Tucci, vindo do Vaticano em 1989, para preparar a visita do Papa João Paulo II a 12 de outubro de 1989, que foi criticado pelos padres timorenses pela marginalização a que a Igreja de Timor estava a ser sujeita, reagiria com impressionante pragmatismo: “O que são quatro mil almas perante

---

<sup>186</sup> Taylor (1993), *Timor...*, pp. 155-156.

<sup>187</sup> Chrystello (1999), *Timor-Leste...*, p. 164.

<sup>188</sup> Waldman (1997), *Brava...*, p. 88.

[os interesses] do povo de Deus”<sup>189</sup>. Era a referência aos cristãos indonésios que eram de maior interesse para o Vaticano do que os quatrocentos mil católicos timorenses, talvez para ganhar a simpatia da comunidade indonésia, maioritariamente islâmica em comparação com a minoria católica.

Em Timor-Leste, “A Igreja, os padres e os religiosos foram os três fatores que ameaçaram a integração de Timor-Leste na Indonésia” afirmava perentoriamente o major Prabowo, genro de Suharto e um dos comandantes militares da ocupação”<sup>190</sup>.

Dom Ximenes Belo fez um relato sobre o encontro com o comandante da guerrilha Xanana Gusmão e os guerrilheiros, a pedido do Núncio Apostólico, Francesco Canalini, no dia 25 de abril de 1986, no Colégio de Baniwaga, em Fatumaca, Baucau, para solicitar à guerrilha que se rendesse aos indonésios, o que tornaria mais fácil a integração de Timor-Leste na Indonésia. Contudo, a resposta da guerrilha, pela voz do seu comandante Xanana Gusmão, foi a seguinte: “Nós, os guerrilheiros, não sairemos; aqui é a nossa Pátria, podemos acabar por morrer todos. Não nos renderemos e muito menos sairemos. Estamos prontos a morrer de pé como as árvores”<sup>191</sup>.

Durante vinte e quatro anos da ocupação indonésia, a hierarquia da Igreja Católica Indonésia manteve-se em silêncio e não se pronunciou contra os abusos praticados pelas forças da ocupação com receio de se comprometer perante a comunidade indonésia, que era maioritariamente islâmica.

### 3.7.4. A POSIÇÃO DE PORTUGAL

A falta de preparação política dos timorenses fez com que o 25 de abril de 1974 não surgisse como uma esperança, mas mais como fator de uma tragédia como Timor nunca tinha vivido na sua história. O 25 de abril de 1974, com a sua política de formação de partidos, de certo modo veio fazer reviver os desentendimentos seculares e familiares entre etnias, como também as vinganças causadas pela ocupação nipônica e pela revolta de Viqueque, em 1959. Ao longo da sua história, Timor nunca tinha tido uma educação política de democracia, nunca tinha vivido a experiência democrática e, num abrir e fechar de olhos, viu-se envolvido numa luta democrática, sem conhecimento de ética e regras democráticas. O que se criou não foi uma democracia, mas uma anarquia, segundo Mário Carrascalão, que fala mesmo numa “armadilha ao povo de Timor”. “Foi uma armadilha”, disse Mário Carrascalão, devido à criação de diversas condições em diferentes grupos de interesses bem identificados com o objetivo de proliferação de partidos e da luta armada entre os mesmos. E quando isso acontecesse, os oficiais diriam que o problema era dos timorenses e não deles e, por isso, estavam interditos de atuar.

---

<sup>189</sup> Magalhães, António Barbedo (1997). *Descolonização do Ensino em Timor – um projeto que a intervenção indonésia matou à nascença*, Porto, Universidade do Porto.

<sup>190</sup> Taylor (1993), *Timor..*, p. 300.

<sup>191</sup> Carta escrita ao autor da Tese por Carlos Filipe Ximenes Belo sobre o encontro entre o Bispo da Diocese de Díli com a Guerrilha Timorense, realizado no dia 25 de abril de 1986.

Mário Carrascalão explicou que os portugueses estavam ansiosos por um regresso rápido a Portugal. Estavam cansados de gerir as colónias e pensaram em deixar os timorenses atuar pelas suas próprias mãos, deixando de interferir no assunto. Assim, “ficaria consumado o abandono de Timor, “uma terra sem qualquer importância para Portugal”<sup>192</sup>.

Em maio de 1974, o governador Alves Aldeia mandou uma delegação constituída por elementos do MFA (Movimento das Forças Armadas) para uma sondagem a Kupang, na Indonésia, para saber a opinião da Indonésia sobre o futuro de Timor. O resultado não foi agradável para a delegação e, por isso, como disse Mário Carrascalão, o resultado da “sondagem” ficou em segredo.<sup>193</sup> Porém, dentro dos princípios que os orientavam, os homens do MFA acabaram por gerar uma ainda maior confusão junto dos timorenses. Mário Carrascalão afirma que, segundo os indonésios, a Indonésia invadiria Timor se:

1. Portugal viesse a ter um governo comunista ou com elementos comunistas;
2. A atividade política em Timor conduzisse a um clima de violência que colocasse em risco a estabilidade política da Indonésia;
3. Aparecesse em Timor algum partido político comunista ou se elementos comunistas semeassem distúrbios que pudessem afetar a segurança e a paz geográfica, sobretudo da ASEAN<sup>194</sup>.

Para sustentar o abandono de Timor Português, como podemos observar a seguir, alguns dirigentes portugueses declararam que:

1.º Timor era uma ilha Indonésia que tinha um pouco a ver com Portugal. Declaração de Mário Soares (1972/74/94);<sup>195</sup> Depois da Revolução do 25 de abril de 1974, Soares teria voltado a oferecer Timor à Indonésia, procurando convencer Ali Alatas: “por favor sejam vocês a descolonizar... vocês têm que nos ajudar”<sup>196</sup>.

2.º Em Lisboa, o Presidente da República Francisco da Costa Gomes, o Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, e alguns oficiais do MFA tiveram uma reunião com o General Ali Murtopo. Supõe-se que nesse encontro Francisco da Costa Gomes tenha confidenciado a Ali Murtopo que a independência seria um “disparate”<sup>197</sup>.

---

<sup>192</sup> Carrascalão (2006), *Timor*, p. 25.

<sup>193</sup> *Idem, ibidem*, p. 24.

<sup>194</sup> Carrascalão (2006), *Timor*, p. 25.

<sup>195</sup> Abreu, Waldemar Paradela de (1997), *A Verdade Histórica*, Venda Nova, Luso Dinastia.

<sup>196</sup> Entrevista de Ali Alatas ao jornal *Semanário*, 24 de abril de 1993, ano IX, n.º 492. p. 6, citado por Paulo Pires (2013), *Timor: labirinto da descolonização*, p. 30.

<sup>197</sup> Ramos-Horta (1996: 69), citado por Feijó, Rui Graça (2016), *Timor-Leste: Colonialismo, Descolonização, Lusutopia*, p. 270.

3.º Almeida Santos declarou que: “Timor é um transatlântico imóvel no Oceano Pacífico que custava muito dinheiro a Portugal. [...] A independência total é de irrealismo atroz”<sup>198</sup>, pois “é preciso observar que Timor está longe da autossuficiência económica e financeira, sem a qual não se pode cogitar numa independência real.”<sup>199</sup> Em outubro de 1974, na visita a Timor, no seu discurso, disse o seguinte:

“Mas será realista que se pense em radicalizar desde já a preocupação de desvinculação política, quando Timor está longe de uma independência económica?” [...] Vem isto a propósito de eu não querer também desconhecer que existe em Timor quem identifique a busca de felicidade dos timorenses com qualquer sorte de conexão política com a República da Indonésia. Também logicamente não seremos nós pro ou contra isso. Teria essa solução o sufrágio da geografia. E a República da Indonésia é, sem dúvida, um povo nobre e uma nação valorosa”<sup>200</sup>.

No seu discurso em ONU, em dezembro de 1974, Nova Iorque, Almeida Santos voltou a afirmar que “Timor só poderia ter uma de duas soluções, manter-se ligado a Portugal, ou ligar-se à Indonésia, e que teria uma Assembleia Constituinte no prazo de seis meses”<sup>201</sup>.

Embora oficialmente não se tenha dito nada sobre a concretização do plano do Governo português de entregar Timor-Leste à Indonésia, os factos apresentados demonstram a existência de um plano programado, como a seguir se verifica:

1.º A posição do Major Arnão Metelo, considerado como “pai da APODETI”, foi clara, quando apoiou a fundação da APODETI;

2.º O Governo português favoreceu a vinda dos cinco estudantes: Abílio de Araújo, César Mau Laka, António Carvarino, Vicente Manuel dos Reis, Hamis Basserawa, pagando-lhes a viagem de regresso para Timor quando nem tinham acabado os cursos;

3.º A presença dos Majores Costa Jónatas e Francisco Mota, que atuaram em Timor de uma maneira muito parcial, favorecendo a FRETILIN, sabendo perfeitamente que a política da FRETILIN, na altura, levaria Timor ao caos, introduzindo o comunismo, sobre o qual os indonésios e os seus aliados se apoiariam para fazer a invasão a Timor Português;

4.º A destruição das armas nos quartéis, que os militares portugueses se preocuparam em lançar ao mar para evitar que caíssem nas mãos dos timorenses, tornando os timorenses incapazes de lutar contra

---

<sup>198</sup> *Jornal Expresso*, 3 de agosto de 1974, citado por Pires (2013), *Timor Labirinto de Descolonização*, p. 30.

<sup>199</sup> *In Voz de Timor*, 14 de dezembro de 1974, citado por Magalhães (2007), *Timor-Leste: Interesses Internacionais e Actores Locais*, p. 245.

<sup>200</sup> I Relatório do Governo de Timor (Período de 13 de novembro de 1974 a 7 de dezembro de 1975) – Governador Mário Lemos Pires (Cor. Grad.), Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, p. 22, 1981.

<sup>201</sup> *Idem, ibidem*, 39.

a invasão indonésia; (... meses antes, o Governador Lemos Pires, disse a Mário Carrascalão que “estavam a deitar ao mar as munições velhas, porque o que havia chegava para cinco anos de guerra”<sup>202</sup>.

“Fomos mandados, com 12 camiões *berlier*, trazer armas das companhias para serem colocadas no Destacamento Militar. Trouxemos todas as armas e aproveitei para tirar uma pistola e escondi-a em casa do meu irmão Agostinho, em Colmera”, disse Henrique Belmiro, soldado timorense<sup>203</sup>.

5.º Durante os distúrbios de 11 de agosto de 1974, os oitenta e cinco paraquedistas não atuaram para dominar a situação;

6.º Depois de a UDT ter feito o levantamento armado, no dia 11 de agosto de 1975, não houve reação portuguesa. Após nove dias, o Governo português não interveio para controlar a situação, pelo contrário o Governador Lemos Pires alegou tratar-se de um conflito meramente político entre timorenses e ordenou que as suas forças militares não intervissem;<sup>204</sup>

7.º As Forças Armadas Portuguesas não prenderam o Major Maggiolo Gouveia por traição às Forças Armadas Portuguesas. Maggiolo Gouveia não foi punido por se juntar à UDT nem foi capturado por desertar;

8.º O Governador Lemos Pires não deu a ordem aos paraquedistas e às Forças Armadas para prender o Comandante Operacional do MAC (Movimento Anticomunista) e os seus subalternos, bem como o Alferes Miliciano Rogério Lobato e alguns dos seus líderes;<sup>205</sup>

9.º O exército desintegrou-se porque o oficialato português não atuou prontamente; manteve os soldados nos quartéis enquanto a desordem alastrava com a perda de vidas e de propriedades. Os soldados não compreendiam o motivo pelo qual os seus superiores portugueses não lhes davam ordens para atuar. A desintegração do exército deu oportunidade à UDT e à FRETILIN para aliciar os soldados timorenses, apesar de os oficiais, sargentos e praças se terem mantido leais ao comando português até à debandada dos seus superiores;<sup>206</sup>

10.º Os portugueses repetiram o *slogan* de Almeida Santos e Lemos Pires, referindo que descolonizar não era abandonar, mas acabaram por abandonar imponentemente o que haviam prometido manter. <sup>207</sup> [...] Com a retirada dos portugueses para a ilha de Atauro os indonésios decidiram avançar com uma invasão já calculada;

---

<sup>202</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, p. 87.

<sup>203</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 365.

<sup>204</sup> Carrascalão (2006), *Timor*, p. 92.

<sup>205</sup> *Idem, ibidem*, p. 92.

<sup>206</sup> Duarte, Tito (2006), *Timor: Aquela Ilha para além do fim ... do fim*, Memórias do Tito Duarte (1953-1975), Passos de Cor, Artes Gráficas e Design Lda., pp. 293-294.

<sup>207</sup> Chrystello (1999), *Timor-Leste...*, p. 199.

11.º Segundo James Dunn, a reunião em Londres, no dia 9 de março de 1975, entre o General Ali Murtopo e alguns diplomatas indonésios, por um lado, e entre Almeida Santos e alguns membros do MFA, incluindo o Major Francisco Mota, por outro lado, levaram a que Portugal concordasse em não colocar quaisquer entraves aos esforços que a Indonésia fizesse para promover a integração;<sup>208</sup>

12.º Alguns fatores que tiveram um impacto negativo na descolonização de Timor como a prioridade pela descolonização de Angola e Moçambique. Como também a falta de interesse do governo português pela população de Timor e a falta de interesse de Portugal em movimentar a comunidade internacional, em relação a Timor, no sentido de apoiar os timorenses na escolha do seu futuro. O Governador Lemos Pires não só falhou na sua missão de estabelecer a ordem e a paz no país depois do Golpe da UDT como também atribuiu aos timorenses toda a responsabilidade. Paulo Pires declarou o seguinte:

“Fui cumprimentar o Governador, que, entretanto, se tinha transferido da sua residência oficial, em Lahane, para a residência do Coronel Maggiolo Gouveia na área de Motael. Perguntei-lhe pela situação da província e ele respondeu-me textualmente: “O PROBLEMA É VOSSO”<sup>209</sup>.

13.º A pressa em abandonar Timor era bem conhecida nos meios militares portugueses através do *slogan* “Para Timor, nem mais um soldado, nem mais um escudo”.<sup>210</sup> Numa das reuniões onde esteve presente o Secretário-Geral da UDT, Domingos de Oliveira, o Major Francisco Mota afirmou que o que a UDT queria era impossível. O dinheiro que se estava a gastar em Timor seria melhor gasto na terriola dele (em Portugal)<sup>211</sup>;

14.º Não respeitaram os sentimentos dos timorenses, que se mantiveram sempre fiéis e leais para com os portugueses, mantendo o respeito pela soberania portuguesa, simbolizada pela bandeira portuguesa<sup>212</sup>;

15.º A reunião de Macau era uma tática portuguesa para dar a entender ao mundo de que a integração de Timor na República da Indonésia seria feita mediante um processo democrático, sendo o encontro em Macau apenas uma das etapas. A presença ou a ausência da FRETILIN nada importava. O resultado já estava estabelecido nos encontros de Lisboa, Londres e Hong Kong <sup>213</sup>;

---

<sup>208</sup> Dunn, James (2011) e Hill (2002), citado por Magalhães (2007), *Timor-Leste, Interesses Internacionais e Actores Locais*, p. 249.

<sup>209</sup> Pires (2013), *Timor: labirinto...*, p. 99.

<sup>210</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, p. 48.

<sup>211</sup> Fonseca, Rui Brito da (2014), *Timor em Memória de Augusto César da Costa Mouzinho, Vice-Presidente da UDT, Herói Esquecido*, (s.l) Crocodilo Azul, Litogaia, Ates Gráficas Lda, p. 83.

<sup>212</sup> Chrystello (1999), *Timor-Leste...*, pp. 203-207.

<sup>213</sup> *Idem, ibidem*, p. 75.

16.º Segundo Leiria Pinto, Comandante da Rádio Naval em Díli, no dia 25 de agosto, o Presidente da República de Portugal enviou um telegrama ao Governador Lemos Pires nestes termos: "Apesar do risco, tente sair de Díli para outro ponto do território, nomeadamente Ataúro". No dia 26 de agosto, o Coronel Lemos Pires e o seu pessoal deixavam definitivamente Díli. Pelas 20h45, a Rádio Naval era abandonada e Díli estava mergulhada em silêncio e numa escuridão impressionantes;<sup>214</sup>

17.º O abandono do Governador Lemos Pires, que se refugiou na ilha de Ataúro no dia 26 de agosto de 1975 com o seu pessoal, evitando ficar refém de algumas das partes dos beligerantes, permitiu as negociações entre uma missão ministerial, enviada desde Lisboa, e os partidos políticos timorenses. Durante este período evitou a armadilha indonésia de o ter sob sua proteção ou de pedir à Indonésia a sua proteção.

Em virtude do golpe de 11 de agosto de 1975 e da sua adesão às teorias indonésias, a UDT acabou por perder grande parte do seu apoio popular.

Para o abandono de Timor, foram dadas as seguintes diretrizes pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) ao governador de Timor:

1. Informar o governador de Macau e o Embaixador de Portugal em Camberra no dia 25 de agosto de 1975 <sup>215</sup>;
2. Garantir o segredo, na obediência máxima “conhecimento apenas a quem interessar;
3. Aproveitar a evacuação dos refugiados como cobertura e realizar a saída na continuação dessa evacuação;
4. Comunicar aos cónsules creditados em Díli que o Governo aconselhava a sua saída do MAC<sup>216</sup> em Díli”;
5. A saída deveria verificar-se ao cair da noite (21h), antes de nascer a lua;
6. As comunicações da Rádio Naval deveriam manter-se até ao último momento e os seus operadores deveriam ser os últimos a sair, tomando medidas para tornar a rádio inoperacional, mas facilmente recuperável;
7. Seria substituído por um grupo de comando que seguiria para Ataúro, bem como por todos os paraquedistas como força de segurança;

---

<sup>214</sup> Belo, Carlos Filipe Ximenes (2014), *Díli, a Cidade que não era*, p. 83.

<sup>215</sup> Pires, Mário Lemos (1981), I Relatório do Governo de Timor (Período de 13 de novembro de 1974 a 7 de dezembro de 1975), Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, 1981, pp. 277-278. Doc. Anexo 5.46, *Ordem para sair da Capital*, 25 de agosto de 1975.

<sup>216</sup> MACDILI significa Macau-Díli. Nome dado a um cargueiro que fazia viagens de Díli a Macau e vice-versa nos anos 70.



8. Grupo de comando seria o último a embarcar e nele deveriam ser incorporados os militares necessários para manter a “fisionomia” da área militar até ao fim;
9. Os paraquedistas deviam prever a necessidade do seu embarque se realizar “à viva força”;
10. Nenhum dos partidos deveria aperceber-se da intenção de saída;
11. Realizar a recuperação dos militares portugueses de Oe-cusse e de Bobonaro <sup>217</sup>

18.º Segundo Francisco Xavier do Amaral, no dia 25 de outubro de 1975, a FRETILIN fez um convite à administração portuguesa residente em Ataúro para enviar uma delegação a Díli a fim de avaliar a situação política, mas não obteve resposta. A FRETILIN continuava a reconhecer a soberania portuguesa, não tendo qualquer legitimidade internacional como governante. Como não era um governo eleito, temia-se que o vazio político servisse de pretexto à Indonésia para lançar uma invasão em larga escala em Timor-Leste.<sup>218</sup> Francisco Xavier do Amaral declarou que Portugal traiu o povo timorense, porque ambos acordaram que Portugal não iria interferir nos assuntos de Timor-Leste, mas afinal a Indonésia interferiu e Portugal não reagiu. A FRETILIN esperou durante algum tempo para iniciar as negociações com os portugueses, mas os portugueses não reagiram<sup>219</sup>;

19.º O Padre José Álvaro Nolasco Santimano Menezes e Monteiro, missionário indiano pároco da igreja de Motael, relatou ao autor da tese que por volta das 23h do dia 26 de agosto de 1975, o Governador abandonou a ilha. Apagaram-se toda as luzes do cais, deixando o motor a funcionar e, aproveitando a escuridão da noite, zarparam do porto a caminho de Ataúro na barçaça Loes;

20.º O Governo português não concordou que a Frente Diplomática Timorense tivesse a sua sede em Lisboa. Devido a este facto, a diplomacia externa timorense teve de transferir a sua sede para Moçambique, que lhe deu todo o apoio tanto interno como externo, segundo a declaração da Sra. Dona Marina Alkatiri, estudante ativista e membro da FRETILIN que se transferiu de Lisboa para Maputo.

Quais foram as razões que levaram os portugueses a tomarem tais atitudes em relação a Timor? Mário Lemos Pires no I Relatório <sup>220</sup> apresenta aqui algumas dessas razões:

1. A Revolução dos Cravos originou várias mudanças e as pessoas não estavam preparadas para as mudanças que ocorreram rapidamente no país. Este facto criou nos primeiros anos uma certa instabilidade, como se pode verificar pela frequente queda dos governos;

---

<sup>217</sup> Pires (1981), *I Relatório...*, p. 277.

<sup>218</sup> *Idem, ibidem*, p. 58.

<sup>219</sup> *Idem, ibidem*, p. 58.

<sup>220</sup> Pires (1981), *I Relatório...*, p. 16.

2. Timor geograficamente, estava longe de Portugal;
3. A doutrina de descolonização veio de Portugal e as interpretações sobre a colonização não foram claras. A descolonização tinha um significado mais próximo da libertação de um peso do que propriamente de ajudar as populações colonizadas a administrar e gerir o seu próprio destino;
4. Timor estava totalmente dependente de Portugal, tanto em pessoal como nas outras áreas;
5. As mudanças permanentes não foram bem compreendidas e as pessoas não tiveram ideias claras sobre tais mudanças;
6. A Indonésia, devido ao seu sentimento de irredentismo, estava intensamente atenta aos movimentos e às tendências da esquerda, que começavam a dominar a sociedade portuguesa e a sua influência em Timor-Leste, de modo a justificarem uma invasão sob o pretexto de não quererem a instabilidade numa área próxima ao seu país, evitando a influência comunista;
7. O programa do 25 de Abril de 1974 era demasiado vago e pragmático em relação às províncias ultramarinas;
8. Foram feitas campanhas por vários partidos para a desmoralização das Forças Armadas, como se elas não fossem necessárias na fase da descolonização através do *slogan* “nem mais um soldado para as colónias”, numa fase em que Timor-Leste bem necessitava da presença ativa das Forças Armadas;
9. Em março de 1975 houve uma grande conquista da influência política pela esquerda em Portugal, acompanhada de monopólio da informação;
10. Em meados de 1975, a direção política estava em crise e, de um modo geral, a autoridade era quase inexistente;
11. Quando Timor mais precisava de decisões de apoio, em agosto de 1975, não existia governo em Lisboa;
12. A credibilidade de Portugal no estrangeiro diminuía, facto esse que influenciou a opinião pública internacional levando-a a desacreditar em Portugal na condução do processo de Descolonização.

Neste capítulo procurou-se descrever a situação política de várias nações com interesse em Timor após a II Guerra Mundial. Portugal após o 25 de abril de 1974, mudou a sua posição aceitando cumprir a Carta das Organização das Nações Unidas reconhecendo o direito de autodeterminação dos povos sob o seu poder e esforçou-se pela autodeterminação do território timorense.

Na Indonésia existia o sentimento do irredentismo, que alguns nacionalistas queriam implementar defendendo que Timor-Português era parte do império de Srivijaya e de Majapahit, embora a política oficial do governo proclamasse que Timor-Português não fazia parte das possessões holandesas. Esta política da Indonésia sofreu transformações ao longo da história conforme as mudanças da situação política na Indonésia, com a queda de Sukarno e a tomada do poder por Suharto, a mudança do regime em Portugal e a Guerra Fria na qual potências mundiais do bloco capitalista apoiaram a Indonésia a decidir pela invasão e a integração de Timor na Indonésia.

Assim, podemos verificar que o problema de Timor já tinha antecedentes. A tentativa de integrar Timor na Indonésia não foi uma ideia que surgiu em 1975. Anteriormente já algumas potências mundiais tinham pensado numa solução para o Timor-Português: a sua integração na Indonésia. No capítulo a seguir veremos a materialização dessa ideia, e o esforço desenvolvido pelos timorenses para a conseguir a sua autodeterminação.



## 4. DO TIMOR COLONIAL AO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO

### 4.1. SITUAÇÃO GERAL NOS ANOS FINAIS DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

As primeiras impressões do Governador Themudo Barata, na sua chegada a Timor, no dia 22 de junho de 1959, foram de que Díli era uma cidade poeirenta, sem nenhum asfalto. Ruas de terra batida, sem esgotos nem passeios. Apenas junto do Palácio das Repartições havia melhor piso, passeios e um pedaço ajardinado. A residência era uma casa de boa aparência, mal dividida e pequena, mas possuía uma esplêndida varanda a toda à volta, um jardim bem cuidado e arvoredo que a rodeava.[...] Não havia muros, nem guardas, nem portões, apenas um cabo e três soldados timorenses prestavam honras à bandeira; velhos e dedicados servidores viviam nas imediações com as suas famílias ao redor e nada mais<sup>221</sup>.

Relatando a opinião de Joaquim M. Fonseca, em 1971, Timor não tinha estradas alcatroadas, mas, a partir dessa altura, surgiram novas ruas, vivendas modernas e casas comerciais, com aprazíveis jardins; apareceram os primeiros reclames luminosos, os transportes públicos; aumentou-se a rede elétrica e a distribuição domiciliária da água; o sector do ensino foi ampliado e ergueram-se instalações com a criação de novos cursos na Escola Técnica. O turismo passou a contar com outras unidades hoteleiras, estando previsto a construção do Grande Hotel Timor. O Banco Nacional Ultramarino foi ampliado e melhorado e concluíram-se os estudos para a montagem de telefones automáticos<sup>222</sup>.

A radiodifusão era feita num edifício modular, utilizando um novo emissor de ondas curtas e frequência modulada (FM), de 10 kW, que fazia a cobertura da ilha e de algumas ilhas da Indonésia, chegando até à Austrália e à região de Macau.

O porto de Díli melhorou com a ampliação das suas secções de armazenagem. O cais acostável era considerado um dos ancoradouros mais seguros da região da Australásia. As máquinas começaram a “rasgar” as ruas com as canalizações para os trabalhos de alcatroamento e asfaltagem.

Com o Fundo de Habitações Económicas, alguns timorenses adquiriram a sua casa, abandonando a típica palapa. Espaços que eram autênticos matagais ou baldios desoladores transformaram-se em recantos habitacionais circundados por minijardins ou quintais<sup>223</sup>.

Chris Chrystello, ao visitar Díli, em setembro de 1973, tinha outra opinião: Díli era uma cidade triste. As palapas albergavam os timorenses sem luz elétrica, sem água canalizada, nem esgotos<sup>224</sup>.

---

<sup>221</sup> Barata, Filipe Themudo (1998), *Timor Contemporâneo, Da primeira ameaça da Indonésia ao nascer de uma nação*, Lisboa, Equilíbrio Editora, Lda., p. 41.

<sup>222</sup> Belo, Carlos Filipe Ximenes (2014), *Díli, a cidade que não era*, Porto, Porto Editora, p. 81.

<sup>223</sup> Chrystello (1999), *Timor-Leste...*, p. 81.

<sup>224</sup> Idem, *ibidem*, p. 75.

Na realidade, antes de 1974, as estradas continuavam em péssimas condições. A quase a totalidade das estradas era de terra batida. Timor apenas dispunha de 16 km de asfalto na capital; faltavam estruturas urbanas adequadas, com a inexistência de água potável para uma grande parte da população, sem nenhum sistema de saneamento, e existiam poucas viaturas. O principal meio de transporte continuava a ser o cavalo.

Segundo Luiz Filipe Thomaz, “Timor é a última das províncias portuguesas; a última na ordem alfabética, a última na posição geográfica e a última em algumas coisas mais”<sup>225</sup>.

A maioria dos timorenses desconhecia o que era viver dentro de uma casa de pedra e cal denominada “casa branca”, como também desconhecia o que era a água canalizada. Os timorenses apenas utilizavam os poços em redor da casa ou iam buscar água às fontes, às ribeiras e aos regatos.

A luz elétrica era escassa mesmo em Díli, a não ser nas repartições do governo e nalgumas casas de pessoas mais abastadas. O povo vivia sob a luz dos lampiões feitos de latas de petróleo de fabrico caseiro, obra dos chineses deportados de Macau, utilizando o petróleo como combustível. No interior, utilizavam-se archotes feitos de algodão triturado no pilão com o fruto oleoso de “camii”, *Aleurites mollucana*,<sup>226</sup> untado em redor de uma vara de vinte ou trinta centímetros de comprimento que servia de luz para enfrentar a noite. Só os chineses, os administradores dos postos, os enfermeiros e algumas famílias da elite timorense é que poderiam dar-se ao luxo de ter um petromax (candeeiro a petróleo), cujo preço era muito alto e, como tal, inacessível para muitos timorenses.

Os primeiros transportes públicos coletivos que apareceram em Díli foram dois “machibombos”<sup>227</sup>, autocarros que circulavam em Díli. Existiam algumas carreiras, camionetas de carga Bedford e os Chevrolet que tinham sido transformados em carreiras públicas, com uma cobertura de zinco, assentos de tábuas e encostos também de tábuas sem almofada. O primeiro transporte público privado desse género, que fazia o percurso Díli – Liquiçá – Maubara, e vice-versa, nos anos 50, pertencia a um chinês de nome Sumí. Nos anos 60, apareceram as carreiras de Tam Sui Ting, que faziam o percurso Díli – Manatuto – Laleia – Baucau – Viqueque, de Lai Shung Tong, as que faziam o percurso de Díli a Lospalos, e as de Leking Tai, cujo percurso era entre Díli e Ainaro. Estas carreiras eram um meio de transporte que ajudavam a mobilidade do povo e que serviam para tudo: transporte de pessoas, galinhas, porcos, cabritos, sacos de arroz, milho, feijão ou batata. Antes, as viagens faziam-se em camionetas de carga e era extremamente difícil conseguir um transporte que fizesse o percurso de Díli para o interior do país. Quando chovia, as viagens eram morosas devido às cheias. Em Díli apareceram os primeiros táxis, pertencentes a Amadeu Coelho, um deportado português.

---

<sup>225</sup> Thomaz, Luís Filipe (2008), *País dos Belos*, Macau, Hung-Heng, p. 31.

<sup>226</sup> Cinatti, Rui (2013), *Timor-Amor*, Rio de Janeiro, Griphus Editora, p. 75.

<sup>227</sup> Palavra de origem angolana que significa “autocarro”.

As doenças endémicas, como o paludismo, a tuberculose e a lepra, a má nutrição e as doenças da pele eram frequentes. Não existia o sistema básico de higiene (casas de banho e esgotos), como também havia falta de centros de saúde nas aldeias e carência de medicamentos, de médicos e de agentes de saúde.

Existiam dois hospitais, um em Díli, outro em Baucau, com carência de medicamentos e médicos. No interior do país, a saúde estava entregue aos enfermeiros timorenses e aos *matan dok* (curandeiros). Os pacientes tinham receio de um internamento no hospital que tinha uma imagem negativa devido à falta de condições, como também pelo facto de que os doentes só recorriam ao hospital depois de perdidas as esperanças com os curandeiros e quando já estavam numa fase muito adiantada da doença. Para os timorenses, ir ao hospital significava a morte<sup>228</sup>.

Nos finais dos anos 60, iniciou-se, em Ailembata, a exploração do petróleo pela Timor Oil. “A administração portuguesa, inoperante e omissa durante a maior parte de quatro séculos e meio, subitamente com miragens de riqueza, capazes, quiçá, de catapultar a debilitada economia portuguesa e impedir o iminente fim da ditadura.”<sup>229</sup> Eram poucas as pessoas que foram atraídas a Timor para esse projeto. Tanto a Timor Oil, que começou a sua exploração na Costa Sul, em Suai, pelos meios mais tradicionais, como a Burmah Oil Company, com as suas explorações mais sofisticadas, explorações *off shore*, não previam vastas fontes de petróleo. Contudo, a Burmah Oil Company, em 1974, iniciou uma operação com dois helicópteros com base em Perth, na Austrália, indo duas vezes por semana a Timor, facto que aumentou o rumor da existência de petróleo em grande escala<sup>230</sup>. Depois, apareceu a companhia Oceanic, que instalou a primeira plataforma petrolífera no mar de Timor. Contudo, não se concretizou a existência de grandes fontes de petróleo.

O termo “turismo” em Timor era desconhecido. A palavra “turista” começou a entrar no vocabulário timorense quando alguns australianos chegaram a Timor com um novo estilo de vida. Turista significava o estrangeiro que trazia uma mochila às costas, falava inglês, gostava de viajar, passear e tomar banho na praia. Vinham normalmente da Austrália e seguiam depois para Bali ou, então, vinham de Bali para Díli e depois iam para a Austrália. Ficavam nos escassos hotéis que havia ou em casa dos chineses. Podiam-se contar pelos dedos de uma mão os hotéis que existiam como Hotel Resende, Hotel Díli do australiano Frank Favaro, Hotel Costa Alves e a Pousada de Baucau.

Quanto ao comércio, era totalmente controlado pelos chineses, desde a capital até à mais remota área do país. Existiam os bazares tradicionais num determinado dia da semana, onde o povo ia comprar ou vender os produtos agrícolas. O programa que não faltava para os homens era a luta de galos. O que

---

<sup>228</sup> Os timorenses eram e continuam supersticiosos e acreditavam muito nos curandeiros e na utilização de medicamentos tradicionais. Quando o doente chegava a um estado de doença já muito adiantado, levava-se ao enfermeiro, que o remetia para o Hospital de Díli. vários desses doentes morriam lá. Daí criou-se a opinião de que quem ia para o hospital era para morrer.

<sup>229</sup> Chrystello (1999), *Timor-Leste...*, p. 36.

<sup>230</sup> *Idem, ibidem*, p. 56.

mais preocupava os timorenses era a criação de animais – búfalos, cavalos, cabritos, porcos, entre outros – não para consumo, mas para a resolução de problemas relacionados com *Lia* <sup>231</sup>.

Eram desconhecidas as técnicas modernas de agricultura mecanizada. Apenas existia a agricultura de subsistência, como o cultivo de milho, arroz e tubérculos, adquiridos pelo sistema tradicional de queimadas e lavoura de várzeas com animais (búfalos e cavalos) em alguns locais, como também a criação de animais com pastagens em terrenos baldios. Desconhecia-se a utilização de leite para fabrico de queijo e manteiga<sup>232</sup>, bem como as técnicas modernas de pesca em águas profundas.

A cultura timorense parecia ser destinada apenas aos analfabetos. Os timorenses que eram considerados cultos tinham uma certa vergonha da sua própria cultura perante o eurocentrismo. Tudo o que vinha da Europa era considerado melhor. Era grande o desconhecimento dos timorenses sobre a geografia, a história, as tradições, os usos e os costumes do seu próprio país. Contudo, essa cultura sofreu uma transformação com a fundação dos partidos políticos, em especial com a FRETILIN.

A educação portuguesa não incluía como matéria nas escolas o ensino da História e Geografia de Timor, o que excluía os timorenses da sua própria história e, como consequência, os timorenses pouco ou nada sabiam sobre a História da sua própria terra. Conhecia-se melhor a História e a Geografia de Portugal do que a de Timor. Os alunos eram obrigados a saber de cor todos os acontecimentos relacionados com a História de Portugal e a sua geografia. Como consequência, criou-se uma autodepreciação sobre a própria realidade timorense. O sistema educativo português era igual em todo o império português.

José Luís Cabaço, autor do livro *Moçambique, Identidade, Colonialismo e Libertação*, escrevendo sobre o sistema educativo em Moçambique que, após verificado, achamos ser semelhante ao que se deu em Timor: na escola primária, até meados da década de 60, estudavam-se textos que se referiam à vida rural em Portugal, à sua vegetação e fauna, à sua paisagem e aos seus usos e costumes. As disciplinas de História e Geografia, referiam-se à História e à Geografia de Portugal<sup>233</sup>.

“O ensino em Timor foi, até agora, uma cópia do ensino metropolitano e angolano, desajustado às realidades e às necessidades de Timor”<sup>234</sup>. As crianças da 4.ª classe eram obrigadas a aprender os rios, as montanhas, as cidades e as linhas férreas de Portugal, da Guiné, de Angola, de Moçambique, da Índia Portuguesa e de Macau, enquanto à geografia de Timor se dedicavam apenas meia dúzia de linhas. A história peca pelo mesmo defeito” <sup>235</sup>.

---

<sup>231</sup> *Lia*, em tétum, significa encontro para tratado de casamentos, mortes e outros eventos importantes.

<sup>232</sup> Existia em Lacluta, no subdistrito de Viqueque, nos anos 60, uma pequena fábrica caseira de manteiga e queijo pertencente ao Sr. Ricardo. Em 1968, o Padre Isidoro, açoriano, conseguiu fabricar queijo com leite de búfalas.

<sup>233</sup> Cabaço, José Luís (2009), *Moçambique, Identidade, Colonialismo e Libertação*, Unesp – S. Paulo, p. 115.

<sup>234</sup> Magalhães, António Barbedo (1997), *Descolonização do Ensino em Timor, um projeto que a intervenção Indonésia matou à nascença*, Porto, Universidade do Porto. 15.

<sup>235</sup> *Idem, ibidem*, p. 17.



Em 1960, na escola primária de Soibada<sup>236</sup>, o Padre macaense José Guterres, professor da 4.<sup>a</sup> classe, além das aulas de Geografia e História de Portugal, também dava algumas anotações sobre a História de Timor. A partir daí, o autor desta tese começou a ter contacto com a história timorense. Leu com muito entusiasmo o livro *Timor – Subsídios para a sua História*, de Hélio Esteves Felgas, e os livros que o seu pai tinha em casa, como *Gentio de Timor*, de Armando Pinto Corrêa e *Funo*, de Carlos Cal Brandão. Esses livros introduziram-no à realidade timorense e apercebeu-se de que os acontecimentos estavam ligados à sua própria realidade.

Até 1960, o Estado pouco fez no domínio do Ensino. A maior parte das escolas pertencia à Igreja Católica. Até 1964, os agentes do Ensino Primário formavam-se na Escola de Professores Catequistas da Igreja e só em 1965 é que foi aberta a Escola de Habilitação de Professores do Posto Escolar Engenheiro Canto Resende. No entanto, a situação social e educacional sofreu transformações em 1960 devido a vários fatores, como a revolta de 1959; o começo da luta armada nos países africanos (Guiné Bissau, Angola, Moçambique), a partir de 1961; o aumento das pressões internacionais sobre Lisboa com vista à descolonização; e a invasão e conquista da Papua-Nova Guiné, em 1962, pela Indonésia. Como consequência, abriram-se muitas escolas, mais especificamente escolas primárias. A escola primária tornou-se obrigatória e os próprios militares portugueses foram envolvidos na educação. Começou então o desabrochar da educação, especialmente da escola primária, embora o seu objetivo continuasse a ser a “Portugalização”. Contudo, nos anos 60, começou a verificar-se um investimento maciço nas estruturas educacionais<sup>237</sup>.

A escola de professores catequistas foi fundada pelos padres jesuítas em Soibada, em 1924, e funcionou até 1964, sendo que o seu objetivo era a formação de professores para ensinar nas escolas missionárias.<sup>238</sup> As escolas missionárias mais em destaque eram a Missão de Soibada, cujo nome era Colégio de Nun’Álvares Pereira, fundado pelos padres jesuítas em 1898 e abandonado em 1910 com a proclamação da República que expulsou de Timor tanto os padres jesuítas, como as Irmãs Canossianas.

Tanto o Colégio de D. Nun’Álvares Pereira de Soibada como o Colégio do Infante Sagres de Maliana, bem como o Colégio de S. Luís Gonzaga de Ossú, sob a tutela dos padres seculares, eram apenas para rapazes; a Escola da Imaculada Conceição de Soibada e o Colégio de Santa Teresinha do Menino Jesus eram somente para raparigas, estando sob a direção das Irmãs Canossianas. A língua falada era o português, sem margem para outras línguas. O ensino liceal foi criado na província de Timor Português

---

<sup>236</sup> Escola fundada pelos padres jesuítas e que funcionou mais tarde como escola de professores catequistas e Seminário. Depois, transformou-se em escola primária católica como o nome de D. Nun’Álvares Pereira.

<sup>237</sup> Chrystello (1999), *Timor-Leste...*, p. 76.

<sup>238</sup> Agência-Geral do Ultramar (1966), *Panorama Actual e Perspectivas Futuras do Ensino na Província Portuguesa, de Timor*, Lisboa, Editora Gráfica Portuguesa, Lda, p. 40.

em 1938, com carácter semioficial. Em 1960, foi transformado em liceu nacional com a designação de Liceu Dr. Francisco Machado<sup>239</sup>.

O Seminário foi fundado pela Diocese de Díli, em Soibada, em 1936 e transferido para Díli e depois para Dare, nos arredores de Díli.

O Decreto n.º 46519, de 4 de setembro de 1965, permitiu a criação da Escola Técnica Elementar de Díli Professor Silva Cunha, já com os dois anos do ciclo preparatório. Em outubro de 1966, começou a funcionar este novo estabelecimento de ensino<sup>240</sup>.

A única escola agrícola existente começou a funcionar na Missão Salesiana de Fatumaca em 1968/1969. Os primeiros capatazes agrícolas acabaram o curso em 1971. Em 1971/1972, na mesma escola, iniciou-se o ensino de Artes e Ofícios com os cursos de carpintaria, mercearia e serralharia mecânica, cujo custo de construção era da responsabilidade do estado, ficando o ensino a cargo dos padres salesianos<sup>241</sup>.

Fizeram-se campanhas para reduzir a taxa de analfabetismo, tanto por parte do Governo, como por parte da Igreja e do próprio exército português, que abriu escolas primárias nas zonas rurais de difícil acesso, com ênfase nas crianças de idade escolar, através do programa de “Escolarização Compulsória”. Com este esforço, a taxa de escolarização subiu para 28% em 1970/1971 e para 77% em 1973/1974. Até 1975, data da invasão, Ximenes Belo<sup>242</sup> referiu que, em Timor, havia 311 escolas primárias, com 673 professores e 34.000 alunos e apenas 20% dos timorenses falavam corretamente o português. Magalhães destaca que o ensino vigente tinha por objetivo formar funcionários coloniais Portugalizados e dóceis<sup>243</sup>.

O sistema de ensino em Timor Português, segundo o modelo de educação portuguesa até 1973/1975, era composto por graus e modalidades de formação geral e profissional, com duração diferenciada:

1. Ensino primário de quatro anos (4.<sup>a</sup> classe);
2. Ciclo preparatório de dois anos (1.º e 2.º anos);
3. Ensino liceal (7 anos);
4. Ensino técnico (5 anos);

---

<sup>239</sup> *Idem, ibidem*, p. 36.

<sup>240</sup> *Idem, ibidem*, p. 37.

<sup>241</sup> Agência-Geral do Ultramar (1996), *Panorama Atual e Perspectivas Futuras do Ensino na Província Portuguesa*, 1966, p. 31.

<sup>242</sup> Belo, Carlos Filipe Ximenes (2009), *A Revolta de 1959 em Viqueque, Uatulari e Uato-Carbau*. Online: disponível na Internet via <http://uatolariidadeit.wordpress.com/2011/06/04/a-revolta-de-1959-em-viqueque-wato>, 2011. Arquivo consultado em 13 de outubro de 2011. p. 2.

<sup>243</sup> Magalhães (1997), *Descolonização...*, p. 21.

5. Escola de habilitação de professores (4 anos)
6. Escola de artes e ofícios (3 anos);
7. Escola agrícola (3 anos);
8. Escola de enfermagem (3 anos)

Era esta a situação geral em que se encontrava Timor antes da ocupação indonésia.

#### **4.2. A REVOLTA DE VIQUEQUE, UATU-LARI E UATU-CARBAU EM 1959**

A Revolta de Viqueque foi um dos acontecimentos que teve uma influência muito significativa na fundação da APODETI. Os sobreviventes da Revolta, como José Duarte e os filhos dos que aderiram ao movimento, foram tidos em consideração durante a ocupação indonésia e tiveram alguns privilégios, como chefia nas repartições do Governo, cargos administrativos, facilidades de aquisição de bolsas de estudo nas escolas e universidades na Indonésia.

Sobre a revolta de 1959, Bilveer Sing declarou que "*Jakarta masih belum lupa pelajaran yang harus dibayar karena kegiatan para pengungsi PERMESTA pada tahun 1959 dalam mendukung pemberontakan anti-Portugis di Timor-Timur*"<sup>244</sup> cuja tradução é: Jacarta ainda não se esqueceu da lição que teve que pagar por causa das ações dos refugiados da PERMESTA ao apoiar a revolta antiportuguesa em Timor-Leste, em 1959.

De acordo com Amelia Liwe, doutorada em História de Sudeste Asiático pela Universidade de Wisconsin-Madison, a Frente Armada na parte Oriental da Indonésia, no Norte de Sulawesi, antiga Celebes, no Sul das Filipinas, com a declaração do dia 2 de março de 1957 por 51 líderes civis e militares, que lutavam por uma *Otonomi Luas*,<sup>245</sup> isto é, Autonomia Alargada, devido às discriminações sociais, políticas e económicas que existiam, mas não tencionava separar-se da República da Indonésia. O movimento conhecido como “a Revolta dos Coronéis”, assinado em 2 de março de 1957 pelos grupos de Sulawesi do Sul de Makassar liderado pelos coronéis Ventje Sumual, comandante militar da Indonésia oriental, Kawilarang, Simbolong, Hussein, Warou, oriundos de Manado, capital de Sulawesi do Norte. Declararam-se solidários com um novo movimento proclamado no Sumatra Ocidental no dia 15 de fevereiro de 1958. Esse movimento apelou-se a si mesmo de *Pemerintah Revolusioner Republik Indonesia*

---

<sup>244</sup> Singh, Bilveer (1998), *Timor-Timur Indonesia dan Dunia, Mitos da Kenyataan*, p. 63.

<sup>245</sup> *Otonomi Luas*, ou seja, Autonomia Alargada. Em 1999, a Indonésia, já com as esperanças perdidas sobre o caso timorense, avançou com a proposta de uma Autonomia Alargada em Timor-Leste, ideia proveniente da PERMESTA do Sulawesi do Norte. Essa Autonomia Alargada serviu de base para o Referendo de 1999, conforme escrito no folheto do Referendo: “Aceita a Autonomia Especial proposta para Timor-Leste integrada no Estado Unitário da República da Indonésia?”

(PRRI), ou seja, Governo Revolucionário da República da Indonésia. A junção dos dois movimentos ficou com o nome de PRRI/PERMESTA.

Devido às tensões da Guerra Fria, os Estados Unidos da América procuraram através dos seus aliados (As Filipinas) e da CIA impulsionar a Revolta dos dois grupos com fornecimento de armas.

Segundo as perspetivas dos Estados Unidos da América, o movimento deveria ser apoiado para impedir, ou travar o avanço e a influência comunista na ilha de Java. Interpretando os desejos da região para um movimento sessacionista na Indonésia de Sukarno a sucessão contra que solicitaram a Jacarta mais atenção para a Indonésia Oriental: Sulawesi, Maluku e Timor Oriental indonésio. Em meses o movimento estendeu-se Manado, norte do Sulawesi onde os comandantes locais se declararam solidários. No entanto, Jacarta não concordou com a ideia e sufocou a revolta<sup>246</sup>.

O distrito de Viqueque, onde se deu a Revolta, abrange os postos administrativos de Ossú, Lacluta, Uatu-Lari e Uatu-Carbau, com sede administrativa em Viqueque.

Do posto administrativo de Lacluta faz fronteira com os postos administrativos de Viqueque a sul, com Barique, da Circunscrição de Manatuto, a oeste, e a norte com o posto administrativo de Laleia e com o posto administrativo de Vemasse da Circunscrição de Baucau.

O dialeto mais falado neste posto administrativo de Lacluta é o *Tétum Terik*. O posto administrativo de Ossú faz fronteira com Viqueque a sul, a norte com Venilale e com Vemasse da Circunscrição de Baucau, a leste com o posto administrativo de Uatu-Lari, a noroeste com o posto administrativo de Quelecai, a sul com o Mar Homem (*Tasi Mane*) e a leste como o posto administrativo de Uatu-Carbau. Os dialetos falados são o Naueti e o Makassae. O posto administrativo de Uatu-Carbau faz fronteira com o posto administrativo de Bagueia a norte, a leste com Iliomar da Circunscrição de Lautém e a oeste com o posto administrativo de Uatu-Lari. Os dialetos falados são o *Naueti e Makassae*.<sup>247</sup> Os dialetos predominantes na Circunscrição de Viqueque são o Tétum Terik, o Naueti, o Makassae, o Medique e o Leimean.

---

<sup>246</sup>Liwe, Amelia, *Remembering Permesta* (2010), consultável em: [www.insideindonesia.org/remembering-permesta](http://www.insideindonesia.org/remembering-permesta), 12 de junho de 2018.

<sup>247</sup> Faculdade de Arquitetura – Universidade Técnica de Lisboa. Gertil – Grupo de Estudos de Reconstrução de Timor-Leste, Lisboa (2003) *Atlas de Timor-Leste*, Lidel, 2003, p. 73.

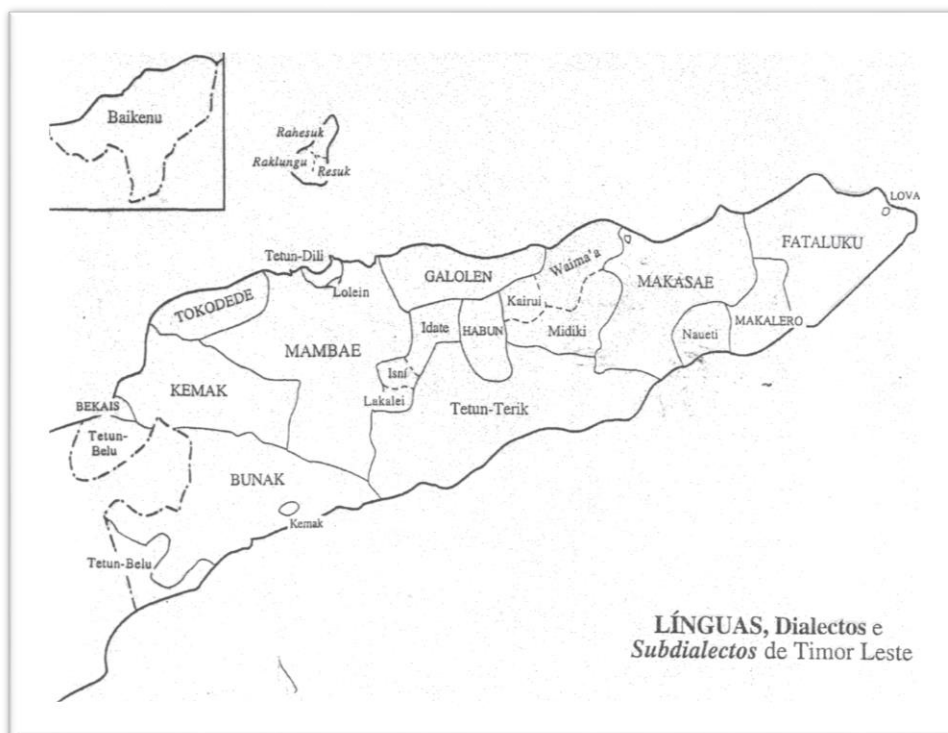


Imagem 1 - Línguas, Dialectos e Subdialectos de Timor-Leste<sup>248</sup>

Foi precisamente no subdistrito de Uatu-Lari, especificamente em Ailembata, onde foram feitos furos para a exploração de petróleo e gás natural pela companhia *Timor Oil*, no ano de 1956, exploração essa que foi cancelada sem nenhuma explicação. Também em Poalaca, no subdistrito de Laclubar, distrito de Manatuto, existia um poço de petróleo que era explorado com meios tradicionais. Esse poço era o que fornecia petróleo para abastecer os *petromax* dos dois colégios (feminino e masculino) de Soibada. A exploração era feita por meios muito rudimentares e estava sob gestão de António Ramos-Horta, irmão mais velho de José Ramos-Horta.

Em 1958, o governador de Timor Português era o Capitão Serpa Rosa, que deixou Timor após quatro anos de missão. Como interino, ficou encarregado do Governo o Tenente-Coronel Manuel Albuquerque Gonçalves de Aguiar que era também comandante militar.

Amaro Jordão de Araújo descreveu que Viqueque era o celeiro de Díli, a capital da colónia, graças aos governadores José Celestino da Silva e Filomeno da Câmara, mas que se transformou numa terra desgraçada que deixou os habitantes à fome e à miséria devido à má administração: não havia água

<sup>248</sup> Mapa cedido por DR. Benjamin Corte Real, Diretor do Instituto Nacional de Linguística, Universidade Nacional de Timor Lorosa'e.

canalizada, luz elétrica, nem farmácias, nem hospitais, nem maternidades, nem escolas para centenas de crianças, nem uma capela, nem casas para os funcionários.

A situação económica, sobretudo dos funcionários públicos, era algo precário, como também os abusos na exploração do povo foram significativos e, por isso, a ideia de uma sublevação foi favorável. Havia abusos por parte dos governantes e dos chefes de suco, que utilizavam o seu poder e exploravam o povo, obrigando-o a fornecer produtos alimentícios à preços baixos, com pagamento atrasado e algumas vezes sem pagamento; a prestar serviços gratuitos durante 5 ou 6 dias na limpeza da vila. Para a construção das pontes 30 a 40 pessoas eram recrutadas para os serviços mensais gratuitos quando na realidade havia dinheiro para esse fim. Inclusivamente recrutavam mulheres e crianças para os serviços mensais<sup>249</sup>.

A Companhia petrolífera australiana "Timor Oil" solicitou à administração, mão de obra local, para os seus serviços, oferecendo como salário mínimo 300\$00 (trezentos escudos) e 90\$00 (noventa escudos) para cada operário e trabalhador. O trabalho foi consentido sem aumento e com a seguinte redução feita pelo Administrador da Circunscrição: para operário – 90\$00; para trabalhador – 21\$00 sob a ameaça de serem chicoteados e presos se não se conformassem com os salários estipulados pelo administrador<sup>250</sup>.

Xanana Gusmão, na sua autobiografia, relata a sua experiência particular sobre a situação:

“Não poucas vezes, presenciei, no posto administrativo, as chicotadas a presos gemendo sobre pedrinhas e ao sol com os pés algemados. Não poucas vezes também, nas minhas fugidas às “guardas” com os filhos dos liurais, colegas da escola, presenciei ordenanças <sup>251</sup> e moradores saindo ou regressando com o bando trazendo infratores ensanguentados, por faltarem aos trabalhos forçados nas estradas ou aos turnos obrigatórios de prestação de serviço como “asu-lear”<sup>252</sup> [trabalhador braçal] em casas dos colonialistas, chinas e assimilados, isto é, timorenses mais influenciados pela cultura portuguesa no pensamento e no comportamento diário”<sup>253</sup>.

Ximenes Belo, na comemoração dos 50 anos da Revolta, fala no mesmo tom de Xanana Gusmão:

“No território, as autoridades portuguesas continuavam com a política de cobrança de impostos, de recrutamento de trabalhadores para os serviços do Estado (Auxiliares). Alguns régulos, chefes do suco e chefes de povoação mantinham um poder despótico em relação aos seus súbditos (serviços gratuitos nas suas propriedades (várzeas e hortas) fornecimento de géneros alimentícios; construção de casas do chefe e da chamada “guarda”). Aos faltosos

---

<sup>249</sup> Araújo, Amaro Loyola Jordão de (1960), *Memorandum do Célebre Massacre de Uatu-Lari e Uatu-Carbau ocorrido em 7 de junho de 1959, na circunscrição de Viqueque, Timor, Angola, Colónia Penal de Bié*, 21 de Abril de 1960, pp. 1-3.

<sup>250</sup> Araújo (1960), *Memorandum...*, p. 3.

<sup>251</sup> “Ordenanças” eram pessoas escolhidas pelos *liurais* ou chefes administrativos com a função de transmitir mensagens ou ordens.

<sup>252</sup> Asu-lear, do português auxiliar.

<sup>253</sup> Gusmão (1994), *Timor-Leste...*, p. 3.

aplicava-se o castigo de chicotes e palmatoadas. Os poucos funcionários nativos (guarda-fios; enfermeiros e professores) estavam descontentes com o Governo colonial pelo baixo salário de que usufruíam. A despeito de tudo isso, o ambiente geral era mais de submissão do que rebeldia”<sup>254</sup>.

Não só pessoas eram “recrutadas” para os serviços, mas também os cavalos quando fossem necessários, a ponto de haver o dito *kuda reino*, ou seja, cavalo do reino cujo significado era prestar serviço sem remuneração.

Foi abolida a escravatura, mas nas casas ainda existia o chamado *labarik uma laran*, ou seja, o moço da casa, ou *labarik lutu hun*, o moço das sebes ou cercos, que simbolizava o estado social de uma certa classe da sociedade que ainda praticava a servidão. Esses *labarik uma laran* e *labarik lutu hun* podiam ser provenientes dos *ul-hori*, palavra de origem galole para significar escravos capturados nas guerras e que, na sociedade timorense, tinham um estatuto diferente dos homens livres, ou seja, eram vendidos.<sup>255</sup> Devido à incapacidade de pagamento do imposto obrigatório a todos os timorenses varões com 18 anos de idade, havia timorenses que fugiam e desapareciam, vagueando de um lugar para outro. Os que viviam no litoral fugiam para a ilha de Kissar, a norte de Timor, utilizando os beiros ou as pirogas.

Apesar da Revolta de Viqueque, algumas atitudes não se modificaram:

“Três meses depois, nada de aumento. Protestei, mas fui obrigado a aguardar mais outros 2 meses. Uma metropolitana, esposa de um furriel, fora admitida como aspirante. Estava à espera de bebé e passava o tempo a fazer malhas! Meses depois, novo aumento para Elvira...“Comecei a entrar tarde e a sair cedo para fazer corresponder o tempo ao salário. O Inspetor berrava e eu gritava. Três meses depois, Elvira recebia o vencimento inteiro.”<sup>256</sup> A ideia que se fomentava em Díli não era a de uma revolta, mas de um abaixo-assinado contra o Governo Português. Um grupo de manifestantes teve a primeira reunião num piquenique organizado em casa do Senhor Patrocínio, em Bidau, no distrito de Díli, em maio de 1956, onde apareceram vários funcionários públicos de enfermagem e das obras públicas<sup>257</sup>.

O abaixo-assinado tinha por fim melhorar o vencimento e obrigar o Governo Português a utilizar com eficiência o orçamento alocado para a província de Timor. Contra essa situação, criou-se um ditado entre os timorenses: “Dinheiro vem, dinheiro vai!”, o que significava que o dinheiro alocado para Timor era mais aproveitado pelos portugueses da metrópole do que para os gastos da província. A segunda reunião para a manifestação foi realizada em agosto de 1956, à frente da Gruta de Bidau Santana, que ainda existe nos dias de hoje. Muitos participaram nesse encontro, como foi o caso de Simeão Madeira,

---

<sup>254</sup> Belo (2009), *A Revolta...*, p. 1.

<sup>255</sup> Corrêa (1934), *Gentio...*, p. 43.

<sup>256</sup> Gusmão (1994), *Timor-Leste...*, p. 7.

<sup>257</sup> Sousa (2013), *Histórias...*, p. 39.

Fernando Neto, Chico Assis, Luís do Rego, Chico Dias de Alas, José Duarte. Contudo, essas reuniões não tiveram nada a ver com a ideia da Revolta de Viqueque, em 1959.

Neste ambiente de descontentamento geral, apareceram os indonésios que refugiados em Oecusse, vindos de Kupang, foram levados para Díli e colocados depois em Baucau onde chegaram no mês de março (precisamente no Domingo de Ramos). No total eram catorze: Tenente Lambertus Ladon, 28 anos; Tenente Gerson Pello, 26 anos; 1.º Sargento Jober Moniaga, 25 anos; 1.º Sargento Eddy Welong, 25 anos; 2.º Sargento Tezkia Folla, 29 anos; 2.º Sargento Albert Ndoen, 36 anos; Cabo Urias Daniel, 23 anos; Cabo Ambrosius Dimoe Logo, 27 anos; Soldado Domingus Adoe, 29 anos; Soldado, Lourenz Tangis, 29 anos; Soldado Paulus Adoe, 29 anos; Soldado Anderias Therik, 21 anos; Soldado Jonatah Nenotek, 25 anos; Civil Jeremias Pello, 18 anos<sup>258</sup>.

Ximenes Belo relata que esses refugiados indonésios foram habitar para o edifício das “Três Famílias,”<sup>259</sup> na povoação de Macadai, no suco de Bahu, com um subsídio do Governo português de 7 patacas diárias, equivalente a 43\$75 do escudo português, o que era muito dinheiro para aquela época.

Aproveitando a situação, foram contactando com os funcionários públicos de Baucau e de Laga. Contudo, em dezembro de 1958, tiveram uma zaragata "premeditada" entre eles, e cinco deles, Gerson Pello, Jober Moniaga, Albert Ndoen, Jeremias Pello e Tezkial Folla, foram transferidos para o antigo edifício dos correios e depois enviados para Viqueque.

Pelos empregados do consulado e de elementos da comunidade árabe, o cônsul tentou aliciá-los à revolta contra o governo português. Em fevereiro de 1959, como relatou Themudo Barata, sob as ordens do cônsul indonésio, Luiz do Rego, um motorista, foi enviado a Viqueque para estabelecer contactos com os exilados se estavam dispostos a colaborar numa revolta<sup>260</sup>.

O relatório do Superintendente Abílio da Paixão Monteiro, ad. 3.ª classe, de 25 de julho de 1959, nas considerações finais, diz o seguinte:

“Consta de alguns passos dados dos dois processos já organizados por este Corpo de Polícia que os indonésios recebidos nesta Província tinham sido mandados pelo Governo indonésio para incutirem na população a ideia de revolta (...) Todavia a verdade é que, da leitura de todo o processo, chega-se à conclusão de que a revolta foi idealizada pelo Cônsul Nazwar Jacub”<sup>261</sup>.

Tito Duarte, no *Timor Aquela Ilha par a Além do Fim...do Fim!...*, supõe a existência de duas hipóteses: a primeira seria a promessa de uma amnistia, conseguindo colocar os exilados ao serviço do

---

<sup>258</sup> Segundo o Relatório de Timor, Relatório de Comissão de Defesa civil, ex. 1 (1962-1964), ofício n.º 54 do Governador de Timor para o Ministro do Ultramar, 1 de maio de 1962, p. 10, citado por Carlos Filipe Ximenes Belo (2009), *A Revolta de 1959 de Viqueque, Uatu-Lari e Uatu-Carbau*, p. 2.

<sup>259</sup> Eram famílias de três irmãos que, rotativamente, governavam a povoação por um espaço de tempo determinado.

<sup>260</sup> *Idem, ibidem*, pp. 53-54.

<sup>261</sup> *Idem, ibidem*, p. 219.



cônsul; <sup>262</sup> a segunda poderia ser a intenção do Governo Central de Jacarta de eliminar os últimos dissidentes da PERMESTA no estrangeiro, impedindo que do exterior pudessem continuar a incentivar a revolta no país e evitando a existência de mais uma frente, fora do país, contra a Indonésia, tendo em consideração que a República das Molucas do Sul (RMS) já tinha uma frente formada na Holanda.

Tendo em conta o contexto da época, a revolta dificilmente teria sucesso, pois não tinham apoio de elementos das Forças Armadas. Era apenas apoiada pelos funcionários públicos de baixo estatuto, alguns chefes de suco e de povoação, agricultores e motoristas. Só dispunham de umas armas velhas *kropache*, com munições já deterioradas.<sup>263</sup> Esse facto foi confirmado por Themudo Barata, no assalto feito pelos sublevados. “Felizmente, para nós, as armas e munições que tinham roubado eram de fraca qualidade. Muitos cartuchos não disparavam” <sup>264</sup>.

Nem todo o Timor estava envolvido nessa revolta, embora, no *Memorandum* Amaro Jordão de Araújo afirmasse que era uma sublevação planeada em todo o Timor. Foi fraca a adesão de outros povos à rebelião, não como a de D. Boaventura, que conseguiu a adesão de vários reinos e, se não fossem as ajudas provenientes de Moçambique, o problema poderia ter sido muito sério para o governo português. Pelo contrário, a adesão dos arraias provenientes de diversos reinos como os de Lacluta, Ossú, Quelecai, Baaguia e Lospalos às forças do governo para o domínio da revolta foi rápida e em grande número. A 20 de junho, depois de 13 dias, a Revolta estava dominada embora tivessem chegado também reforços de Goa.

#### **4.2.1. A REVOLTA E A RESPOSTA DO GOVERNO PORTUGUÊS**

A Revolta foi planeada para o dia 28 de maio de 1959, dia de comemoração de dois clubes de futebol Benfica e Sporting, pois era quando estariam presentes muitos europeus e autoridades da província como também muitos timorenses do interior do país.

Nesse dia 28 de maio, “os conspiradores matavam quase todos os responsáveis pela administração da ilha, como também era muito mais fácil fazer alastrar os focos da insurreição por todo o interior, uma vez que este ficava quase desguarnecido”<sup>265</sup>.

Contudo, a data da revolta foi adiada para 31 de dezembro, quando a população iria celebrar a passagem de ano.

---

<sup>262</sup> Duarte, Tito (2006), *Timor: aquela ilha para além do fim ... do fim*, Lagos, Passos de Cor, Artes Gráficas, e Design Gráfico, Lda., p. 76.

<sup>263</sup> No posto de Atabae, e mais tarde em Lacluta, onde o pai do autor era encarregado do posto, ele reparou por várias vezes que os *sipaios*, de manhã, tiravam as munições do *Kropache* e a estendiam ao sol porque estava cheia de bolor, pois, algumas vezes, tentavam disparar, mas sem sucesso.

<sup>264</sup> Barata (1998), *Timor...*, p. 68.

<sup>265</sup> *Idem, ibidem*, p. 58.

O plano foi assim delineado:

“No dia 31 de dezembro fariam o assalto a Díli e ocupavam: as instalações militares, o paiol, o parque do estacionamento dos carros e o quartel dos polícias. Distribuiriam as catanas e fariam o ataque aos clubes onde as pessoas estariam reunidas para o festejo da passagem do ano. Em Aileu planeava-se uma festa em casa de um dos implicados, onde seriam convidados as autoridades locais bem como os funcionários civis. Nesta festa seriam decapitados, e depois as bandeiras indonésias seriam içadas nos locais subjugados”<sup>266</sup>.

O plano da sublevação foi descoberto em Díli no dia 3 de junho. Foram presos 15 cabecilhas e, depois de uma investigação, a polícia descobriu o plano. Após o inquérito no dia 6 de junho, e aproveitando a chegada do barco *Índia*, onze deles foram levados para Lisboa<sup>267</sup>.

Reforços são prontamente enviados de Goa (então colónia portuguesa na Índia), acabando por “não se derramar sangue”. Dezenas de timorenses foram deportados para as colónias africanas de Moçambique, Angola, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe<sup>268</sup>.

Em Viqueque, no dia 7 de junho de 1959, às 23h30, a residência do Administrador Artur Marques Ramos foi assaltada. O Administrador, apesar de ter sido avisado, não acreditou que tal pudesse acontecer.

Pelas 20h30, três indonésios – Gerson Pello, Jeremias Pello e Jober Moniaga Jeremias – reúnem-se em casa de um funcionário aposentado, provavelmente Amaro Jordão de Araújo, com mais três ou quatro timorenses locais e outros provenientes das povoações vizinhas. Percebendo que foram descobertos, resolveram assaltar a administração e apropriar-se das armas e munições, coisa que fizeram por volta das 23h00. Os guardas ofereceram resistência mas foram feridos. Gerson mandou cortar as ligações telefónicas com Ossú e bloquear a estrada para Ossú com troncos de árvores. Por volta das 23h30, do dia 7 de junho de 1959, sob o comando do Gerson, assaltaram a residência do administrador. Um grupo colocou-se na ponte para impedir a fuga do administrador. No grupo estava Domingos Jeremias, que tentou alvejar o administrador, mas não o atingiu. O administrador meteu-se no jipe com a família e o aspirante timorense (João Canaleco, natural de Oecusse) e escaparam para Ossú à grande velocidade debaixo de fogo cruzado<sup>269</sup>.

Os sublevados apropriaram-se do camião da administração de Viqueque e seguiram para Uatu-Lari. Chegaram pela manhã e foram recebidos pelos amotinados que traziam ao peito tiras de pano com as cores da bandeira indonésia. O Tenente Gerson com dois timorenses mais instruídos, prosseguiram para Uatu-Carbau, onde foram igualmente bem recebidos.<sup>270</sup> Nessa mesma tarde, o posto de Uatu-Lari era

---

<sup>266</sup> Barata (1998), *Timor...*, pp. 59-60.

<sup>267</sup> *Idem, ibidem*, p. 61.

<sup>268</sup> Chrystello (2006), *Timor-Leste...*, p. 42.

<sup>269</sup> Barata (1998), *Timor...*, p. 64.

<sup>270</sup> *Idem, ibidem*, p. 65.

assaltado por elementos da rebelião vindos de Viqueque; também foram enviados emissários ao posto de Uatu-Carbau para fazerem o mesmo.

Os rebeldes deixaram em Uatu-Lari alguns elementos sob a chefia de António Metan e do indonésio Jober Moniaga Jeremias. A norte de Uatu-Carbau estavam reunidos três grupos relativamente numerosos. Suspeitava-se que tivessem tido apoio de Laga, na costa Norte, onde a presença frequente de *corcoras* (pirogas) indonésias causava uma certa desconfiança.<sup>271</sup> Nessa agitada manhã de segunda-feira, 8 de junho dois dos restantes asilados de Viqueque são detidos a caminho de Ossú, prova de que so tiveram apoio nas áreas de Uatu-Lari e Uatu-Carbau”<sup>272</sup>.

Em Díli, as autoridades portuguesas foram postas ao corrente do sucedido em Viqueque e foram dadas instruções sobre o controlo das comunicações telefónicas, o alerta nas unidades militares e a imediata detenção dos exilados indonésios.

Na manhã do dia 8 de junho, o encarregado do Governo assiste, no campo de aviação, à partida para Baucau de duas secções de atiradores sob o comando de um subalterno. Foram dadas ordens aos chefes de Baucau, Baguia, Laga e Quelecai para reunirem os homens e patrulharem a sua área com meios tradicionais (catanas, azagaias, setas, etc.). Ao meio-dia, o administrador Artur Marques Ramos regressa a Viqueque apoiado por uma pequena força militar: um oficial (Tenente Ferreira), um furriel (Pires) e nove praças. São dadas ordens para prepararem os arraiais fiéis ao Governo. Em Lautém, a adesão foi rápida. Em Uatu-Lari e Uatu-Carbau, os arraiais chegados de Lautém incendeiam casas, matam os supostos revoltosos e praticam a pilhagem.<sup>273</sup> Os povos de Quelecai e Baguia são solicitados para vigiar as fronteiras, impedindo a fuga dos habitantes de Uatu-Carbau e Uatu-Lari. No mesmo dia 8 de junho, foi fuzilado, em Baguia, o catequista Carlos Carvalho.<sup>274</sup> E no dia 17 de junho, deu-se o fuzilamento de 7 civis junto à ribeira de Ba-Bui, em Uatu-Lari,<sup>275</sup> pelos administrador Artur Marques Ramos e pelo Capitão João Manuel Farjado Barreiro. O testemunho do administrador, Abílio da Paixão Monteiro, no seu relatório sobre os acontecimentos de Viqueque confirma o acontecid<sup>276</sup>. Esse fuzilamento foi testemunhado por Bernardo Sarmiento e pelo enfermeiro Leonardo de Araújo que seguiram de Viqueque

---

<sup>271</sup> *Idem, ibidem*, p. 67.

<sup>272</sup> *Idem, ibidem*, p. 66.

<sup>273</sup> A rápida adesão dos arraiais para o impedimento da expansão da revolta não se devia apenas à fidelidade ao Governo, pois também eles eram incentivados pela possibilidade da pilhagem dos bens e dos escravos.

<sup>274</sup> O Mestre Carlos Carvalho, em 1957, era catequista em Uatu-Carbau. O seu filho, Gregório Basílio de Carvalho, foi aluno no Seminário de Nossa Senhora de Fátima. Entrou para a Congregação dos Salesianos e esteve em Portugal a estudar no Seminário dos Salesianos, em Manique, no Estoril. Não sentindo o chamamento para a vocação de padre, regressou a Timor em 1974 e afiliou-se na FRETILIN, uma atitude diferente de outros filhos dos sublevados, que optaram pela APODETI. Combateu na fronteira no início da invasão indonésia e foi atingido por uma bala de morteiro, acabando por morrer. Segundo outra fonte, foi preso pelos indonésios e solicitado a cooperar com as forças da ocupação, porém sempre rejeitou e devido a isso foi morto. Segundo o autor da tese, que foi colega de Gregório Basílio no Seminário de Nossa Senhora de Fátima em Dare – Díli, a personalidade dele era de antes quebrar que torcer.

<sup>275</sup> Sousa (2010), *Histórias da Resistência Timorense*, Brasília, Thesaurus Editora, p. 41.

<sup>276</sup> Barata (1998), *Timor...*, p. 217.

para o posto de Uatu-Lari. Montaram o morteiro e dispararam alguns tiros para abrir caminho e enviaram seis soldados. No posto, viram a bandeira *Mera Putih*, bandeira indonésia, no mastro. Nove civis de Uatu-Lari apresentaram-se e o tenente Ferraz ordenou Bernardo Sarmiento que fosse executá-los na ribeira. Ordem que foi recusada por Bernardo sob o pretexto de que estava em licença e não era militar efetivo, segundo o próprio Bernardo. O tenente passou a ordem ao cabo de nome Pedro mais um soldado que foram executar os nove rendidos na ribeira<sup>277</sup>. Em Uatu-Carbau, o *sipaio*<sup>278</sup> João Mariano foi morto no dia 19 de junho de 1959 pelo administrador de Lospalos Serra Frazão.

O indonésio Robert Moniaga foi morto e os outros treze refugiados indonésios foram presos e levados para Díli. Em 22 de junho de 1961, com a chegada do governador Themudo Barata, os principais responsáveis são presos e enviados para Angola, para a cadeia penal de Bié, e para o vale do rio Limpopo em Moçambique<sup>279</sup>. Outro grupo de prisioneiros foi levado para a ilha de Ataúro.

Ximenes Belo relata que Baucau com a chegada dos prisioneiros, em junho de 1959, estava apinhada de presos fortemente vigiados pelos sipaios, que eram obrigados a trabalhos forçados na limpeza das ruas e do bazar da vila. Alguns, inclusivamente, estavam presos na garagem da casa do Administrador, onde eram torturados<sup>280</sup>.

No “Memorando”, Amaro Jordão de Araújo descreveu a sorte dos que se renderam e o tratamento cruel que receberam, sendo vítimas de espancamento, pauladas, pontapés e torturas, sendo depois mortos a tiros de metralhadora e pistola sob as ordens dos administradores e do comandante das Forças Armadas.

A retaliação do governo português à revolta foi desproporcional, como se pôde comprovar pelo fuzilamento dos nove cidadãos que foram mortos na ribeira,<sup>281</sup> do *sipaio* João Mariano,<sup>282</sup> do Domingos Jeremias<sup>283</sup> e outros sem terem direito a qualquer julgamento, como também de outros que foram levados para Angola e Moçambique, sem terem sido previamente julgados em tribunal.

O ano de 1959 foi marcado por uma grande carência em quase todos os sectores: estradas em péssimas condições, sem a existência de pontes na maior parte das ribeiras presentes entre Baucau e Díli. Uma viagem de Baucau a Díli podia demorar semanas devido ao mau estado das estradas, sobretudo nas ribeiras de Manlere entre Baucau e Vemasse. As ribeiras de Vemasse, Laleia e Lacló, nos meses de chuva, especialmente entre novembro e março, eram praticamente intransitáveis a qualquer tipo de transporte.

A incerteza da adesão à revolta, tanto em Díli como noutras localidades, era a tal ponto que, como se pode verificar quando eclodiu a revolta, os postos administrativos circunvizinhos de Ossú, Quelecai,

---

<sup>277</sup> Sousa (2010), *Histórias...*, p. 41.

<sup>278</sup> Palavra de origem persa que significa “soldado”, introduzida em Timor para designar os guardas civis.

<sup>279</sup> Figueiredo (2009), Fernando Augusto de, *A Presença Portuguesa em Timor: 1769-1945*, Lisboa, pp. 49-67.

<sup>280</sup> Belo (2009), *A Revolta...*, p. 5.

<sup>281</sup> Sousa (2010), *Histórias...*, p. 41

<sup>282</sup> *Idem, ibidem*, p. 42.

<sup>283</sup> *Idem, ibidem*, p. 43.

Baguia e Lospalos não aderiram ao movimento e ficaram a controlar as fronteiras para não deixarem escapar os rebeldes, tendo feito parte dos arraiais para evitar a revolta.

Não só não existia gente das Forças Armadas envolvida na rebelião, como também o apoio logístico e a liderança da revolta parecia estar nas mãos de indonésios que, embora militares, desconheciam a real situação de Timor.

A seguir, apresenta-se a lista dos envolvidos e classificados de culpa grave e dos desterrados para Angola, Moçambique e para a ilha de Ataúro.

Quadro 1. Lista dos desterrados para Angola e Moçambique

| <b>Nos.</b> | <b>Nomes</b>                    | <b>Naturalidade</b> | <b>Profissão</b>                         |
|-------------|---------------------------------|---------------------|--|
| 1.          | Abel da Costa Belo              | Baucau              | Guarda-fios                              |
| 2.          | José Manuel Duarte              | Díli                | Funcionário dos Serviços de Meteorologia |
| 3.          | Amaro Loyola Jordão de Araújo   | Díli                | 3.º Oficial (aposentado)                 |
| 4.          | António da Costa Soares         | Uatu-Carbau         | Chefe de suco                            |
| 5.          | Alberto Rodrigues Pereira       | Liquiçá             | Compositor de imprensa                   |
| 6.          | Alexandre Viana de Jesus        | Ermera              | Chefe de suco                            |
| 7.          | Amílcar Ribeiro Seixas          | Díli                | Ajudante mecânico                        |
| 8.          | Agostinho dos Santos            | Bobonaro            | Ajudante de motorista                    |
| 9.          | António Soriano                 | Aileu               |  |
| 10.         | Armindo Amaral                  | Viqueque            | Ajudante de motorista                    |
| 11.         | Belarmino Araújo                | Fatubessi           | Motorista                                |
| 12.         | Celestino Siong                 | Venilale            | Motorista                                |
| 13.         | Crispim Borges de Araújo        | Maubara             | Motorista                                |
| 14.         | Domingos da Conceição Gueterres | Díli                | Ajudante mecânico                        |
| 15.         | Domingos da Conceição Pereira   | Díli                | Encarregado de posto                     |
| 16.         | Domingos Reis                   | Viqueque            | Agricultor                               |
| 17.         | Domingos Soares                 | Viqueque            | Ajudante de motorista                    |
| 18.         | Duarte Soares                   | Viqueque            | Agricultor                               |
| 19.         | Eduardo de Araújo               | Letefoho            | Agricultor                               |
| 20.         | Eduardo Francisco da Costa      | Díli                | Pintor                                   |
| 21.         | Fernando Pinto                  | Uatu-Carbau         | Ajudante de suco                         |

|     |                                      |            |   |
|-----|--------------------------------------|------------|---|
| 22. | Francisco Dias da Costa              | Aileu      | Professor catequista                      |
| 23. | Frederico de Almeida Santos da Costa | Díli       | Grumete                                   |
| 24. | Germano das Dores Alves              | Díli       | Marinheiro de Capitania                   |
| 25. | João Lisboa                          | Viqueque   | Agricultor                                |
| 26. | Joaquim Augusto dos Santos           | Liquiçá    | Datilógrafo dos Correios                  |
| 27. | Joaquim Ferreira                     | Liquiçá    | Agricultor                                |
| 28. | Jorge Anselmo de Lima Maher          | Baucau     | 3.º Oficial do Banco Nacional Ultramarino |
| 29. | José Maria Exposto Maia              | Ermera     | Chefe de suco                             |
| 30. | José Sarmento                        | Viqueque   | Agricultor                                |
| 31. | José Soares                          | Ermera     | Pintor                                    |
| 32. | Jumang Bin Rachrun                   | Díli       | Servente na Escola Primária               |
| 33. | Lourenço Rodrigues Pereira           | Dli        | Agricultor                                |
| 34. | Luís da Cunha Soares Nunes           | Oesilo     | Funcionário da Missão de Endemias         |
| 35. | Manuel Alim                          | Cova Lima  | Motorista                                 |
| 36. | Manuel Alves                         | Díli       | Fiel da balança na Alfândega              |
| 37. | Manuel Damas                         | Fatubessi  | Motorista                                 |
| 38. | Manuel da Silva                      | Díli       | Telefonista dos Correios                  |
| 39. | Manuel Freitas do Gama               | Baguia     | Ajudante de motorista                     |
| 40. | Mário José Henriques Martins         | Moçambique | Compositor da Imprensa Nacional           |
| 41. | Mateus Sarmento Jordão de Araújo     | Díli       | Datilógrafo                               |
| 42. | Matias Guterres de Sousa             | Uatu-Lari  | Ajudante de enfermeiro                    |
| 43. | Miguel Pinto                         | Viqueque   | Agricultor                                |
| 44. | Nicodemos dos Reis Amaral            | Viqueque   | Chefe de povoação                         |
| 45. | Osman Djuli                          | Díli       | Ajudante de mecânico                      |
| 46. | Paulo Amaral                         | Viqueque   | Ajudante de motorista                     |
| 47. | Paulo da Conceição Castro            | Aileu      | Agricultor                                |
| 48. | Paulo da Silva                       | Aileu      | Chefe do suco                             |
| 49. | Salem Bin Hamad Basserawn            | Díli       | Comerciante                               |
| 50. | Salem Mussalan Sagram                | Díli       | Escriturário do Consulado Indonésio       |
| 51. | Venâncio da Costa Soares             | Díli       | Ajudante de motorista                     |
| 52. | Vicente de Jesus Vidigal             | Díli       | Chefe de suco                             |

|     |               |      |                   |
|-----|---------------|------|-------------------|
| 53. | Vital Ximenes | Díli | Trabalhador rural |
|-----|---------------|------|-------------------|

Fonte : Carlos Filipe Ximenes Belo (2009), *A Revolta de Viqueque, Uatu-Lari e Uatu-Carbau*, pp. 4-5.

Quadro 2. Lista dos desterrados para a ilha de Ataúro

| No. | Nome                     | Naturalidade | Profissão     |
|-----|--------------------------|--------------|---------------|
| 1.  | Zeferino dos Reis Amaral | Luca         | Chefe de suco |
| 2.  | Armando Pinto Correia    |              | Catequista    |
| 3.  | Celestino da Silva       | Matahoi      | Chefe de suco |
| 4.  | Fernando Soares Amaral   | Uatu-Lari    | Sipaio        |
| 5.  | João Eanes Pascoal       |              | Agricultor    |

Fonte: Carlos Filipe Ximenes Belo (2009), *A Revolta de Viqueque, Uatu-Lari e Uatu-Carbau*, p. 5.

Os 13 elementos da PERMESTA que sobreviveram foram também presos e enviados para Angola, sem nenhum protesto por parte do seu consulado em Díli, juntamente com outros timorenses, sendo mais tarde remetidos para as suas terras <sup>284</sup>.

#### 4.2.2. AS CONSEQUÊNCIAS DA REVOLTA

As consequências da Revolta foram muito profundas e perduram até aos dias de hoje entre as etnias Makassae e Naueti, respetivamente de Uatu-Lari e Uatu Carbau, além de ter ajudado a dividir a sociedade timorense em integracionistas e independentistas. Themudo Barata, no seu relatório, terá omitido detalhes que não lhe interessavam ou que colocariam em causa a posição portuguesa. A revolução não foi apenas dominada pelos militares portugueses, cujo número deveria ser reduzido, mas também pela maioria dos timorenses (arraiais), tanto os efetivos na tropa, como também a população que foi reunida e que não ia apenas com o intuito de impedir a revolta, mas também de assaltar e apoderar-se dos bens dos subjugados. Em 1974, quando o Governo português autorizou a formação dos partidos políticos, muitos dos filhos de pais e parentes que se tinham revoltado em 1959 optaram pela Integração, como, por exemplo, José Osório Soares e toda a sua família, cujo tio, Amaro Jordão de Araújo e também José Duarte, estavam envolvidos diretamente na sublevação, sendo depois desterrados para Angola, tal como os filhos do *Liurai* Fernando Pinto, de Uatu-Carbau e do sipaio Armindo Mariano Soares, cujo pai fora fuzilado junto ao poste onde estava a bandeira portuguesa em Uatu-Carbau.

<sup>284</sup> Informação facultada por Luís Gonzaga Soares, contemporâneo dos envolvidos da revolta e professor na Escola de Santa Teresinha, em Ossú, em 1959.

A presença do Padre Martinho Lopes da Costa em Uatu-Carbau evitou que mais timorenses fossem mortos,<sup>285</sup> segundo Bernardo Sarmento. Além desses timorenses, foram também desterrados alguns *liurais* de Uatu-Carbau, entre eles, Fernando Pinto e Amaro Jordão de Araújo.

A Revolta de Viqueque não foi uma revolta instigada pelo nacionalismo timorense contra a presença portuguesa para a independência, mas sim com o objetivo de integrar Timor Português na Indonésia. Ela teve uma influência bastante grande sobre Lisboa, que repensou a situação social em Timor-Leste. As consequências foram as seguintes:

1. Abriram-se mais escolas em Timor-Leste e a escola primária começou a ser compulsória;
2. Os timorenses tinham mais possibilidades de ocuparem o cargo de funcionário público;
3. Criaram-se mais bolsas de estudo para os timorenses;
4. Os estudantes de enfermagem que ganhavam apenas 25\$00 (vinte e cinco escudos) começaram a receber 90\$00 (noventa escudos);
5. Os soldados timorenses, que tinham a comida diferente da dos soldados europeus, começaram a ter a mesma qualidade de comida;
6. Foi construída uma escola técnica em Díli, a Escola Técnica Silva Cunha;
7. Nas companhias militares, abriram-se também escolas de ciclo preparatório, onde os jovens timorenses tiveram a possibilidade de continuar os estudos sem saírem da sua terra;
8. Vários estudantes timorenses tiveram a possibilidade de frequentar o ensino superior em universidades de Portugal.

O desenvolvimento que se fez sentir nos anos 60 tinha como base a Revolta de 1959. Embora fosse uma sublevação sem preparação adequada, trouxe mais vantagens a Timor-Leste do que a revolta levada a cabo por D. Boaventura de Sottomayor, em 1912, que estava melhor planeada, abrangendo mais reinos, mas que causou mais vítimas mortais. A revolta de Viqueque durou apenas 13 dias, enquanto que a de 1912 levou quase dois anos e os portugueses tiveram de solicitar ajuda externa, designadamente de Moçambique (*Landins*) e Goa.

A revolta veio, mais uma vez, intensificar os desentendimentos criados pela ocupação nipónica e aumentar a divergência entre os *makassae* e os *naueti*<sup>286</sup>.

---

<sup>285</sup> Sousa (2010), *Histórias...*, p. 43.

<sup>286</sup> Povos que habitam na Administração de Viqueque e nos subdistritos de Uatu-Lari e Uatu-Carbau. Existia desde há muito um conflito entre essas duas etnias. O mais recente deu-se em 2006.



### 4.3. A FUNDAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS: DO DESENTENDIMENTO À GUERRA CIVIL

Os acontecimentos ocorridos em Portugal a 25 de abril de 1974 tiveram um impacto fulcral nas antigas colónias portuguesas. O Movimento das Forças Armadas (MFA) veio repor o sistema democrático em Portugal e abrir caminho à descolonização das então denominadas Províncias Ultramarinas. Baseados no Decreto-Lei n.º 203/1974, da Junta de Salvação Nacional, os timorenses estavam autorizados a formar os seus partidos políticos, anúncio feito no Ginásio Escolar de Díli pelo Governador Alves Aldeia. Após este anúncio, Díli entrou em ebulição. Os interesses já não giravam à volta das temáticas diárias, como o futebol, mas sim da política. Novos interesses começaram a dominar os corações e os pensamentos dos timorenses, em especial dos assimilados, timorenses instruídos com comportamentos semelhantes aos dos europeus, que começaram a sentir-se realmente atraídos pelo poder.<sup>287</sup> Surgiram, então, pelo menos, quatro diferentes objetivos que foram definidos quanto ao futuro de Timor:

1. Independência total, defendida por Francisco Xavier do Amaral;
2. Integração, defendida por José Osório Soares, cunhado de Francisco Xavier do Amaral, afirmando que era impossível uma independência para Timor-Leste, pois abriria portas para a sublevação de outras províncias indonésias, como as Molucas, a Celebes, o Bornéu, Sumatra e *Iryan Jaya* (atual Papua Nova Guiné Indonésia), e também pelo facto de que o povo indonésio e o povo timorense eram provenientes da mesma cultura. Além de que, entre a anexação e a integração, era preferível escolher a integração;
3. Um outro grupo defendia uma autonomia progressiva sob a tutela de Portugal, com fases intermediárias, até à autodeterminação e independência a longo prazo. A independência só se daria quando as condições mínimas de sobrevivência fossem garantidas, desde que essa fosse a livre vontade do povo. Os que defendiam esta ideia eram: Domingos de Oliveira, João Carrascalão, Padre Francisco Fernandes, Fernando Luz, Agapito Mariz e Vasco Maria Senanes;
4. Ainda existia um quarto grupo que pretendia um *status quo*. A presença portuguesa não teve apenas aspetos negativos, também houve aspetos positivos. Os defensores eram César Augusto Mouzinho, Manuel Viegas Carrascalão, Cância Noronha e Jacinto Soares dos Reis<sup>288</sup>.

---

<sup>287</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, p. 22.

<sup>288</sup> *Idem, ibidem*, p. 22.

#### 4.3.1. A UNIÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE (UDT)

No decurso de 1974, fundam-se os partidos políticos em Timor Português. A primeira associação partidária a surgir foi a União Democrática Timorese (UDT), fundada a 11 de maio de 1974. A UDT era favorável a uma Federação com Portugal, evoluindo mais tarde para um desejo de independência. Era um grupo com uma tendência mais católica e possuía muito boas relações com a Igreja Católica. Uma pequena caracterização dos líderes pode ajudar a compreender melhor a índole dos partidos e os seus objetivos. O conhecimento dos líderes políticos, o conhecimento do homem, o seu passado, o seu ambiente, as influências recebidas a sua faixa etária influenciam o seu pensamento político. Todos eles eram timorenses que adquiriram um comportamento semelhante ao dos portugueses europeus, já com um nível de vida mais elevado, organizado e estabilizado e possuíam uma boa posição social e eram quase todos funcionários do Governo português. Pelo facto de não “beberem” a ideologia comunista, tinham grande apoio da Igreja Católica. A média de idades dos líderes da UDT era de 30 anos. Esses líderes não eram muito propícios a uma mudança rápida e radical.

A Comissão organizadora da UDT, escolhida entre os fundadores, integrava:

1. Mário Viegas Carrascalão (Chefe dos Serviços de Agricultura e Florestas);
2. Humberto Jorge da Conceição (Chefe dos Serviços de Finanças e, mais tarde, Chefe Interino da Economia e Preços);
3. Domingos de Oliveira (Funcionário da Alfândega);
4. António de Sousa Nascimento (Chefe da Secretaria da Agricultura e Florestas);
5. Fausto do Carmo Soares;
6. Manuel Babo;
7. Jacinto Soares dos Reis;
8. Fernando do Rosário dos Mártires<sup>289</sup>.

No seu manifesto inaugural, a UDT protestava contra os informadores da PIDE /DGS (Polícia Internacional e de Defesa do Estado / Direção-Geral de Segurança), considerando que tais indivíduos exerciam atividades que não só atentavam a dignidade e a liberdade dos seus patrícios, como também eram perniciosas, considerando que era do interesse de todo o povo timorense a divulgação da identidade dos elementos condicionadores das suas liberdades primárias.

Apresenta-se, de seguida, um breve perfil dos líderes mais influentes da UDT:

---

<sup>289</sup> Chrystello (1999), *Timor-Leste...*, p. 77.

1. Mário Viegas Carrascalão é o quinto dos doze filhos do português Manuel Viegas Carrascalão, político deportado pelo regime de Salazar e da timorense Marcelina Guterres. Nasceu a 12 de maio de 1937, na aldeia de Uaitalibú, em Venilale, terra natal da sua mãe. Devido à guerra japonesa, só começou os seus estudos aos 12 anos de idade, em Díli, onde terminou o segundo ciclo no liceu, seguindo depois para Lisboa, onde concluiu o terceiro ciclo no Liceu de D. João de Castro e se formou como Engenheiro Silvicultor, em 1968, no Instituto Superior de Agronomia. Em janeiro de 1970, depois de um breve período em Angola, no Instituto de Investigação Agronómica, no Huambo, regressou a Timor como funcionário dos Serviços de Agricultura e Florestas, onde ascendeu à categoria de Chefe de Serviços em maio do mesmo ano, até 1975. Após a Revolução dos Cravos, foi um dos fundadores do primeiro partido político, a União Democrática Timorense (UDT), ficando responsável pela secção política. É um dos poucos timorenses licenciados numa universidade portuguesa até 1975<sup>290</sup>.

2. Francisco Lopes da Cruz, filho de pais de uma família muito católica, cujo pai catequista, era muito ligado à Igreja Católica. Nasceu a 2 de dezembro de 1941, em Maubara. Estudou no Colégio de Nun'Álvares Pereira de Soibada, entrou no Seminário de Nossa Senhora de Fátima de Dare, em Díli e continuou para o Seminário Maior de Macau, onde obteve o curso de Filosofia. Regressou para o estágio em Timor, mas abandonou a carreira de padre, entrando para a vida militar. Prestou serviço militar em Moçambique nas Forças Armadas Portuguesas. De regresso a Timor, manteve-se nas Forças Armadas por mais algum tempo. Depois de abandonar as Forças Armadas, foi funcionário Administrativo na Alfândega. Foi ainda Presidente da UDT, substituindo Mário Viegas Carrascalão.

3. Augusto César Mouzinho, nasceu a 28 de agosto de 1936 em Laga, em Baucau, filho de José Inácio da Costa Mouzinho, goês, e de Inês de Jesus Nunes Mouzinho, de Maubara. Frequentou a escola em Liquiçá onde lecionava o Sargento José Rebelo. Frequentou a escola dos Padres Salesianos, em Díli. Prosseguiu os estudos em Portugal, na escola Casa Pia, em Lisboa, onde concluiu o Curso Geral de Comércio, fazendo também parte da banda filarmónica como clarinetista. Regressou a Timor no final de 1955 e trabalhou como aspirante nos Serviços Alfandegários, de Díli, em janeiro de 1956. Em novembro do mesmo ano, passou para os Serviços de Saúde locais como aspirante. Em 1959, exerceu funções no Quadro Administrativo Civil.

4. Domingos Oliveira, Secretário-geral do Partido, nascido em 1936, em Laclubar, no distrito de Manatuto, frequentou o colégio de Soibada, e depois o Seminário Menor de Dare, continuando os estudos no Seminário Maior de Macau. Quando regressou a Timor, trabalhou na alfândega em Díli como funcionário público.

“Foi entre as gerações maduras de letrados, formados sobretudo nos colégios/escolas das Missões Católicas, que a UDT recrutou os seus quadros. Esses elementos eram, quase todos

---

<sup>290</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, p. 404.

eles, vigiados pela PIDE/DGS só pelo simples facto de se reunirem com alguma frequência na sede da Associação Desportiva e Recreativa “União”, sobre a qual a PIDE/DGS não tirava os olhos por considerar suspeita”<sup>291</sup>.

Segundo Mário Carrascalão, a UDT foi fundada numa reunião em casa de Domingos de Oliveira, para a qual foram convidados representantes de todos os grupos de diversas opiniões políticas. Contudo, nem todos compareceram, como foi o caso de José Osório Soares, Nicolau Lobato, Mari Alkatiri, Justino Mota, Octávio de Araújo, Afonso Redentor, João Carrascalão e Francisco Xavier do Amaral. Terminada a reunião, José Ramos-Horta foi imediatamente à casa de Xavier do Amaral, em Santa Cruz, onde aguardavam alguns dos ausentes, e juntos traçaram o plano de ação contra a recém-criada UDT, planeando a formação da ASDT (Associação Social Democrática Timor com a inclusão dos dissidentes da Associação para a Integração de Timor na Indonésia (AITI). Essa notícia foi anunciada no boletim *Diário de Notícias*, propriedade do governo, sob a orientação dos homens da delegação do Movimento das Forças Armadas (MFA), com o objetivo de garantir o *status quo*. A mesma notícia foi divulgada pela Rádio difusão de Timor. “Por detrás dessa notícia estava, naturalmente, José Ramos-Horta”<sup>292</sup>.

Dentro da própria UDT havia diferentes visões e objetivos: uma liberal, que pretendia uma autonomia progressiva dentro da comunidade da língua portuguesa; outra conservadora, que desejava manter intacto o *status quo*; e outra “ultraconservadora”, que via na intacta conservação do *status quo* a melhor solução para Timor. Vários informadores da PIDE afiliaram-se no novo partido, mas devido publicação da lista dos informadores, feita por Luís Mota, funcionário da secretaria da polícia, abandonaram a UDT e afiliaram-se na ASDT. Mais tarde, Luís Mota foi morto a tiro.

No manual político da UDT, de 1974, o partido traçava os princípios orientadores de política a ser seguida tendo como objetivo a independência.

Resumindo, as linhas gerais da UDT eram: 1) Direito à independência; 2) Repúdio à integração de Timor-Leste em qualquer potência estrangeira; 3) Defesa da paz, da justiça social e da subordinação do bem particular ao bem comum; 4) Defesa da coexistência na solidariedade, dos ideais da liberdade, de igualdade e da dignidade do ser humana; 5) Combate ao monopolismo e eliminação das diferenças de privilégios de classe; 6) Reconhecimento do esforço da Igreja Católica na construção de uma sociedade mais justa e humana; 7) Congregação de todas as tendências políticas desde que não se pusesse em perigo a estabilidade interna e regional.

A música da UDT era *Maun Alin Oan Timor eh!*, que se pode traduzir como “Irmãos Timorenses,” da autoria do Mestre Egídio Dias Ximenes. A temática da música era sobre a unidade, a irmandade e a

---

<sup>291</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, p. 26.

<sup>292</sup> *Idem, ibidem*, p. 26.

fraternidade, com o objetivo de defender a liberdade da Pátria, essencialmente num momento como aquele. O sinal que a UDT utilizava para as suas saudações era mostrar dois dedos em sinal de "V".

#### 4.3.2. ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE (ASDT)

No dia 20 de maio de 1974, nasceu o segundo partido: a Associação Social Democrática Timorese (ASDT). Esse partido teve bastante apoio das camadas jovens do meio urbano e suburbano<sup>293</sup>. No interior, recebeu algum apoio na região de Same, onde viviam ainda sobreviventes da última grande revolta da história de Timor, a revolta de Manufahi, entre 1910 e 1912. Como em todos os partidos, a afiliação a um partido muitas vezes é devida à influência de uma família ou de um dirigente significativo. Como Francisco Xavier do Am uma pessoa culta na época – senão a mais culta –, pois possuía o curso completo de sacerdote – ele era o orgulho dos habitantes das regiões de Mambae, em especial de Turisca e Aileu. Foi por isso que, em Aileu, o apoio da ASDT foi quase total, devido à sua grande influência. As organizações esquerdistas da Austrália também o apoiaram. Estava-se a preparar uma fusão entre os dois partidos, ASDT e UDT, como era lógico, mas infelizmente essa iniciativa foi abalada com a chegada de quatro estudantes universitários timorenses – Vicente Reis, António Craverino, Roque Rodrigues e Abílio de Araújo – vindos de Lisboa, com as viagens pagas pelo Governo português, todos de tendência marxista, sendo que Roque Rodrigues se dizia maoísta. Estes estudantes tiveram grande influência no seio da ASDT, a ponto de, no dia 11 de setembro, a ASDT se ter transformado em FRETILIN, tendo-se proclamado como única representante do povo lutando por uma independência imediata. Surgiram então as “palavras de ordem” “morte aos traidores” e “morte aos fascistas”, que passaram a ser pilares da cultura de violência trazida para Timor. De acordo com José Ramos-Horta, os estudantes, uma vez em Timor, confrontaram-se com novas ideias também já desenvolvidas, sob a influência de Borja da Costa. Juntos, transformaram a ASDT em FRETILIN. O nome lembrava o do movimento de libertação moçambicana, a FRELIMO<sup>294</sup>. Os estudantes vindos de Portugal estavam embebidos em ideias comunistas dominantes em África, nomeadamente em Moçambique, Angola e Guiné-Bissau<sup>295</sup>.

Xanana Gusmão, mais tarde, referindo-se à introdução do comunismo-marxismo em Timor, referiu que a direção da FRETILIN era politicamente infantil, uma vez que procurava desafiar um mundo sem considerar a capacidade de Timor-Leste. Essa atitude, favorecia o Ocidente que se colocou em favor da Indonésia, enquanto os países de Leste ficavam estáticos e classificavam os líderes de verdadeiros aventureiros<sup>296</sup>.

---

<sup>293</sup> Carrascalão (2006), *Timor...* p. 27.

<sup>294</sup> Magalhães (2007), *Timor-Leste...*, p. 235.

<sup>295</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 29.

<sup>296</sup> Gusmão (1994), *Timor-Leste...*, pp. 83-86.

Dentro da FRETILIN, alguns dirigentes, conservavam uma orientação mais moderada, mas esta raramente conseguiu prevalecer em relação à dos estudantes regressados de Portugal. Entre esses dirigentes podemos encontrar:

1. Francisco Xavier do Amaral, nascido em 1937, em Turiscai. Era filho de um chefe de suco. Fez os estudos na escola primária de Soibada e entrou no Seminário Menor em Dare, tendo ido de seguida para Macau onde se licenciou em Filosofia e Teologia. Regressou a Timor e não sentindo o “chamamento” para a vida sacerdotal, abandonou essa carreira. Foi funcionário administrativo na Alfândega. Era o membro mais idoso do Comité Central da FRETILIN.

2. José Ramos-Horta nasceu a 26 de dezembro de 1946. Fez o ensino primário no Colégio de Nun'Álvares Pereira, em Soibada, e depois continuou os seus estudos no Liceu Dr. Francisco Machado, em Díli. Trabalhou como jornalista para *A Voz de Timor*. Acusado de subversivo pelo Governo português, em 1970 foi banido de Timor para Moçambique, onde permaneceu durante dois anos. De regresso a Timor, em 1972, voltou a trabalhar para *A Voz de Timor* e foi um dos fundadores da FRETILIN. Estudou Direito Internacional na Academia dos Direitos Internacionais em Haia, nos Países Baixos, em 1983, onde completou o Mestrado em 1984 em Estudos da Paz, tendo feito outros estudos de pós-graduação sobre a temática do Direito Internacional e da Paz. Em 1976 é obrigado a fugir para os Estados Unidos, onde se tornou representante da FRETILIN na ONU. Em 1996, recebeu o prémio Nobel da Paz, juntamente com o Bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo.

3. Nicolau dos Reis Lobato, filho de professor catequista no Colégio de Soibada, nascido a 24 de maio de 1946, em Soibada, primogénito de 13 irmãos. Estudou no mesmo colégio onde o pai era professor. Ingressou no Seminário Menor de Dare, em Díli, onde esteve a estudar até ao 5.º ano. Deixou o Seminário em 1965. Ingressou no Liceu de Dr. Francisco Machado, em Díli, onde acabou o 7.º ano. Foi incorporado no exército português, tendo completado o Curso de Sargentos Milicianos com distinção. Em 1968, saiu do Exército e trabalhou como funcionário da Missão Agronómica de Timor. Da Missão Agronómica de Timor passou para a Repartição das Finanças, onde ganhou o concurso para 3.º Oficial. Em 1974, abandonou o funcionalismo público voluntariamente e dedicou-se inteiramente à criação do ASDT/FRETILIN e no dia 11 de setembro foi-lhe atribuído o cargo de Vice-Presidente. A 15 de agosto de 1975, proclamou em Aisirimou a Insurreição Popular Generalizada e Armada contra o golpe da UDT. Juntamente com Mari Alkatiri e Alarico Fernandes, fundou as FALINTIL. Dinamizou o processo que conduziu à Proclamação da Independência Unilateral de Timor-Leste no dia 28 de novembro de 1975 e tornou-se Primeiro-Ministro. Em 1977, face aos problemas nas fileiras da FRETILIN, foi nomeado

Presidente da FRETILIN, Presidente da República e Comandante-Chefe das FALINTIL. No dia 31 de dezembro de 1978, morreu no combate no vale de Mindelo, entre Maubisse, Turiscai e Manufahi<sup>297</sup>.

4. Mari Alkatiri nasceu em Díli, em 26 de novembro de 1949. O seu pai era uma figura proeminente na pequena comunidade religiosa muçulmana de Díli. Educado na Escola Mesquita de Díli, (*Pesantrem*) e depois na Escola Oficial Portuguesa e no Liceu de Díli. Em 1979, acabou os estudos na Escola Angolana de Geografia e depois os estudos em Direito Constitucional e Internacional na Universidade de Eduardo Mondlane, em Maputo, Moçambique. Licenciou-se em Direito Constitucional e Internacional Privado e Público e trabalhou como consultor jurídico sénior no gabinete de Advocacia em Maputo entre 1992-1998. Iniciou as atividades políticas em janeiro de 1970 antes da sua ida para Angola. Tomou parte no grupo clandestino do Movimento Revolucionário para a Libertação de Timor (MORELTI).<sup>298</sup> Após a Revolução do 25 de Abril de 1974, regressou a Timor. Foi cofundador da ASDT tendo ocupado o cargo de Adjunto do Secretário-Geral. Quando a ASDT se transformou em FRETILIN, a 11 de setembro de 1974, tornou-se também Membro do Comité Central e Secretário-Adjunto para os Assuntos Internacionais da nova organização. Em 1975, foi eleito pela Comissão Central da FRETILIN para membro da Comissão Política Nacional. Foi nomeado pela FRETILIN para participar na Campanha para a mobilização internacional para parar a invasão indonésia. De regresso a Timor em 1975 foi nomeado no dia 23 de novembro de 1975 como Presidente da Comissão para a elaboração da Constituição de Timor-Leste para a preparação da Declaração da Independência de Timor-Leste. Na Declaração da Independência de Timor-Leste, no dia 28 de novembro de 1975, foi nomeado Ministro Sénior e Plenipotenciário para os Assuntos Políticos. Por solicitação de Nicolau Lobato, Vice-Presidente e Primeiro-Ministro, foi nomeado para fazer parte da delegação para a mobilização e saiu de Timor no dia 4 de dezembro de 1974. Ficou em Moçambique como Chefe do Departamento Externo da FRETILIN até 1999.

5. Abílio da Conceição Abrantes de Araújo, nascido no distrito de Ainaro em 1949 filho de professor catequista. Estudou na escola primária dos salesianos em Lahane, Díli, e entrou no Seminário de Nossa Senhora de Fátima em Dare – Dili. Abandonou mais tarde e continuou os estudos no Liceu de Dr. Machado, em Díli. Serviu as Forças Armadas em Díli. Após o serviço militar, continuou os estudos em Economia na Universidade de Lisboa. Regressou a Díli na companhia de outros estudantes timorenses e foi um dos criadores do manual político da FRETILIN, juntamente com Borja da Costa. Foi compositor das músicas da FRETILIN.

---

<sup>297</sup> Segundo Xanana Gusmão, a um grupo de amigos entre os quais o autor da tese na sua residência em Marabia, em 2008, foi um enorme erro estratégico, o Nicolau meter-se no vale com as forças. (Nota do autor da tese).

<sup>298</sup> Duarte (2006), *Timor...*, p. 249.

6. Francisco Borja da Costa, nasceu em Fatuberliu, em 1946. Filho do *liurai* de Fatuberlihu. Estudou na Escola Primária de Soibada, frequentando depois o Pré-Seminário <sup>299</sup> em Dare, Díli. Foi autor da letra do Hino Nacional “Pátria, Pátria” e autor de várias poesias entre as quais “Calai-vos”. Foi morto no dia 7 de dezembro de 1975, quando os paraquedistas indonésios desceram em Díli.

7. António Duarte Carvarino (*Mau Lear*),<sup>300</sup> nasceu em 1946 e estudou no Liceu de Dr. Francisco Machado em Díli. Em 1972 foi para Lisboa, onde frequentou o curso de Direito, mas não chegou a completar.

8. Vicente Manuel dos Reis, filho do *liurai* de Bucoli, Baucau. Nasceu em Baucau no dia 22 de janeiro de 1953. Em 1972, obteve uma bolsa para seguir os estudos na área de Engenharia na Universidade de Lisboa. Em 1974 regressou a Timor com outros estudantes.

Além dos acima mencionados, estavam também outros estudantes como Hamis Basserawan, César *Mau Laka* e Hélio Pina, *Mau-Kruma*.

O primeiro manifesto da ASDT rejeitava o colonialismo e reclamava a imediata participação dos timorenses na administração e governo locais. A partir de setembro de 1974, a FRETILIN já falava abertamente de independência total e imediata.

A FRETILIN afirmou-se como um movimento vanguardista que reconhece a independência como a verdadeira libertação. Defende o direito à independência pela proclamação imediata *de jure* luta pela erradicação total do colonialismo mediante a substituição das estruturas coloniais por outras mais democráticas com base na social-democracia. Rejeita e repudia o neocolonialismo e todas as formas de alienação da Pátria. Pretende ainda desenvolver a cultura inspirada nas canções populares e luta contra a corrupção e quaisquer formas de exploração do povo. A FRETILIN reconhece Portugal como único interlocutor, coopera com países da Lusofonia, recorre à ONU para o processo de descolonização e transferência de poderes com vista à independência.

Com a influência dos cinco estudantes (Vicente Reis, Sahe, César Mau Laka, Carvarino, Mau Lear, Hamis Basserawa, Hélio Pina), a FRETILIN remodelou o antigo ideário, substituindo-o pelo novo manual político, com tendências mais revolucionárias. Afirma-se aí:

1. A FRETILIN reúne todas as forças nacionalistas e anticolonialistas num objetivo comum: a libertação do povo do colonialismo pelo caminho da paz, do progresso e da liberdade, repudiando qualquer forma de colonialismo ou neocolonialismo;

---

<sup>299</sup> Nos anos 60 abriu-se o Pré-Seminário, onde estudavam os candidatos para professores do Canto Resende, juntamente com outros que pretendiam ir para o Seminário. Francisco Borja da Costa foi aluno nesse Pré-Seminário de S. Francisco Xavier, em Dare.

<sup>300</sup> Escolheu Mau Lear para pseudónimo de guerra. Mau Lear era um grande e afamado ladrão.



2. É uma Frente que luta contra o divisionismo, porque a existência de partidos com diversas tendências só se justifica num país independente. É Revolucionária, porque é necessário modificar, transformar e revolucionar as velhas estruturas herdadas do colonialismo;
3. A FRETILIN declara-se única e legítima representante do povo de Timor-Leste. Não aceita a Federação com Portugal e diz não à Integração. Chama a atenção para o racismo, que tem a crença na superioridade de alguns povos em relação a outros e que justifica o domínio destes por aqueles;
4. Pretende proteger e desenvolver uma agricultura e um ensino ao serviço do povo que o conduza à libertação. Um ensino que possa levar o povo a participar ativamente na sociedade, ao contrário do ensino colonial, que era desarticulado das realidades do povo;
5. A FRETILIN considera importante a educação sanitária, porque é necessário conhecer as mais elementares regras de higiene; A FRETILIN adota o Português como língua oficial, enquanto se desenvolve o Tétum. A música que a FRETILIN adotou como seu hino foi *Foho Ramelau*, da autoria de Abílio de Araújo com letra de Francisco Borja da Costa; sinal que a FRETILIN utilizava nas suas saudações era o de um punho cerrado.

#### **4.3.3. ASSOCIAÇÃO POPULAR DEMOCRÁTICA TIMORENSE (APODETI)**

A 27 de maio de 1974, surgiu a terceira associação partidária, a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI). Entre os membros fundadores encontravam-se José Osório Soares, Arnaldo dos Reis Araújo, Guilherme Gonçalves, Abílio Osório Soares, Abel Belo,<sup>301</sup> Alexandrino Borromeu, etc.

A APODETI foi fundada pela facção da Associação para a Integração de Timor na Indonésia (AITI). Existiam três facções dentro da AITI: a primeira era liderada por Francisco Xavier do Amaral, um nacionalista tradicional e antiportuguês, conforme demonstrado anteriormente, que viria depois a ser influenciada pelos chamados “infiltrados”, onde estavam incluídos Nicolau Lobato, José Ramos-Horta e Mari Alkatiri. Não se opunham que Timor fosse integrado, desde que primeiro conseguisse a independência e, depois, como cidadãos de um país soberano, apoiariam essa integração, caso fosse a vontade do povo, resultado de uma livre escolha pelo povo timorense. Esse argumento não conseguiu convencer os elementos da “linha dura” do AITI, José Osório Soares e Guilherme Maria Gonçalves que trabalhavam sob a tutela do cônsul indonésio Elias Tomodok.

---

<sup>301</sup> José Osório Soares, cuja mãe é irmã da esposa de Amaro Loyola Jordão de Araújo, foi um dos líderes da rebelião de Viqueque, em 1959. Abel Belo, acusado de participar na Rebelião, foi castigado e desterrado para Angola.

A segunda facção era liderada por Arnaldo dos Reis de Araújo que lutava por uma integração na Indonésia, isto é, a criação de uma província da Indonésia com metade da ilha. E depois lutariam por uma independência de toda a ilha.

A terceira facção, a APODETI, era liderada por José Osório Soares, que desejava uma integração com autonomia baseada no resultado de uma consulta popular<sup>302</sup>. A Indonésia achava estas duas opções manipuláveis, porque favoreciam a Indonésia. O Chefe do Estado-Maior do Exército Português, o Major Arnão Metelo, que foi vice-primeiro-ministro no V Governo Provisório, após uma visita a Timor Ocidental, disponibilizou-se para, juntamente com os líderes das facções favoráveis à integração, preparar o que fosse necessário para a fundação da APODETI. Foi ele quem elaborou o “Manifesto Político” da APODETI. Essa atitude criou muita inimizade contra ele em todo o Timor, especialmente por parte da UDT, que solicitou a Almeida Santos, Ministro da Coordenação Territorial, em outubro de 1974, a anulação da sua possível nomeação como Chefe do Estado-Maior. Segundo Mário Carrascalão, ele tinha poder para fazer sair de Timor militares que não lhe agradavam. Os que eram suficientemente corajosos para se oporem a ele, mandava-os regressar a Portugal. Com essa sua atitude, foi considerado o pai da APODETI<sup>303</sup>.

Em Portugal, foi nomeado vice-primeiro-ministro do V Governo Provisório, entre 8 de agosto e 19 de setembro de 1975. A APODETI era o partido que tinha menos adeptos em Timor. Alguns dos seus adeptos eram pessoas que durante a ocupação japonesa tinham cooperado com os *pembelas* defensores ou com as colunas negras, que apoiavam os japoneses na perseguição aos australianos, portugueses e timorenses, filhos de alguns membros da Revolta de 1959 ou que tinham alguns conflitos com a administração portuguesa.

José Osório Soares era filho de um professor da Escola Primária em Soibada. Estudou na Escola Primária, em Soibada, frequentou o Seminário Menor de Dare juntamente com Francisco Xavier do Amaral, seguindo depois para o Seminário Maior, em Macau. Mais tarde regressou a Timor e foi funcionário administrativo. A mãe era irmã de Amaro Jordão de Araújo, um dos líderes da Revolta de Viqueque, Uatu-Carbau e Uatu-Lari, em 1959, e primo de José Duarte, outro dos líderes da revolta de 1959.

---

<sup>302</sup> A ideia da consulta popular não agradou muito aos indonésios. Foi por isso que na invasão os indonésios não o libertaram da prisão, ao contrário de Arnaldo dos Reis de Araújo que foi libertado. Padre José Martins, *Da Cruz ao Sol Nascente*, p. 53, 2014. Segundo a informação dada ao autor da tese pelo Comandante Samuel da Costa, que se encontrava em Aileu na altura, Arnaldo dos Reis Araújo foi também levado para Aileu juntamente com outros membros da APODETI, como Armindo Mariano Soares, José de Araújo. Porém, o filho de Amadeu Coelho, um português, que veio de Portugal, também esteve preso em Aileu, ficou doente, foi autorizado a regressar a Díli. Este pretexto fez com que o Comandante José da Silva autorizasse os membros da APODETI a regressar a Díli. Com a descida dos paraquedistas, foram libertados.

<sup>303</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, pp. 15-16.

Se existiam problemas de províncias que desejavam a independência, como a República das Molucas do Sul, *Republik Maluku Selatan* (RMS), a *Perjuangan Semesta Alam* (PERMESTA), no Norte das Celebes, o *Gerakan Aceh Merdeka* (GAM), Movimento da Libertação de Aceh, no Norte de Sumatra, e a *Organisasi Papua Merdeka* (OPM), Organização pela Independência de Papua, na *Irian Jaya*, atual Papua, era de estranhar que houvesse timorenses que desejassem a integração, quando as ditas províncias estavam a lutar por uma emancipação.

Confirma-se que Arnão Metelo e a sua equipa entre os quais o Vigário-Geral da Diocese, mais tarde Administrador Apostólico de Díli, Martinho Lopes, estiveram por detrás desta associação política.<sup>304</sup> Porém Martinho Lopes mais tarde veio a ser o grande defensor dos Direitos do Povo Timorense, a ponto de denunciar publicamente as atrocidades dos indonésios lutando incansavelmente pelos direitos do povo timorense. Como consequência, foi obrigado a renunciar ao cargo de bispado da Diocese de Díli e a refugiar-se em Portugal. Martinho Lopes foi a base da viragem da ideologia da FRETILIN do Comunismo-Leninismo para uma Democracia Liberal. O seu encontro com Xanana Gusmão em Mehara, Lospalos, foi o incentivo para a viragem da ideologia da FRETILIN.

APODETI declarou no seu manifesto político que a independência de Timor Português não era economicamente viável. O Secretário-Geral da APODETI, José Osório Soares, referiu-se à Integração de Timor na Indonésia da seguinte forma:

“Num olhar retrospectivo à história antiga de Timor, vemos que anteriormente à colonização existia unidade, portanto a divisão é feita pelo próprio colonialismo. Extinto este, temos de voltar à antiga causa que nos separou. A ligação à Indonésia é a mais viável para a situação presente, assim nasceu a APODETI. Ao longo deste período, após a criação da APODETI a 27 de maio de 1974, temos procurado fazer um plano de horizontalidade, em trabalho de extensão, dando a conhecer às populações as suas tradições antigas, fazer reviver os seus sentimentos anteriores”<sup>305</sup>.

Para implementar a ideia do regresso ao colo materno, a APODETI adotou a música já conhecida:

*“Mai fali eh, fila fali eh, mama bolu ita fali eh!*

*Loron atu monu ona, fulan atu sae ona*

*Mama bolu ita fali eh!*

Venha já, regresse já, a mãe chama para que regressemos

O sol já se põe no ocaso, a lua está subindo,

A mãe chama para que regressemos”

<sup>304</sup> Pires (2013), *Timor: labirinto...*, p. 34.

<sup>305</sup> Chrystello (1999), *Timor-Leste...*, p. 142.

Pretendia-se dizer que Timor Português e a Indonésia estavam unidos, foram os colonialistas que os separaram, e era tempo de Timor regressar à casa mãe. Além dessa música, para cultivar o sentimento saudosista, APODETI também projetou filmes sobre as paradas militares com o intuito de atemorizar a população timorense, sobretudo o filme sobre repressão da sublevação comunista de 1966 pelos soldados das boinas vermelhas de Suharto.<sup>306</sup> APODETI iniciava o seu programa pela rádio com rajadas de metralhadora.

O sinal de saudação para os adeptos da APODETI era com o dedo polegar para cima. Também surgiram outros pequenos partidos como o *Kibur Oan Timur Asswain* (KOTA) e o Movimento Trabalhista Democrático Timorense, mais conhecido por Partido Trabalhista.

#### **4.3.4. KLIBUR OAN TIMUR ASSUWAIN (KOTA) – ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS HERÓICOS TIMORENSES**

Fundado por Leão Pedro dos Reis Amaral e José Martins em novembro de 1974. Leão Pedro dos Reis Amaral era descendente dos *liurais* de Luca, no subdistrito de Viqueque, que outrora foi um dos grandes centros missionários de Timor.

Sob o sugestivo título “Uma Consciência Hoje, uma Força Amanhã”, a recém-formada Associação Popular Monárquica Timorense (APMT) publica outro Manifesto. O Manifesto da APMT, cujos fundadores, além dos acima mencionados, eram também Francisco António Dias Ximenes (conhecido por Chico Dias), natural de Laleia, Guilherme dos Santos (*liurai* de Bobonaro), Elias Cárceres (Régulo de Lacló) e Floriberto Marçal e baseava-se nas seguintes considerações:

1.º) Considerando que com a revolta de Manufahi, o prestígio dos régulos fora-lhes tirado aos poucos pelas forças coloniais;

2.º) Considerando que, antes da chegada dos mareantes portugueses, Timor vivia em pedaços de reinos divididos;

3.º) Considerando que Timor é aquilo que é através dos missionários (romanos católicos) portugueses;

4.º) Considerando que quem mais prejudicado ficou pelo colonialismo foram os descendentes dos régulos que acolheram os primeiros monárquicos portugueses que desembarcaram nesta terra, a APMT, depois de saudar o povo Português pelo poder de hospitalidade e de cinco séculos de convivência, saúda o povo timorense da Citrana a Jaco e vem evidenciar o intento de:

---

<sup>306</sup> A APODETI projetou esse filme uma noite em casa do Senhor José Martins, em Balide, hoje Instituto de Formação de Docentes Profissionais (INFORDEP). O autor da tese esteve presente na projeção desse filme.

1. Restituir aos genuínos régulos o prestígio que tiveram antes da chegada dos portugueses até à revolta de Manufahi;
2. Criar mais uma monarquia democrática no Extremo Oriente;
3. Aceitar todas as agressões ideológicas, venham elas de onde vierem, não oferecendo réplica, mas esclarecendo o povo da sua posição;
4. Formar uma nação de expressão lusíada com características orientais;
5. Defender a Declaração dos Direitos do Homem, proclamada pela ONU;
6. Defender a ligação a Portugal no ponto de vista administrativo até Timor atingir a sua maturidade política e económica;
7. Alicerçar a sua confiança para a dignificação do Povo na responsabilidade histórica de Portugal, pelo pacto de quase cinco séculos.

Os fundadores desta associação, descendentes dos régulos de antanho, acarretam a responsabilidade do colonialismo praticado em Timor<sup>307</sup>.

#### **4.3.5. MOVIMENTO TRABALHISTA DEMOCRÁTICO TIMORENSE**

O fundador foi Paulo Freitas da Silva, natural de Ossú. O movimento foi fundado a 5 de setembro de 1975, ficando a sede em Suai. Era um partido que não tinha muita representação junto do povo.

#### **4.3.6. ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA PARA A INTEGRAÇÃO DE TIMOR-LESTE NA AUSTRÁLIA (ADILTA)**

No dia 3 de março de 1975, foi anunciada uma nova associação para a Integração de Timor-Leste na Austrália, mas não teve nenhuma repercussão no Governo e na sociedade australiana, que imediatamente deu uma resposta negativa a essa iniciativa referindo que não apoiaria tal organização<sup>308</sup>.

---

<sup>307</sup> Chrystello (1999), *Timor-Leste...*, p. 122.

<sup>308</sup> Pires (1981), *I Relatório...*, p. 50.

#### 4.4. COLIGAÇÃO E RUPTURA

No dia 6 de Setembro 1974, em Wonosobo nos arredores de Yogyakarta, como também em Tonville em Queensland, no dia 4 de Abril de 1975,<sup>309</sup> o primeiro-ministro australiano, Edward Gough Whitlam, declarou ser a favor da Integração de Timor Português na Indonésia: “Timor-Leste tem de ser integrado na Indonésia independentemente da vontade do seu povo”<sup>310</sup> o que levou a UDT e a FRETILIN a se unirem para formar um só bloco (Unidade Nacional). Foi assim que nasceu a coligação.

Perante interesses tão importantes, e impossibilitados de mobilizar quaisquer forças para a guerra em qualquer uma das suas ex-colónias, vários altos funcionários portugueses disseram aos americanos que "Portugal não resistiria se a Indonésia usasse as forças para incorporar Timor Português na Indonésia"<sup>311</sup>.

A coligação foi acordada no dia 22 de janeiro de 1975, em Díli, entre os dois grandes partidos, com o objetivo de enfrentar a APODETI. Emitiram um Comunicado Conjunto, no qual os principais pontos eram: independência total de Timor-Leste; repúdio pela APODETI; rejeição de integração a qualquer potência estrangeira; repúdio pelo colonialismo e do neocolonialismo; reconhecimento de Portugal como único interlocutor no processo da descolonização; recurso à ONU para acompanhar Portugal no processo da descolonização; formação de um governo de transição pelas negociações.

Além dos acordos acima mencionados, também se fizeram outros de carácter interno, como a criação de uma comissão *ad hoc*, pacto de não-agressão ideológica e respeito mútuo, cooperação na promoção da consciencialização política; Timor Português chamar-se-á Timor-Leste.

Essa coligação durou apenas quatro meses devido a diversos fatores, como o aliciamento da Indonésia que, para fazer uma invasão a Timor-Leste, teria de ter apoio de um partido mais forte do que o da APODETI. Para isso, foi à procura do apoio da UDT e conseguiu-o<sup>312</sup>.

Segundo Mário Carrascalão, a coligação entre a UDT e a FRETILIN estava condenada à morte. A saída da APODETI da cena política de Timor pelo processo de ditadura foi um erro político dos dois partidos que foi fatal. A Indonésia pressionou Francisco Lopes da Cruz para que a UDT se afastasse da FRETILIN. O mesmo pensaram alguns australianos da extrema-direita. Por isso, a ala conservadora da UDT não fazia outra coisa senão apontar as infrações cometidas pela FRETILIN contra o acordo para justificar o abandono da UDT da coligação<sup>313</sup>.

---

<sup>309</sup> Comissão (2013), *Relatório...*, Cap. 3, *História do Conflito*, p. 40

<sup>310</sup> Chrystello (1999), *Timor-Leste*, p.105

<sup>311</sup> Gomes, Adelino, *Público*, 2005.11.30., p. 11, citado por Magalhães, *Timor-Leste, Interesses Internacionais e actores locais*, Volume II – *A Luta pela Independência, 1974-1999*, p. 249.

<sup>312</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, p. 66

<sup>313</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, p. 65.

O 1.º aniversário da FRETILIN, a 11 de setembro de 1975, foi celebrado em Díli com muita apoteose. Milhares de pessoas desceram das montanhas gritando “Viva” à FRETILIN, ao PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), à FRELIMO e ao MPLA, não gritando “Viva!” à coligação. Perante esta manifestação, a UDT começou a ver que a independência de Timor estava profundamente comprometida e os seus elementos disseram entre si que “A FRETILIN tinha adotado uma linha política que comprometia seriamente a independência de Timor Díli, uma vez que punha em perigo a segurança interna e a estabilidade política do contexto geopolítico”<sup>314</sup>. Também o presidente Francisco Xavier do Amaral, sentindo-se confiante, declarou que: “a rutura da coligação não nos afeta em nada. Nós temos o apoio das massas e brevemente lançaremos uma campanha muito ampla para desenvolver a sua consciência política. Continuaremos a lutar pela segurança em Timor-Leste. A decisão da UDT foi um sinal de imaturidade política e desespero.”<sup>315</sup>

Embora a UDT apresentasse provas de que a FRETILIN era comunista, acusando militantes da FRETILIN de serem responsáveis pelo espancamento e morte de um líder da UDT (Vasco Senanes), os serviços secretos da Indonésia começaram a ter uma grande influência sobre o Presidente da UDT, Francisco Lopes da Cruz e César Augusto Costa Mouzinho.

“Por volta de abril de 1975, uma fratura interna começou a sacudir a liderança da UDT, com Lopes da Cruz a liderar uma facção que queria a rutura com a FRETILIN, e Mário e João Carrascalão a liderar em uma ala mais liberal que se opunha à rutura. A rutura no interior da UDT não era devida apenas aos radicalismos da FRETILIN. Lopes da Cruz já estava, nessa altura, a cair para o lado indonésio.”<sup>316</sup>

O perigo era cada vez mais iminente e a Indonésia sentia-se muito confortável, pois tinha acumulado mais razões e argumentos para uma invasão que iria ser apoiada pelos países de Leste e pelos países da ASEAN. Contudo, alguns elementos da liderança da FRETILIN pareciam não estar conscientes do perigo dessa realidade. José Ramos-Horta, consciente da situação, no dia 29 de abril de 1975 à tarde, após a chegada da carta da UDT, foi visitar o governador Lemos Pires e manifestou-lhe as suas preocupações. Tentou explicar ao Governador a ideia de remover os radicais dos dois partidos para evitar que se quebrassem a coligação.

“Eu então falei com os meus aliados “moderados” no interior da FRETILIN, que apoiaram a ideia. No entanto, não avançaríamos se os moderados da UDT não fizessem nada em relação

---

<sup>314</sup> Helen Hill, *Stirrings of Nationalism in East Timor, Fretilin 1974-1978, The Origins, ideologies and strategies of a nationalist movement*, citado por António Barbedo Magalhães, (2007) *Timor-Leste: interesses internacionais e actores locais*, Volume II, A Luta pela Independência 1974-1979, p. 251.

<sup>315</sup> *Idem, ibidem*, p. 251.

<sup>316</sup> Horta, José-Ramos (1987), *Funu, The unfinished Saga of East Timor*, The Red Sea Press, 556 – Belevue Avenue – Trenton – New Jersey – 08618, p.52.

aos seus próprios extremistas de direita. Fui falar com o João Carrascalão sobre este assunto, mas a sua hesitação foi muito decepcionante ”<sup>317</sup>.

A coligação parecia ser um assunto da cúpula dos dois partidos para enfrentar uma situação ameaçadora e perigosa. A maioria da população e dos adeptos dos dois partidos não tinha consciência sobre o perigo eminente. Embora os dois partidos estivessem unidos pela coligação, segundo a nossa observação na altura, o comportamento dos adeptos continuava a ser o mesmo: ameaçavam-se mutuamente, vingavam-se, desforravam-se e matavam-se, quando a situação era favorável para isso.

#### **4.5. GOLPE E CONTRA GOLPE**

Os serviços secretos da Indonésia, sob a chefia de Ali Murtopo, intensificavam as campanhas de divisão entre os timorenses aliciando primeiro os líderes da APODETI e, mais tarde, os da UDT sobre o Presidente da UDT Francisco Lopes da Cruz, e outros como Cesar Augusto Mouzinho<sup>318</sup>. No entanto, graças ao aliciamento da indonésia e devido aos atos de violência praticados por elementos da FRETILIN em certas zonas do território, a UDT abandonou a coligação em maio desse mesmo ano de 1975.

A 11 de agosto de 1975, a UDT desencadeia o “Golpe de Estado”, denominado de Movimento Anti-Comunista, que não tinha um objetivo claro e definido. As exigências do MAC apresentadas por João Carrascalão ao Governador Lemos Pires eram as seguintes:

- 1) O Governo devia tomar medidas firmes e urgentes para expulsar de Timor todos os comunistas;
- 2) Todos os seus elementos comunistas da FRETILIN deviam ser expurgados;
- 3) O Governador Lemos Pires devia continuar a exercer as suas funções; no mais curto espaço de tempo possível, devia ser realizada uma reunião com vista à formação de uma Frente Unida entre a UDT e alguns elementos mais moderados e mais bem intencionados da FRETILIN, com a participação de elementos do Governo e das Forças Armadas, cuja principal missão era preparar os planos de ação requeridos pelo processo de descolonização; conceder poderes à UDT para controlar as entradas e saídas de Díli<sup>319</sup>.

No dia 20 do mesmo mês, a FRETILIN inicia o contragolpe, apoderou-se da cidade de Díli, empurrando os seus adversários para a fronteira. A FRETILIN, apoiada pelas FALINTIL, foi controlando o território e, em outubro de 1975, o seu controlo ia de Tutuala a Suai.

---

<sup>317</sup> *Idem, ibidem*, p. 52.

<sup>318</sup> Horta, 1994, pp. 102-103, citado por Barbedo Magalhães, *Timor-Leste, Interesses Internacionais e actores Locais*, Volume. II, A Luta pela Independência 1974-1999, p. 253

<sup>319</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, pp. 90-91.



No dia 27 de agosto de 1975, o Governador Lemos Pires abandonou Díli, na barçaça *Loes* e se refugiou na ilha de Atauro.



Imagem 2

Fotografia da *Barçaça Loes* com a qual o Governador Mário Lemos Pires fez a evacuação para Atauro no dia 27 de novembro de 1975.<sup>320</sup>

Perante a iminente invasão da Indonésia, a FRETILIN declarou unilateralmente a independência de Timor-Leste, a 28 de novembro de 1975.

---

<sup>320</sup> Fonte: Carrascalão, Mário Viegas, *Timor-Leste antes do Futuro* p. 65.

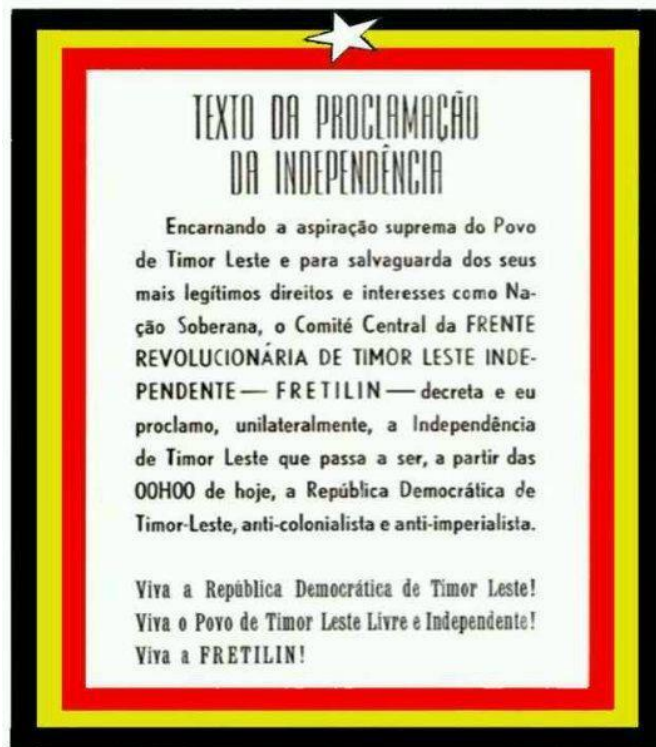


Imagem 3 - Texto da Proclamação Unilateral da Independência

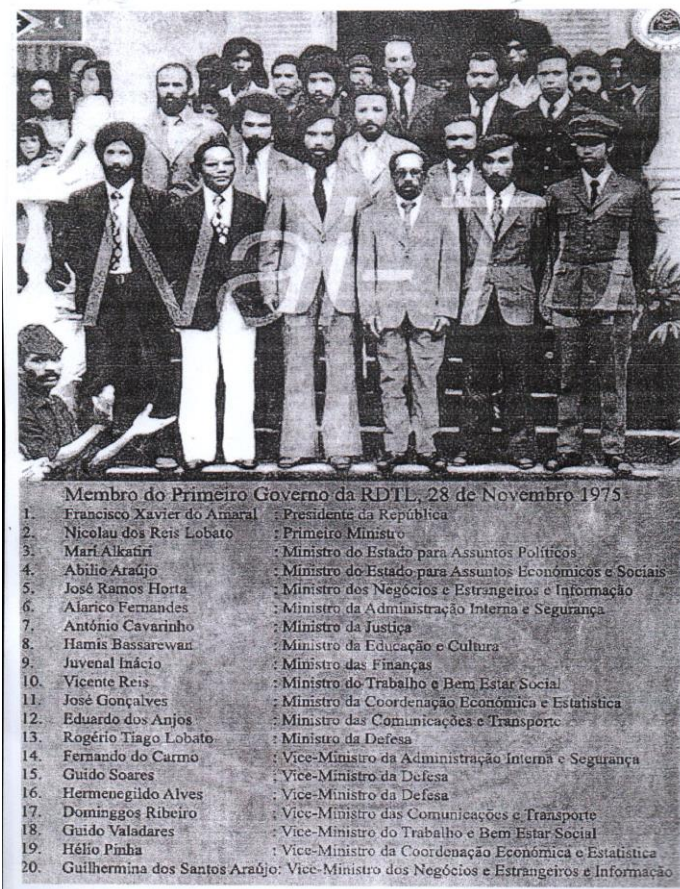


Imagem 4- Foto dos membros do Primeiro Gabinete da RDTL

Baseando-se na “Declaração de Balibó”, a UDT, a APODETI, a KOTA e o Partido Trabalhista proclamam a integração de Timor Oriental na República da Indonésia. Com esta base, o Presidente Suharto, depois de ter obtido apoio dos Estados Unidos da América e da Austrália, dá luz verde às Forças Armadas Indonésias (ABRI) para invadirem e ocuparem Timor, no dia 7 de dezembro de 1975.



## 5. A INVASÃO E OCUPAÇÃO: AS OPERAÇÕES KOMODO, FLAMBOYAN E SEROJA. A RESPOSTA DAS FALINTIL E OS PRIMEIROS COMBATES

### 5.1 – OPERAÇÃO KOMODO

A ideia de ocupar Timor Português pela Indonésia foi um objetivo que se desenvolveu por fases cujos motivos foram sofrendo transformações. Para atingir o seu objetivo, a Indonésia fez os seus preparativos, sem se interessar pelo problema no fórum internacional. Enquanto o problema de Timor se discutia no fórum internacional, já os indonésios tinham feito os preparativos, recrutando os elementos que optavam pela Integração, dando-lhes treinos militares na Indonésia.

A planificação indonésia iniciou-se com a *Operasi Komodo* para anexar Timor Português, lançada no dia 14 de outubro de 1974, por Ali Murtopo, o mentor estratégico dessa operação. Escolheram a palavra *Komodo*, nome do grande lagarto carnívoro da ilha de *Komodo*, para dar uma imagem de que o domínio da Indonésia sobre Timor Português seria semelhante ao do réptil *Komodo* quando cai sobre alguma presa.

Segundo o jornalista Julius Pour, no artigo *Benny: Tragedi Seorang Loyalis*, a Tragédia de um Homem Fiel, referindo-se ao General Benny Murdani, em meados de janeiro de 1975, a Agência Coordenadora da Inteligência Nacional (BAKIN) enviou uma unidade de inteligência Komodo a Timor Português, chefiada pelo Tenente-General Yoga Sugomo, chefe do BAKIN, juntamente com Ali Murtopo, com o objetivo de se prepararem para enfrentar as mudanças em Timor Português e contatar os apoiantes da Integração<sup>321</sup>.

Para os meios de comunicação a partir de Kupang, foi escolhido o Tenente Coronel Alexandre Dinuth. A operação começou a funcionar em finais de agosto de 1975<sup>322</sup> e tinha os seguintes objetivos:

1. Conseguir a rutura da coligação UDT-FRETILIN criado em janeiro de 1975 até maio do mesmo ano;
2. Desestabilizar a situação em Timor-Leste;
3. Fornecer apoio à APODETI e desacreditar outros partidos como modo de preparação para um potencial referendo português ou uma administração de transição envolvendo os três principais partidos.
4. Propagar que a FRETILIN era comunista e a UDT neofascista;

---

<sup>321</sup> Pour, Julius (2007), *Benny Tragedi Seorang Loyalis*, p. 182.

<sup>322</sup> *Idem, ibidem*, pp. 75-77.

5. Preparar o terreno para uma intervenção militar através da fronteira de Timor Indonésio, caso a APODETI se tornasse impopular e os partidos desfavoráveis à possibilidade de integração de Timor-Leste.

Conforme o II Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor, elaborado pelo brigadeiro Francisco A. Riscado, o tenente-coronel Paula Vicente, o major João Galvão de Melo e, o capitão-tenente Carlos S. C. Pacorelli, as rádios de Kupang e Atambua transmitiram os programas de apoio à APODETI, segundo a qual 90% da população de Timor Português era apoiante da APODETI e centravam-se essencialmente nos seguintes pontos:

1. Portugal ia abandonar Timor;
2. Timor não tinha possibilidade de ser independente;
3. A Indonésia não aceitava a independência de Timor;
4. A Indonésia apoiava a APODETI;
5. A Indonésia invadiria Timor se este caminhasse para a Independência;
6. A guerra seria prejudicial para Timor e foi por isso que a APODETI se formou, pois não pretendia a desgraça dos timorenses;
7. O povo de Timor sempre quis a união com a Indonésia, e foi por isso, e não pela independência, que aconteceram as guerras do passado<sup>323</sup>.

Em Díli, o cônsul indonésio era Elias Tumodok, originário da ilha de Roti. Desde 1968 desempenhava essas funções e dava não só informações animadoras para Jacarta sobre a integração, como também informações sobre as carências do colonialismo português que não deu nenhuma atenção aos timorenses. Só a Indonésia poderia desempenhar o papel de salvadora dos timorenses e obrigá-los a tornarem-se indonésios.

O *Berita Yudha*, jornal das Forças Armadas, por meio da Rádio Ramelau, que funcionava em Kupang, também fazia a propaganda de desinformação social sobre pontos que pudessem criar sentimentos de ódio contra a FRETILIN e, mais tarde, contra a própria UDT, e também sobre a infiltração de vietnamitas e chineses<sup>324</sup> em Timor-Leste, referindo ainda que o Tenente-Coronel Lemos Pires era um agente comunista<sup>325</sup>.

---

<sup>323</sup> Riscado, Brigadeiro Francisco A, Tenente-Coronel Paula Vicente, Major João Galvão de Melo, Capitão-Tenente Carlos S. C. Pacorelli, (1981), II Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa, pp. 58-59.

<sup>324</sup> A infiltração de vietnamitas e chineses eram boatos que corriam em Díli, mas ninguém chegou a conhecer os vietnamitas. O próprio D. José Joaquim Ribeiro falou ao autor da tese sobre esse assunto em Lecidere. O boato que parecia mais verídico era a retirada dos portugueses.

<sup>325</sup> Chrystello (1999), *Timor-Leste...*, pp. 150-151.

## 5.2. OPERAÇÃO FLAMBOYAN

No início de 1975 já se sabia que as Forças Especiais Indonésias davam treino aos simpatizantes da APODETI. O treino foi acelerado com a chegada da equipa de *Kopassandha*, ou seja, o Comando da Guerra Especial dirigida pelo Coronel Kalbuadi <sup>326</sup>, que veio a ser o Comandante das Forças da Ocupação Indonésia. Essa equipa de forças especiais fazia parte da Operação Flamboyant, cujo mentor era Benny Murdani e tinha como Comandante Dading Kalbuadi que entre Dezembro de 1974 e Fevereiro de 1975 chefiou uma equipa de oito homens das Forças Especiais (Kopassandha), cuja missão era preparar terreno. Essa acção se transformou na *Operasi Falmboyan*, ou, Operação Flamboyant, uma Operação Tática de Informações Secretas.

Recrutaram em Atambua timorenses num total de 216 pessoas conhecido como Partidários, da APODETI dirigido por Tomás Gonçalves filho mais velho do Régulo Guilherme Maria Gonçalves de Atsabe <sup>327</sup>. Os indonésios estavam muito interessados em saber a quantidade de armas que existiam em Timor, quantas companhias existiam e quantos timorenses sabiam utilizar as armas. <sup>328</sup>

Em Janeiro de 1975 o Governo Português enviou uma delegação a Atambua a fim de convencer os Partidários da APODETI a regressarem a Timor, mas ficou sem sucesso, segundo a declaração de Tomás Gonçalves, no seu depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional de CAVR sobre o Conflito Político Interno de 1974/1976, de 15 a 18 de Dezembro de 2003<sup>329</sup>.

Dading Kalbuadi pertenceu ao grupo de soldados estudantes na luta pela libertação da Indonésia em 1945 e depois tornou-se membro do *Komando Strategis Angkatan Darat* (KOSTRAD). Tanto ele como Benny Murdani eram estudantes no Centro de Educação para oficiais em Bandung, na Indonésia, desde 1951.

Uma das missões de Dading Kalbuadi, ordenada por Benny Murdani, seria abrir as malas dos elementos da delegação portuguesa que iria a Timor Português com o objetivo de se apoderar desses mesmos documentos. Para se apoderar dos documentos da delegação portuguesa, inventou-se que o avião para Díli não podia levantar voo e a delegação foi solicitada para informar a imigração de que havia complicações. Assim, as malas ficaram fora do controle dos donos e Dading Kalbuadi conseguiu abri-las e fotografar os documentos. Com o pretexto de que o avião teve uma avaria técnica, o major António João Soares não conseguiu partir para Díli.<sup>330</sup>

---

<sup>326</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, p. 38.

<sup>327</sup> Em 1997, um sobrinho meu de nome Pedro de Sousa, contou-me pessoalmente que também fora recrutado para seguir o treinamento em Atambua. Estes eram dirigidos por Tomás Gonçalves. O treino consistia essencialmente em assuntos de informação.

<sup>328</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, pp. 37-38

<sup>329</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, p. 171

<sup>330</sup> Pour (2007), *Benny...*, p. 184.

A missão da Operação Flamboyant era de carácter não físico e considerada uma operação pioneira por parte da *Komando Kampanye Komodo (KOKAMKO)*, Campanha do Comando Komodo, mas tornou-se uma operação física, isto é, *limited combat inteligent*, combate limitado da inteligência. O KOKAMKO não possuía forças que pudessem ser utilizadas para operações físicas. Segundo Benny Moerdani, embora o Presidente Suharto não tivesse ainda tomado uma decisão sobre a invasão de Timor Português, devido aos problemas anteriormente mencionados, ele próprio, tomou a iniciativa de começar a operação, argumentando que, como bom desempenhador, embora proibida a invasão a Timor Português, as ABRI deveriam continuar a atuar em Timor-Leste para que, assim que obtivessem a autorização, estarem preparados e não serão considerados maus desempenhadores”<sup>331</sup>.

O Relatório da CIA indica, sucintamente, os objetivos da Operação Flamboyant: “Jacarta mandou unidades de guerrilha para a metade portuguesa da ilha de modo a obrigar a combater as forças da FRETILIN, a encontrar os elementos pró-indonésios e a provocar incidentes que dêem aos indonésios uma desculpa para invadir se assim o decidirem”<sup>332</sup>.

Entre o final de agosto e o princípio de setembro de 1975, as Unidades das Forças Especiais da Operação Flamboyant realizaram incursões frequentes em Timor Português. Os partidários, timorenses selecionados para serem treinados pelos indonésios, também colaboraram nessa operação, incluindo a unidade de Halilintar, isto é, Relâmpago, de João Tavares, e alguns elementos da APODETI que foram selecionados. O objetivo era criar terror e intimidação na população e desestabilizar o país.

O Destacamento de Combate-2, os comandos/*Kopassandha*, sob a chefia do major da Infantaria Muhidin, era constituído por 250 pessoas: o Pelotão A, sob a chefia de tenente da Infantaria *Marpaung*, e o Pelotão B, sob a chefia do Tenente da Infantaria Kirbiantoro, que chegaram à região fronteira de Timor Português. A missão do destacamento do Combate-2 na fronteira, comandada pelo major da Infantaria Kuntara, era considerada a Base do Grupo-1. A força de intervenção da Operação Flamboyant era composta por três equipas: Team Susi, Team Tuti e Team Umi, respetivamente sob a chefia do Capitão da Infantaria Yunus Yusfiah, do Major da Infantaria Tarube e do major da Infantaria Sofyan Effendi.

As Forças Especiais Kopassandha 4 que estiveram em Timor, ou seja, a Team Susi, eram conhecidas como os Nanggala 2, muito temidos devido aos interrogatórios, sujeitando as vítimas a violentas torturas.

A primeira unidade, a *Team Susi*, entrou em Maliana e foi até Atsabe, chegando a Kupang no dia 19 de abril de 1975. Foram vestidos à civil. O papel deles era infiltrarem-se em Timor Português em pequenos grupos, a fim de formar bases de guerrilha e fazer ataques.

---

<sup>331</sup> Subroto, Hendro (2012), *Operasi Flamboyant, Garuda Militar, Dokumentasi Militer*, sl., Kamis, 29 Maret.

<sup>332</sup> Van Atta D, e Toohey (1983), *The Timor Papers*, National Times Australia, 30 de maio e 6 de junho de 1983, citado por John G. Taylor, *Timor: a história oculta*, Lisboa, Bertrand Editora, p. 125.



Segundo Virgílio Simith, 2.º Comandante da Operação em Balibó e Batugadé, em junho de 1975 já os soldados indonésios, conduzidos pelos timorenses, tentavam infiltrar-se entre os populares. Contudo, a companhia de Bobonaro lançou-se sobre eles e conseguiu apanhá-los vivos e, depois a população encarregou-se deles, isto é, foram mortos pela população. Pertenciam ao grupo da Operação Flamboyan.<sup>333</sup> No dia 27 de agosto de 1975, a *Team UMI* foi enviada por via aérea para Atambua, depois para Kupang e, finalmente, seguiu para a região de Mota Ain, em Timor-Leste, por via marítima utilizando um barco da alfândega. Todos estavam disfarçados de civis, a fim de ninguém desconfiar. O capitão e os seus soldados estavam disfarçados de universitários que iam fazer um trabalho de campo. As armas e munições foram escondidas em sacos com rótulos de materiais de agricultura. O major da Infantaria Sofyan Effendi entrou no concelho de Covalima e atacou Tilomar enquanto o capitão Sutioso atacou Suai<sup>334</sup>.

Como já referido, foi também no dia 27 de Agosto de 1975 que o Governador Lemos Pires abandonou Dili a bordo da barçaça Loes e se refugiou na ilha de Atauro.

Numa entrevista a um refugiado timorense em Londres, este disse que as tropas indonésias começaram a atravessar a fronteira e a lutar em setembro. Usaram bazucas e granadas de mão. Queimaram casas, vieram até às cidades, Tilomar, por exemplo, e mataram populares. Havia soldados da FRETILIN mortos nesses confrontos. As tropas indonésias atravessavam a fronteira durante a noite e depois voltavam para o território indonésio<sup>335</sup>.

No dia 31 de agosto de 1975, as operações indonésias foram transferidas da Agência dos Serviços de Informação Nacional, *Badan Koordinasi Intelijen Negara* (BAKIN), para um comando especial criado para o efeito denominado *Komando Tugas Gabungan* (KOGASGAB), Comando das Forças da Intervenção Conjunta. Esta transferência de operação foi um ponto marcante nas operações indonésias em Timor Português, uma passagem de desestabilização de pequena escala para as operações militares em larga escala<sup>336</sup>.

No dia 16 de outubro de 1975, as tropas da divisão Kopassandha, a *Team Susi*, sob a chefia de Yunus Yusufiah, *Korps Komando Operasi* (KKO), fuzileiros navais, entraram em Balibó e assassinaram cinco jornalistas australianos. A Indonésia culpou a UDT e a APODETI pela morte desses cinco jornalistas. Colocaram os seus corpos numa casa vizinha e com a chegada do general Dading Kalbuadi e o agente do (BAKIN) Badan Koordinasi Negara, ou seja, os Serviços de Informação Nacional, Luís

---

<sup>333</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 167.

<sup>334</sup>Subroto, Hendro (2012), *Garuda militer, Operasi Flamboyan*, consultável em: <https://garudamiliter.blogspot.com>, p. 3.

<sup>335</sup> Taylor (1993), *Timor ...*, p. 126.

<sup>336</sup> Comissão para Acolhimento Verdade e Reconciliação, CAVR, (2001), *Relatório da Comissão para Acolhimento Verdade e Reconciliação*. Capítulo III, *História do Conflito*, p. 49. consultável em: [www.dhnet.org.br/mundo/timor](http://www.dhnet.org.br/mundo/timor).

Taolin, montaram um cenário. Vestiram-nos com uniformes portugueses, colocaram-nos atrás das metralhadoras e com a bandeira australiana à frente. Foram primeiro fotografados e depois queimados<sup>337</sup>.

A UDT, através do seu presidente, Francisco Lopes da Cruz, na Rádio Kupang, no dia 21 de outubro de 1975, assumiu a responsabilidade da morte dos cinco jornalistas, afirmando que os que se encontravam a lutar contra a UDT, APODETI, KOTA e Partido Trabalhista eram comunistas que apoiavam a FRETILIN<sup>338</sup>.

Ainda no mês de outubro, outras forças lideradas pelos Kopassandha lançaram um ataque na esperança de avançarem mais para dentro do território, mas foram repelidas pela FRETILIN. A operação recomeçou no dia 20 de novembro com uma ação dirigida contra Atabae, defendida pela Companhia de Bobonaro comandada pelo Sargento Aquiles. A Indonésia utilizou, pela primeira vez, a força naval ao bombardear a FRETILIN. No dia 27 de novembro, Atabae caiu nas mãos dos indonésios. Estavam preparados para uma invasão em grande escala. Sentindo-se cada vez mais ameaçada, a FRETILIN formou o grupo de Milícia Popular de Libertação Nacional (MIPLIN),<sup>339</sup> constituído por jovens que depois de treinados iriam ajudar na defesa e seriam enviados para combater na fronteira.

### 5.3. A INVASÃO INDONÉSIA – OPERAÇÃO SEROJA

No dia 6 de dezembro de 1975, o presidente Gerald Ford, o seu secretário de Estado, Henry Kissinger, e Brent Scowcroft, chefe do Conselho Nacional de Segurança, encontravam-se em Jacarta, num encontro com o presidente Suharto, Adam Malik e Benny Murdani. O presidente Suharto disse que não suportava mais a catástrofe que decorria em Timor Português e Benny Murdani acrescentou que a Indonésia não tinha alternativa. Henry Kissinger perguntou se, na operação militar, a Indonésia iria usar os armamentos fabricados nos Estados Unidos, como, por exemplo, os aviões Hércules, e Adam Malik respondeu-lhe com outra pergunta: “Se não utilizarmos os Hércules, iremos usar o quê?” Henry Kissinger respondeu: “a América compreende a posição da Indonésia sobre o problema de Timor”. O diálogo terminou com uma breve afirmação do presidente Ford: “Timor é problema vosso”. Com isso, disse que o uso de armamentos dos Estados Unidos poderia causar problemas e “[que] isso dependeria da forma como seria construído o argumento: em defesa própria, ou numa operação no estrangeiro”<sup>340</sup>.

Antes da despedida, Henry Kissinger solicitou a Benny Murdani para que as forças indonésias não começassem o ataque antes do *Air Force One*, o avião presidencial dos Estados Unidos, deixar o

---

<sup>337</sup> Taylor (1993), *Timor...*, pp. 130-131.

<sup>338</sup> Gravação feita por Jill Jolliffe, da emissão da Rádio Kupang, no dia 21 de outubro de 1975, citado por John G. Taylor (1993), *Timor: a história oculta*, pp. 131-132.

<sup>339</sup> Falur e Ular estavam incluídos na minha rede clandestina, Milícia Popular da Libertação Nacional (MIPLIN) que orientou o levantamento de Crarás, Baucau, Viqueque, Lospalos e de outras áreas. Domingos de Sousa (2014), *Vozes de Resistência Timorense*, entrevista com António Ai Tahan Matak, p. 448.

<sup>340</sup> Comissão (2013), *Relatório...*, Capt. 3, *História do Conflito*, p. 62.

espaço aéreo indonésio.<sup>341</sup> E, foi precisamente no dia 6 de dezembro, pelas 11h30, que o *Air Force One* levantou voo do aeroporto Halim Perdana Kusuma, fazendo uma paragem no Hawai<sup>342</sup>. Nesse mesmo dia, à noite, George East, único jornalista estrangeiro (australiano) presente em Díli, escreveu:

“Com a situação de segurança a degradar-se, as pessoas começaram a sair calmamente, deslocando-se para as montanhas. Hoje, Díli está calma e quase vazia, abandonada pelos seus habitantes. Foi aplicado o recolher obrigatório pelo quarto dia consecutivo, havendo guardas armados a patrulhar a praia e as ruas”<sup>343</sup>.

Ainda no dia 6 de dezembro, centenas de *partisans*, partidários, desembarcaram no Golfo de Bone, em Atabae. No dia seguinte, de manhã, outros cinco navios de guerra chegaram ao largo de Díli. Às três horas da manhã, a FRETILIN desligou a eletricidade, deixando a cidade às escuras. Os navios de guerra de guerra abriram fogo sobre Díli para permitir o desembarque dos fuzileiros navais. Entre as forças invasoras estava também incluído um pequeno número de membros da UDT e da APODETI. O Governo indonésio tentou fomentar o mito de que estes últimos estavam a ser auxiliados apenas por alguns “voluntários”. Nesse ataque, utilizaram armas compradas aos Estados Unidos, após serem, retiradas todas as insígnias dos seus navios<sup>344</sup>.

A Operação *Seroja* (Lótus) estava sob o comando do General Panggabean, ministro da Defesa e segurança do general Benny Murdani, Chefe da operação e o Brigadeiro General Suweno, Comandante-chefe da marinha. Era a maior operação na História das Forças Armadas Indonésias.

A Indonésia invadiu Timor-Leste por mar, terra e ar, mediante uma combinação de várias forças tais como: 1. *Komando Strategis Angkatan Darat* (KOSTRAD) Comando da Reserva Estratégica do Exército que em 1961, sob o Comando de Suharto abortou o golpe comunista na Indonésia; 2. *Komando Pasukan Sandhi Yuda* (KOPASANDHA), Comando de Guerra Especial; 3. *Komando Pasukan Gerak Cepat* (KOPASGAT), Comando das Forças de Intervenção Rápida da Força Aérea; 4. *Korps Komando Operasi* (KKO), Fuzileiros Navais. Além das forças referidas, também a Infantaria de diversos comandos regionais e partidários, com apoio total da Força Aérea e Marítima, participaram na invasão.<sup>345</sup>

Segundo os testemunhos dos padres João Felgueiras e José Martins, nas vésperas do dia 7 de dezembro de 1975, a partir das 10 da noite, ouviu-se do lado de Hera e da parte de Liquiçá um contínuo rebentamento de canhões dos barcos indonésios que aterrorizavam o ambiente. Pouco tempo antes, o padre João Felgueiras ouviu uma comunicação da Rádio Marconi entre Díli e Luanda, na qual o presidente

---

<sup>341</sup> Pour (2007), *Benny...*, p. 192.

<sup>342</sup> *Idem, ibidem*, p. 193.

<sup>343</sup> Comissão (2007), *Relatório...*, Cap. 3, *História do conflito*, p. 63.

<sup>344</sup> *Idem, ibidem*, p. 64.

<sup>345</sup> Comissão (2013), *Relatório...*, *História do Conflito*, p. 66.

Francisco Xavier do Amaral informava o presidente de Angola sobre a iminente invasão e a retirada das forças da FRETILIN para as montanhas<sup>346</sup>.

Por volta das 4 da manhã, 400 fuzileiros navais com cerca de 22 navios de guerra e transportes de barcaças, tanques anfíbios ligeiros e lanchas de transporte de pessoal armado, *Brigade Pendarat I Marinir TNI-AL*, comandados pelo tenente-coronel Marechal Achmad Sediono, desembarcaram na praia dos coqueiros, em Díli, Kampung Alor,<sup>347</sup> “disparando canhões à medida que se aproximavam da terra, avançando sobre a cidade de Díli”<sup>348</sup>. A Marinha indonésia bombardeou a zona oriental e ocidental de Díli, pensando que ali se abrigava a artilharia da FRETILIN<sup>349</sup>.

O jornalista Hendro Subroto,<sup>350</sup> que acompanhou as forças invasoras relatou que ao ver que não deu certo o fator surpresa, o comandante das Forças de Intervenção, o brigadeiro-general Suwono, ordenou aos comandantes dos navios KRI<sup>351</sup> Ratulangi, KRI Barakuda, KRI Martadinaan e KRI Jayawijaya que abrissem fogo em direção da costa.

No ataque aéreo tomaram parte o Grupo 1 das forças da Kopassandha e da Brigada 18 Kostrad do Batalhão 502 / Raiders Java Oriental, que foram lançados por nove Hércules C-130 da Força Aérea. Essa operação foi decidida em Kupang, no dia 4 de dezembro de 1975, pelo Ministro da Defesa, depois de ter analisado a situação de Díli. A concentração das forças foi no Aeroporto Militar de Iswahyudi, Madium, Java Oriental. Utilizaram paraquedas T-10 e as armas AK- 47. A operação foi batizada com o nome de *Rajawali Flight*, ou seja, voo de águia.

---

<sup>346</sup> Felgueiras (2006), *Nossas...*, p. 45.

<sup>347</sup> Eram guiados por Hermínio de Araújo, um dos filhos de Arnaldo dos Reis de Araújo, que fazia parte do grupo dos *partisans* que foram à Indonésia receber treinamento antes da invasão. Esses habitantes de Kampung Alor, aldeia que tinha um *modus vivendi* um pouco diferente do dos timorenses, falavam o *Malayo/Bahasa Indonésia*, e eram muçulmanos. Kampung Alor serviu de lugar de apoio aos indonésios, embora houvesse famílias que optassem pela independência, como foi a família do ex-Primeiro-Ministro Mari Alkatiri.

<sup>348</sup> Felgueiras (2006), *Nossas...*, pp. 45-46.

<sup>349</sup> Comissão (2013), *Relatório...*, História do Conflito, p. 67.

<sup>350</sup> Hendro Subroto, *Revista das Forças Armadas*, edição de janeiro de 1999, Drop Zone, Díli. Consultável em: <http://www.angkasa-online.com>.

<sup>351</sup> KRI, *Kapal Perang Republik Indonesia*, Navio de Guerra da República Indonésia.

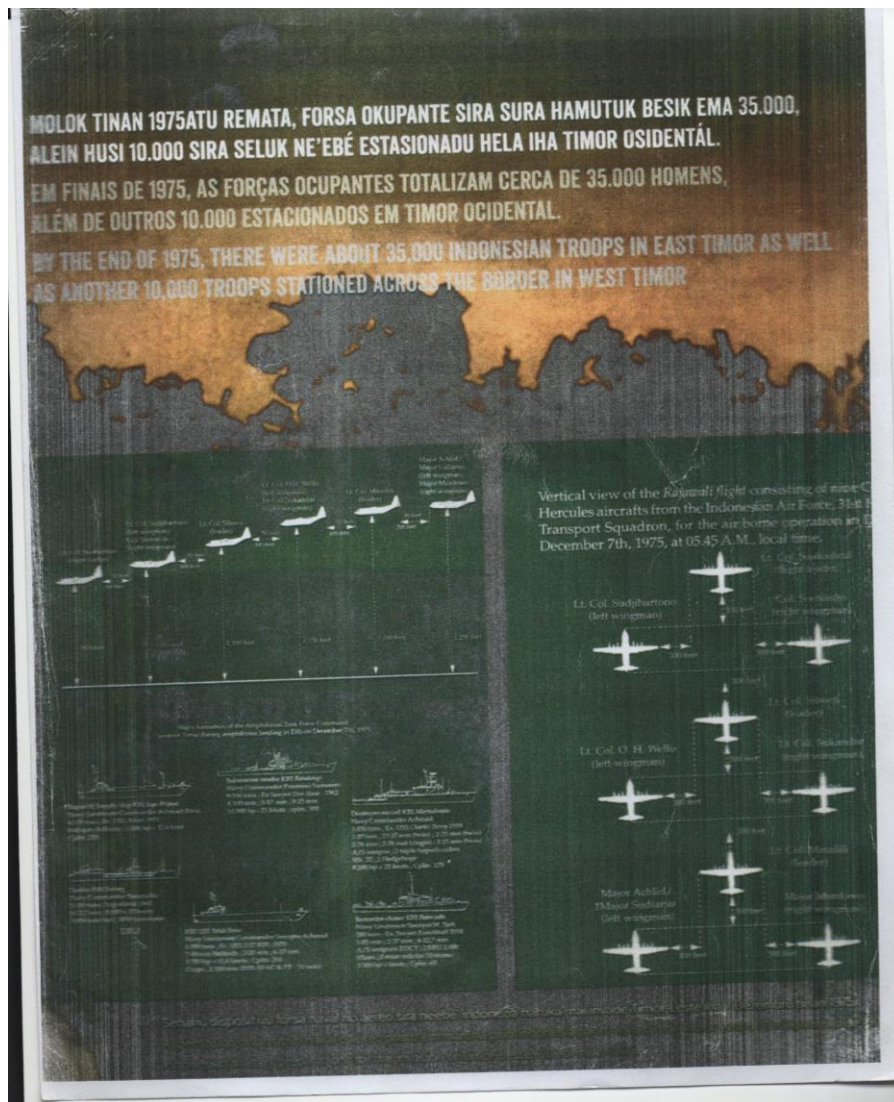


Imagem 5- A formação do Rajawali Flight. Vôo da águia

Os aviões saíram do Aeroporto Militar de *Halim Perdana Kusuma*, em Jacarta, em direção ao Aeroporto Militar de *Iswahyudi*, em Madiun, Java Oriental. Cada avião transportava 100 paraquedistas.

A descida dos paraquedistas foi planeada para três “lançamentos” com os seguintes objetivos: o primeiro era a parte central de Díli, com os paraquedistas do Grupo I do *Kopassandha*, comandado pelo Tenente-Coronel da Infantaria Sugito, e o Batalhão da Infantaria 501, sob o comando do Tenente-Coronel da Infantaria Matrodji. O segundo foi feito desde o Aeroporto de Penfui, em Kupang, pelo Batalhão 502, sob o Comando do Major da Infantaria Warsito, com o objetivo de tomar o Aeroporto de Bebora. Era da responsabilidade dos boinas vermelhas, *Nangalla-5*, sob o comando do major da Infantaria Atang Sutisna. O terceiro deveria ser executado também desde Penfui. Contudo, não se chegou a realizar. O Coronel Sugito dividiu o *Nangalla-5* em três grupos: o Grupo A, chefiado pelo Major Atang Sutisna, com o objetivo de ocupar o Palácio do Governador; o Grupo B, chefiado pelo Tenente-Coronel Atang Sanjaya,

com o objetivo de se apoderar do porto; o Grupo C, comandado pelo tenente-coronel Luhut Panjahita, com o objetivo de conquistar o aeroporto de Bebora. As forças do segundo e terceiro lançamentos saíram do Aeroporto de Jacarta Halim Perdanakusuma e do Aeroporto Militar de Madium, em Java Oriental, para Kupang, utilizando a *Garuda Airlines* com o número de voo 17 F-28 e quatro aeronaves 17 F-27 *Friendship*, devido à falta de transporte militar. Essa operação foi dirigida diretamente pelo diretor da empresa, Wiweko Supomo. O *Rajawali Flight* vinha em silêncio. Próximo de Ataúro, estavam atracadas as fragatas portuguesas de João Cerqueira e Afonso de Albuquerque. Ao atingir o centro da cidade de Díli, o primeiro paraquedista saltou do Hércules T-1308. Seguiram-se-lhe centenas. Deu-se um grande combate entre os paraquedistas e os soldados da FRETILIN, que também estavam preparados. Nem todos os soldados foram felizes no assalto. Alguns caíram em cima das casas, outros ficaram presos nos ramos das árvores ou nos muros. Os que caíram nos espaços descobertos tornaram-se alvos fáceis para a FRETILIN e alguns foram vítimas eliminados pelas forças das FALINTIL/FRETILIN. “Um avião despejou o seu contingente de paraquedistas no mar, onde se afogaram.”<sup>352</sup> Aqueles que desceram na região do *Quintal Boot*, a Norte da igreja de Balide, foram “recebidos” com o pau do pilão, e “vários desses paraquedistas foram baleados no ar”. Outros ficaram engalhados nas árvores e nos fios elétricos.

Hendro Subroto continuou com seu relato que, enquanto os paraquedistas desciam, os aviões foram atingidos pelas balas da FRETILIN, além de enfrentarem o obstáculo natural, o monte Fatu-Ai, onde as FALINTIL atuavam. O *Rajawali Flight* teve de virar para a direita, rumo a Kupang, devido à zona de rebaixamento ser demasiado baixa e o tempo que os paraquedistas tinham para serem lançados era apenas de um minuto. Dos 720 paraquedistas, 79, inclusive o Comandante do *Team-C*, o Tenente-Coronel Luhut Panjahitan, não conseguiram sair.

O *loadmaster*, mestre do cargo T-1312, pilotado pelo Tenente-Coronel Pelda Wardijo, morreu atingido pela bala que perfurou o avião. O Hércules, de Suakadirul, também não ficou ileso. As balas destruíram a bússola de navegação e a bomba auxiliar hidráulica e furaram a janela do *KOKPIT* (cocapitão) da parte esquerda de Suakadirul.

O segundo lançamento, às 7h45, foi efetuado com tranquilidade sobre o aeroporto de Bebora, porque as FALINTIL tinham sido expulsas da zona de rebaixamento. Foram utilizados cinco aviões e, por isso, metade do batalhão 502 não participou.

Os paraquedistas do segundo lançamento conseguiram sair das aeronaves. Enquanto isso, no meio da confusão, as unidades das ABRI abriram fogo umas contra as outras. Quatrocentos soldados, boinas verdes e fuzileiros navais utilizando armas e granadas, atiraram sobre os soldados que iam ocupar o campo de aviação de Díli. Porém, os fuzileiros navais detetaram o erro e tomaram a iniciativa de parar com os tiroteios, levantando a bandeira da Indonésia.

---

<sup>352</sup> Comissão (2006), *Relatório...*, Cap. III. *História do Conflito*, p. 67.

De início, as forças da FRETILIN/FALINTIL que defendiam a cidade tiveram sucesso. Quando dois aviões Dakota C-47, com 37 efetivos das Tropas Especiais a bordo, tentaram aterrar, para tomarem conta do Aeroporto de Bebora a oeste de Díli, a FRETILIN repeliu com êxito um deles. No fim, os indonésios levaram a melhor devido à superioridade bélica. O soldado Carlos Maria Soares descreveu que 21 pessoas da resistência estavam no posto da FRETILIN em Bidau Santana, chefiados pelo Comandante Amândio e resistiram às ABRI. A resistência não durou muito, porque não tinham soldados nem munições suficientes<sup>353</sup>.

No regresso a Penfui, o *Rajawali Flight* preparou-se para realizar o terceiro desembarque, transportando paraquedistas do grupo do KOSTRAD, mas, devido ao incidente do segundo lançamento, a Operação *Seroja* cancelou-o. Três dias depois, os paraquedistas desceram em Baucau, mais concretamente em Seiçal. Foram utilizados 10.000 soldados das divisões de Brawijaya de Malam, Java Oriental, e de Siliwangi de Bandung, a oeste de Java. Segundo Mgr. Martinho da Costa Lopes, “os soldados que desembarcaram começaram a matar toda a gente que encontravam. Havia muitos cadáveres nas ruas – tudo o que conseguíamos ver eram soldados matando, matando, matando e matando<sup>354</sup>”.

No dia 8 de dezembro de 1975, Benny Murdani chegou a Díli e foi imediatamente à Cadeia Municipal de Caicoli libertar Arnaldo dos Reis de Araújo, presidente da APODETI, que nesse mesmo dia foi para Kupang no avião de Benny Murdani, juntamente com o cônsul de Taiwan, gravemente ferido.<sup>355</sup>

“Os paraquedistas traziam a missão de libertar o senhor Arnaldo Araújo, mas não o Secretário-Geral, José Osório Soares – conforme algumas interpretações, a Indonésia não tinha interesse em libertá-lo, devido ao seu programa político, que, aplicado na prática, não traria vantagem à integração”<sup>356</sup>.

Julius Pour, autor da biografia de Benny Murdani, no livro *Benny Tragedi Seorang Loyalis*, ou seja, “Benny, a tragédia de um homem fiel”, declarou que o general Benny Murdani afirmou que o incidente do tiroteio entre os próprios soldados indonésios foi devido à falta de disciplina e que, sob o aspeto militar, a operação militar não era um caso para orgulho. Trinta e cinco membros do KOSTRAD tombaram no primeiro dia da invasão, incluindo dois majores e dois capitães, quase todos provenientes do Batalhão 502, aos quais se juntaram mais 21 membros do primeiro grupo de *KOPASSANDHA*. Segundo a análise do Tenente Coronel General Zain Maulani, nunca houve, na história militar, uma operação da inteligência em grande escala que, segundo a versão convencional, fosse capaz de ter sucesso. Como tal, uma operação deste género era difícil de ser controlada. Francisco Lopes da Cruz, no seu comentário disse que o falhanço ocorreu devido ao fraco trabalho desenvolvido pela inteligência, pois não

---

<sup>353</sup> Comissão (2006), *Relatório...*, Cap. 3. *História do conflito*, p. 67.

<sup>354</sup> Taylor (1993), *Timor...*, p. 141.

<sup>355</sup> *Idem, ibidem*, p. 199.

<sup>356</sup> Martins (2014), *Da Cruz...*, p. 54.

estavam bem preparados, tanto no aspeto do conhecimento do terreno, como no aspeto psicossocial.<sup>357</sup> Outro fator importante talvez tivesse sido o facto de terem minimizado as forças armadas timorenses, que conheciam o terreno e estavam altamente motivadas.

Com a descida dos paraquedistas, começaram também os fuzilamentos; mataram indiscriminadamente membros da população que não eram rapidamente identificados, simplesmente mortos à rajada, sobretudo quando constava que nas imediações apareciam alguns paraquedistas mortos, como aconteceu nas seguintes localidades:

1. Edifício de Toko Lay – No dia 7 de dezembro de 1975, junto do edifício de Toko Lay, na Rua José Marques, próximo do palácio do Governador, um paraquedista ficou preso no topo do edifício. Todos os ocupantes, cerca de 20 pessoas de etnia chinesa, foram obrigados a sair do edifício; duas foram mortas a tiro e as outras foram levadas para o porto.<sup>358</sup> Agostinho de Deus, assessor no Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT) declarou ao autor da tese, no dia 30 de Julho de 2018, no AMRT que, quando um grupo dos indonésios após arrear a bandeira da FRETILIN, um deles iria içar a bandeira indonésia. Quando a voz do comando se deu para prestar honra a bandeira, alguém, a partir do edifício de Toko Lay, alvejou um soldado indonésio e o liquidou. Na retaliação foram mortos todos os que se encontravam dentro do edifício. Agostinho de Deus recebeu essa informação diretamente de um dos elementos que esteve incluído no içar da bandeira à frente do palácio do governador conhecido por *Pak Dana*, ou seja, Sr. Dana que em 1980 era vice-comandante do Koramil em Letefoho. Relatou diretamente o caso ao Agostinho de Deus que era ex-prisioneiro. Agostinho foi enviado pelo Raja Guguk, Comandante Militar das Forças Armadas Indonésias em Timor para o distrito de Ermera com a missão de convencer os timorenses anti-integracionistas a aceitarem a integração.

2. Colmera – Dia 7 de dezembro de 1975. No mesmo dia, em Colmera, em casa de Li Nheu Ki, na Rua Sebastião da Costa, durante a revista à casa, os indonésios descobriram um grupo de pessoas de etnia chinesa escondido no rego. Nove pessoas foram mortas e, por volta do meio-dia, mais cinco pessoas de etnia chinesa foram fuziladas. À tarde, mais três pessoas foram assassinadas.<sup>359</sup>

3. Edifício da Assistência Social – Dia 7 de dezembro de 1975. No cruzamento entre a Rua Albuquerque e a Rua Caicoli, Alberto de Oliveira Câmara, testemunha ocular, relatou a Comissão que milícias da FRETILIN dispararam contra paraquedistas. Ao princípio da tarde, soldados indonésios aproximaram-se do edifício e descobriram um indonésio morto, um capitão, cujas paraquedas se tinham

---

<sup>357</sup> Pour, Julius (2007), *Benny Tragedi Seorang Loyalis*, Jakarta, KATTAA Penerbit, pp. 194-199.

<sup>358</sup> Comissão para Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR) (2001), *Relatório Final da Comissão de Timor-Leste para Acolhimento, Verdade e Reconciliação*, Jakarta, PT. Gramedia, 2001. Subcapítulo 7.2. Mortes ilícitas e desaparecimentos forçados, pp. 37-38. Consultável em: [www.dhnet.org.br/verdade/mundo/timor/07\\_e\\_mortes-ilicitas\\_e\\_desaparecimentos\\_forcados.pdf](http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/timor/07_e_mortes-ilicitas_e_desaparecimentos_forcados.pdf) (maio de 2012).

<sup>359</sup> *Idem, ibidem*, p. 38.



emaranhadas nos cabos de eletricidade, segundo uma declaração de Francisco da Cunha, membro da Polícia Militar portuguesa.

Testemunhas oculares prestaram testemunho, como é o caso de Felismina dos Santos da Conceição, de 12 anos de idade, que relatou à Comissão ter observado a partir do segundo andar do edifício, que havia dois indonésios e um elemento da FRETILIN mortos<sup>360</sup>.

Francisco Soriano, outra testemunha, que se refugiou em casa de um agente da Polícia Militar Portuguesa, de apelido Santos, referiu que soldados indonésios mandaram a população reunir-se no campo do outro lado da rua, em frente ao edifício. Separaram os homens das mulheres, revistaram os homens, que eram cerca de 80, e mandaram-nos para a Companhia de Caçadores Quinze (CCaça 15) para trazerem os bens da companhia. Felismina viu o seu pai e o 2.º Sargento António Mesquita, que foi colega do autor da tese no Seminário de Nossa Senhora de Fátima, em Dare – Díli, nos anos 1960, trazerem os seus bens para o exterior. Os indonésios tiveram medo de entrar na esquadra da polícia, por isso mandaram alguns homens ir buscar as armas e as munições.

Segundo o relato de Francisco Soriano à Comissão, havia dois indonésios mortos. As ABRI mandaram os populares formar três filas e apontaram-lhes as armas. Depois de formadas as filas, começaram a discutir entre eles. Francisco Soriano, que não compreendia a língua indonésia, apenas viu que na camisa dos soldados estava escrito o número 515. Francisco virou-se e desatou a correr e os soldados dispararam contra os homens<sup>361</sup>.

Felismina dos Santos da Conceição também relatou à Comissão de que o tiroteio durou entre 15 a 20 minutos. Passado pouco tempo, Isabel, uma amiga de Felismina, levou água ao local do tiroteio, pois os indonésios estavam a afastar-se do lugar em direção do edifício de Sang Tai Ho, em Colmera. No regresso, disse que os homens tinham sido todos mortos. Felismina também foi ao local e encontrou o irmão atingido no pescoço, o qual veio a morrer nos seus braços. Regressou a Vila Verde com outras mulheres e, no caminho, viu o seu pai, Bernardo Moniz, ensopado no sangue de outras pessoas massacradas.<sup>362</sup>

4. Matadouro público – No matadouro<sup>363</sup> público, localizado a uns 400 metros do edifício da Assistência Social, a FRETILIN estabeleceu um posto de milícias. No fim da tarde, soldados indonésios aproximaram-se do Matadouro, mandaram todas as pessoas saírem das suas casas e separaram os homens das mulheres; os homens foram todos mortos, segundo o testemunho de Maria Filomena Godinho, cujo pai era membro da APODETI. Segundo Vicente Godinho, o irmão mais velho Teodoro Godinho e o

---

<sup>360</sup> Comissão (2006), *Relatório...*, Subcapítulo 7.2. Mortes ilícitas, p. 38.

<sup>361</sup> *Idem, ibidem*, p. 40.

<sup>362</sup> Comissão (2006), *Relatório...*, Subcapítulo 7.2. Mortes ilícitas, p. 40.

<sup>363</sup> Após a Restauração da Independência, o edifício de Matadouro foi demolido e substituído por um novo edifício do Governo, contudo, o Matadouro que deu nome aquela região permanece até hoje.

proprietário da casa, de nome Lourenço, também foram mortos.<sup>364</sup> Também foram fuzilados Manuel Febu e Duarte da Silva, segundo Liberato dos Reis Soriano.<sup>365</sup> No total, foram mortas 8 pessoas no matadouro.

5. Massacre em Tuana Laran (7.12.1975) – João Ximenes, conhecido por Ma Hua, membro da APODETI, acompanhou os soldados indonésios ao local, viu 8 cadáveres e só conseguiu identificar um, Crisógono Fraga. Os soldados indonésios mandaram regar os cadáveres com gasolina e deitaram-lhes fogo. A razão do fuzilamento foi por haver um soldado indonésio morto na área.<sup>366</sup>

6. Porto de Díli – No dia 8 de dezembro de 1975, um grupo de 15 pessoas que se encontrava atrás do edifício do Banco Nacional Ultramarino decidiu sair em direção à paróquia de Motael à procura de refúgio. Nesse grupo, encontrava-se a esposa de Nicolau Lobato, Isabel Lobato. Quando chegaram ao cruzamento do edifício do Clube Sporting, observaram que o porto estava cheio de soldados indonésios. O grupo foi ordenado para que se reunisse no parque da Câmara Eclesiástica. Isabel Lobato foi denunciada e levada ao porto, pois os indonésios não a conheciam. A Comissão apurou que os prisioneiros da FRETILIN serviram-se de intérpretes aos soldados indonésios. Vários membros de familiares da FRETILIN e da UNETIM (União Nacional de Estudantes de Timor) foram identificados. Segundo Frederico dos Santos Almeida. “Os soldados indonésios levaram consigo Arnaldo dos Reis Araújo para dentro do Hotel Mahakota, hoje Hotel Díli. Então, levaram a mulher de Nicolau Lobato para a praia, onde foi fuzilada”<sup>367</sup>.

Alexandrino do Rego relatou que no porto para onde fora levado por dois soldados de *Kopassus*, viu as ABRI liquidarem dois grupos de pessoas; cada um era constituído por 20 elementos. No entanto, segundo Alberto de Oliveira Câmara, os grupos eram constituídos por 25 a 30 pessoas<sup>368</sup>. Devido à distância, não era possível identificar se eram de etnia chinesa ou não. Essas pessoas foram mortas uma a uma. As vítimas foram obrigadas a colocar-se à beira do cais, viradas para o mar, para que quando fossem atingidos os seus corpos caíssem à água. Soldados indonésios dispararam depois contra os corpos na água, caso algum deles mostrasse ainda sinais de vida<sup>369</sup>.

7. *Ailook-laran*<sup>370</sup> – No dia 8 de dezembro de 1975, Iria de Araújo relatou que os habitantes locais se renderam aos indonésios e que estes separaram as mulheres dos homens. Executaram o seu irmão e abriram fogo contra o grupo dos homens. Segundo os dados da Comissão, foram mortos 17 homens; só

---

<sup>364</sup> Comissão, *Relatório...*, (2013)...História do Conflito, p. 42.

<sup>365</sup> *Idem, ibidem*, p. 43.

<sup>366</sup> *Idem, ibidem*, p. 44.

<sup>367</sup> *Idem, ibidem*, p. 45.

<sup>368</sup> *Idem, ibidem*, p. 48.

<sup>369</sup> Taylor (1993), *Timor...*, p. 142.

<sup>370</sup> Felgueiras (2006), *Nossas...*, pp. 45-46.

um sobreviveu. A maioria das vítimas era proveniente de Ainaro e uma grande parte era membro do partido KOTA, cujo presidente, Tomás Dias Ximenes, tinha residência na área<sup>371</sup>.

No dia 9 de dezembro, segundo afirma Filomeno Gomez no seu relato à Comissão, os indonésios mandaram-no queimar os cadáveres em decomposição. O mesmo foi relatado por Alexandrino do Rego, que foi obrigado a queimar os corpos de 23 pessoas fuziladas. Outra testemunha, Sebastiana Henriques Guterres Soares Belo, relatou que no dia 8 de dezembro, quando se dirigiu à procura de comida em Caicoli, viu duas camionetas Hino entrar dentro da companhia. Subiu a uma árvore e viu soldados indonésios e civis timorenses a carregar cadáveres para dentro das camionetas. Entre os fuzilados estava também o furriel António Mesquita<sup>372</sup>.

8. Lahane – 14 de dezembro de 1975 – Conforme o relato de Madalena Hanjang ex-vice – ministra de saúde do 6.º Governo constitucional, filha do enfermeiro Gonçalo Hanjang, ao autor da tese no dia 20 de novembro de 2018, o pai mais dois enfermeiros Zito e Abel, e três enfermeiras; Inês conhecida por “menina Inês”, Imaculada, e Rita de Viqueque mais o motorista foram numa ambulância ao Hospital de Lahane com intuito de buscar umas roupas. Os soldados indonésios que controlavam a área mandaram-nos sair do carro, fizeram uma revista à viatura e encontraram umas granadas. Amarraram os homens, fuzilaram-nos deitaram a gasolina e queimaram os cadáveres. Às enfermeiras bateram-nas antes de as soltar. Só três meses depois os familiares foram recolher os restos mortais. Apenas encontraram alguns membros do corpo.

No apuramento feito pela Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR), entre os dias 7 e 10 de dezembro de 1975, foram mortos e executados entre 203 a 272 civis<sup>373</sup>.

A chegada dos indonésios, que deveria ser salvadora, foi acompanhada de um séquito de fuzilamentos, prisões arbitrárias, chacinas e roubos. Em Díli, os timorenses, sem distinção, eram mortos e fuzilados pelos indonésios. Enquanto isso, em Aileu, a FRETILIN fuzilava os prisioneiros da UDT e da APODETI.

Em janeiro de 1976, D. José Joaquim Ribeiro, bispo de Díli, escreveu uma carta ao governo indonésio, afirmou: – Comparadas com os “comunistas” da FRETILIN “as vossas tropas ... com as suas matanças, violações e pilhagens, são mil vezes piores”. Acrescentava: “os para-quedistas indonésios que desciam do céu como anjos comportaram-se como demónios”<sup>374</sup>.

Mas não perdurou muito a alegria de ver os “anjos descidos do céu” em paraquedas.

---

<sup>371</sup> Comissão (2006), *Relatório...*, Subcapítulo 7.2. Mortes ilícitas, p. 50.

<sup>372</sup> *Idem, ibidem*, pp. 39-42.

<sup>373</sup> *Idem, ibidem*, p. 52.

<sup>374</sup> Matoso, José (2005), *A Dignidade, Konis Santana e a Resistência Timorense, Temas e Debates – Actividades Editoriais, Lda, Lisboa, p. 100.*

A imagem da desejada Indonésia tornou-se negra a partir das primeiras horas do desembarque dos paraquedistas, como dizia o próprio D. José Joaquim Ribeiro: “Os timorenses desejavam intensamente a presença indonésia, mas três horas depois do desembarque ganharam por eles um profundo ódio”<sup>375</sup>. E esse ódio e rejeição foram aumentando e se deteriorando durante os 23 anos da presença indonésia.

A Indonésia conquistou o aeroporto de Baucau no dia 9 de dezembro de 1975. A FRETILIN colocou bidões no campo para impedir a aterragem, mas os indonésios metralharam à volta do campo até terem o controlo total; depois disso, começaram o desembarque. Grande parte da população fugiu, abandonando as suas casas. Os indonésios conseguiram controlar Baucau tranquilamente, segundo relatou o irmão Baltazar<sup>376</sup>.

Além de lançarem paraquedistas, os indonésios invadiram também Baucau por mar.

Elisa Martins descreveu que, no dia 9 de dezembro, à meia-noite, houve grandes bombardeamentos. No dia 10 de dezembro, houve desembarque dos tanques de guerra nas praias de Laga que depois seguiam em direção a Baucau<sup>377</sup>, enquanto em Seiçal, nesse mesmo dia, os indonésios desceram de paraquedas. A ocupação de Baucau foi feita pela Brigada XVII KOSTRAD, sob o comando do Tenente-Coronel Sugiarto.<sup>378</sup> Para desnortear as FALINTIL, primeiro simularam a descida de paraquedistas no aeroporto de Baucau, utilizando sacas de areia que, na realidade, atraíram as atenções da resistência, enquanto os verdadeiros paraquedistas desciam em Seiçal, a leste de Baucau. Para a defesa do aeroporto de Baucau, as FALINTIL utilizaram uma metralhadora *Bredan*, que tinha um tripé. Devido ao peso, tiraram a culatra e abandonaram-na. Só no dia 22 de dezembro é que os indonésios avançaram para Berkoli, e aí tiveram contactos com armas. A luta em Berkoli foi muito renhida e as FALINTIL aguentaram durante um mês só com armas ligeiras<sup>379</sup>. A caminho de Berkoli, o povo, ao ver os indonésios avançarem, começou a fugir para o mato e muitos abandonaram as suas casas e refugiaram-se no colégio dos salesianos em Fatumaca, Baucau. Vendo as casas vazias, os indonésios lançaram fogo sobre elas, reduzindo-as a cinzas. A FRETILIN destruiu a ponte que lá existia, mas os carros de assalto passaram à mesma. Houve uma troca de tiros com elementos da FRETILIN, que dispunham de cerca de 30 armas. Antes da curva que lá existia, os elementos da infantaria começaram a espalhar-se pela zona, disparando tiros de morteiros e de bazucas para a frente. Ao verem a ponte destruída, os carros de assalto não conseguiram passar, regressando para a zona do cruzamento, permanecendo durante 15 dias. A FRETILIN, que se instalou atrás do colégio dos salesianos, atacou os indonésios e os que estavam na zona do cruzamento alvejaram o armazém dos padres salesianos. Depois, veio a descobrir-se que estavam a

---

<sup>375</sup> D. José Joaquim Ribeiro lamentou este facto diante do autor da tese, na sua residência em Lecidere, Díli, em fevereiro de 1976.

<sup>376</sup> Sousa, (2013), *Vozes...*, p. 141.

<sup>377</sup> *Idem, ibidem*, p. 153.

<sup>378</sup> Pour (2007), *Benny...*, p. 194.

<sup>379</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 191.

fazer tiroteios com alvo num cavalo que lá se encontrava, pois queriam comer o cavalo, aproveitando a retaliação aos disparos feitos pela FRETILIN<sup>380</sup>.

Para Baucau, foram destacados 4000 soldados em dezembro de 1975, onde se reuniram com outras unidades, sob o Comando de Combate Aerotransportado da KOSTRAD.

A partir de Baucau fizeram a ofensiva para Vemasse, tomaram o caminho rumo a oeste, conquistando Vemasse, Laleia e Manatuto seguindo depois para Soibada<sup>381</sup>.

No percurso para Vemasse, houve combate em Cairabela, região situada entre Baucau e Vemasse e, segundo Loy Kay Phil, nesse combate morreram dois elementos das FALINTIL, Diniz e Câncio<sup>382</sup>.

Cândido Maria Alves, de pseudónimo *Mau Kiak/Tafui*, relatou que em Laleia a FRETILIN ofereceu-lhes resistência durante dois dias. Segundo ele, ocuparam toda a encosta de Laleia desde *Uma Klalan*, a sul de Laleia, até Lifau, a norte, e montaram abrigos. Os indonésios atacaram a vila de Laleia nos dias 26 e 27 de dezembro de 1975 pela estrada que vem de Vemasse e pela praia onde desembarcaram, passando pelo cemitério. Na refrega contra as forças indonésias, alguns tombaram; por parte da resistência foram três os atingidos: um de Laleia, um de Manatuto e outro de Lospalos. A arma mais eficiente naquele combate foi a *mauser*<sup>383</sup>, devido à sua potência e acerto de longa. O grupo do Comandante Adão era o que estava à espera deles na subida que vinha do cemitério para a vila. No dia 27, às 14.00h. viram que não podiam aguentar mais a luta recuaram para a montanha<sup>384</sup>.

Por volta das 19.00h. os invasores conseguiram ocupar a vila de Laleia, que estava a ser defendida com apenas 72 armas, uma bazuca e duas metralhadoras, reduzindo-a à cinzas<sup>385</sup>.

A ofensiva a Manatuto deu-se no dia 31 de dezembro, altura em que os indonésios ali chegaram. Segundo o Padre João de Deus, “De Baucau foi um batalhão a pé para lá. Deram tiros para aqui e para acolá, e Manatuto ficou completamente vazio. Eu fiquei na residência à espera deles. Vesti-me de batina e fui recebê-los”<sup>386</sup>.

Os indonésios ocuparam Aileu no dia 31 de dezembro de 1975. A FRETILIN retirou-se ainda mais para o interior, para a costa sul, na área de Maubisse.

No fim de dezembro de 1975, quando os indonésios tomaram Maliana, toda a companhia e a população recuaram para o centro, entre Bobonaro, Suai e Zumalai. Aí, montaram a base. Em Tapó houve

---

<sup>380</sup> *Idem, ibidem*, pp. 142-143.

<sup>381</sup> Comissão (2006), *Relatório...*, Cap. III, *História do Conflito*, p. 74.

<sup>382</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 225.

<sup>383</sup> Arma de fabrico alemão. Não era uma arma que usava fita ou cartucheira com muitas balas.

<sup>384</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, pp. 90-91.

<sup>385</sup> *Idem, ibidem*, p. 80.

<sup>386</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, pp. 58-59.

combates muito renhidos. Fizeram um ataque às Boinas Vermelhas<sup>387</sup> quando tentaram atravessar a estrada que liga Bobonaro a Lolotoe. Tomando Lolotoe cortavam a passagem e enfraqueciam a base de resistência, que era obrigada a atravessar a estrada que ligava Bobonaro a Lolotoe. No entanto, conseguiram passar, mas pagaram muito caro. Um batalhão de boinas vermelhas, com os armamentos completos, apoiado pela aviação, levou quase um mês a fazer a travessia. Foi nessa batalha que morreu a combatente Maria Tapo que foi substituir o marido no combate enquanto ele comia. Foi atingida e morreu junto ao marido<sup>388</sup>.

De Baucau as forças da ocupação organizaram uma ofensiva contra Lospalos, no dia 2 de fevereiro de 1976, com ataque de paraquedistas apoiado por reforços da Infantaria.<sup>389</sup> “Pelo caminho liquidaram todos os animais que encontravam pela frente: bois, cavalos, cabritos búfalo, etc. “Presenciei com os meus próprios olhos”, disse Acácio Bernardino<sup>390</sup>.

Na prisão de Lospalos, dez pessoas eram trancadas numa pequena sala, onde nem sequer se podiam sentar. Tinham de estar de pé o tempo inteiro. Em turnos, procuravam respirar pelo buraco da fechadura. Quando traziam a comida, composta apenas por milho, entornavam-na no chão.

Quase todas as noites, os *KOPASSUS* enviavam pessoas para o fuzilamento. Em Muapitine, os militares, o administrador Cláudio e os chefes do suco organizaram uma festa de batuque para acompanhar o linchamento de três pessoas. Solicitaram aos familiares que matassem os membros da própria família. Como estes rejeitaram, foram mortos pelos comandos<sup>391</sup>. Meteram-nos nos tanques de água e, quando tinham o estômago cheio de água, pisavam o estômago e a água saía pela boca, pelas narinas e pelos ouvidos<sup>392</sup>.

Na madrugada do dia 14 de janeiro de 1976, as forças de Lospalos, juntamente com as de Uatu-Lari, Uatu-Carbau e Baguia fizeram um assalto às forças indonésias. Depois, cercaram Laga. Após esse ataque, Inácio Carvalho, representante da FRETILIN, foi preso.

No dia 19 de janeiro de 1976, em Laga, levaram 18 prisioneiros num tanque de guerra para fora da vila e, a cerca de três quilómetros, mataram os 18 prisioneiros, regaram os cadáveres com gasolina e queimaram-nos<sup>393</sup>.

Noutra frente, em direção a Viqueque, no dia 18 de janeiro, as forças de ocupação entraram em Venilale, subdistrito de Baucau. A FRETILIN ainda ofereceu alguma resistência para os impedir, colocando troncos de árvores nas estradas. Contudo, de nada serviu. No dia 21 de janeiro, entraram em

---

<sup>387</sup> Os Boinas Vermelhas eram soldados das elites das Forças Armadas Indonésias.

<sup>388</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, pp. 169-170.

<sup>389</sup> Comissão (2006), *Relatório...*, Cap. III, História do Conflito p. 74.

<sup>390</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 387.

<sup>391</sup> *Idem, ibidem*, pp. 394-396.

<sup>392</sup> *Idem, ibidem*, p. 416.

<sup>393</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 156.

Oss, mas, devido a troços de estradas danificadas, não levaram consigo armamentos pesados. De Ossú os indonésios avançaram em direção a Viqueque com carros de assalto. Pressionada pelos ataques, a população fazia a retirada para as montanhas. Em Loihunu, próximo de Viqueque, no dia 24 de janeiro de 1976, a FRETILIN ainda conseguiu oferecer alguma resistência, contudo, não foi capaz de impedir o avanço das forças de ocupação para Viqueque, onde entraram no dia 25 de janeiro de 1976, comandadas pelo Major Mantiri comandante do batalhão. Antecipadamente os indonésios começaram a intimidar a população com bombardeamentos aéreos.

Com a entrada dos indonésios em Viqueque, em fevereiro de 1976, uma grande parte da população rendeu-se, enquanto outros se retiravam para Luca.

A conquista de Suai foi feita mediante o lançamento de paraquedistas no dia 5 de fevereiro de 1976.

Os indonésios desembarcaram em Betano e avançaram sobre Same onde toda a população que vivia na área evacuou para o Monte Cablaque. Durante o avanço dos invasores, as FALINTIL fizeram-lhes sempre frente para retardarem o seu avanço e darem oportunidade ao povo para evacuar para as montanhas. Contudo, uma semana depois, os indonésios conseguiram entrar na vila. No combate contra os indonésios, o comandante Raul Isaac morreu em Fatu Huku, na zona de Ola Rua, em Same onde só ocuparam as ruas e os lugares principais, enquanto os arredores eram da resistência e a população ficava nas montanhas.<sup>394</sup>

No dia 23 de fevereiro, os indonésios invadiram Ainaro, com tropas do 2.º Comando de Combate da KOSTRAD (KOPUR II). Foram através da Fleixa, estrada para Same e Ainaro, e em 23 de fevereiro alcançaram Ainaro, reunindo-se com as tropas que desembarcaram em Betano, na Costa Sul.<sup>395</sup>

A segunda maior frente de combate foi aberta na região ocidental, perto da fronteira com a Indonésia pelas tropas da 18.ª brigada de *Jawa Timur* (Java Oriental). Avançaram através de Bobonaro, no fim de janeiro de 1976, depois de conquistarem Atsabe e Letefoho<sup>396</sup>.

Na invasão, o grosso da tropa indonésia vinha de Cová para Balibó, mas teve de recuar porque a força da defesa estava muito reduzida. Ainda ripostaram o ataque com alguns tiroteios. Quando atacaram Bobonaro, toda a companhia teve de recuar. O Sargento Espírito Santo e Manuel Soares tiveram de recuar para a parte central, nas áreas de Molop. Lá, era a zona de defesa das FALINTIL<sup>397</sup>.

Entraram em Ermera no dia 27 de março de 1976, vindos de Atabae, Letefoho e Bobonaro.

---

<sup>394</sup> *Idem, ibidem*, pp. 534-535.

<sup>395</sup> Comissão (2006), *Relatório...*, Cap. III. *História do Conflito*, p. 74.

<sup>396</sup> *Idem, ibidem*, p. 74.

<sup>397</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, pp. 168-169.

Os invasores fizeram o ataque sobre Liquiçá e Maubara, onde entraram em junho de 1976<sup>398</sup>.

Na ponta leste, os indonésios voltaram a Ossú em junho de 1976 e começaram a fazer avanços para os arredores, sucos e aldeias. Capturaram pessoas e trouxeram-nas para a vila. Outros entregaram-se, como foi o caso do Secretário da Zona, Francisco da Silva, e de muitas outras pessoas que moravam nos arredores. De Ossú, prepararam-se para atacar Uatu-Lari utilizando a estrada construída pelos japoneses na Segunda Guerra Mundial e a estrada de Viqueque. José Parada comunicou a notícia a Xanana Gusmão de que os indonésios planearam o ataque a Uatu-Lari, e Xanana Gusmão enviou dois pelotões sob o comando dos Comandantes Kalohan e Kalisá que lhes foram fazer resistência em Ossulekimeta. Nesse ataque o Comandante Kalohan e mais alguns elementos morreram. O exército da ocupação não conseguindo entrar em Uatu-Lari devido à resistência desviaram a rota para Dulamutu, foram até Edmumu e seguiram para Beaço. Não levaram consigo a artilharia pesada porque as condições das estradas não lhes permitia. Só entraram em Uatu-Lari após a queda de Matebian em 1978<sup>399</sup>.

#### 5.4. A FORMAÇÃO DAS BASES DE APOIO

As teorias de Mao Tsé-Tung sobre a guerra prolongada desempenharam um papel muito importante na condução da guerra em Timor durante os 24 anos da ocupação Indonésia. Xanana Gusmão mencionou o papel que estas teorias tiveram na luta da resistência:

“Eu tinha conseguido, no final de 1976 as citações de Mao, que eu levava como única propriedade privada. Lia e relia, para admirar-me, procurando entender aquela forma simples de coisas tão profundas”. Estudávamos em grupo as questões estratégicas de Mao Tsé-Tung. Era uma mudança desejada da teoria da guerra, uma teoria que empolgava, no plano das ideias, no pensamento estratégico, mas que necessitaria de muitas e pesadas derrotas para se compreender a verdade científica da guerra, dita pelo próprio Mao Tsé-Tung: “toda a guerra é específica, é evolutiva, no desenrolar da própria guerra”<sup>400</sup>.

Após a ocupação das cidades, as forças da resistência foram para as montanhas, onde estabeleceram bases de apoio, incluídas nos “seis problemas concretos da estratégia da guerra de guerrilhas da China contra o Japão”:

1. iniciativa, flexibilidade e plano na condução de uma ação ofensiva durante a guerra defensiva, na ação de decisão rápida no decurso da guerra prolongada, e na ação no exterior das linhas;
2. coordenação com a guerra regular;
3. criação das bases de apoio;

---

<sup>398</sup> *Idem, ibidem*, p. 74.

<sup>399</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 203.

<sup>400</sup> Gusmão (1994), *Timor-Leste...*, p. 32.



4. defensiva e ofensiva estratégica;
5. desenvolvimento da guerra de guerrilhas em guerra de movimento;
6. relações justas do comando<sup>401</sup>.

O major-general Lere Anan Timur, no seu depoimento “Da Luta nas Montanhas à Vitória”, proferido no dia 17 de agosto de 2016, na II Conferência Internacional, Memória e Identidade Nacional “Vozes de Resistência”, de 15 a 18 de agosto de 2016, declarou que Xanana Gusmão fazia o esclarecimento sobre a luta da guerrilha de Mao Tsé-Tung em Ko’oleu, em Lospalos<sup>402</sup>.

Nas bases de apoio estavam o potencial revolucionário, a população, a garantia fundamental para a preservação e desenvolvimento das forças revolucionárias e a base de manutenção das guerrilhas e do exército popular para uma guerra prolongada. Aí estabeleceram-se sólidas retaguardas que deram ensejo à formação de quadros, ao descanso das tropas e ao recrutamento de novos combatentes, à acumulação de forças, à organização de fontes de abastecimentos permanentes, à criação de serviços médicos etc... Sem elas era impossível desenvolver a guerra de guerrilha e construir um poderoso exército popular. Era dado apoio logístico às forças armadas para enfrentar “a guerra popular prolongada”, uma vez que a guerra não seria facilmente ganha, e a resistência não iria depender de ajuda externa, mas seria travada por todo o povo<sup>403</sup>.

Foi assim que, por meio de programas sociais e políticos, os civis foram organizados com objetivo de dar apoio à resistência armada, na logística e na política, para criarem novas estruturas sociais adequada<sup>404</sup>.

Segundo a declaração de Egas da Costa, assistente na secção de propaganda, “uma vez que a guerra será prolongada, as pessoas estavam nas bases para ganharem uma nova perspectiva sobre a vida”<sup>405</sup>. Foi através das bases de apoio que se fez a organização da luta.

Vários elementos clandestinos vieram precisamente dessas bases e, após a rendição, continuavam com as atividades da clandestinidade, tais como Cândido Maria Alves, Paulo Amaral, o Comandante “Mau Kiak”, Henrique Belmiro da Costa, António Tomás de Amaral da Costa, “Ai Tahan Matak”, entre outros.

---

<sup>401</sup> Tsé-Tung, Mao (1952), *Obras Escolhidas de Mao Tsé-Tung, Tomo II*, p. 113.

<sup>402</sup> Timur, Major-General Lere Anan (2016), *Depoimento, A Luta nas Montanhas à Vitória Final*, Díli II Conferência Internacional, 17 de agosto de 2016, Memória e Identidade Nacional, “Vozes de Resistência”, de 15 a 18 de agosto de 2016, Díli, obra inédita.

<sup>403</sup> Tsé-Tung, Mao (1952), *Obras Escolhidas, Criação das Bases de Apoio, Tomo II*, p. 132.

<sup>404</sup> Comissão para Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR), (2001), *Relatório Final da Comissão para Acolhimento Verdade e Reconciliação*, Capítulo V, Resistência: Estrutura e Estratégia, consultável: pdf. www.dhnet.org.br.mundo. Timor, p. 2.

<sup>405</sup> *Idem, ibidem*, p. 18.

Quando as zonas libertadas começaram a sofrer pressões do invasor, a direção da FRETILIN aboliu o nível administrativo da região e a administração da zona passou a ficar imediatamente abaixo da administração do sector. Devido a esta situação, foi criado o posto de “adjunto”, assumido também pelos membros do Comité Central da FRETILIN, que desempenhavam um papel semelhante ao dos comissários políticos, ou seja, ajudavam os administradores da zona a implementar os programas político-sociais da FRETILIN. Em cada sector, havia dois a três adjuntos. Em 1978, a designação ativista foi alterada para “assistente”.

Com a queda das cidades nos distritos, as tropas da FRETILIN retiraram-se para os seus lugares de origem. Grande parte da população acabou por se render. Cessou a primeira fase da resistência, mas a resistência organizada sobreviveu. Alguns líderes e elementos da população conseguiram resistir sob a forma da resistência clandestina, que veio a desempenhar um papel fundamental e se transformou numa guerra clássica da guerrilha, levada a cabo pelas FALINTIL<sup>406</sup>, como poderemos ver mais à frente.

#### **5.4.1. ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO**

A FRETILIN enfatizou muito a organização como meio para o estabelecimento da disciplina dos cidadãos para enfrentar a guerra. A juventude tinha a sua organização, as mulheres tinham a Organização Popular da Mulher Timorense (OPMT), a população também tinha o seu acampamento com o chefe da aldeia e, dentro da aldeia, havia os responsáveis pelas mulheres, pela juventude e pela logística. Organizavam-se segundo as diretrizes do Comité Central da FRETILIN<sup>407</sup>.

Organizava-se o bazar, o mercado e as cooperativas com o sistema de permuta direta devido à falta de dinheiro. Todos os mantimentos eram recolhidos num armazém comum e depois fazia-se a distribuição pela população. Antes da subida para o Monte Matebian, tinha-se organizado a cooperativa. Cada aldeia fazia a sua cooperativa e depois levava a comida para o Matebian. Existiam armazéns comuns em várias localidades pertencentes às aldeias. Fazia-se o levantamento das pessoas que passavam fome e a Secção do Controlo Agrícola e Economia (SCAE), cujo objetivo era controlar a alimentação, fazia a distribuição da comida para as forças e para a população conforme as necessidades<sup>408</sup>.

As zonas libertadas, ou seja, as que escaparam à ocupação indonésia, estavam divididas em seis sectores que, ao mesmo tempo, eram zonas militares sob o comando das forças armadas e unidades políticas e administrativas sob a administração da FRETILIN.

---

<sup>406</sup> *Idem, ibidem*, p. 2.

<sup>407</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, pp. 91-92.

<sup>408</sup> *Idem, ibidem*, p. 300.

Segundo o princípio “O poder político nasce do fuzil”. O nosso princípio é o seguinte: o Partido comanda o fuzil, e jamais permitiremos que o fuzil comande o Partido”<sup>409</sup>. Os comandantes militares submetiam-se aos administradores políticos civis. Cada sector tinha um comissário político, que era o dirigente supremo, responsável por questões políticas e militares. E todos eram membros do Comité Central da FRETILIN<sup>410</sup>.

Quadro 3 – Estrutura Regional da FRETILIN a partir de maio de 1976 <sup>411</sup>

| Sector <sup>412</sup> | Regiões incluídas                           | Comissário Político            |
|-----------------------|---|--------------------------------|
| Ponta Leste           | Lautém                                      | Juvenal Inácio (Sera Key)      |
| Centro Leste          | Baucau e Viqueque                           | Vicente dos Reis (Sa’he)       |
| Centro Norte          | Manatuto, Aileu e Díli                      | João Bosco Soares              |
| Centro Sul            | Manufahi e Ainaro                           | Hamis Basserewa (Hata)         |
| Fronteira Norte       | Ermera, Liquiçá e algumas zonas de Bobonaro | Hélio Pina (Makruma)           |
| Fronteira Sul         | Covalima e algumas zonas de Bobonaro        | César Correia (César Mau Laka) |

Fonte: Comissão, Relatório (2001), Capítulo V, Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 5.

Quadro 4. Estrutura administrativa da FRETILIN <sup>413</sup>

| Unidade Administrativa | Área   | Direção                                      |
|------------------------|--|--|
| Região                 | Semelhante à área abrangida por um concelho no sistema da administração colonial portuguesa, sendo atualmente denominada Distrito. | Um Secretário e um Vice-Secretário regional. |

<sup>409</sup> Tsé-Tung Mao (1975), Obras Escolhidas de Mao Tsé-Tung, Tomo II (6 de novembro de 1938), Edições em Línguas Estrangeiras, Pequim, p.367

<sup>410</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Capítulo V. Resistência: Estrutura e Estratégia p. 5.

<sup>411</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>412</sup> O Sector apareceu depois da reorganização da luta. Era composto por forças que trabalhavam atrás das forças de Auto Defesa, donde eram provenientes, treinadas em companhias, selecionadas com algum treino, que consistia no manejo de armas e em ataques de guerrilha que aprendiam com as práticas diárias. Cada zona tinha o seu. Ficavam em casa e eram chamadas quando era necessário.

<sup>413</sup> Comissão, Relatório..., (2006), Capítulo V, Resistência, p.5

|                     |  |   |
|---------------------|--|---|
| Zona <sup>414</sup> | Semelhante ao território referido como posto no sistema da administração colonial portuguesa, sendo atualmente denominado Subdistrito. | O Comité da zona era dirigido por um Secretário e um Vice-Secretário de zona. O comité de zona era formado por uma comissão de saúde, uma de agricultura e uma de educação.<br><br>Associada à comissão havia um ativista, cuja tarefa era implementar os programas. Havia também um ativista responsável pela formação política. |
| Suco                | Equivalente ao suco da atualidade.   | Um Secretário de suco, assistido por um Vice-Secretário. Eram responsáveis pelo organismo ao nível do suco, as denominadas secções: secção de saúde, de agricultura, da educação e da propaganda política.  |
| Aldeia              | Equivalente à aldeia da atualidade.  | Responsável da aldeia.  |

Fonte: Comissão, Relatório..., (2001) Capítulo V: Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 7.

Esta estrutura era a continuação do sistema de governo criado pela FRETILIN depois de assumir o controlo do país, que pouco mudou até à destruição das zonas libertadas em 1978.

#### **5.4.2. ORGANIZAÇÃO CIVIL E MILITAR PARA ENFRENTAR A LUTA COM A GUERRA DE GUERRILHA**

Após a proclamação da independência, no dia 28 de novembro de 1975, as FALINTIL passaram a ser tuteladas pelo Ministério da Defesa, cujo ministro era Rogério Lobato, que era também Comandante das FALINTIL, e por dois Vice-Ministros, Guido Soares e Hermenegildo Alves. Quando Rogério Lobato saiu de Timor-Leste, os dois vice-ministros responsabilizaram-se pelo Ministério da Defesa, e supervisionavam também o Estado-Maior das FALINTIL, comandado pelo Chefe do Estado-Maior, Guido Diamantino Soares, cujo subchefe era José da Silva<sup>415</sup>.

Como consequência, os dois vice-ministros foram demitidos como comandantes do Sector. Hermenegildo Alves tornou-se comandante do Sector Centro Leste, Guido Soares comandante do Sector

<sup>414</sup> Baucau ficou dividido em duas zonas. Ossú ficou dividido em duas zonas pelo Cordão, isto é, a estrada que passa pelo centro da cidade que liga Ossú a Viqueque e Ossú a Baucau, dividindo a cidade em duas zonas: Costeira Leste, ou seja, a Região da Ribeira Leste com a sede em Ossoroa, e Costeira Oeste, que abrangia as áreas até Leuruca, com sede em Ramé, ou seja, a Região da Ribeira Oeste. Venilale estava primeiro dividido em zona DECLIVE e depois passou para a zona de LIS. Essas zonas desapareceram e formaram-se outras. Uatu-Lari era a zona de Edmunu, onde estava o Comando Carau, cujo secretário era Fernando Sousa.

<sup>415</sup> Comissão (2006), *Relatório...*, Capítulo V, Resistência, p. 8.

Centro Sul e Domingos Ribeiro tornou-se chefe do Estado-Maior. O posto de subchefe do Estado-Maior foi extinto. No Estado-Maior das FALINTIL existiam oito postos no quadro do pessoal, denominados “colaboradores do Estado-Maior”, responsáveis por áreas sob a responsabilidade do Estado-Maior, tais como operações militares, códigos, informações, logística e formação<sup>416</sup>.

“Em conformidade com o princípio de que o poder civil controlava o poder militar, o Presidente de Timor-Leste também dirigia o Estado-Maior das FALINTIL. Em simultâneo, tinha também o posto de Comissário Político do Estado-Maior das FALINTIL, responsável por fornecer orientações políticas ao exército”<sup>417</sup>.

As bases de apoio na guerra sino-japonesa “eram uma estratégia para organizar as massas para a luta contra o Japão” e para “armar o povo, organizar corpos de ‘autodefesa’ e unidades de guerrilhas, organizar as massas e integrar os operários, camponeses, jovens, mulheres, crianças, comerciantes membros de profissões liberais”<sup>418</sup>.

Seguindo a linha da teoria de Mao Tsé-Tung sobre a guerra prolongada além das companhias de combate, criaram-se também Forças de Autodefesa (FADE), em 1976, constituídas por elementos com formação militar elementar. Conforme as características da área, a sua força variava e, assim, uma zona podia chegar a ter uma companhia. Quase todas as unidades eram equipadas apenas com armas tradicionais. O seu papel era essencialmente defender o aldeamento pela vigilância, espionagem, recolha de informações e reconhecimento da posição dos ocupantes. Os membros muniam-se de armas brancas, por exemplo, catanas, baionetas, flechas, entre outras. A FADE operava mesmo à frente do Sector. Se os elementos da FADE apanhassem alguém que viesse da vila, tentavam obter informações. Mas, muitas vezes, acabavam por matar essas pessoas. Os elementos da FADE eram voluntários e o número era variável e podia ser entre duzentos a mil homens. Na FADE, as pessoas treinavam-se para adquirir experiência, sendo depois recrutadas para as FALINTIL. Não ficavam nas companhias, mas nas suas casas, e quando fosse necessário eram chamadas e recrutadas. Prestavam serviços durante 15 a 20 dias e depois eram substituídas<sup>419</sup>.

Foi criada a Brigada de Choque (Brigchoq) pelo Estado-Maior, sendo Guido Diamantino Soares o comandante dessa brigada também conhecida como a Companhia de Intervenção ou Komando de Choque (KC). Era a tropa de elite e móvel cujos membros eram escolhidos de entre os melhores os mais decididos, corajosos, com boa saúde e capacidade física para enfrentar os desafios da luta. Tinham a sede fixa. Existia apenas uma companhia de Brigada de Choque na ponta leste. Possuía comandantes, pelotões e até assistentes colaboradores da Base (KB). Essa organização existia a nível nacional, embora algumas áreas não a possuíssem. Cada companhia de intervenção era composta por 84 pessoas, excluindo o 1.º e

---

<sup>416</sup> *Idem, ibidem*, pp. 8-9.

<sup>417</sup> *Idem, ibidem*, p. 9.

<sup>418</sup> Tsé-Tung, Mao (1952), *Obras Escolhidas, Tomo II*, p. 142.

<sup>419</sup> Sousa (2014), *Vozes*, p. 211.

o 2.º comandantes. O número chegava a 150 pessoas, mas só 84 andavam armados, sem contar com os elementos que transportavam munições, como os estafetas e os da elementos da vigilância. Faziam frente ao inimigo com ataques e assaltos<sup>420</sup>.

A tática da guerrilha foi sintetizada por Mao Tsé-Tung da seguinte maneira: "quando o inimigo avança, recuamos; quando para, o fustigamos; quando se cansa, o atacamos; quando se retira, o perseguimos"<sup>421</sup>.

A situação do país, dominado pelas forças da ocupação, estava a necessitar de uma reorganização. Perante este facto, a liderança da FRETILIN procurou fazer uma organização civil e militar. O problema foi discutido na segunda sessão plenária do Comité Central da FRETILIN, realizada em Soibada, Manatuto, nos dias 15 de maio e 2 de junho de 1976. Reconheceu-se que não valia a pena combater as ABRI de igual para igual. O objetivo era formar uma resistência nacional (semiguerrilha liderada pelas FALINTIL). Quem sustentaria essa luta seria a população civil que vivia nas montanhas e nas florestas com a FRETILIN.

#### **5.4.3. ORGANIZAÇÃO AGRÍCOLA**

A terra agrícola dividia-se em três tipos de regimes de propriedade: privada, cooperativa e estatal. As famílias eram proprietárias de terras privadas. A terra cooperativa pertencia a todos os membros de um grupo de trabalho e o produto era distribuído aos membros do grupo; o produto de todos os que trabalhavam nas terras estatais era entregue para sustento das FALINTIL, da administração civil, dos idosos e das pessoas com deficiência.<sup>422</sup>

#### **5.4.4. ORGANIZAÇÃO DA SAÚDE**

Sobre a saúde, os responsáveis procuravam meios de produzir medicamentos com plantas e ervas tradicionais, fabricando pílulas e comprimidos para tratamento dos feridos nos combates. Reuniam as pessoas que conheciam as plantas e ervas tradicionais e procuravam fabricar medicamentos. Lucas da Costa, diretor do Hospital de Same, Manufahi, recordou as suas experiências na área de Uaimori (Viqueque) que, em meados de 1976, fez investigações sobre a terapêutica das plantas, medicação baseada em medicamentos tradicionais. Construíram um hospital e reuniram várias pessoas com conhecimentos medicinais e fizeram várias experiências. Criaram uma farmácia para fabricar comprimidos e injeções.

---

<sup>420</sup> *Idem, ibidem*, p. 212.

<sup>421</sup> Tsé-Tung, Mao (1952), *Obras Escolhidas, Tomo II*, pp. 151-152.

<sup>422</sup> Comissão (2006), *Relatório...*, Capítulo V, Resistência : Estrutura e Estratégia, p. 10.

Os comprimidos tiveram sucesso, mas as injeções não. Também tiveram sucesso com medicamentos para as dores de cabeça, embora fossem muito rudimentares<sup>423</sup>.

Segundo a informação de Hernâni Coelho, ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação do VI Governo Constitucional (fevereiro 2015 – setembro 2017), o seu pai era enfermeiro e abriu uma escola de enfermagem, na qual um grupo de alunos estudava enfermagem e a utilização de plantas medicinais.

Trabalhavam também na educação pública sobre o modo de vida saudável e na construção de instalações sanitárias públicas. “A tarefa dos grupos era ensinar a ler, a escrever e ajudar as pessoas a construir as suas instalações sanitárias para satisfazerem padrões mínimos de saúde e higiene”<sup>424</sup>.

Para resolver o problema da falta de medicamentos, estabeleceram os Serviços de Saúde e Higiene Popular (SSHP), que tratavam de providenciar os medicamentos. Curavam-se pessoas, inclusivamente guerrilheiros que tinham sido atingidos e tinham as pernas partidas, como foi o caso do comandante Albino, que caiu numa emboscada, foi alvejado e ficou com as pernas e as mãos partidas – com os medicamentos tradicionais, conseguiram curá-lo<sup>425</sup>.

Na preparação de medicamentos, trituravam as cascas da árvore medicinais até ficarem em pó, misturavam-nas com um pouco de água e colocavam dentro do bambu e pressionavam-nas até ficarem em forma de comprimidos<sup>426</sup>.

#### **5.4.5. ORGANIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Os líderes da Resistência pensaram que a luta não era apenas para a expulsão do invasor, mas que tinha também o objetivo de educar o povo, acabar com as práticas tradicionais, com a antiga ordem social que explorava e oprimia o povo, conhecida como exploração do homem pelo homem<sup>427</sup>.

Para a FRETILIN, uma independência sem mudança das estruturas sociais significava apenas uma substituição. A independência significava criar a igualdade entre as pessoas.

A FRETILIN denunciou, no seu Manual e Programa Político, não só as estruturas opressivas existentes há 500 anos pelo colonialismo português, como também a sociedade tradicional timorense, que também era opressiva contra as mulheres, especialmente a posição opressiva dos *liurais* para com o povo, criando novas estruturas ao serviço do povo timorense e tentando acabar com a estrutura feudal que dividia o povo em classes, como a dos *liurais*, *datos*<sup>428</sup>, povo e escravos (*labarik uma laran, labarik lutu*

---

<sup>423</sup> *Idem, ibidem*, p. 11.

<sup>424</sup> Comissão (2006), *Relatório...*, Capítulo V, Resistência: Estrutura e Estratégia p. 11.

<sup>425</sup> Sousa (2014), *Vozes...*, p. 302.

<sup>426</sup> *Idem, ibidem*, p. 213.

<sup>427</sup> Comissão (2006), *Relatório...*, Capítulo V, Resistência: Estrutura e Estratégia p. 15.

<sup>428</sup> *Dato* é a classificação da hierarquia da classe social que ficava logo abaixo do *liurai*.

*hun*), outra maneira mais delicada de dizer escravos, isto é, eram pessoas da própria casa ou pessoas que viviam ao pé da cerca, e pretendia pôr em prática programas sociopolíticos, como a agricultura, a saúde, a educação, a cultura e a emancipação da mulher<sup>429</sup>. Balandier refere que, na dinâmica do tradicionalismo e da modernidade, “o partido político é o primeiro dos meios de modernização”<sup>430</sup>.

#### **5.4.6. A DISCIPLINA**

Ao lidar com a população nas bases de apoio e na resistência, a disciplina era um aspeto muito importante. As três grandes regras de disciplina e as oito recomendações descritas nas *Obras Escolhidas de Mao - Tsé-Tung*<sup>431</sup>, tornaram-se diretrizes para o comportamento dos cidadãos como foi esclarecido por Cândido Maria de Araújo, pelo Comandante das Forças Armadas, Taur Matan Ruak.

As três grandes regras de disciplina:

1. Obedecer às ordens em todas as ações;
2. Não tirar das populações nem uma agulha nem a simples ponta de um fio;
3. Entregar às autoridades todos os bens recolhidos.

As oito recomendações:

1. Falar polidamente;
2. Comprar e vender com honestidade;
3. Devolver tudo quanto se toma de empréstimo;
4. Indemnizar todos os prejuízos que se causam;
5. Não bater nem insultar as populações;
6. Não causar prejuízo às plantações;
7. Não ter liberdades com mulheres;
8. Não maltratar os prisioneiros.

---

<sup>429</sup> Comissão (2006), *Relatório...*, Capítulo V, Resistência: Estrutura e Estratégia pp. 15-16.

<sup>430</sup> Seixas, Paulo Castro, *Timor-Leste: Viagens, Transições, Mediações*, (1987:182), Edições Universidade Fernando Pessoa, p. 410.

<sup>431</sup> Tsé-Tung, Mao (1975), *Obras Escolhidas de Mao Tsé-Tung*, Instruções do Alto Comando do Exército Popular de Libertação da China sobre a Nova Proclamação das Três Grandes Regras de Disciplina e das Oito Recomendações (10 de Outubro de 1947), Pequim, República Popular da China, Tomo IV. p. 228.



Seguindo as diretrizes acima referidas, as regras foram instruídas às populações segundo as diretrizes do Comité Central da FRETILIN, fruto da grande reunião realizada em Laline, entre 1 e 8 de março de 1981.

Aí estabeleceu-se o princípio de que os timorenses devem respeitar-se mutuamente. Quem não respeitar o seu próximo, deve sujeitar-se a uma sanção forte, durante semanas ou meses, ou fazer trabalhos da cooperativa em benefício de outras pessoas. Caso houvesse reclamações sobre o abuso sexual, o homem era castigado porque a luta era para defender a dignidade e o direito da pessoa. Havia regras que todos deviam seguir. Uma infração podia levar até a uma pena capital. Por exemplo, ao namorar, tinha-se que namorar publicamente e não às escondidas. Cândido Maria Alves relatou que um colega dele, de nome Aníbal, professor do posto escolar de Vemasse, subdistrito de Baucau, durante uma festa, enquanto outros dançavam, levou uma rapariga e foram namorar para um lugar mais recatado. Apanharam-no, levaram-no para a cadeia e lá morreu.<sup>432</sup> Domingos Pinto, veterano da Resistência, funcionário do Arquivo e Museu da Resistência Timorense, ex-professor do posto escolar de Vemasse, confirmou o sucedido e acrescentou que Aníbal foi levado para a mesma prisão onde estava Xavier do Amaral e foi aí que morreu.

As faltas de civismo e insultos eram proibidos. Viver amancebado também era proibido. As relações sexuais fora do casamento acarretavam castigos muito duros. Devido à falta de padres, os casamentos eram registados na presença do seu secretário<sup>433</sup>.

Taur Matan Ruak relata que “a população regressou aos centros urbanos e deparou-se com outra situação: o desrespeito, a prostituição, a fome e as perseguições. A situação de choque que viram acabou por se sobrepor ao sentimento negativo que sentiram ao abandonar o mato”. “No mato não havia prostituição, pois éramos muito rigorosos com o comportamento das pessoas. As famílias mantinham-se unidas. Não havia vadiagem. Todos trabalhavam”<sup>434</sup>.

Não se podia sair do acampamento sem licença e devia-se trabalhar com ordem e disciplina. Para as deslocações utilizava-se o guia de marcha, ou salvo conduta para identificar o objetivo das viagens.

Na conferência atrás mencionada, tomou-se também a decisão sobre a formação de estruturas civis e militares nacionais.

#### **5.4.7. FORMAÇÃO POLÍTICA**

Nas bases de apoio, a população era solicitada para atender aos esclarecimentos políticos em todos os lugares onde se encontrava.

---

<sup>432</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 92.

<sup>433</sup> *Idem, ibidem*, pp. 91-92.

<sup>434</sup> Carrascalão, Maria Ângela (2012), *Taur Matan Ruak: a vida pela independência*, p. 117.

Recebia assistência humanitária e atendia às escolas de alfabetização proporcionada pela Comissão Política que também prestava socorro aos doentes. Os professores pertenciam aos quadros políticos e outros voluntários. Na falta de papel e lápis, utilizavam-se pedras, a própria terra e cascas de árvores. Havia algum papel, mas era para correspondências mais importantes.

A FRETILIN tinha uma grande preocupação na formação política dos seus membros. O ênfase da educação era a literacia e a política. Dava muito interesse à Organização Popular da Mulher Timorense (OMPT). Em cada sector, o Comissariado criou um Centro de Formação Política (CEFORPOL) dirigido pelos comités de região e de zonas e pelos administradores de sucos e aldeias. O conteúdo da matéria era a História de Timor, desde a chegada dos portugueses às teorias do desenvolvimento social, a filosofia do materialismo dialético, a construção do poder popular, os princípios organizativos das linhas das massas e do centralismo democrático, a emancipação da mulher e a produção coletiva de géneros alimentícios. Esses conteúdos também referiam a estratégia militar, a libertação nacional e as guerras de libertação noutros países. Os instrutores eram membros do Comité Central da FRETILIN e comandantes das FALINTIL. Os Centros de Formação Política eram tutelados pelo Departamento de Orientação Política e Ideológica (DOPI), um departamento do Comité Central da FRETILIN.<sup>435</sup>

As brigadas dinamizadoras iam de um lugar para outro esclarecer às populações questões sobre o Manual e os Programas Políticos da FRETILIN, pois havia a necessidade de darem apoio às FALINTIL na sua luta pela restauração da independência.

A Organização Popular da Mulher Timorense (OPMT) também organizava formações políticas, mediante atividades culturais.

Na emancipação, as mulheres foram estimuladas para participarem nas atividades de formação de saúde e produção agrícola e, para isso, foram criadas creches para recolher as crianças e ajudar as mães para se dedicarem ao trabalho e também para formar as crianças a serem nacionalistas.

O barlaque foi reafirmado como símbolo que honrava a dignidade da mulher, embora existissem dúvidas e não fosse totalmente aceite por todos.

#### **5.4.8. DESENTENDIMENTO – CONFRONTAÇÕES E JUSTIÇA POPULAR**

Uma das atividades nas bases de apoio foi a eliminação de traidores: “No decorrer dessa luta, devemos eliminar os traidores declarados e encobertos, tarefa que só pode ser levada a bom termo confiando-se na força do povo”<sup>436</sup>.

---

<sup>435</sup> Comissão (2006), *Relatório...*, Capítulo V, Resistência: Estrutura e Estratégia. p. 12.

<sup>436</sup> Tsé-Tung, Mao (1952), *Obras Escolhidas*, Tomo II, p. 143.

O desentendimento que surgiu no interior da FRETILIN foi devido ao problema de como pôr em prática o princípio do controlo do poder militar pelo poder civil. Como já era de esperar, o primeiro desentendimento que surgiu foi a existência no seio da FRETILIN de vários elementos das Forças Armadas, soldados e sargentos das ex-Forças Armadas Portuguesas que se sentiam com mais autoridade, poder e experiência. O princípio de “a política comanda o fuzil” logicamente viria a diminuir-lhes a autoridade, que causava insatisfação pelo facto de muitos dos líderes políticos serem muito jovens, terem menos experiência e conhecimento do que eles, que lideravam as Forças Armadas para a vitória da FRETILIN. Esse desentendimento levou ao conflito armado, com a morte de vários comandantes militares como, por exemplo, José da Silva, Sargento das Forças Armadas, subchefe do Estado-Maior. Os desentendimentos deram-se até ao nível de combates armados e José da Silva acabou por ser capturado e executado pela FRETILIN em 1977.

Como ele, também outros tiveram o mesmo destino: Agostinho Espírito Santo, Comandante do Sector da Fronteira Norte, que segundo Lucas da Costa, estava em contínuas desavenças com o Comissário Político César Maulaka<sup>437</sup>; Martinho Soares, Comandante do Sector Centro Leste; Aquiles Freitas, comandante em Atabae. Quando os indonésios lançaram o ataque sobre aquela região em novembro de 1975, retirou-se para Quelecai sua terra natal onde se tornou Comandante.<sup>438</sup> Contudo, não aceitou ter como seu superior Kilik Waigae, um soldado raso nas Forças Armadas Portuguesas. Outro caso foi o de Francisco Hornay, que rejeitou a nomeação de Tomás Pinto para Secretário de Zona de Iliomar (Lautém), por entender que o posto deveria ser liderado por um *liurai*<sup>439</sup>. Os partidos acabaram por dividir também os *liurais*. Segundo Lere, Aquiles Freitas fornecia-lhes armas<sup>440</sup> Francisco Xavier do Amaral declarou que tinha influência nos militares timorenses, sobretudo nos sargentos, como Domingos Ribeiro, Ponciano Ribeiro, Fernando Carmo e o próprio Hermenegildo Alves. A tática utilizada por alguns líderes da FRETILIN era, em primeiro lugar, dividir os comandos de tal maneira que seria difícil comunicarem entre eles e só depois é que procuravam prendê-los “Prenderam-me e puseram-me na cadeia”<sup>441</sup>, todos os elementos da elite que não tivesse as mesmas ideias seriam eliminados como foram eliminados os sargentos que os contradiziam. A ideia era de que os militares tinham que se sujeitar aos políticos em questões de guerra, ou seja, havia uma primazia do poder político sobre o poder militar. Segundo Xanana ao autor da tese no dia 30 de dezembro de 2018, os sargentos consideraram que estavam mais aptos que os políticos em questões de guerra, por isso, não aceitaram estar sujeitos às ordens dos

---

<sup>437</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. V. Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 20.

<sup>438</sup> O nível mais alto da hierarquia militar no tempo dos portugueses, para os naturais, era alferes miliciano. Apenas se conhecem cinco: Francisco Lopes da Cruz, Rogério Lobato, Guido Diamantino Soares, David Ximenes e Valente de Araújo. E quando a tropa portuguesa saiu de Timor as companhias estavam entregues aos Sargentos que automaticamente eram tidos como comandantes.

<sup>439</sup> Uma grande parte dos *liurais* estava enfileirada na UDT.

<sup>440</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. V. Resistência: Estrutura e Estratégia, pp. 21-22.

<sup>441</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 37.

políticos. O próprio Nicolau Lobato estava na mira de ser também eliminado: “Eu fui convidado, pelo Comissário Político, Hélio Pina, *Maukruma*, para eliminar Nicolau Lobato”<sup>442</sup>.

“A “violência revolucionária”, responsável por torturas e até assassinatos de cerca de 200 membros da FRETILIN às mãos de outros camaradas, foi muito difícil de evitar em condições tão extremas como as da guerra que era imposta à resistência; foi dos aspetos mais controversos da ideologia marxista-leninista de alguns quadros. E outros que não aceitavam a ideologia prevalecente entre a liderança da FRETILIN, ou que discordavam da sua estratégia, foram considerados traidores e viram-se confrontados com o dilema de serem detidos e tratados como traidores e, eventualmente, torturados ou até mortos pelos seus próprios camaradas. A outra solução seria renderem-se aos ocupantes, com todas as consequências que isso acarretaria não só para eles próprios como também para a luta”<sup>443</sup>.

O próprio Abílio de Araújo, um dos fundadores da FRETILIN, reconheceu esse período como: “Isto faz parte do Livro Negro da FRETILIN”<sup>444</sup>.

Francisco Xavier do Amaral, primeiro presidente da FRETILIN, foi acusado de crime de alta traição “Preso em Unir-Le’en, Lacló, amarrado de cabeça baixa, rodeado não pelos agentes acreditados para a sua segurança, mas de um prisioneiro, e apresentados ao público pelo Primeiro-Ministro Mau Lear e por Bi-Lear (Céu Pereira), sua esposa”<sup>445</sup> Sofreu o castigo em Turiscai, Tutuluro segundo disse o próprio Xavier do Amaral:

“Éramos por volta de oitenta e tal presos, cada qual na sua cova e nalgumas havia dois ou três [...]. Pode-se passar um dia sem comer nada. E se houver um *maek*,<sup>446</sup> que não é fácil de ser digerido, também se come. Cozinhavam a folha do maek e davam-nos de comer, e paciência, porque não havia mais nada”<sup>447</sup>.

O mesmo aconteceu a Zito, ao Comandante Caló e aos seus soldados, que foram queimados, açoitados com ramos de tamarindo e pendurados nos travessões das casas. O mesmo aconteceu a Álvaro, ao mestre Amado e ao velho Amito Lemos. As acusações eram de contactos com o inimigo em Manatuto, mobilização do povo para se render ao inimigo e outras razões pessoais. Por isso, mais de uma centena de acusados de traidores foram levados para Manumera e para o Centro de Reabilitação Nacional

---

<sup>442</sup> Declaração feita ao autor da tese pelo Brigadeiro-General Filomeno da Paixão de Jesus, em 2017 no Arquivo Museu da Resistência Timorense (AMRT) – Díli, que durante a Resistência desempenhava a função como Comandante do Sector da Fronteira Norte.

<sup>443</sup> Magalhães (2007), *Timor-Leste...*, p. 300.

<sup>444</sup> Pires (2013), *Timor: Labirinto...*, p. 142.

<sup>445</sup> Costa (2010), *26 anos...*, p. 74.

<sup>446</sup> *Maek*, ou *elephant foot* é um tubérculo que cresce no estado bravo, cuja substância líquida provoca comichões. Utiliza-se para dar de comer aos porcos. No tempo de muita penúria pode-se também comer depois de ser bem preparado.

<sup>447</sup> Sousa (2013), *Vozes* (2013), p. 38.

(RENAL), para cumprir a sentença e a “pena de morte”<sup>448</sup>. As razões pessoais e o ajuste de contas também eram motivos importantes que levavam a justificar outras acusações.

Francisco Xavier dos Reis Amaral falou da sua prisão e das torturas que sofria quando ele e outros não conjugavam as suas ideias com as dos líderes mais radicais, que tinham ideias comunistas e anticlericais. Ele teve de defender os Padres Mariano Soares, timorense, e Carlos da Rocha Pereira, açoriano. Disse a Nicolau Lobato e ao Vice-Presidente que era contraproducente trazer juntamente com eles homens, mulheres, velhos e velhas, grávidas e crianças doentes. Sugeriu que deixassem os homens fortes e os jovens na montanha para continuar a guerra e nas cidades organizar uma luta pacífica mais camuflada. Passado um mês, em junho de 1976, recebeu informações de rumores que Nicolau Lobato parecia ter informado o Comité Central. Apanharam alguns elementos que estavam às suas ordens, acusando-os de traidores. Dividiram os comandos para dificultar a comunicação e só depois é que o prenderam e o encarceraram em Tutuluro, Turiscai. O próprio Nicolau Lobato castigou Francisco Xavier do Amaral por traição<sup>449</sup>.

Vários comandantes que propuseram a rendição foram capturados e mortos, como foram os casos do Sargento Sebastião Sarmiento<sup>450</sup> e do Comandante Aquiles, de Quelecai, que morreu às mãos da própria FRETILIN. “Aquiles e Ponciano cumpriram a lei da revolução popular.”<sup>451</sup> Segundo Xanana Gusmão autor da tese no dia 30 de dezembro de 2019, que os sargentos foram mortos porque rejeitaram fazer as saudações com punhos cerrados.

Eduardo de Jesus Barreto, do Sector da Fronteira Norte, depôs o seguinte:

“Vi com os meus olhos o comandante da região, Martinho [Soares], ser enterrado até a cintura, de pé, sem roupas e de mãos amarradas. Deitaram fogo a um pneu de automóvel e deixaram as gostas da borracha derretida lhe queimarem o corpo. Não consegui olhar mais e fui-me embora”<sup>452</sup>.

Segundo Nicolau Lobato, “A nossa unidade ideológica proclamada só será autêntica quando a materializarmos (nós, a FRETILIN) na prática.”<sup>453</sup> O mesmo afirmou que “só os da FRETILIN eram patriotas e fora dela todos eram traidores. Também aqueles que não pertencem à FRETILIN são inimigos do povo – traidores à nossa pátria”<sup>454</sup>.

---

<sup>448</sup> Costa (2010), *26 anos...*, pp. 69-70.

<sup>449</sup> Sousa (2014), *Vozes ...*, p. 40.

<sup>450</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. V. Resistência: Estrutura e Estratégia p. 24.

<sup>451</sup> Gusmão (1994), *Timor-Leste...*, p. 31.

<sup>452</sup> Comissão, *Relatório...*, (2001), Cap. V. Resistência : Estrutura e Estratégia p. 14.

<sup>453</sup> Gusmão, Martinho Germano da Silva (2018), *Antologia de Textos para uma “autobiografia” intelectual de Nicolau dos Reis Lobato, sabemos, e podemos, e devemos vencer!*”, Malang, Penerbit DIOMA, p. 226.

<sup>454</sup> Telegrama, Missão dos EUA na ONU ao Secretário de Estado, em Washington, East Timor Question, 7 de julho de 1978). Nicolau Lobato dos Reis, *FRETILIN é a liberdade do povo em Marcha. Discursos*, Edições Comitê 28 de novembro, Lisboa, undated (data provável 1979, após a emissão do comunicado oficial da FRETILIN a 6 de maio de 1979, a anunciar a morte de Nicolau Lobato), pp. 59-61. Este discurso foi emitido através da rádio e a missão dos

Criou-se assim o sistema de justiça popular para julgar as pessoas que cometiam crimes.

“Os culpados eram julgados conforme a qualidade dos seus crimes, segundo o processo de autocrítica, em que o infrator se declarava culpado e era perdoado ou se o crime fosse pesado era condenado, inclusivamente com pena de morte. Se a infração fosse leve, eram-lhe aplicadas penas leves, como carregar lenha ou transportar água para a cozinha pública. Este tipo de punição denominava-se “justo corretivo”<sup>455</sup>.

No dia 18 de novembro de 1975, os prisioneiros da UDT e da APODETI, em Viqueque foram submetidos à Justiça Popular no mercado municipal. Havia duas questões fundamentais pelas quais uma pessoa podia ser acusada de culpabilidade ou não: 1) Se pegou em armas no Golpe da UDT em 11 de agosto; 2) Se matou alguém. Aos prisioneiros da UDT que pegaram em armas, o povo testemunhou que foi para lutar contra os comunistas e, como tal, a luta era legal. E como ninguém quis ser acusado de comunista, os elementos do golpe de 11 de agosto não foram culpabilizados<sup>456</sup>.

Estabeleceu-se também o Centro de Reabilitação Nacional, para a reeducação mental dos cidadãos. Era também uma prisão. “Fui preso e enviado para o RENAL”<sup>457</sup>.

Os crimes considerados graves eram, entre outros, o contacto com o inimigo, a cooperação com o inimigo, a espionagem, a denúncia de civis ao inimigo e a traição. A justiça era feita publicamente diante da multidão que sentenciava o “veredito”. O comandante lia a sentença e o povo sentenciava. A este tipo de justiça chamava-se “justiça popular”. O interrogatório era o método usado para a investigação e julgamento pela justiça popular. Os acusados ficavam à espera no Centro de Reabilitação Nacional<sup>458</sup>.

Loy Kai Phill, diretor do Centro de Reabilitação Nacional, relata o programa das atividades diárias: aquecimento de manhã antes do pequeno-almoço, pequeno-almoço, descanso, trabalho de produção, almoço, descanso e trabalho até às 17 horas. Também se davam aulas de alfabetização e sobre política. “De noite, era-lhes exigido que frequentassem aulas de formação política. No RENAL, eram disponibilizadas aulas para aprender a ler e a escrever.”<sup>459</sup> O trabalho era de segunda a sexta-feira. Aos sábados e domingos eram obrigados a fazer hortas para a família e, durante o tempo da chuva, lavravam várzeas para a família. Quando os indonésios fizeram a Campanha de Aniquilamento, o RENAL foi transferido para Uada-Boru.

---

EUA, para a unidade do povo de Timor-Leste, de todos os patriotas em torno do Comité Central da FRETILIN, chamando à unidade ideológica (*apud História do Conflito*, Capítulo III, p. 86).

<sup>455</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. V, Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 14.

<sup>456</sup> Sousa (2003), *Olobai 75...*, p. 81.

<sup>457</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 203.

<sup>458</sup> *Idem, ibidem*, p. 14.

<sup>459</sup> Comissão (2001) *Relatório...*, Cap. V, Resistência : Estrutura e Estratégia, 13.

Construíram-se os famosos “*bairias*”<sup>460</sup> onde os prisioneiros eram colocados nas piores condições possíveis, além dos fuzilamentos de que eram alvo depois:

“Isolaram-me da população e colocaram-me num buraco, cobriram-no com trocos e pedras e fiquei lá dentro. A profundidade da cova era de um metro acima do prisioneiro. Não havia nada lá dentro: comia e fazia as necessidades fisiológicas lá dentro. Fiquei nessa cova durante uma semana até que fomos assaltados pela companhia de caçadores dos indonésios instalados em Baucau”<sup>461</sup>.

Foram utilizadas torturas, como método, nos interrogatórios, impostas aos suspeitos. Beneficiando-se da situação de confusão, várias pessoas foram levadas à justiça popular apenas devido às retaliações. Calcula-se que 200 membros da FRETILIN morreram nas mãos de outros líderes da mesma FRETILIN. Xanana Gusmão fala com rejeição sobre as torturas aplicadas aos acusados. “Porque é que a política pode pôr pessoas tão obcecadas nos crimes, tão ávidas da violência? Nunca mais quis aproximar-me da prisão da FRETILIN”<sup>462</sup>.

Francisco Xavier do Amaral testemunhou perante a Comissão que, nessa época as pessoas se exaltavam com facilidade. A vitória de um trazia consigo a vingança de outro. As pessoas que eram despedidas dos seus empregos aproveitavam-se da situação para retaliações.<sup>463</sup>

Os prisioneiros da UDT e da APODETI em Díli eram transferidos para Aileu, a fim de serem investigados pela Comissão e acabavam por serem detidos na companhia, em Aissirimou. O povo era autorizado para bater nos prisioneiros recém-chegados<sup>464</sup> – segundo testemunhas, os maus tratos e espancamentos eram práticas diárias. E até os guardas forçavam os prisioneiros a bater uns nos outros em público como se fossem galos de luta<sup>465</sup>.

Rogério Lobato, então Chefe das Forças Armadas da FRETILIN, contou à Comissão que, algumas vezes, eles (a FRETILIN) entravam na prisão, chamavam os prisioneiros e espancavam-nos<sup>466</sup> “Vi o Maskot, um carrasco encarregado de espancar os prisioneiros da UDT até ao ponto de alguns deles perderem a vida à porta da entrada” declarou o Comandante André Buic<sup>467</sup>.

---

<sup>460</sup> *Bairias* são covas feitas para a criação de porcos e utilizadas para a prisão dos antirrevolucionários. Os prisioneiros eram colocados dentro dessas covas e colocavam madeiras como cobertura, reforçada com pedras.

<sup>461</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 37.

<sup>462</sup> Gusmão (1994), *Timor-Leste...*, p. 21.

<sup>463</sup> Francisco Xavier do Amaral, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação sobre o Conflito Político Interno de 1974/76, 15 a 18 de dezembro de 2003, citado pela Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (2001), Cap. III, *História do Conflito*, p. 51.

<sup>464</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. III, História do Conflito, p. 52.

<sup>465</sup> *Idem, ibidem*, p. 52.

<sup>466</sup> *Idem, ibidem*, p. 52.

<sup>467</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 72.

Outro aspeto que levava algumas pessoas à justiça popular era a caça às bruxas”. Quando eram denunciados e acusados ou eram mortos ou forçados a confessar publicamente.

Conta Hamar Antoninho Baptista Alves, Diretor Executivo do Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT) no dia 8 de fevereiro de 2017, ao autor da tese que alguns familiares do Sr. Miguel, conhecido como “Miguel Meu Tia”, que vivia em Soibada, no sopé do Monte Aitara, foram acusados de prática de bruxaria. Como castigo, tinham de ir de casa em casa e confessar publicamente os atos praticados. Antes da entrada nas casas, pelo caminho tocavam os títeres anunciando a sua chegada e, depois, autodeclaravam-se como bruxos.

#### **5.4.9. QUEDA E DESTRUIÇÃO DAS BASES DE APOIO**

No dia 6 de abril de 1978, assumiu o comando Andi Mohammad Yusuf que pôs em marcha a Operação *Skylight* em maio de 1978. O objetivo era a rendição dos líderes da FRETILIN mais influentes: “Era um Movimento, cujo melhor e principal aliado tinha sido Alarico Fernandes, ministro de Informação e Segurança, após a rendição dele em setembro de 1978<sup>468</sup>, segundo Xanana Gusmão.

#### **A) A DESTRUIÇÃO DA BASE DO SECTOR OCIDENTAL - FRONTEIRA SUL (COVALIMA E ALGUMAS ZONAS DE BOBONARO)**

No segundo semestre de 1977, as campanhas militares indonésias foram intensificadas, causando mais mortes e destruição de géneros alimentícios no interior do país<sup>469</sup>.

Em agosto de 1977, os indonésios lançaram uma nova ofensiva militar de grande envergadura<sup>470</sup>. A ofensiva foi centrada no Sector Ocidental<sup>471</sup>, recebendo o nome de *Operasi Sisir* – Operação Pente, utilizando a artilharia naval e aviação que obrigaram os guerrilheiros a se renderem.

Em Fatumean, os bombardeamentos foram a principal razão da rendição de civis e militares da FALINTIL/FRETILIN. Entretanto, no Sector Leste, os fuzileiros navais organizaram a *Operasi Bedah Mariner 77*, Operação Cirúrgica de Fuzileiros Navais 77 com o objetivo de controlar a estrada entre Quelecai e Uatu-Carbau<sup>472</sup>.

---

<sup>468</sup> Gusmão (1994), *Timor-Leste...*, p. 85.

<sup>469</sup> Comissão (2013), *Relatório...*, Cap. III. História do Conflito, p. 80.

<sup>470</sup> Foreign Affairs on Timor build 'up Australian, 1 de setembro de 1977; James Dunn, *Timor – A People Betrayed*, p. 312, 1983.

<sup>471</sup> O Sector Ocidental abrangia as regiões da fronteira norte, que compreendia Ermera, Liquiçá e algumas zonas de Bobonaro.

<sup>472</sup> Comissão (2013), *Relatório...*, Cap. III, História do Conflito, p. 84.



## **B) A DESTRUIÇÃO DA BASE DE APOIO DO CENTRO LESTE - MONTE MATEBIAN (BAUCAU E VIQUEQUE)**

A evacuação para o Monte Matebian (1978) foi feita mediante sucessivas etapas. Enquanto em Uatu-Lari e Uatu-Carbau as pessoas se mantinham nos seus lugares, as de Ossú, Venilale e Baguia foram gradualmente subindo para o Matebian. Acreditava-se que Matebian era um castelo onde as pessoas se podiam refugiar e travar a luta até atingir a independência. Para esta evacuação, procurou-se armazenar tudo o que era necessário.

Segundo Zeca Parada,<sup>473</sup> a decisão de evacuar para o Matebian foi polémica, na reunião de Ossú, realizada em 1976. Houve dirigentes, como João Menezes, um dos *liurais* de Uatu-Lari, e o Comandante Laikana, que não concordaram, porque traria sacrifícios enormes para a população. Ainda bem que os indonésios não exploraram ao máximo o domínio de Matebian. A população foi chacinada com tiros de morteiros, bazucas e canhões de todos os lados, além de serem fustigados pela aviação. Além do mais, havia também falta de água e de mantimentos. A arma mais temida pela população eram as bombas incendiárias.

O objetivo da evacuação era dar uma educação política ao povo e enviá-lo depois para fazer a resistência nas vilas e continuar com a luta, instruir as populações, consciencializando-as politicamente no envolvimento da luta, treiná-las para produzir comida e fortificá-las psicológica e politicamente para enfrentar o inimigo.

Os indonésios mobilizaram para a Zona Leste 13 batalhões sob o comando de *Resimen Tim Pertempuran 18 KOSTRAD*, Regimento da Equipa de Combate, constituído pelos soldados da elite. Os ataques eram coordenados com a participação de batalhões do KOSTRAD, batalhões de infantaria territorial (externa), batalhões de apoio de combate, fuzileiros navais e força aérea. Um antigo membro do KOSTRAD declarou que, no ataque a Matebian,

“Todas as unidades tinham o seu próprio itinerário e atacaram a partir de numerosas direções. Coordenaram antecipadamente, para evitar disparar uns contra os outros. Planearam o ataque ao mesmo tempo, recorrendo a uma formação em L. Tudo foi feito com ponderação e segurança”<sup>474</sup>.

Os ataques à base de apoio de Matebian começaram com os bombardeamentos intensivos no dia 28 de outubro de 1978. Passado pouco tempo, os aviões começaram a bombardear os arredores da montanha durante o dia e à noite atacavam-nos com canhões, bazucas e morteiros. Havia mortos por todos os lados, mesmo dentro das nascentes existentes, uma em Ossolero, outra em Waibitai. A do Ossolero foi

---

<sup>473</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p.197

<sup>474</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Capítulo III, História do Conflito, p. 86.

depois ocupada pelos indonésios. Podiam-se ver pessoas mortas abraçadas aos garrafões, as *audoras* e *nikos*.<sup>475</sup> Para onde quer que nos deslocássemos, passávamos por cima dos mortos<sup>476</sup>.

Além dos bombardeamentos, os indonésios também escalaram a montanha com o intuito de expulsar as FALITNIL e ocupar o Monte Matebian, onde estavam concentradas as forças.

Os ataques feitos pelos aviões supersónicos foram dos mais perigosos, em comparação com os Zamrud. Apesar dos bombardeamentos intensivos, as FALINTIL conseguiram fazer frente ao invasor.

O primeiro assalto pelos elementos do Pasmarr 7<sup>477</sup> fuzileiros navais, foi em Wibitae, local que dividia as duas montanhas (*Matebian Feto* e *Matebian Mane*), ou seja, Matebian Homem e Matebian Mulher. De manhã cedo, os militares da Indonésia entraram de surpresa no Matebian Mane. Escalaram a montanha pela parte que menos se desconfiava, utilizando cordas, conduzidos pelos timorenses.

Os bombardeamentos indonésios sobre Ketikura duraram um dia e uma noite e deram a entender que eles iriam fazer o assalto ao local. Antes das 8 da manhã, os indonésios entraram e, durante os tiroteios, as FALINTIL conseguiram capturar mais de dez armas e o Comandante do *Hansip*, Júlio Jerónimo, um timorense guia dos indonésios, morreu.

Depois de três horas, voltaram a bombardear Ketikura, a parte mais alta do Matebian. Houve fogo cerrado até à tarde. Apenas conseguiram arrebatar três armas e várias mochilas. Na madrugada seguinte, conseguiram fazer com que as FALINTIL abandonassem o local. À tarde, o Comandante Cosme Coitado morreu. Ao conquistar Ketikura, os indonésios estavam confiantes de que tinham dominado o Matebian. No entanto, as encostas estavam bem vigiadas pelas forças da intervenção comandadas pelos Comandantes Boulessa, Olívio Freitas e Rubi Leki. Foram destacadas duas companhias em Beluli. Mais abaixo do Matebian, estavam duas companhias de Komando de Choque, comandadas pelos Laikana e pelo Comandante Riam/Antoninho, que acabou por morrer. Na zona de Ketikura, combatiam-se os indonésios, utilizando recursos da natureza. Amarravam-se as pedras como os “ái tali”, trepadeiras, e quando os indonésios subiam pela encosta era só cortar as trepadeiras e rolar as pedras ao encontro deles.

Os elementos do batalhão Pasmarr 8, constituído por mais de mil pessoas, tentaram escalar o Monte Matebian. Quem comandava o contra-ataque era o Comandante Laikana, que só tinha disponíveis cerca de 60 armas. Deixou os indonésios entrarem na emboscada guiados por Valente, elemento dos *Hansip*, que foi atingido, acabando por morrer.

De Ketikura, os indonésios do batalhão 308 desceram para o planalto, onde crescia muita couve, que ficou conhecido como *Couvelaram* ou *Couvesaun*, lugar com muitas couves.

---

<sup>475</sup> *Audoras* eram bambus com um ou dois metros de comprimento que a população utilizava para conservar água. *Nikos* também eram bambus, mais bem preparados e mais curtos, apenas com um metro de comprimento.

<sup>476</sup> Sousa (2014), *Vozes...*, p. 233.

<sup>477</sup> *Pasmarr – Pasukan Marinir*, fuzileiros navais.

A batalha deu-se no dia 19 de novembro de 1978. Os indonésios pretenderam dominar a base de apoio de Matebian, como realmente fizeram, mas desconheciam outras localidades estrategicamente favoráveis à guerrilha, como foi o caso de *Couvelaran*. Não calcularam que nos arredores existiam forças da resistência.<sup>478</sup> O guia dos indonésios foi Tomás da Cruz. Entraram de manhã utilizando cordas, passaram por outro lado do Bermeta e foram para o vale *Couvelaran*. As FALINTIL tomaram posições nos corredores do vale e os elementos que estavam na parte extrema da área começaram a disparar alguns tiros para os atrair para o vale, o que veio a acontecer. Os que estavam nos dois corredores, enquanto as forças ocupantes entravam, não atacaram. Quando a companhia dos soldados indonésios se encontrava dentro do vale, as FALINTIL atacaram em três frentes: nas duas alas e na parte frontal. O combate durou três dias. O guia, Tomás da Cruz, foi ferido. A situação, na altura, era de grande pânico e pressão.

Juntamente com os indonésios, estava o Cabo Manuel Oliveira, um polícia do exército português, comandante de uma região. Foi ao Matebian com um altifalante, gritando e apelando à população para se render. Como me conhecia, gritou pelo meu nome<sup>479</sup>.

“O inimigo avançou. e embora houvesse explosões, mortes, bombardeamentos choros e recuos, a população estava calma, talvez resignada, talvez verdadeiramente preparada para morrer ali. As forças recuavam e o inimigo infiltrava-se. Numa madrugada, fui acordado por um altifalante chamando o meu nome: “Adjunto Xanana, não precisa continuar a combater. Diga à população para se render! “Uma frente de Uatu-Carbau progredira de noite e ocupara um ponto estratégico”<sup>480</sup>.

Havia duas entradas: uma era uma ponte natural, uma passagem estreita que tinha o cumprimento de uns três metros; outra era um pequeno estreito que dava entrada para Bermeta. Foi por esse caminho que os indonésios entraram e depois a resistência destruiu-a. Existia uma fonte *Be Lulic*, ou seja, uma fonte sagrada e encontrava-se muita população nesse lugar, onde foi dada a ordem de retirada para outro lugar.

Em *Couvelaran*, deu-se a grande batalha, talvez a maior durante toda a ocupação indonésia. Essa batalha foi travada no dia 19 de novembro de 1978 e durou três dias.<sup>481</sup> Paulo Amaral, um dos combatentes nessa batalha, relatou que, no ataque contra o exército da ocupação, houve baixas consideráveis da parte do exército indonésio, comprovado pela existência de uma grande quantidade de mochilas recolhidas, como também as 225 armas que o indonésios deixaram.

A base de apoio do Matebian caiu em poder do inimigo no dia 22 de novembro de 1978.

---

<sup>478</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 250.

<sup>479</sup> *Idem, ibidem*, p. 202, 2014.

<sup>480</sup> Gusmão (1994), *Timor-Leste...*, p. 39.

<sup>481</sup> Sobre o combate em *Couvelaran*, cf. Domingos de Sousa (2014), *Vozes da Resistência Timorense*, entrevista com Paulo Amaral “Mau Kiak”, pp. 246-250 e José Parada, pp. 201-202.

No ataque ao Matebian, os indonésios fizeram uma limpeza total. Queimaram e destruíram tudo o que encontravam pela frente. Toda a riqueza que o povo tinha, como bens pessoais e animais, foram todos dizimados. A única possibilidade de salvar os animais era matá-los e comê-los. Mas eram incapazes de comer tanto animal em tão pouco tempo sem haver desperdício<sup>482</sup>.

### **C) A DESTRUIÇÃO DA BASE DE APOIO DO SECTOR DO CENTRO SUL – MANUFAHI E AINARO**

Em 1978, as Bases do Centro Sul: Manufahi e Ainaro foram totalmente destruídas. Nesse mesmo ano o ocupante fez o cerco a Dolok (Alas Manufahi). Muita gente morreu de fome, relatou Maria José da Costa, que se encontrava na base do Sector do Centro Sul, em Alas. Todos os géneros alimentícios armazenados foram queimados. Atacaram a população por mar, com aviões, e por terra, queimando o capim seco. O exército ateou grandes fogos, encharcando o capim com gasolina. Muitas pessoas não conseguiram escapar do fogo que as rodeava<sup>483</sup>.

Os indonésios também lançaram um ataque à região Central durante a estação da chuva, no primeiro semestre de 1978.<sup>484</sup> Atuaram sob o comando do *Resimen Tim Pertempuran 11* (RTP), ou seja, Regimento de Equipas de Combate 11. Atacaram Same-Cablaque e Fatuberliu. Depois de bombardearem Cablaque, dirigiram-se para Dululau e Mamelau. Quatro aviões atacaram utilizando foguetes e canhões<sup>485</sup>.

### **D) A DESTRUIÇÃO DA BASE DE APOIO DA FRONTEIRA NORTE – ERMERA, LIQUIÇA E ALGUMAS ZONAS DE BOBONARO**

Essa foi a última base de apoio a ser destruída no dia 16 de Fevereiro de 1979. O povo rendeu-se sob as ordens do Adjunto Rui Fernandes e do Comandante do Sector da Fronteira Norte, Filomeno da Paixão de Jesus<sup>486</sup>.

O ataque a Fatubessi provocou uma divisão na liderança local da FRETILIN. No início de fevereiro, deu-se a rendição de uma facção, enquanto os que recusaram foram perseguidos.

No sul da região de Manatuto, os fuzileiros, apoiados pela aviação, levaram a cabo a operação *Pembersihan* – Operação Limpeza.

---

<sup>482</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 196.

<sup>483</sup> *Ibid...*, 84-855.

<sup>484</sup> *Idem, ibidem*, p. 84.

<sup>485</sup> *Idem, ibidem*, p. 85.

<sup>486</sup> Comissão (2006), *Relatório...*, Cap. V, Resistência: Estrutura e Estratégia, pp. 26-27.

No entanto, houve redução das tropas indonésias em Timor-Leste devido às operações em Irian Jaya, Kalimantan Ocidental e Aceh e também devido às eleições legislativas em maio de 1977 – 15.000 soldados tinham sido evacuados do território de Timor-Leste<sup>487</sup>.

Entre 1979 e 1980, os grupos guerrilheiros que se espalharam foram concentrar-se de novo em Cablaque, onde formaram uma companhia para continuar a luta, combatendo em guerrilha e organizando as atividades da clandestinidade. Xanana Gusmão veio da Ponta Leste e foi até Cribas, Manatuto, Fatuklaram, na zona de Barique. Mandou um destacamento à procura dos elementos da resistência em Same, liderado pelo Comandante José Henrique de pseudónimo Kossusu, natural de Uatu-Lari e o Adjunto Nahak. Encontraram-se com as forças de Same na região de Subolo em Hatu-Udu, e concentraram-se em Bua-Fu, no sopé do Monte Cablaque. Lá, formou-se uma força mista, constituída pelas duas forças e foram à procura do Comandante Ferraz, em Mane Lau. Conseguiram encontrar-se com as forças do Comandante Ferraz, trouxeram-nas e concentraram-se em Bua-Fu com mais de cem armas. De Bua-Fu foram a Barique, passando por Mane Hat<sup>488</sup>.

A campanha do Cerco e Aniquilamento (1979), segundo o Comandante Riak Leman, conseguiu destruir a Base de Apoio. Ele conseguiu sair com os seus colegas com uma G3 e foi parar a Cablaque. Entretanto, soldados da Brigada de Choque e da Força de Intervenção juntaram-se a eles e formaram uma companhia. Grande parte da população foi apanhada, incluindo muitos elementos das FALINTIL. Alguns foram presos, outros renderam-se e muitos membros do Comité Central morreram.

Com a morte de Nicolau Lobato, os sobreviventes do Comité Central pretenderam reunir-se de novo para levar a luta para a frente, contudo, não se conseguiu devido ao ataque do Cerco e Aniquilamento que foi muito forte. Após várias lutas renhidas o Comandante José Cirilo, de pseudónimo Maubrani, que comandava um batalhão, foi morto, juntamente com muitos soldados na área de Bessusu, na zona de Alas, próximo da praia. José Cirilo veio do Centro Leste com uma força de um batalhão para dar segurança aos membros do Comité Central, que iam ter uma reunião. Vieram na companhia de Vicente Reis, o Comissário César Mau Laka, da Fronteira Sul, o Adjunto Feliciano Mau Siri, o Adjunto José Maria, o Ministro Kakuk, Eduardo dos Santos e o Vice-Presidente António Duarte Carverino Mau Lear, líder da Região Leste, capturado e morto em fevereiro de 1979. Todos morreram ali, com exceção de Vicente Reis, de pseudónimo "Sahe", que fugiu para Natar Bora. Contudo, viria a morrer aí devido a um tiro que o atingiu na perna esquerda. O Comandante André Viegas testemunhou que, em Alas, os indonésios, depois de capturarem os homens da resistência, aos que se rendiam, cortavam-lhes o tendão de Aquiles. Havia uma brigada que vinha escoltar Vicente Reis, acompanhado pela sua mulher, Dulce Cruz, e pelo enfermeiro Eduardo. Ao chegar a Alas, Hatu Waki, seguiram em direção ao mato, e deixaram-no lá, mais a sua mulher e dois homens da força. Como a perna se gangrenou, o enfermeiro Eduardo teve de a amputar

---

<sup>487</sup> Comissão (2006), *Relatório...*, Cap. III, História do Conflito, p. 81.

<sup>488</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 536.

com uma faca, mas Vicente Reis não conseguiu sobreviver. Aí morreram muitas pessoas subjugadas pelas forças do Batalhão 745. Havia crianças que estavam a ser amamentadas pelas mães já cadáveres.<sup>489</sup> No dia 26 de março de 1979, foi dada por terminada a Operação *Seroja* e as ABRI declararam que Timor-Leste estava pacificado<sup>490</sup>.

No início de 1979, uma delegação dos Estados Unidos visitou Timor-Leste, programada pela Indonésia. A conclusão da delegação foi solicitar a retirada da acusação da violação dos direitos humanos pela Indonésia.<sup>491</sup> Os americanos ajudaram a Indonésia com aviões de caça. Em janeiro de 1977, os Estados Unidos anunciaram a venda de 16 Caças F5, um esquadrão de combate A4 e uma unidade de carabina M-16; o Reino Unido, por sua vez, anunciou a sua intenção de fornecer aviões *Skyhawk*, fornecendo a Austrália helicópteros e aviões de transporte<sup>492</sup>.

#### 5.4.10. A RENDIÇÃO

A rendição após a destruição das zonas libertadas foi uma das grandes viragens que a FRETILIN fez na sua política,<sup>493</sup> facto que os soldados não permitiram que se falasse e não gostavam de ouvir esclarecimentos daquele género porque foram mentalizados a nunca se renderem mas resistir até à morte.<sup>494</sup> Contudo, “os guerrilheiros da parte leste da ilha eram, aparentemente, os mais expostos, pois quase todos contactavam já regularmente os familiares”<sup>495</sup>. Antes da destruição das zonas libertadas, o Comité Central da FRETILIN tinha tomado a decisão que os civis se deveriam render e que apenas os soldados se manteriam no mato para prosseguir a guerra de resistência. Jacinto Alves confirmou que, quando ocorreu o Cerco e Aniquilamento, o Comité Central se apercebeu de que seria melhor que o povo se rendesse. A decisão foi tomada quando os ataques se tornaram intensivos.<sup>496</sup> O Comité Central, considerando que a guerra iria ser continuada pelas FALINTIL, definiu que era necessário que o povo continuasse a dar-lhes ajuda. Benvinda Lopes, administradora da Organização Popular da Mulher Timorense, testemunhou a decisão tomada a 23 de dezembro de 1978, informando os Comandantes Kalisá e Moseskin de que era melhor que as pessoas se rendessem porque a guerra seria longa, e que, embora

---

<sup>489</sup> *Ibid*, pp. 84-85.

<sup>490</sup> Comissão (2006), *Relatório...*, Cap. III, História do Conflito, p. 88.

<sup>491</sup> *Idem, ibidem*, p. 84.

<sup>492</sup> *Idem, ibidem*, p. 82.

<sup>493</sup> Essa política gerou muitas críticas porque em 1975 a rendição significava traição, levando à morte várias pessoas e, ultimamente, era considerada estratégia da luta.

<sup>494</sup> Anteriormente, se falou de que a rendição era uma traição e muita gente morreu devido às acusações de contacto com os que viviam na vila. Foi uma mudança total da luta e os soldados não estavam dispostos a isso, pensando que fosse uma armadilha preparada pela liderança.

<sup>495</sup> Gusmão (1994), *Timor...*, p. 43.

<sup>496</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Capítulo V, Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 27

fossem trabalhar com os indonésios, não se esquecessem das FALINTIL, devendo procurar sempre meios de os contactar<sup>497</sup>.

A rendição não significava a aceitação da Integração, como foi proposta pelo Francesco Canalini, refletindo a opinião da Santa Sé, que procurou convencer os guerrilheiros a aceitar a integração através da rendição<sup>498</sup>.

Henrique Belmiro, um guerrilheiro, referiu que, como a situação cada vez se tornava mais apertada, fez-se uma reunião entre o vice primeiro-ministro, António Carverino, o primeiro ministro Nicolau Lobato e Vicente Reis. Apelou-se ao povo para se render, porque era impossível enfrentar o inimigo. Disseram aos populares que regressassem para as suas aldeias e que levasse consigo aquilo que deles aprenderam. A guerra era um peso que tinha de ser suportado por todos.

“Estamos completamente cercados por todos os lados. Já não temos mais espaço, nem pelo mar para a Austrália, além de estarmos cercados pela frota indonésia, barcos e submarinos. Separamo-nos aqui, e cada um regresse à sua terra. Aquilo de bom que aprendestes connosco é como a semente que ides plantar, se é um peso, todos juntos acarretamos”<sup>499</sup>.

Antes da tomada de decisão sobre a rendição, houve divergências sobre a condução da guerra: rendição ou não rendição. Além de enfrentar as grandes ofensivas indonésias, começaram a surgir no seio da FRETILIN divisões internas que levaram à execução do Sargento Aquiles em 1976 e de Francisco Hornai em Iliomar.

A divisão de opiniões levou à queda do presidente Xavier do Amaral, em agosto de 1977. Na entrevista com Francisco Xavier do Amaral, na sua residência em Lecidere, Díli, em junho de 2008, este esclareceu que apresentou a ideia da rendição dos civis a Nicolau Lobato e disse-lhe que deixasse os homens fortes e jovens na montanha para continuar a guerra e pediu para que os idosos, os aleijados e as crianças com menos de dez anos regressassem para as vilas e se rendessem. Nas vilas, eles podiam ajudar os guerrilheiros com medicamentos e comida. Assim, a guerrilha não estava apenas nas montanhas e no mato, mas também nas cidades e vilas<sup>500</sup>.

Nicolau Lobato foi informado pelo Comité Central em junho de 1976 e não concordou com a ideia. Apanharam alguns elementos afetos ao presidente Xavier do Amaral e acusaram-nos de traidores e de que Francisco Xavier do Amaral mandara o povo render-se para que no futuro, quando se rendesse, eles lhe dessem um cargo de general ou ministro. Esta era a acusação contra Xavier do Amaral<sup>501</sup>.

---

<sup>497</sup> *Idem, ibidem*, p. 27.

<sup>498</sup> *Idem, ibidem*, p. 70.

<sup>499</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 369.

<sup>500</sup> *Idem, ibidem*, pp. 35-36.

<sup>501</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. III. História do Conflito, p. 83.

Em 1977, em Laline, no subdistrito de Lacluta, distrito de Viqueque, na aprovação da autodependência pelo Comité Central da FRETILIN, Francisco Xavier do Amaral não compareceu na reunião. Anteriormente, ele já mostrava atitudes de que não concordava com a nova ideologia a ser implantada em Timor-Leste. E, por isso, em setembro de 1977 foi preso<sup>502</sup>. Nicolau Lobato assinou um despacho de prisão de Francisco Xavier do Amaral com as acusações de ser um “derrotista, traidor, corrupto, poligâmico, sabotador, autoritarista, feudalista, assassino e criador de um movimento para minar a FRETILIN”<sup>503</sup>.

No dia 20 de maio de 1978, Nicolau Lobato, no seu discurso, tentou manter e fomentar a Unidade Nacional, debaixo das pressões sofridas e, ao mesmo tempo, foi uma ameaça aos traidores, aos que tentavam colaborar fanaticamente com o inimigo, que eram considerados como não fazendo parte do povo maubere, inimigos do povo, traidores da pátria: “A nossa unidade ideológica proclamada só será autêntica quando a materializarmos”<sup>504</sup>.

No dia 16 de outubro de 1977, Nicolau Lobato foi eleito presidente, em substituição de Xavier do Amaral, cuja detenção marcou o início de uma luta política dentro da FRETILIN. Houve execuções públicas, muita gente detida, maltratada e forçada a dar informações sobre outras pessoas. Qualquer pessoa que fosse suspeita de ter relações estreitas com Xavier do Amaral ou de colaborar com militares indonésios era detida e presa. Segundo disse ao autor da Tese, o Comandante Hamar, Antoninho Baptista Alves, diretor Executivo e Presidente AMRT I.P. em Díli, em setembro de 2014, que um guarda-costas de Francisco Xavier do Amaral foi queimado vivo. Francisco Xavier do Amaral foi preso, espancado e maltratado.

Segundo o próprio Francisco Xavier do Amaral, primeiro dividiram os comandos, de tal maneira que era difícil comunicarem entre si, só depois tencionaram prendê-los. No entanto, prenderam-no, puseram-no na cadeia, isolaram-no da população e colocaram-no no “bairia”, numa cova e cobriram-na com troncos e pedras. A cova tinha um metro acima do prisioneiro. Não havia nada lá dentro, sem quaisquer condições de higiene Ficou nesse buraco durante uma semana, até que foram assaltados numa madrugada pela companhia de caçadores de Baucau. Eram mais de oitenta presos, cada qual no seu buraco e nalguns buracos havia dois ou três presos. Havia falta de comida. Se houvesse, comia-se, mas se não houvesse, não se comia. Problemas individuais ou vinganças privadas eram também motivos para uma pessoa ser acusada e condenada<sup>505</sup>.

A morte de muitos soldados indonésios no Matebian criou nos indonésios um forte sentimento de retaliação. Na rendição, muitos foram massacrados em Lakudala, no sopé do Matebian.

---

<sup>502</sup> *Idem, ibidem*, p. 83.

<sup>503</sup> *Idem, ibidem*, p. 83.

<sup>504</sup> *Idem, ibidem*, p. 86.

<sup>505</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p.37



Após o desmantelamento das bases de apoio, muita população se rendeu. Essa rendição constituiu uma das maiores tragédias humanitárias da guerra da ocupação.

Vários elementos que se renderam foram executados. Segundo Paulo Amaral, os prisioneiros que estavam encarcerados no Flamboyan e no Clube em Baucau eram cerca de 400 pessoas. Todas as noites, um prisioneiro era retirado e, após soltarem todos os que se encontravam no Clube.<sup>506</sup> foram encarcerados em Flamboyan (Pousada de Baucau). Lá fez-se o saneamento e foram eliminados os considerados como mais responsáveis. Ficaram apenas cerca de 260 pessoas. Após um novo saneamento, o número foi reduzido. Depois de outro saneamento, o número ficou ainda mais reduzido, restando apenas os comandantes e secretários de zonas, que foram levados para o *Resimen Tim Pertempuran*, Regimento da Equipa de Combate em Teulale, Baucau. Aí ficaram Paulo Amaral, Sola, o Comissário Político Juvenal Inácio, Serikei, Domingos Torres, Chico Marques e Chico Burlaco.

A morte dos prisioneiros era uma ordem do *MARKAS*, Quartel General, segundo um telegrama, no qual um capitão indonésio de nome Tomás, KASII (Chefe da Secção da Inteligência I), deu a conhecer uma mensagem que referia que os dirigentes do “Bando de Perturbadores de Segurança da FRETILIN”, com idade superior a 25 anos, deveriam ser todos decapitados, enquanto para os que tinham menos de 25 anos seria ponderada a sua execução; podendo ficar livres caso não se encontraasse nada neles<sup>507</sup>.

Após a declaração, de manhã bem cedo, Juvenal Inácio foi levado no carro; a seguir a ele foi a vez de Maria Goretti, muito activa na clandestinidade e filha do enfermeiro Humberto. Depois dela, foi o Adjunto Sola. Passados três dias, Gastão de Sousa foi chamado para voar (deveriam ter utilizado o helicóptero), mas devido à intervenção de uma tia que tinha boas relações com um capitão, Gastão foi libertado. Depois disso, foi a vez de Laikana, que não estava castigado com os outros prisioneiros. Ele foi morto num posto chamado Abafala, local onde se rendeu com cerca de 170 armas. Mataram-no, abrindo-lhe a pele como se faz aos cabritos e depois mataram também os soldados de João Branco, que se rendeu com 64 soldados armados. Foram desarmados em Teulale e levados para a caserna. Os 64 soldados que se renderam foram levados de carro, um a um.

Das 57 pessoas presas no Hotel Flamboyan e levadas para Teulale só sobreviveram 27, entre elas estava Fernando Sandocan, que morreu recentemente. De Vemasse sobreviveram sete pessoas. Domingos Torres foi levado no carro do Batalhão 202 mais um primo de Paulo Amaral chamado Jeremias Amaral, delegado do Comissariado.

Os que vieram de Matebian e sobreviveram eram Gaspar, Zeferino, Salustiano e Miguel Naha Dasi. A história do Matebian acaba aqui<sup>508</sup>.

---

<sup>506</sup> O “Clube” era um edifício público para encontros e outras atividades. Hoje, está entregue à diocese de Baucau.

<sup>507</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, pp. 257-258.

<sup>508</sup> *Idem, ibidem*, pp. 259-260.

Segundo Padre Locateli, na rendição, os líderes ficaram no mato. Alguns assistentes tinham contacto com eles e vários se entregaram. Contudo, nunca mais viu esses rapazes. Contaram depois que os levaram para Quelecai de helicóptero e lá os assassinaram. Depois apregoavam para que ficassem no mato, com o pretexto de que não os podiam defender.<sup>509</sup> Entre os elementos do grupo de *Nanggala*, boinas vermelhas e Infantaria, também existiam interesses pessoais, que muito prejudicavam os timorenses. Os que se rendiam aos de *Nanggala*, quando esses se iam embora, os de Infantaria, que iam substituí-los, mandavam-nos matar. Foi o caso de Jacob Reis e José Martins, em Ossú. Renderam-se aos de *Nanggala* e, quando terminaram a comissão, os soldados do Batalhão 202, de Java, mataram-nos. Em Viqueque, o chefe da secção I, de nome Iriani mandou prender Teotónio, Miguel, Mário Miranda e Daniel Sarmento. Foram mortos em Ossú e lançados na fossa das Madres Canossianas juntamente com Saloy, Nahakay, Seguiloy Jacob Reis<sup>510</sup>.

Um grande número dos que desceram do Matebian foi morto em Lakudala, junto do Matebian; outros eram lançados pela ribanceira abaixo e acabaram por morrer nos precipícios<sup>511</sup>.

Havia timorenses que ajudaram os indonésios a matar os próprios timorenses. Os problemas pessoais entre as etnias timorenses também tinham impacto sobre os que se rendiam. Assim, os de dialeto *naueti*, que conheciam e definiam como seus inimigos os do dialeto *Makassae*, faziam intrigas aos indonésios para os apanhar e matar. A maioria da população de Naueti estava enfileirada na APODETI e muitos de *Makassae* na FRETILIN. Esses últimos foram denunciados aos indonésios, que os levaram e nunca mais se soube deles.<sup>512</sup>

Luís da Costa, que se rendeu em Barique no dia 13 de março de 1979, declarou sobre a tragédia da rendição e dos cinco que se renderam com ele; só ele escapou, os outros foram todos assassinados.<sup>513</sup>

#### **5.4.11. CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO**

Os que se renderam foram metidos em campos de reinstalação, mais conhecidos como campos de concentração, sem medicamentos, nem alimentos. O objetivo era impedir a população de comunicar com as FALINTIL e, assim, cortar o apoio dos civis aos guerrilheiros. Esses campos de concentração eram vigiados por militares e pelos elementos dos *Hansip*, guardas civis<sup>514</sup>. O número dos deslocados que foram enviados para os campos de concentração atingiu a cifra de 370 mil pessoas,<sup>515</sup> mais de metade da população timorense na altura.

---

<sup>509</sup> *Idem, ibidem*, p. 128.

<sup>510</sup> *Idem, ibidem*, p. 238.

<sup>511</sup> *Idem, ibidem*, p. 260.

<sup>512</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, pp. 236-237.

<sup>513</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Capítulo III, *História do Conflito*, p. 90.

<sup>514</sup> *Idem, ibidem*, p. 90.

<sup>515</sup> *Idem, ibidem*, p. 91.

Fizeram uma reunião em Muapitine, organizaram uma festa com batuques para matar os condenados. Estavam presentes todas as autoridades: o Administrador Cláudio, os chefes do posto, os chefes do suco e a população de Muapitine, que foi chamada para presenciar a festa do linchamento dos três condenados<sup>516</sup>.

Criaram-se vários campos de concentração, sendo o mais importante na ilha de Ataúro, para onde, em 1983, foram desterrados mais de cinco mil timorenses, homens, mulheres, crianças e famílias inteiras, pela simples razão de possuírem familiares seus no mato e, por isso, ter sido considerado como necessário separá-los. Além de Ataúro, os militares também queriam outras localidades de concentração, como o campo de Marco em Cailaco, e Loes, em Atabae, que albergavam os desterrados de Leste e de Mausiga, Ainaro, considerados os piores desterrados, porque ao deixar Cailaco não regressaram para as suas terras, mas para Bonuc, uma nova localidade do desterro, situada na planície do Tasi Mane, a sul de Ainaro<sup>517</sup>.

Havia localidades que eram escolhidas para o assassinato das pessoas, como Lakudala, no sopé do Matebian, Quelecai, *Jakarta ke 2*, como foi mencionando anteriormente, Segunda Jacarta em Ainaro, nos arredores de Díli, Tacitolu, as três lagoas na parte Ocidental de Díli e Areia Branca, mais especificamente em Bekari, onde foram encontrados recentemente restos mortais e ossos num poço,<sup>518</sup> na Lagoa de Maubara, We Nore, a sul de Laleia, entre outros. Não havia conhecimento externo, porque era proibida a entrada de organizações estrangeiras.

## 5.5. CERCO, ANIQUILAMENTO E OPERAÇÕES MILITARES

Após o Parlamento Indonésio ter aprovado a lei que integrava Timor-Leste na Indonésia, no dia 17 de julho de 1976, e depois de controlarem a maior parte das cidades de Timor,<sup>519</sup> foi criado o *Komando Daerah Pertahanan dan Keamanan Timor-Timur (Kodahankam Timor Timur)*, Comando Regional de Defesa e Segurança de Timor-Leste, entre agosto de 1976 e outubro de 1978. O comando estava sob a chefia do General Dading Kalbuadi. A operação que funcionava nessa altura ainda era a Operação Conjunta, ou seja, Operação *Seroja*, cujos objetivos principais eram:

1. Estabelecimento de alicerces para Orientação e Desenvolvimento da Defesa e Segurança de Timor-Leste até ao Final do Segundo Plano de Desenvolvimento Quinquenal em 1979;
2. Implementação da Política de Orientação e Desenvolvimento da Defesa e Segurança Nacional. Foram estabelecidos sectores militares como:

---

<sup>516</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 395.

<sup>517</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, pp. 242-243.

<sup>518</sup> Esse caso foi declarado pelo Chefe da Aldeia, Pedro, cuja família possui o dito terreno.

<sup>519</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. III *História do Conflito*, p. 74.

- 2.1. Komando Resort Militer (KOREM)/Comando Militar Sub-Regional<sup>520</sup>;
- 2.2. Komando Distrit Militer (KODIM)/Comandos Militares Distritais;
- 2.3. Komando Rayon Militer (KORAMIL)/Comandos Militares Subdistritais;
- 2.4. O Destacamento da Polícia Militar para Díli e outros centros urbanos importantes.

O motivo dessa operação era que, segundo as Forças da Ocupação (ABRI), alcançaram a vitória militar em Timor-Leste<sup>521</sup>.

Além dos objetivos administrativos proclamados alcançados, continuavam com o objetivo do aniquilamento da resistência armada. Para isso, estabeleceram os seguintes objetivos: eliminação do *Gerombolan Pengacawan Keamanan (GPK)*, Bando de Perturbadores de Segurança; manter e consolidar a segurança; apoiar a normalização da segurança civil; destruição das últimas bases da FRETILIN: Matebian, 22 de novembro de 1978; Kablaki, Same, janeiro de 1979; Fatubessi, Ermera, fevereiro de 1979; Alas, março de 1979. Além dos objetivos mencionados, também conseguiram assassinar Nicolau Lobato no dia 31 de dezembro de 1978.

Esta operação estava sob o *Komando Operasi Gabungan Seroja (KOGASGAB)*, Comando da Força de Intervenção Conjunta da Operação *Seroja* do Ministério da Defesa e Segurança e transferido para o KOWILHAN II, Comando Regional II.

Os objetivos da operação eram a destruição do *Gerombola Pengacawan Keamanan (GPK)*, Bandos Perturbadores da Segurança; isolar Timor-Leste e a reabilitação de infraestruturas e normalização das atividades da população. Essa operação foi estabelecida como fim da Operação *Seroja*.

As bases de apoio e a liderança da FRETILIN foram praticamente esmagadas e destruídas pelas campanhas de aniquilamento a 22 de novembro de 1978. Os sobreviventes, em grupos isolados, fizeram uma tentativa de reorganização. Apenas três membros do Comité Central da FRETILIN sobreviveram: Xanana Gusmão, Mau Hunu e Mau Hudu, que escaparam para a Zona Leste.

Nas diversas zonas reagruparam-se em companhias chefiadas por um comandante da zona, cuja maioria eram sargentos provenientes das Forças Armadas Portuguesas. Em cada zona havia entre uma e

---

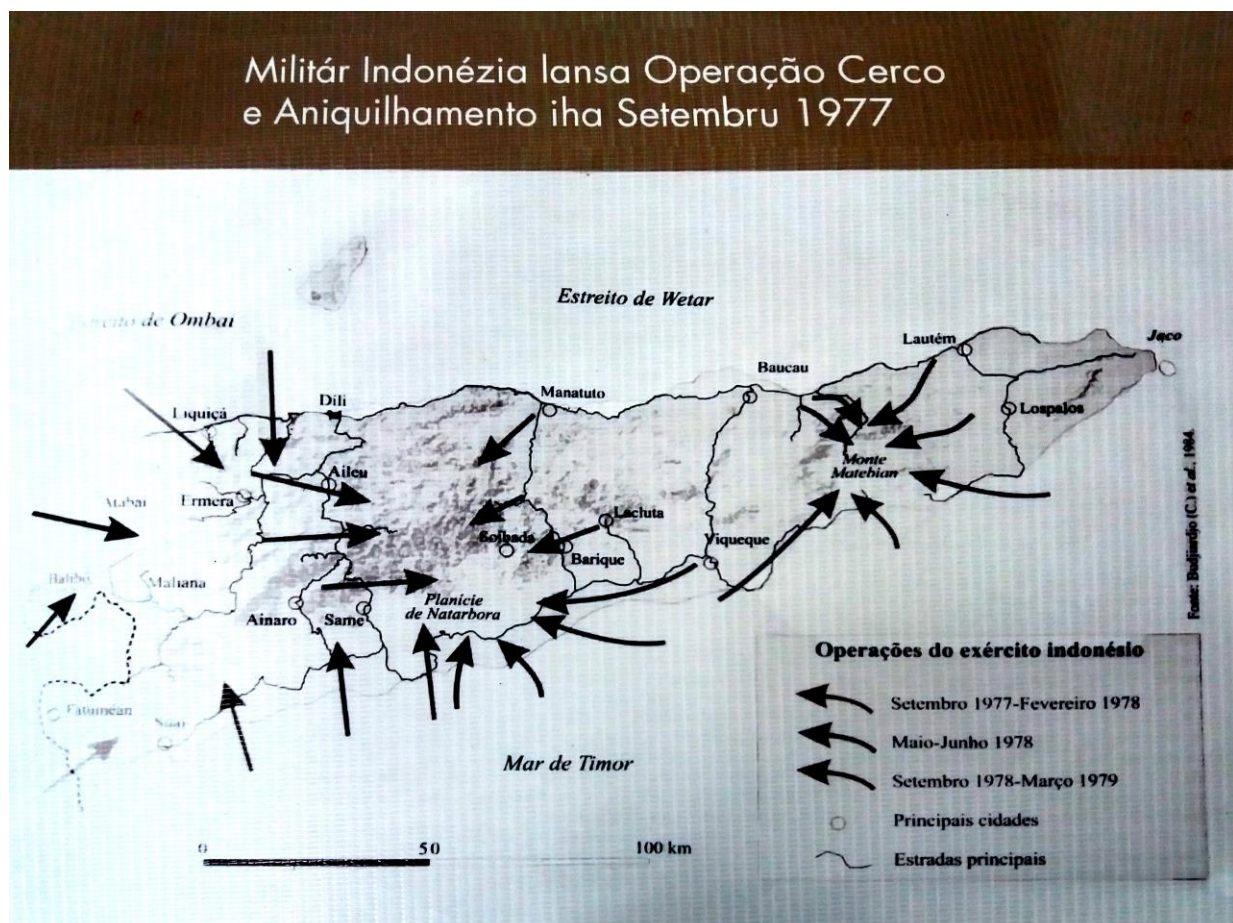
<sup>520</sup> Em fevereiro de 1977, a organização do Comando Regional colocou os 8 *KODIM* sob o Comando de *KOREM*, enquanto os outros cinco operariam independentemente e responderiam diretamente ao Comando de Defesa Regional. No entanto, o Comando Militar Subregional só funcionou em março de 1979 e, por isso, dependiam do comando e do controlo direto de um Comando de Defesa Regional entre outubro de 1978 e março de 1979 do Comando da Força de Intervenção *Seroja (KOGASGAB)*. O Comando de Defesa Regional destacou os *Resimen Tim Pertempuran (RTP)*, Regimentos de Equipas de Combate, nas áreas de operação. No final de 1976 e início de 1977 foram colocados: RTP 16 para o Sector B; RTP 13 para o Sector C; RTP 15 para o Sector D. Além dos batalhões de combate: artilharia, cavalaria, engenharia e outras tropas especializadas. No Comando da Defesa Regional estava também incluída a *Satuan Tugas* ou *Badan Pelaksanaan Inteligen*, Força dos Serviços de Informação, com o objetivo de represálias.

<sup>521</sup> Incluía as ilhas de Bali (*Nusa Tenggara Timur*), as ilhas da Indonésia Oriental (*Nusa Tenggara Barat*), as ilhas da Indonésia Ocidental e Bali.

quatro companhias e cada uma era composta por quatro pelotões. As companhias encontravam-se subordinadas ao controlo do Estado-Maior das FALINTIL.

Na parte leste da ilha, a operação do Cerco e Aniquilamento, Operação de Segurança – Operasi Kikis, começou em meados de 1981, partindo da parte mais oriental da ilha, Tutuala, marcharam em direção a oeste, tomando a direção até formar uma linha com as aldeias de Com-Raça-Lospalos-Iliomar e seguiram em direção Norte-Sul. Não conseguiram capturar os elementos das FALINTIL, apenas apanharam pessoas que viviam no mato e que depois eram executadas. Segundo a declaração de um *Tenaga Bantuan Operasi* (TBO), elemento das forças de apoio da operação, cinco pessoas foram capturadas e executadas próximo de Cacavem, em Iliomar<sup>522</sup>. Era uma força conjunta entre militares e dezenas de milhares de civis que, sem aviso prévio, eram recrutados para seguirem os militares. O cerco consistia em três linhas/anéis que formavam um cerco de pernas humanas (*pagar betis*), com o objetivo de capturar líderes da FRETILIN, especialmente Xanana Gusmão.

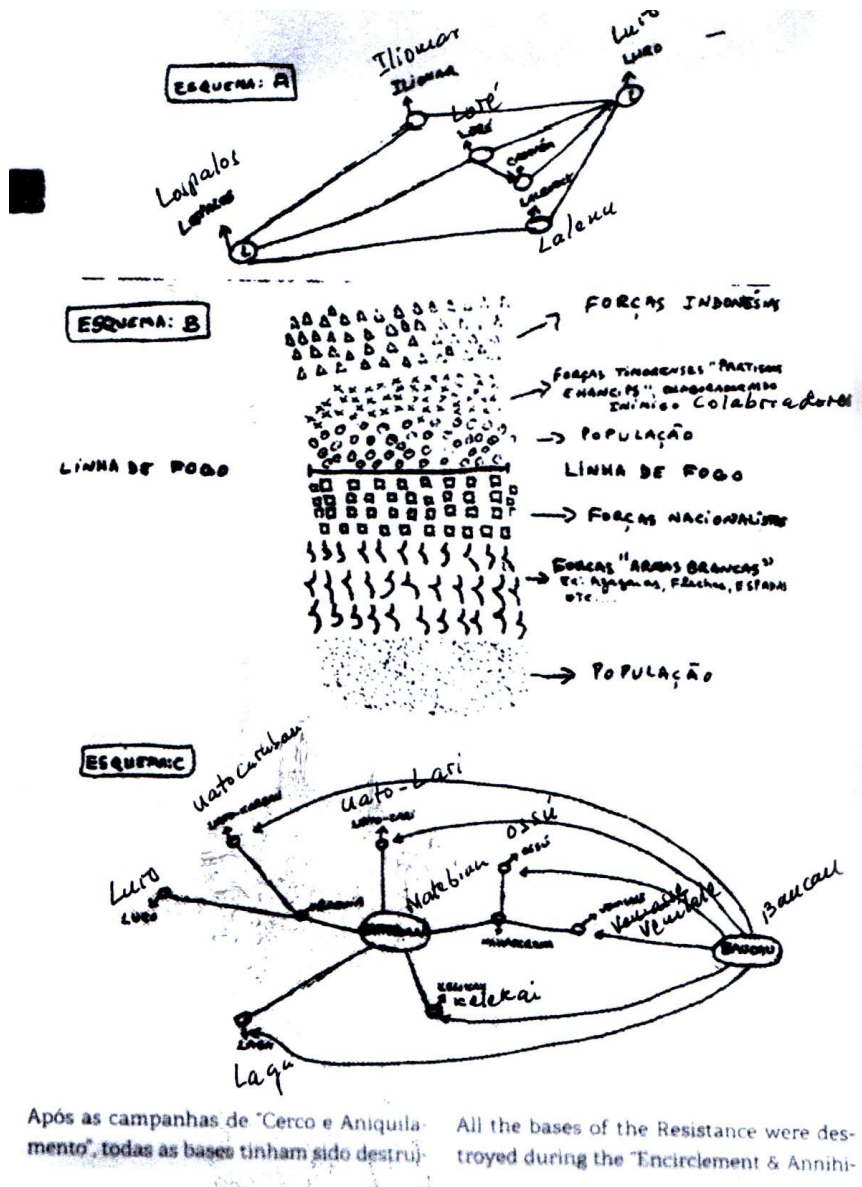
Imagem 6 – Operação Cerco e Aniquilamento lançada pelos indonésios em setembro de 1977



Fonte: AMRT

<sup>522</sup> Comissão (2001), Relatório..., Cap. III, História do Conflito, pp. 98-99.

Imagem 7 - Os três esquemas da operação, Cerco e Aniquilamento



Fonte: AMRT

Do exército de ocupação, segundo o Esquema B, o primeiro grupo a enfrentar a linha de fogo era composto pela população, o segundo por forças timorenses “partisans” e o último era constituído por tropas indonésias.<sup>523</sup> Do exército de libertação timorense, o primeiro grupo era contituido pelas forças nacionalistas, o segundo por forças munidas de arma branca e no terceiro lugar estava a população.

O cerco recebeu também o nome de *Operasi Keamanan*, Operação de Segurança. Também era denominada *Operasi Ganesha* ou *Operasi Kikis*, ou seja, Limpeza Final, conhecida na Indonésia por

<sup>523</sup> *Idem, ibidem*, pp. 229, 2006.

Pagar Betis ou Cerco de Pernas.<sup>524</sup> Era composta por 15 batalhões de doze mil efetivos vindos de fora de Timor-Leste, além de tropas suplementares em funções de combate.

Foram recrutados timorenses entre os 12 e os 35 anos, inclusive mulheres. Num documento militar de 1982 declarou-se que participaram cerca de 60 mil civis, além dos elementos da Warna e Ratih. Fontes dos fuzileiros indicam uma participação de 8 batalhões com cerca de 120 mil milícias, deslocando-se de leste para oeste e 7 batalhões com 25 mil membros de milícias integrados de oeste para leste. Foram recrutados jovens de todos os distritos da parte ocidental do país e obrigados a concentrarem-se no município de Aileu, onde foram organizados em grupos, tomando diversas direções, em perseguição dos elementos da guerrilha, empurrando-os para Aitana, em Lacluta, subdistrito de Viqueque. Lá, permaneceram durante três semanas à procura de guerrilheiros<sup>525</sup>.

O exército recrutou crianças e homens nas aldeias e levou-os para as regiões onde a cerca das pernas devia começar. Eram organizados em pequenos grupos e, marchavam à frente dos soldados, procurando nos campos os quadros da FRETILIN. Contudo, muitos soldados da resistência e dos quadros da FRETILIN, com a ajuda dos próprios timorenses, esquivavam-se, escondiam-se ou levavam os militares para zonas longe dos seus acampamentos.<sup>526</sup> “Era uma mobilização de massa de cidadãos comuns, que não tinham nenhuma preparação para a guerra, recrutados e obrigados a seguir as forças indonésias nas operações de cerco e captura de guerrilheiros<sup>527</sup>.”

Em julho de 1981, outro cerco de aniquilamento deu início da marcha a partir do corredor Venilale-Ossú-Viqueque, em direção a nordeste. As duas cercas dirigiram-se em direção à cordilheira do Matebian, com o objetivo de cercar as FALINTIL, empurrando-as para as terras baixas. Os militares e os TBOS abriram um leque a sua formação nas montanhas centrais até à Costa Sul, progredindo em direção a oeste, aproximando-se de Lacluta, Viqueque; ao mesmo tempo, outra linha caminhava vinda de leste ao seu encontro<sup>528</sup>.

Em setembro de 1981, a linha atingiu a zona da luta onde se fez o massacre, que ocorreu precisamente em Fatuk Santo António, na encosta do monte Aitana, onde mataram a população “sem piedade”, como conta um dos acompanhantes dos soldados indonésios: “Havia um grande número de corpos, homens, mulheres, crianças pequenas, espalhados por todo o lado, por enterrar, ao longo das margens da ribeira, nas encostas da montanha<sup>529</sup>.”

---

<sup>524</sup> Taylor (1993), *Timor...*, p. 226.

<sup>525</sup> Comissão (2001), *Relatório ...*, Cap. III, *História do Conflito*, pp. 97-98

<sup>526</sup> Taylor (1993), *Timor...*, pp. 226-227.

<sup>527</sup> *Idem, ibidem*, pp. 226.

<sup>528</sup> Comissão (2001), *Relatório ...*, Cap. III, *História do Conflito*, pp. 98-99.

<sup>529</sup> *Idem, ibidem*, pp. 229-230.



Um combatente declarou que elementos do batalhão 744 mataram civis à sua frente. Apanharam essas pessoas, amarraram-nas e depois davam-lhes punhaladas até morrerem. Dentre essas pessoas estava uma mulher grávida<sup>530</sup>.

Monsenhor Martinho Lopes da Costa referiu a morte de 500 pessoas. No entanto, as autoridades indonésias reconheceram que foram apenas 70 pessoas. Testemunhas declararam à Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação que houve um grande massacre de civis, incluindo mulheres e crianças. Deu-se também um segundo massacre onde foram mortas 20 pessoas. A Indonésia reivindicou a vitória, declarando a captura de 450 membros da FRETILIN com 150 armas. Como conclusão, a operação de cerco teve sucesso na captura de civis escondidos no mato, mas não os elementos das FALNTIL, porque muitos foram deixados escapar-se devido à colaboração entre as FALINTIL e timorenses do *Tenaga Bantuan Operasi* (TBO), forças de apoio à operação.

“Quando chegámos ao local atual do retransmissor Telecom, havia muitos membros da FRETILIN, mas como já houve contactos com os membros do TBO, os da FRETILIN passaram por entre as tropas do comandante do pelotão (das ABRI), Falo Chai. Também era provável que se tenham escapado através da linha”<sup>531</sup>.

Segundo Cândido Maria Alves, durante a operação do Cerco de Aniquilamento, houve elementos que conseguiram livrar-se do cerco e escaparam. Muitos morreram, outros desapareceram, outros foram apanhados. Existiam muitas dificuldades que o povo enfrentava: chuva, falta de comida, velhos e crianças enfraquecidas e doentes. A liderança não era capaz de dar assistência a toda a população, pois também ela procurava a sobrevivência. Pelo caminho topavam com as forças indonésias em todos os cantos que além de serem apoiados pelos próprios timorenses, os aviões também os atacavam<sup>532</sup>.

Os indonésios, tendo conhecimento da presença de Xanana Gusmão e da concentração das forças da resistência, enviaram as suas forças para Ainaro e Same.

Xanana Gusmão chegou a Tutuluro sem dar conhecimento prévio aos guerrilheiros em Same, disse Riak Leman, que foi fazer a ligação em Ainaro, na direção de Surlolo até ao local onde se encontrava Konis Santana e o seu pessoal. Encontrou-se com eles e, no regresso, o adversário começou a avançar. O número de elementos das forças adversárias era incalculável. Foram à frente e a força adversária foi atrás deles. Ao chegarem a Tutuluro, encontraram-se com Xanana Gusmão. Os indonésios avançaram de Same, de Ainaro e também de outros lugares. Fizeram uma grande operação na Região 3. O grupo de Xanana Gusmão não conseguiu aguentar o cerco, acabando por regressar a Aitana, Lacluta, com os Comandantes

---

<sup>530</sup> *Idem, ibidem.*, pp. 99.

<sup>531</sup> *Idem, ibidem.*, p. 100.

<sup>532</sup> *Idem, ibidem.*, p. 94.



Samba e Falur. Deste modo, enganou o adversário, que continuou a avançar para a frente e ele voltou para trás com o seu grupo, para a Região Haksolok, em Suru Kraik<sup>533</sup>.

Com situação controlada e vigias colocados nas localidades estratégicas, organizaram uma festa em Suru Kraik para a comemoração do dia 20 de agosto de 1981. Uma moça, de nome Carmelita de Taibessi-Díli, também estava nessa festa juntamente com toda a população de Suru Kraik, Soro, Dare e Ainaro e muita gente da organização clandestina. A moça tirou as fotografias de Xanana Gusmão durante o festejo. Acabada a festa, regressaram a Díli. Mais tarde, vieram a saber que muitas dessas fotografias foram cair nas mãos do *Panglima*, comandante das Forças Armadas Indonésias<sup>534</sup>.

Foram enviados vários batalhões para atacar os guerrilheiros. Para se safarem, organizaram-se em pequenos grupos. Riak Leman e um grupo subiram o monte Cablaque, Xanana Gusmão e o seu grupo entraram na vila em Ainaro, Konis Santana e o seu tomaram a direção de Ramelau, tal como o Comandante Ferraz. Retiraram-se durante a noite. Riak Leman e o seu grupo ao descer de Cablaque, fizeram-no durante a noite, enquanto o inimigo dormia. A chuva também os ajudou. Enquanto chovia, o inimigo metia-se dentro das tendas e a guerrilha aproveitava-se dessa oportunidade para sair do cerco. Foi nesse ataque que muitos membros das FALINTIL da Região 3 morreram, como foi o caso do Comandante Ferraz/Mau Caro, do Comandante FRELIMO, do Comandante Loriku e de outros guerrilheiros<sup>535</sup>.

Contudo, no seio do exército, existiam outros membros que não eram da mesma opinião, como os comandantes Kilik, Mauk Moruk, Olegari e Uma. Acompanhados por Bere Malae Laka, dirigiram-se à fronteira à procura de apoio do comandante Ferraz contra Xanana Gusmão. Contudo, o comandante Ferraz não lhes deu apoio e, no regresso, passaram pela Região 3 e encontraram-se com o grupo de Riak Leman, em Barique, num local denominado *Ai Dak Laran*, onde Mauk Moruk apresentou o seu parecer para obter apoio contra a política de Xanana.

Não encontrando apoio, Kilik e o grupo tomaram a direção das águas termais, em Lacluta, We Knassa, onde tiveram um confronto de armas com as forças indonésias, e Kilik acabou por morrer. Olegari refugiou-se em Bibileo, onde foi capturado pelos indonésios. Mauk Moruk escondeu-se em Aitana e, após o contacto com o inimigo, rendeu-se.<sup>536</sup>

---

<sup>533</sup> *Idem, ibidem*, p. 547.

<sup>534</sup> A loja Juvita, em Colmera, que fazia a revelação das fotos segundo Gregório Saldanha (um dos organizadores da demonstração do dia 12 de novembro em Santa Cruz), na Comarca de Díli, facilitava a revelação das fotografias da Resistência, mas cooperava com a Inteligência, oferecendo-lhe uma cópia. As fotografias têm sido um problema sério para a Resistência, Cf. Domingos de Sousa (2013), *Vozes da Resistência Timorense*, Entrevistas: Com o Padre Sancho, p. 360 cujas fotografias foram cair nas mãos dos Indonésios; Gilman dos Santos, p. 333, devido às fotografias o enfermeiro Matias foi apanhado e está desaparecido até hoje; Acácio de Jesus Bernardino p. 407, devido às fotografias foi preso.

<sup>535</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, pp. 547-548.

<sup>536</sup> *Idem, ibidem*, p. 539.

Os serviços secretos aproveitaram esta oportunidade e deram um tratamento especial ao Mauk Moruk. O comando dos TNI, sob a liderança do Brigadeiro General Sugito, vestiu-o com uma farda militar, deu-lhe os galões de Major e fê-lo visitar todos os recantos de Timor<sup>537</sup>.

## 5.6. LEVANTAMENTOS ARMADOS

O primeiro levantamento armado da resistência foi feito no dia 10 de junho de 1980, no local do novo transmissor de televisão, em Marabia, na encosta de Díli. Esse ataque provou a existência da Resistência/FALINTIL. Relatou Virgílio Simith, um dos envolvidos no levantamento, que o comandante Samba viria com um grupo de Bazartete, mas como não encontraram ninguém, não avançaram. O objetivo era encontrar-se com Xanana Gusmão, que mal tinha chegado a Lacló, já em Díli davam início ao assalto. Nenhum dos grupos vindos fora de Díli atuou. O ataque foi feito apenas pelos elementos pertencentes ao grupo de Díli. Houve contactos para organizar esse assalto, que não teve o sucesso que se preconizou, contudo foi suficiente para o mundo saber que a guerra em Timor continuava e que a Resistência estava viva. Houve baixas da parte da Indonésia, o que provocou uma retaliação rápida. Vários timorenses foram mortos, alguns capturados, outros refugiaram-se no mato. Virgílio Smith foi preso e detido na prisão de Kotis, onde os suplícios eram duros, com choques elétricos, arranque de unhas, entre outros<sup>538</sup>.

Desconfiou-se, também, que nesse assalto houve colaboração do programa da Rádio *Manu Kokoroek*, fundada por Francisco Xavier Lopes da Cruz, Vice-Governador do Governo Indonésio<sup>539</sup>.

O plano da operação era assaltar a estação de rádio de Marabia, Díli, a companhia de 744 no atual *Obrigado Barak*, em Caicoli, Díli e os postos militares indonésios de Fatu Ahi. As forças provenientes de Dare encarregar-se-iam do ataque do quartel 744, enquanto a estação de Marabia e Fatu-Ahi seria atacada por outras forças.

Em 1982, fez-se o levantamento em Mau Siga, Dare, em Hatu Builiku, como também em Mehara, Lospalos e Maluru, que provocou também a deserção de muitos militares das fileiras indonésias com mais de uma centena de armas.

Um dos objetivos dos levantamentos era organizar a população e apreender armas. Até os próprios timorenses nas forças armadas indonésias estavam envolvidos na organização clandestina. A organização foi de tal ordem que os soldados timorenses que vinham combater contra a guerrilha abandonavam as

---

<sup>537</sup> Carrascalão, *Timor...*, (2006), p. 224.

<sup>538</sup> KOTIS – Comando Tático que se encarregava de fazer o escrutínio.

<sup>539</sup> O programa *Manu Kokoroek*, “O Cantar do Galo”, da Rádio apareceu em 1978, fundado por Francisco Lopes da Cruz, que era suspeita de estar envolvido nesse levantamento. Como consequência perdeu a credibilidade dos indonésios. Foi desterrado para Jacarta, exerceu funções no Ministério das Relações Exteriores como um simples funcionário. Mais tarde encontrou-se com o General Benny Murdani e conseguiu convencê-lo da sua inocência. Recuperou a sua credibilidade, foi nomeado Embaixador da Indonésia na Grécia e depois em Portugal. O autor da tese também cooperou nesse programa da rádio em 1977-1978.

fileiras militares indonésias, rendiam-se e entregavam as armas à guerrilha, como foi o caso do Major Tara, em 1982. Esses elementos ajudavam depois a guerrilha a fazer planos, passavam-lhe os planos dos militares indonésios, e enviavam-lhe informações a respeito dos chefes de KORAMIL: onde pernoitavam, qual era a residência deles, etc. Baseados nos dados oferecidos, organizavam-se assaltos<sup>540</sup>.

Com esses levantamentos, o número do pessoal da Resistência aumentou, tal como os armamentos.

Na Região 3, depois da conferência nacional de 1981, e até 1986, as forças adversárias mudaram de posição, de ofensiva para defensiva.

Na emboscada feita na Região 3, na estrada de Soibada para Mane Hat, realizada por José António da Costa, Mau Hunu, próximo da ribeira, foram apreendidas várias armas. Mateus Lopes da Cruz, sacerdote timorense, esteve incluído também no grupo dos militares indonésios. As FALINTIL perderam uma ou duas pessoas.

Numa operação feita em Henuk, na zona de Barique, foram capturadas 12 armas e uma pistola. Uma camioneta com soldados indonésios foi destruída. Uma outra operação foi feita pelo Comandante Lere, em direção a Henuk, em Barique. Foram apreendidas sete armas e destruídas mais algumas pelas chamas. “Os indonésios ganharam consciência de que em Timor-Leste é um povo inteiro que resiste”<sup>541</sup>!

A evidência do fracasso indonésio manifestou-se claramente na seguinte expressão de Ali Murtopo:

“O envelhecido arquiteto da Operasi Komodo, Ali Murtopo, estava abertamente pessimista, concluindo que a maioria dos soldados regulares eram incapazes de lidar com a FRETILIN e que o nosso exército está a disparar contra sombras”. Este viria a ser o seu último comentário final, antes da sua morte em 1984, sobre a situação em Timor-Leste que ele tanto tinha ajudado a criar”<sup>542</sup>.

Perante a dificuldade de derrotar a resistência timorense pelas armas, os indonésios tentaram utilizar as conversações, dando-lhes um tom de benevolência prometendo uma amnistia geral. “Oferecemos-lhe uma amnistia total”, declarou o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mochtar Kosuma Atmaja.<sup>543</sup> É de salientar a captura do manual militar, no final de 1982, e as fotografias do massacre de Aitana, revelando uma preocupação dos ocupantes em dismantelar as redes clandestinas”<sup>544</sup> formadas por

---

<sup>540</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 541.

<sup>541</sup> Gusmão (1994), *Timor...*, p. 173.

<sup>542</sup> Globe and Mail, 10 de fevereiro de 1984, *Toronto Canadá: Batalha Fantasma Estorva o Exército da Indonésia*, citado por John G. Taylor (1993), *Timor: a história oculta*, Lisboa: Bertrand Editora, p. 287.

<sup>543</sup> AFP, Jacarta, 30 de junho de 1983, citado por John G. Taylor (1993), *Timor: a história oculta*, p. 263.

<sup>544</sup> Segundo informações que o autor da tese recebeu diretamente do Fernando Soares no dia 4 de agosto de 2018, no Hospital Guido Valadares, onde estava internado, que as Fotografias foram vendidas pelos indonésios ao

“gente comum”, membros dos *Hansip* e até de líderes das comunidades motivados pelos laços familiares, que se sentiam decepcionadas com as ABRI”<sup>545</sup>.

Na década de 1950, as ABRI conseguiram solucionar, através da força, o problema da rebelião da PERMESTA, como anteriormente falamos. Um dos autores nessas conversações foi o general Yusuf, que aceitou a ideia lançada pelo coronel Purwanto. No final de 1982 e princípio de 1983, estabeleceram-se acordos a nível local em Lautém, mais especificamente em Pupuru e Pasikenu, nos arredores de Lospalos e, em fevereiro de 1983, eram realizados todas as semanas. Os líderes da FRETILIN, como, por exemplo, Falo Chai (Fernando Teles) e José da Conceição foram solicitados para convencer a Resistência de que a obra da Indonésia era meritória.

Durante o cessar-fogo, os comandos procuraram mudar a mentalidade do adjunto José da Conceição. Levaram-no a Jacarta, onde lhe mostraram os equipamentos bélicos, aviões, barcos, tanques de guerra, etc., procurando convencê-lo de que nunca venceriam a Indonésia. O adjunto José da Conceição deixou-se aliciar e cedeu. Rendeu-se, traiu e denunciou os seus colegas, que foram capturados e mortos, num total de 30 pessoas que estavam envolvidas no cessar-fogo. Quase todos eram membros do Comité Central, que Xanana Gusmão preparou para a liderança: adjuntos, comandantes da companhia e comandantes da região<sup>546</sup>.

Os militares indonésios realizaram também contactos com a FRETILIN nos arredores de Venilale-Ossú onde David Alex foi um grande protagonista. No dia 20 de março de 1983, dois majores e vários oficiais tiveram uma reunião com Xanana Gusmão em Peruca, aldeia de Buraca, no subdistrito de Ossú. Nesse encontro, a Resistência apresentou quatro propostas:

- 1.<sup>a</sup> Retirada incondicional das forças indonésias de Timor-Leste;
- 2.<sup>a</sup> Missão de manutenção da paz da ONU;
- 3.<sup>a</sup> Referendo livre e justo;
- 4.<sup>a</sup> Presença contínua das FALINTIL para garantir o processo.

Depois do encontro, Purwanto foi a Bali para uma discussão com o KODAM. Três dias depois, voltou a reunir-se com Xanana Gusmão, no dia 23 de março de 1983, quando chegou uma notícia ao governador Mário Carrascalão de que o coronel Purwanto, que estava reunido com Xanana Gusmão na encosta do Monte Mundo Perdido, precisava da ajuda dele, pois tinha esgotado todos os seus argumentos para convencer Xanana a se render e tinha à sua disposição um helicóptero<sup>547</sup>.

---

Governador Guilherme Maria Gonçalves, que depois cedeu ao Mons. Martinho da Costa Lopes. Fernando Soares estava casado com a filha do Governador Guilherme Maria Gonçalves, Filomena Lúcia Gonçalves.

<sup>545</sup> Taylor (1993), *Timor...*, p. 261.

<sup>546</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 393.

<sup>547</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, p. 181.

Em Lariguto, Xanana Gusmão declarou que o encontro entre ele o Governador era parte de uma série de encontros já tidos entre as duas partes em litígio, em várias ocasiões durante os últimos meses que, segundo a sua opinião, não tiveram resultados concretos e, por isso, tudo o que precisava do Governador era que o processo de conversação fosse sob os auspícios das Nações Unidas e que Xanana Gusmão e os seus homens estivessem dispostos a ajudar a Indonésia a sair de Timor de cabeça erguida da situação catastrófica em que se encontrava. Argumentou ao governador Mário Carrascalão que a Indonésia já não tinha mais oportunidades para sair dessa situação sem sofrer danos políticos irreparáveis, porque a situação mundial pendia a favor da Resistência.<sup>548</sup> O que Xanana Gusmão pretendia era uma internacionalização das conversações, contudo a Indonésia estava renitente de que uma vez içada a Bandeira *Merah Putih*, jamais seria arriada em Timor<sup>549</sup>.

Argumentando a preocupação do governador, Xanana Gusmão respondeu:

“O Senhor Mário Carrascalão, certamente, sabe que as minhas fábricas de armas e munições não estão cá em Timor, estão em Surabaya em Jacarta; também deve saber que uma luta de guerrilha faz-se com pouca gente. As minhas reservas humanas estão em todos os recantos de Timor, desde as aldeias até às cidades; algumas trabalham consigo no Palácio do Governador”<sup>550</sup>.

Essa reunião teve, aparentemente, um acordo de cessar-fogo entre militares indonésios e as FALINTIL, que permitiu aos líderes da Resistência visitarem os seus familiares, aldeias, vilas e até alguns centros urbanos. Organizaram encontros em várias localidades como Loré, Beaço, Uatame, Macadique, Ossú, Laissorulai, e Hatu Builico. Até praticavam jogos desportivos, como voleibol, futebol, e colocaram mantimentos à disposição da FRETILIN/FALINTIL. Os militares indonésios queriam dar a esse cessar-fogo o nome de “conversações.” A Resistência procurou rentabilizar ao máximo esse período, procurando reorganizar-se e fazer a consolidação interna, a criação de ligações com timorenses que colaboravam com a Indonésia<sup>551</sup>.

No dia 13 de abril de 1983, no encontro entre o governador e o general Benny Murdani, este solicitou ao governador que respondesse às perguntas que tinham sido levantadas pelos seus subalternos na noite anterior, quando o brigadeiro-general Sutarto e o coronel Purwanto não conseguiram satisfazer as perguntas feitas pelos seus subalternos. Eram várias as perguntas que foram lançadas ao governador, tais como:

1. O governador conhecia pessoalmente Xanana Gusmão?

---

<sup>548</sup> Gusmão (1994), *Timor-Leste...*, p. 184.

<sup>549</sup> *Idem, ibidem*, p. 186.

<sup>550</sup> Gusmão (1994), *Timor...*, p. 184.

<sup>551</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. III. *História do Conflito*, p. 111.

2. Era capaz de cumprir as suas promessas?
3. Pretendia desacreditar a Indonésia e as suas Forças Armadas?
4. Era capaz de garantir que não fugia para o estrangeiro se ficasse em liberdade em Díli?
5. Era comunista?
6. Qual seria a reação dos timorenses se Xanana Gusmão se rendesse?
7. Estariam dispostos a aceitá-lo<sup>552</sup>?

Como conclusão, o Governador não acreditou que Xanana Gusmão pertencesse ao grupo dos que consideravam a fuga como forma de resolver o problema de Timor. No fim, Benny Murdani disse: “Dou três meses ao brigadeiro-general Soetarto [comandante do KODAM Udayana] e ao coronel Purwanto com a ajuda, quando necessária do governador, para continuar com as conversações de paz e resolverem esta questão pacificamente.”<sup>553</sup> Contudo, a linha dura no seio dos militares, “os falcões de Jacarta”, estavam a perder a paciência ao esperar que as conversações pudessem produzir algum resultado positivo e, para isso, pressionaram o coronel Purwanto para enviar uma mensagem de ameaça à Resistência. O que eles queriam era resolver o problema de Timor à força.

### 5.6.1. LEVANTAMENTO DE CRARÁS

No dia 10 de junho de 1983, Jacarta divulgou as notícias sobre o cessar-fogo e Benny Murdani enviou uma carta a Xanana Gusmão com a seguinte ameaça:

“Não pense que pode receber assistência de outros países. Não há país nenhum no planeta que possa ajudar-vos. O nosso exército está preparado para destruir-vos, se não estiverdes dispostos a cooperar com a nossa república. Estamos a preparar uma operação – *Operasi Persatuan/Operação da Unidade* – que será lançada em agosto”<sup>554</sup>.

O segundo encontro entre Xanana Gusmão e Mário Carrascalão, a pedido de Xanana foi em Ariana, no dia 27 de maio de 1983, a cerca de cinco quilómetros de Matebian. Segundo Mário Carrascalão, foi lá que surgiu o “laço da unidade” que conduziu o povo de Timor-Leste à vitória. Nesse encontro, Xanana Gusmão, desconfiando dos preparativos feitos pelos javaneses para dar um último golpe, solicitou a Mário Carrascalão que acalmasse os generais indonésios e que não fizessem nada durante dois ou três meses, a fim de eles organizarem a Resistência.<sup>555</sup>

---

<sup>552</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, p. 195.

<sup>553</sup> *Idem, ibidem*, p. 196.

<sup>554</sup> Comissão, *Relatório...*,(2001) Capítulo III, História do Conflito, p. 113.

<sup>555</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, p. 222.

Oito dias depois do encontro com o Coronel Purwanto, este afirmou que o processo de paz estava a ser sabotado pelo capitão Prabowo Subianto, genro do presidente Suharto, que esteve em Crarás uma aldeia situada no distrito de Viqueque, sem nenhum conhecimento do coronel Purwanto, e que estava a preparar uma farsa.

Prabowo, que era comandante-adjunto do Destacamento 81 do *Kopassandha*, não concordou com a concessão cedida pelo general Benny Murdani e, por isso, procurou organizar uma farsa, a fim de reiniciar a guerra. Aproveitou bem o papel do Batalhão<sup>501</sup>. Havia um paramilitar que fazia a ligação entre os militares e a guerrilha. O cenário era o seguinte: todas as vezes que os militares do Batalhão 501 passavam à frente da mulher do jovem paramilitar, apalpavam-lhe os seios e as nádegas, coisa que muito enraiveceu o jovem paramilitar e, por isso, deu alguns murros a um dos que a provocavam. Os militares dominaram-no e mandaram-no para Viqueque, ao cuidado do major Hidayat. Com o pretexto de que o jovem não trazia mudas de roupa com ele, mandaram-no de regresso a Crarás, onde encontrou a mulher a chorar, porque fora violada por alguns militares. Enraivecido, o jovem paramilitar foi ao mato, combinou com os amigos da guerrilha e fizeram um assalto aos militares. Abateram, de surpresa, 16 soldados da Engenharia, no dia 8 de agosto de 1983, que estavam a treinar jovens da vila (aldeia de realojamento) para os festejos de 17 de agosto, dia da independência da Indonésia, originando o Levantamento armado de Crarás, que provocou a deserção de 86 guardas civis, incluindo os comandantes Ular e Falur e equipamentos militares, no dia 10 de agosto de 1983<sup>556</sup>.

### **5.6.2. OPERASI PERSATUAN – OPERAÇÃO UNIDADE**

O Komando (KOOPSKAM), ou seja, o Comando das Operações de Unidade, foi estabelecido em Timor em 1984 e perdurou até 1990. O comandante em ação era da 1.<sup>a</sup> divisão de Infantaria do Comando da Reserva Estratégica do Exército KOSTRAD, que foi substituído pela 2.<sup>a</sup> divisão, em julho de 1998. As forças envolvidas eram o Comando Sub-Regional (KOREM) e o Comando das Operações de Unidade (KOOPSKAM). O KOREM era responsável pelos assuntos territoriais e o KOOPSKAM pelos assuntos de combate e informação.

A carta de Xanana Gusmão dirigida ao governador Mário Carrascalão, no dia 2 de fevereiro de 1983, não foi apenas uma mensagem, mas um apelo à Unidade Nacional. Foi precisamente na altura do *Kontak Dame*, ou seja, do “Contacto Pacífico”. Esse contacto tinha lugar em todo o território, tanto a nível civil, como militar.<sup>557</sup> O cessar-fogo aconteceu porque as ABRI estavam a sofrer algumas baixas consideráveis e a perspetiva da guerra tornou-se de alguma maneira, preocupante para as forças indonésias. O plano de acabar com a guerra em meio dia, como apregoou Benny Murdani, parecia estar

---

<sup>556</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. III, História do Conflito, p. 273.

<sup>557</sup> *Idem, ibidem*, p. 177.

longe da realidade: “tomar o pequeno-almoço em Balibó, o almoço em Díli e o jantar em Lospalos”, como pretendia Benny Murdani, não se realizou. E o problema de Timor acabou por ser “uma pedra dentro dos sapatos da Indonésia”, afirmou Ali Alatas. Num combate em Lospalos, as tropas indonésias foram obrigadas a retirar mais para oeste, com perda de armamentos e homens<sup>558</sup>.

No dia 17 de agosto 1983, o substituto do coronel Purwanto, o coronel Rujito, lançou a *Operasi Persatuan*, Operação Unidade, depois dos acontecimentos de Crarás fazendo represálias sobre 2000 pessoas na aldeia de Crarás, segundo o comandante Ular<sup>559</sup>. Conta o comandante Ular que as forças do Benny Murdani entraram na aldeia de Carás e massacraram mais de 200 pessoas. Queimaram tudo, incluindo velhos, doentes e bebés, dentro das barracas. Saqueram tudo e a população só teve de sair e fugir e juntar-se aos filhos. Quatro batalhões cercaram o Monte Bibileo e os caças bombardeiros atuaram sobre aquela região durante semanas. Conseguiram capturar 800 elementos<sup>560</sup>.

Foram levados para o realojamento de Klalerek Mutin onde o capitão Prabowo ordenou que 32 homens fossem fuzilados, dois por cada indonésio morto sob as ordens do coronel Rujito, como pessoalmente declarou ao governador Mário Viegas Carrascalão: “mandei executar 32 pessoas como resposta aos 16 que mataram”, confirmando o que disse o comandante Ular<sup>561</sup>.

Benny Murdani apoiado pela declaração da delegação australiana, rompeu unilateralmente o cessar-fogo, lançando a *Operasi Persatuan*<sup>562</sup>. Estes foram os motivos para Benny Moerdani justificar a ação militar. A represália indonésia foi completa e rápida. Consta que 80 pessoas de uma aldeia de realojamento, em Crarás, foram mortas e as suas casas queimadas. Porém, ainda não se sabe ao certo o número exacto. Muita gente fugiu para os montes de Bibileo, a este de Mota Betuku/Ribeira Betuku.

Tendo conhecimento do caso, os militares marcharam sobre Crarás. Durante os tiroteios, grande parte da população fugiu para o mato.

Com este cenário, reiniciou-se a guerra e deu-se o massacre de Crarás, no dia 23 de agosto de 1983.

### **5.6.3. OPERASI SAPU BERSIH / OPERAÇÃO LIMPEZA TOTAL**

Em maio de 1987, o novo comandante militar o coronel Soenarto, lançou uma nova operação contra a guerrilha, com o nome de Operação *Sapu Bersih* / Limpeza Total, focando a sua atenção para as regiões

---

<sup>558</sup> Taylor (1993), *Timor...*, p. 260.

<sup>559</sup> Carta de 2 de março de 1984 (Arquivo e Museu da Resistência Timorense/Fundação Mário Soares – Díli),

<sup>560</sup> Acácio, Manuel (2006), *A Última Bala é a Minha Vitória, A História Secreta da Resistência Timorense*, pp. 132-134.

<sup>561</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, p. 232.

<sup>562</sup> Taylor (1993), *Timor...*, pp. 269-272.



de Baucau, Viqueque e Lospalos. O objetivo era criar um cordão na zona central, entre Manatuto e Barique.

Foi precisamente nesta época que as FALINTIL tiveram sucesso numa emboscada feita entre a Estrada de Manatuto e Laleia onde o grupo comandado por David Alex assaltou uma camioneta Hino (camioneta militar Indonésia) e, com granadas, matou todos os *Hansip* que se encontravam na camioneta. Segundo o testemunho do padre Liugio Locateli, “eram todos timorenses os que foram mortos e mutilados. Guerra é guerra, mas não se deve chegar a este estado”<sup>563</sup>.

No seio das forças indonésias, havia militares que pretendiam conquistar Timor apenas pela força, como era o caso de Prabowo Subianto, e outros que queriam conquistar Timor conquistando o coração dos timorenses, como era o caso do coronel Purwanto. Benny Murdani, na sua conversa com o governador, dizia que, de entre os subalternos, existiam pombas e falcões<sup>564</sup>.

Para os indonésios, o acordo de cessar-fogo tinha mais valor externo do que interno, como foi mencionado anteriormente. Perante esta perspetiva, a Indonésia aceitou a proposta de uma visita da delegação australiana à Indonésia, inclusivamente a Timor-Leste, para que avaliasse com os seus próprios olhos a realidade de Timor-Leste. Foram escolhidos cinco membros para a delegação, chefiada por Bill Morrison, antigo ministro da Defesa do governo de Whitlan. A visita tinha de obedecer às seguintes condições: utilização de intérpretes militares; não viajar por terra, utilizando apenas helicópteros; uma missão com teor mais de boa vontade do que de inquérito (uma delegação mais informativa do que investigativa, assegurada pela própria delegação) e nada de encontros com a FRETILIN.

Como conclusão, foram programados dez dias de visita; utilizaram quatro, três dos quais em viagem e um de visita a localidades bem preparadas pelos militares. No fim, a conclusão da delegação foi concordar com as perspetivas dos militares indonésios, tanto nas questões de realojamento, como nas de subnutrição<sup>565</sup>.

Quanto à visita a Ataúro, a conclusão foi que as condições dos detidos eram moderadamente confortáveis e os desterrados de Ataúro pareciam bem alimentados e bem vestidos, como os habitantes de outras áreas visitadas.

A FRETILIN tentou encontrar-se com a delegação. No regresso a Baucau, depois da visita a Lospalos, três dos membros da delegação, inclusive Bill Morrison, pretenderam regressar de carro. Voltaram em cinco jipes e três seguiram sem parar, informados pelos indonésios de que o grupo que os interceptava eram milícias locais. Porém, Bill Morrison, observando que o grupo usava *t-shirts* com a palavra FRETILIN, ordenou uma paragem e tiveram uma conversa de 30 minutos. Os objetivos da

---

<sup>563</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 133.

<sup>564</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, p. 198.

<sup>565</sup> Taylor (1993), *Timor...*, pp. 264-265.

FRETILIN eram os de conseguir um encontro como uma delegação de mais alto nível que se encontrava há dois meses no campo de realojamento em Saelari, e os quatro elementos da FRETILIN estavam dispostos a levá-los até lá. No entanto, esses objetivos foram completamente ignorados por Bill Morrison, que prometeu fazer chegar uma mensagem até eles, coisa que nunca se realizou. Os elementos que se encontravam em Saelari foram cercados e mortos. A conclusão final de Morrison não foi nada que contradissesse as perspectivas dos indonésios. Contudo, os indonésios como normalmente faziam, defendiam-se referindo que nada tinha acontecido, mesmo até com a captura de manuais militares pela FRETILIN, no final de dezembro, que foram publicados entre julho e setembro de 1982 e enviados para a Europa em 1983. Nesses documentos, registava-se a existência de um largo apoio da população devido a laços familiares, considerados como o fator primordial de apoio<sup>566</sup>. Um dos documentos mais revelador foi o Manual sobre os “Procedimentos Estabelecidos para o Interrogatório de Prisioneiros”, destinado a prisioneiros que não queriam falar e dizer o que os indonésios queriam ouvir: “Se se tornar necessário o uso da violência, era preciso assegurar que não estejam presentes elementos dos *Hansip*, *Ratih* ou *TBO*, a fim de não provocar antipatia.<sup>567</sup>”

#### **5.6.4. OPERASI SENYUM / OPERAÇÃO SORRISO**

A Operação Sorriso funcionou entre 1990 e 1993. O responsável máximo em Timor era o brigadeiro-general Rudolf Samuel Warrow, que veio substituir o brigadeiro-general Mulyadi da linha dura. Foi nessa altura, quando o governador Mario Carrascalão conseguiu que o presidente Suharto decretasse o estatuto de Timor igual ao de outras províncias, através do Decreto n.º 62. Esse decreto autorizou a redução de restrições de circulação, libertação de prisioneiros políticos, eliminação de torturas nos interrogatórios, livre circulação de jornalistas e obtenção de visto para jornalistas estrangeiros e turistas com a aprovação oficial. A resistência rentabilizou bem esse decreto do presidente indonésio. Devido a esse decreto, a guerrilha teve uma grande oportunidade de se deslocar livremente dentro do território, deixando as montanhas e acabando por vir para as cidades

#### **5.7. O REGIME DE OCUPAÇÃO - ESTRUTURA TERRITORIAL DAS FORÇAS ARMADAS INDONÉSIAS**

A apresentação do Regime da Ocupação das Forças Invasoras ajuda a compreender a envergadura da força que a Indonésia lançou sobre Timor, com todo o seu arsenal bélico, para estrangular e sufocar as limitadas forças da Resistência timorense, apoiado pelo suporte diplomático que esse país teve dos seus aliados para executar a invasão e dominar Timor-Leste.

---

<sup>566</sup> Taylor (1993), *Timor...*, pp. 274-275.

<sup>567</sup> *Idem, ibidem*, p. 276.

A apresentação deste panorama leva a compreender a diferença e o desequilíbrio entre as duas forças em litígio e dá força à questão: como foi possível que Timor-Leste, um país pequeno, muito limitado em quase tudo, fosse capaz de enfrentar uma superpotência do sudeste asiático, apoiada pelos países do sudeste asiático e pelas superpotências ocidentais, e conseguisse atingir o seu objetivo de independência?

É importante o conhecimento da estrutura das Forças Armadas Indonésias para a compreensão do esforço da resistência armada e do povo timorense, como também para saber o que significam essas organizações, a sua estrutura, as suas atividades, os seus objetivos e o impacto que tiveram em Timor, bem como para reforçar a procura da resposta à pergunta proposta anteriormente.

A estrutura das Forças Armadas Indonésias abrangia quase todas as instituições e todas as camadas da sociedade. Era um controlo total. A estrutura era composta por:

1. Ministério da Defesa e Segurança (HANKAM), com sede em Jacarta;
2. *Komando Daerah Militer (KODAM)* – Comando Militar Regional. (A província de Timor-Leste ou Timor Timur, pertencia ao Comando Regional de Bali, além de *Nusa Tenggara Barat*/Timor Central Ocidental, entre outros);
3. *Komando Resort Militer (KOREM)* – Comando Territorial a nível provincial. Só existia um em todo o Timor. Após a ocupação de Díli, esta instituição ocupava a Antiga Intendência portuguesa, o atual centro cultural de Díli. Depois, foi transferido para o centro estudantil, em Kaikoli. O seu comandante era o DANREM. Era o Quartel-General onde funcionava a direção suprema das Forças Armadas Indonésias em Timor-Leste. A principal função deste Comando Sub-Regional era de combate, com o objetivo do interesse nacional, a paz nacional, trabalhar pela paz na região.

Em Timor, o objetivo era acabar com a Resistência timorense, combatendo as forças da Resistência, preparar a inteligência, desenvolver as forças e dar orientação profissional às forças armadas. Era o responsável máximo das forças armadas indonésias em Timor pela guerra da ocupação e pelo desenvolvimento das operações militares em Timor-Leste.

4. *Komando Daerah Militer (KODIM)* – Comando Militar Distrital. Cada distrito tinha um Comando Distrital, sendo Danding o seu comandante militar distrital. Era responsável pelas operações militares nos distritos.
5. *Komando Rayon Militer (KORAMIL)* – Comando Militar Subdistrital. Em cada subdistrito, existia um Comando Subdistrital. O seu comandante era o DANRAMIL, um instrumento de comunicação direta com o povo. Vigiava o povo através dos seus elementos, lidava diretamente com os chefes do subdistrito e chefes de aldeia para resolver os problemas da

aldeia. Era um meio de comunicação importante com o objetivo de fazer a população participar na defesa da nação, criando a consciência nacional. Por isso, procuravam coordenar todas as atividades com o governo local.

Em Timor-Leste a função era controlar a população e as suas atividades, sobretudo aquelas relacionadas com a luta pela independência, com a clandestinidade e a Resistência timorense.

6. *Bintara Pembinaan Desa* (Babinsa) – Gestor de Orientação de aldeias. A presença militar fazia-se sentir em todas as aldeias. O *Babinsa* era o oficial da orientação da Aldeia (classe de sargento). Existem em todas as aldeias e o trabalho deles era reorientar a população. Eles deviam saber tudo o que acontecia nas aldeias: quem entrava, quem saía, e tudo lhes devia ser reportado.<sup>568</sup> Só entrava e saía quem tivesse *surat jalan*, salvo conduto.

Nalgumas aldeias consideradas de maior conflito, perigosas (*rawan*), existia uma *Team Pembinaan Desa* (TPD), equipa de orientação de aldeia, que trabalhava nas áreas consideradas de maior conflito, mais perigosas. O objetivo era evitar a influência e a propaganda do *Gerakan Pengacawan Keamanan* (GPK), Bando de Perturbadores da Segurança.<sup>569</sup> Era um oficial militar da aldeia que tinha a função de controlar cada aldeia timorense.

Para apoiar o poder das ABRI foram criados:

3. *Musyawara Pimpinan Daerah* (MUSPIDA) – Fórum de Deliberação da Liderança Regional, a nível de províncias e de distritos;
4. *Tri Pimpinan* (TRIPKA) – Triunvirato (governo de três pessoas) de Liderança Subdistrital a nível de Subdistritos;
5. Dupla função da ABRI (DWIFUNGSI ABRI), com a implementação de ABRI Masuk Desa (acesso das ABRI às aldeias). As Dwifungsi ABRI tem a missão de ser dinamizador e estabilizador, além da missão social e política dentro da própria ABRI, com o objetivo de evitar que surjam dúvidas que possam minimizar a atitudes das ABRI. O espírito da ABRI é de entusiasmo e dedicação e sempre procurou trabalhos que se relacionam com situações de emergência e situações que precisam da ação das ABRI. As Dwifungsi ABRI aparecem também como uma força social, resultado do processo histórico que possuía também uma função social, e responsável pelo desenvolvimento do país segundo as aspirações da nação, que se relacionam com a paz e o bem-estar da nação. A função das ABRI não é apenas para a guerra.<sup>570</sup>

---

<sup>568</sup> Taylor (1993), *Timor...*, p. 187.

<sup>569</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. 5, Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 105.

<sup>570</sup> Suryohardiprojo, Saydiman (1978), *Menghadapi Tantangan Masa Depan* – Jakarta. Gramedia, pp. 156-162.

Na Indonésia, temos instituições que apareceram após a destruição total do partido comunista, em 1962, como é o caso do *Komando Operasi Pemulihan Keamanan dan Ketertiban (KOPKAMTIB)*, Comando de Operação do Saneamento, da Segurança e Ordem, que se pode traduzir por Operação de Saneamento da Paz para fazer uma limpeza total dos restos e rastos do comunismo. Criou-se também o Organismo Central dos Serviços de Informação (BPI), que, mais tarde, se transformou nos Serviços Nacionais de Informação (KIN) sob a tutela direta do presidente Suharto, através de KOPKAMTIB;<sup>571</sup> e ainda *Badan Koordinasi Inteligen (BAKIN)* – Agência Coordenadora dos Serviços da Inteligência.

Considere-se ainda as forças da defesa civil. Eram grupos de resistência civil que controlavam as populações e constituíam parte do *Sistema Pertahanan Keamanan Rakyat Semesta (SISKAMRATA)* Sistema de Defesa pela Segurança de todo o povo. No grupo estavam incluídos:

6. *Perlawanan Rakyat (WANRA)*, ou seja, Resistência Popular. Além das organizações acima mencionadas, formava-se também o grupo da Resistência popular. Eram civis que desempenhavam essa função, em muitos casos como informadores;
7. *Rakyat Terlatih (RATIH)* – Civis Treinados. Constituíam parte desse civis treinados os *Hansip*, guardas civis, e os KAMRA,<sup>572</sup> segurança popular;
8. *HANSIP* – Guardas civis cuja função era vigiar o comportamento da população civil.

Também atuavam com as forças indonésias nas operações contra a Resistência: “Ao descer de Matebian, tive a sorte de o Afonso Pinto, cognominado de *Lafaek* (jacaré), não me reconhecer. Era um afamado comandante dos *Hansip* muito temido.”<sup>573</sup> Operavam também como guias para os soldados indonésios: “No assalto, eram conduzidos por um guia *Hansip*, de nome Valente, que morreu atingido por uma bala da Resistência.”<sup>574</sup> Também formavam companhias e atuavam sozinhos na luta contra a guerrilha “Eram quatro as companhias dos *Hansip* que me cercaram comandados por Afonso Pinto, conhecido por Afonso Lafaek, Gilberto e Marçal de Almeida”<sup>575</sup>;

9. KAMRA – *Keamanan Rayat* – Segurança popular;
10. *Babinsa – Bintara pembina desa* – Oficial militar da aldeia;
11. *Binpolda – Bintara polisi desa* – Oficial da polícia da aldeia;
12. Militares de três meses (MILSAS 1989/92) – *Limnas*;
13. *Tenaga Bantuan Operasional (TBO)* – Auxiliares de operações;

---

<sup>571</sup> Comissão (2001), Relatório..., Capítulo IV, Regime de Ocupação, p. 9.

<sup>572</sup> *Idem, ibidem*, p. 98.

<sup>573</sup> Sousa (2013), Vozes..., p. 234.

<sup>574</sup> *Idem, ibidem*, p. 160.

<sup>575</sup> *Idem, ibidem*, p. 152.

14. *Satuan Tugas Inteligen*, unidade de Inteligência – Espiões;
15. Esquadrões da Morte;
16. Ninjas.

Além das estruturas formais da ABRI para implementar a sua política de *divide et impera*, os indonésios formaram grupos de apoio à Integração, provenientes da sociedade timorense, com base de preparação para a invasão e também para colocar os timorenses a lutarem uns contra os outros. Para isso, começaram com a criação de:

17. *Partisans* para apoiar a APODETI, em 1974;
18. *Halilintar* / Trovão, constituída por forças conjuntas;
19. *Batalhão 744* – Constituído apenas por timorenses;

Entre 1976 e 1981 criaram-se organizações paramilitares entre os quais;

20. *Tonsus (Peloton Khusus)*, em Manatuto;
21. *Tim Nuklir* – Equipa Nuclear, em Lospalos;
22. *Tim Moruk* – Equipa Amarga, em Soibada;
23. *Tim Rai Lakan* – Equipa Relâmpago, que se transformou em *Tim Satuan Khusus Pusaka* – (SAKA) – Unidade Especial Tesouro da Família com sede em Baucau como também o *Tim Sera* (sob o comando de Sera Malik) com a sede também em Baucau;
24. *Tim Alfa* – Equipa Alfa em Lospalos
25. *Tim Lorico* – Equipa Lorico;
26. *Gadapaksi* – Guardas para a Defesa da Integração.

Além disso, a Indonésia organizou também a juventude com a formação do *PRAMUKA*, Escutismo desde a escola básica ao secundário. Essa organização tinha algumas semelhanças com a da Mocidade Portuguesa. Para o nível do ensino superior foi criado o *Resimen Mahasiswa (MENWA)*. Todas as instituições do ensino superior, quer públicas, quer privadas, tinham essa organização. Era uma força civil, treinada e preparada para defender a República.

## 6. A RESISTÊNCIA À OCUPAÇÃO

### 6.1. NOVA ESTRATÉGIA – A GUERRA DA GUERRILHA

Mao Tsé-Tung sintetizou a tática da guerrilha da seguinte maneira: “quando o inimigo avança, recuamos, quando pára, o fustigamos, quando se cansa, o atacamos, quando se retira, o perseguimos.”<sup>576</sup>

O estabelecimento da nova estratégia, “a guerra da guerrilha”, apoiada nas informações obtidas pelos civis, organizados em pequenas células clandestinas, tinha o objetivo de destruir as forças indonésias e provar à comunidade internacional a existência da Resistência e que o povo timorense queria a independência. Xanana Gusmão descreve o início da guerra da guerrilha da seguinte forma:

“Foi quando saímos de Matebian, em 28 de novembro de 1978. A 7 de dezembro, entrávamos na planície de frente a Mehara. Seria o começo da minha iniciação de guerrilha. Instalei-me em casa do “*kepala kampung*” [chefe da povoação] local e, durante meses, percorri todos os outros campos, reunindo-me com as populações e, essencialmente, ouvindo e aprendendo.<sup>577</sup> Nós devemos desenvolver a guerra de guerrilhas e criar bases de apoio em todas as regiões montanhosas situadas por detrás das linhas inimigas”<sup>578</sup>.

As FALINTIL passariam a atuar em pequenos grupos móveis da guerrilha, deixando de concentrar as suas forças no combate direto. Os militares seriam apoiados pela clandestinidade sob a tutela do Conselho Revolucionário da Resistência Nacional (CRRN), para que desenvolvesse operações através de Centros da Resistência Nacional a nível distrital (CERNAC) e de pequenas células ao nível da aldeia, compostas entre quatro a sete pessoas, ou seja, o Núcleo de Resistência Popular (NUREP). A luta frontal far-se-ia com muitas armas. Mas onde estariam as armas? As armas não aparecem por si, há que as tirar ao inimigo; mas, para as tirar, é preciso lutar e não se pode lutar de frente. Depois, a luta nas grandes cidades deve iniciar-se através de um procedimento clandestino para capturar os grupos militares ou para ir apanhando armas, uma a uma, em sucessivos golpes de mão.<sup>579</sup> Contudo, como foi mencionado anteriormente, “o exército do guerrilheiro é constituído por todos os habitantes de uma região ou de um país. Essa é a razão da sua força, do seu triunfo”<sup>580</sup>.

O ataque do dia 10 de junho de 1980, à Estação de Rádio de Marabia, em Díli, foi um exemplo. Segundo Virgílio Simith, um dos organizadores do ataque, “houve contactos para organizar esse assalto, que não teve o sucesso que se preconizou; mas, por outro lado, o mundo ficou a saber que a guerra em Timor continuava e que a Resistência estava viva. Deu força aos timorenses da diáspora e foi um incentivo para continuar a apoiar a luta pela independência”<sup>581</sup>.

---

<sup>576</sup> Tsé-Tung (maio de 1938), *Problemas...*, pp. 107-168.

<sup>577</sup> Gusmão (1994), *Timor...*, p. 152.

<sup>578</sup> Tsé-Tung (maio de 1938), *Problemas...*, p. 107

<sup>579</sup> Guevara, Che (1986) *Textos Políticos*, Centro Editorial Latino Americano, p. 40.

<sup>580</sup> *Idem, ibidem*, pp. 65-66.

<sup>581</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 88.

Após a reorganização, os indonésios também não ficaram inertes, procuraram desenvolver uma rede que pudesse controlar a rede clandestina da resistência. Montaram em todas as aldeias e sucos os seus agentes informadores, onde procuravam controlar as pessoas de toda a sociedade timorense, desde o seu topo até às aldeias, com o pretexto de que queriam proteger o povo das influências nefastas do *Gerombolan Pengacawan Keamanan*, grupos perturbadores da segurança.

Durante o período das zonas libertadas, a FRETILIN nunca quis aceitar qualquer tipo de comunicação com os indonésios, nem mesmo com os elementos do partido da UDT e rejeitava qualquer tipo de negociação.

Comentava Xanana Gusmão que:

“logo desde o início, a direção da FRETILIN padecia de um infantilismo político que procurava desafiar o mundo obcecado das suas capacidades inexistentes. [...] Estavam embalados com um fantasioso processo revolucionário apelidado de “mauberismo”, que orientou o Movimento desde 1974, e não deu margem alguma para evitar todo o extremismo político que se transformou numa sentença da própria morte e levou-os a pôr em pé de igualdade com o agressor muitos compatriotas. Perdeu-se mais tempo em prender e assassinar compatriotas, perante uma guerra difícil, do que em pensar efetivamente numa defesa da Pátria”<sup>582</sup>.

Com o desenrolar da guerra e o fracasso da guerra prolongada, os líderes mudaram a sua perspectiva e consideraram a negociação como um meio para pôr fim à guerra e à ocupação indonésia. Aceitou-se, então, o *Kontak Dame*, contacto de paz entre as FALINTIL e as forças da ocupação em Lariguto, Venilale, realizado entre março e abril de 1983. Nesse contacto, cada uma das partes tinha o seu objetivo específico. O objetivo da Resistência era a realização de um Referendo para decidir o futuro de Timor-Leste. Os líderes concentraram a sua atenção para um diálogo pela diplomacia em vez da luta armada. Para os indonésios, era uma oportunidade para aniquilar a Resistência, conforme referiu Taur Matan Ruak<sup>583</sup>.

## 6.2. NOVA FILOSOFIA DA LUTA: A CONVIVÊNCIA COM O INIMIGO

Depois de sofrer durante várias semanas os bombardeamentos e ataques das forças indonésias, no dia 22 de novembro de 1978, pelas 24 horas, os líderes da Resistência e os comandos desceram de Matebian, abandonando o último reduto da Resistência.<sup>584</sup> Não ficaram parados, mas procuraram uma maneira de como reorganizar a luta com novas metodologias. Era a filosofia da viragem da guerra, “o convívio com

---

<sup>582</sup> Gusmão (1994), *Timor...*, p. 68.

<sup>583</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Capítulo V, Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 33.

<sup>584</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 230.



o inimigo”, opondo-se totalmente à ideologia da FRETILIN, como já foi mencionado atrás, que levou muita gente à morte. Desde que a FRETILIN assumira uma ideologia de esquerda, tornou-se “positivamente numa ameaça potencial aos interesses estratégicos dos poderosos”<sup>585</sup>.

Ao descerem da montanha, separaram-se em pequenos grupos, tiraram as fardas, esconderam as armas, acompanharam a situação e procuraram contactar com a população; estas foram as primeiras orientações. O prazo para a adaptação era de três meses. Um mês e meio de contactos com a população, com os *Hansip* e com a juventude. Percorriam as povoações. Estavam a aprender a guerra de guerrilha, que lhe serviria de base para uma estrutura organizacional da Resistência, disse Xanana Gusmão<sup>586</sup>.

A partir de 1979, procuraram aprender como se fazia a guerra de guerrilha e a maneira de a implementar em Timor. Estudavam a guerra do Vietname, de Cuba e todos os tipos de guerrilha. Passaram um ano a estudar a guerra de guerrilha. Reorganizaram-se, vendo o que conseguiam fazer em pequenos grupos, planeando atividades políticas, militares e como relacioná-las<sup>587</sup>.

Perante a iniciativa do ocupante, nunca se assustaram com as suas ameaças manobras políticas. Tinham como princípio não se deixar abater pelo que o inimigo lhes impunha, mas procuravam explorar as possibilidades das vantagens que daí poderiam tirar, isto é, as possíveis vantagens do projeto do adversário. Vantagens racionais, um aproveitamento racional e metódico da situação desfavorável de subordinação. Evitavam confrontos frontais com o inimigo. A ordem por que optavam era “Resistir é Vencer!” Utilizavam as sombras/a escuridão, os projetos dos indonésios, por isso, Xanana Gusmão dizia que “o dia era dos javaneses e a noite era da guerrilha”<sup>588</sup>. “O guerrilheiro é o jesuíta da guerra expressando as características essenciais à guerrilha: surpresa, perfídia e ação noturna”<sup>589</sup>.

“Lia e relia o *livro vermelho*, de Mao Tsé-Tung e admirava-se com a forma simples de dizer coisas profundas”, lembra Xanana Gusmão<sup>590</sup>. As teorias de Mao Tsé-Tung foram fundamentais para a reorganização da luta armada. Era um método seguro de análise e de previsão dos factos, quebrando subjetivismos e consolos de consciência: a dialética da realidade, o conceito de conjuntura”<sup>591</sup>!

---

<sup>585</sup> Gusmão (1994), *Timor...*, p. 83.

<sup>586</sup> *Idem, ibidem*, p. 83, Nota explicativa – Esta mensagem de Xanana Gusmão pressagia a viragem ideológica da Resistência timorense. A FRETILIN, que tinha surgido como uma frente nacionalista abrangente, não ideológica, foi assumindo posições cada vez mais doutrinárias com a chegada a Timor-Leste, em setembro de 1974, de estudantes universitários timorenses influenciados pelas doutrinas e *slogans* maoístas da época. Abílio Araújo e a sua esposa, Guilhermina Araújo, portuguesa, ambos estudantes de Economia, António Duarte Craverino, estudante de Direito, e Vicente Sa’e, estudante de Engenharia, foram os responsáveis pela radicalização ideológica da FRETILIN e a sua transformação em “Partido Marxista-Leninista”. A criação do PML tinha sido decidida em 1977, mas só ganhou forma oficial em 1983. Abílio Araújo foi eleito Secretário-Geral.

<sup>587</sup> Gusmão (1994), *Timor...*, p. 105.

<sup>588</sup> *Idem, ibidem*, p. 142.

<sup>589</sup> Eder Sader (org.) (2011), *Che Guevara Política*, São Paulo, p. 84.

<sup>590</sup> Gusmão (1994), *Timor...*, p. 32.

<sup>591</sup> *Idem, ibidem*, p. 33.

Em grupos procuravam compreender as questões estratégicas de Mao Tsé-Tung.

“A mudança desejada da teoria da guerra, uma teoria que empolgava no plano de ideias, no pensamento estratégico, mas uma teoria que necessitaria de muitas e pesadas derrotas para se compreender a verdade científica da guerra: “Toda a guerra é específica, no tempo e no lugar. Toda a guerra é evolutiva, no desenrolar da própria guerra”<sup>592</sup>.

No encontro, com João Branco,<sup>593</sup> em casa de Miguel, assentaram ideias sobre a continuidade da luta. “O exército deve fundir-se com o povo de maneira que este veja nele o seu próprio exército. Um exército assim é invencível”, como referiu Mao sobre a Guerra Prolongada<sup>594</sup>. “Quem deu ordens para contactar com as pessoas da vila foi Xanana Gusmão. O objetivo era conhecermos o inimigo: que armamentos e planos tinha e qual era a moral da população”. Essa ordem foi dada antes da morte do Nicolau Lobato<sup>595</sup>.

“Há outros axiomas profundos na tática de guerrilhas. O conhecimento do terreno deve ser absoluto. O guerrilheiro não pode desconhecer o lugar onde vai atacar e, além disso, deve conhecer todos os trilhos de retirada, bem como todos os caminhos de acesso aos que estão próximos, as casas amigas e inimigas, os lugares mais protegidos, aqueles onde se pode deixar um ferido, aqueles outros onde se pode montar um acampamento provisório, enfim, conhecer como a palma da mão o teatro das operações. E isso faz-se e consegue-se porque o povo, o grande núcleo do exército guerrilheiro, está por detrás de cada ação. Os habitantes de um lugar são transportadores, informadores, enfermeiros, fornecedores de combatentes, enfim constituem os acessórios importantíssimos da sua vanguarda armada”<sup>596</sup>.

Segundo Xanana Gusmão, “Os generais indonésios tinham tomado consciência de que em Timor-Leste era um povo inteiro que resistia!<sup>597</sup> E dava apoio total à guerrilha. Era a aplicação da metáfora da teoria de convivência com o inimigo: o exército vermelho era o peixe e o povo a água. Fora da água, o peixe morrerá e sem o peixe a água ficará mais pobre<sup>598</sup>. O exército vermelho era o peixe e os agricultores a água. O peixe poderia morrer fora de água e a água tornar-se-ia mais pobre sem o peixe. Aplicando-o no concreto ao caso de Timor-Leste, as FALINTIL eram o peixe e o povo a água.

Vários foram os exemplos desse contacto da Resistência timorense com o inimigo que resultavam na aquisição de munições para a Resistência; na assistência médica aos feridos; na deslocação dos

---

<sup>592</sup> *Idem, ibidem*, p. 33.

<sup>593</sup> João Branco foi um dos comandantes que se rendeu aos indonésios com 64 armas, mas, depois, tanto ele como os seus soldados foram mortos pelos indonésios. Cf. Domingos de Sousa (2013), *Vozes da Resistência Timorense*, entrevista com Mau Kiak, p. 254.

<sup>594</sup> Tse-Tung, *Obras Escolhidas, Tomo III* (24 de abril de 1945) citado no *O Pequeno Livro Vermelho*, p. 169.

<sup>595</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 200.

<sup>596</sup> *Obras de Che Guevara (1980), Textos Políticos*, Centro Editorial Latino Americano, p. 68.

<sup>597</sup> Gusmão (1994), *Timor...*, p. 173.

<sup>598</sup> SHUYUN (2006), *The Long March*. London: Harper Press / Harper Collins Publishers, p. 18.

guerrilheiros de um lugar para outro; na passagem de informações à guerrilha como, por exemplo, notícias, planos de assalto, ataques, rusgas, excursões, envio de cartas da resistência ao estrangeiro, entre outros.

Recorda Xanana Gusmão que “muitos batalhões evitavam o confronto de armas com a guerrilha e procuravam meios para os informar. Até 1978 recebiam ajudas de colegas desconhecidos que deixavam munições, materiais de explosão e medicamentos à guerrilha; havia comandantes de batalhão que declaravam à população que os timorenses tinham o direito de serem independentes<sup>599</sup>, até ao ponto de ameaçarem os *Babinsas, Koramil, Nangalas e Kodins*<sup>600</sup>. Todas as vezes que algum batalhão planeava algum ataque à guerrilha, havia soldados que informavam a população e eles mudavam de lugar<sup>601</sup>. Muitos guerrilheiros prisioneiros eram libertados pela calada da noite. Alguns, depois de conseguirem armas fugiam antes de serem mortos<sup>602</sup>.

Alguns, depois de se renderem eram imediatamente liquidados pelos próprios militares para evitar que fossem denunciar ao exército a posição dos guerrilheiros ou denunciar os que trabalhavam na clandestinidade<sup>603</sup>.

A Resistência timorense utilizou as teorias de Sun Tzu, *A Arte da Guerra*, para o conhecimento do inimigo:

“Conhecendo o inimigo e conhecendo-se a si mesmo, não será preciso temer o resultado de uma centena de batalhas. Apesar de o inimigo ser mais forte, como é numericamente, podemos impedi-lo de combater. Planeie como descobrir os planos dele e as suas probabilidades de sucesso. Provoque o inimigo e conhecerá os princípios da sua atividade ou inatividade. Compare cuidadosamente o exército adversário com o seu, de modo a saber onde há força em excesso e onde está a faltar a força”<sup>604</sup>.

Somente o conhecimento dos hábitos dos seus inimigos possibilita os fracos de os iludir, “tomando vantagem das suas ganâncias, das suas grandezas, das suas credibilidades ou diligência; os fracos podem manejar para se escaparem das suas garras e obter vitórias”<sup>605</sup>.

Os timorenses sabiam que alguns militares indonésios tinham pouco dinheiro. Os que queriam abandonar o país tinham de pagar uma grande soma em dinheiro. “Os *Hales* começaram a subornar vários oficiais a fim de arranjam papéis que lhes permitissem ir para a Austrália. Há quatro semanas e seis dias

---

<sup>599</sup> Gusmão (1994), *Timor...*, p. 99.

<sup>600</sup> Babinsas, Bintar Pembina Desa, Oficial Militar da Aldeia; Koramil, Komando Rayon Militer, Comando Militar Subdistrital; e Nangalas e Kodim, Komando Distrik Militer, Comando Militar Distrital.

<sup>601</sup> Sismowihardjo (1999), *Xanana Gusmão, Timor-Leste, Merdeka, Indonesia Bebas*, Solidamor, Editor Tri Agus, Sisnowihardjo, p. 22.

<sup>602</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>603</sup> A informação foi dada ao autor da tese por Luiz Gonzaga Soares, em Díli.

<sup>604</sup> Tzu (2008), *A Arte da Guerra, Os três capítulos originais*, S. Paulo, Clío Editora, p. 83, n.º 22-24.

<sup>605</sup> *Idem, ibidem*, p. 162.

foi dito a Bi e a Tal que poderiam partir, caso entregassem mais 2.000 dólares americanos.”<sup>606</sup> “Dez anos depois, após despende mais de 20 mil dólares em subornos, o casal conseguiu emigrar para a Austrália.”<sup>607</sup> Este é apenas um exemplo dos vários que se deram em Timor.

O Povo, desde as crianças de escola, aos adultos, conheciam as táticas do inimigo, de suborno, de contrainformação, de aliciamento e as suas atividades de perseguição à organização clandestina. Todo esse conhecimento era proveniente da convivência com o inimigo. Fator que no início da luta era considerado como uma traição aos princípios da luta armada, mas depois se transformou num dos fatores imprescindíveis para o sucesso da luta. A convivência não só dava à luta armada conhecimento sobre o inimigo sobre os seus pontos fortes e fracos como também do inimigo obter munições que serviram para a manutenção da luta armada.

### **6.3. A ESTRATÉGIA DA RESISTÊNCIA PACÍFICA: TRANSCRIÇÕES PÚBLICAS E OCULTAS**

Segundo James Scott, cada grupo subordinado cria uma transcrição oculta, que representa uma crítica do discurso do poder sem o conhecimento do dominador. O detentor do poder, por sua vez, desenvolve uma transcrição oculta representando as práticas das suas regras que não são abertamente manifestadas. Nós viemos a Timor para vos libertar do colonialismo português, proclamavam os indonésios para justificar a ilegalidade da invasão<sup>608</sup>.

A impossibilidade de ganhar a guerra sob o ponto de vista militar originou novas formas de luta: internacionalização da luta após o assassinato dos cinco jornalistas australianos, a 16 de outubro de 1975, em Balibó. Daí surgiu a estratégia de “Indonesiação do conflito da guerra”. O trabalho foi encarregado ao grupo da Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste (RENETIL), sob a chefia de Fernando Lasama, pelos estudantes timorenses espalhados pelas universidades indonésias. O objetivo era despertar a consciência do povo indonésio para a dramática situação de Timor-Leste e conquistar a simpatia dos indonésios para a luta em Timor e convencer a camada intelectual de que a guerra em Timor não trazia nenhum proveito às duas partes e de que existia um inimigo comum, a ditadura militar de Suharto. Esta tática afetou uma parte que Suharto não tinha em conta: a simpatia do povo indonésio. A necessidade de fazer a guerra no próprio solo indonésio foi imperativo. Mostrar ao adversário os pontos fortes e ocultar os pontos fracos, como também evitar os pontos fortes do inimigo e explorar os seus pontos fracos. Ganhar a simpatia do povo indonésio foi uma estratégia conseguida a ponto de o governo indonésio sofrer contínuas pressões do seu próprio povo. A transformação do conflito timorense num assunto internacional foi um dos objetivos alcançados. Foi assim que o Massacre de Santa Cruz, a 12 de novembro de 1991, se

---

<sup>606</sup> Taylor (1993), *Timor...*, p. 16.

<sup>607</sup> *Idem, ibidem*, p. 12.

<sup>608</sup> Scott (1987), *The weapons of the Weak, Hidden Transcript*, p. XII.

transformou numa preocupação de interesse internacional. A utilização dos meios de comunicação indonésios serviu para denunciar à comunidade internacional os crimes e assassinatos dos indonésios, ao ponto de se concluir que o único país que apoiou Timor-Leste em termos de logística foi a própria Indonésia, com dinheiro, faxes, telefones fixos e telemóveis, rádios, televisões, antenas parabólicas, transportes, medicamentos, mantimentos, recursos humanos, inclusive soldados indonésios e os seus armamentos. A simpatia do povo indonésio foi conquistada. Com o Massacre de Santa Cruz, Timor-Leste conquistou a simpatia internacional. Por meio da RENETIL a luta de Timor pela independência foi transferida para a Indonésia.

Pretende-se aqui fazer uma descrição utilizando os conceitos das formas quotidianas de resistência, as Transcrições Públicas e Ocultas segundo James C. Scott apresentadas no seu livro, *Weapon of the Weak Everyday Forms of Peasant Resistance*.<sup>609</sup>

“As transcrições públicas são apresentadas como um meio de descrever as interações abertas entre subordinados e os detentores do poder.”<sup>610</sup> Nessas interações, o comportamento dos subordinados é estrategicamente tomado para satisfazer as expectativas dos poderosos, dando sinais de deferência, respeito, não questionando ou replicando os insultos.<sup>611</sup> “Públicas” significa abertamente declaradas. “Transcrição”, segundo Scott, são gestos, palavras, ações e expressões culturais produzidas por ambas as partes; representação é o modo através do qual uma determinada realidade social é dada a ler, apresentada, construída e pensada<sup>612</sup>.

Além da resistência armada o povo optou também pela resistência pacífica, ou seja, transcrições ocultas nas formas quotidianas contra o invasor. Nessa resistência pacífica, os timorenses atuavam de tal maneira que procuravam que os seus comportamentos se coadunassem com as expectativas dos invasores, dando sinais de respeito, obediência sinceridade, concordância com as expectativas dos invasores. Aparentemente pareciam estar totalmente de acordo com a integração, participavam nas cerimónias do içar da bandeira nos dias nacionais e nas primeiras segundas-feiras de todos os meses, colocavam bandeirolas em casas para mostrar que eram nacionalistas, criticavam e insultavam os guerrilheiros diante dos indonésios, entre outros<sup>613</sup>. Os detentores do poder também utilizavam as transcrições públicas, quando pretendiam esconder factos inconvenientes que levantassem dúvidas sobre a sua legalidade. Para se defenderem e legalizar a ilegalidade da ocupação diziam “*kita ini sama-sama, kulit kita sama*”, somos iguais, temos a mesma cor da pele.

---

<sup>609</sup> Scott, James C. (1985), *Weapon of the Weak Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven and London, Yale University Press,.

<sup>610</sup> Scott, James C. (1987), *Domination and the Arts of Resistance, Hidden Transcripts*, New Haven and London, Yale University Press, p. 2.

<sup>611</sup> Carneiro, Deivy Ferreira (2011), *Transcrições Públicas e Ocultas: a tentativa de sublevação alemã na colônia agrícola D. Pedro II (Juiz de Fora – 1858)*, p. 56.

<sup>612</sup> Scott (1987), *Domination...*, p. 63.

<sup>613</sup> *Idem, ibidem*, p. 2.

Além das transcrições públicas, ambas as partes, os detentores do poder e os dominados, elaboram também as representações na ausência do outro, conhecidas como transcrições ocultas. Os dominados tentam desabafar e restabelecer a dignidade longe das atenções dos detentores do poder, fora da observação direta dos detentores do poder, estabelecendo interações sociais entre si. Como exemplos: o comandante militar indonésio, o *Panglima*, recebeu dos timorenses o título de “Cinco Pães” com a seguinte explicação; *Pang* era traduzido por pães, e *lima*, em Tétum, significa pães. A camioneta militar “Hino” era denominada de *Kareta Maromak*, Carro Deus. Era a viatura militar que não conhecia a marcha atrás. Quando se cruzava com outras viaturas pelo caminho, todas tinham de lhe ceder obrigatoriamente a passagem. Aos padres e madres indonésios, os timorenses apelavam-nos de “*madres bapaks ou padres bapaks*”, conotação para significar que estavam mais a favor dos invasores do que pelo direito do povo timorense. Essas manifestações eram também proferidas em localidades e em determinadas ocasiões. Por exemplo no Carnaval dizia-se que tudo era admitido. Os timorenses desforravam-se, lançando sobre os indonésios lodo, ovos podres, água suja e outras coisas mais.

Segundo James Scott, são representações que ambas as partes elaboram entre elas na ausência do outro e, no caso dos fracos, elas são formuladas fora da observação direta dos detentores do poder, sendo também formadas por práticas gestuais e/ou sonoras que confirmam, contradizem ou flexionam o que aparece na transcrição pública. É através delas que as pessoas formulam os protestos relativos à realidade social e organizam a resistência quotidiana<sup>614</sup>.

O conhecimento desses conceitos ajuda a compreender o papel da resistência passiva dos timorenses contra a ocupação indonésia.

“O inquilino francês Old Tiennon”, segundo Scott, orgulhava-se de ter aprendido que “a arte de dissimulação era tão necessária na vida,”<sup>615</sup> tendo conhecimento da hostilidade dos brancos para com os homens de cor, simulava e comportava-se com humildade falsa, como:

- 1.º Não exibir o pouco dinheiro que possuía, mas apresentava o aspeto da sua condição de um escravo submisso escravo;
- 2.º Não se apresentava como inteligente, mas como ignorante.

Foi esta última atitude que alguns timorenses da resistência usavam para se salvarem, resistindo pacificamente à ocupação, utilizando uma ignorância fingida. Solicitavam aos clandestinos prisioneiros para escrever, mas alguns fingiam que não sabiam escrever: “Entregaram-nos algumas esferográficas, mas eu fingi que não sabia escrever”<sup>616</sup>.

---

<sup>614</sup> Scott (1987), *Domination...*, p. 58.

<sup>615</sup> *Idem, ibidem*, p. 2.

<sup>616</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 215.

Para a prisão de Penfui, em Cupão, só foi uma mulher, que parecia uma analfabeta. No regresso a Timor, via-a falar bem português comigo e muito claramente<sup>617</sup>. *Play fool, to catch wise*, “faz-te estúpido para seres visto como inteligente”, provérbio dos escravos jamaicanos<sup>618</sup>.

Os indonésios nutriam antipatia por aqueles que sobressaíam e se mostravam espertos. “Fizemos parte do Clube Coqueiros. Um indonésio fixou-nos e disse: “*GPK itu pemain bagus. Besok kasih habis semua*”, cuja tradução é “aquele sujeito do Bando Perturbador da Segurança é um bom jogador. Matem-nos todos amanhã”<sup>619</sup>.

Para ficarem bem vistos, os funcionários públicos e os estudantes participavam todas as segundas-feiras na cerimónia do içar da bandeira indonésia; cantava-se o Hino Nacional Indonésio, “*Indonésia Raya*”, seguido da mentalização dos cinco princípios da filosofia do estado Indonésio, “*Pancasila*”, que era o chefe da cerimónia, pronunciava em voz alta e todos os funcionários eram obrigados a repetir, para ficarem bem vistos, “satisfazendo a expectativa dos ocupantes”, mas na realidade era apenas uma simulação. Os funcionários públicos tinham o objetivo de ganhar algum dinheiro para o sustento da família; não se sentiam indonésios, nem possuíam o sentido de pertença, por isso não faziam um trabalho com seriedade e disciplina. Os indonésios tinham conhecimento dessa atitude dos timorenses e diziam: sabemos que gostais mais do *Rp*, a *rupiah* indonésia, do que o RI, a República Indonésia. Dizia-se que os funcionários públicos pertenciam ao Batalhão 702: começavam o trabalho às 7 horas da manhã, não faziam nenhum trabalho e saíam às 2 horas da tarde.

“Assim as formas cotidianas de resistência não exigem que sua manifestação seja coletiva, ou seja, atos intencionais e individuais de resistência podem suscitar e produzir consequências inteiramente imprevisíveis. A fusão do elemento de auto-interesse e da resistência é a força vital da resistência camponesa. Quando se cuida de atos raros e isolados, eles são de pouco interesse, mas quando tais atos se tornam um padrão consistente, embora não coordenado, representam atos de resistência”<sup>620</sup>.

Várias eram as formas e atos da resistência utilizadas pelos timorenses:

“As convicções religiosas dos desprivilegiados refletem um implícito protesto contra o seu destino. Fomentado pelos ressentimentos, enfatizam solidariedade, igualdade, ajuda mútua, honestidade, simplicidade e fervor emocional. Selecionam músicas, histórias, danças, textos e rituais para os enfatizar e adotam para o seu próprio uso e criam novas práticas culturais e estratégias que possam satisfazer as suas necessidades sentimentais”.<sup>621</sup>

---

<sup>617</sup> *Idem, ibidem.*, p. 381.

<sup>618</sup> Scott (1987), *Domination...*, p. 3.

<sup>619</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 134.

<sup>620</sup> Deponti, Cidónea Machado, Sérgio Scheider, *Grupo Organizado do Lar (GOL): um espaço de liberdade e de Resistência Camponesa*. Consultável em: [www.sbsociologia.com.br](http://www.sbsociologia.com.br), p. 6, Arquivo consultado em junho de 2016.

<sup>621</sup> Scott (1987), *Domination...*, p. 157.

As procissões ocupavam na vida social e religiosa do povo timorense um papel importante, como as do Corpo de Deus, do Senhor dos Passos, realizados na Semana Santa, e a da Nossa Senhora de Fátima, realizada no dia 13 de outubro. Durante a ocupação indonésia, essas procissões ganharam, além de uma dimensão religiosa, uma dimensão política. O número dos participantes aumentou consideravelmente. Tornaram-se frequentes as peregrinações com a Cruz Jovem, a peregrinação de Nossa Senhora de Fátima para todos os distritos, a colocação da imagem de Cristo no Monte Matebian, Ketikura, o ponto mais alto do Monte Matebian, em memória dos que tombaram sob o bombardeamento dos indonésios. Essas peregrinações movimentaram quase toda a população de Timor-Leste; cristãos e não cristãos, e transformaram-se num movimento nacional.

A participação em massa nas missas celebradas pelo Bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo e a participação nas missas em português na igreja de Motael, única igreja em todo o Timor que, durante a ocupação indonésia, mantinha uma das missas em português aos domingos, era outro meio de manifestação da resistência pacífica.

O uso da língua portuguesa na comunicação diária, nas cerimónias religiosas e na comunicação entre a guerrilha, como se pode demonstrar pelas siglas que se utilizavam durante a ocupação indonésia; em várias famílias, o português continuava vivo e a língua aparecia como fator de diferenciação.

O acesso às rádios estrangeiras, como a BBC, na Inglaterra, a Rádio Neederland, na Holanda, a Rádio da Austrália, a Voz da Alemanha, a Voz da América, transmitidas tanto em português como em *Bahasa Indonésio*. O aparecimento da Rádio Televisão Portuguesa Internacional (RTPI) criou nos timorenses uma quase obrigação na aquisição da Antena Parabólica. Para demonstrar a autoafirmação de ser um povo diferente, os timorenses organizavam festas com danças europeias, diferenciando-se das da Indonésia, em que o baile não era parte do programa e era tido como influência ocidental.

A realização do Carnaval foi aproveitada como oportunidade para exprimir o antagonismo contra os ocupantes, lançando sobre eles ovos podres e lodo. A razão era que durante o Carnaval muita coisa era admissível:

*“The poor and the powerless used the occasion to express their accumulated resentments against the rich and powerful<sup>622</sup> [...] “For the lower classes, who spent much of their lives under the tension created by subordination and surveillance, the carnivalesque was a realm of release”<sup>623</sup>.*

A Escola do Externato de S. José foi acusada de organizar os protestos contra a Indonésia na visita do Papa João Paulo II a Díli, em Tacitolu, a 12 de outubro de 1989, e de organizar a manifestação de Santa Cruz a 12 de novembro de 1991. Foi a única escola que se manteve com o programa de língua e

---

<sup>622</sup> Scott (1987), *Domination and the Arts of Resistance, Hidden Transcripts*, p. 174.

<sup>623</sup> *Idem, ibidem*, p. 175.



currículo português durante o tempo da ocupação indonésia até ao Massacre de Santa Cruz. Pelo Decreto n.º. 0057/I27/I/ 1992, o Governo encerrou a escola do Externato de S. José<sup>624</sup>.

Os grupos subordinados procuram meios para enviar as suas mensagens, ato que requer experiência e capacidade para testar e explorar todas as brechas, ambiguidades, silêncios e lapsos que possam existir.<sup>625</sup> As trocas de mensagens que vinham do mato para a cidade e vice-versa, ou para o exterior do país, eram simuladas. Utilizava-se a confiança dos colegas da repartição, como uma secretária que se serviu da confiança do *Sekwilda*, ou seja, secretário da região, para enviar uma carta da Resistência para Jacarta<sup>626</sup>. Usavam-se colaboradores da inteligência indonésia, que tinham acesso livre no aeroporto, entregando-lhes materiais e documentos provenientes do exterior para a guerrilha<sup>627</sup>; serviam-se da proibição islâmica de tocar na carne de porco, escondendo cartas da Resistência, embrulhadas, juntamente com chouriços, livrando-se assim da inspeção policial<sup>628</sup>; serviam-se da confiança dos comandos, observando no gabinete dos comandantes os planos dos ataques à guerrilha e transmitindo aos guerrilheiros aquilo que se passava no seio da tropa indonésia: planos de assalto, ataques, rusgas, incursões, hora, local e data”<sup>629</sup>.

“As comunidades do mesmo destino criaram uma distinta e unificada subcultura e desenvolveram os seus próprios códigos, mitos, heróis e padrão social.”<sup>630</sup> Os timorenses utilizavam muito os códigos para desviarem a atenção dos detentores do poder. Era muito frequente o uso de pseudónimos na guerrilha. Quase todos os guerrilheiros possuíam um nome que denominavam de “*naram ai laran*”, nome do mato, que se utilizava na guerrilha e “canções do mato”, músicas da Resistência, músicas tradicionais timorenses que a guerrilha colecionou e lhes deu um sentido nacional. Alguns exemplos desses nomes seriam utilizados para sempre, como, por exemplo: José Alexandre Gusmão (Kay Rala Xanana Gusmão); José Maria de Vasconcelos (Taur Matan Ruak); Tito da Costa (Lere Anan Timur); Vidal de Jesus (Riak Leman); Donaciano Gomes (Ran Nakali); Domingos Raul (Falur Rate Laek); José António da Costa (Mau Hunu); António Carverino (Mau Lear); Maria do Céu Pereira (Bi Lear); Pe. João Felgueiras, S.J. (Hadomi), padre Rafale dos Santos (Pahata), entre outros. Foi assim que surgiram os nomes dos

---

<sup>624</sup> Keputusan Kantor Wilayah Departemen Pendidikan dan Kebudayaan – Propinsi Timor- Timur Nomor; 0057/I27/I/ 1992 tentang, Penutupan Sekolah Externato de São José di Díli Propinsi Timor-Timur, ditetapkan di Díli, pada tanggal 27 Maret 1992/ Decreto do Departamento de Educação e Cultura da Província de Timor-Timur/Timor-Leste No. 0057/I27/I/ 1992 sobre o Encerramento da Escola do Externato de S. José em Díli, Província de Timor-Timur/Timor-Leste, estabelecido em Díli a 27 de março de 1992.

<sup>625</sup> Scott (1987), *James...*, p. 139.

<sup>626</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 296.

<sup>627</sup> Scott (1987), *Domination...*, (1987), p. 297.

<sup>628</sup> *Idem, ibidem*, p. 296.

<sup>629</sup> Sousa *Vozes...*, (2013), p. 180.

<sup>630</sup> Kerr, Clark and Abraham Siegel (1954), “*The Inter-Industry Propensity to Strike,*” *And International Comparison.*” In *Industry Conflict*, edited by Arthur Kornhauser et al. New York: McGraw-Hill, p. 191, citado por James C. Scott (1987), *Domination and the Arts of Resistance*, p. 135.

guerrilheiros e clandestinos que poderiam ser provenientes de nomes de antepassados, símbolos tirados de algum local histórico, ou com significado de um estado de situação.

Também se utilizavam os eufemismos. “*The use of euphemism as disguise is most striking in the patterns of folktales and folk culture generally among powerless groups*”<sup>631</sup>.

Também os indonésios tinham os seus eufemismos. A morte dos líderes da Resistência significava a defesa do povo timorense, como proferiu Dading Kalbuadi perante o cadáver de Nicolau Lobato:

“Nicolau, tu não tens a culpa desta finalidade, mas também eu compreendo, porque eu venho como um soldado que tem que cumprir as ordens dos meus superiores. Tu defendes o povo de Timor, e nós também aqui estamos para defender o povo de Timor, cada um à sua maneira”<sup>632</sup>.

Assim, também surgiram os eufemismos da paz para Timor, segundo as diversas autoridades. Mas o que era a paz?

1. Para o General Yusuf, a paz era a situação produzida do diálogo com a guerrilha;
2. Para Benny Murdani, a exterminação da guerrilha;
3. Para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mochtar Kusuma Atmaja, a alteração da Constituição por Portugal;
4. Para o Núncio Apostólico, Pablo de la Puente, a expatriação dos guerrilheiros;
5. Para o Monsenhor Canalini, a rendição da guerrilha, porque poupava a vida dos guerrilheiros;
6. Para a Austrália, o acordo com Jacarta para a exploração de petróleo;
7. Para o governador Mário Viegas Carrascalão, a prenda de Natal;
8. Para Ali Alatas, o reconhecimento da integração pelo Vaticano. <sup>633</sup>

#### **6.4 A FORMAÇÃO DO CONSELHO REVOLUCIONÁRIO DA RESISTÊNCIA NACIONAL (CRRN)**

No dia 1 a 8 de Março de 1981, organizou-se a Primeira Conferência Nacional, em Aitana, Lacluta. Nessa conferência, tomou-se a decisão de que a Ponta Leste, que tinha mais forças, fizesse uma maior cobertura até à região Haksolok, no Oeste. Algumas forças do Oeste foram solicitadas a se juntarem com as da Ponta Leste, para que pudessem adquirir um maior conhecimento do terreno. Ficando sozinhos no Oeste,

---

<sup>631</sup> Scott (1987), *Domination...*, p. 153.

<sup>632</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 22.

<sup>633</sup> Gusmão (1994), *Timor...*, p. 72.

não lhes era vantajoso, porque desconheciam outras localidades.<sup>634</sup> Nesta conferência de Reestruturação dos membros do Comité Central apenas estavam Xanana Gusmão e Mau Hunu.

Foram nomeados nove novos membros para o Comité Central: José da Costa, Bere Malae Laka, Reinaldo Correia (Kilik Wae Gae), Diniz Carvalho (Nelo Kadomi Timor), Sakin Nere Ulas Timor Lemo Rai, Holly Nataxa, Tito da Costa (Lere Anan Timor), Hari Nere e Paulino Gama (Mauk Morok) Teki Timor Ran Nakali Lemo Rai). Todos eles, juntamente com Xanana Gusmão e Mau Hunu, tornaram-se membros do Comité Central dentro do país.

É importante o conhecimento do Reajustamento Estrutural da Resistência e a Proposta da Paz. O resumo baseia-se na “Mensagem de Xanana dirigida aos estudantes timorenses na Indonésia (em Dezembro de 1998)”, focando a nossa atenção especificamene para o Reajustamento Estrutural<sup>635</sup>.

Esse reajustamento teve uma influência significativa na resistência, na condução da luta armada e os efeitos na sociedade timorense, como também os impactos negativos que surgiram tanto durante a luta armada como após a restauração da independência.

Com a destruição das bases de apoio, as exigências da luta tornaram-se diferentes e, segundo Xanana, planeou-se estabelecer uma estrutura orgânica armada, que pudesse abranger também as zonas ocupadas recorrendo ainda às linhas gerais da anterior orgânica. Com isso nasceu uma estrutura complexa: O Conselho Revolucionário da Resistência Nacional (CRRN), a Manutenção da RDTL e uma Remodelação do Comité Central da FRETILIN ”<sup>636</sup>.

Foi anulada a política do Partido Maoísta Leninista “FRETILIN” e aproveitou-se apenas o Departamento de Orientação Política e Ideológica (DOPI). O Comité Central ficou assim reduzido:

- Secretario Geral – Abílio de Araújo
- Comissário Político Nacional – Xanana Gusmão
- a. No interior com as actividades concretas:
  - Mau Huno, Mau Hudu, Bere, Kilik, Nelu, Sakin, Holy, Lere, Harin e Mauk.
- b. No exterior :
  - Mari Alkatiri, Roque Rodrigues, Jose Luis Guterres, Guilhermina Araújo, Ramos-Horta (que recusou o partido) e Rogerio Lobato (expulso).

A grande preocupação que se teve foi a de eliminar o confronto existente entre a capacidade de fazer algo e o desafio da situação prevalecente. Para dar seguimento à luta, exigiu-se a criação de algo melhor ou diferente do que existia, em termos ideológicos, ou idealizar uma estrutura mais prática e mais

---

<sup>634</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 537.

<sup>635</sup> Gusmão (1994), *Timor ...*, pp. 95-102.

<sup>636</sup> *Idem, ibidem*, p. 95.

dinâmica. Surgiu assim uma eficaz oposição política armada perante a ocupação da Pátria e como consequência pensou-se objectivamente no conceito de uma estrutura.

Em 1982 foi extinta a função do comissário político nacional. Porém, na estrutura do CRRN ainda existia o Órgão da Presidência, cuja responsabilidade recaía no Comandante-em-chefe e não em um Presidente. Na Constituição do RDTL, o Presidente da República era o Comandante em Chefe que vivia no interior do país.

Outra preocupação foi a de escolher elementos capacitados para as estruturas. Era pertinente rever periodicamente a relação que existia entre os agentes escolhidos e os seus deveres, baseando-se nos pontos de referência como: espírito de entrega, de decisão, preocupação e danmismo, espírito de iniciativa e de sacrifício, qualidades apropriadas para um guerrilheiro. Isto, porque existiam companheiros que se satisfaziam apenas com postos, segundo Xanana. A auto-satisfação e o “deixar andar” eram a virtude dos quadros superiores. Por isso, foi necessária a remodelação na Estrutura da Resistência, em 1984. Os membros do Comité Central pensavam que eram imunes e livres de erros e de serem criticados. Com a remodelação surgiu a seguinte estrutura:

O centro operacional da Resistência passou para a responsabilidade das FALINTIL, que se relacionavam mais com a luta armada e, por isso, as grandes decisões passavam a caber mais ao Comandante-Chefe das FALINTIL, que algumas vezes não estava em sintonia com o Chefe do Estado Maior. Esses atritos podem ser verificados pela declaração de Xanana Gusmão:

“Como Comandante-Chefe nas Forças Armadas não existe democracia. Ou se faz a guerra ou não se faz. Eu fiz uma reestruturação. [...] Quando se trata de um problema político, pode-se ter uma discussão inteligente. Quando o problema é militar, em guerra é o Comandante-Chefe que dá ordens”<sup>637</sup>.

Devido a esses problemas, Kilik e Mauk Moruk, que quiseram sublevar as Forças Armadas, foram expulsos do Comité Central. Declararam-se comom pertencendo ao Comité Central (CC) de Hudi Laran. Os efeitos desta decisão fizeram-se sentir imediatamente na resistência armada, com a rendição de Mauk Moruk, e prolongaram-se até após a Restauração da Independência, culminando com a morte de dois dos seus elementos, num combate com as forças das FDTL, em Venilale Subdistrito de Baucau, no dia 10 de Agosto de 2015.

Segundo Xanana Gusmão várias unidades lideradas por Kilik Wae Gae, Mauk Moruk, estavam passivas perante o exército de ocupação, como também Mauk Moruk e Kilik Wae Gae se opuseram à política da extinção do Partido Maoista Leninista FRETILIN e à política da Unidade Nacional. Essas foram as razões da expulsão<sup>638</sup>. A Brigada Vermelha era uma dessas unidade, cujo objectivo era fazer

---

<sup>637</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. V, Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 32.

<sup>638</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Capítulo V, Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 34-35.

atuações militares, emboscadas e assaltos e tinha como o seu primeiro Comandante Mauk Moruk e, como segundo Comandante Ologari Assuwain<sup>639</sup>.

Outra Unidade era o Destacamento da Guerrilha, cujo objectivo era organizar a população juntamente com os adjuntos, assistentes e quadros políticos, para formar a organização clandestina nas vilas e nos campos. Preparavam as condições para os assaltos militares depois da verificação da posição do inimigo. Quando concluíam que já havia um alvo para o ataque, comunicavam à Brigada Vermelha para a atuação militar, com assaltos ou emboscadas. O objetivo do Destacamento Nacional era também fazer as ligações a nível nacional.

O chefe do Estado-Maior, era o comandante Kilik e o subchefe era Nelo. O outro era Mau Hudu, que trabalhava dentro da Brigada Vermelha. Havia comissários colocados nas três regiões; Saki Nere, na Região Central, Lere Anan, na Região Leste, e Mau Hudu, na região Haksolok.

A morte e a rendição dos opositores à Unidade Nacional não enfraqueceu o CRRN. Na diáspora, a UDT continuava a recusar em cooperar com a CRRN devido às palavras do Conselho Revolucionário, que segundo a UDT era Marxista-Leninista. A UDT da diáspora continuava ressentida com o problema de 1975, depois de passados quase vinte anos. Em Portugal e na Austrália, alguns timorenses tinham uma mentalidade diferente em relação aos timorenses do interior do país. Os desentendimentos causados pelos atritos políticos de 1975 ainda estavam latentes e ativos.

Continuando com a reestruturação, no CRRN foram extintos vários departamentos que não estavam produzindo frutos, e só traziam divisionismo, devido aos entraves colocados pelos próprios membros do Comité Central, com questiúnculas como “mandas no teu e eu mando no meu”. O Comandante-Chefe acumulou as funções de CEM (Chefe do Estado-Maior); Lere deixou de ser membro do Comité Central e exercia apenas as funções de Comandante de Unidade. Alguns membros do Comité Central não se interessavam pela coordenação e atuavam como se estivessem independentes da estrutura e tomavam atitudes como “mandas no teu e eu mando no meu”. E o Comandante-Chefe acumulou as funções de CEM (Chefe do Estado-Maior);

Lere foi afastado de membro do Comité Central e exerceu apenas funções de Comandante de Unidade. Riak Leman relata que o desentendimento que surgiu entre Xanana Gusmão o Chefe do Estado-maior das FALINTIL, Kilik Waigae, o Comandante da Brigada Vermelha, Mauk Moruk, e alguns dos comandantes, foi devido à mudança da ideologia e à extinção do Partido Marxista Leninista FRETILIN (PMLF) e opuseram-se à Unidade Nacional e à estratégia de guerra. Mauk Moruk, 1.º Comandante da Brigada Vermelha, foi despromovido para Comandante da Unidade e Ologari, 2.º Comandante da Brigada

---

<sup>639</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. 5. Resistência: Estruturas e Estratégia, p. 30.

Vermelha, também foi despromovido, enquanto Kilik Wai Gae continuou com a mesma posição. Tanto a despromoção como o desmantelamento do Partido Único não lhes agradaram<sup>640</sup>.

Segundo o Major-General Lere Anan Timur, a demora da tomada de decisão, que causou a morte de muitos guerrilheiros, obrigou Xanana Gusmão a fazer uma reestruturação radical. Xanana Gusmão obteve mais apoio, enquanto alguns deles foram mortos, outros foram apanhados e outros renderam-se<sup>641</sup>.

Xanana Gusmão, no seu depoimento à Comissão, disse que fez a reestruturação devido à incapacidade de Mauk Moruk na liderança de uma companhia. Não tinha planos e limitava-se a estar quieto e seguro nas montanhas, cercado pelos seus companheiros. E Ologari, Vice-Comandante, limitava-se a não fazer nada. E deu-lhes ordem para comandar companhias, e devido a essas mudanças chamaram-no de traidor. O verdadeiro problema era a reestruturação militar<sup>642</sup>.

Cornélio Gama (*Leki Nahak Foho Rai Boot*) esclareceu a Comissão que houve divergências sobre a dissolução do PMLF, e também sobre a despromoção; Mauk Moruk e Ologari tornaram-se comandantes da Região e Kilik Wae Gae assumiu o cargo de Comandante da Brigada Vermelha.<sup>643</sup>

Taur Matan Ruak, que na altura pertencia aos quadros do Estado-Maior, notificou que os movimentos de Kilik e dos seus aliados eram estranhos. Tinham atitudes sempre divergentes das de Xanana Gusmão e classificou o movimento deles como “estranho”. O Comité Central expulsou Kilik e Mauk Moruk. O grupo dissidente desmembrou-se do grupo da Resistência; Kilik e Okam morreram no combate contra os indonésios. Mauk Moruk e Ologari renderam-se às forças da ocupação<sup>644</sup>.

Outra preocupação foi colocar a Ocupação Militar Indonésia num contexto mais Nacional e Nacionalista e evitar que a Unidade Nacional não ficasse bloqueada. Foi assim que se pôs de lado a Política do Partido Maoísta Leninista Fretilin, e restabelecer a capacidade da FRETILIN como um movimento não necessariamente comunista. Em 1985 o CCF ficou assim estruturado:

- Presidente – Abílio de Araújo
- Vice-Presidente - Mari Alkatiri
- Secretário de Relações Externas - Ramos Horta
- Comandante das FALINTIL – Xanana Gusmão.

As FALINTIL foram estabelecidas como o braço direito do Povo Maubere<sup>645</sup> e não como guerrilheiros das FALINTIL.

---

<sup>640</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 278.

<sup>641</sup> Major-General Lere Anan Timur, II Conferência Internacional – Memória e Identidade Nacional, *Vozes de Resistência*, Díli, Timor-Leste, de 15 a 18 de agosto de 2016.

<sup>642</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Capítulo V, Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 35.

<sup>643</sup> *Idem, ibidem* p. 35.

<sup>644</sup> *Idem, ibidem*, p. 35.

<sup>645</sup> Gusmão (1994), *Timor...*, p. 96.

As divergências internas na UDT e o radicalismo na DFSE obrigaram os líderes das FALINTIL a permanecer activos no CCF, embora tivessem declarado o apartidarismo das FALINTIL, com o objectivo de servir os superiores interesses do povo.

As ações conjuntas da UDT/FRETILIN começaram a produzir bons frutos com a eliminação dos desentendimentos no seio da UDT.

No processo de UNIR todas as forças opostas à ocupação indonésia, abriu-se o caminho para a Convergência Nacionalista.

A ideologia de “a política comanda o fuzil foi posta de lado”<sup>646</sup>. O Conselho Revolucionário de Resistência Nacional foi ampliado para um plano verdadeiramente Nacional.

A Resistência Política e Armada deixou de ser considerada como uma acção política promovida e garantida pela FRETILIN, cuja idoneidade ou competência nunca estará em causa.

Abaixo do CRRN estavam as Comissões Regionais de Resistência, a nível de Subdistritos estavam os Centros de Resistência Nacional (CERNAC), e a nível das aldeias os Núcleos de Resistência Popular (NUREP).

Quadro 5 – Reorganização Nacional em 1981

| <b>Região</b>   | <b>Distritos abrangidos</b>                   | <b>Comandantes</b> |
|---|---|--------------------|
| Região da Ponta Leste. Também conhecida como <i>Funu Sei Nafatin</i> <sup>647</sup> . | Lospalos, Baucau, Viqueque e Manatuto?        | Kroaso e Lemo Rai  |
| Região Centro, também conhecida como <i>Nakroman</i> <sup>648</sup> .                 | Manatuto, Díli, Aileu, Same, Ermera e Liquiçá | Fera Lafaek        |
| Região da Fronteira, ou <i>Haksolok</i> <sup>649</sup> .                              | Suai, Ainaro e Maliana.                       | Venâncio Ferraz    |

Fonte: Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. 5 - Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 31.

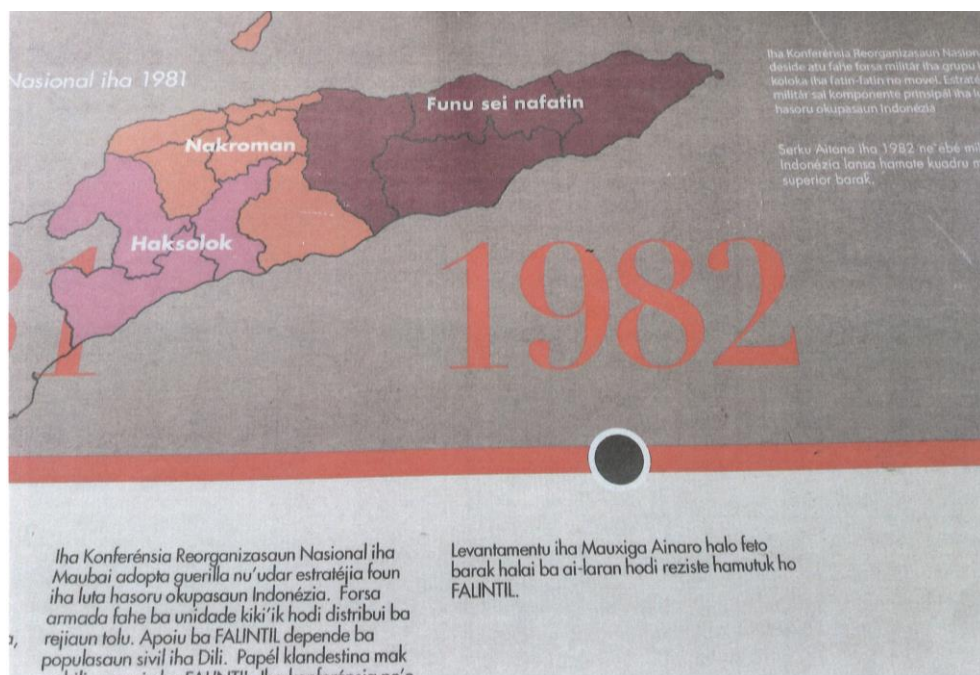
<sup>646</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. 5, Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 36.

<sup>647</sup> *Funu Sei Nafatin* – A luta continua, porque lá ainda se encontravam vivos três elementos do Comité Central: Xanana Gusmão, Mau Suka e Mau Hunu. Ainda existia uma força da Resistência, embora Matebian tivesse sido destruído. Foi desde a Região Leste que organizaram a Resistência para continuar com a guerra.

<sup>648</sup> *Nakroman* significa “luz”. Deu-se o nome de *Nakroman* porque foi nessa região que se fez a conferência nacional que deu orientações para continuar com a guerra.

<sup>649</sup> *Haksolok* significa “alegria”, proveniente da alegria que as forças de Leste e do Centro sentiram após se terem encontrado depois da destruição das bases de Apoio. Domingos de Sousa (2013), *Vozes da Resistência Timorense*, entrevista com Riak Leman, pp. 536-537.

Imagem 8 – Mapa da Reorganização Nacional em 1981



Fonte: AMRT, p. 284.

Foram também criadas zonas a nível distrital, dirigidas por três adjuntos. Tinham uma função meramente militar, com objetivos da guerra da guerrilha. O trabalho principal dos adjuntos, assistentes e ativistas consistia em formar células clandestinas nas aldeias ocupadas pelo exército indonésio, que tinham por objetivo manter o povo fiel à luta pela independência. Criou-se um sistema de CAIXAS, que era um centro de ligação onde circulavam informações, apoio logístico e mercadorias e também era um local para acolher elementos da Resistência, como testemunhou Tomás Cabral: “E como nos sentíamos inseguros, no dia seguinte regressámos a Manatuto e encontrámo-nos com Salvador, que nos disse que foi entregar os dois elementos do mato na CAIXA<sup>650</sup> em Tuanalaran, em Díli, onde elementos de Manatuto e de Lacló eram membros”<sup>651</sup>.

Era por isso que os líderes do CRRN continuavam a ser elementos da FRETILIN. Porém, em março de 1986, a situação sofreu mudanças. A UDT e a FRETILIN chegaram a um acordo em Lisboa, conhecido como Convergência Nacionalista, cujo objetivo era dissipar as suspeitas que existiam entre os partidos; contudo as dissidências continuavam a existir devido às mentalidades “A Convenção Nacional Timorense na Diáspora era, sobretudo, um desafio às mentalidades, às práticas, às atitudes e aos compromissos [...] Acumulámos demasiadas contradições no nosso seio, gerámos demasiados conflitos entre nós e tudo isto alimentou uma atmosfera viciosamente poluta e doentia. Em vez de mútuo respeito,

<sup>650</sup> Caixa – Local de ligação onde circulavam informações e mercadorias.

<sup>651</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 260.



reclamávamos poderes, e em vez de compreensão criávamos e incentivávamos desconfianças. E em vez de nos ajudarmos, minimizávamos uns aos outros.”<sup>652</sup>

A direção da UDT considerou que a reconciliação com a FRETILIN era necessária para a solução do problema de Timor, contudo, devido à experiência de 1975, estavam mais acutelados com a sua autonomia, e para isso, a UDT colocou duas condições: a definição clara de objetivos e princípios dos canais de atuação e a mediação do Governo português<sup>653</sup>.

## 6.5. APARTIDARISMO DAS FALINTIL

De 1987 a 1999, as FALINTIL sofreram uma nova transformação. A decisão de tornar as FALINTIL uma força apartidária foi uma das grandes decisões na História da Resistência Timorense. Esta tomada de decisão foi fundamental, porque conseguiu que nas fileiras das FALINTIL fossem admitidos nacionalistas que não pertenciam à FRETILIN. As FALINTIL tornaram-se uma força apartidária e uma força nacional. Acabou-se com a ideia de que só os da FRETILIN eram os únicos e legítimos representantes do povo que lutavam pela libertação de Timor-Leste.

As FALINTIL já não fazem parte do jogo político-partidário e não iriam permitir a qualquer partido político subverter a ordem estabelecida e instaurar um regime por conta própria pela via d supressão de outros. A missão das FALINTIL era a defesa da pátria de todos e a manutenção da ordem interna, estabelecida por uma constituição que proclamasse a defesa das liberdades individuais e coletivas e o respeito pelos interesses de todos os cidadãos e camadas sociais de Timor-Leste<sup>654</sup>.

Essa política criou imediatamente no seio timorense o sentimento de Unidade Nacional. No dia 7 de dezembro de 1987, as FALINTIL abandonaram a FRETILIN, contudo, como declarou Lere, muitos comandantes não estavam de acordo com a nova mudança, não queriam que fosse extinto o partido Marxista-Leninista. Segundo eles, a razão era a seguinte “Muitas pessoas morreram, sofreram, perderam os seus familiares. Desconfiavam que a liderança estava a fazer um jogo de dois bicos.”<sup>655</sup> O mesmo se deu com a liderança da FRETILIN na diáspora. Segundo Xanana Gusmão, “as FALINTIL que há 14 anos surgiram sob os maléficos ventos do divisionismo, adquiriram nestes últimos 11 anos, o verdadeiro papel que lhes cabe e que se insere apenas na defesa da Pátria”<sup>656</sup>.

---

<sup>652</sup> Gusmão (1998), *Xanana,, Mensagem*, Convenção Nacional Timorense na Diáspora, Lisboa e Peniche, 23 a 27 de abril de 1998, p. 3.

<sup>653</sup> Pires (2013), *Timor...*, pp. 190-191.

<sup>654</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. 5, Resistência:, Estrutura e Estratégia, p. 36.

<sup>655</sup> *Idem, ibidem*, p. 37.

<sup>656</sup> Gusmão (1994), *Timor...*, p. 63.

### **6.5.1. UNIDADE NACIONAL – CONVERGÊNCIA NACIONAL**

Uma das grandes mudanças de 1982 foi aceitar a presença na Resistência de elementos de outros partidos e de grupos sociais na luta pela libertação.

O encontro entre D. Martinho da Costa Lopes e Xanana Gusmão, em Mehara, Tutuala, Lautém, em setembro de 1982, foi um ponto muito importante na viragem da luta pela libertação. D. Martinho sugeriu que uma unidade nacional entre a FRETILIN e a UDT era muito importante. Também recomendou que abandonassem o Partido Comunista, que era um grande obstáculo para a luta de Timor. Com este partido, a Resistência tinha as portas fechadas, inclusivamente as da Igreja Católica. Na prática, quem morria eram os da FALINTIL, os jovens, a população e a guerra nunca mais acabava e sem apoio do mundo. Só com uma mudança se poderia fazer alguma coisa.

Em 1987, Xanana Gusmão declarou a saída da FRETILIN e as FALINTIL tornaram-se neutras. Este facto atraiu a simpatia dos partidários da UDT e de outros que aderiram à luta pela independência.

A ideia foi-se desenvolvendo a ponto de o Comité Central do PMLF optar pela Unidade Nacional como a sua política nacional, transformando a guerra e a ocupação num problema Nacional.<sup>657</sup>

Essa nova política da Resistência resultou no nascimento da Convergência Nacionalista e os guerrilheiros tomaram consciência de um dever histórico. No dia 17 de março de 1988, a Convergência Nacionalista tornou público o documento: “Timor-Leste: bases para uma solução política.”<sup>658</sup> Com esse documento nasceu a Convergência Nacional Timorense (CNT) com dois órgãos, um no interior do país e outro no exterior. Em 17 de março de 1988, a Convergência Nacional apresentou em público o texto “Timor-Leste: bases para uma solução política”. Foi assim que nasceu a Convergência Nacional Timorense (CNT), que engloba dois órgãos.

#### **A) NO INTERIOR DO PAÍS**

O Comando das FALINTIL ficou sob a responsabilidade do Comandante das FALINTIL com as seguintes competências:

1. Tomar decisões globais estratégicas;
2. Emanar orientações políticas e gerais;
3. Zelar pelo cumprimento das medidas tomadas.

O Estado-Maior das FALINTIL (EMF) tinha as seguintes competências:

4. Analisar a situação político-militar da Luta;

---

<sup>657</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. 5, Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 34.

<sup>658</sup> Pires (2013), *Timor...*, p. 195.

5. Estudar e estabelecer formas de ação adequadas para garantir a continuidade da Resistência Armada;
6. Manter um permanente estudo sobre as intenções do inimigo e estudar com acerto as suas formas de ação e os resultados provenientes dos seus esforços de aniquilar a guerrilha.

Os componentes da estrutura das FALINTIL eram:

7. Chefe do Estado-Maior (CEM): Xanana Gusmão;
8. Subchefe do CEM: Taur Matan Ruak;
9. Conselheiro Político: Mau Hudu, membro do Comité Central da FRETILIN (CCF);
10. Conselheiro Militar: Bukar, Membro do CCF.

## **B) NO EXTERIOR DO PAÍS**

A Delegação da Resistência em Serviço no Exterior (DRSE) ficou sob a responsabilidade coletiva de Abílio Araújo, Moisés Amaral e Monsenhor Martinho Lopes da Costa, cujas atividades consistiam em: Representações diplomáticas; Informações; Cultura; Organização e Assistência aos refugiados.

Competia à chefia da DRSE:

1. Representar a luta do povo timorense junto dos governos e de instâncias internacionais;
2. Formular os objetivos de uma estratégia diplomática global;
3. Analisar constantemente a evolução global do processo político-diplomático da luta;
4. Acompanhar permanentemente as ações desenvolvidas pela Indonésia e seus cúmplices, a fim de estudar a melhor forma de anular as suas intenções
5. Acompanhar de perto as movimentações da diplomacia portuguesa e as atuações do Governo Português;
6. Coordenar ações ordenadas com vista a ampliar o campo internacional de apoio à causa Maubere, com os Governos dos PALOP, organizações de solidariedade e individualidades com a Comissão Eventual da Assembleia da República e com os partidos políticos portugueses;
7. Lançar representações diplomáticas para cobrir as necessidades tanto de informar como de sensibilizar a opinião pública e Governos de países ou grupo de países, nas diversas regiões do mundo;
8. Garantir e desenvolver mecanismos conjuntos e recolha, sintetização e difusão de informações sobre o interior de Timor-Leste;

9. Convocar reuniões, ordinárias ou extraordinárias, com os representantes diplomáticos para analisar cada fase de desenvolvimento da luta e formular linhas de orientação geral e específica segundo as necessidades de cada direção.

Os objetivos essenciais da DRSE eram pressionar o Governo português e a ONU para reconhecer os representantes do Povo Maubere e a sua inclusão nas conversações realizadas sob a égide das Nações Unidas; sensibilizar a Comunidade Internacional para o envio de uma comissão de inquérito independente, imparcial e idónea para averiguar os factos ocorridos desde a invasão até ao presente; reforçar a contínua condenação à Indonésia pela constante e abusiva violação dos direitos humanos em Timor-Leste.<sup>659</sup>

### **6.5.2 FORMAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DA RESISTÊNCIA MAUBERE (CNRM)**

A seguir à tomada de decisão sobre o apartidarismo das FALINTIL, formou-se o Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM), para substituir o Conselho Revolucionário da Resistência Nacional (CRRN), estabelecido em março de 1981, em Maubai, subdistrito de Lacluta, distrito de Viqueque. Formou-se assim o CNRM com o objetivo de assumir a responsabilidade total da Resistência. O CNRM deveria transformar-se num órgão de cúpula não só da FRETILIN, mas de toda a Resistência timorense, afastando-se, desse modo, das diretrizes da FRETILIN tomadas em 1975<sup>660</sup>.

O CNRM era composto por três comandantes das FALINTIL, cinco representantes da Frente Clandestina e dois representantes da FRETILIN. Xanana Gusmão tornou-se o líder máximo do CNRM. No exterior, formou-se a Delegação da Resistência em Serviço no Exterior, (DRSE), composta por Abílio de Araújo (Secretário-Geral da FRETILIN), Moisés Amaral (UDT) e Dom Martinho da Costa Lopes. Essa nova estrutura veio substituir a Direção da FRETILIN no Serviço do Exterior (DFSE). A proposta da formação da DRSE encontrou dificuldades com a oposição da Delegação Externa da FRETILIN (DEF), chefiada por José Ramos-Horta, que pretendia manter o controlo sobre a representação diplomática. Contudo, o problema resolveu-se quando José Ramos-Horta foi nomeado representante especial do CNRM no Exterior, no dia 10 de junho de 1991, e depois, em março de 1995, com a formação de uma Comissão da Frente Diplomática presidida por João Carrascalão<sup>661</sup>.

Um dos objetivos era evitar o partidarismo e fomentar a Unidade Nacional e tinha a missão diplomática.

---

<sup>659</sup> Gusmão, (1994), *Timor...*, pp, 102-105

<sup>660</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. 5. Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 105

<sup>661</sup> Mattoso, José (2005), *A Dignidade, Konis Santana e a Resistência Timorense*, p. 139.

Forçado pela luta, nasceu o Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM), que ainda trazia uma conotação relacionada com a FRETILIN:

“O estabelecimento da Convergência Nacional foi para corrigir a situação do clima de desconfianças que persistia entre partidos políticos e integrar na Resistência Nacional todas as forças sociais e políticas”, e restabelecer a capacidade da FRETILIN como um Movimento não necessariamente comunista e o abandono da política do Partido Marxista Leninista”<sup>662</sup>.

No Reajustamento Estrutural e Proposta de Paz, definiu-se detalhadamente a estrutura do CNRM e foi incluído o relacionamento entre a DRSE e as FALINTIL, que tinham a responsabilidade de gerir o CNRM no interior do país, enquanto à DRSE era atribuída a missão da diplomacia no exterior. Para representante especial do CNRM e de Xanana Gusmão, foi nomeado José Ramos-Horta, por Xanana Gusmão. José Ramos-Horta teria de renunciar ao cargo de representante da DEF. Atuaria como representante do CNRM na ONU e noutros lugares. Os efeitos da formação do CNRM rapidamente vieram à luz: a unificação da UDT e da FRETILIN para a diplomacia conjunta, para a reunião de Diálogo Inclusivo Intratimorenses (AIETD), em março de 1995, na qual o CNRM, a UDT e a FRETILIN estabeleceram não só uma estratégia conjunta, como também, em setembro de 1996, fizeram uma visita oficial ao Congresso Nacional Africano (CNA – African National Congress – ANC, em África do Sul. Com estes progressos, Xanana Gusmão declarou, que a UDT e a FRETILIN eram parceiros do CNRM<sup>663</sup>. Apesar de tudo, a UDT ainda considerava o CNRM como um disfarçado representante da FRETILIN. O problema principal da não aceitação do CNRM por parte da UDT foi precisamente a palavra *Maubere* que, segundo Lu-Olo, parecia ser pior do que marxista-leninista. Como consequência, o nome CNRM foi substituído por Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), na reunião em Peniche, Portugal, em abril de 1998<sup>664</sup>.

Em 1989, o CNRM fez a proposta de um plano de paz, patrocinado pela ONU, que desse ao povo timorense o poder de exercer o direito à autodeterminação, com os seguintes pontos:

- 1.º Retirada das tropas indonésias;
- 2.º Desarmamento das milícias e dos guerrilheiros;
- 3.º Criação de um governo de transição;
- 4.º Acordo de cooperação assinado pelo governo de transição e pela Indonésia com a Austrália, a União Europeia e outros países, para garantir o desenvolvimento rápido e pacífico de Timor-Leste<sup>665</sup>.

---

<sup>662</sup> Mensagem de Xanana Gusmão, *a Convenção Nacional Timorense na Diáspora*, Lisboa e Peniche, 23 a 27 de abril de 1998, p. 2.

<sup>663</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. 5, Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 38.

<sup>664</sup> *Idem, ibidem*, p. 39.

<sup>665</sup> Gusmão (1994), *Timor...*, p. 185.

## 6.6. ABERTURA DA FRENTE CLANDESTINA

A clandestinidade iniciou-se logo após a entrada das forças de ocupação. Maria Goretti Joaquim, jovem estudante do liceu pertencente à União Nacional de Estudantes Timorenses, é considerada uma das primeiras pessoas envolvidas na clandestinidade. Com a entrada dos indonésios em 1975, manteve-se em Díli, arranjando medicamentos e dando informações às Forças da Resistência no mato. Devido às suas atividades na clandestinidade, foi presa e desapareceu nos anos 1980.

“Em que base deve assentar a nossa política? Sobre a nossa própria força. A isso se chama apoiar-se nas suas próprias forças”<sup>666</sup>. “Nós contamos com os nossos esforços, com a força criadora de todo o exército e do nosso povo”<sup>667</sup>. Após a destruição das bases de apoio, surgiu a necessidade de criar novas formas para dar suporte à luta armada. Com a perda das bases de apoio, as FALINTIL perderam o apoio que recebiam da população<sup>668</sup>.

O apoio proveniente das florestas passou para as cidades e vilas. No mato, os líderes da guerrilha estabeleceram redes clandestinas, formando organizações como o Comité Democrático Revolucionário (CDR) e a Milícia Popular de Libertação Nacional (MIPLIN), que tinha uma estrutura de tipo militar. Segundo Taur Matan Ruak, a missão deles era fornecer informações sobre espões existentes (*mau hus*) e impedir que esses causassem perturbações às populações, informando sobre os movimentos das forças da ocupação. Não era necessário que estivessem armados. Eram servidos para encorajar as populações e manter-se vigilantes<sup>669</sup>. A frente clandestina apareceu como um fator importantíssimo, para dar continuidade à luta armada, como uma necessidade para alargamento da luta em todas as frentes – “dar à luta um carácter verdadeiramente nacional”<sup>670</sup>.

Os ataques dos indonésios, servindo-se dos ex-guerrilheiros capturados e alguns dos que se renderam provenientes da população local, criaram baixas significativas na resistência armada. Foi o que aconteceu com o assassinato de Nicolau Lobato Lobato,<sup>671</sup> David Alex e a captura de Xanana Gusmão e outros guerrilheiros.

---

<sup>666</sup> Mao Tsé-Tung (13 de agosto 1945), *O pequeno Livro Vermelho, A situação e a nossa política após a vitória na Guerra de Resistência contra o Japão*, Obras Escolhidas, Tomo IV.

<sup>667</sup> *Idem, ibidem* “Aprendamos a fazer o trabalho económico”. Obras escolhidas, Tomo III (10 de janeiro de 1945).

<sup>668</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. 5, Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 44.

<sup>669</sup> *Idem, ibidem*, p. 44.

<sup>670</sup> Gusmão (1994), *Timor...*, p. 101.

<sup>671</sup> No dia 30 de dezembro de 1978, de manhã, um elemento da FRETILIN rendeu-se aos indonésios em Same, com uma arma *mauser*. Esteve com Nicolau Lobato, que tinha sob o seu comando 11 companhias no vale, com exceção da companhia do Comandante Hermenegildo. O elemento rendido foi interrogado pela inteligência indonésia diante do padre Rafael dos Santos. No inquérito, informou a localização de Nicolau Lobato e das suas tropas. À tarde, foi levado de helicóptero para fazer o reconhecimento do local. Após esse reconhecimento, os indonésios enviaram uma força para a zona e Nicolau Lobato foi morto no combate, com quase todos os elementos das dez companhias, no dia 31 de dezembro de 1975. Declaração do padre Rafael dos Santos a José Parada e relatado ao autor da tese no dia 11 de novembro de 2014, no Ministério das Relações Exteriores, Díli.

Um dos guias dos indonésios no ataque a Matebian foi Tomás da Cruz. Laikana deixou os indonésios entrarem na emboscada guiados pelo *Hansip* Valente<sup>672</sup>; “Eram quatro as companhias dos Hansip que me cercaram, comandados por Afonso Pinto, conhecido por Lafaek, e Gilberto Marçal de Almeida, professor da Escola Técnica de Díli”, “Os meus primos estavam todos enfileirados nos Hansip. Eram todos timorenses, não havia nenhum indonésio no grupo”<sup>673</sup>.

A detenção de Xanana, a 20 de novembro de 1992, foi feita sob a orientação de Acácio, um dos clandestinos que tinha escondido Xanana em sua casa<sup>674</sup>. Acácio foi apanhado pela Inteligência Indonésia e obrigado a denunciar o esconderijo de Xanana. Segundo informações, Xanana não estava no abrigo em casa da Sr.<sup>a</sup> Aliança. Foi levado de olhos vedados. Não foi com a intenção de entregar Xanana, segundo informações de Cândido Maria Alves, mas para prejudicar a situação da Dona Aliança, em cujo abrigo Xanana se encontrava. Ele tinha entrado em litígio com a Dona Aliança, porque Xanana deixou de frequentar o abrigo em casa dele (Acácio), devido a este facto, ele deixou de se beneficiar com as ajudas que as famílias clandestinas enviavam a Xanana. Quando foi mostrar o esconderijo, Xanana estava lá.<sup>675</sup> Porém, ainda não há uma informação clara sobre o processo da captura do líder.

A necessidade do desenvolvimento da frente clandestina surgiu também para suportar as FALINTIL nas diversas frentes, inclusive na frente diplomática. Resumindo, eram quatro as tarefas da frente clandestina: 1. Informação, organização e propaganda; 2. Disseminação dos naturais armados, da sua mobilização e organização; 3. União dos nacionalistas, levando-os a participar na Luta; 4. Organização e mobilização das massas.<sup>676</sup> Segundo David Ximenes, organizador e dirigente da Frente Clandestina, na sua palestra sobre Timor-Leste, proferida no dia 17 de agosto de 2016, os objetivos da Frente Clandestina foram os seguintes:<sup>677</sup>

1. Mobilizar a população na participação da luta;
2. Organizar a juventude timorense;
3. Formar a Organização Popular da Mulher Timorense;
4. Interagir com a Igreja Católica;

---

<sup>672</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 202.

<sup>673</sup> *Idem, ibidem*, p. 253.

<sup>674</sup> *Idem, ibidem*, p. 112.

<sup>675</sup> A presença de Xanana Gusmão em alguns esconderijos trazia proveito aos familiares que o acolhiam, porque elementos da clandestinidade ofereciam géneros alimentícios e dinheiro para o sustento do líder da guerrilha. A presença dele era uma situação rentável para a família. Foi o caso de Acácio, que foi um dos que escondeu Xanana em sua casa, cf. Domingos de Sousa (2014), *Vozes da Resistência Timorense*, entrevista com Cândido Maria Alves “Mau Kiak”, p. 111.

<sup>676</sup> Lousada, Abílio Pires, Oliveira Antonio José, Afonso Carlos Dias (2012), *A Luta Armada Timorense, na Reistência à Ocupação*, sl. TH Tribuna, (1975-1999), s.a., p. 200.

<sup>677</sup> David Ximenes na palestra sobre A Frente Clandestina, proferida no dia 17 de agosto de 2016 na II Conferência Internacional “Vozes da Resistência”, de 15 a 18 de agosto de 2016.

5. Fornecer informação necessária à guerrilha sobre os dispositivos do inimigo;
6. Proporcionar a assistência logística e material de guerra à guerrilha através dos portadores e caixa postal militar;
7. Atualizar e fornecer informações à Frente Diplomática;
8. Agitar e disseminar propaganda no seio da população;
9. Consciencializar a camada estudantil da Indonésia à causa da Luta.

A importância do movimento clandestino para tornar a luta mais global foi aumentando gradualmente. As FALINTIL, que não recebiam nenhum apoio logístico ou armamento do estrangeiro, contavam com este movimento. Com a implementação da guerrilha urbana, enquanto modalidade de ação operacional, a própria sobrevivência das FALINTIL dependia do movimento clandestino. O comando da luta com a sua ação para ouvir informação sobre o país, teria mais dificuldade para convencer a comunidade internacional e manter-se interessado na questão de Timor-Leste e em apoiar a causa da Resistência.

A clandestinidade deu um apoio incondicional às FALINTIL em muitas atividades fornecimento de munições, alimentos, informações, apoiando a deslocação das FALINTIL, escondendo os guerrilheiros, dando-lhes tratamentos médicos em casa, levando-os ao hospital ou às clínicas. Os exemplos a seguir demonstram esse apoio: o enfermeiro Leonardo faz a radiografia aos guerrilheiros atingidos pelas balas no hospital público de Díli; a Dra. Virna faz o tratamento a Taur Matan Ruak, Luolo e outros; o Dr. Rui de Araújo passa a receita aos doentes atingidos pelas balas; Gilman dos Santos traz Xanana de Ainaro para Díli, depois de 17 anos no mato; o Padre Sancho transporta Xanana de Díli para Ossú e Xanana foi hóspede na residência da paróquia de Ossú e prepara um encontro entre o Bispo D. Belo e Xanana na mesma residência; o Padre Mário Belo leva Xanana de Díli para Ermera; António Ai Tahana Matak recebe o *Kartu Tanda Penduduk (KTP)*, cartão da identidade indonésia, em Bali pelas mãos dos clandestinos; Manuel Higinho Gusmão, irmão do Xanana, conhecido por Ano Gusmão, trata do bilhete de identidade, do passaporte e do bilhete de viagem para a fuga de Constâncio Pinto (um dos organizadores da manifestação de 12 de novembro em Santa Cruz) para o exterior após o Massacre; o Padre Rafael, pároco da igreja de Same, trouxe a mensagem de Xanana de Same para Díli para o Papa João Paulo II, na sua visita a Díli, e a carta foi entregue ao Papa pelo Padre José Antonio da Costa, vigário-geral; o Padre Locatelli prepara em Fatumaca um encontro entre o Bispo D. Ximenes Belo, e o Padre José António com Xanana e os guerrilheiros; o Padre Juvito recebe Riak Leman no Seminário de Nossa Senhora de Fátima, em Balide; o Padre José Martins faz chegar à guerrilha um rádio transmissor vindo da Austrália, e outros.

Foi a clandestinidade que preparou a manifestação na vinda do Papa João Paulo II, como também a manifestação em Santa Cruz e os assaltos às embaixadas.



Devido a todas essas atividades de apoio, a clandestinidade tornou-se um alvo importante dos ataques das Forças Armadas Indonésias, sobretudo da Inteligência. Por isso, “a rede clandestina passou a ser um dos alvos, sendo aludida uma forte presença inimiga nas vilas de Soibada, Fatuberliu, Alas, Turiscail e Maubisse com o objetivo de dismantelar esta rede e capturar os seus responsáveis”<sup>678</sup>.

Em 1986, o Conselho da Resistência Revolucionária Nacional (CRRN) reforçou a eficácia da rede clandestina, colocando-a sob a coordenação da Organização Coordenadora Inter-Regional (OCR), porque não foi capaz de ter todas as redes sob a sua tutela, devido aos números da clandestinidade que não paravam de aumentar<sup>679</sup>.

Um grande passo que foi dado foi a formação de células nos ensinos secundários. A clandestinidade juvenil infiltrou-se nas organizações criadas nas escolas pelo Governo como na *Organisasi Siswa Intra Sekolah* (OSIS), Organização dos Estudantes Entre Escolas, na organização dos Escuteiros Católicos, como foi o caso de José Manuel Fernandes e Constâncio Pinto. Assim também Ricardo Ribeiro se tornou presidente da OSIS da Escola Secundária Católica de *Hati Kudus*, Sagrado Coração, pertencente à paróquia de Becora. Em 1988, Ricardo Ribeiro tornou-se o elo entre a Frente Clandestina e as FALINTIL da Ponta Leste. Alguns desses estudantes, ao ingressarem na Universidade Nacional de Timor (UNTIM), vieram a fundar a *Himpunan Pemuda, Pelajar dan Mahasiswa Anti Integrasi* – a Associação de Jovens Estudantes Anti-Integração.

Em 1978, o Governo indonésio, através do *Dinas Pendidikan dan Kebudayaan* (Dinas P&K), Serviços de Educação e Cultura, enviou um grupo de cerca de 30 estudantes para Java para as escolas médias e superiores: *Sekolah Menengah Atas* (SMA), Liceu, *Sekolah Teknik Menengah* (STM) Escola Técnica Média, *Sekolah Pendidikan Guru* (SPG) Escola para Educação de Professores, *Sekolah Menengah Ekonomi* (SMEA), Escola Média de Comércio, e para a Universidade, *IKIP Sanata Dharma* (*Instituto Keguruan Ilmu Pendidikan de Sanata Dharma*), Instituto de Educação e Ciências de Educação de Sanata Dharma, em Yogyakarta, Indonésia, pertencente aos padres jesuítas. Um grupo mais pequeno foi enviado para Garut, em Bandung.

Antes desse grupo, tinham seguido para a Universidade de Surabaia as duas filhas do governador Arnaldo de Araújo, Madalena Corbafo e Aurélia Corbafo de Araújo com os seus respetivos maridos, Valente de Araújo e Domingos Soares, conhecido por Domingos Kolly. Pouco depois, foram enviados mais estudantes para cursos de engenharia em Yogyakarta. Cândido Maria Alves, que estava incluído nesse grupo, relatou que, em Yogyakarta, alguns timorenses eram escolhidos como elementos da inteligência para os controlar. Contudo, Gregório Malik e João Soriano conseguiram formar um pequeno

---

<sup>678</sup> Lousada *et. al.* (2012), *A Luta...*, p. 239.

<sup>679</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. 5. Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 45.

grupo de clandestinidade que fazia a ligação secreta com Abílio de Araújo, que lhes enviava o jornal *Nakroma*, para eles o enviarem para Timor”<sup>680</sup>.

A maior parte dessa vaga de estudantes foi para Yogyakarta, considerada cidade estudantil. Aí fundou-se a associação dos estudantes universitários timorenses, que não tinha nenhum objetivo político. Era apenas uma associação para uma ajuda mútua – pela primeira vez, timorenses foram estudar para a Indonésia, uma região estranha<sup>681</sup>. Dois a três anos depois, na remodelação do grupo, a associação foi substituída pela *Ikatan Mahasiswa Pelajar Timor-Timur* (IMPETU),<sup>682</sup> que também se formou em Jacarta. Mas devido à politização pretendida pelos militares com o IMPETU, apareceu então a RENITIL, em Bali, sob a liderança de Fernando Lasama, que falaremos com mais pormenor a frente no capítulo “A Disputa da Juventude”. Tendo também surgido outro grupo, *East Timor Student Group* (ETISGROUP), formado por Alberto Carlos, Sérgio Lobo, Fernando Sousa e outros, em Solo, cidade na Java Central, cujo objetivo era a preparação da juventude para a luta.<sup>683</sup> Nasceu também a Comissão Secreta da Resistência Nacional dos Estudantes Timorenses (CSRNET), como também uma organização ativista, a Organização da Juventude Estudante Católica de Timor-Leste (OJECTIL), enquanto outros fundaram a Frente Estudantil Clandestina de Timor-Leste nos locais onde estudavam<sup>684</sup>.

Em junho de 1990, foi convocada uma reunião em Baucau por José da Costa, conselheiro político do CNRM, em que participaram vários líderes da clandestinidade. Vários líderes fundaram em Díli o Comité Executivo do CNRM na Frente Clandestina, que depois veio a tornar-se o órgão oficial do CNRM para a coordenação de todos os grupos clandestinos. Segundo Constâncio Pinto, o Comité Executivo foi criado devido ao facto de que muitos elementos da UDT e da APODETI aderiram à clandestinidade e temeu-se que, ao criar o Comité Executivo no âmbito da FRETILIN, pudesse causar um cisma<sup>685</sup>.

A fundação do Comité Executivo partilhava também a estratégia adotada pelo CNRM, que era a conquista da independência pela via diplomática. Aí, verificou-se que a invasão de embaixadas estrangeiras trazia êxitos à causa timorense, atraía a atenção das comunidades internacionais.<sup>686</sup> O Comité Executivo ficou sob a direção direta de Xanana, que tinha como objetivo vigiar, orientar e coordenar todos os movimentos clandestinos, sendo constituído por várias secções, como: juventude, mobilização de massas, agitação, propaganda, estudo e análise, informação e segurança e finanças. Embora Xanana fosse

---

<sup>680</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, pp. 105-106.

<sup>681</sup> O autor da tese foi o primeiro dirigente dessa Associação fundada em Yogyakarta, em 1989. E devido ao grande número de estudantes, o Governo construiu um dormitório para os estudantes timorenses (*Asrama Timor-Timur*) na Rua *Jalan Kaliuran*. Na remodelação, foi escolhido Ovídio de Jesus Amaral, estudante do STM (Sekolah Teknik Menegah), Escola Técnica Média.

<sup>682</sup> Foi escolhida a palavra “IMPETU”, sinónimo de força, entusiasmo, arrebatamento.

<sup>683</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 483.

<sup>684</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. 5, Resistência: Estrutura e Estratégia, pp. 45-46.

<sup>685</sup> Pinto, Constâncio e Mathew Jardine, *East Timor's Unfinished Struggle*, 1997, p. 123, citada pela Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação, *História do Conflito*, Capítulo 5, Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 46.

<sup>686</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. 5, Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 46.

o Presidente do CNRM, isso não significava que todas as organizações tivessem estado sob o seu controlo. Alguns trabalhavam independentemente e outros mantinham uma relação individual com os comandos no mato.<sup>687</sup>

As organizações como o 3-3, 5-5 e o 7-7 estavam sob a tutela do CNRM. A OJECTIL (Organização da Juventude Católica de Timor-Leste) e a RENETIL faziam parte da estrutura do CNRM. Todas as organizações enquadradas no órgão 8 aderiram ao CNRM, e, por vezes, possuíam uma rede específica com alguns comandos, como David Alex, Konis Santana, Venâncio Ferraz, Merak e outros, segundo Ai Tahan Matak<sup>688</sup>.

O Comité Executivo sofreu duros golpes com as consequências do Massacre de Santa Cruz. Alguns membros foram detidos, julgados e condenados a pesadas penas, como, por exemplo: Jacinto Alves, Filomeno da Silva, Juvêncio Martins, Francisco Branco, Gregório Saldanha. Constâncio Pinto, Secretário do Comité Executivo, conseguiu escapar para o estrangeiro, via Jacarta.<sup>689</sup> Outro golpe sofrido foi a captura de Xanana, em Díli, a 20 novembro de 1992.

Para reconstruir e retomar as atividades do elo, o CNRM, sob a liderança do novo chefe das FALINTIL, Konis Santana, criou o Comité Executivo da Luta/Frente Clandestina (CEL/FC) em 1993, cujo objetivo era coordenar o movimento clandestino. Na altura, criou-se também o Comité Executivo da Luta/Frente Armada (CEL/FA), com o objetivo de conduzir a luta armada a partir do mato. Foi nessa altura que se tornaram oficiais as três frentes: Armada, Clandestina e Diplomática<sup>690</sup>.

Após a captura de Xanana, propôs-se que se criasse uma TROIKA para a liderança constituída pelo líder da Resistência Armada, pelo líder da Rede Clandestina e pelo Chefe da Diplomacia. Contudo, Xanana Gusmão e Konis Santana rejeitaram essa ideia. No entanto, as atividades do dia a dia estavam sob o poder de Taur Matan Ruak, Konis Santana e José Ramos-Horta.<sup>691</sup>

O Comité Executivo da Luta/Frente Clandestina foi dirigido por Pedro Nunes, Keri Laran Sabalae, tendo David Ximenes como Vice-Secretário, assistido por três adjuntos: Paulo Alves, conhecido por “Tuloda”, Paulo Assis e Virgílio Simith. O papel dos adjuntos era organizar o movimento clandestino em todo o país.

---

<sup>687</sup> *Idem, ibidem*, p. 47.

<sup>688</sup> *Idem, ibidem*, p. 48.

<sup>689</sup> O Padre Domingos Maubere e Constâncio Pinto foram para Atambua, Indonésia, de carro, com um rapaz de Lacluta, de nome Florindo. De Atambua, o Padre Domingos seguiu para Suai e Constâncio Pinto ficou hospedado em casa de um soldado de Oecusse. De lá, seguiu para Cupão, e de Cupão foi de barco para Surabaia. De Surabaia foi para Jacarta e refugiou-se em casa de Manuel Higinio Gusmão, irmão de Xanana Gusmão, funcionário da Alfândega no porto de Tanjark Prio, Jacarta, que lhe arranhou todos os documentos e passagens. Manuel Higinio Gusmão conseguiu subornar os indonésios adquirindo-lhe um bilhete de identidade indonésio, com falsa naturalidade das ilhas de Flores. Constâncio conseguiu sair de Jacarta.

<sup>690</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. 5. Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 49.

<sup>691</sup> *Idem, ibidem*, p. 49.

O Comité Executivo da Luta/Frente Clandestina formou também o Órgão Diretivo Regional (ODIR), com o objetivo de organizar o movimento clandestino nos distritos. Para isso, criaram três ODIR: Região Leste, sob a responsabilidade de Paulo Assis; Região Centro, sob a chefia de Tuloda, e Região Oeste, sob a chefia de Aquilino Fraga Guterres. Teoricamente, as ODIR comandavam uma estrutura composta pelo Comité Executivo da Zona (CEZO), que atuava nos subdistritos a nível do suco pelos Núcleos da Resistência Popular (NUREP) e a nível da aldeia pela Células de Comunidade (CELCOM). Contudo, esta estrutura não funcionava na sua totalidade em todo o país.

Com a morte misteriosa de Sabalae, líder da Frente Clandestina, no dia 1 de junho de 1995, Konis Santana substituiu-o no posto, assumindo a liderança da Frente Clandestina. Com a formação do CNRT, o Conselho Executivo da Luta/Frente Clandestina foi substituído pela Frente Política Interna (FPI). Konis Santana manteve esse poder na liderança até à sua morte, no dia 11 de março de 1998, e Francisco Guterres assumiu a liderança como Secretário, e David Ximenes como Vice-Secretário.

A formação do CNRT trouxe profundas mudanças no movimento clandestino. A reestruturação seguiu as estruturas das FALINTIL, isto é, em quatro regiões, mais a Região Autónoma de Díli e o seu distrito. Os executivos do CNRT foram recrutados da Frente Clandestina e da Frente Armada. Com isso, o executivo do CNRT unificou as estruturas da Frente Clandestina e da Frente Armada.

O cargo de responsabilidade de cada região era constituído por um Secretário e Vice-Secretário:

1. Região 1: O Secretário era Renan Selac;
2. Região 2: O Secretário era Sabica Bessi Kulit, Comandante das FALINTIL na região, tendo Marito Reis como Vice-Secretário;
3. Região 3: O Secretário era Falur Rate Laek e o Vice-Secretário era Virgílio Simith;
4. Região 4: Riak Leman, e Aquilino Fraga Guterres, Eteucu como Vice-Secretário;
5. Região Autónoma de Díli: José da Silva (Fo Laran).

Outros órgãos clandestinos existentes nos subdistritos e ao nível das aldeias tornaram-se órgãos do CNRT, continuando com os nomes de CEZO, NUREP e CELCOM.

No dia 25 de julho de 1998, pelas 16 horas, na sede da Caritas em Vila-Verde, Díli, o CNRT deu início à sua vida em Timor-Leste como um movimento de unidade nacional. Os representantes de todos os partidos políticos e organizações convidadas estiveram presentes.

Uma vez estabelecido, o CNRT começou a funcionar como o único porta-voz do povo Timorense nos encontros nacionais e internacionais. Com o CNRT, a Igreja Católica ficou um pouco mais aliviada das acusações de que favorecia os independentistas.

No dia 28 de janeiro de 1999, os membros da Comissão Política Nacional (CPN) e do CNRT, em Díli, receberam do Padre Domingos Soares vários documentos, entre os quais havia um com o predado de “Confidencial”, resultado da conversa entre o Major-General Zacky Anwar, então chefe do BIA, *Badan Inteligensi Nasional*/Agência Nacional da Inteligência Indonésia, no dia 30 de dezembro de 1998, na prisão de Cipinang, em Jacarta, onde Xanana estava encarcerado. A conversa durou mais de duas horas e meia. A conclusão tirada assentava em três pontos:

1. A ABRI reconhece os erros cometidos e já está cansada da guerra em Timor-Leste;
2. A Indonésia sente uma responsabilidade moral pelo destino dos integracionistas que ajudaram a Indonésia durante estes anos todos e está preocupada com a possibilidade de uma nova guerra civil;
3. A Indonésia não deseja perder a face, isto é, sentir-se humilhada na sequência de uma solução em Timor-Leste.

A Igreja, em Timor-Leste, organizou um encontro em Dare para o qual foram convidados todos os líderes políticos e líderes das comunidades. A esta reunião deu-se o nome de DARE I, precisamente no Seminário de Nossa Senhora de Fátima, do qual muitos dos líderes tinham sido alunos.

O segundo encontro realizou-se em Jacarta, com o nome de DARE II. O objetivo destes dois encontros era *Soru Mutu Ba Dame*, que significa “Unidos para Construir a Paz”. Os grupos que participaram eram da FRETILIN, APODETI Pró-Referendo, GRPRTT, FORSAREPETIL, RENETIL, APODETI Pró-Autonomia, UDT, KOTA, OJECTIL, OPJELATIL, KNPI, Autonomistas, Representantes das Comunidades Chinesa e Árabe.

Os representantes do CNRT no interior do país alargaram a sua missão e foram também participar nas reuniões fora do país, como em Vilamoura, em Portugal.

Depois dessa reunião, organizou-se outra em Melbourne, Austrália, em abril de 1999, da qual, além dos membros do CNRT da diáspora e do interior do país, também fizeram parte organizações internacionais. Depois da reunião em Melbourne, realizou-se outra na capital australiana, organizada pelos professores da Universidade de Camberra. Nessa reunião, participaram não só elementos do CNRT e da FORSAREPETIL, como também membros da Autonomia, como, por exemplo, Basílio Dias do Nascimento, Natércia Osório Soares e Domingo Policarpo.

Perante a aproximação do Referendo de 30 de agosto de 1999, o CNRT tornou-se mais ativo. Organizou uma reunião em Jacarta, na prisão domiciliária de Xanana (Cipinang, Jacarta), com todos os representantes do CNRT, tanto os do interior do país como os da diáspora. Discutiram-se problemas de diversas ordens, entre os quais as campanhas para o Referendo e o logótipo que o CNRT ia adotar como símbolo para o Referendo.

Estabeleceu-se a Comissão de Paz e Estabilidade, na qual o CNRT representou a pró-independência timorense nas conversações com os pró-integracionistas. Por parte da Indonésia, participaram o Major-General Zacky Anwar e Nugroho Wisnumurti, Diretor-Geral dos Assuntos Políticos e do Departamento das Relações Exteriores. Os objetivos eram os seguintes: o fim das hostilidades militares e a formação de uma Comissão para a Estabilidade do território.

Para o estabelecimento desta Comissão elaboraram-se dois documentos assinados pelos representantes das duas facções, pró-independentistas e pró-integracionistas.

Uma grande percentagem da população timorense não sabia ler nem escrever e o perigo de ser manipulada e fazer uma escolha errada, sem conhecer os símbolos, era grande. Para evitar isso, o CNRT, ajudado pelos elementos do FORSAREPETIL<sup>692</sup>, prepararam a campanha, utilizando o método de porta em porta, falando pessoalmente com as pessoas nas suas casas.

Toda a campanha do CNRT a favor da independência foi preparada pelos elementos da FORSAREPETIL, inclusivamente o seu esclarecimento também foi feito pelos elementos da FORSAREPETIL. Os elementos da FORSAREPETIL foram organizados em três grupos:

1. O grupo da Ponta Leste, sob o a liderança de Cesar Moreira fez os esclarecimentos nos distritos de Manatuto, Baucau, Viqueque e Lospalos;
2. O grupo de António Cardoso fez a cobertura nos distritos de Suai, Malian e Ainaro;
3. O grupo de Vicente Soares Faria deu as explicações nos distritos de Same e Aileu.

Os comícios abertos, sobretudo nas regiões remotas sem a presença dos elementos da UNAMET,<sup>693</sup> provocaram incidentes, causados pelas milícias, apoiadas pelos militares indonésios, que obrigaram o povo a votar pela autonomia, alargada com dinheiro e ameaças baseando-se nas especulações de que: *Integrasi menang darah menetes! Kemerdekaan menang darah mengalir*, isto é, com a vitória da Integração o sangue cai às gotas! Com a vitória da independência o sangue jorra!

Ainda que o povo timorense estivesse bem preparado para as votações, o CNRT estava consciente do problema e pretendeu preparar o povo, organizando uma campanha onde os elementos tivessem noção sobre o que era necessário falar, quais os pontos mais relevantes, perguntas e respostas que pudessem surgir da população. Foi assim que a Comissão de Planeamento e Coordenação da Campanha (CPCC) preparou três documentos fundamentais:

---

<sup>692</sup> O Fórum nasceu em maio de 1998 com o objetivo de apoiar o CNRT e também de providenciar ao povo timorense a sua contribuição e dar resposta aos desafios urgentes provenientes da FPKD, organizada por Domingos Maria Soares, Administrador do Distrito de Díli, e pelas declarações dos integracionistas de que todos os licenciados e não licenciados timorenses optavam pela autonomia e também para mostrar ao mundo, que os timorenses eram capazes de governar um Timor-Leste independente.

<sup>693</sup> UNAMET – *United Nations Mission in East Timor* – Missão das Nações Unidas em Timor-Leste.

1. *Buku Pedoman Kampanye*, ou seja, Diretrizes para a Campanha;
2. *Manual Kampanye*, ou Manual da Campanha, com perguntas e respostas;
3. *Perihal Otonomi Khusus*, ou Assunto sobre Autonomia Especial, – perguntas e respostas.

Devido à onda de violência, estabeleceu-se uma Comissão para a Justiça e Estabilidade e fez-se uma “Concordância Conjunta entre o CNRT e as FALINTIL e os Pró-Integração no Contexto da Votação em Timor-Leste”.

No dia 15 de agosto de 1999, o CNRT organizou uma grande demonstração em Díli. E, no dia 30 de agosto de 1999, realizou-se o Referendo com o resultado da vitória pela independência.

## 6.7. A DISPUTA DA JUVENTUDE

A disputa da juventude foi sempre um problema dos governos e dos partidos políticos, como também dos religiosos. Desde 1975, tanto a FRETILIN como a UDT, tiveram essa preocupação com a formação da UNETIM (União dos Estudantes Timorenses pela FRETILIN) e da LESVALT (Liga dos Estudantes Válidos de Timor pela UDT).

A LESVALT era liderada por Egídio Dias Ximenes, para apoiar a UDT. A FRETILIN, sob a direção de Vicente Reis, formou a UNETIM, liderada por Domingos Lobato, irmão de Nicolau Lobato, para apoiar a FRETILIN. Tanto Egídio Ximenes como Domingos Lobato eram estudantes da mesma turma, no 3.º ano de Comércio, na Escola Técnica de Silva Cunha, em Díli, onde o autor da tese era professor.

“Como aconteceu com as crianças de Irian Jaya, Suharto quis fazer a assimilação dos timorenses na sociedade indonésia pela educação. Para legalizar a integração, em princípio de Junho de 1976, os militares em nome do *Pemerintah Sementara Timor-Timur*, Governo Provisório de Timor enviaram uma representação de 50 timorenses a Jacarta a solicitar a Integração”<sup>694</sup>.

A disputa não foi só com jovens, mas também com crianças cujos pais morreram, ou crianças que faziam o trabalho das *Tenaga Bantuan Operasional (TBO)*, Forças de Apoio às Forças Armadas, ou crianças cujos pais faziam o trabalho das TBO, normalmente pessoas da Resistência que se renderam e que eram utilizadas para dar apoio aos militares e filhos de guerrilheiros que morreram no combate ou que ainda se encontravam na guerrilha. Eram levadas tanto pelos militares como pelos civis. Foi assim que, entre 1975 e 1999, foram enviadas cerca de 4000 crianças de Timor-Leste para a Indonésia,<sup>695</sup> muitas

---

<sup>694</sup> O autor da tese estava incluído na lista dos representantes mas depois devido às suspeitas foi eliminado na lista.

<sup>695</sup> Klinken Helen Van (2014), *Anak-Anak Tim-Tim di Indonesia, Sebuah Cermin Masa Kelan*, Jakarta, KPG, Kepustakaan Populer Gramedia, p. 1.

delas pelos militares com o estatuto de crianças adotadas. Diversos eram os motivos do envio: “indonesiar” as crianças, transformá-las em cidadãs indonésias; amor às crianças que se encontravam numa situação de miséria; motivos políticos, de apoio à integração; razões económicas; as crianças eram mãos de obra barata; fatores ideológicos, para evitar que essas crianças caíssem no comunismo; o conceito da missão civilizadora da Indonésia; as crianças eram consideradas como troféus da guerra, resultado das operações militares, símbolo de heroicidade; possessão de uma criança que possa ser dominada e mandada conforme lhes convinha; ajuda em superar os sentimentos de incapacidade ao enfrentar a guerra; apresentar aos familiares e à população uma criança considerada primitiva e exótica; por resolver problemas de famílias que não possuíam rapazes na família;<sup>696</sup> e para a islamização das crianças, pois antes de se irem embora, as crianças tinham de prometer que, no regresso, teriam de espalhar a religião islâmica em Timor-Leste<sup>697</sup>.

Várias foram as pessoas e instituições que levaram as crianças para a Indonésia. No final de 1970, uma fundação de Suharto organizou o envio de 61 crianças orfãs para estudarem em Java e, em setembro de 1977, 20 delas foram recebidas no palácio presidencial, em *Jalan Cendana*, Jacarta, pelo Presidente Suharto. O Governador de Timor, Arnaldo dos Reis de Araújo, entregou oficialmente essas crianças ao Secretário de Estado Sudharmono e ao Governador de Java Central<sup>698</sup>.

O próprio governo apoiava o envio de crianças por meio do *Majelis Ulama Indonésia* (MUI), Conselho dos Intelectuais Religiosos da Indonésia, cujas representações em Timor-Leste mandavam cartas de recomendação através da Fundação Yakin para as diversas instituições na Indonésia para receberem as crianças. O MUI de Bandung recebeu 32 crianças em 1988<sup>699</sup>. Os funcionários do *Dewan Dakwah Islamyah Indonesia* (DDII), Associação Missionária Islâmica Indonésia, também ajudavam a contactar as instituições para receberem crianças timorenses<sup>700</sup>.

Helen Van Klinken relata que, em 1980, foi apresentado por um sénior militar indonésio católico ao *Dewan Perwakilan Rakyat*, Parlamento Timorense, um documento secreto sobre o envolvimento dos militares indonésios no envio de crianças timorenses para as instituições islâmicas. Nesse documento se solicitava aos militares, o apoio do envio de crianças timorenses, com o objetivo da propagação do

---

<sup>696</sup> *Idem, ibidem*, pp. 97-99.

<sup>697</sup> Haji Salim Sagan (wawancara/entrevista), Díli, 1 de abril de 2004, dan Anwar da Costa (wawancara/entrevista), Díli, 24 de abril 2004 (entrevistas de Haji Salim Sagan e de Anwar da Costa), citada pela Helen Van Klinken, *Anak-Anak Tim-Tim di Indonesia, Sebuah Cermin Masa Kelam*, Kepustakaan Populer Gramedia (KPG), Jacarta, p. 209.

<sup>698</sup> Klinken (2014), *Anak-Anak...*, p. 46.

<sup>699</sup> Staf DDII (wawancara, Bandung, 30 Januari 2004), citado pela Helen Van Klinken, *Anak-Anak Tim-Tim di Indonesia, Sebuah Cermin Masa Kelam*, Kepustakaan Populer Gramedia (KPG), Jacarta, p. 222.

<sup>700</sup> Sidiq Soares Lemorai, entrevista, Díli, 5 de maio de 2004, citada pela Helen Van Klinken, *Anak-Anak Tim-Tim di Indonesia, Sebuah Cermin Masa Kelam*, Kepustakaan Populer Gramedia (KPG), Jacarta, p. 222



islamismo em Timor-Leste. As crianças podiam ser enviadas apenas por meio da Fundação Yakin, condição que não podia ser rejeitada pelos pais<sup>701</sup>.

Segundo a política obrigatória da Nova Ordem, todos os cidadãos indonésios tinham de ter uma religião, facto que motivou grupos religiosos a espalharem a sua religião, ao mesmo tempo que adquiriam apoio político para influenciar o processo da integração. A situação sociocultural e religiosa em Timor não era muito favorável aos islâmicos e, por isso, o envio de crianças para as escolas islâmicas era um programa importante, a fim de desenraizá-las do seu ambiente sociocultural com o objetivo de imprimir nelas uma nova identidade, esperando que, no regresso, pudessem propagar a religião islâmica<sup>702</sup>.

Para adotar timorenses de religião tradicional (animistas) e fazê-los membros de uma religião, muitos comandantes dos batalhões, tanto católicos como não católicos, procuravam atrair timorenses “animistas” para entrar na sua religião. Para ajudar os novos convertidos, os militares que controlavam o pessoal que ia a Timor davam apoio aos religiosos da sua religião para irem trabalhar em Timor com os militares.<sup>703</sup> Favorecendo e apoiando os católicos e a Igreja Católica Timorense, a integração de Timor-Leste na Indonésia podia concretizar-se com mais facilidade e, por isso, o Governo da Indonésia tinha a preocupação de enviar para Timor muitos funcionários católicos, em comparação com os de outras religiões. Por isso, pode verificar-se que os cinco chefes do Departamento Regional dos Serviços de Educação (Saridjo, Swardijo, Tri Swartanta, Karman, Andre Sutardi) e os seus secretários tivessem sido todos católicos desde o estabelecimento desse departamento em Timor. A razão principal da escolha dos católicos para a chefia do Departamento da Educação era porque Timor-Leste tinha a característica de ser uma região cuja maioria era católica, tal como Aceh era dominada pelos muçulmanos ou Cupão pelos protestantes. A licença para a construção de *musholas*, capelas, em Timor-Leste tornou-se mais difícil para os muçulmanos e algumas até foram fechadas.<sup>704</sup> O ministro da Religião, Munawir Sjadzali (1983-1993), desautorizou a construção de uma grande mesquita em Díli devido à falta de uma catedral católica em Díli<sup>705</sup>.

O objetivo da Nova Ordem para todos os timorenses era receber a identidade indonésia.<sup>706</sup> Outro grande programa do governo indonésio foi o envio de estudantes timorenses para a Indonésia com o objetivo de apoiarem a integração. Porém, a educação na Indonésia aprofundou ainda mais a consciência política dos estudantes, que se tornaram mais nacionalistas, e muitos deles desempenharam um papel fundamental na luta contra a integração, como demonstraram os elementos do RENETIL. A Indonésia estava convencida de que esses estudantes, depois de formados, viriam a convencer a Resistência Armada

---

<sup>701</sup> Klinke (2014), *Anak-Anak...*, p. 214. (Entrevista feita em Díli, a 13 de abril de 2004, por uma pessoa que não quis identificar o nome.)

<sup>702</sup> Klinken (2014), *Anak-Anak ...*, p. 235.

<sup>703</sup> *Idem, ibidem*, p. 199.

<sup>704</sup> *Idem, ibidem*, p. 201.

<sup>705</sup> *Idem, ibidem*, 207.

<sup>706</sup> Klinken (2014), *Anak-Anak...*, p. 289.

Timorense, Portugal e as Nações Unidas a optar pela integração. “Jacarta sempre minimizou o fenómeno do nacionalismo maubere.”<sup>707</sup> que os estudantes formados na Indonésia pudessem ser o baluarte da autonomia, mas o resultado foi o contrário. Muitos dos que saíram das universidades da Indonésia estavam a favor da independência.

Desejavam que os timorenses se sentissem indonésios e, para isso, procuraram mentalizar os estudantes e o povo a fim de que fossem embebidos com os princípios de *Pancasila*, a Filosofia do Estado, com seus cinco princípios e o *Sumpah Pemuda*, o Juramento do Congresso Nacional da Juventude de 1928, onde se declarou que é dever de todo o cidadão indonésio ter: *Satu Nusa* (uma Pátria, a Indonésia), *Satu Bangsa* (Uma Nação, a Indonésia) e *Satu Bahasa* (uma Língua, a Indonésia). Os cinco princípios de *Pancasila* eram repetidos todas as manhãs da primeira segunda-feira de cada mês, quando se içava a bandeira nacional indonésia em todas as repartições, com a presença de todos os funcionários públicos e de todos os estudantes em cada escola. Todos os funcionários e estudantes eram obrigados a seguir os Cursos de *Pancasila* ou *Pendidikan Moral Pancasila*, Educação Moral de *Pancasila* e do *Pedoman Penghayatan dan Pengamalan Pancasila (P4)*, Diretrizes para a Consciencialização e Vivência de *Pancasila*. Nenhum aluno podia chumbar nessas matérias, que eram determinantes para a passagem de ano.

Para apoiar e reforçar a Integração, desde os primeiros dias da invasão, foram enviados para Timor-Leste professores de Atambua e Kupang provenientes das cidades indonésias na parte ocidental da ilha, porque conheciam, o *Tetum*, língua falada por muitos timorenses, para ensinar o *Bahasa Indonésio* aos professores e às crianças nas escolas. Em 1980, o Departamento de Educação, ao considerar a educação uma grande prioridade intensificou a construção de mais de duzentas escolas primárias e recrutou mais de quatrocentos professores. Foram construídas oito escolas pré-secundárias nas capitais dos distritos, onde trabalhavam 30 professores indonésios e uma escola secundária em Díli.<sup>708</sup> Nos campos de concentração e nas zonas ocupadas, os militares edificavam escolas de emergência para ensinar *Bahasa Indonésia* e *Pancasila*, ensinando os professores timorenses e os mais instruídos para serem depois professores como o autor da tese teve a oportunidade de verificar pessoalmente em Viqueque e depois em Díli em 1976, após a ocupação.

Em 1977, as duas filhas do governador Arnaldo de Araújo e os seus maridos foram transferidos da Universidade de Lisboa para a Universidade de Airlanga, em Surabaya.

Em 1978, o governo indonésio através dos Serviços de Educação e Cultura enviou um grupo de mais de trinta estudantes para as universidades e escolas secundárias de Java, para as escolas médias e superiores: *Sekolah Menengah Atas* (SMA), Liceu, *Sekolah Teknik Menengah* (STM), Escola Técnica Média, *Sekolah Pendidikan Guru* (SPG), Escola para Educação de Professores, *Sekolah Menengah*

---

<sup>707</sup> Gusmão (1994), Timor-Leste..., p. 148.

<sup>708</sup> Klinken (2014), *Anak-Anak...*, p. 173.

*Ekonomi* (SMEA), Escola Média de Comércio e para a universidade, *Instituto Keguruan dan Ilmu Pendidikan (IKIP) Sanata Dharma*, Instituto de Professores e Ciências de Educação de Sanata Dharma, em Yogyakarta, pertencente aos padres jesuítas.

Em Yogyakarta, formou-se a Associação de Estudantes Universitários e também as associações de estudantes das escolas secundárias e pré-secundárias. O objetivo era ajudarem-se mutuamente, reunirem-se de vez em quando, organizarem jogos, encontros, passeios e reuniões mensais. Anos depois, fez-se a remodelação do grupo e de nome. De associação passou para *Ikatan Mahasiswa Pelajar Timor Timur* (IMPETU), União de Universitários e Estudantes das escolas (Pré-Secundárias e Secundárias) de Timor-Leste. O Governo Central de Jacarta era responsável pelas bolsas dos estudantes que eram encaminhadas via *Bidang Generasi Muda*, Divisão da Juventude do *Kanwil Depdikbud*, Departamento Regional de Educação e Cultura, que tinha um controlo quase total sobre os estudantes. O Governador Guilherme Gonçalves, substituto do Governador Arnaldo dos Reis de Araújo, continuou a enviar estudantes para Java. Com a chegada ao poder do Engenheiro Mário Viegas Carrascalão, mais estudantes foram enviados para as universidades de Java, em 1984. À chegada de novos estudantes, formaram-se grupos nessas localidades e o IMPETU recebeu o nome segundo os diferentes lugares; IMPETTU em Bali; IMPETU em Jacarta; IMPELTIM em Salatiga; IMARTIM em Malang; IMPETTY em Yogyakarta; IMAPTI em Semarang; IMPETTU em Solo<sup>709</sup>.

A organização dos estudantes timorenses era do interesse das autoridades militares e civis para assegurar a integração e promoção individual e, por isso, davam aos estudantes facilidades.

O governador Mário Carrascalão, em 1982, procurou convencer os militares de que o envio de estudantes para a Indonésia baseado na discriminação não favorecia a política da Indonésia. Anos depois, estudantes com passado da FRETILIN estavam no grupo dos enviados como estudantes nas universidades de Java<sup>710</sup>.

Em 1982-1984, os militares indonésios criaram o terror com uma operação denominada *Penembak Misterius* – Atirador Misterioso. Suharto ordenou aos militares para pôr fim às criminalidades que se tinham tornado num grande problema nalgumas cidades da Indonésia. As vítimas eram raptadas por desconhecidos e entregues aos elementos de segurança. Eram abatidos com tiros na cabeça, no pescoço, algumas vezes eram liquidados à frente dos familiares, mulher e filhos, e depois colocados à frente das casas, à beiras das estradas, nas margens dos rios, nas florestas ou nos quintais para serem vistos

---

<sup>709</sup> Carlos da Silva L. F. R Saky (2013), *RENETIL Iha Luta Libertasaun Timor-Loro Sa'e, Antes Sem Título do que Sem Pátria*, p. 579.

<sup>710</sup> Anderson, *Djati dan Kammen* (2003: 21); Saldanha (1994: 116, 124-125), citado por Carlos da Silva L. F. R. Saky, *RENETIL iha Luta Libertasaun Timor Loro Sa'e, Antes sem Título do que sem Pátria*, p. 173.

pelos habitantes. Todas as vítimas tinham tatuagem no corpo. Este procedimento de abater as vítimas era denominado de *shock therapy*, ou seja, terapia de choque, na linguagem de Suharto<sup>711</sup>.

Em 1987, José António da Silva Moniz, estudante timorense no Instituto da Formação de Professores e Ciências de Educação em Yogyakarta, foi morto, segundo a polícia, num desastre de viação<sup>712</sup>.

Um grupo de estudantes, sob a liderança de Fernando de Araújo, estabeleceu uma organização clandestina, a RENETIL, em Bali, no dia 20 de junho de 1988, com a Proclamação da Insurreição Política dos Estudantes de Timor-Leste,<sup>713</sup> com três grandes objetivos:

1. Isolar todos os estudantes timorenses das influências ideológicas, políticas, económicas e socioculturais do Governo Indonésio;
2. Desenvolver políticas de ressonância internacional com o objetivo de denunciar crimes feitos pelo Governo Indonésio;
3. Preparar profissionais embebidos do espírito revolucionário para continuar com a libertação de Timor-Leste pela Reconstrução Nacional<sup>714</sup>.

Os militantes da RENETIL eram provenientes de várias fações políticas, segundo a pesquisa da RENETIL feita aos seus membros nas diversas universidades até ao ano de 1986: 48% dos quadros da RENETIL cujos pais eram do partido da APODETI; 26% da UDT, 24% da FRETILIN e 2% dos que não tinham afiliação com nenhum partido político<sup>715</sup>.

A liderança da RENETIL estudou o processo da transferência da guerra do Vietnam e para os Estados Unidos e inspiraram-se também nas lutas de África, conduzidas por Amílcar Cabral e Agostinho Neto.

A RENETIL conseguiu conquistar a simpatia dos indonésios, desde os operários, os *tukan beca*, operadores de um triciclo movimentado com pedaladas e que servia para o transporte de pessoas, camponeses, agricultores, e convencê-los da inutilidade da guerra em Timor. A seguir citamos algumas dessas atividades.

---

<sup>711</sup> *Sejarah Singkat Petrus (Misterius)* – Posted by Sejarah Indonesia Monday, August 24, 2015, Consultável em: <http://sejarah-indonesia-lengkap.blogspot.com/2015/08/sejarah-petrus-penembak-misterius.html>

<sup>712</sup> Saky (2013), *RENETIL...*, p. 592.

<sup>713</sup> *Idem, ibidem*, p. 39.

<sup>714</sup> *Idem, ibidem*, pp. 678-679.

<sup>715</sup> Lopes, Carlos da Silva (1996), “Perspectivas para o Futuro de Timor-Leste, O Papel de Juventude Timorense no Timor-Leste Independente”, Conferência Internacional sobre Timor-Leste, Sydney, 21-27 de junho de 1996, Documento da Resistência Timorense (DRT), Consultável em [http://amrtimor.org/docs/visualizador.php?bd=documentos&nome\\_da\\_pasta=07153&numero\\_da\\_pagina=1](http://amrtimor.org/docs/visualizador.php?bd=documentos&nome_da_pasta=07153&numero_da_pagina=1).

As atividades da RENETIL fizeram com que no dia 18 de agosto de 1993, o Governador Abílio Osório Soares cortasse a bolsa de estudos para 122 estudantes, tanto aos militantes que foram ocupar as embaixadas, como também aos suspeitados de pertencerem à organização clandestina. Do mesmo modo ameaçou cortar os vencimentos a todos os funcionários em Timor-Leste que pertencessem aos movimentos da pró-independência no qual o autor da tese também estava envolvido.

Na conferência em Lisboa, em 1994, Aditjondro criticou tanto o Governo de Suharto como os timorenses que defendiam a política de autonomia pela 2.<sup>a</sup> via.<sup>716</sup> A ideia da 2.<sup>a</sup> via foi defendida por Abilio Araujo, e consistia em Timor-Leste se integrar primeiro na Indonésia para depois se processar a Independência. A Resistência Timorense rejeitou a ideia e considerou a Segunda Via uma armadilha para integrar Timor-Leste na Indonésia.

A influência da RENETIL foi de tal maneira eficiente que a ocupação das embaixadas da Holanda e da Rússia, no dia 7 de dezembro de 1995, foi feita não só pelos militantes da RENETIL, como também pelos elementos do PRD e do SMID com objetivo de exigir o Referendo em Timor-Leste<sup>717</sup>. E por isso a ocupação foi denominada de “Operação Conjunta”.

Os ativistas do PIJAR informaram os estudantes e o povo sobre a luta do povo timorense e publicaram o boletim *Notícias do PIJAR*; traduziram para a língua indonésia o relatório do enviado especial das Nações Unidas para Timor, Bacre Waly Ndiaye. A organização LEKHAT publicou o Boletim *Suara Rakyat Maubere*, a *Voz do Povo Maubere*. Os professores da Universidade Satya Wancana, George Aditjondro, Arief Budiman e Ariel Heriyanto esclareceram sobre Timor no boletim *ASAP*<sup>718</sup>.

Lukman Sutrisno, sociólogo da Universidade de Gadjah Mada, investigou sobre a situação socioeconômica em Timor-Leste após a Integração, tendo denunciado vários impactos negativos no processo do desenvolvimento em Timor-Leste. O resultado não foi agradável para os militares. Arief Aris Mundayat, professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Gadjah Mada, denunciou o impacto negativo da ocupação no seu livro *Militer dan Timor Timur*<sup>719</sup>. Mucthar Pakpahan, chefe do SBSI, ativista pró-democracia e defensor dos direitos do trabalhador, foi preso por defender o Referendo em Timor-Leste e os direitos do trabalhador.

A indonesiação do conflito atingiu também alguns membros da Igreja Católica indonésia. O padre jesuíta Mangun Wijaya, defensor da independência de Timor-Leste, solicitou ao presidente Habibie, colega de escola, que deixasse Timor-Leste fazer o Referendo, para que a Comunidade Internacional voltasse a respeitar a Indonésia<sup>720</sup>.

---

<sup>716</sup> *Idem, ibidem*, p. 493.

<sup>717</sup> *Idem, ibidem*, p. 506.

<sup>718</sup> *Idem, ibidem*, p. 508.

<sup>719</sup> *Idem, ibidem*, p. 509.

<sup>720</sup> *Idem, ibidem*, p. 502.

Em 1997, a *Konferensi Wali Gereja Indonesia* (KWI), Conferência dos Representantes da Igreja, na sua Carta Pastoral “Preocupação e Esperança”, assinada pelo Cardeal Julius Darmaatmaja e pelo seu secretário, M. D. Situmorang, manifestaram a sua preocupação com a falta de solução para o problema de Timor depois de 24 anos de ocupação, afirmando que era preciso respeitar a história do povo timorense e a sua identidade.<sup>721</sup> No dia 2 de abril de 1998, fez-se uma grande manifestação na Rotunda da Universidade de Gadjja Mada em Yogyakarta, cidade na Java Central. Vários militantes da RENETIL içaram a bandeira nacional da República Democrática de Timor-Leste (RDTL) e das Forças Armadas da Libertação de Timor-Leste (FALINTIL). O General Wiranto ordenou que arraiassem imediatamente as duas bandeiras e a multidão foi dispersa com gás lacrimogéneo<sup>722</sup>.

Há muito que Suharto era contestado internamente, deixando também de obter apoios internacionais nomeadamente dos Estados Unidos da América.

No dia 20 de maio de 1998, o Sultão Hamenku Bwono IX, de Yogyakarta, manifestou a sua solidariedade para com os estudantes. Esse evento fez Suharto perder todo o apoio do Sultão de Yogyakarta, donde Suharto era proveniente, e levou-o a abandonar o cargo no dia 21 de maio de 1998<sup>723</sup>.

No dia 12 de junho de 1998, cerca de 3000 estudantes timorenses na Indonésia provenientes das duas organizações, RENETIL e IMPETU, fizeram uma manifestação no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Jacarta, exigindo o Referendo para Timor-Leste.<sup>724</sup> Finalmente, em janeiro de 1999, Habibie decidiu avançar para o Referendo em Timor-Leste.

Antes da queda de Suharto, em 21 maio de 1998, já existiam várias organizações que pressionavam Jacarta sobre o problema de Timor, entre elas: Frente Indonésia para a Defesa dos Direitos Humanos (INFIGH); Centro e Rede de Informação para a Reforma (PIJAR); Solidariedade do Povo Indonésio pela Luta do Povo Maubere (SPRIM); Comité da Solidariedade por Timor Loro Sa’e (SOLIDAMOR); Fórum das Organizações Internacionais não Governamentais para o Desenvolvimento da Indonésia (INFID); Fórum para a Democracia (FODEM); Rede dos Trabalhos da Arte Popular (JAKKER)<sup>725</sup>.

A crise da educação e da falta de emprego ameaçou a Integração. Por isso, Siti Hardiyanti Indra Rukmana, filha mais velha de Suharto, anunciou em Timor, em dezembro de 1990, um programa de treino de aptidão e aquisição de experiência para os jovens que tinham entre 15 e 25 anos. O orçamento era proveniente da Fundação Tiara e a execução seria feita pelo Departamento de Trabalho.<sup>726</sup> Prometeu um alto vencimento aos jovens na indústria eletrónica, na ilha de Batam, próximo de Singapura. O programa

---

<sup>721</sup> Saky (2013), *RENETIL...*, p. 510.

<sup>722</sup> *Idem, ibidem*, p. 501.

<sup>723</sup> *Idem, ibidem*, pp. 501-502.

<sup>724</sup> *Idem, ibidem*, p. 503.

<sup>725</sup> *Idem, ibidem*, p. 505.

<sup>726</sup> Klinken (2014), *Anak-Anak...*, p. 180.

foi inaugurado com a presença do Bispo Belo e do governador Mário Viegas Carrascalão, na cerimónia do envio de 132 jovens, em 27 de março de 1991.

A transferência da juventude para fora de Timor tinha objetivos políticos, evitar que dessem apoio à resistência, e enfraquecer o espírito da luta pela independência.

Em 1995, foram enviados 500 jovens. Devido aos problemas de adaptação e às más condições de trabalho, muitos protestavam. Eram espancados pelos militares e intimidados a fazer declarações públicas de que aceitavam as condições de trabalho e salário.<sup>727</sup> Foram colocados em diferentes casas dos trabalhadores indonésios. Os seus movimentos eram controlados pelos militares, a fim de não serem influenciados pela RENETIL. Tinham de informar os guardas militares para onde iam e com quem se encontravam. No meio do grupo, foram indigitados alguns informadores para cooperar com os agentes de segurança, como foi o caso do grupo de Hércules, em Tanah Abang.<sup>728</sup> Os que não quisessem tinham “vida negra”, como foi o caso de Manuel Soares, solicitado para cooperar com o *Badan Inteligen Strategis* (BAIS), Corpo Estratégico da Inteligência. Foi morto a tiro pela polícia, segundo a declaração do colega Duarte Freitas. Outros colegas, Pedro e Alfredo da Costa, também tiveram uma morte não natural: Pedro foi morto e lançado no Rio Cileungsi, enquanto Alfredo da Costa foi atropelado. Alguns militantes ativistas também ficaram feridos.

Para assegurar a vitória no Referendo, a Indonésia queria ser ela a controlar o processo do Referendo. No encontro dos representantes das Nações Unidas com o CNRT, o Sr. Francesco Vandrell declarou que a segurança das eleições ia estar nas mãos da polícia indonésia, decisão que frustrou os representantes do CNRT. Segundo ele, se a segurança estivesse nas mãos das Nações Unidas, caso surdissem incidentes, os responsáveis seriam as Nações Unidas e a Polícia ndonésia lavaria as mãos. O resultado das votações poderia ser muito contestado pelos adeptos da pró-autonomia, pelo facto de os votantes serem apoiados pelas Nações Unidas. Sendo a segurança entregue às forças policiais indonésias, o resultado das votações teria muito mais força e a acusação de fraude não teria grande importância e o resultado das votações era mais credível. Se as pessoas não fossem às urnas por medo, a responsabilidade seria da polícia indonésia. Conseguiu convencer os membros do CNRT, embora se prevenisse que iria haver incidentes<sup>729</sup>.

O FORSAREPETIL foi o último grupo da Resistência Juvenil que apareceu. Foi formado em maio de 1998 com o objetivo de dar total apoio ao CNRT no Referendo, responder aos desafios urgentes lançados por Domingos Maria Soares, administrador do Distrito de Díli, com o seu grupo *Front Persatuan dan Keadilan* (FPDK), Frente da Unidade e Justiça, e pela propaganda de que todos os licenciados

---

<sup>727</sup> *Idem, ibidem*, p. 183.

<sup>728</sup> Tanah Abang, em Jacarta, é um local afamado de *gangsters*. Hércules atuava nessa área com o seu grupo.

<sup>729</sup> A discussão sobre quem iria vigiar e controlar o processo do Referendo foi apresentado aos membros da CNRT pelos representantes das Nações Unidas, no Hotel Mahakota.

timorenses optavam pela autonomia. Os licenciados nacionalistas procuraram responder às questões apresentadas, formaram a Associação dos Licenciados Timorenses, tentando convencer o mundo e também a sociedade indonésia de que os licenciados formados nas universidades da Indonésia não tinham as mesmas perspetivas sobre Timor-Leste. Procuraram mentalizar o povo e a juventude a não aceitar o Pacote da Autonomia e a encorajar o povo para não se deixar intimidar pelas ameaças, como foi o caso da população do distrito de Same, ameaçada pelo grupo das milícias de ABLAI (*Aku Berjuan Lestarikan Amanat Integrasi*), Luto para Manter o Mandato da Integração. Para levar o povo a aceitar o Pacote da Autonomia, ofereceram a cada pessoa entre 50.000 a 60.000 rupias aos chefes das aldeias ofereciam 1.000.000 de rupias.<sup>730</sup>

O FORSAREPETIL preparou as campanhas do CNRT para o Referendo, utilizando o método de porta a porta e a televisão. Para as campanhas foram mobilizados grupos constituídos pelos elementos do FORSAREPETIL. Os distritos de Baucau, Manatuto, Viqueque e Lospalos ficaram sob a responsabilidade de César Moreira; os distritos de Aileu, Same, Ainaro e Covalima ficaram sob a responsabilidade de António Cardoso; os distritos de Maliana, Liquiçá, Ermera e Oecusse ficaram sob a responsabilidade de Adérito de Jesus.

Os elementos do FORSAREPETIL foram convidados pela Troika, no dia 27 de junho de 1998, para dar as suas opiniões na solução do problema timorense, pelo Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas, Jamsheed Marker, em Baucau, pelo Embaixador do Brasil e por Francesco Vandrell, representante das Nações Unidas.

O FORSAREPETIL<sup>731</sup> participou na primeira sondagem de opiniões, realizada na residência do bispo de Díli, como também no diálogo com os bispos entre os vários grupos que lutavam pela independência, como a UDT, a FRETILIN, o *Dewan Solidaritas Mahasiswa*, o Grupo da Solidariedade dos Estudantes, o FORSAREPETIL e os grupos defensores da autonomia, como a APODETI, o *Komite Nasional Pemuda Indonesia* (KNPI), Comité Nacional da Juventude Indonésia, a APODETI Pró-Referendo e o grupo da comunidade chinesa. O fórum também participou na reunião entre os líderes políticos, promovida pelos bispos da Diocese de Díli, D. Carlos Filipe Ximenes Belo e D. Basílio do Nascimento, em Dare, nos dias 10 e 11 de setembro de 1998, denominado Dare I, com o tema de *Soru Mutu ba Dame Neon Ida De'it*, Unidos num só Espírito para Construir a Paz, como também no encontro de Dare II, em Jacarta, onde faziam parte membros da resistência da diáspora com a participação de Xanana, que estava na prisão em Cipinang. Do mesmo modo, o FORSAREPETIL participou no encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Alexandre Downer, na sua visita a Díli em julho de 1999.

---

<sup>730</sup> Sousa (2013), *Histórias...*, pp. 138-139.

<sup>731</sup> O autor da tese, como Presidente do Forum, participou em todas as reuniões. (nota do autor)



## 7. NACIONALISMO E IDENTIDADE

O nacionalismo timorense teve um papel importante na luta pela libertação, como se pode verificar pela seguinte definição:

“Nação é uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Imaginada, porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria dos seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva de comunhão”<sup>732</sup>.

As culturas nacionais como comunidades imaginadas constituem uma das principais fontes de identidade cultural que não estão literalmente impressas nos nossos genes. Contudo, concebemo-las como sendo parte integrante da nossa natureza essencial. Ter uma nacionalidade é como possuir os dois olhos e as duas orelhas. Elas não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Uma pessoa é timorense ou portuguesa pelo facto de como ela vive e de como essa “timoridade” e “portugalidade” é representada<sup>733</sup>.

As culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre a nação, constroem identidades. Esses sentidos são repletos de estórias que são contadas sobre a nação, memórias que ligam o presente com o passado de imagens que dela são construídas<sup>734</sup>. Anderson argumenta que as diferenças entre as nações residem nas formas diferentes pelas quais elas são imaginadas. A vida das nações, da mesma forma que a dos homens, é vivida, em grande parte, na imaginação<sup>735</sup>.

Segundo Mattoso, “Até ao momento, não existem estudos suficientemente sólidos para poder definir os caracteres da identidade nacional de Timor-Leste, podem-se, quanto muito, mencionar umas tantas pistas de investigação.”<sup>736</sup>

D. Braz Feliciano Ribeiro Pires, régulo de Laleia, influenciado pelas leituras revolucionárias, imaginou fazer uma república em Timor<sup>737</sup>. D. Pires foi educado pelo governador Hugo de Lacerda e falava corretamente português e francês. Foi denunciado como integrando um atentado contra o governo português. Foi preso pelo próprio governador, por ocasião de um jantar a bordo do navio Díli, evitando assim a insurreição que projetava com outras maiorias. Foi encarcerado na prisão de Aipelo, Liquiçá, e aí morreu. Denota-se pelos ofícios do seu punho, arquivados em Baucau, que era um indígena culto,

---

<sup>732</sup> Anderson (2008), *Comunidades...*, p. 32.

<sup>733</sup> Hall, Stuart (1998) *A Identidade cultural na pós-modernidade*: tradução de Maria Guacira Louro, Rio de Janeiro, Editora DP & A, pp. 47-50.

<sup>734</sup> Anderson (2008), *Comunidades...*, p. 32.

<sup>735</sup> Enoch Powell, 1969, p.k 245, citado por Stuart Hall, *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, p. 51.

<sup>736</sup> Matoso, José – *Sobre a Identidade de Timor-Loro Sae*, in Camões – 14 julho-outubro 2001 (6-13), p. 6, citado por Mendes, Nuno (2005) *Como Nasceu Timor-Leste? Nacionalismo, Estado e Construção Nacional*, CEPESA, Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático, p. 21.

<sup>737</sup> Fernandes, J. A., *Timor, Impressões e Aspectos*. Porto. 1923, p. 30, citado por Pélissier, René (2007) *Timor em Guerra, A Conquista Portuguesa -1847-1913*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 439-440.

escrevendo com pureza de correção, mas com a volúpia da intriga, criando a cada passo, azedos conflitos com os régulos fronteiros. “Era inteligente e lido na história de Java.”<sup>738</sup> “Era demasiado inteligente e culto, por isso, tornava-se perigoso, era necessário eliminá-lo”<sup>739</sup>.

Existem factos que demonstram a existência do sentimento protonacionalista que vinham crescendo ao longo da história e se manifestavam aqui e acolá, essencialmente no grupo dos mais instruídos ou assimilados. Esse sentimento de protonacionalismo verifica-se nas sublevações que se deram ao longo da história de Timor contra a soberania portuguesa. Segundo Xanana: “o nacionalismo foi a causa de várias guerras em Timor [...] era qualquer coisa viva que veio sendo transmitida de geração em geração, e evocada anualmente nas festas tradicionais denominadas estilo”<sup>740</sup>.

Mencionam-se aqui algumas que se deram entre 1847 e 1913, dos régulos contra o “*malae*”, o estrangeiro, mencionados por René Pélissier, e o objetivo dessas sublevações. Assim, temos a revolta de Ulmera e de Lacló (21 de março – 30 de setembro de 1861), cujo “verdadeiro objetivo era sacudir o jugo dos Portugueses”<sup>741</sup> no momento em que estão fracos [...] “expulsar todos os “*malaes*” de Timor. Era a ambição perene em Timor”<sup>742</sup>.

Na revolta de Maubara que se deu entre 25 de maio – 25 de junho de 1893, os postos de Daire e de Fatuboro defendidos por Francisco Duarte Arbiru e soldados *maratas* (soldados provenientes de Goa), foram atacados. Dois cabos europeus e 11 soldados maratas foram massacrados e decapitados. As mulheres amigas “*nonas*” amancebadas desses soldados foram também liquidadas barbaramente. “Será preciso lembrar que os estrangeiros não são apreciados em Timor e os seus colaboradores ou colaboradoras ainda menos?”<sup>743</sup> A campanha contra Lamaquito (7 de outubro – 2 de novembro de 1894), levada a cabo pelo Governador José Celestino da Silva contra os rebeldes que atacaram os povos de Bobonaro e Leimean, fiéis à coroa portuguesa onde conseguiu submeter o Norte de Cailaco, dito eternamente rebelde. A submissão de Obulo, Marobo, Atabae e Balibó (22 de março a 16 de maio de 1895) – “o governador é naturalmente informado da pouca eficácia da campanha de 1894 e prepara-se assim para quebrar esses nichos de independência que erradamente deixara intactos na sua descida para oeste.”<sup>744</sup> “O que Manufahi quer é continuar a viver independente e sem coações por parte dos portugueses. Missionários, comércio sim! Tudo o resto não”<sup>745</sup>!

---

<sup>738</sup> Oliveira, Luna (2004), *Timor na História de Portugal*, Volume II, Fundação Oriente, Lisboa, p. 341.

<sup>739</sup> Adelino Rodrigues da Costa (2005), *Os navios e os marinheiros portugueses em terras e mares de Timor*, Lisboa, p. 131, citado por Belo, Carlos Filipe Ximenes, *Os Antigos Reinos de Timor-Leste, Reys de Lorosay e Reys de Lorotoba, Coronéis Datos*, (2011), Timor-Leste, Baucau Edição Tipográfica Diocesana a de Baucau, p. 199.

<sup>740</sup> Gusmão (1994), *Timor-Leste...*, p. 88.

<sup>741</sup> Pélissier (2007), *Histórias...*, p. 70.

<sup>742</sup> *Idem, ibidem*, p. 70.

<sup>743</sup> *Idem, ibidem*, p. 184.

<sup>744</sup> *Idem, ibidem*, pp. 210-211.

<sup>745</sup> *Idem, ibidem*, p. 274.

A campanha principal contra Manufahi e os seus aliados deu-se entre 1900 e 1912 – “Como o último sobressalto da sociedade tradicional contra os “malae”, os estrangeiros”<sup>746</sup>.

O início da grande Revolta de Manufahi – Uma revolta nacionalista, cujo objetivo era: “O *malae* tem de ser eliminado rápida e radicalmente”<sup>747</sup>.

Finalmente, a Invasão Indonésia e a luta pela libertação nacional (1974-1999) quando o sentimento nacionalista timorense se materializou profundamente.

A Consciência Nacional, segundo Mattoso, é um processo de longa duração e que não envolve necessariamente todos os sujeitos. Ela manifesta-se entre uma minoria, as elites, que começam por conceber intelectualmente a nação, tratando depois de a difundir até atingir uma maioria dos habitantes do país. A consciência nacional começa por ser um fenómeno das elites e que só numa vivência histórica em comum acaba por se generalizar.<sup>748</sup> É o caso de Timor, em que no princípio o nacionalismo era vivido apenas por um pequeno grupo de líderes e depois se tornou numa vivência comum quando a nação sofreu a invasão e o nacionalismo se desenvolveu e se transformou numa vivência partilhada. O acesso à educação e o aparecimento das circunstâncias propícias viriam incentivar a atualização dos sentimentos da consciência nacional. Foi o que se deu em Timor com os movimentos que surgiram ao longo da resistência à invasão indonésia.

As reduzidas elites, nativas ou mestiças, em grande parte educadas no Seminário de Dare, Díli, sob a responsabilidade dos padres jesuítas, tinham um papel crucial no lançamento das bases programáticas de um nacionalismo timorense, na posterior ação político-partidarista e na Resistência.

Embora os padres da Companhia de Jesus não fossem revolucionários, afastavam-se do padrão do sistema educativo colonial. Com alguma frequência, tratavam de temas como a evolução política asiática, o desenvolvimento económico, a identidade timorense<sup>749</sup>.

A presença dos padres jesuítas provenientes de outros países, como Espanha, França, México e Argentina, abriu nos seminaristas a realidade da existência de outros países além de Portugal<sup>750</sup>. Modificou muito as perceções dos seminaristas a respeito de Portugal como o único país, mais forte, mais potente, mais importante do globo, “porto-centrismo” que trouxeram dos colégios de Soibada, de Maliana e de Ossú, muito enfatizado no estudo da História de Portugal. Deram aos seminaristas um trato diferente daquilo que estavam habituados a ter nos colégios.

---

<sup>746</sup> *Idem, ibidem*, p. 340.

<sup>747</sup> *Idem, ibidem*, pp. 367-368.

<sup>748</sup> Mendes (2005), *Como Nasceu...*, p. 35.

<sup>749</sup> *Idem, ibidem*, p. 150.

<sup>750</sup> O Padre André Dias de Rábago, reitor do Seminário, quase todas as noites, depois do jantar, retransmitia aos seminaristas as notícias mais importantes do dia, colocando os seminaristas a par da situação mundial.

As revoltas e os movimentos pela independência quase sempre foram liderados pelos instruídos, como foi uma das suposições da origem da guerra de Manufahi, que deu à revolta uma interpretação nacionalista, isto é, a participação de elementos timorenses instruídos, como mais tarde foram a FRETILIN com a UNETIM, a UDT e a LESVALT nos anos 70, e depois, durante a resistência, a RENETIL, IMPETU, Sagrada Família, FITUN entre outras, tendo culminado com o CNRT e o FORSAREPETIL.

Durante a ocupação indonésia, uma grande parte dos estudantes que se envolvia em manifestações eram jovens e universitários; o que aconteceu foi que, depois de 16 anos debaixo do controlo das forças indonésias, muitos timorenses não se sentiam cidadãos indonésios. “A Indonésia pensava que possuía Timor-Leste; pelo contrário, a nova geração não se sentia parte da Indonésia” como afirmou o Governador de Timor, Abílio Osório Soares<sup>751</sup>. “Muitos jovens reconheceram que a educação indonésia os influenciou no desenvolvimento de ideias anti-integracionistas” como mencionou Helen Van Klinken, citando, Carey (2003: 41-45); Mubyarto et al. (1991: 53-60); Arenas (1998)<sup>752</sup>.

Contudo, segundo Manuel Castells “O Nacionalismo não é necessariamente um fenómeno das elites, não raro refletindo até mesmo uma reação contra as elites mundiais”<sup>753</sup>. Segundo Castells, “Hobsbawm aceita sem hesitação a evidência histórica do nacionalismo como um movimento que parte das bases para o topo (a partir de atributos linguísticos, territoriais, étnicos, religiosos e político-históricos compartilhados), porém rotula-os de “protonacionalismo”<sup>754</sup>. No protonacionalismo timorense, o sentido de viver livre, a não submissão a um poder do “malae”, de estar isento de pagamento de taxas ou fintas e isenção de submissão de pessoal para servir os interesses do poder estrangeiro, “estar livre de pressão estrangeira”, era uma constante que se manifestava nessas sublevações. Esses sentimentos manifestavam-se quando as oportunidades surgiam.

Durante a ocupação indonésia, Jacarta sempre minimizou o fenómeno do nacionalismo maubere e esperava que os formados na Indonésia pudessem ser o baluarte na defesa da integração. Foi por isso que desde o início da ocupação, a Indonésia procurou enviar para Timor-Leste um grupo de professores da escola primária a fim de moldar as crianças com a cultura Indonésia com músicas patrióticas indonésias, como o Hino Nacional, *Indonesia Tanah Airku*,<sup>755</sup> *Tujuh Belas Agustus Tahun Empat Lima*,<sup>756</sup> *Halo-Halo Bandung*,<sup>757</sup> *Tanah Airku Indonesia*,<sup>758</sup> *Garuda Pancasila*,<sup>759</sup> e internalizar os cinco princípios da Filosofia *Pancasila*. Construiu escolas e enviou para Java estudantes timorenses, tanto para

---

<sup>751</sup> Soares, Abílio Osório (1995), Forum Keadilan, n.º 24, Tahun III, 16 Maret, 1995, p. 5.

<sup>752</sup> Klinken (2014), *Anak-anak...*, p. 181.

<sup>753</sup> Castells (2010), *O Poder da Identidade*, Volume II, S. Paulo, Editora Paz e Terra Ltda, p. 47.

<sup>754</sup> *Idem, ibidem*, p. 44.

<sup>755</sup> Indonésia minha Pátria.

<sup>756</sup> 17 de agosto de 1945, data da proclamação da independência da Indonésia.

<sup>757</sup> Alo Bandung era uma grande cidade na Java Ocidental, onde se travaram grandes batalhas contra a Holanda.

<sup>758</sup> Minha pátria Indonésia.

<sup>759</sup> A águia *Pancasila*, símbolo da Indonésia.

as escolas secundárias como para as universidades porque pensava que os jovens iriam facilmente assimilar a cultura indonésia. O autor desta tese estava incluído no grupo dos primeiros estudantes que foram enviados para Java, em julho de 1977. O objetivo era para que a nova geração que foi a Java estudar pudesse assimilar e apossar-se da cultura indonésia, uma vez que os mais idosos eram mais renitentes na aceitação da cultura dos ocupantes.

No entanto, verificou-se que os que saíram das universidades da Indonésia foram aqueles que mais se colocaram a favor da independência, porque não tinham as mesmas perspectivas sobre Timor-Leste do que a Indonésia, que estava convencida de que os licenciados iriam optar pela autonomia, uma vez que, quase a sua totalidade era formada nas suas escolas e universidades.

O desejo de ser uma nação independente, com o seu próprio governo, transformou-se numa apropriação comum da maioria dos timorenses.

Anderson fala da nação, imaginada como uma Comunidade, porque independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nesses dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas se tenham disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas<sup>760</sup>.

James Fearon considera a identidade nacional como uma categoria social que pode resultar da consideração do Estado como “comunidade política” que se manifesta mediante um sentimento coletivo de pertença e de uma solidariedade dele decorrente, que estabelece a distinção de outras comunidades. Por exemplo, a diferença entre timorenses de Timor-Leste com os habitantes da outra parte da ilha de Timor Indonésio, que se manifesta através das características, como a identidade adquirida pela história, a colonização portuguesa, mediante a língua portuguesa, a religião católica, a cultura lusotimorense, como também a língua tétum, o desejo e a luta pela independência da terra. Na verdade, parecia difícil unir duas sociedades culturalmente diferentes, e em alguns aspetos inconciliáveis, que percorreram histórias distintas desde o século XVI<sup>761</sup>. A anexação com todas as suas consequências veio reforçar e aprofundar essa diferença<sup>762</sup>. A divisão da ilha feita pela colonização europeia, sobre os dois reinos, o do Servião, a Ocidente, e o dos Belos, na parte Oriental, foi, de certo modo, decalcar os seus limites<sup>763</sup>. A nação define-se como:

“uma coletividade de pessoas que tem a mesma origem étnica e, em geral, falam a mesma língua, possuem uma tradição comum<sup>764</sup>; os membros da nacionalidade desejam que seja um

---

<sup>760</sup> Anderson (2008), *Comunidades...*, p. 34.

<sup>761</sup> Centeno (2006), *Timor...*, p. 48.

<sup>762</sup> *Idem, ibidem*, p. 51.

<sup>763</sup> *Idem, ibidem* p. 41.

<sup>764</sup> Dicionário da Academia Espanhola citado por Eric J.Hobsbawm (2008), *Nações e Nacionalismo desde 1780*, S. Paulo, Paz e Terra S.A., p. 28.

governo deles próprios, ou exclusivamente de uma porção deles”<sup>765</sup>, representa o interesse comum contra os interesses particulares”<sup>766</sup>.

Eley e Suny na obra *Becoming National*, citado por Manuel Castells, diz que a maioria dos movimentos nacionalistas bem-sucedidos possuíam algum tipo de elemento comum como território, idioma ou cultura, que forneciam a matéria-prima para o projeto intelectual de nacionalidade.”<sup>767</sup> Para Ernest Renan, a essência de uma nação consiste em que “todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que tenham esquecido muitas coisas.”<sup>768</sup> Especifica também que são três as coisas que constituem o princípio espiritual da unidade de uma nação: “a posse em comum de um rico legado de memórias, o desejo de viver em conjunto e a vontade de perpetuar de uma forma indivisa a herança que se recebeu.”<sup>769</sup> Esses três conceitos, constituem uma cultura nacional como uma “comunidade imaginada”<sup>770</sup>.

Muitos timorenses, sobretudo a camada jovem, estão a esquecer-se dos acontecimentos que se deram em Timor, como a Guerra de Cailaco, a Revolta de D. Boaventura de Same, a Invasão dos aliados, a Invasão nipónica, a Revolta de Viqueque de 1959, como também a recente a Ocupação Indonésia.

O sentimento de pertença faz-se pela interiorização de símbolos, valores, crenças e costumes, que concorrem para uma partilha identitária que se manifesta no direito e no poder de decidir o destino político da nação.<sup>771</sup> “A colonização portuguesa ajudou na formação da identidade lusitana imaginária dos timorenses, com o lusotropicalismo que forneceu uma maneira própria de estar no mundo, tido como “uma ausência de preconceito racial, apetência pela miscigenação, cristianismo fraternal”<sup>772</sup>. O objetivo da educação portuguesa era fazer dos timorenses bons cidadãos portugueses para servir o colonialismo. Nas escolas, as crianças foram inculcadas do espírito nacionalista da pátria portuguesa (idealismo imaginado) através do estudo da história e da geografia de Portugal. O divisionismo timorense foi superado pela unificação política, como também as desigualdades na sociedade timorense entre filhos de povos e filhos

---

<sup>765</sup> Mill, J. S, *Utilitarianism, Liberty and Representative Government* (ed. Popular, Londres, 1910), pp. 359-366, citado por Eric Hobsbawm (2008), *Nações e Nacionalismo, desde 1780*, S. Paulo, Paz e Terra S.A, p. 31.

<sup>766</sup> Vilar, Pierre, “Sobre los fundamentos de las estructuras nacionales”, (*História*, 16/Extra V (Madrid, abr. 1978), p. 11, (1978) citado por Eric Hobsbawm (2008), *Nações e Nacionalismo desde 1780*, S. Paulo, Paz e Terra S.A., p. 32.

<sup>767</sup> Eley, Geoff, e Ronald Grigor Suny (orgs.) (1996) *Becoming National: a Reader*, New York: Oxford University Press (1996), citado por Castells, Manuel (2010), *O poder da Identidade*, Volume II, S. Paulo, Editora Paz e Terra Ltda, p. 45.

<sup>768</sup> Ernest Renan, “*Qu’est-ce qu’une nation?*” *In ouvres completes*, 1, p. 892, consultavel em : [www.iheal.univ.paris3.fr>sites>files](http://www.iheal.univ.paris3.fr/sites/files), citado por Benedict Anderson, (1991), *Comunidades Imaginadas*, Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo, Brasil, S. Paulo, p. 32.

<sup>769</sup> Renan (1990), *Qu’est-ce que’ une nation?* p. 19, citado por Hall, Stuart (2006), *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, Rio de Janeiro, DP&A, p. 58.

<sup>770</sup> *Idem, ibidem*, p. 58

<sup>771</sup> *Idem, ibidem*, p. 32.

<sup>772</sup> Castelo, Cláudia (1998), *O Modo Português de Estar no Mundo, O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento.

de *liurais* ou das elites, que foram superadas pelo tratamento igualitário recebido pela educação nos internatos, nos colégios dos padres e das mãres.<sup>773</sup> A identidade timorense surgiu como efeito de “uma miscigenação cultural, produto da interação de relações entre o dominador e o dominado.”<sup>774</sup> Esta identidade, segundo Xanana Gusmão, foi o fruto de várias etapas de convivência que o povo timorense teve desde a chegada dos colonizadores portugueses. Dessa convivência resultou que a cultura da potência colonizadora ficou mais ou menos assimilada e, de certo modo, já fazia parte da sua vida<sup>775</sup>.

“A aquisição do português serviu para uma interpretação mais polivalente das realidades.”<sup>776</sup> O português era acessível e prático para a comunicação administrativa e intelectual, para debates públicos e, sobretudo, foi fundamental na criação da diferença entre o povo timorense e os seus vizinhos. “Timor-Leste não pode sobreviver como uma identidade específica sem o português. É ele que garante a identidade de Timor-Leste, que diferencia o timorense na região e permite comunicação, ligação e solidariedade com um espaço maior, o lusófono” afirmou Ramos-Horta<sup>777</sup>.

A língua portuguesa era um fator que funcionava como uma ponte para a introdução no mundo das elites da sociedade timorense com uma personalidade própria que, durante a ocupação indonésia, se tornou num fator de resistência. Gellner salientou que a junção de um povo às culturas maiores, especialmente culturas instruídas, a qual é frequentemente mediada por uma conversão e variantes de religiões universais, permite aos grupos étnicos adquirir ativos literários e religiosos que, mais tarde, podem ajudá-los a tornarem-se nações e estruturarem-se.<sup>778</sup> Timor-Leste não foi exceção.

Verifica-se que o nacionalismo dos árabes está muito ligado ao islamismo, como também a crescente identificação do nacionalismo com a religião no movimento irlandês, como afirmou Eric Hobsbawn<sup>779</sup>. O mesmo se encontrou em Timor, especialmente durante a ocupação indonésia, onde a religião católica se desenvolveu e se vinculou ao povo timorense. A ocupação indonésia fez aumentar o número de católicos, porque no regime indonésio, todos os cidadãos devem ter uma religião, excluindo o animismo. Foi por isso, que muitos timorenses optaram pela religião católica. O censo feito em 1972 demonstrou que, antes da ocupação da Indonésia, 22% da população era católica; no censo feito pelas

---

<sup>773</sup> Thomaz (1994), *De Ceuta a Timor, Memória e Sociedade*, Lisboa, DIFEL – Difusão Editorial, S.A., p. 603.

<sup>774</sup> Boletim Funo – Timor-Leste Independente, boletim da Comissão para os Direitos do Povo Maubere, Lisboa, Portugal (1989/1990: 22), citado por Maurício Waldman e Carlos Serrano (1997), *Brava Gente, a saga do povo maubere*, S. Paulo, Xamã Editora, p. 37.

<sup>775</sup> Centeno, Rui M. S, e Rui Alexandre Novais (orgs.) (2006), *Timor-Leste: Da Nação ao Estado*, Porto, Edições Afrontamento, p. 51.

<sup>776</sup> Boletim Funo – Timor-Leste Independente, boletim da Comissão para os Direitos do Povo Maubere, Lisboa, Portugal (1989/1990: 22), citado por Maurício Waldman e Carlos Serrano (1997), *Brava Gente de Timor, a saga do povo maubere*, S. Paulo, Xamã Editora, p. 37.

<sup>777</sup> *Jornal Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 21/10/1996, citado por Maurício Waldman e Carlos Serrano (1997), *Brava Gente de Timor...*, p. 37.

<sup>778</sup> Gellner, *Nations and Nationalism* (Oxford, 1983), citado por Eric Hobsbawn (1990), *Nações e Nacionalismo desde 1780*, S. Paulo Paz e Terra, p. 86.

<sup>779</sup> Hobsbawn, Eric J. (2008), *Nações e Nacionalismo desde 1780*, p. 82.

Nações Unidas, em 2001, depois de 27 anos, a estatística mostrou um crescimento de católicos para 97%<sup>780</sup>.

De acordo com Xanana Gusmão, “A cristianização conseguiu modelar a espiritualidade do pensamento timorense, embora não alterasse radicalmente os fundamentos morais da sociedade indígena; conseguiu, no entanto, impregnar-se na espiritualidade do pensamento timorense”<sup>781</sup>.

Ser educado nas escolas católicas de Soibada, Ossú, Maliana, na escola de professores catequistas, no Seminário e nos colégios das irmãs canossianas e dominicanas, significava ser moldado por uma nova cultura, para uma nova identidade, diferente de outros que, dentro da própria sociedade tradicional, não passaram por essas escolas.

Existe entre a Religião Cristã Católica e a tradicional um hibridismo religioso que parece ter a sua lógica histórica:

“A autoridade do centro ritual ancestral em Timor, Wehali, foi passada para a Igreja Católica e aos seus bispos. De certo modo, devem a sua autoridade à religião tradicional e aos seus sacerdotes [...] Existe um paralelismo entre os preceitos religiosos tradicionais e os da Igreja, que funcionam como dois círculos concêntricos em tradução contínua”<sup>782</sup>.

É de salientar que a celebração do dia dos fiéis defuntos comemorada pela religião católica no dia 2 de novembro encontra nas tradições religiosas timorenses uma boa aceitação. O culto dos mortos na cultura social timorense é um acontecimento dos mais importantes. O morto é considerado sempre presente na vida social.

Com a língua e a religião católica entrou também a cultura portuguesa, base para intensificar a sua diferença com outros povos e com o indonésio: não somos iguais, somos diferentes do povo indonésio, temos a nossa própria cultura “a cultura lusófona-timorense” para contrabalançar a propaganda indonésia *kita ini sama-sama, orang putih yang mebagikan kita*, ou seja, “significa que somos iguais, foram os brancos quem nos dividiram”, contra *o manusia pancasilais* indonésio, o homem indonésio embebido da filosofia do estado com os cinco princípios da filosofia do Estado e o *Sumpah Pemuda*, Juramento da Juventude.

---

<sup>780</sup> Nascimento, D. Basílio do, Bispo da Diocese de Baucau, ITE – Seminário da Diocese de Díli, Edição: 02/julho 2015, 500 anos de Evangelização, *Circunstancia Funu Ajuda Tebes Evolução Fé Cristã iha Timor 97%*;

<sup>781</sup> Boletim Funo – Timor-Leste Independente, boletim da Comissão para os Direitos do Povo Maubere, Lisboa, Portugal (1989/1990: 22), citado por Maurício Waldman e Carlos Serrano, *Brava Gente de Timor*, a saga do povo maubere, S. Paulo, Xamã, Editora, p. 37.

<sup>782</sup> Fox, James, “The Paradox of Powerlessness: Timor in historical Perspective”. Paper presented at the Nobel Peace Prize-Symposium: focus on East Timor, University of Oslo, December 9, *citado por* Paulo Castro Seixas (2006), *Timor-Leste, viagens, Transições, Mediações*, Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 413-414.



A Igreja Católica não só teve um papel fundamental na diferenciação religiosa, mas também desempenhou um papel importante na resistência ao ocupante e na denúncia internacional, independentemente dos desejos do Vaticano<sup>783</sup>.

A escolha do tétum para língua de liturgia foi a base da língua homogeneizada e padronizada<sup>784</sup>, teve implicações políticas muito profundas e criou o sentimento de unidade, tendo-se tornado um “fator comum” do povo timorense. Essa “escolha apareceu como fruto de um desenvolvimento gradual, inconsciente, pragmático, para não dizer aleatório”, isto é, que depende do acaso ou das circunstâncias.”<sup>785</sup> Para Thomaz, a história é um elemento essencial de que emerge a especificidade timorense, reforçada pelo contributo da cultura portuguesa, em que a religião e a língua constituem os legados mais importantes”: “O tétum (a par de outros fatores de integração cultural, tais como o catolicismo) vai assumindo gradualmente um papel unificador e diferenciador em Timor-Leste semelhante ao que as línguas nacionais assumem na Europa”<sup>786</sup>.

O tétum, para o estatuto de língua de liturgia durante a época da resistência, reforçou a consciência nacional na unificação do povo timorense, dividido pelos diversos dialetos, na luta pela independência, ajudou a criar a ideia de uma nação e a capacidade de gerar comunidades imaginadas efetivamente, construindo solidariedades particulares<sup>787</sup>.

A decisão de adotar o tétum, primeiro como língua de liturgia, e depois como língua oficial, não foi uma atitude esporádica nem momentânea para responder aos desafios de uma situação, foi um processo que já vinha de longe, há cerca de cinco décadas atrás. Esses dois pequenos exemplos são apenas para mostrar como a classe instruída timorense teve iniciativas de imaginar um Timor-Leste independente. Segundo Xanana, “O nacionalismo foi a causa de várias guerras com a conseqüente formação de tantas nações [...] e a história do Povo Maubere insere também desde os tempos imemoriais, páginas sangrentas como o atestado do seu nacionalismo”<sup>788</sup>.

O timorense procura defender a sua identidade a todo o custo, usando todos os estratagemas e dissimulações<sup>789</sup>. [...] É muito cioso da sua identidade e jamais a venderá”<sup>790</sup>.

A luta pela libertação não foi apenas um caso esporádico durante a ocupação indonésia, mas foi uma constante na história da libertação.

---

<sup>783</sup> Centeno, Rui M. S. e Rui Alexandre Novais, orgs, (2006), *Timor-Leste: Da Nação ao Estado...*, p. 6.

<sup>784</sup> Hobsbawen, (2008), *Nações...*, p. 71.

<sup>785</sup> Anderson (1991), *Comunidades...*, p. 77.

<sup>786</sup> Thomaz (1994), *De Ceuta...*, p. 620.

<sup>787</sup> *Idem, ibidem*, p. 189.

<sup>788</sup> Gusmão (1994), *Timor-Leste...*, p. 59.

<sup>789</sup> Martins (2014), *Da Cruz...*, p. 23.

<sup>790</sup> *Idem, ibidem*, p. 51.

Timor-Leste construiu uma identidade própria com a chegada dos portugueses a Lifau, Oecusse, em 1515, com a entrada da língua portuguesa e da religião católica, que originaram e deram início ao processo da diferenciação do povo timorense em relação a outros países vizinhos. “Os elementos que identificam o povo *maubere* foram a sua identidade étnica, a sua identidade histórica, a sua identidade cultural e a sua identidade religiosa, segundo Xanana Gusmão<sup>791</sup>.”

---

<sup>791</sup> Gusmão (1994), *Timor-Leste...*, p. 54.

## 8. DO MASSACRE DO CEMITÉRIO DE SANTA CRUZ E VISITA DOS PARLAMENTARES PORTUGUESES AO REFERENDO

A Resistência estava a preparar uma grande manifestação para o dia 4 de novembro de 1991, coincidindo com a visita de alguns parlamentares portugueses. Contudo, no dia 25 de outubro, a visita foi cancelada devido às exigências do governo da Indonésia, que não queria que a jornalista australiana Jill Jolliffe e o português Rui Araújo fossem incluídos na comitiva.

A notícia sobre a visita fora entusiasticamente recebida pelo povo, por Xanana Gusmão e pelo governador Mário Carrascalão. Porém, D. Carlos Filipe Ximenes Belo não era a favor. Pelas informações recebidas denunciaram que os indonésios estavam a preparar distúrbios e valas comuns para possíveis massacres e não concordava que Xanana se encontrasse com os parlamentares portugueses. Para os timorenses as manifestações seriam pacíficas, enquanto os indonésios se preparavam para criar distúrbios, a fim de justificar as intervenções das forças militares de segurança<sup>792</sup>.

No dia 22 de agosto de 1991, Xanana Gusmão tinha dirigido uma carta ao governador Mário Carrascalão assegurando que, da parte dos independentistas não surgiria nenhum distúrbio, para que essa missão parlamentar pudesse avaliar todos os aspetos inerentes à questão, com vista a proporcionar maiores perspectivas ao mandato conferido ao Secretário-Geral das Nações Unidas. As populações de Laleia e de Manatuto foram instruídas sobre o que deveriam gritar à chegada dos parlamentares, como também organizaram manifestações para ter lugar no aeroporto com a participação de indonésios vindos do outro lado da ilha, de transmigrantes e de militares disfarçados<sup>793</sup>.

Outra carta foi dirigida ao brigadeiro-general Rudy Warrow, na qual Xanana denunciou os planos indonésios para semear a violência em todo o Timor, assegurando ao brigadeiro-general que tudo faria para que a visita decorresse de forma calma e pacífica<sup>794</sup>.

O objetivo da visita era a elaboração de um relatório pelo Parlamento português, para dar continuidade à presença indonésia baseado na solução de um *status quo*, resolvendo assim a questão de Timor-Leste com a sua retirada da agenda de trabalhos da Assembleia-Geral<sup>795</sup>. Contudo, os timorenses estavam confiantes de que a visita dos parlamentares iria realmente trazer a solução desejada.

As principais razões do cancelamento eram provenientes do bispo Ximenes Belo e do governador Mário Carrascalão. A visita era uma oportunidade para os militares acabarem com os elementos da

---

<sup>792</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, p. 331.

<sup>793</sup> *Idem, ibidem*, p. 334.

<sup>794</sup> *Idem, ibidem*, p. 336.

<sup>795</sup> *Idem, ibidem*, p. 332.

Resistência que estavam escondidos, por isso, ficaram frustrados com o cancelamento<sup>796</sup>. Xanana procurou apostar tudo nessa visita<sup>797</sup>.

Um rapaz foi à igreja de Motael solicitar ao Padre Ricardo para dar a extrema-unção à avó. Foi espancado por quatro jovens refugiados na Igreja, porque eram perseguidos pela polícia. Escreveu uma carta ao governador, o qual enviou uma nota ao padre Alberto Ricardo, que confirmou a veracidade do caso<sup>798</sup>.

Mário Carrascalão, depois de se ter encontrado com o padre Ricardo, sugeriu-lhe que os quatro jovens fossem entregues à polícia, solicitação que foi aceite pelo padre Ricardo com a condição de ele estar presente no interrogatório. Contudo, a polícia não parecia estar interessada no assunto. A presença dos quatro jovens, um dos quais Sebastião Gomes, era uma oportunidade para criar distúrbios pelos agentes de segurança e, com isso, teriam o pretexto para entrarem nas instalações da paróquia, porque se desconfiava que Xanana Gusmão estava lá escondido<sup>799</sup>. Na realidade, Xanana esteve na residência da paróquia de Motael, como Gilman, cunhado do Xanana, declarou na entrevista ao autor da tese: “Na noite anterior, o mano Zé (Xanana) pernoitou na residência da igreja de Motael. Em Motael, na residência dos senhores padres, que pela primeira vez Xanana teve conversas telefónicas com o exterior especificamente Austrália e Portugal”<sup>800</sup>.

No dia 27 de outubro de 1991 houve um assalto à igreja de Motael, onde Sebastião Gomes foi morto. Informações dadas ao bispo Ximenes Belo, relatam que o assalto foi efetuado pelo grupo pró-integração de Martinho Fernandes. Um dos assaltantes cujo nome era Afonso também morreu com uma facada nas costas<sup>801</sup>. Segundo Álvaro Vasconcelos<sup>802</sup>, do grupo do Martinho Fernandes eram Carlito Vadio, Domingos Pereira conhecido por Aileu, Ângelo Metan, João Santos chefe do suco de Bairro Pite, Ató Saldanha, Eustáquio, Deolindo Sequeira cunhado do chefe do suco João dos Santos e Senopati filha do Martinho Fernandes que fazia o trabalho de espiã. Foram no carro Hartop do Gatot, *Assisten Intel*, Assistente da Inteligência. No confronto morreram duas pessoas, Sebastião Gomez e Afonso da parte dos assaltantes. Na missa do corpo presente estiveram presentes os cadáveres de Sebastião e Afonso. Sebastião foi enterrado em Santa Cruz acompanhado pelo bispo Dom Ximenes Belo e Afonso foi enterrado no cemitério de Kakaulidung, a oeste de Díli acompanhado pelo padre Alberto Ricardo.

Segundo Álvaro Vasconcelos, os jovens que se refugiaram na Igreja eram vários e provenientes do Bairro Pite, local onde Álvaro vivia e vive. Refugiaram-se na Igreja depois das Manifestações de

---

<sup>796</sup> *Idem, ibidem*, p. 342.

<sup>797</sup> Martins (2014), *Nossas...*, p. 165.

<sup>798</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, p. 338.

<sup>799</sup> *Idem, ibidem*, p. 338.

<sup>800</sup> Sousa (2013), *Vozes...*, p. 327.

<sup>801</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, p. 341.

<sup>802</sup> Álvaro Vasconcelos, ativista, hoje chefe do Departamento da Unidade Educativa do Arquivo e Museu da Resistência Timorense. Vivia e vive no Bairro Pité e fazia parte do grupo dos jovens pela independência.

Tacitolo na vinda do Papa João Paulo II e após a manifestação ao embaixador dos Estados Unidos da América, Johon Monjo, no Hotel Turismo, no dia 17 de Janeiro de 1990. Como foram intensamente perseguidos alguns fugiram para mato, outros saíram para estrangeiro e vários se refugiaram no Paço Episcopal, no Externado de S. José em Balide, na Igreja de Motael, como Simplício conhecido por Apicho, Gregório Saldanha, Julião Mau Siri, César, Estanislau, Baptista, Vasco Gomez, Paulino Monteiro, Jorge Serrano, Eduardo, um professor e outros jovens da região de Audian. Não ficavam permanentemente na Igreja, mas entravam e saíam. Na altura do assalto só estiveram alguns jovens como Sebastião Gomez que morreu, César, Estanislau, Julião Mau Siri e Aleixo Cobra.

O funeral do Sebastião Gomes foi acompanhado por uma grande multidão, onde estava também o bispo Ximenes Belo. O do Afonso foi no cemitério de Kakaulidung, como já referimos, com a presença do padre Alberto Ricardo. Após o enterro, foi estabelecido que a cerimónia do *ai funan moruk*, flores amargas, romaria ao cemitério que se faz uma semana após o enterro, seria no dia 12 de novembro. Foram convidados todos os que estiveram presentes no enterro.

O massacre estava a ser preparado. Segundo Mario Carrascalão, corria entre os elementos da APODETI várias informações/segredos, como “digo-te só a ti e peço-te que não contes a mais ninguém”<sup>803</sup>. O convite para o *ai funan moruk*, foi dado pela *Radi Republik Indonesia* (RRI), Rádio da República da Indonésia, e também pela *Rádio Loro Sae*, apelando a todos que voltassem a participar na romaria no dia 12 de novembro de 1991. O programa das atividades foi bem preparado. A inteligência indonésia estava a par de todos os pormenores dados pelos agentes duplos, os *mau hus*, isto é, os informadores.

“Na noite de 11 para 12 de novembro, foram ao cemitério indonésio, que ficava em frente ao cemitério de Santa Cruz, alguns chefes militares indonésios para estudarem a operação da repressão; foi um plano bem traçado e programado e com a decisão de esmagar a tiro, a manifestação”<sup>804</sup>.

As ações das forças de segurança não foram ações espontâneas, mas foi uma ação militar concebida, planeada para enfrentar as manifestações, segundo Waly Ndiaye, enviado especial das Nações Unidas<sup>805</sup>.

Antes do dia 12 de novembro de 1991, chegaram a Díli vários jornalistas estrangeiros, designadamente: Russel Anderson e Robert Howard Muntz (australianos); Stephen Christopher Cox e Christopher Wenner (ingleses); Saskia Kouwenberg (holandesa); Kamel Ahmed Bamadhaj (neozelandês); Max Stahl (inglês), que conseguiu filmar o massacre e enviar as imagens para todo o mundo, por meio do

---

<sup>803</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, p. 343.

<sup>804</sup> Martins (2014), *Da Cruz* p. 116.

<sup>805</sup> Krieger, Heike (1996: 133), *East Timor and the International community: Basic documents*. Cambridge: Cambridge University Press, citado por Rui M. S. Centeno e Rui Alexandre Novais (orgs.), *Timor-Leste, da Nação ao Estado*, p. 25.

padre Renato Stefani, depois de o pedido ser rejeitado por Pieter Kooijmans, representante da ONU, e por Saskia Kouwenberg jornalista holandesa.<sup>806</sup>

Pelos factos apresentados pode-se concluir que o massacre foi planeado, e não foi um incidente como a Indonésia sempre quis afirmar.

### **8.1. A MISSA DO SÉTIMO DIA E O MASSACRE**

Após a Missa, cerca de 3500 pessoas, na sua totalidade jovens, que tinham participado na missa, na igreja de Motael, celebrada pelo padre Alberto Ricardo da Silva, marcharam em direção ao cemitério de Santa Cruz.

Os manifestantes eram provenientes de várias organizações para apoiar a Comissão da Resistência Nacional de Jovens Timorenses (CNRJT), liderada por Gregório da Cunha Saldanha, segundo os testemunhos de Abílio Tilman Cepeda, Fernando Tilman, Augusto Teky e Juvêncio de Jesus Martins. Pertenciam às organizações dos grupos de juventude provenientes das seguintes regiões de Díli: Motael, liderado por Julião Mausiri; Ailooklaran; Matadouro; Taibessi; Culu Hun – A; Culu Hun – B; Santa Cruz; Bemori; Bairro Pité; organização *Fitun*, liderada por Armando da Silva, segundo as informações da polícia regional do Timor Oriental<sup>807</sup>.

Pretendiam um encontro com o enviado especial das Nações Unidas, Pieter Kooijmans, que se encontrava no Hotel Turismo, em Lecidere, Díli. À frente do edifício da Associação Comercial e Industrial de Timor (ACAIT), perto do *Komand Distrit Militer* (KODIM), Comando Distrital Militar de Díli, o major Gerhan Lantara foi esfaqueado por um dos manifestantes, segundo uma versão. Conforme outra versão, um paramilitar esfaqueou propositadamente o major Gerhan, cenário preparado pela Inteligência Indonésia, para forçar a intervenção dos militares,<sup>808</sup> criando distúrbios entre os agentes de segurança e os manifestantes, que resultou no impedimento da passagem dos manifestantes para o encontro com o representante das Nações Unidas, que iria ter uma reunião com o general Rudy Warrow para justificar a reação das forças de segurança contra os manifestantes. Leonardo de Araújo, um dos manifestantes, declarou à CAVR que também ele tinha sido esfaqueado na perna direita por um homem que trazia um camuflado.<sup>809</sup>

Este incidente fez com que os manifestantes fossem obrigados pelos agentes de segurança a tomarem outro caminho para Santa Cruz, isto é, pela Avenida de Bispo de Medeiros. Em Santa Cruz, por

---

<sup>806</sup> Sthal, Max (1998), citado por Rui M. S. Centeno e Rui Alexandre Novais (orgs.), *Timor- Leste: Da Nação ao Estado*, Porto, Afrontamento, p. 29.

<sup>807</sup> *Polri Daerah Nusa Tenggara Wilayah Timor-Timur Pro Justitia, Sampul Berkas Perkara N.º Pol.: BP/07/XII/1991, SERSE, pp. 60-61.*

<sup>808</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, p. 347.

<sup>809</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. 5. Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 216.

volta das 8.30h, os militares massacraram os jovens manifestantes; abriram fogo contra os manifestantes, bateram os que se encontravam atrás da capela, no Cemitério. Outros com as mãos amarradas, foram levados ao Hospital Militar, em Lahane. Segundo a informação de um médico ao governador Mário Carrascalão, muitos jovens ainda vivos foram colocados na câmara frigorífica; a outros foi-lhes injetada água nas veias. As notícias foram confirmadas quando Milena, a esposa do governador Mário Carrascalão, que foi ao hospital<sup>810</sup>.

Seis documentos relacionados com o massacre foram obtidos pela CAVR, em 2004, e, segundo esses documentos, foram várias as unidades militares que se envolveram no massacre, nomeadamente: um pelotão da Brigada Móvel 5486 (BRIMOB), sob o comando do primeiro-tenente Maman Hermawan; uma companhia combinada, sob o comando do segundo-tenente Sugiman Mursanib, incluído um pelotão da BRIMOB, comandado pelo segundo-tenente Rudolf A. Roja; três pelotões do Batalhão 303, onde estava incluída a Companhia C, sob o comando do segundo-tenente Aohn Aritonang, e a Companhia D, sob o comando do tenente Handrianus Eddy Sunaryo; um grupo de 24 soldados da Companhia A, Batalhão 303, sob o comando do capitão Yustin Dino, com a participação de 3 Milsas (civis recrutados para ajudar os militares), e os segundos-cabos Jorge Barreto, Domingos da Conceição e Finâncio Barreto; um destacamento antimotim do Batalhão 744. O primeiro-sargento Udin Syukur foi identificado como o primeiro militar a abrir fogo contra os manifestantes<sup>811</sup>.

O 3.º Relatório da Polícia Militar concluiu que elementos dos dois pelotões do Batalhão 303, sob o comando do tenente Mursanib, juntamente com a Companhia de Taibessi 303, colocaram-se à frente do pelotão da *BRIMOB*, brigada móvel, pois este parecia hesitar em tomar a decisão de atuar.

Neste massacre, o jornalista Kamal Bamadhaj, da Nova Zelândia, foi atingido e morto.

Os jovens feridos que foram levados para o Hospital Militar Wira Husada também foram mortos, segundo os testemunhos de Aviano António Faria, sobrevivente do massacre, João António Dias, funcionário do hospital militar de Lahane, Alípio Santos, sobrevivente, Inocêncio da Costa Maria Freitas, informador ao serviço do KODIM, e D. Ximenes Belo.

Aviano António Faria, estudante do Externato de S. José, foi também levado para o Hospital Militar Wira Husada e colocado no mortuário, onde os cadáveres estavam empilhados. Eram duas as camionetas que levaram os jovens para o Hospital Militar. Os que ainda se encontravam vivos foram esfaqueados. Na sala, viu dois soldados, um com uma grande pedra e outro com duas garrafas de plástico com água e um remédio. O soldado com a pedra deixava-a cair sobre a cabeça dos que ainda estavam vivos. Quando chegou a vez de Aviano, este disse-lhe que era um informador do KOPASUS, enviado para monitorizar a manifestação, conseguindo salvar-se, segundo relatou o mesmo ao autor da tese.

---

<sup>810</sup> Carrascalão (2006), *Timor...*, p. 352.

<sup>811</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. 5, Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 216.

Alípio Santos, sobrevivente, foi levado juntamente com outras vítimas para o hospital nos camiões militares que subiam com dificuldades a encosta para o hospital devido à grande quantidade de cadáveres<sup>812</sup>.

João António Dias, funcionário no hospital, relatou que, por volta das 9:00h, vários camiões transportaram vítimas para o Hospital. Saíram para ver o que se passava e foram solicitados para descarregar os cadáveres dos camiões. Na casa de banho do laboratório, ouviu a conversa entre o supervisor e vários soldados que foram ao laboratório buscar ácido sulfúrico para injetar nos feridos mais graves. Porém, como o ácido poderia fazer com que as vítimas gritassem de dor, resolveram tirar os comprimidos de formaldeida e mandaram-nos dar aos feridos<sup>813</sup>.

Inocência da Costa Maria Freitas, informador ao serviço da KODIM, também esteve no hospital militar para onde o major Gerhan Lantara fora levado, tal como o jornalista Bamadha Kamal e o ajudante do major Gerhan Lantara, o soldado Domingos da Costa. Quando chegaram os camiões *Hino*, ele viu cerca de 200 corpos a serem transportados para o hospital<sup>814</sup>.

D. Carlos Filipe Ximenes Belo, entrevistado por Max Stahl, declarou que, segundo as informações recebidas, o número de mortos deveria ser por volta de 271.

Em Hera, nas proximidades da Escola Politécnica, a Leste de Díli, também foi fuzilado um grupo de jovens<sup>815</sup>.

O padre José Alves Martins descreveu que o padre João Felgueiras, no dia 12 de novembro, tendo conhecimento do caso, dirigiu-se para o cemitério de Santa Cruz no seu jipe Suzuki. Embora tenha sido barrado pelos militares conseguiu caminhar ao longo do cemitério. Observou tudo e constatou que os mortos eram carregados nos Unimogs (camiões do exército indonésio), os *Hinos*. Eram cinco os camiões cheios de mortos e feridos graves<sup>816</sup>.

Segundo as entrevistas feitas por Jacinto Alves a alguns generais indonésios, foram levados cerca de 50 jovens para um determinado local, sem identificação pormenorizada, onde foram fuzilados. Mas, depois, retiraram os cadáveres e levaram-nos para outro local, e alguns foram deitados ao mar<sup>817</sup>.

---

<sup>812</sup> Sthal, Max, Buka, *Vítimas Massakre Santa Cruz*, filme de Max Stahl, DVD Video, Entrevistas.

<sup>813</sup> *Idem, ibidem*, entrevista com Max Stahl.

<sup>814</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Capítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos, p. 220.

<sup>815</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. 5, Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 221.

<sup>816</sup> Martins (2014), *Da Cruz...*, pp. 118-119.

<sup>817</sup> Informação dada por Jacinto Alves, coordenador da Comissão do Acolhimento, Verdade e Reconciliação ao autor da Tese, em Díli, no dia 24 de abril de 2015.



O bispo D. Ximenes Belo, na entrevista ao jornalista Max Stahl,<sup>818</sup> referiu que, segundo informações recebidas das populações, os cadáveres foram lançados ao mar, porém até hoje ainda carece de dados concretos.

Segundo a declaração de um marinheiro timorense em Cupão, Indonésia, foi ele quem transportou os cadáveres dos massacrados no barco que ele próprio conduzia, e foram lançados no mar na área entre a ilha de Timor e a ilha de Alor. A declaração confirma-se com o que disse Jacinto Alves, como também na entrevista feita por Max Stahl ao bispo D. Ximenes Belo.

As investigações, tanto civis como militares, concluíram que os jovens eram “brutos e selvagens” e estavam armados com espingardas, pistolas, granadas, catanas e facas. Concluíram também que os manifestantes tinham lançado uma granada e tentaram apoderar-se das armas dos militares<sup>819</sup>. Segundo o relatório dos militares,<sup>820</sup> os manifestantes levaram dísticos com escritos contra a Integração, tais como:

1. Viva Timor-Leste;
2. Viva Povo Maubere;
3. Viva Xanana;
4. Viva FRETILIN;
5. Viva FALINTIL;
6. Viva Sebastião;
7. Viva Timor Independente;
8. FALINTIL, Pátria Povo;
9. Xanana Gusmão Símbolo de Unidade Nacional;
10. *Tear and blod Shed, are suffering of the People of East Timor since 1975;*
11. *Why Indonesia Army shoot our Churh?*
12. Batidos mas nunca vencidos!
13. Viva a Resistência Nacional do Povo Maubere;
14. Jovens Timorenses anti-integração, anticomunismo indonésio em Timor-Leste;

---

<sup>818</sup> Buka, Vítimas Massacre Santa Cruz, Vítimas do Massacre de Santa Cruz, filme de Max Stahl, DVD Video, Entrevistas.

<sup>819</sup> *Idem, ibidem*, p. 220.

<sup>820</sup> Polri Daerah Nusa Tenggara Wilayah Timor-Timur – Pro Justitia, Sampul Berkas Perkara N.º Pol.: BP/07/XII/1991, SERSE, pp. 79-80; 89-90 / Polícia da República da Indonésia, da Região de Timor Oriental – Pela Justiça – N.º Polícia.: BP/07/XII/1991, SERSE, pp. 79-80; 89-90.

15. Meu Deus do Altíssimo, salvai-nos da Boca dos Leões Indonésios como Salvaste Daniel;
16. Portugal, não tenhas medo de vir aqui;
17. *Portugal where is your responsibility?*
18. *Sebastião has died and how about the others?*
19. Queremos a Paz;
20. Portugal, não tenhas medo de vir aqui, o sangue é nosso, é sangue maubere!
21. Bush, nós amamos a Paz;
22. Secretário-Geral estamos à espera da Delegação Parlamentar Portuguesa;
23. Um Povo Unido jamais será vencido.

O chefe da polícia civil de Timor-Leste, Ishak Kodijat, abriu uma investigação no dia 13 de dezembro de 1991, cujo objetivo era levar os manifestantes ao julgamento, e punir os organizadores da manifestação<sup>821</sup>.

O comando militar também fez o 1.º Relatório e a conclusão do Relatório do general Warow era que os militares não enfrentavam apenas manifestantes, mas guerrilheiros armados<sup>822</sup>. No seu 2.º Relatório, o objetivo era justificar o massacre.

A investigação feita pelo Comando Militar Regional (KODAM) em Bali, no seu 1.º Relatório, concluiu que os manifestantes tiveram um comportamento brutal, emotivo, selvagem, resultado da investigação do exterior por parte dos anti-integracionistas, por isso, as tropas foram obrigadas a disparar<sup>823</sup>. Os ataques ao major da Infantaria Andi Gerhan Lantara e ao soldado Domingos da Costa foram objeto de procedimento judicial. No seu 2.º Relatório, os três membros do KODIM de Díli, sem terem recebido ordens, foram ao cemitério e dispararam contra os manifestantes. Entre eles estavam o sargento Petrus Saul Meta, o primeiro-sargento Aloysius Rani e Marthin Alau, que também se dirigiu ao local movido pela emoção de ver o comportamento dos populares e o rasgar de uma bandeira indonésia. A conclusão foi que esses militares atuaram por vontade própria, violando o artigo 103.º do Código Penal Militar<sup>824</sup>.

Os elementos do Batalhão 303 de Taibessi e seis outros soldados atuaram por vontade própria. Foi isso que constou no 3.º Relatório da Polícia Militar, sublinhando-se também o papel do soldado Mateus Maia e de Afonso, que mataram a tiro o jornalista Kamal Bamadhaj, dos três milsas, timorenses

---

<sup>821</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. 5. Resistência: Estrutura e Estratégia, pp. 224-225.

<sup>822</sup> *Idem, ibidem*, p. 228.

<sup>823</sup> *Idem, ibidem*, p. 231.

<sup>824</sup> *Idem, ibidem*, p. 231.

do Batalhão 303, que dispararam contra a multidão, e dos três membros do Batalhão 303, Adolfo Tilman, Mustari e Gomboh, e o Segundo-Tenente Alex Pepeda, que alegadamente agrediram alguns manifestantes<sup>825</sup>.

O Relator Especial das Nações Unidas para as Execuções Extrajudiciais, Sumárias e Arbitrárias, Bacre Waly N`Diaye, visitou a Indonésia e Timor-Leste entre 3 a 13 de julho de 1994, tendo analisado os acontecimentos relacionados com o massacre de Santa Cruz. Em fevereiro de 1995, apresentou o seu relatório perante a Comissão dos Direitos Humanos da ONU<sup>826</sup> com as seguintes conclusões:

1. A procissão foi uma manifestação pacífica de oposição política;
2. Não se confirmam as afirmações de alguns oficiais de que as forças de segurança teriam disparado em autodefesa e de que teriam respeitado os princípios de necessidade de proporcionalidade no uso de força;
3. As forças de segurança utilizaram força desnecessária;
4. As forças de segurança receberam antecipadamente informações sobre os preparativos da manifestação;
5. Os manifestantes não transportavam armas de fogo;
6. O esfaqueamento do Major Andi Gerhan Lantara e de Domingos da Costa, seu assistente, deu-se algum tempo antes de a multidão chegar ao cemitério de Santa Cruz;
7. Nenhum elemento das forças de segurança foi morto<sup>827</sup>.

Além disso, o Relator levantou as seguintes questões: se a utilização da força era inevitável e resultou de um ato de autodefesa, por que razão os manifestantes que tentaram fugir foram atingidos nas costas? Por que razão, depois de terminados os disparos, os soldados continuaram a esfaquear, a pontapear e a espancar os sobreviventes no cemitério, a caminho do hospital, no hospital e nas aldeias vizinhas durante o resto do dia e ao longo de vários dias? Por que razão foram utilizados soldados do Batalhão 303 e não polícias da BRIMOB, que tinham a preparação para enfrentar os manifestantes? Os jornalistas estrangeiros que estiveram com os manifestantes não foram solicitados para apresentar os seus depoimentos<sup>828</sup>. Os projéteis nos corpos das vítimas não foram tirados e levados para testes balísticos<sup>829</sup>.

A Polícia Civil não encontrou armas de fogo, apenas armas brancas, incluindo 26 catanas, 70 facas, uma lança e 19 foices. Um membro da Brigada Policial Móvel (BRIMOB), que testemunhou o

---

<sup>825</sup> *Idem, ibidem*, p. 232.

<sup>826</sup> Documento da ONU E/CN4/1995/61/Add.1. Referido como Relatório N`Diaye, citado pela Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação, Capítulo 7.2: *Mortes Ilícitas e Desaparecimentos*, p. 223.

<sup>827</sup> *Idem, ibidem*, p. 223.

<sup>828</sup> *Idem, ibidem*, p. 235.

<sup>829</sup> *Idem, ibidem*, p. 236.

juízo de Jacinto Alves, declarou que apenas encontraram facas, lanças, catanas, canos e bandeiras<sup>830</sup>.

## **8.2. O RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DE INQUÉRITO**

As críticas e os ataques que a Indonésia sofreu com o Massacre obrigaram o presidente Suharto, pelo Decreto Presidencial n.º 53, a nomear uma Comissão Nacional de Inquérito. A comissão era composta por M. Djaelani, como presidente, Hadi A. Wayarabi Alhadar, alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, proveniente das ilhas Molucas, Clementino dos Reis Amaral, timorense, Beng Man Rem Say, Embaixador da Indonésia em Lisboa, em 1975, Hari Soegiman, diretor-geral dos Serviços Sociopolíticos do Ministério do Interior, almirante Anton Sucata da Marinha e o general Sumitro.<sup>831</sup> Nas suas deslocações em Timor-Leste, a Comissão era sempre acompanhada pelo chefe da Inteligência. Eram quase todos militares provenientes do Quartel-General das Forças Armadas. Fez algumas escavações e entrevistou muita gente. Como resultado, encontrou 19 mortos sepultados em Hera, tal e qual como fora defendido pelos generais Rudy Waroow e Sinton Panjahitan.<sup>832</sup> A Comissão aceitou a versão dos militares sem questionar,<sup>833</sup> atribuindo aos manifestantes a responsabilidade pelos ataques a dois elementos das Forças de Segurança e pelas provocações às Forças de Segurança, com as bandeiras da FRETILIN, UDT, cartazes, gritos e, por isso, as Forças Armadas foram obrigadas a defenderem-se<sup>834</sup>.

Houve militares que atuaram sem ordens do comando. A Comissão acrescentou uma nova versão sobre o número de mortos e feridos, que eram entre 50 e 91. A Amnistia Internacional concluiu serem inaceitáveis as conclusões apresentadas pela Comissão.

## **8.3. AS CONSEQUÊNCIAS DO MASSACRE DE SANTA CRUZ**

As consequências do massacre de Santa Cruz – que a Indonésia sempre quis que fosse denominado como “incidente” de Díli – tiveram impactos sobre a política Indonésia:

1. Gerou na sociedade portuguesa um consenso nacional e uma mobilização generalizada à volta de uma causa comum, após a Revolução do 25 de Abril de 1974<sup>835</sup>;

---

<sup>830</sup> *Idem, ibidem*, p. 235.

<sup>831</sup> Carrascalão (2014), *Timor...*, p. 361.

<sup>832</sup> *Idem, ibidem*, p. 361.

<sup>833</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Cap. 5. Resistência: Estrutura e Estratégia, p. 237.

<sup>834</sup> *Idem, ibidem*, p. 238.

<sup>835</sup> Centeno, Rui M. S. e Rui Alexandre Novais (org.), (2006) *Timor-Leste: Da Nação ao Estado*, p. 9.

2. Anne Both, especialista em política indonésia, considerou o massacre de Santa Cruz como um dos fatores mais decisivos para a sensibilização da comunidade internacional para a causa Timorense<sup>836</sup>;

3. Destruiu totalmente toda a estratégia que a Indonésia vinha implementando desde o dia 7 de dezembro de 1975, para obter o reconhecimento internacional *de jure* sobre a integração de Timor na Indonésia, segundo Mário Carrascalão<sup>837</sup>.

4. Deu outra direção à diplomacia indonésia, de tal maneira que todo o esforço após o massacre foi feito a fim de evitar a ameaça internacional e de melhorar a imagem da Indonésia<sup>838</sup>. Como consequência, no dia 26 de setembro de 1992, os dois ministros dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas, da Indonésia, e João de Deus Pinheiro, de Portugal, concordaram em voltar às conversações sob a condição de que as Nações Unidas fossem mediadoras do caso e não mais pelas resoluções<sup>839</sup>, ou seja, Decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

5. A política interna de Timor-Leste foi tida em consideração e dominada pela política em procurar quem eram os culpados. Mário Carrascalão esteve sob pressão, pois pensava que iria ser acusado de falta de competência na gestão do “incidente”. Assim, Mário Carrascalão declarou que esse incidente tinha sido planeado pela extrema direita da APODETI e pelos militares indonésios para mudar o futuro de Timor. A declaração parece ter base ao relatar o seguinte sobre o massacre: “Corria entre os da APODETI segredo, digo-te só a ti e peço-te que não contes a mais ninguém.”<sup>840</sup> O massacre teve influência na nomeação do novo governador de Timor, em setembro de 1993. As denúncias de Mário Carrascalão eram dirigidas aos membros da APODETI e ao sogro do presidente Suharto, o coronel Prabowo Subiyanto<sup>841</sup>;

6. A declaração de Mário Carrascalão sobre Tito Baptista, alto funcionário e membro da APODETI, pode levar a compreender melhor o plano do massacre. Ao solicitar ao governador para o informar sobre o acontecimento, Tito Baptista declarou abertamente que “os militares já estavam cansados da guerra e de brincar ao gato e ao rato com os jovens que apoiavam clandestinamente os GPK. E, por isso, aproveitado a cerimónia da deposição de flores na campa de Sebastião Gomes, planearam acabar de vez com esse tipo de resistência”<sup>842</sup>.

Vários jornais de renome mundial relataram e comentaram o massacre de Santa Cruz:

---

<sup>836</sup> *Idem, ibidem*, p. 28

<sup>837</sup> Carrascalão (2014), *Timor...*, p. 366.

<sup>838</sup> Singh (1998), *Timor Timur...*, p. 213.

<sup>839</sup> *Idem, ibidem*, p. 212.

<sup>840</sup> Carrascalão (2014), *Timor...*, p. 343.

<sup>841</sup> Singh (1998), *Timor Timur...*, p. 195.

<sup>842</sup> Carrascalão (2014), *Timor...*, p. 352.

1. *The Melbourne Age*, 14 de novembro de 1991: “ficou claro que depois de 16 anos sob o controle das Forças Armadas Indonésias, muitos timorenses não sentem que são cidadãos indonésios. A tragédia reforça a exigência do direito de autodeterminação<sup>843</sup>;
2. *The Washington Post*, 20 de novembro de 1991: com o fim do conflito entre Ocidente e Oriente, cada pessoa está mais preparada para avaliar protestos legítimos, a fim de (obter o direito) de autodeterminação. É tempo de discernir sobre o problema de Timor-Leste e dar a prioridade requerida pela solidariedade internacional, justa e imediata<sup>844</sup>;
3. *The London Times*, 22 de novembro de 1991: os dois grandes massacres maçais sobre o povo de Timor pela Indonésia. Consciencializaram de novo o cidadão mundial sobre o destino dos povos abandonados e tratados de maneira brutal. Como membro das Nações Unidas, a Inglaterra podia obrigar a que o referendo fosse realizado em Timor-Leste, sob os auspícios das Nações Unidas<sup>845</sup>;
4. O *New York Times*, no dia 22 de novembro de 1991, concluiu que o incidente de Díli dificulta o direito e a lógica para diferenciar a ocupação da Indonésia sobre Timor e a anexação do Iraque sobre o Kuwait<sup>846</sup>;
5. O *Washington Post*, no dia 9 de dezembro de 1991, descreveu o massacre de Díli como um “Tiananmen Indonésio”<sup>847</sup>.

No dia 21 de novembro de 1991, o Senado Americano aprovou a resolução para o presidente apoiar “a resolução das Nações Unidas e ordenar a comissão das Nações Unidas a fim de elaborar um Relatório Especial sobre Timor-Leste para” pôr fim ao conflito, com o objetivo da autodeterminação<sup>848</sup>.

Os governos da Holanda, Canadá e Dinamarca congelaram os programas de ajuda para a Indonésia<sup>849</sup>.

O massacre tornou ainda mais radical a juventude timorense, que acabou com o mito de que o desenvolvimento económico em Timor-Leste faria com que o povo timorense aceitasse a Integração e

---

<sup>843</sup> Singh (1998), *Timor Timur...*, p. 177.

<sup>844</sup> *The Washington Post*, 8 Juli 1994 citado por Bilveer Singh, *Timor Timur Indonesia dan Dunia, Mito dan Kenyataan*, p. 177.

<sup>845</sup> *The Times* London, 22 November 1991, citado por Singh, Bilveer (1998), *Timor Timur Indonesia dan Dunia: Mito dan Kenyataan*, PT. Cita Kharisma Bunda, Jakarta, p. 178.

<sup>846</sup> *Idem, ibidem*, p. 178.

<sup>847</sup> *Idem, ibidem*, p. 178.

<sup>848</sup> AARONS, Mark and Robert Domm (1992), *East Timor: a western made tragedy Sydney: Left Book Club*, 1992, citado Bilveer Singh, *Timor-Timur, Indonesia dan Dunia: Mito dan Kenyataan* – PT. Citra Kharisma Bunda, Jakarta, 1998.

<sup>849</sup> Singh (1998), *Timor Timur...*, p. 179.

segundo a opinião de Human Rights Watch, o massacre conseguiu, pela primeira vez, dar ânimo aos ativistas indonésios sobre o problema de Timor-Leste<sup>850</sup>;

O massacre, por sua vez, forçou o governo indonésio a fazer algumas mudanças no seio do exército e aplicar sanções aos culpados. Porém o povo timorense manteve-se apático perante a seriedade das sanções.

As pressões dos governos sobre a Indonésia continuaram, seguidas de sanções como embargos de armamentos, exigências de referendo ao povo timorense sobre o seu futuro, como foi feito pelo Governo da Suécia<sup>851</sup>.

O presidente Suharto, no dia 25 de março de 1992, acabou com o *Intergovernmental Group on Indonesia* (IGGI), que era chefiado pela Holanda, declarando que Jacarta jamais receberia ajudas económicas de Den Haag. O IGGI foi substituído pelo *Consultative Group on Indonesia* (CGI)<sup>852</sup>.

Recomeçou o encontro entre Portugal, Indonésia e as Nações Unidas e as conversações entre timorenses, e Jacarta, pela primeira vez, apoiou as conversações em Londres entre timorenses.

O presidente americano, Bill Clinton, afirmou na reunião da Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC), em novembro de 1994, que a Indonésia devia deixar que o povo de Timor-Leste organizasse a sua própria vida<sup>853</sup>.

O povo timorense ficou mais unido. Apesar de tudo, a pressão sobre a juventude continuava. A Fundação Tiara, da filha do Presidente Suharto, *Siti Hardiyanti Indra Rukamana (Mbak Tutut)*, anunciou um programa de treino e aquisição de experiência de trabalho para jovens dos 15 aos 25 anos, quando veio a Timor em dezembro de 1990. O orçamento para o programa era proveniente da Fundação Tiara, e a execução do programa era feita pelo Departamento de Trabalho<sup>854</sup>.

Depois de o massacre de Santa Cruz, os militares recrutaram jovens que foram acusados de envolvimento na manifestação anti-integracionista para o programa de trabalho com o objetivo de enviá-los para fora de Timor. Apesar de se sentirem intimidados, os jovens não podiam rejeitar, sendo, inclusivamente, solicitados a seguir o programa. Foi o que aconteceu com João da Costa, de Baucau, de 17 anos, que foi acusado de estar envolvido nas atividades da Resistência timorense contra a Integração e intimidado de que a rejeição do programa significava trabalhar pela independência de Timor.

---

<sup>850</sup> *Idem, ibidem*, p. 186.

<sup>851</sup> *Idem, ibidem*, p. 240.

<sup>852</sup> *Idem, ibidem*, p. 187.

<sup>853</sup> *Idem, ibidem*, p. 202.

<sup>854</sup> Klinken (2014), *Anak-Anak...*, p. 180.

#### **8.4. REFERENDO E INDEPENDÊNCIA**

A questão central desta tese é a ocupação de Timor Leste pela Indonésia, as tentativas de integração e o esforço timorense pela sua autodeterminação. Procurando esclarecer esta questão, percorremos a situação de Timor-Leste nos anos finais da colonização portuguesa, um quadro caracterizado pela carência em vários sectores. As poucas infraestruturas existentes foram todas destruídas na II Guerra Mundial, com a invasão dos aliados, em dezembro de 1941, seguida da ocupação nipónica, em 20 de fevereiro de 1942, que deixou a ilha arrasada e um grande número de mortos.

A Revolta de 1959, que ainda constitui um mistério, isto é, não se sabe quem esteve por detrás dos indonésios: se foram elementos da Permesta que pretendiam uma Autonomia Alargada para as Províncias Orientais da Indonésia, ou se foram agentes do governo indonésio numa tentativa de integração? A questão fica suspensa para uma futura pesquisa.

A Revolta teve efeitos negativos e positivos para o desenvolvimento de Timor e teve a sua projeção para a formação de partidos políticos, como a APODETI.

A fundação dos partidos políticos foi um momento novo para Timor não habituado à democracia e à liberdade de expressão. Pela falta de preparação e maturidade política, e influenciado pelos interesses das potências mundiais, Timor foi empurrado para uma crise de desentendimento que teve como desfecho a invasão e a ocupação pela Indonésia. Porém, foi precisamente nesta crise que Timor revelou a capacidade em confiar em si mesmo na luta pela libertação. A opressão cultural e física no povo, a consciência de que só pela unidade Timor-Leste sobreviveria, permitiu desenvolver laços de união entre a população. A invasão em vez de dividir o povo veio precisamente a unificá-lo.

Além dos fatores internos também existem fatores externos que contribuíram para a concretização da independência do povo timorense. Segundo Xanana Gusmão esses são:

1. A Solidariedade Internacional dos Povos, incluindo, depois, do Povo Indonésio;
2. O apoio inequívoco e permanente dos países da CPLP, nomeadamente dos PALOPs;
3. O carinho do povo português e o cumprimento do dever do Estado Português, como potência administrante.

Foi uma luta desigual, talvez única, de um povo que assumiu com alma e fé a palavra de ordem de “Contar com as próprias forças” e concretizou, com inabalável convicção, o pensamento de que “o



próprio ato de resistir, com persistência e audácia, era, já por si, um ato contínuo de vitória”, no bem conhecido “Resistir é vencer!”<sup>855</sup>

Para se chegar ao momento da independência, percorreu-se o passado, começando pela situação colonial do período entre 1950-1974, um período de profunda dificuldade e de carência para Timor Português em todos os sectores das atividades humanas. A invasão nipónica deixou Timor numa situação ainda mais caótica e uma recordação de dor e muito negativa para a quase totalidade dos timorenses: um país destruído e com uma grande perda de vidas humanas. Porém, a situação foi evoluindo de forma lenta, sem se assinalarem grandes dinâmicas até ao ano de 1959, quando eclodiu a Revolta de 1959, que veio de certo modo sacudir os dirigentes relativamente ao abandono a que Timor estava votado. Essa revolta, incutida pelos refugiados indonésios, teve uma repercussão bastante grande no país. Depois dessa revolta o país teve um impulso bastante forte no seu desenvolvimento social e económico. Esse desenvolvimento sofreu depois um colapso com a Revolução dos Cravos, de 25 de abril de 1974, que trouxe para Timor um impacto muito grande para a sua história.

Timor-Leste entrou em ebulição com a fundação dos partidos políticos e com entrada da Indonésia no cenário político de Timor, movida pelas suas ambições territoriais de querer juntar os fragmentos espalhados dos impérios Srivijaya e Majapahit. A autodeterminação de Timor encontrou um impasse muito grande no seu desenvolvimento devido à ambição da Indonésia e ao contexto internacional então existente, marcado pela afirmação dos regimes socialistas e pela Guerra Fria. Os partidos defensores da independência unificaram-se para defender a independência. Formou-se a Coligação UDT-FRETILIN. Porém, a inexperiência política e as emoções falaram mais alto. Devido à infiltração indonésia que manobrou para a destruição da Coligação UDT – FRETILIN, os dois partidos terminaram por optar pela disputa interna, favorecendo a intervenção da Indonésia. A FRETILIN levou a melhor e a UDT teve que se refugir na Indonésia, onde foi obrigada a assinar formalmente o documento da solicitação da Integração, embora o plano indonésio para uma invasão já estivesse antecipadamente decidido. A invasão teve lugar com todas as suas consequências. Perante o facto, Timor-Leste teve que confiar em si mesmo, organizando-se. Lentamente foi ganhando confiança em si, à custa de muitos sacrifícios. Apoiado por Portugal, pelos PALOP, pela solidariedade internacional e pela Igreja conseguiu levar a Indonésia à mesa das conversações e, finalmente, ao Referendo que veio culminar com a escolha pela independência.

Em 1998-1999 foram formados grupos civis armados em cada distrito com objetivo de vencer o Referendum<sup>856</sup>. Assim temos:

1. Aileu: Foi estabelecido o grupo *AHI/Fogo*;

---

<sup>855</sup> Xanana Gusmão, Discurso Escrito proferido na II Conferência Internacional, “Vozes da Resistência”, de 15 a 20 de agosto de 2016, em Díli, 2016.

<sup>856</sup> Sobre o Referendo ver também nesta tese o ponto 6.7. A Disputa da Juventude.

2. Ainaro: Foi constituído o grupo *MAHIDI – Mati Hidup Integrasi dengan Indonesia / Morte ou Vida Integração com a Indonésia* (1998);
3. Baucau: Foram formados três grupos: Além *SAKA* (1983); *SERA* (1986) e criaram o *Forum Komunikasi* (1999), Fórum de Comunicação;
4. Bobonaro: Foram formados cinco grupos: Além do *Halilintar / Relâmpago* constituído em 1974, criaram também outros grupos como *Dadurus Merah Putih / Tornado Vermelho Branco*; *Guntur / Trovão*; *Armui / Disposto a morrer pela Indonésia*; *Kaer Metin Integrasi / Segurar bem a Integração*; *Harimau Merah Putih / Tigre Vermelho Branco*;
5. Covalima/Suai: Foi constituído o Tim *LAKSAUR*;
6. Díli: Foi constituído o Tim *AITARAK* (1999);
7. Ermera: Existiam quatro grupos: *Darah Merah / Sangue Vermelho* (1999); *Ramelau / Monte Ramelau*; *Naga Merah / Dragão Vermelho*; *Team Pancasila / Equipa Pancasila*;
8. Liquiçá: Foi estabelecido o Tim *BESI MERAH PUTIH / Ferro Vermelho Branco* (1999);
9. Lospalos: Foi constituído o Tim *JATI MERAH PUTIH / Idêntico com o Vermelho Branco*;
10. Manatuto: Formaram-se dois grupos: *MAHADOMI / Manatuto Ama a Integração* (1999); *Moruk / Amargo* (1995);
11. Oecusse: Foi estabelecido o Tim *Sakunar / Escorpião* (1999);
12. Same: Foi formado o Tim *ABLAI*, (1999) *Aku Berjuan Lestarikan Amanat Integrasi / Luto para a Prevalência do Mandato da Integração*;
13. Viqueque: Funcionavam dois grupos: *Makikit / Milhafre* (1993); *Naga Merah / Dragão Vermelho* (1999).

Para apoiar a campanha da Autonomia, formaram-se os seguintes grupos, apoiados pelos militares indonésios:

1. *Fórum Persatuan Demokrasi dan Keadilan* (FPDK), Fórum da Unidade, Democracia e Justiça, fundado pelo Administrador de Díli, Domingos Maria Soares.
2. *Barisan Rakyat Timor-Timur* (BRTT), Frente/Ala do Povo de Timor-Leste, fundado por Francisco Lopes da Cruz;
3. *Front untuk Otonomi Timor-Timur* (UNIF), Frente para Autonomia de Timor-Leste.

O referendo sobre a independência de Timor Leste realizou-se no dia 30 de agosto de 1999. O referendo foi organizado e monitorado pela Missão das Nações Unidas em Timor-Leste (UNAMET) A

afluência ao voto foi superior a 98%, considerando o número total de eleitores recenseados que rondava as 450.000 pessoas aptas a votar, incluindo 13.000 timorenses que estavam fora dos limites territoriais de Timor-Leste. Mais de 78% dos eleitores rejeitou a proposta de autonomia especial para Timor-Leste, levando a separação de Timor-Leste da Indonésia e à independência do país em maio de 2002.

O capítulo que se segue debruça-se sobre o problema de Saara Ocidental, procurando-se assinalar paralelos com o caso de Timor. Contudo, a questão do Saara Ocidental até ao presente momento ainda não teve o desfecho desejado pelas forças que lutam pela autodeterminação deste território. A escolha dessa temática tem como objetivo fazer um pequeno estudo comparativo entre o caso timorense e o do Saara Ocidental. Ambos apresentam algumas semelhanças na problemática, na luta pela autodeterminação e independência, só que os desfechos não foram iguais.



## 9. OUTRAS LUTAS, OUTROS DESFECHOS

O Saara Ocidental e a sua luta pela independência até ao momento presente continua um processo ainda em curso. Confrontá-lo com o caso de Timor-Leste é interessante.

A impressão que se tem sobre a situação atual do Saara Ocidental parece ser a de um caso perdido, sem perspectivas para uma autodeterminação e independência, como foi o caso timorense durante a ocupação indonésia. As possibilidades parecem ser ínfimas, tendo em consideração os interesses das grandes potências mundiais, como os Estados Unidos, a França e a própria Espanha, que tem o poder *de jure* sobre o país.

São várias as razões pelas quais o Saara Ocidental continua a ser o território do continente africano que ainda não conseguiu a sua independência, entre as quais está a descolonização tardia feita pela Espanha e a ambígua diplomacia da Espanha, que mediante a assinatura de Madrid, em 14 de novembro de 1975 colocou o Saara Ocidental na atual situação de impasse<sup>857</sup>.

A Espanha, perante a comunidade internacional, afirma defender o referendo, porém, entregou o território a Marrocos e à Mauritânia, não tendo em consideração as resoluções das Nações Unidas.<sup>858</sup> Esta posição complicou ainda mais a vida dos saarauís, abrindo duas frentes de luta para a Frente Polisário, que, apesar de tudo, com a ajuda da Argélia, conseguiu expulsar a Mauritânia<sup>859</sup>.

Para enfrentar o referendo, muitos colonos marroquinos foram incentivados a instalarem-se no Saara Ocidental.

Os Estados Unidos, a França e a Espanha, devido às boas relações com Marrocos, e as suas pretensões protegem-no contra qualquer interferência internacional no conflito.

A ONU, com constantes adiamentos e incertezas, lançou a ideia da opção pela 3.<sup>a</sup> via, proposta por Marrocos, de conceder a Saara o estatuto de autonomia, sob a soberania do Estado marroquino.

Devido às dificuldades de um acordo entre Marrocos e a Frente Polisário acrónimo de *Frente Popular de Liberación de Saguia el Hamra y Rio de Oro*, o então Secretário-Geral, Kofi Annan, em maio e 2000, propôs a adesão à 3.<sup>a</sup> via,<sup>860</sup> que também foi apresentada por Abílio de Araújo para a solução do problema timorense. Porém, para os timorenses, a 3.<sup>a</sup> via significava integração.

---

<sup>857</sup> Balduino, Iara Ferreira de Sena (2015) *A Disputa pelo Território do Sahara Ocidental e os refugiados Saharauís dos Campos de Tindouf*, Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, Brasília, Universidade de Brasília, p. 7.

<sup>858</sup> VILAR, Juan B. (2011), *Franquismo y Descolonización Española en Africa*, (2011) Universidad de Murcia, p. 250.

<sup>859</sup> PENNA, Filho Pio (2010), *A difícil e Esquecida Questão do Sahara Ocidental* (2010) Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, p. 1.

<sup>860</sup> ZOUBIR, Yahia H. (2001), *La Tercera via: Realpolitik frente a legalidade internacional*. [Publicado en Nación Arabe vol. 15, n.º 45, 2001, September 2001, pp. 73-84] p. 13, disponível na Internet via <http://www.arso.org/zoubirNA.htm>. Arquivo consultado em 22 de maio de 2017.

O interesse geopolítico do território joga um papel importante sobre o futuro do povo saarauí.

O mesmo aconteceu com Timor para os países ocidentais, os Estados Unidos, os países europeus, a Austrália, os países da Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN), que, devido aos interesses comerciais com a Indonésia, constituíram obstáculos ao direito à autodeterminação e independência do povo de Timor.

O Saara Ocidental é constituído pelos territórios de Saguia El Hamra, a norte, e Ued el Dahab (Rio de Oro), a sul. Tem uma superfície de 166.000 km<sup>2</sup>, situado entre os paralelos 20° e 30°, atravessado pelo Trópico de Câncer. Tem limitação a norte com Marrocos, a este com a Argélia, com a Mauritânia a sul, e a oeste é banhado pelo Oceano Atlântico. Os limites fronteiriços foram produtos de acordos estabelecidos pelas potências coloniais, França e Espanha,<sup>861</sup> em 1900, 1904 e 1912.

### **9.1. MARROCOS E AS REINVINDICAÇÕES ESTRANGEIRAS DO SAARA OCIDENTAL**

Marrocos tem interesse pela riqueza mineral das terras saarauís, que possuem uma das maiores reservas de fosfato do mundo, além de petróleo, que obrigam o Governo de Marrocos a gastar muito dinheiro para controlar militarmente o Saara Ocidental. Há ainda a pesca, a principal fonte de indústria. Marrocos controla toda a costa e assinou com a União Europeia um acordo que permite a pesca por barcos europeus nas águas do Saara Ocidental.

A reivindicação de Marrocos em integrar o Saara tem como fundamento o facto de o Saara ser importante para a estabilidade da monarquia marroquina que utiliza este argumento para ganhar legitimidade, apoio popular e estabilidade<sup>862</sup>.

O Rei Hasan II, perante as dificuldades internas e as exigências dos partidos políticos que continuamente o desafiavam com a questão do Saara Ocidental, reivindicou o território com o objetivo de fortalecer o seu próprio Governo, fazendo um apelo aos sentimentos nacionalistas marroquinos (Irredentismo Marroquino). Quando a Espanha quis dar ao Saara Ocidental o estatuto de autonomia interna

---

<sup>861</sup> Sahara Ocidental-geografia – em português, disponível na Internet, consultável em: <http://ww.arso.org/hist 1-p.htm>, pp. 1-2. Arquivo consultado em 27 de fevereiro de 2017.

<sup>862</sup> Hamudi, Aluat, *Saara Ocidental: o conflito territorial mais longo e mais esquecido da África*, (2013) disponível na Internet via Pambazuka News/voices from Freedom and Justice <https www.pambazuka.org/pt/governance/sahara-ocidental-o-conflito-territorial-mais-longo-e-mais-esquecido-da-africa>. Arquivo consultado em 19 de março de 2018.

em 1975, o Rei Hasan II declarou-se opositor ao referendo no território,<sup>863</sup> pois Marrocos pretendia ter um papel dominante na região do Norte de África<sup>864</sup>.

No final dos anos 50, deu-se uma grande viragem na história das regiões devido aos movimentos africanos e árabes pela independência.

As razões deste longo conflito no Saara baseiam-se pela falta de interesse da comunidade internacional e do poder do Ocidente na luta estratégica da região do Norte de África.

O caso é complexo e possui dimensões económicas, políticas, históricas, sociais e emocionais.

Após a independência, em 1956, Marrocos reivindica a soberania sobre o Saara Ocidental desde os tempos da colonização espanhola e francesa, entre eles o Saara Espanhol. Espanha divide o Saara Espanhol em duas províncias: Ifni e Saara Espanhol, e devolve a Marrocos Tarfaya.

Após a Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e aos Povos Coloniais pela Resolução 1514 (XV) da Assembleia-Geral da ONU, Espanha tentou organizar um Referendo para a autodeterminação do Saara Ocidental, em 1974.

Antes que isso acontecesse, Marrocos e Mauritânia persuadiram a Assembleia-Geral da ONU a solicitar uma opinião da Corte Internacional da Justiça (CIJ) sobre a reivindicação de soberania. A CIJ sustentou que qualquer laço que os dois países mantivessem com o Saara Ocidental não deveria afetar a descolonização do território. O Tribunal declarou que na época da colonização espanhola, o Saara não era *terra nullius*, não era terra sem dono; existiam laços jurídicos entre o Sultão de Marrocos e algumas tribos que habitavam o território, assim como alguns direitos à terra, e também existiam vínculos jurídicos entre o território e a entidade mauritana. Contudo, não fora estabelecida a existência de um vínculo de soberania entre o território do Saara Ocidental e o Reino de Marrocos e Mauritânia, pelo que o Tribunal não verificou a existência de vínculos jurídicos que, pela sua natureza, possam alterar a aplicação da Resolução 1514, particularmente o princípio de livre determinação através da expressão livre e genuína da vontade do povo do território.

No dia 13 de dezembro de 1974, a Assembleia-Geral da ONU aprovou a Resolução n.º 3292, referente à solicitação do parecer consultivo à Corte Internacional de Justiça de Haia sobre duas questões:

1. O Saara Ocidental (Sakiet El Hamra e Rio de Oro) na época da colonização espanhola era um território que não pertencia a ninguém (*terra nullius*), uma terra sem dono?

---

<sup>863</sup> *Association de Soutien à un Referendum Libre et Regulier au Sahara Occidental 2009* (ARSO) disponível em <http://www.freewebs.com/tobesarahui/sahraoidental.htm>. Acesso em 22/03/2015, citado por Iara Ferreira de Sena Balduino, *A Disputa pelo Território do Sahara Ocidental e os Refugiados Saarauis dos Campos de Tindouf*, Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2015), Brasília, Universidade de Brasília, p. 2.

<sup>864</sup> *Idem, ibidem*, p. 4.

2. Em caso negativo, quais eram os vínculos jurídicos entre esse território, o Reino de Marrocos e a Mauritânia?

Em relação à primeira questão, o Tribunal respondeu “não”.

O Saara Ocidental não era *terra nullius*, não era uma terra sem dono. Durante a colonização espanhola existiam laços jurídicos de fidelidade entre o Sultão de Marrocos e certas tribos que viviam no território do Saara Ocidental. Existiam direitos relativos à terra que constituíam laços jurídicos entre a Mauritânia e o Saara Ocidental. A região pertencia a um povo, habitada pelos povos nómadas, organizados social e politicamente em tribos e liderados por chefes aptos a representá-las. Estava habitada por “povos saarauís”.

Quanto à segunda questão, o Tribunal declarou não ter encontrado evidências de laços jurídicos de soberania entre o Saara Ocidental e Marrocos e decidiu que a população do Saara tinha o poder soberano sobre o Saara Ocidental<sup>865</sup>.

Deste modo, Marrocos e Mauritânia, ignorando a decisão do tribunal invadiram o Saara Ocidental.

## **9.2. MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O REFERENDO NO SAARA OCIDENTAL (MINURSO) – CESSAR-FOGO ENTRE MARROCOS E A FRENTE POLISSÁRIO**

Em 1979, a Mauritânia abandonou as reivindicações e assinou um tratado de paz com a Frente Polisário na Argélia. Porém, a luta continuou entre Marrocos e a Frente Polisário até que a ONU “patrocinou” um cessar-fogo entre os antagonistas, em 1991.

Pela Resolução n.º 690, de 29 de abril de 1991, as Nações Unidas estabeleceram o Referendo no Saara Ocidental com duas alternativas: Independência ou Incorporação a Marrocos que apresentou, em abril de 2007, um texto intitulado “A iniciativa marroquina para a negociação de um Estatuto de Autonomia para a Região do Saara.”

Os elementos básicos da proposta marroquina:

Marrocos concede ao povo do Saara poderes ligados à gestão dos assuntos locais sobre:

1. a administração local, polícia local e órgãos judiciais da região;

---

<sup>865</sup> Hamudi, (2013), Saara Ocidental: o conflito territorial mais longo e mais esquecido da África, Pambazuka News/Voices from Freedom and Justice. Disponível em: <https://www.pambazuka.org/org.pt/governance/saharaocidental-o-conflito-territorial-mais-longo-e-mais-esquecido-de-africa>.



2. a economia: desenvolvimento económico, na planificação regional, no envolvimento;
3. investimentos no comércio, na indústria, no turismo e na agricultura;
4. o orçamento e a fiscalização da região;
5. as infraestruturas: água (instalações hidráulicas), obras públicas e transportes;
6. assuntos sociais: habitação, educação, saúde, emprego, desporto, segurança social;
7. a cultura, incluindo a promoção do património cultural saarauí/hassani.

Ao Estado são reservados:

1. os atributos da soberania: o hino, a bandeira e a moeda;
2. os atributos ligados às competências constitucionais e religiosas do Rei, comandante dos crentes, fiador da liberdade de culto das liberdades individuais e coletivas;
3. a segurança nacional, a defesa externa e a integridade territorial;
4. as relações externas;
5. a justiça do reino.

Comparando com o caso Timorense em Junho de 1998, o presidente Habibie declarou-se preparado para conceder uma autonomia alargada para Timor-Leste, mantendo Jacarta apenas o controle de três áreas: os negócios estrangeiros, a defesa externa e alguns aspetos da política monetária e fiscal.

Em relação aos direitos humanos nos territórios ocupados, o Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, declarou que “a MINURSO não tem incluído no seu mandato a monitorização dos direitos humanos, e que a situação lá é semelhante a de Timor-Leste durante a ocupação indonésia.”<sup>866</sup> A estratégia de Marrocos é a de ganhar tempo até que a comunidade internacional não tenha outro motivo a não ser reconhecer a sua integração definitiva em Marrocos<sup>867</sup>.

### **9.3. ESPANHA**

A Espanha ainda não assinou a transferência da soberania sobre a quinquagésima terceira província, o Saara espanhol mas a manutenção das colónias tornava-se cada vez mais difícil para Espanha, sobretudo

---

<sup>866</sup> Jornal Tornado – Jornalismo Independente De e para a Língua Portuguesa, consultavel em <http://www.jornaltornado.pt/joquim-chissano-quer-referendo-no-sahara-ocidental>. Arquivo consultado em 3-7-2017,

<sup>867</sup> Saara Ocidental Informação: O conflito do Sahara-aapsocidental.blogspot.com/2016/04/o-conflito-do-sahara-ocidental-situacao.html.

após a independência de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. A Espanha ficou isolada e sofreu uma pressão internacional para a libertação das colónias em África.<sup>868</sup>

No dia 14 de novembro de 1975, Madrid assinou um acordo secreto tripartido na presença dos representantes do povo do Saara, seis dias antes da morte de Francisco Franco, no dia 20 de novembro. No acordo prevê-se a “instalação de uma administração interina no território com a participação de Marrocos e da Mauritânia, com a colaboração de Djemaa”, onde se afirma que “a opinião da população saarauí será respeitada”<sup>869</sup>.

Segundo Carlos Ruiz Miguel, Catedrático de Direito da Universidade de Santiago de Compostela, “foi um dos documentos mais difamantes e com mais perniciosos efeitos de toda a sua história.”<sup>870</sup> A Espanha outorgou a administração do Saara Ocidental à Mauritânia e a Marrocos pelas seguintes razões:

1. Insegurança em Espanha, politicamente incerta, e também pelo estado de saúde debilitado de Francisco Franco;
2. Embora oficialmente reafirmasse a sua posição em favor de uma autodeterminação conforme as diretrizes da ONU, a Espanha pretende livrar-se de um problema sem perder muito e salvaguardar os seus interesses na região e de se libertar do peso e da responsabilidade da descolonização.
3. Evitar o conflito armado com os combatentes da Frente Polisário<sup>871</sup>;
4. Equilibrar as obrigações legais e internacionais e defender o interesse geopolítico<sup>872</sup>. Assegurar a cooperação contra a emigração ilegal, o terrorismo, além da consciência da importância que a Espanha tem a respeito do seu vizinho do sul, a Argélia.

No dia 31 de outubro de 1975, o exército do Rei Hassan II de Marrocos invadiu o Saara Ocidental com bombardeamentos aéreos obrigando muitos civis a abandonarem o país refugiando-se na Argélia.

Depois da invasão, Marrocos organizou a Marcha Verde no dia 6 de novembro de 1975<sup>873</sup> com o envio de 350.000 civis para a região, que garantiu o controle de dois terços do norte do território e Mauritânia as restantes áreas. Madrid reage violentamente contra a decisão marroquina, mas depois

---

<sup>868</sup> Balduino, *A disputa...*, (2015), p. 5.

<sup>869</sup> Anónimo, História, 7. O Acordo de Madrid, <http://www.arso.org/hist7-p.htm>, p. 1.

<sup>870</sup> Miguel, Carlos Ruiz, (2005-2006), Los Acuerdos de Madrid, inmorales, ilegales e politicamente suicidas (Publicado en La Ilustración Liberal, Num.26 Invierno 2005-2006). Consultável em: <https://www.club/libertanddigital.com/.../los-acuerdos-madrid>. Arquivo consultado em 11 de agosto de 2017

<sup>871</sup> Hamudi, Aluat (2013) Saara Ocidental: O conflito territorial mais longo e mais esquecido da África, consultável : Pambazuka News/voices from Freedom and justice. <https://www.pambazuka.org/pt/governance/sahaara-ocidental-o-conflito-territorial-mais-longo-mais-esquecido-de-africa>. p. 10, consultado em 18 de março de 2018

<sup>872</sup> [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1783%282007%29](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1783%282007%29).

<sup>873</sup> <http://canalhistoria.es/hoy-en-la-historia/a-marcha-verde>, consultado em 5 de novembro de 2018

surgiram as conversações com os marroquinos. A marcha ajudou o rei a recuperar um certo apoio popular e a esconder a infiltração do exército marroquino. Com isto, pretende vencer as últimas resistências do clã legitimista espanhol, apresentando como inevitável a opinião pública espanhola, que permitira uma saída sem oposição.

Após o Acordo Tripartido entre Espanha, Marrocos e Mauritânia, a Frente Polisário reagiu e expulsou a Mauritânia do território. Como consequência, a Mauritânia assinou um acordo em 5 de agosto de 1979.

A reunião da Organização da União Africana realizada em Nairobi, em 1991, estabeleceu uma resolução de uma implementação de uma solução em conjunto com a ONU mediante um cessar-fogo organizado e implementado pelas Nações Unidas. Em 1991, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução n.º 690, estabelecendo a Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), com o objetivo de monitorar o cessar-fogo e realizar o plebiscito. Esta missão nunca foi completamente cumprida. O maior impedimento foi de quem estava apto a votar. Um comité de identificação da MINURSO processou potenciais eleitores com os seguintes requisitos:

1. Os que estavam inscritos no censo de 1974, conduzido pela Espanha antes de ceder o Saara Ocidental a Marrocos;
2. Habitantes existentes antes da Marcha Verde.

O Rei Hasan II de Marrocos apresentou 120 mil nomes de votantes que não estavam incluídos no censo de 1974. Antes da implementação do processo de identificação, a ONU suspendeu o comité e retirou a maior parte do seu pessoal civil.

Em Saara na tentativa de alcançar um acordo, o enviado especial da ONU para o conflito, o diplomata James Baker, propôs uma minuta de acordo em 2001. Esse acordo daria autonomia aos saarauís sob a soberania marroquina durante um período de quatro anos, de transição, seguido de um referendo. Esta proposta foi rejeitada pela Frente Polissário. No entanto, Baker apresentou uma nova proposta, na qual o Saara Ocidental seria uma região semiautónoma dentro de Marrocos durante o período de transição. Essa ideia foi rejeitada por Marrocos. As conversações entre a Frente Polisário e Marrocos continuavam em andamento, mas sem resultados concretos.

Enquanto a Organização da União Africana (OUA) reconheceu o RASD como Estado independente, Marrocos insistiu que a Frente Polisário não era o interlocutor legítimo para as conversações. Após muitas tentativas mal sucedidas, Christofer Ross, enviado pessoal do Secretário-Geral da ONU para tratar do conflito, sugeriu encontros preparatórios informais em 2009 antes de realizar cinco reuniões de negociações. Desde 1976, quando a Frente Polisário proclamou a independência da RASD no Saara Ocidental, que o povo saarauí tem lutado para se tornar independente.

Os saarauís estão separados por um muro com mais de 2 mil quilómetros de comprimento, construído por Marrocos. Os que ficam na região separada, sob o domínio de Marrocos, e os que se estabeleceram na zona Oriental, tiveram de aprender a sobreviver, durante décadas, à base de ajuda humanitária numa das regiões inóspitas do deserto do Saara. Ao longo dessas décadas, múltiplas resoluções das Nações Unidas e da comunidade internacional que reconhecem o direito a autodeterminação do povo saarauí, foram desrespeitadas. Mais de 80 países, entre os quais África do Sul, Cuba e Argélia, reconheceram a RASD formalmente.

#### **9.4. ARGÉLIA, FRANÇA E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

Os grandes apoiantes da causa timorense foram os PALOP, que deram todo o seu apoio à causa timorense, e a Argélia tem sido o grande apoiante da Independência do Saara Ocidental. Mas quais os motivos desse apoio político, militar e logístico? Apresentam-se aqui algumas desses motivos:

1. Existe uma rivalidade secular entre Marrocos e Argélia, além do Saara Ocidental ser uma das mais ricas regiões do mundo em pesca<sup>874</sup>;
2. Suporta o direito de autodeterminação do povo saarauí e também luta pela supremacia na região através de uma abordagem geopolítica;
3. Medo do irredentismo do seu vizinho Marrocos, que fez as reivindicações sobre parte do território argelino e, em 1963, procurou aproveitar as regiões do sul no outono de 1963;
4. Luta pela supremacia regional sobre Marrocos. Pretende ser o Japão da África, segundo Shelley, na década de 1970, tendo em conta a opinião do Presidente Bomedienne.

A Argélia também entra “no jogo” pelo facto de apoiar a Frente Polisário e devido às relações complexas entre a França e a Argélia pelo seu passado colonial. O nacionalismo Argelino é muitas vezes confrontado com a política da França<sup>875</sup>.

\*

Cheikh Ma El Ainin, oriundo da Mauritânia, fomentou a reação à ocupação colonial francesa. Recebeu apoio do sultão de Marrocos, porém, quando este colaborou com a França, Cheikh Ma El Ainin, desencadeou a guerra santa contra o monarca marroquino, que obrigou à intervenção do exército francês. Embora Cheikh morra, a luta continuou com o seu filho, El Chiba. A França reage violentamente atacando os saarauís e destroem a cidade de Smara, incluindo a célebre biblioteca, com cerca de 5.000 manuscritos e declara Marrocos como seu protetorado. Após a derrota dos grupos rebeldes, pacificou a região e tornou-

---

<sup>874</sup> <http://octopedia.blogspot.com/2010/11/saara-ocidental-o-conflito-que-ninguem.html>.

<sup>875</sup> [http://www.counterpunch.com/mundy\\_04272007.html](http://www.counterpunch.com/mundy_04272007.html).

se o alvo principal dos ataques sarauí. Insta a Espanha a fim de pacificar o território sob a sua soberania e alarga o seu domínio até ao interior do país.

Como apoiante de Marrocos, ameaçou utilizar o seu poder de veto no Conselho de Segurança da ONU, caso impusessem uma solução que não estivesse de acordo com os desejos de Marrocos.

Tem interesses geopolíticos e geoestratégicos. Com o regime marroquino a França mantém a sua influência económica, política, militar e cultural no Norte de África, África Ocidental e Central.

A pretensão da França é também manter a sua influência no Norte de África e concorrer com as potências, como a Espanha e os Estados Unidos, como também evitar que, sendo o Saara independente, utilize a língua espanhola, estando mais recetiva às influências ibéricas do que às gaulesas.

\*

Em 1975, nos Governos de Gerald Ford, Jimmy Carter e Ronald Regan, os EUA deram o seu apoio militar e financeiro à Marrocos para a invasão e ocupação do Saara Ocidental.

Tanto o presidente George Bush como Bill Clinton tomaram uma posição de silêncio sobre o processo do Referendo da ONU de 1992-1996. No entanto, o mais alto nível de liderança dos EUA foi representado na pessoa do ex-Secretário de Estado, James Baker desde 1992-2004, e após sete anos de trabalho sem frutos significativos, desistiu. A partir de 2003, os EUA mudaram a sua política, preferindo deixar que a resolução do caso se resolva entre ambas as partes, mantendo o apoio ao plano de autonomia sob a soberania marroquina.<sup>876</sup>

Os EUA, por meio do seu Presidente Gerald Ford e do Secretário do Estado Henry Kissinger, deram luz verde à Indonésia para invadir Timor no dia 7 de dezembro de 1974, assim como apoio em armamentos. Embora apoie uma autodeterminação, no entanto, também possui os seus interesses geopolíticos e militares sem tocar no irredentismo marroquino. Esse apoio também se deveu ao facto de Marrocos ser considerado o melhor aliado dos EUA durante a Guerra Fria, defendendo os interesses americanos e ocidentais na região. Foi preocupante para os EUA a possibilidade do aparecimento de um Estado pró-soviético no Saara Ocidental, embora os soviéticos não tivessem essa pretensão.<sup>877</sup> Apesar de Marrocos e os seus aliados apontarem que os fundadores da Frente Polisária eram leninistas, guevaristas e simpatizantes maoístas,<sup>878</sup> Baker confirmou esta opinião declarando, em agosto de 2004, que, durante a Guerra Fria, a Frente Polisário foi alinhada com Cuba, com a Líbia e com outros inimigos dos Estados

---

<sup>876</sup> Hamudi, Aluat (2013) Saara Ocidental: O conflito territorial mais longo e mais esquecido da África, consultável : Pambazuka News/voices from Freedom and justice. <https://www.pambazuka.org/pt/governance/sahaa-ocidental-o-conflito-territorial-mais-longo-mais-esquecido-de-africa>. p. 10, consultado em 18 de março 2018

<sup>877</sup> *O fim do jogo no Sahara Ocidental. Que futuro para a última colónia de África*, p. 9.

<sup>878</sup> Direito Internacional e a questão de Sahara Ocidental, p. 290.

Unidos.<sup>879</sup> Segundo Zoubir e Darbouche, desde os acontecimentos do 11 de Setembro e da guerra global contra o terrorismo, muitos americanos favoreceram Marrocos por questões de segurança.

Podemos definir, assim, o paralelismo bastante relevante entre o caso de Saara Ocidental e Timor-Leste. Ambos foram os territórios colonizados pelos europeus (Espanha e Portugal).

O processo para a autodeterminação de ambos seguiu o mesmo processo, só que o desfecho foi diferente. Timor-Leste conseguiu restaurar a sua independência em 20 de maio de 2002 e Saara continua sendo um território em disputa. As razões que colocaram Saara no impasse político já foram apresentadas acima, seguindo quase o mesmo processo que Timor-Leste trilhou. Porém Timor-Leste beneficiou de fatores que foram fundamentais para a sua autodeterminação.

Timor-Leste teve Portugal e os países da CPLP como apoiantes e Portugal, assumiu a sua responsabilidade histórica e colonial, facto que não aconteceu com o Saara Ocidental com a Espanha; a situação geográfica da ilha ajudou bastante na luta pela independência sobretudo para ações da guerrilha; Timor possui, fora da ilha, uma frente diplomática ativa, criativa, uma frente militar bem organizada motivada e uma frente clandestina ativa, disciplinada e decidida; Timor conseguiu a internacionalizar o problema de Timor transformar o problema timorense num problema da própria Indonésia, envolvendo os próprios indonésios do nível universitário, da juventude e da solidariedade dos grupos da organizações na Indonésia pelo direito timorense para a autodeterminação; Timor teve a Igreja católica de Timor que jogou um papel imprescindível na defesa do povo timorense. Além de muitos problemas que contribuíram para a solução do caso timorense como atrás mencionamos, é preciso ter em conta a diplomacia do Secretário-Geral das Nações Unidas, Koffi Annan, do primeiro ministro australiano John Howard, a cobertura pela comunicação social e a mobilização de um conjunto de pessoas interessadas.

---

<sup>879</sup> Conflitantes Políticas internacionais e do Ocidente impasse Sahara, p. 100.

## 10. CONCLUSÕES

No princípio da invasão, em 1975, a Indonésia deduziu *a priori* que a guerra em Timor se resolveria num período de tempo muito limitado, em menos de um dia, olhando pela sua dimensão humana e geográfica. A Indonésia sentia-se totalmente apoiada pelos seus aliados e tinha grande confiança nos seus sofisticados armamentos e no número de elementos que compunham o seu exército. Benedict Anderson relata a notícia confidencial, dada por um agente dos serviços secretos indonésio, falando sobre uma confidência que lhe foi feita pelo seu amigo pessoal em vésperas da invasão indonésia de Timor-Leste declarando que não se preocupasse porque em poucas semanas tudo estaria resolvido. Além disso, o tempo estava a favor deles. Foi por isso que o general das Forças Armadas Indonésias, Benny Murdani, concluiu que, para conquistar Timor apenas necessitava de algumas horas; as ABRI tomavam o pequeno-almoço em Batugadé, cidade fronteiriça, almoçavam em Díli, e o jantar seria em Lospalos, cidade na Ponta Leste. A verdade é que as coisas não funcionaram como preconizara. O problema era mais complexo do que se pensava. As Forças das FALINTIL estavam completamente limitadas em termos de armamentos, mas possuíam um fator decisivo na luta, o fator humano e o seu idealismo.

Procuremos esclarecer os fatores que contribuíram para que Timor-Leste pudesse atingir o seu objetivo. Entre eles pode-se começar com as alianças e o juramento do pacto de sangue, um aspeto desconhecido pelas forças de ocupação.

As alianças tradicionais do juramento de “Pacto de Sangue” tinham como objetivo “a defesa de interesses mútuos e secretos”. Os contratantes juravam ficar amigos e aliados até à morte. A aliança valia para toda a descendência, sem limites de geração e tinha um impacto muito forte entre as famílias, criando unidade e evitando o desentendimento ou separações.

As alianças matrimoniais por meio do barlaque ligavam pelos laços de fetossá-umane (parte da mulher e do homem), os régulos e os principais do reino, devido à necessidade de autodefesa numa sociedade limitada em termos geográficos e por uma política interna bastante fraca e fragmentada pelos diferentes dialetos e subdialetos, que dificultavam a relação social com os vizinhos. Uma sociedade com estas condições facilmente favorecia as atividades de guerrilha. Quanto mais sólida e ramificada fosse uma família, mais assegurada era a sua defesa dentro da sua própria tribo, como também fora da sua fronteira.

As alianças tinham mais força do que o idealismo e o sentimento de pertença aos partidos políticos. Foi assim que nos inquéritos e nos interrogatórios, os integracionistas defenderam os seus parentes envolvidos na luta pela independência e os libertavam das prisões. Só muito depois é que os indonésios reconheceram que o elo familiar era um fator muito importante na resistência timorense na defesa dos seus membros. Nos documentos indonésios capturados pela resistência, registava-se a opinião dos invasores de que um grande apoio da população se deveu aos laços familiares, que era considerado

como o fator primordial.<sup>880</sup> “Os laços familiares pelo barlaque são mais poderosos que os juramentos de obediência ao rei de Portugal”, segundo a observação de René Pélessier.<sup>881</sup>

Reverendo a história antropológica do povo timorense, denota-se a diferença étnica entre os povos do leste *belos*, a leste, e os do oeste *serviões*. A presença portuguesa teve um papel preponderante no aprofundamento dessas diferenças entre *belos* e *serviões*. A Igreja Católica lançou as bases para a consolidação dessas diferenças com a introdução da religião católica na parte oriental da ilha, como também a influência da religião protestante na parte ocidental. Os colonialismos português e holandês consolidaram esta diferença e a presença indonésia em Timor durante 24 anos ratificou essa diferença, tornando-a aceitável internacionalmente pela presença da Assembleia-Geral das Nações Unidas no ato do Referendo.

A Resolução 1514 (XV), de 14 de dezembro de 1960. Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos colonizados considera: “Todos os povos têm direito à autodeterminação; em virtude deste direito, podem determinar livremente o seu estatuto político e prosseguir livremente o seu desenvolvimento económico, social e cultural.”<sup>882</sup>

A Assembleia-Geral das Nações Unidas, pela Resolução 1514 (XV), de 14 de dezembro de 1960, considerou Timor Português como um território não autónomo sob administração portuguesa. A resolução nunca foi aceite pelos governos de António de Oliveira Salazar e de Marcelo Caetano, nem pela Constituição de 1933, que continuaram a considerar o território como parte integrante de Portugal. Só veio a ser aceite pela Lei 7/74, de 27 de julho do Conselho da Revolução, que demonstrou a aceitação da independência de todos os territórios ultramarinos, incluindo Timor Português.

Esta decisão da defesa do estatuto de Timor como uma terra em processo de descolonização, reconhecida pela ONU, foi uma das grandes vantagens para a autodeterminação de Timor. A Indonésia procurou meios para que Portugal abolisse o seu poder *de jure* sobre Timor, coisa que Portugal nunca fez. Essa situação dificultou muito a posição da Indonésia em termos internacionais.

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa foram, a partir de 1975, a retaguarda diplomática da luta timorense. Apesar das suas próprias deficiências e limitações de ordem material, nunca sonharam apoio à FRETILIN. Se não fosse esse apoio, a questão de Timor-Leste teria sido riscada da agenda da ONU poucos anos após a invasão<sup>883</sup>.

No enquadramento histórico, apesar de Timor Português no plano das grandes potências, ser considerado como um objeto que apenas servia os interesses internacionais, cujo destino não era

---

<sup>880</sup> Taylor (1993), *Timor...*, pp. 274-275.

<sup>881</sup> Pélessier (2007), *Histórias...*, p. 117.

<sup>882</sup> Declaração sobre a Concessão de Independência aos países e povos coloniais. Adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas na sua resolução 1514 (XV), de 14 de dezembro de 1960.

<sup>883</sup> Horta, José-Ramos (1994), *Timor-Leste: amanhã em Díli*. Lisboa: Dom Quixote, p. 180



necessário ser negociado, mas que se podia ceder e entregar a qualquer nação sem necessidade do consentimento do seu povo como foi *Quadripartite Talks*, entre as delegações dos Estados Unidos, Grã Bretanha, Austrália e Nova Zelândia, realizada em fevereiro e em outubro de 1963, em Nova Iorque: “o que se afigurava mais eficaz e vantajoso para os interesses ocidentais era tentar inibir a agressão indonésia e colocar o território nas mãos das Nações Unidas associando Portugal a qualquer ação multilateral que viesse a envolver o território”<sup>884</sup>.

Seguindo a linha da orientação estabelecida na tese, podemos ver que no capítulo I o autor procura explicar a sua posição como historiador, relatando a sua própria história, o envolvimento pessoal no CNRT e no FORSAREPETIL podem ser considerados como uma desvantagem, um obstáculo para falar da história da Resistência Timorense com objetividade e neutralidade. Porém, esse envolvimento pessoal trouxe também vantagens para escrever a história da Resistência timorense com um sentido apropriado tendo em conta que a subjetividade pode dar uma tonalidade própria.

No Enquadramento Teórico, pretendeu demonstrar que, na condução da luta pela libertação, o processo não surgiu como um ato desconetado, sem elo, sem antecedentes, sem base, mas teve a sua fundamentação em teorias que explicam como essa luta se dava, como, por exemplo: O Nacionalismo Timorense, manifestado inicialmente num pano de fundo muito ténue, sem uma explicitação concreta, onde as tendências de um protonacionalismo embrionário se manifestavam no pensamento de algumas elites, e as sublevações, embora sem objetivos claros de uma independência imediata, num contexto de um Estado-nação, anunciavam um desejo de libertação com ações mais concretas no futuro quando as circunstâncias o proporcionassem.

O desejo pela Independência e a aspiração pela total liberdade, existente no espírito do povo timorense, já era manifestada embrionariamente nas guerras e sublevações contra o poder colonial e ganhou contornos na ocupação, com o lema *mate ka moris ukum rasik an*, vida ou morte pela independência. Para atingir o objetivo da independência, todos os sacrifícios eram aceites. Às FALINTIL, e a todo o povo, foi pedido sacrifício e abnegação, com o *slogan* “RESISTIR É VENCER”, que se tornou num princípio de orientação para todo o povo, dos mais velhos até aos mais jovens. Devido à crise política e económica da Indonésia, aproveitando-se da fraqueza dos generais indonésios e a falta de motivação intrínseca das forças armadas, embora equipadas com materiais bélicos sofisticados, não encaravam a guerra com o espírito de patriótico de uma causa nacional. Não se ajustaram totalmente com as suas exigências de mudança conforme o desenvolvimento da guerra, mas, aproveitaram a oportunidade da ocupação para enriquecimento e subidas de postos em contrapartida com as forças das FALINTIL e do povo timorense, que encaravam o problema como uma causa nacional, de vida ou morte.

---

<sup>884</sup> Feijó (2016), *Timor-Leste...*, p. 184.

O desconhecimento do povo timorense, “seus inimigos” da sua história e tradição pelas forças de ocupação, levou Jacarta a deduzir *a priori* a minimização do idealismo e do nacionalismo *maubere*, não se preocupando muito no ajustamento com as exigências da situação. Este facto levou Timor-Leste a ter vantagens no progresso para a independência, baseando-se na contínua renovação e ajustamento das exigências da situação apoiada pelo seu espírito nacionalista e pela luta pela sobrevivência onde a convivência e o conhecimento do inimigo eram tidos em conta.

A Teoria de Reactância Psicológica, demonstra que todas as vezes que a liberdade da pessoa é ameaçada, desenvolve-se uma motivação interna para recuperar a liberdade perdida ou ameaçada, por meio de diversos comportamentos.<sup>885</sup>

A violência aplicada pelas forças da ocupação para impedir esse desejo de liberdade contribuiu para reforçar o sentimento de união entre a população, numa população dominada predominantemente pelo divisionismo, considerado uma doença endémica social secular de Timor, que intensificou o desejo pela luta de libertação.

Em Moçambique, também em Timor-Leste “a própria severidade criou as condições necessárias para o desenvolvimento de um movimento nacionalista forte e militante”<sup>886</sup>.

Um dos grandes propagandistas da independência de Timor foi a própria Indonésia: “Três horas antes da invasão, o povo desejava a presença indonésia, três horas depois, o povo ganhou por eles uma aberração e rejeição” como esclareceu o bispo D. José Joaquim da Costa Ribeiro ao autor da tese. A ocupação indonésia não assumiu apenas um carácter militar, mas, ao mesmo tempo identitário, cujo objetivo era criar o espaço social e simbólico para a difusão de apropriação do *bahasa* indonésio, da cultura indonésia, da filosofia do Estado *Pancasila* e *Sumpah Pemuda*, Juramento da Juventude, em 1920, onde se declarava uma só nação, a Indonésia, uma só língua, o indonésio, e uma só pátria, a Indonésia. Com isso pretendeu-se formar os comportamentos sociais, reconstruir o imaginário nacional e os vínculos históricos. Porém não foi isto o que aconteceu. A presença indonésia, pelo contrário, ajudou a intensificar, a consolidar e a aprofundar a criação da ideia de uma comunidade imaginária timorense.

Paulo Freire esclarece que com

“a distorção de ser mais ou de ser menos, leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos<sup>887</sup>. [...] Porque a libertação nunca chega pelo acaso, mas pela praxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela<sup>888</sup>. [...] A liberdade

---

<sup>885</sup> Moss, Dr. Simon, ( sd) Sico Tests, “Psychological reactance theory,” citando Jack W. Brehm (1966), *A Theory of psychoogical reactance*. New: Academic Press. Consultável em: <http://www.sicotest.com/psyarticle.asp?id=65>, p.1, consultado em 20 de fevereiro de 2017.

<sup>886</sup> Mondlane (1987), *Lutar...*, p. 98.

<sup>887</sup> Freire (2010), *Pedagogia...*, pp. 32-34.

<sup>888</sup> *Idem, ibidem*, p. 34.

é uma conquista, e não uma doação, e exige uma busca permanente. A busca que só existe no ato responsável de quem a fez”<sup>889</sup>.

A violência, os massacres, Santa Cruz, Crarás e outros como também as prisões arbitrárias adotadas pelas forças da ocupação contribuíram para reforçar o sentimento de união entre a população violentada e intensificou a luta pela libertação.

O povo timorense nas sublevações contra o colonialismo português, dirigidas pelos instruídos, demonstrou uma luta contra a opressão estrangeira dos *malaes*, os estrangeiros. Essa tendência de liberdade veio a desenvolver-se com mais intensidade durante a ocupação indonésia.

Neste estudo, para um conhecimento mais abrangente, apresenta-se, a situação de Timor-Leste nos anos finais do colonialismo português. Descreve-se a imagem de um Timor Português destruído pela guerra, atrasado, subdesenvolvido em todos os sectores. A Revolta de Viqueque foi o grande acontecimento que, em certo sentido, provocou a reação contra esta situação e colocou Timor Português nos palcos do mundo. Na realidade essa revolta de Viqueque trouxe vantagens à província porque, a partir dela, Portugal intensificou a sua preocupação com a situação social e política de Timor Português. A par da Revolta de Viqueque, a tomada da Papua-Nova Guiné pela Indonésia e a guerra na Malásia, foram a concretização do sonho irredentista de Sukarno de restaurar os impérios javaneses de Srivijaya e Majapahit. E Timor-Leste também estava na mira de vários nacionalistas indonésios. A tomada de Goa pela União Indiana foi outra situação que levantou suspeitas sobre o futuro de Timor Português, porém, a queda de Sukarno pôs de lado o irredentismo sukarniano e deu uma nova direção aos destinos de Timor. Finalmente, o 25 de Abril de 1974 veio ressuscitar os sentimentos irredentistas indonésios aproveitando a liberdade de escolha do futuro de Timor. A falta de preparação política dos líderes timorenses e o interesse de impedir os desejos de Timor Português pela independência levaram a uma situação de confusão para Timor-Leste. Os partidos políticos surgiram e intensificaram o divisionismo existente, “a doença endémica timorense.” A Indonésia aproveitando-se da inexperiência política dos líderes timorenses e dos desentendimentos nacionais em Portugal, acolitado pela Austrália que tinha os olhos no petróleo do mar de Timor, explorou a situação política de Timor Português. A UDT e a FRETILIN pensaram que era preciso juntar forças para enfrentar o problema de integração contra a APODETI e que só pela unidade poderiam atingir os objetivos da independência e, para isso, optaram por uma coligação. Contudo, as emoções políticas individuais dos líderes falaram mais alto do que o objetivo comum do povo e a Indonésia intensificou os desentendimentos entre a UDT e a FRETILIN, levando à rutura da coligação e obrigando-os a um conflito armado: golpe e contragolpe, criando condições propícias para a invasão no dia 7 de dezembro de 1975.

---

<sup>889</sup> Freire (2010), *A Pedagogia...*, p. 37.

Na impossibilidade de uma luta frontal contra o invasor, as Forças da Resistência Timorense retiraram-se para as montanhas e optaram por uma estratégia de luta de guerrilha. A FRETILIN abandonou o seu radicalismo e optou pela unidade nacional e transformou as FALINTIL, inicialmente o braço armado da FRETILIN, numa força apartidária, um braço armado do povo. Para concretizar essa unidade nacional fez-se a Convergência Nacional com a UDT em Lisboa, a 24 de março de 1986, e assim os partidos em litígio, em 1975, retomaram as negociações para resolver o problema nacional. A guerra ganhou outra perspectiva com o apoio incondicional do povo.

Seguindo as diretrizes das teorias de Mao Tsé-Tung, criaram-se bases de apoio no interior do país para dar suporte às FALINTIL devido à guerra, que seria prolongada, pois o único apoio seria proveniente apenas do povo. Com a queda das bases de apoio e o Cerco de Aniquilamento, a guerrilha timorense tinha de sobreviver com as suas próprias forças e recursos. Criaram-se as Frentes Clandestinas que desempenharam um papel muito relevante na luta armada. Contra a anterior política do afastamento do inimigo, optou-se pela convivência com o inimigo, para conhecimento do próprio inimigo, a convivência com o povo sob o controlo das forças de ocupação, criando nele a ideia de que o exército era proveniente do povo e tinha o objetivo de servir o povo. Criou-se, assim, o CRNM, cujo objetivo era restabelecer a capacidade da FRETILIN, não como um movimento necessariamente comunista, e abandonar o Partido Marxista-Leninista-FRETILIN.

A impossibilidade de ganhar a guerra sob o ponto de vista militar originou novas formas de luta, como a indonesiação do conflito; o envolvimento da solidariedade internacional e a internacionalização da luta, trabalho feito pela RENETIL.

A atribuição do prémio Nobel da Paz ao Bispo Dom Ximenes Belo e a José Ramos-Horta, em 1996, foi dos acontecimentos de grande importância na luta da Resistência timorense pela sua autodeterminação. Esse evento tornou o caso timorense, a luta pela sua autodeterminação, mais sensível internacionalmente e mais sensível na opinião mundial.

A educação de estudantes na Indonésia aprofundou a sua consciência política, tornando-os mais nacionalistas. Muitos deles desempenharam um papel importante na luta a favor da independência.

Outro fator importante foi o apoio do povo indonésio e dos militares indonésios, que não concordavam com a integração e ajudavam a guerrilha, libertando prisioneiros, dando informações e munições.

De acordo com Xanana Gusmão, “O objetivo da guerrilha era a independência, ao passo que para o exército invasor era a exploração mercantil. Aqui está a verdadeira confrontação de mentalidade.”<sup>890</sup>

---

<sup>890</sup> Gusmão (1994), *Timor-Leste...*, p. 149.

De acordo com Taylor, "Toda a economia de exportação era controlada pela *Perusahaan Terbatas* e pela *Denok*, empresa dos Generais Benny Murdani, Dading Kalbuadi e Rajagukguk. A *Denok* monopolizou o negócio do café através de um rigoroso controlo militar sobre a compra, a venda e o transporte do café. Todo o comércio devia ser canalizado através dos agentes oficiais da *Denok* colocados em cada região e as restrições dos movimentos da população impediam-na de vender o café noutros locais." <sup>891</sup> A designação que se dava ao café em Timor era *barang terlarang*, produto proibido. Os generais Benny Murdani, Dading Kalbuadi e Rajagukguk eram também donos de outra empresa em Timor-Leste, a *Astakona*, que tinha acesso a consideráveis verbas do orçamento de Timor-Leste. Outras companhias existentes em Timor-Leste eram a *Nusa Bhakti*, propriedade da mulher do presidente Suharto, Tien Suharto, e a *Anak Liambau*,<sup>892</sup> propriedade do genro de Suharto, Prabowo. <sup>893</sup>

O colapso financeiro de alguns países asiáticos em 1997 e a globalização económica que marcou o começo da maior crise económica desde a Grande Depressão, que se estendeu desde a Ásia, passando pela Rússia, até à América Latina e que ameaçou o mundo inteiro,<sup>894</sup> também afetou os países asiáticos, inclusivamente a Indonésia, e teve impacto no enfraquecimento do poder do presidente Suharto e foi um dos fatores que levou à sua queda.

Além disso, o massacre de Santa Cruz no dia 12 de novembro de 1991, foi um dos eventos que mais sensibilizou a comunidade internacional, fez com que vários governos mudassem a sua opinião sobre Timor-Leste. Com a perda de terreno no campo diplomático, reiniciaram-se as negociações entre Portugal, a Indonésia e as Nações Unidas e as conversações entre timorenses de facções opostas em Londres, que foram, pela primeira vez, admitidas por Jacarta.<sup>895</sup>

Em Timor, também pela primeira vez, os timorenses dos diversos partidos políticos e diferentes facções, foram convidados pelos bispos D. Carlos Filipe Ximenes Belo e D. Basílio do Nascimento para um encontro no dias 10 e 11 de setembro de 1998, em Dare, denominado Dare I. O segundo encontro foi realizado em Jacarta, com a presença de Xanana Gusmão e de outros timorenses da diáspora, entre os dias 25 e 30 de junho de 1999. O lema da reunião era *Soru Mutu ba dame, neon ida de`it, ou seja*, Unidos num só espírito para construir a paz. A ideia do diálogo surgiu através governador Abílio Osório Soares, *Muspida Tingkat I*, Chefe Consultivo Regional e a Igreja aceitou a ideia. Anteriormente, a Indonésia rejeitava qualquer envolvimento direto dos líderes timorenses, defendendo a posição de que a vontade timorense já tinha sido expressa em 1976.

---

<sup>891</sup> Taylor (1993), *Timor...*, p. 243.

<sup>892</sup> Embora a empresa pertencesse a Prabowo, um militar de alta patente em Timor-Leste, genro do Presidente Suharto, quem a geria e administrava era o Governador Timorense Abílio Osório Soares, eleito por Jacarta.

<sup>893</sup> Taylor (1993), *Timor...*, pp. 245-246.

<sup>894</sup> Cunha, Luís Pedro, Recensão a Joseph E. Stiglitz, Globalização a grande desilusão, Boletim de Ciências Económicas, Volume XXV, pp. 455-466 (2002), Publicado pela Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, URI: <http://hdl.handle.net/10316.2/24807>.

<sup>895</sup> Sing (1998), *Timor-Timur...*, p. 187.

Devido à pressão internacional e com o desejo de melhorar a condição e a situação económica do povo timorense, foi decretado o programa de Abertura de Timor a todo o mundo pelo presidente Suharto, com o Decreto n.º 62, em 31 de dezembro de 1989, tornando o estatuto de Timor igual ao de outras províncias da Indonésia, sob proposta do governador Mário Viegas Carrascalão.

Em Timor, acabou-se com os postos de vigilância (*checkpoints*), e os timorenses podiam deslocar-se dentro do país livremente. Muitos guerrilheiros obtiveram o cartão de identidade indonésio, outros vieram viver para as vilas e aldeias abandonando as montanhas.

Devido à decrescente credibilidade internacional, à repetição dos mesmos erros, à perda de entusiasmo para combater e enfrentar a guerrilha timorense, a Indonésia teve de aceitar a realidade, como reconheceu o Major-General Zacky Anwar, chefe da *Badan Inteligensi Nasional*, no encontro do dia 30 de dezembro de 1998 com Xanana Gusmão na prisão de Cipinang, em Jacarta, onde o general declarou que “As Forças Armadas Indonésias reconheciam os erros cometidos e já estavam cansadas da guerra. Já nas conversações de paz em 1983, Jacky Anwar reconhecia que, num referendo, a Indonésia perderia.”<sup>896</sup>

O general Ali Murtopo, o arquiteto da *Operasi Komodo*, falando sobre a guerra em Timor no jornal canadiano *Toronto Globe and Mail* de 10 de fevereiro de 1984, num artigo com o título, Batalha Fantasma Estorva Exército na Indonésia, descreveu as suas últimas impressões antes de morrer. Referindo-se aos soldados indonésios disse que “a maioria dos soldados indonésios regulares são incapazes de lidar com a FRETILIN e que exército ao enfrentar as FALINTIL disparava apenas contra sombras.”<sup>897</sup> Ildfonso da Silva era um colega timorense que andava no Instituto Superior de Educação do governo em Yogyakarta, Indonésia. Foi também recrutado como “partisan” membro de tropa irregular pelo exército indonésio para combater as FALINTIL. Contou ao autor da tese que quando eram assaltados pelas FALITNIL, alguns soldados indonésios, na retirada, colocavam arma aos ombros e disparavam para trás sem ver quem aí estava.

Com a queda de Suharto, em 21 de maio de 1998, o seu sucessor, B. J. Habibie, concedeu uma autonomia alargada para Timor-Leste, mantendo Jacarta no domínio de três áreas: os negócios estrangeiros, a defesa externa e alguns aspetos da política monetária e fiscal.

A situação política em Timor ganhou outra dinâmica com a formação do CNRT, que veio substituir o CNRM, conseguindo reunir sob a sua tutela todos os partidos políticos e organizações juvenis pela independência. A Indonésia deu-se conta de que um grande número dos partidários da integração estava desiludido com o regime indonésio, defendendo a autodeterminação e a nova geração educada sob o regime indonésio estava ainda mais desiludida. Comprova-se este facto pelas críticas do próprio

---

<sup>896</sup> Martin, Ian, (2001) *Autodeterminação em Timor-Leste, As Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional*, Lisboa, Quetzal Editores, p. 18.

<sup>897</sup> Jornal Canadiano, *Toronto Globe and Mail*, 10 de fevereiro de 1984, citado por John Taylor, *Timor História Oculta*, Lisboa, Bertrand Editora, 1993, p. 287.

Governador Arnaldo dos Reis de Araújo, o Chefe do Departamento de Educação João Martins, que morreu envenenado. Parte considerável da Resistência Nacional de Estudantes de Timor-Leste na Indonésia era composta por filhos de pais que pertenciam ao partido APODETI. Em Timor-Leste, a onda crescente da liberdade política em toda a Indonésia refletia-se num ativismo pró-independência, crescia cada vez mais às claras e rapidamente desafiou o controlo das autoridades.<sup>898</sup>

No dia 27 de janeiro de 1999, depois de uma reunião ministerial, o Ministro de Informação da Indonésia anunciou que se os timorenses não aceitarem a Opção da Oferta Especial, o Presidente recomendaria À Assembleia Consultiva Popular para revogar a lei de julho de 1976 que integrava Timor-Leste como a 27.<sup>a</sup> província da Indonésia.<sup>899</sup>

Sobre a forma de consulta, a ONU apontou três alternativas: voto direto a favor ou contra a proposta da autonomia; voto indireto através de um conselho representativo como foi o caso de *Irian Jaya*; uma consulta informal que expandisse a sondagem à opinião dos líderes timorenses.<sup>900</sup>

Porém, chegou-se rapidamente a um acordo de voto direto num processo controlado pela ONU a favor ou contra a autonomia. Para Portugal, a consulta só seria democrática se fosse universal. Ali Alatas, ministro indonésio, viu que este seria o melhor meio para obter um resultado que não fosse depois sujeito a dúvidas, como fora o caso da Consulta Popular na Papua-Nova Guiné, que deixou dúvidas até hoje. Escolheu-se o termo Consulta Popular em vez de Referendo, pois segundo Ali Alatas, Timor-Leste, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, já tinha sido integrado na Indonésia por decisão da Assembleia Consultiva Popular, a MPR (*Majelis Permusyawaratan Rakyat*), daí que qualquer alteração no seu estatuto seria uma decisão da MPR à luz da Consulta.

Os timorenses da pró-independência não estavam satisfeitos com as medidas de segurança previstas no acordo do dia 5 de maio de 1999, em Nova Iorque. A posição da Indonésia era clara: devia continuar responsável pela segurança durante a consulta popular até que a MPR tivesse tomado a decisão,<sup>901</sup> e não aceitou a possibilidade de uma presença internacional.

Porém, a situação em Timor-Leste tornou-se mais dramática devido aos ataques das milícias pró-integração, como foi o caso do incidente na igreja de Liquiçá no dia 6 de abril, quando as milícias de *Bessi Merah Putih* mataram 113 pessoas, segundo o Padre Rafael dos Santos, pároco da igreja.<sup>902</sup> Apesar da assinatura do acordo na formação da *Komisi Perdamaian da Stabilitas* (KPS), Comissão da Paz e Estabilidade, feita na presença do General Wiranto para cessar as hostilidades, os objetivos da Comissão

---

<sup>898</sup> *Idem, ibidem*, p. 46.

<sup>899</sup> Martin (2014) Autodeterminação..., p. 50.

<sup>900</sup> *Idem, ibidem*, pp. 63-64.

<sup>901</sup> *Idem, ibidem*, p. 73.

<sup>902</sup> Sousa,(2013), Vozes..., p. 475.

eram os seguintes: desarmamento de todos os paramilitares e milícias pela Segurança da Indonésia; redução substancial da presença militar; que as FALINTIL deveriam ser confinadas nas áreas designadas.

A ONU providenciaria um número efetivo de polícia civil para atuar como conselheiros da Polícia Indonésia.

As forças pró-indonésias, durante todo o processo, sempre foram contra a presença da ONU/UNMET e contra o processo da Consulta Popular como se demonstra pelos atos de violência desencadeados durante os períodos antes e depois da Consulta Popular.

Ian Martin, o Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU para a Consulta Popular em Timor-Leste, e Chefe da Missão da ONU (UNAMET), declarou que não existia nenhuma dúvida de que a destruição de Timor-Leste não foi meramente o resultado de uma resposta emocional das milícias e de um motim dos timorenses que faziam parte das TNI, mas sim uma operação planejada e coordenada sob a direção das TNI.<sup>903</sup>

Apesar de todas as dificuldades e ameaças de toda a espécie, o povo timorense foi às urnas e, no dia 4 de setembro, de 1999 foi anunciado o resultado: 21,5% (94.388) votaram a favor da autonomia alargada e 78,5% (344.580) votaram contra a autonomia alargada.

A consulta popular, segundo Xanana “foi um processo onde a falta de boa-fé de uma das partes tornou muito complicado gerir as crises”<sup>904</sup>.

Apesar da insistência de Jacarta em não aceitar a presença das Forças da ONU em Timor, acabou por ter de aceitar a entrada das Forças das Nações Unidas em Timor. No dia 12 de setembro de 1999, Habibie anunciou ter solicitado o auxílio da ONU para repor a paz e a segurança em Timor-Leste. E pela resolução 1264 do Conselho de Segurança, a ONU aprovou o envio de Forças Internacionais para Timor-Leste (INTEREFET), sob o comando australiano com disponibilidade imediata das forças australianas, do Reino Unido e de Portugal.

Foi o conjunto de ações para suspender as vendas de armas, associado às ameaças de sanções económicas específicas, dirigidas à reestruturação bancária e às dívidas dos grandes grupos que, em última análise, parece ter persuadido Habibie, o seu gabinete e a maioria das principais personalidades militares a aceitarem a entrada da força de manutenção de paz<sup>905</sup>.

Muitos outros fatores contribuíram para a solução do problema, segundo Ian Martin. Dentre eles estava também a diplomacia do Secretário-Geral Kofi Annan e do Primeiro-Ministro australiano John

---

<sup>903</sup> Martin, (2010), Autodeterminação....p. 258.

<sup>904</sup> *Idem, ibidem*, na Contra Capa.

<sup>905</sup> Taylor, (1999), A Indonésia e a Transição para a Independência em Timor-Leste. *Política Internacional* 3, (20) pp. 193-225, citado por José Manuel Pureza, Centro de Estudos Sociais, Quem Salvou Timor-Leste? Novas Referências para o Internacionalismo Solidário, p. 12.



Howard; o calendário accidental da reunião dos líderes de APEC na Nova Zelândia e a forma como essa reunião foi utilizada; os fortes avisos das instituições financeiras internacionais e dos Estados-membro-chaves; a missão em sessão de abertura do Conselho de Segurança; a cobertura pela comunicação social e a mobilização de um forte conjunto de pessoas interessadas<sup>906</sup>.

Antes da entrada da INTERFET, as milícias pró-indonésia deixaram Díli mergulhado em cinzas e coberto de fumo.

No dia 20 de setembro de 1999, a INTERFET iniciou a sua entrada em Timor-Leste. Por volta das 7 da manhã o ruído dos motores dos primeiros aviões Hércules da Força Aérea australiana substituíram o som dos tiros e das explosões das granadas. Toda a população que se refugiava nas encostas de Dare, em unísono, deram um grito. Pouco tempo depois, os Hércules aterraram no aeroporto de Comoro, Díli. Dois mil homens da INTERFET controlaram a cidade de Díli. No dia 27, Díli ainda cheirava a fumo.

No dia 28 de setembro de 1999, Portugal e a Indonésia transferiram a soberania de Timor-Leste para a ONU.

No dia 18 de outubro, a subcomissão para a Análise da Questão de Timor, criada pelo Parlamento Indonésio aceitou os resultados do Referendo do passado dia 30 de agosto e, simultaneamente, aprovou por unanimidade a anulação do decreto de anexação de Timor pelo Parlamento Indonésio em 1978. No dia 19 de outubro, foi aprovada pelo Parlamento Consultivo Popular da Indonésia a desanexação através da anulação do Decreto que anexou o território em 1978.

No dia 31 de Outubro, os últimos militares indonésios abandonaram o território de Timor-Leste. No dia 2 de dezembro de 1999, foi criado o Conselho Consultivo Nacional. No dia 15 de julho de 2000, formou-se um governo misto em Timor-Leste (UNTAET/Timorenses).

No dia 23 de outubro foi criada uma Autonomia Transitória inteiramente constituída por timorenses. No dia 1 de fevereiro de 2001, as FALINTIL dissolveram-se, dando lugar às Forças da Defesa de Timor-Leste (FDTL). No dia de junho de 2001, foi extinguido o CNRT. No dia 30 de agosto de 2001 realizaram-se as primeiras eleições legislativas em Timor-Leste com 421.018 eleitores, e a participação foi de 91% e abstenção de 9%<sup>907</sup>.

No dia 22 de março de 2002, foi aprovada a assinatura da Constituição da República Democrática de Timor-Leste e a 14 de abril tiveram lugar as eleições presidenciais e Xanana Gusmão foi eleito Presidente da República.

---

<sup>906</sup> Ian Martin (2001), Autodeterminação em Timor-Leste, As Nações Unidas, o Voto e Autodeterminação Intervenção Internacional, pp. 267-268.

<sup>907</sup> Carla, Luís, Artigo, (2018), Eleições em Timor-Leste: O papel da Participação Popular na Construção do Estado, Capítulo 8, página 261.

É possível ver como foi o caminho trilhado por Timor-Leste ao longo da sua história, as dificuldades, os desafios e os problemas pelos quais passou e quais foram os fatores que apoiaram esse processo de independência até à sua decisão na Consulta Popular e na Restauração da Independência, no dia 20 de maio de 2002.

Após a guerra, as relações devem ser reatadas e desenvolvidas e tudo o que se passou fica arquivado como memória e exemplo para que no futuro não se voltem a repetir os mesmos erros. Foi por isso que seguindo o exemplo da iniciativa do bispo Anglicano da cidade do Cabo, Desmond Tutu, se iniciou com o processo de Reconciliação, formado uma Comissão de Verdade e Reconciliação para, juntamente com a Indonésia, apurar a verdade dos factos e assumir a responsabilidade. Os efeitos dessa Reconciliação tiveram um impacto muito positivo para ambos os lados. Hoje vive-se em paz com a Indonésia e espera-se que continue.

Após terminar este trabalho há um sentimento de decepção porque o objetivo da pesquisa não foi totalmente atingido. O trabalho ajudou a ganhar uma certa agilidade em lidar com factos históricos e, sobretudo, formou no autor da tese alguma mentalidade e alguma atitude de independência, neutralidade. Também criou um gosto pela pesquisa histórica. Conscientemente, reconhece-se que está incompleto e algumas vezes há imprecisão de dados, porque algumas descrições foram feitas com base na memória que tenho dos acontecimentos ou do seu relato. Houve esforço por apresentar um trabalho com qualidade, exigência dos orientadores, Professor António Monteiro Cardoso e Professora Maria João Vaz. Apesar de tudo existe também uma satisfação pessoal de que foi enriquecedor trabalhar o que, desta forma, se torna compensador.

Aos futuros pesquisadores da história, a tese pode proporcionar contributos para os seus trabalhos e oferecer pistas para futuras investigações.

## 11. CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS

A realização da cronologia dos acontecimentos constitui um trabalho importante porque nos ajuda a organizar cronologicamente os vários acontecimentos, evitando confusões sobre as datas e resolvendo dúvidas. A cronologia foi construída para funcionar como um instrumento de trabalho, considerando-se importante a sua partilha. Baseado na cronologia poderemos verificar a sequência dos acontecimentos com precisão e oferecer um maior rigor aos relatos apresentados..

Para a elaboração desta cronologia, o autor da tese baseou-se nas obras da Maria Ângela Carrascalão, *Os Anos da Resistência*<sup>908</sup> e na obra conjunta de Abílio Pires Lousada, António José Oliveira e Carlos Dias Afonso: *A Luta Armada Timorense, na Resistência à Ocupação (1975-1999)*<sup>909</sup> como também fontes pela Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação.<sup>910</sup> Além das três obras também foram utilizadas fontes orais de guerrilheiros para definir e certificar com exatidão datas duvidosas de certos acontecimentos, inquirindo-se inclusivamente os colegas veteranos. Há factos ou acontecimentos cujas datas não lembradas. Nestes casos marquei com sinais de interrogação.

| Ano  | Mês      | Dia | Acontecimentos   |
|------|----------|-----|--|
| 1974 | Julho    | 27  | Pela Lei 7/74, Portugal reconheceu o direito de autodeterminação dos povos colonizados ao abrigo da Carta das Nações Unidas. A Associação Popular Democrática Timorense (APODETI) foi fundada e foi eleito Arnaldo dos Reis de Araújo para presidente. O governador Alves Aldeia anunciou total liberdade de filiação do povo timorense em política com vista a um referendo a realizar-se em 31 de Março de 1975. |
|      | agosto   | 3   | Almeida Santos considerou que “Timor era um transatlântico imóvel que custava muito dinheiro ao Governo português.”  |
|      |          | 9   | Arnaldo dos Reis Araújo visita Jacarta, solicitando ao Governo indonésio ajuda para o seu partido e manifestando o desejo de integrar Timor-Português na República da Indonésia.   |
|      | setembro | 6-8 | Conversações em Yogyakarta entre Suharto e Whitlan. Concluiu-se a inviabilidade de um Timor independente, embora fosse reconhecido o direito do povo timorense para determinar o seu futuro.   |
|      |          | 12  | Transformação da ASDT em FRETILIN.   |

<sup>908</sup> Carrascalão (2002), *Timor – Portugal, Serviços de Recursos Editoriais, Lda.*

<sup>909</sup> Lousada (2012), *A Luta*, sl. TH Tribuna (1975-1999).

<sup>910</sup> Comissão (2001), *Relatório...*, Jakarta, Pt. Gramedia .

|      |          |       |  |
|------|----------|-------|--|
|      | outubro  | 14    | Lançamento do Plano indonésio sobre a Operasi Komodo por Ali Murtopo.  |
|      |          | ?     | A Rádio Kupang iniciou a sua emissão lançando ataques à FRETILIN, à UDT e ao Governo Português e defendeu a integração de Timor Português na Indonésia.  |
|      |          | 16    | Almeida Santos visita a Indonésia. À chegada afirmou a impossibilidade de um Timor independente.   |
|      |          | 18    | Suharto declarou a Almeida Santos que a Indonésia não tinha pretensões territoriais, porém, aceitou a integração de Timor na Indonésia, se aquela fosse a vontade do povo timorense. Em Timor, Almeida Santos afirmou que Portugal se sentiu honrado com a escolha timorense de continuar com Portugal, que mantinha as suas responsabilidades históricas. |
|      |          | ?     | Foi formado, em Díli, o Klibur Timor Oan Asuwain (KOTA) por Leão Pedro dos Reis Amaral e José Martins.   |
|      |          | ?     | Fundação do Partido Trabalhista por Paulo Freitas da Silva.  |
|      | novembro | 14    | O novo Governador Lemos Pires chega a Timor para substituir Alves Aldeia.  |
| 1975 | janeiro  | ?     | Início das atuações da Operação Flamboyan pelo grupo de Kopassandha.   |
|      |          | 20    | Coligação entre a UDT e a FRETILIN.  |
|      | março    | 9     | Encontro secreto em Londres entre a delegação portuguesa constituída por Vítor Alves, Almeida Santos, Jorge Campino, Major Francisco Mota e a delegação da Indonésia chefiada por Ali Murtopo. Lemos Pires visitou Jacarta e afirmou que a Integração de Timor na Indonésia não era um problema desde que fosse a vontade do povo.                         |
|      | maio     | 27    | Rotura da Coligação FRETILIN-UDT por iniciativa da UDT.  |
|      |          | ?     | O Governo português apresentou um programa de descolonização aos partidos políticos. Estabeleceu um governo provisório a partir de outubro e uma assembleia consultiva que decidirá o método de eleição a efetuar em 1975 para uma Assembleia Constituinte.  |
|      | junho    | 6     | A Indonésia invadiu o enclave de Oe-Cusse.   |
|      |          | 25-29 | Encontro em Hong Kong entre as delegações Portuguesa e Indonésia - Cimeira de Macau com a presença do representante de Portugal, da UDT e da APODETI. A FRETILIN rejeitou participar.  |
|      | julho    | 17    | Publicação da Lei Constitucional n.º 7/75 do Conselho de Revolução.  |

|  |          |    |   |
|--|----------|----|---|
|  |          | 19 | Realizaram-se eleições locais (Lautem), das quais a FRETILIN saiu vencedora.  |
|  |          | 31 | Confrontos em Díli entre adeptos da UDT e da FRETILIN.  |
|  | agosto   | 8  | A UDT proclamou uma greve geral exigindo a tomada de posição contra militares portugueses (Major Mota e Jónatas).   |
|  |          | 11 | Movimento militar organizado pela UDT contra militares portugueses (Major Jónatas e Major Mota.)  |
|  |          | 14 | O comandante da polícia, o Tenente-Coronel Maggiolo Gouveia, é feito prisioneiro.   |
|  |          | 20 | Rogério Tiago Lobato, aspirante miliciano assumiu o comando militar da FRETILIN. Fundação das FALINTIL como braço armado da FRETILIN. Início do contragolpe da FRETILIN e da guerra civil.  |
|  |          | 27 | O Governador Lemos Pires retirou-se para a ilha de Ataúro.  |
|  | setembro | 7  | A UDT, a APODETI, o KOTA e o Partido Trabalhista solicitaram a integração de Timor na Indonésia.  |
|  |          | 24 | Todo o território ficou sob o controle da FRETILIN.   |
|  | outubro  | 7  | A Indonésia atacou o território de Timor pela fronteira entre Timor e Leste e Indonésia.  |
|  |          | 16 | Fundação do Movimento Anticomunista (MAC), formado pela APODETI, KOTA, Partido Trabalhista e UDT. As tropas da Kopassandha do Team Susi, do grupo da Operação Flamboyan, com a chefia de Yunus Yusufiah, assassinaram cinco jornalistas australianos em Balibó. |
|  | novembro | 28 | Declaração unilateral de independência pela FRETILIN.   |
|  |          | 29 | Declaração da Integração de Timor Português na Indonésia por parte da APODETI, UDT, KOTA e Partido Trabalhista.   |
|  | dezembro | 7  | Início da Operação Seroja, (Lótus) com desembarque no porto de Díli e descida de paraquedistas.   |
|  |          |    | Início da Clandestinidade.  |
|  |          | 8  | Portugal abandonou o território, deixando a ilha de Ataúro a caminho da Austrália.  |
|  |          | 9  | Descida dos paraquedistas no aeroporto de Baucau.   |
|  |          | 10 | Descida dos paraquedistas em Seical, Baucau.  |
|  |          | 12 | A Assembleia-Geral da ONU aprovou por maioria a Resolução 3485 que definiu o direito do povo de Timor à autodeterminação, liberdade,  |

|      |                  |    |   |
|------|------------------|----|---|
|      |                  |    | e independência e lamentou a intervenção indonésia, apelando à sua retirada.  |
|      |                  | 17 | As forças da ocupação entraram no distrito de Oe-Cusse.   |
|      |                  | 25 | O Conselho de Segurança da ONU adotou por unanimidade a Resolução 384, na qual apelou à Indonésia que retirasse imediatamente as suas tropas de Timor.  |
|      | Fins de dezembro |    | As forças da ocupação entraram no distrito de Maliana.  |
|      |                  | 31 | As forças da ocupação entraram no distrito de Manatuto e no distrito de Aileu.  |
| 1976 | janeiro          |    | O Governo Provisório de Timor rejeitou o pedido do enviado da ONU, Vittorio Winspeare Guicciardi, para visitar as zonas da FRETILIN.  |
|      |                  | 25 | As forças da ocupação entraram no distrito em Viqueque.   |
|      | fevereiro        | 3  | As forças da ocupação entraram no distrito de Lautem.   |
|      |                  | 5  | As forças de ocupação entraram no distrito de Suai.   |
|      |                  | 23 | As forças da ocupação entraram no distrito de Ainaro.   |
|      | março            | 11 | A FRETILIN iniciou a emissão pela Rádio Maubere.  |
|      |                  | 27 | Tomada do distrito de Ermera.   |
|      | abril            | 13 | O representante permanente de Portugal na ONU, José Manuel Galvão Teles, propôs ao Conselho de Segurança a convocação de uma conferência sobre Timor sob a tutela da ONU com a participação de todas as partes interessadas. A proposta foi recusada por Adam Malik, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia. |
|      |                  | 22 | O Conselho de Segurança aprovou a Resolução n.º 389, lamentando a intervenção indonésia e apelando à retirada das suas forças do território. O Japão e o Estados Unidos abstiveram-se.  |
|      |                  | 23 | É anunciada em Jacarta a integração de Timor na Indonésia pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Adam Malik.   |
|      | maio             | 31 | Realização em Díli de uma Assembleia Popular para a legalização da integração do território na Indonésia.   |
|      | junho            | 6  | As forças da ocupação entraram no distrito de Liquiçá.  |
|      |                  | 17 | Integração de Timor na Indonésia conforme a decisão tomada no exercício do direito à autodeterminação – Lei n.º 7-76 do Governo Indonésio.  |
|      |                  | ?  | Início do Cerco e Aniquilamento – Operasi Keamanan.   |

|      |                |    |  |
|------|----------------|----|--|
|      | agosto-outubro |    | A Resistência reconquista Uatulari, Fatu Berliu, Vemasse, Laclubar e Tutuala.  |
|      | dezembro       | 1  | A Assembleia-Geral da ONU aprovou a Resolução n.º 31/53, reafirmando o direito à autodeterminação de Timor e exigindo a retirada de tropas indonésias.   |
| 1977 | maio           | ?  | Portugal e Indonésia discutiram na ONU o caso de Timor. Costa Lobo afirmou que, devido à intervenção Indonésia Portugal foi obrigado a sair de Ataúro.   |
|      | agosto         | 17 | Suharto anunciou uma ampla amnistia para os guerrilheiros da FRETILIN.   |
|      |                | ?  | As FALINTIL aconselham a população civil a regressar às vilas e às cidades e a sujeitar-se à administração indonésia.  |
|      | setembro       | ?  | Começo da primeira fase da operação de Cerco de Aniquilamento.   |
|      |                | 6  | Destituição e prisão de Xavier do Amaral, Presidente da FRETILIN e 1.º Presidente da República Democrática de Timor-Leste, sendo substituído por Nicolau dos Reis Lobato.  |
|      | outubro        | 7  | O balanço da guerra em Timor aponta para cerca de 200.000 mortos.  |
|      | novembro       | ?  | O exército da ocupação fez uma grande ofensiva sobre as FALINTIL, que ocupavam o Litoral Norte e Sul a oeste de Díli. Foi a primeira das três fases da operação que durou até fevereiro de 1978. Destruição da base do Sector Ocidental, fronteiras sul e norte. |
|      |                | 28 | Resolução 32/34 da Assembleia-Geral da ONU – O Secretário-Geral mandou estabelecer contacto entre a Indonésia e a FRETILIN para uma missão especial.   |
|      | dezembro       | 1  | Indonésia rejeitou a permissão da entrada de uma missão da ONU em Timor-Leste.   |
| 1978 | janeiro        | 20 | Austrália reconheceu a incorporação de Timor na Indonésia.   |
|      |                | ?  | Destruição das bases do Sector do Centro Sul.  |
|      | maio-junho     | ?  | Início da segunda fase da operação Cerco de Aniquilamento, que teve por objetivo principal a área a leste de Ramelau, incluindo Soibada.   |
|      | julho          | 18 | Presidente Suharto fez uma visita rápida às cidades de Díli e Maliana.   |
|      | agosto         | ?  | Ataques das ABRI ao Quartel-General das FALINTIL em Laclubar e Lacluta. Início de bombardeamentos com os Sky Hawk.   |
|      | setembro       | ?  | Começo da terceira e última fase da operação Cerco de Aniquilamento, incluindo o ataque a Natarbora e o cerco a Matebian.  |
|      |                | 16 | Nicolau Lobato foi eleito Presidente, substituindo Xavier do Amaral.   |

|      |          |    |  |
|------|----------|----|--|
|      | outubro  | 28 | Início dos bombardeamentos à base de apoio de Matebian.  |
|      | novembro | 22 | Queda da base de apoio de Matebian. Xanana Gusmão, Mau Hudu e Taur Matan Ruak conseguiram escapar-se do cerco.   |
|      | dezembro | 7  | Xanana Gusmão iniciou contactos com a população de Mehara, prioritariamente com os membros dos <i>Hansip</i> (defesa civil) e da juventude.  |
|      |          | 12 | Cessaram as emissões da Rádio Maubere.   |
|      |          | 13 | A Assembleia-Geral da ONU aprovou a Resolução n.º 33/39, que tinha o mesmo teor da anterior Resolução.   |
|      |          | 31 | Morreu em combate Nicolau Lobato, o 2.º Presidente da FRETILIN, em Mindelo - Turiscai.   |
|      |          | ?  | Início da guerra da guerrilha.   |
| 1979 | março    | ?  | Assalto ao posto militar de Loré pelas forças da Base Revolucionária Armada.   |
|      | outubro  | 18 | Xanana e o seu grupo foram assaltados nas áreas de Muapitine, Lospalos.  |
|      | novembro | 21 | A Assembleia-Geral da ONU aprovou uma resolução que condenava a invasão e a ocupação indonésia, defendendo o direito à autodeterminação de Timor-Leste.  |
| 1980 | janeiro  | 16 | Indonésia estabeleceu Timor como área preferencial para a transmigração de agricultores javaneses e balineses.   |
|      | abril    | 24 | O Destacamento de Ligação (DESLIG) contactou um grupo de guerrilheiros em Marabain comandado por Lorsan. Na incursão para o ocidente o DESLIG contactou com guerrilheiros dispersos em Laline, Uaimori, Manatuto, Same e Matebian. |
|      | junho    | 10 | As FALINTIL atacaram o paiol de Becora, (Díli), o emissor de Marabain e os postos militares em Fatunaba, Dare e arredores de Díli.   |
|      | novembro | 10 | O DESLIG contactou o grupo do comandante Riak Leman, em Manufahi.  |
|      |          | 11 | A Assembleia-Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução reafirmando o direito do povo timorense à autodeterminação.   |
|      |          | 17 | O DESLIG contactou o grupo dos comandantes Fernandes, Venâncio Ferraz e Lekas em Mamalau, a oeste de Ramelau.  |



|      |                 |      |   |
|------|-----------------|------|---|
| 1981 | março           | 1- 8 | Primeira Conferência Nacional da FRETILIN em Aitana Lacluta. Foi criado o Conselho Revolucionário da Resistência Nacional (CRRN) e Xanana Gusmão foi eleito Comandante-Chefe das FALINTIL.      |
|      | abril           | 7    | A Santa Sé aprovou o uso do tétum como língua litúrgica.  |
|      | maio-<br>agosto |      | Operação da Paz “Kikis”/Peneira e “Pagar Betis”, Cerco de Pernas – dezenas de milhares de timorenses são usados como escudos humanos pelas forças ocupantes para atacar os guerrilheiros.       |
|      | setembro        | 7    | A Operação da Paz atingiu a região de Aitana, Lacluta, onde se deu o massacre de 500 pessoas.   |
|      | outubro         | 13   | Na homilia no Largo de Lecidere após a procissão de Nossa Senhora de Fátima em Díli, D. Martinho da Costa Lopes denunciou o massacre levado a cabo pelas forças da ocupação.                    |
|      |                 | 19   | D. Martinho da Costa Lopes foi recebido por Suharto juntamente com a Conferência Episcopal Indonésia e denunciou as atrocidades do exército indonésio em Timor.                                 |
|      |                 | 24   | A Assembleia-Geral da ONU aprovou a Resolução 36/50 mantendo o teor da Resolução anterior.  |
| 1982 | janeiro         | 11   | D. Martinho Lopes da Costa denunciou o massacre de 500 pessoas em Aitana.   |
|      |                 | ?    | Levantamento em Mau Siga.   |
|      | junho           | 10   | O Presidente António Ramalho Eanes anunciou uma nova política para Timor, apelando aos países amigos que fizessem uma política contra a Indonésia.  |
|      |                 | ?    | Pinto Balsemão discursou na Assembleia-Geral das Nações Unidas referindo-se ao direito do povo timorense à autodeterminação.  |
|      |                 | 12   | O Partido Trabalhista australiano afirmou o direito do povo timorense à autodeterminação e exigiu o cancelamento de ajuda militar à Indonésia.  |
|      | agosto          | 4    | A ilha de Ataúro ficou estabelecida como campo de concentração para os timorenses que tivessem familiares na Resistência.   |
|      | setembro        | 18   | Mário Carrascalão é nomeado Governador de Timor, substituindo Guilherme Gonçalves.  |
|      |                 | ?    | Encontro entre D. Martinho e Xanana Gusmão em Mehara, Lospalos.   |
|      | novembro        | 23   | Por apenas quatro votos de diferença, a Assembleia-Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução n.º 37/30, e pediu ao Secretário Geral que iniciasse consultas com todas as partes interessadas. |

|      |           |    |   |
|------|-----------|----|---|
| 1983 | fevereiro | ?  | Intensificação dos contactos pacíficos entre a guerrilha e o exército da ocupação.  |
|      | março     | 23 | Xanana Gusmão encontrou-se em Buburaque, Viqueque, com o comandante das tropas indonésias, Purwanto, acordando um cessar-fogo. Reuniram-se mais tarde com o Governador Mário Carrascalão, em Lariguto, Venilale. Receberam também no acampamento de Gato o padre salesiano Leugio Locateli.               |
|      | maio      | 12 | Monsenhor Martinho da Costa Lopes foi obrigado a abandonar o cargo e foi substituído por Carlos Filipe Ximenes Belo. Xanana Gusmão proclamou a convergência de todos os nacionalistas contra a ocupação.  |
|      |           | 27 | Encontro entre Xanana Gusmão e Mário Carrascalão em Ariana, localidade a cinco quilómetros de Matebian.   |
|      | agosto    | 8  | A Resistência lançou uma ordem de levantamento armado a nível nacional. Em Crarás a guerrilha assassinou 16 soldados de engenharia liderados pelo Comandante Virgílio dos Anjos “Ular”.<br>Em Bua Nurak, as FALINTIL, lideradas pelo Comandante Domingos Raul, “Falur Rate Laek” capturaram várias armas. |
|      |           | 17 | Rotura do cessar-fogo.  |
|      |           | ?  | 48 congressistas americanos escreveram uma carta ao Presidente Mário Soares manifestando preocupação com a situação de Timor e solicitando a intensificação da sua ação diplomática para a resolução do problema.   |
|      |           | ?  | Massacre em Muapitine, Lospalos, pelo Batalhão 745.   |
|      |           | ?  | Desterro para a ilha de Ataúro de mais de cinco mil timorenses, familiares de elementos da guerrilha.   |
|      | setembro  | 7  | Massacre de Crarás no distrito de Viqueque pelo Batalhão 501. Reinício da guerra pelas forças da ocupação com uma nova ofensiva, que matou mais de 80 pessoas.  |
|      |           | 9  | Indonésia declarou estado de emergência em Timor.   |
|      | novembro  | ?  | A Conferência dos Bispos da Indonésia escreveu ao clero timorense manifestando solidariedade e reclamando respeito pelos direitos humanos.  |
|      | dezembro  | 25 | 105 membros da Câmara dos Representantes dos EUA escreveram uma carta ao Presidente Ronald Reagan solicitando a inclusão de Timor na agenda da política externa dos Estados Unidos.   |

|                |           |    |  |
|----------------|-----------|----|--|
| 1984 –<br>1990 |           |    | As forças da ocupação estabeleceram o Komando Operasi Keamanan (KOOPSKAN).   |
| 1984           | janeiro   | 29 | Angola manifestou o seu apoio à FRETILIN na conferência dos Países Não Alinhados na Indonésia. 133 intelectuais e políticos portugueses dirigiram uma carta ao Presidente Ronald Reagan pedindo-lhe que tomasse uma posição sobre o problema de Timor. |
|                | fevereiro | 14 | Ali Alatas, em nome do Governo Indonésio recusou formalmente que o problema de Timor fosse incluído na agenda do Comité de Descolonização sob o pretexto de que o povo de Timor já tinha feito a sua autodeterminação.                                 |
|                | março     | 13 | O Governo português anunciou negociações com o Governo indonésio.  |
|                | abril     | ?  | 22 senadores americanos escreveram a George Schulz pedindo para ter em consideração a questão das violações dos direitos humanos e que na sua visita à Indonésia mencionasse o problema de Timor.  |
|                | maio      | 2  | D. Ximenes Belo denunciou o exército pelo aprisionamento, julgamento e desaparecimento de prisioneiros.  |
|                | junho     | ?  | Comunicado de Xanana Gusmão sobre a situação militar em Timor-Leste, que deixou patente o insucesso da ofensiva indonésia.   |
|                |           | ?  | Congressistas americanos apelaram a Reagan que desenvolvesse uma política que pusesse termo ao sofrimento permanente do povo timorense.  |
|                | julho     | 26 | Os países africanos de língua portuguesa (PALOP) reafirmaram o seu apoio ao povo de Timor e à FRETILIN.  |
|                | agosto    | 29 | A Indonésia declarou Timor como área oficial para transmigração de agricultores sem terras da Indonésia, segundo a Agência Antara.   |
|                | novembro  | 12 | Portugal e Indonésia iniciaram em Nova Iorque negociações exploratórias sobre Timor.   |
|                | dezembro  | ?  | A solidariedade australiana ofereceu à Resistência um emissor-receptor para o restabelecimento das ligações com o exterior.  |
|                |           | 17 | Pela primeira vez, Benny Murdani, Chefe das Forças Armadas da Indonésia, admitiu combates com a FRETILIN.  |
| 1985           | fevereiro | ?  | A 5ª Cimeira dos PALOP reafirmou o seu apoio à luta do povo timorense.   |

|      |                 |       |  |
|------|-----------------|-------|--|
|      | fevereiro-março |       | Com a comunicação estabelecida, Xanana Gusmão enviou mensagens para os Chefe de Estado dos PALOP para o Secretário-Geral da ONU denunciando as atrocidades feitas pelo exército da ocupação.   |
|      | março           |       | O Bispo Belo acusou as tropas indonésias pelas execuções de guerrilheiros durante a operação, baseando-se nos dados cedidos pela população de Viqueque.  |
|      |                 | 5     | Xanana Gusmão enviou uma mensagem ao Comité Central da FRETILIN no exterior sobre a estrutura do Conselho Revolucionário da Resistência Nacional (CRRN).   |
|      |                 | ?     | Na sua visita à Indonésia Margareth Thatcher mencionou a violação dos direitos humanos na Indonésia.   |
|      | maio            | ?     | A Comissão das Relações Exteriores da Câmara dos Deputados do Brasil aprovou por unanimidade uma moção de solidariedade para com o povo timorense.   |
|      | junho           | 25    | A Amnistia Internacional acusou a Indonésia de práticas de abusos dos direitos humanos. 411 parlamentares de nove países europeus juntamente com a Austrália e o Japão assinaram uma declaração exigindo o fim das hostilidades em Timor e a aceitação da representatividade dos timorenses nas negociações. |
|      | agosto          | 22    | Austrália reconheceu a soberania da Indonésia sobre Timor.   |
|      | setembro        | 17-18 | Austrália e Indonésia reuniram-se em Melbourne para negociar a exploração do petróleo em Timor.  |
|      |                 | 18    | Concordância de repatriamento entre a Indonésia e Portugal dos 171 funcionários com nacionalidade portuguesa.  |
|      |                 | 24    | Primeira reunião oficial realizada em Nova Iorque entre Jaime Gama e Mochtar Kusumaatmaja.   |
|      | outubro         | ?     | Conversações entre a FRETILIN e a Indonésia que não resultaram em nenhum acordo e, como consequência, morreram um funcionário indonésio e guerrilheiros da FRETILIN.   |
|      | dezembro        | 9     | Austrália e Indonésia concordaram numa exploração conjunta do petróleo.  |
| 1986 | março           | 22    | Nasceu a Convergência Nacionalista Timorense formada pela FRETILIN e pela UDT com o objetivo de criar uma unidade na Resistência timorense.  |
|      | abril           | 25    | Encontro de Xanana Gusmão com o Bispo Belo no colégio dos padres salesianos em Fatumaca, Baucau.   |

|      |           |    |  |
|------|-----------|----|--|
|      | outubro   | 1  | Fundação da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTIM).  |
|      |           | 17 | Portugal decidiu boicotar a reunião de CEE-ASEAN e não participou na reunião devido ao corte das relações diplomáticas.  |
| 1987 | fevereiro | 9  | O Governo indonésio anunciou o encerramento do campo de concentração em Ataúro.  |
|      |           | 27 | Indonésia rejeitou discutir sobre Timor no Comité de Descolonização sob o pretexto de que o povo timorense já se tinha autodeterminado. Pérez de Cuellar manifestou-se a favor da autodeterminação.  |
|      | outubro   | 17 | A FRETILIN defendeu negociações com a Indonésia.   |
|      | dezembro  | 17 | Xanana Gusmão declarou aos timorenses a viragem ideológica e preconizou a alteração da política da Resistência. Concretizou-se a emancipação das FALINTIL, formou-se o Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM) e Xanana Gusmão abandonou a FRETILIN.   |
| 1988 | janeiro   | 20 | O parlamento indonésio formalizou o convite aos deputados portugueses para visitar alguns distritos de Timor.  |
|      | março     | 12 | O Parlamento Europeu votou uma proposta de resolução condenando a Indonésia pela ocupação e exortou a CEE a desenvolver uma ação política que contribuísse para a retirada das tropas indonésias. Victor Crespo deu conhecimento oficial à Comissão de Timor sobre a carta do Parlamento indonésio para uma visita de deputados ao território. |
|      |           | 17 | Convergência Nacional.   |
|      | junho     | 20 | Formação em Bali, da Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste (RENETIL) com a estrutura da dependência direta do Comandante-Chefe das FALINTIL.  |
|      | agosto    | 8  | Mário Carrascalão defendeu a abertura das fronteiras de Timor com objetivo de acelerar o desenvolvimento económico.  |
|      | setembro  | 13 | Pinto da França foi designado embaixador itinerante para assuntos de Timor.  |
|      | outubro   | ?  | Xanana Gusmão enviou uma carta a Monsenhor Lopes da Costa sobre a situação e rejeitou a solução do estatuto de autonomia como única via para o território.   |
|      |           | 25 | Austrália e Indonésia estabeleceram em Melbourne um acordo provisório para a exploração petrolífera do Mar de Timor.   |

|      |           |    |  |
|------|-----------|----|--|
|      | novembro  | 1  | O porta-voz Charles Redamam anunciou que os EUA aceitaram a integração de Timor na Indonésia, embora reconhecessem que não houve uma ato válido de autodeterminação. Suharto visitou Timor.  |
|      | dezembro  | 23 | Xanana Gusmão conseguiu escapar-se do cerco militar e divulgou um comunicado das forças da Resistência.  |
|      |           | 31 | Declaração de Xanana Gusmão aos timorenses: “Reajustamento Estrutural da Resistência e Proposta de Paz.”   |
| 1989 | janeiro   | 1  | Abertura oficial das fronteiras. Timor deixou de ser um território especial e passou a ter o mesmo estatuto que outras províncias da Indonésia.  |
|      | fevereiro | 6  | D. Ximenes Belo escreveu uma carta ao Secretário-Geral, Pérez de Cuellar defendendo a realização de um referendo em Timor.   |
|      | abril     | 7  | O porta-voz da Conferência Episcopal Indonésia anunciou a visita do Papa João Paulo II a Timor-Leste e a outras províncias da Indonésia.   |
|      | maio      | 9  | Ali Alatas anunciou que a Indonésia aceitava a visita de uma delegação de deputados portugueses.   |
|      |           | ?  | Xanana Gusmão escreveu uma carta ao Núncio Apostólico Canalini, em Jacarta, lamentando que a Santa Sé tivesse desenvolvida uma política de aliciamento para rendição dos guerrilheiros.  |
|      | junho     | 19 | Seis timorenses pediram asilo político à Embaixada do Japão e do Vaticano, mas esse pedido foi rejeitado.  |
|      |           | 20 | Quatro estudantes timorenses em Bali que pediram asilo político à Nunciatura Apostólica do Vaticano e da Embaixada do Japão foram rejeitados.  |
|      | julho     | ?? | Padres timorenses aceitaram a proposta do referendo solicitada por D. Ximenes Belo.  |
|      | outubro   | 5  | Xanana Gusmão declarou que a Paz era possível em Timor-Leste.  |
|      |           | 12 | O Papa João Paulo II visitou Timor-Leste durante quatro horas. No fim da missa houve uma manifestação a favor da Resistência.<br>Parlamentares australianos apoiaram o referendo em Timor em comunicado assinado por Tony Lamb, Vice-Presidente do parlamento australiano. |
|      | novembro  | 27 | José Ramos-Horta demitiu-se da FRETILIN alegando divergências insuperáveis com Abílio de Araújo.   |
|      | dezembro  | 11 | A Austrália e a Indonésia assinaram o acordo para a exploração dos jazigos petrolíferos e gás natural do Mar de Timor.   |

|               |           |           |  |
|---------------|-----------|-----------|--|
| 1990–<br>1993 |           |           | As Forças da Ocupação estabeleceram a Operação Sorriso.  |
| 1990          | janeiro   | 17        | Estudantes manifestaram-se em frente do Hotel Turismo, em Díli, na presença do Embaixador Monjo, dos EUA.                                      |
|               |           | 25        | Oito estudantes timorenses foram presos em Sydney após a manifestação junto da Embaixada da Indonésia.   |
|               |           | 30        | Benny Murdani, num discurso em Díli, ameaçou esmagar a guerrilha e declarou que não existia uma nação timorense, só havia uma, a Indonésia.    |
|               | fevereiro | 28        | Monsenhor D. Martinho da Costa Lopes faleceu em Portugal.  |
|               | abril     | 18        | Mário Carrascalão opôs-se à visita dos parlamentares por suspeitas de distúrbios que as tropas indonésias preconizaram.                        |
|               | maio      | 23-<br>28 | Reunião extraordinária do CNRM em Aitana para reestruturação do CNRM.  |
|               |           | 28        | O parlamento australiano ratificou o acordo concluído em 11 de dezembro para a exploração conjunta com a Indonésia do petróleo e gás natural.  |
|               | setembro  | 27        | Xanana Gusmão defendeu, na sua entrevista ao jornalista Robert Dum que as negociações deviam pertencer aos timorenses.                         |
|               | outubro   | 17        | O Externato de S. José foi cercado pelo exército indonésio devido aos protestos contra a presença indonésia.                                   |
|               |           | ?         | O Cerco de Suro Kraik pôs em risco a vida de Xanana Gusmão e resultou em pesadas baixas para a guerrilha.                                      |
|               | novembro  | 20        | Forças dos Serviços de informação invadiram a residência paroquial da igreja de Motael e espancaram jovens refugiados.                         |
|               | dezembro  | 3         | O General das Forças Armadas da Indonésia Try Sutrisno, visitou Timor e considerou que “não chegava o dinheiro para conquistar os timorenses.” |
| 1991          | janeiro   |           | As forças da ocupação capturaram Mau Hudu, Vice-Secretário da Comissão Diretiva da FRETILIN.   |
|               | fevereiro | 2         | A Indonésia aceita o convite da visita dos deputados parlamentares portugueses.  |
|               | maio      | ?         | Xanana Gusmão difundiu o documento “Considerações sobre o Comando da Luta acerca do papel da FRETILIN na Resistência.”                         |

|      |          |      |  |
|------|----------|------|--|
|      | junho    | 2-3  | Entrevista a Adelino Gomes, jornalista português, nas montanhas de Timor.  |
|      |          | 9    | Encontro entre Xanana Gusmão e D. Ximenes Belo em Ossú.  |
|      | agosto   | 8    | Discussão no Comité de Descolonização da ONU com a presença de deputados portugueses e representantes da Convergência Nacionalista Timorense. Pedido de embargo económico à Indonésia. D. Ximenes Belo defendeu a participação da guerrilha nas negociações.   |
|      |          | 1011 | Entrevista de Xanana Gusmão ao jornalista Mário Robalo.  |
|      |          | 16   | Mário Robalo foi detido e interrogado por militares indonésios por se encontrar com Xanana Gusmão.   |
|      |          | 22   | Xanana Gusmão dirigiu uma carta ao Comandante Militar da Indonésia em Díli, Warrow e propôs a abertura ao diálogo por parte da Resistência. Xanana Gusmão quis encontrar-se com Mário Carrascalão para impedir uma carnificina durante a visita dos deputados. |
|      | setembro | 13   | Assinatura do acordo entre Portugal e a Indonésia sobre a visita parlamentar.  |
|      | outubro  | 2    | Operação de limpeza feita pelo exército de ocupação. Documento secreto divulgado pelo Jornal de Notícias no qual era referido que a ação visava e “preparava o terreno para os deputados portugueses”.   |
|      |          | 10   | Xanana Gusmão dirigiu uma carta a Luísa Teotónia Pereira acerca da visita de deputados portugueses.  |
|      |          | 21   | A Indonésia vetou o nome de três jornalistas propostos para acompanhar a visita do parlamento português: Rui Araújo, Mário Robalo e Jill Jolife.   |
|      |          | 26   | Anúncio do cancelamento da visita dos deputados parlamentares pelos portugueses enquanto permanecer o veto da Indonésia à jornalista australiana Jill Jolife.  |
|      |          | 28   | Morte de Sebastião Gomes, na igreja de Motael pelos paramilitares aos serviço do exército de ocupação.   |
|      | novembro | 12   | Massacre de Santa Cruz.  |
|      |          | 26   | Numa declaração especial, os 26 Ministros dos Negócios Estrangeiros do Conselho da Europa condenaram a Indonésia pelo massacre de Santa Cruz.  |
| 1992 | janeiro  | 9    | Rui Marques lançou a ideia da “Missão de Paz”, tendo por objetivo fretar um navio que permitisse ir a Timor para prestar homenagem às vítimas do massacre de Santa Cruz.   |



|  |          |    |   |
|--|----------|----|---|
|  |          | 28 | Mau Hudu foi preso no bairro Pité, nos arredores de Díli.   |
|  | março    | 11 | O navio Lusitânia Expresso foi obrigado a parar à entrada das águas territoriais, mas colocou a questão de Timor-Leste na agenda internacional.   |
|  |          | 20 | Xanana Gusmão lançou um inquérito acerca do papel da FRETILIN, da organização do CNRM e do comando da luta.   |
|  | abril    | 3  | O Externato de S. José foi encerrado pelo acordo entre o Bispo D. Ximenes Belo e o Governo Indonésio.   |
|  |          | 4  | Portugal propôs à Indonésia retomar as negociações com participação dos timorenses.   |
|  |          | 22 | Apresentação formal do Plano da Paz do CNRM ao Parlamento Europeu.  |
|  | maio     | 1  | Carta de Xanana Gusmão aos timorenses na diáspora contendo referências ao massacre de Santa Cruz e ao cancelamento da visita dos parlamentares portugueses.   |
|  |          | 23 | Benedict Anderson, especialista em questões da Indonésia, disse ao jornal Público que a aposta de Jacarta em Timor-Leste estava perdida e que a independência seria possível no prazo de dez anos.              |
|  | junho    | 3  | Dois tenentes e um sargento foram condenados a penas de prisão entre os 12 e os 18 meses pela sua intervenção no massacre de Santa Cruz.  |
|  | julho    | 20 | Entrevista de Rui de Araújo a Xanana, na qual afirmou que a FRETILIN se mantinha aberta ao diálogo e fez referência à visita do Lusitânia Expresso.   |
|  |          | ?? | Discurso de Ramos-Horta na ONU. Acordo entre a CEE e a ASEAN gorado por oposição de Portugal.   |
|  | junho    | 26 | O Governo australiano criticou os EUA por se recusarem em dar auxílio militar à Indonésia.  |
|  |          | 30 | Theo Saffey, comandante militar, avisou o Bispo Belo para se abster de comentários sobre a escolha do novo governador.  |
|  | setembro | 26 | Realizaram-se negociações tripartidas entre Portugal, Indonésia e ONU, com João de Deus Pinheiro, Ali Alatas e Boutrus-Ghali em Nova Iorque, onde se concordou em prosseguir com o diálogo a nível ministerial. |
|  |          | 11 | Abílio Osório tomou posse como Governador de Timor-Leste, em substituição de Mário Carrascalão.   |

|      |                  |    |  |
|------|------------------|----|--|
|      | setembro-outubro |    | Reestruturação da Delegação Externa da FRETILIN.   |
|      |                  | 26 | Retomaram-se as negociações em Nova Iorque entre Portugal e a Indonésia, com mediação de Boutros-Ghali.  |
|      | novembro         | 20 | Xanana Gusmão foi capturado em Díli. Portugal apelou à comunidade Internacional para que garantisse a sua integridade física, bem como o respeito pelos seus direitos como pessoa.   |
|      |                  | 22 | Xanana Gusmão assinou o documento em Denpasar, Bali, e assumiu o fim da Resistência. Mau Huno foi eleito como novo líder das FALINTIL.   |
|      | dezembro         | 17 | Sob a mediação de ONU, reuniram-se os chefes da diplomacia de Portugal e da Indonésia após as conversações de 26 de setembro.  |
| 1993 | fevereiro        | 1  | Iniciou-se o julgamento de Xanana Gusmão.  |
|      | abril            | 3  | Mau Huno foi preso em Manufahi.  |
|      |                  | 23 | Konis Santana foi eleito para novo Chefe da Resistência.   |
|      |                  | 13 | O General Galvão de Melo, Presidente da Associação de Amizade Portugal-Indonésia considerou que Timor só tinha vantagens caso estivesse ligado à Indonésia.  |
|      | maio             | ?  | Sabalae foi nomeado Secretário da Comissão Executiva da Resistência Clandestina.   |
|      |                  | 21 | Fim do julgamento de Xanana Gusmão, condenado a prisão perpétua. Mais tarde Suharto reduziu a pena para 20 anos.   |
|      | junho            | 23 | Sete estudantes timorenses pedem asilo político nas embaixadas da Finlândia e da Suécia em Jacarta.  |
|      | julho            | 22 | Manifestações de jovens perante o Núncio Apostólico. 28 pessoas foram presas.  |
|      | agosto           | ?  | Konis Santana, dirigente do CNRM, propôs a reorganização da direção do movimento e nomeia José Ramos-Horta para a sua liderança máxima. José Ramos-Horta recusou, mas aceitou integrar a Troika com poderes na área diplomática. |
|      | setembro         | 4  | O General Theo Sffey anunciou a amnistia a Mau Huno.   |
|      | novembro         | 4  | Xanana Gusmão aceitou com confiança a liderança de Konis Santana.  |
|      |                  | 7  | Mensagem de Xanana Gusmão à Resistência a partir da prisão de Cipinang.  |

|      |          |       |  |
|------|----------|-------|--|
| 1994 | janeiro  | 21    | Na entrevista à rádio TSF, o Bispo Belo criticou Galvão de Melo por se ter apresentado como Embaixador da Indonésia em Portugal e de defender a integração como a única alternativa.   |
|      |          | 31    | A RDP Internacional iniciou a sua emissão especial em Timor.   |
|      | março    | ?     | Konis Santana e Sabalae reuniram-se para reestruturarem as atividades da Resistência.  |
|      |          | 6     | Sob a tutela do Secretário-Geral das Nações Unidas, reuniram-se Ali Alatas e Durão Barroso que, ao afirmar Portugal como potência administradora de Timor contrariou Ali Alatas, que tentou abandonar a reunião.<br>A Indonésia aceitou a participação de timorenses nas futuras conversações. |
|      | junho    | ?     | Entrevista de Jill Joliffe a Konis Santana.  |
|      |          | 28    | Dois soldados indonésios cuspiram para o chão as hóstias que comungaram durante a festa de S. José em Remexio.   |
|      | julho    | 3-7   | Visita a Díli de Bakri Wali, relator especial nomeado pela ONU para averiguar as circunstâncias do massacre de Santa Cruz.   |
|      |          | 13-14 | Confrontações a partir da Universidade de Díli provocaram problemas religiosos.  |
|      |          | 15    | Os Estados Unidos decidiram aplicar o embargo de armas à Indonésia.  |
|      | agosto   | 1     | A força do exército regular indonésio foi atacada por guerrilheiros das FALINTIL em Laleia, resultando na morte de seis soldados indonésios.   |
|      |          | 20    | O exército indonésio rejeitou a proposta do cessar-fogo em troca de negociações que foram avançadas por uma facção da Guerrilha.   |
|      |          | 28    | Konis Santana anunciou o cessar-fogo unilateral.   |
|      | outubro  | 17    | Dois soldados muçulmanos envolvidos em ofensa à fé católica nos acontecimentos de 28 de junho em Remexio são condenados pelo Tribunal Militar de Díli a dois anos de prisão.   |
|      |          | 22    | Um grupo de 29 estudantes ocupou a embaixada dos EUA em Jacarta.   |
|      | novembro | 13-14 | Manifestações violentas por todo o território de Timor-Leste.  |
| 1995 | janeiro  | 4     | Em Díli, vários jovens manifestaram-se a favor da independência à frente da universidade.  |
|      |          | 12    | Tropas indonésias mataram seis civis em Liquiçá, acusados de pertencerem à guerrilha.  |

|  |           |    |  |
|--|-----------|----|--|
|  |           | 18 | Os 29 estudantes que ocuparam a Embaixada dos EUA em Jacarta foram recebidos pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros português Durão Barroso, a quem pediram mais apoio em favor da causa.   |
|  |           | 20 | Primeiro esboço da criação do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) para substituir o CNRM.  |
|  |           | 29 | O exército indonésio reforçou o contingente na zona de Liquiçá, onde foram mortos seis civis acusados de ligações com a Resistência.   |
|  |           | 30 | Iniciaram-se, no Tribunal de Haia, audiências públicas sobre a Timor Gap.  |
|  | fevereiro | 3  | A Austrália reconheceu o direito do povo timorense à autodeterminação, mas Gareth Evans considerou não haver contradição com a soberania da Indonésia, defendida pelo seu Governo.   |
|  |           | 6  | Xanana Gusmão confirmou a sua recusa de asilo político em troca da liberdade. Em gravação à rádio Macau, Xanana Gusmão acrescentou que não alimentava grandes esperanças quanto ao desenvolvimento a curto prazo das negociações e afirmou estar disposto a deixar temporariamente a prisão para participar nelas. |
|  |           | 26 | A guerrilha timorense apreendeu um mapa militar, um documento secreto, fotografias e o diário de um soldado indonésio morto que revelaram que a presença militar indonésia era maior da que fora anunciada pelo Governo.   |
|  | março     | 7  | O Governo inglês concedeu autorização para a venda de tanques Scorpion, a exército indonésio, causando protestos de grupos britânicos e de defesa dos direitos humanos.  |
|  |           | 22 | O Bispo Ximenes Belo acusou os militares indonésios de dois atentados de assassinato e pediu aos portugueses que não mudassem o que estava estabelecido na Constituição.   |
|  | abril     | 20 | Suharto acusou a Amnistia Internacional de ter organizado manifestações durante a sua visita à Alemanha e anunciou a tomada de medidas duras aos manifestantes indonésios.   |
|  |           | 21 | Numa entrevista ao jornal Público, Bispo Belo anunciou a sua participação no encontro intratimorense a pedido do Vaticano.   |
|  |           | 28 | José Ramos-Horta declarou que Timor será independente antes do ano 2000, porque a Indonésia atravessava uma fase difícil na sua história e Jacarta não tinha possibilidade de enfrentar problemas internos que surgissem.  |

|      |          |       |   |
|------|----------|-------|---|
|      |          | 3-5   | Realizou-se a I Conferência Intratimorense em Burg Schailin (Áustria) promovida pela ONU.   |
|      |          | 18    | Elementos das forças armadas da Indonésia atacaram católicos timorenses no fim da procissão do corpo de Deus, em Díli.  |
|      |          | 28    | Gareth Evans, MNE australiano, advertiu o Embaixador Herman Mantiri de que este teria problemas se continuasse a apoiar o massacre de Santa Cruz.   |
|      |          | 29    | Desaparecimento de Sabalae. Konis Santana passou a desempenhar as funções de chefe da luta armada e da secretaria da Frente Clandestina.  |
|      | julho    | 4     | O Embaixador Herman Mantiri preferiu demitir-se a ser Embaixador e a estar em controvérsia, pela justificação do massacre de Santa Cruz.  |
|      |          | 6     | O Governo da Malásia proibiu reuniões sobre Timor.  |
|      |          |       | Henry Kissinger admitiu publicamente ter conhecimento da invasão de Timor antes de terminar a sua visita oficial a Jacarta um dia antes da invasão indonésia.                                     |
|      |          | 15    | Os EUA decidiram o embargo de armas à Indonésia.  |
|      |          | 17    | O comandante militar Adang Ruhihatna reconheceu que a Resistência é um problema que tem apoio da população e prometeu dizimar a Guerrilha.  |
|      |          | 20    | Começou em Bangucoque a Conferência sobre os Direitos Humanos nos países da ASEAN e Timor foi um dos destaques.   |
|      |          | 22-27 | Boutros-Ghali declarou em Lisboa que o referendo devia basear-se no acordo entre Portugal e a Indonésia e mostrou-se otimista e crente na possibilidade de alcançar uma solução pacífica.         |
|      |          | 25    | Ficou conhecida a notícia da morte de Pedro Nunes Sabalae, dirigente da Frente Clandestina da Resistência, próxima de Ermera, quando regressava de um encontro com guerrilheiros.                 |
|      | setembro | 9     | Distúrbios em Viqueque provocaram três mortos e 14 feridos além do incêndio de uma igreja protestante e de alguns carros muçulmanos.  |
|      | outubro  | 16    | Quinze jovens foram detidos na sequência de manifestações em Díli a favor da independência.   |
|      |          | 18    | A Austrália assinou um pacto de defesa com a Indonésia.   |
| 1996 | abril    | 2     | O Comandante David Alex pediu ao Governo português que ajudasse os guerrilheiros com roupas, dinheiro e medicamentos, numa entrevista concedida ao programa Timor Loro Sae, da RDP Internacional. |

|      |           |       |   |
|------|-----------|-------|---|
|      |           | 18    | O Presidente Suharto, em resposta à proposta portuguesa da libertação de Xanana Gusmão, propôs como contrapartida a rendição da Resistência Armada.   |
|      |           | 27    | Milhares de jovens manifestaram-se protestando contra a morte de um colega pelos militares indonésios.  |
|      | julho     | 27    | Numa festa em Asumanu, nos arredores de Liquiçá, o Comandante de Koramil foi morto à facada e decapitado por um guerrilheiro.   |
|      |           | 20    | Grande ofensiva de militares indonésios em Liquiçá.   |
|      | novembro  | 11    | A Resistência confirmou a detenção e morte do Secretário-Geral da Frente Clandestina timorense, Pedro Nunes Sabalae, desaparecido em junho de 1995.   |
|      |           | 30    | Criação da Diocese de Baucau e nomeação de Basílio de Nascimento para bispo.  |
|      | dezembro  | 10    | D. Ximenes Belo e José Ramos-Horta receberam o Prémio Nobel da Paz.   |
| 1997 | janeiro   | 16    | Início de ronda negocial, em Londres, entre Portugal e a Indonésia. Jaime Gama propôs ir a Jacarta conversar com Xanana Gusmão.   |
|      | março     | 22    | Em Baucau, um ataque das FALINTIL matou 18 polícias e feriu outros nove.  |
|      | maio      | 29    | A Resistência organizou um boicote nacional às eleições presidenciais indonésias.   |
|      | junho     | 8     | Ali Alatas apresentou ao Secretário-Geral da ONU a proposta do Estatuto de uma Autonomia Especial para Timor-Leste.   |
|      |           | 19-20 | Mais um ronda entre Portugal e Indonésia e ONU. Kofi Annan propôs um novo formato para as conversações, com debates permanentes a nível diplomático.  |
|      | julho     | 15    | Nelson Mandela jantou com Xanana Gusmão na casa de hóspedes da Presidência da República e pediu a sua libertação a Suharto.   |
|      | outubro   | 21-23 | Realizou-se o terceiro encontro intratimorense na Áustria, em Schlaining. As conclusões foram a troca de visitas, medidas de promoção e defesa dos direitos humanos e a criação de um Centro Cultural em Díli. Konis Santana não aceitou a proposta da autonomia. |
|      | dezembro  | ?     | A solidariedade japonesa ofereceu um telefone-satélite à Resistência.   |
| 1998 | fevereiro | 29    | Na recepção à Troika, manifestantes foram alvejados a tiros pelas tropas da elite (Kopassus).   |

|  |          |       |  |
|--|----------|-------|--|
|  | março    | 10    | Suharto é reeleito Presidente, tendo Habibie como Vice-Presidente.   |
|  |          | 11    | Morte de Konis Santana.  |
|  |          |       | Taur Matan Ruak assumiu o cargo da liderança da Resistência após a morte de Konis Santana.   |
|  | abril    | 23-27 | Criação do CNRT (Conselho Nacional de Resistência Timorense) na Convenção Nacional Timorense na Diáspora, realizada em Peniche, Portugal, e apresentação da Magna Carta.   |
|  | maio     | 21    | Suharto foi deposto do cargo de Presidente; Yusuf Habibie tornou-se o novo Presidente e promoveu uma mudança de política em relação a Timor-Leste.   |
|  |          | ?     | Estabelecimento do Fórum Sarjana Pró-Referendo dan Pengembangan Timor-Leste (FORSAREPETIL) para apoiar o CNRT.   |
|  | junho    | 23    | Anúncio pela Indonésia do plano de autonomia alargada para Timor-Leste.  |
|  |          | 25    | Grande manifestação em Díli exigindo a libertação de Xanana Gusmão. Protestos contra a morte de Herman Soares, assassinado por um sargento indonésio em Manatuto.  |
|  | julho    | 25    | Estabelecimento do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) em Timor.   |
|  | setembro | ?     | Criação da Frente Política Interna (FPI).  |
|  | setembro | 10-11 | Realizou-se no Seminário de Nossa Senhora de Fátima, em Dare, o diálogo de Reconciliação “DARE I” com a mediação dos Bispos D. Carlos Filipe Ximenes Belo e D. Basílio do Nascimento.                                    |
|  |          | 27    | Oficialização do FORSAREPETIL com a tomada da posse dos dirigentes.  |
|  | outubro  | 25    | Reunião dos representantes do CNRT da Diáspora com os de Timor-Leste em Vila de Mouro, Algarve, Portugal.  |
|  | novembro | 9     | As FALINTIL lançaram um ataque aos postos militares de Alas. Três militares indonésios foram mortos, 13 soldados foram feitos prisioneiros e foram apreendidas 38 armas automáticas e uma grande quantidade de munições. |
|  | dezembro | 19    | Austrália retirou o seu apoio à Indonésia na questão de Timor-Leste.   |
|  |          | 27    | Austrália declarou-se a favor do Referendo.  |

|      |           |    |   |
|------|-----------|----|---|
| 1999 | janeiro   | 6  | As populações das áreas de Alas, Turiscai, Same, Fatuberlihu e Ainaro aterrorizadas pelas milícias, procuraram refúgio em Díli onde já se encontravam mais de 1000 refugiados.  |
|      |           | 13 | O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Alexandre Downer reconheceu o direito da autodeterminação do povo timorense e defendeu a participação dos timorenses nas negociações entre Portugal e a Indonésia.                 |
|      |           | 25 | Reunião dos ministros indonésios sobre Timor. Pelo documento preparado pela Consultora Política Dewi Fortuna Anwar, o Presidente Habibie fez a primeira referência sobre a possibilidade de Timor-Leste se separar da Indonésia.      |
|      |           | 27 | Foi anunciada em Jacarta a realização de um referendo, agendado para 8 de agosto. Xanana Gusmão apelou a um cessar-fogo e desmilitarização antes da saída dos indonésios.   |
|      |           | 28 | Conversa entre o Major-General Zacky Anwar e Xanana Gusmão na prisão de Cipinang, em Jacarta, onde o General reconheceu os erros cometidos.   |
|      | fevereiro | 3  | Encontro de Ana Gomes com Xanana Gusmão em Cipinang. O Governador Abílio Osório Soares vai a Jacarta com uma delegação para solicitar a Jacarta que abandone a ideia de independência de Timor-Leste, e mantenha as milícias armadas. |
|      |           | 13 | Abílio Osório encontrou-se com Xanana e apelou à sua libertação.  |
|      |           | 14 | Megawati Sukarnoputri diz-se decepcionada com a anulação da integração do território.   |
|      |           | 26 | O Presidente Habibie declarou que o processo de integração foi um ato de bondade do Governo de Jacarta, cujo objetivo era diminuir o sofrimento do povo timorense.  |
|      | março     | 11 | Acordo Histórico em Nova Iorque entre Portugal e a Indonésia: “a consulta dos timorenses vai-se fazer mediante um escrutínio secreto”.  |
|      |           | 20 | João Tavares defendeu que a autonomia alargada era a única hipótese para Timor e um meio para evitar uma guerra civil.  |
|      |           | 30 | Integracionistas defendem a divisão do território, ficando eles com a quarta parte.   |
|      | abril     |    | Xanana Gusmão autorizou uma insurreição global contra as milícias armadas em todo o território devido ao ataque de Mauboque que   |



|  |        |       |  |
|--|--------|-------|--|
|  |        |       | causou quatro mortos. Xana Gusmão também autorizou as FALINTIL para tomarem as medidas necessárias para a defesa da população civil.   |
|  |        | 5-9   | A Conferência de técnicos timorenses em Melbourne traçou linhas gerais para o desenvolvimento de Timor.  |
|  |        | 6     | Massacre na igreja de Liquiçá, resultando em 113 mortos, segundo o padre Rafael dos Santos, pároco da igreja.  |
|  |        | 16    | A Guerrilha assassinou Belarmino Lopes da Cruz, irmão do Francisco Lopes da Cruz em Tiding Botir, em Laclubar, subdistrito de Manatuto.  |
|  |        | 17    | As milícias de Aitarak e Bessi Merah Putih atacaram a casa de Manuel Carrascalão e mataram o seu filho Manuelito mais 13 pessoas segundo a Indonésia, porém fontes da casa indicam um número mais elevado. |
|  | maio   | 30    | Abílio de Araújo, líder do Movimento da 3.a via, estava convicto de que seria certa a vitória da autonomia devido ao medo do desconhecido.   |
|  | junho  | ?     | Encontro de Dare II em Jacarta com a participação da Resistência da Diáspora e de Xanana Gusmão.   |
|  |        | 11    | O Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1246 que instituiu a UNAMET (United Nations Mission in EAST Timor).   |
|  |        | ?     | Foi hasteada a bandeira da ONU no Centro de Formação BPG, diante de uma multidão.  |
|  | julho  | 22    | D. Ximenes Belo mostrou-se convicto de que os timorenses rejeitarão o pacote de autonomia alargada.  |
|  | agosto | 8     | O Referendo é adiado para 30 de agosto.  |
|  |        | 14    | Início da campanha para a consulta popular.  |
|  |        | 11    | O General Wiranto admitiu a vitória da independência. Abertura oficial da campanha para o Referendo.   |
|  |        | 15/17 | Arranque oficial da campanha do CNRT com o hastear da bandeira do CNRT na residência de Francisco Xavier Amaral, em Lecidere.  |
|  |        | 24    | Tito Baptista, presidente da coligação Frente Unida para a Autonomia (UNIF), perante 3.000 apoiantes, ameaçou com a guerra civil em caso de vitória da independência.                                      |
|  |        | 20    | Comemoração do 24.o aniversário das FALINTIL na presença de cerca de 20.000 pessoas.   |
|  |        | 30    | Dia do Referendo. 96,6% dos timorenses escolhem o futuro. 451.000 votantes escolheram o destino de Timor.  |

|  |          |    |  |
|--|----------|----|--|
|  | setembro | 4  | Divulgação dos resultados do referendo. A pró-independência ganhou com três quartos dos votos. 78,5% (344.580) votou contra a proposta da autonomia e 21,5% (94.388) votou a favor. A Independência para o território foi o resultado do Referendo.  |
|  |          | 5  | A residência episcopal do bispo de Díli foi atacada e incendiada. D. Ximenes Belo foi a Roma e informou o Papa sobre a gravidade da situação. Em Portugal manifestou-se solidariedade com o povo de Timor-Leste e pediu-se a rápida intervenção da comunidade internacional.                                   |
|  |          | 9  | O Presidente Bill Clinton pressionou a Indonésia para aceitar a força da Paz e o Pentágono suspendeu contactos militares com a Indonésia.  |
|  |          | 12 | A Indonésia aceitou a força internacional no território.   |
|  |          | 15 | Pela Resolução 1264 do Conselho de Segurança, a ONU aprovou o envio da Força Internacional para Timor-Leste (INTERFET) sob o comando australiano contando com o apoio da Austrália, do Reino Unido e de Portugal.  |
|  |          | 21 | Início da entrada da INTERFET em Timor-Leste. 2.000 homens controlam a cidade de Díli.   |
|  |          | 24 | Antes de abandonar Timor, os militares e milícias incendiaram os edifícios e quartéis.   |
|  |          | 25 | A Resolução 1272 do Conselho de Segurança das ONU criou a UNTAET. Foram assassinadas nove pessoas em Baucau pelas milícias, entre as quais um padre e uma mãe.   |
|  |          | 28 | Portugal e a Indonésia transferiram a soberania de Timor-Leste para a ONU  |
|  | outubro  | 18 | A subcomissão para Análise da Questão de Timor, criada pelo Parlamento Indonésio, aceitou os resultados do Referendo de 30 de agosto e, simultaneamente, aprovou por unanimidade a anulação do decreto-lei n.º 7-76 do Governo Indonésio de anexação de Timor, aprovado pelo Parlamento a 17 de julho de 1976. |
|  |          | 19 | Desanexação de Timor aprovada pela Assembleia Consultiva Popular da Indonésia através da anulação do Decreto que anexou o território em 1978.  |
|  |          | 31 | Os últimos militares indonésios abandonaram o território.  |
|  | dezembro | 2  | Foi criado o Conselho Consultivo Nacional Timorense (CCNT).  |

|      |           |    |  |
|------|-----------|----|--|
| 2000 | janeiro   | 4  | O General Zacky Anwar Makarim afirmou que o exército estava preparado para a onda de violência, que justifica como parte da cultura do povo indonésio. A comissão indonésia de Investigação de Abusos de Direitos Humanos confirmou a existência de um documento que ordenou a destruição do território. O General Zacky Anwar Makarim confirmou ter assinado o documento. |
|      | julho     | 14 | Abertura da Universidade Nacional Timor Loro Sa'e (UNTL)   |
|      |           | 15 | Constituição de um Governo Misto (UNTAET/Timorenses).  |
|      | agosto    | 30 | Terminou o Congresso do CNRT.  |
|      | outubro   | 23 | Criação de uma Autonomia Transitória inteiramente constituída por timorenses.  |
| 2001 | fevereiro | 1  | As FALINTIL dissolveram-se e deram lugar às FDTL.  |
|      | junho     | 7  | Extinção do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT).   |
|      | agosto    | 30 | Eleições Legislativas.   |
| 2002 | março     | 22 | Aprovação e assinatura da Constituição da República Democrática de Timor-Leste.  |
|      | abril     | 14 | Eleições presidenciais. Xanana Gusmão foi eleito Presidente.   |
|      | maio      | 20 | Restauração da Independência.  |



## **12. FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **12.1. FONTES**

A luta da guerrilha nas montanhas e no interior do país constituía um desconhecimento para o autor da tese, como também para uma grande parte da sociedade timorense. A ideia das entrevistas surgiu quando o autor da tese ainda era estudante, na Indonésia. Foi-lhe dito por um indonésio, onde o autor da tese alugou um quarto, que em Timor-Timur batalhões sofriam pesadas baixas na luta contra a guerrilha. As entrevistas foram feitas com objetivo de conhecer mais profundamente o que se passava nas montanhas com a guerrilha. A ideia concretizou-se quando o autor da tese regressou para Timor. Todas as entrevistas foram presenciais, gravadas e compiladas no livro com o título *Vozes da Resistência Timorense*, editado pela Editora Thesaurus, em Brasília. Os entrevistados era pessoas que estavam diretamente ligadas com a luta armada ou diretamente ligadas com a guerrilha.

#### **12.1.1. FONTES ORAIS**

São constituídas pelas entrevistas orais feitas pelo autor da tese a 26 pessoas: guerrilheiros, padres, clandestinos, prisioneiros e apoiantes da causa timorense, assim divididos segundo as seguintes temáticas: golpe, contra-golpe e invasão; resistência na base de apoio no monte Matebian e Clandestinidade. Todas as entrevistas estão transcritas no livro *Vozes da Resistência Timorense*, editado pela Editora Thesaurus, Brasília, 2013.

#### **ENTREVISTAS SOBRE A TEMÁTICA: GOLPE, CONTRA-GOLPE E INVASÃO**

As entrevistas sobre a Temática Golpe, Contra-Golpe e Invasão foram feitas às seguintes personagens:

- Francisco Xavier dos Reis Amaral, Proclamador da República Democrática de Timor-Leste, feita na sua Residência e Dili, no mês de Junho de 2008;
- Padre João de Deus, missionário português, feita em Quelecai, no dia 15 de Janeiro de 2009;
- Comandante André Viegas, conhecido por André Buic, na Universidade Nacional de Timor-Leste, no dia 17 de Setembro de 2009;
- Comandante Cândido Maria Alves, de pseudónimo Mau Kiak/Tafui, feita no Instituto de Formação Contínua de Professores, em Dili, no dia 24 de Abril de 2008;
- Padre Leugio Locatelli, Salesiano, na Residência dos padres salesianos, em Comoro, Dili em 2008;
- Irmão, Baltazar, Salesiano, na Residência dos padres salesianos. em Comoro, Dili, em 2008;
- Senhora Elisa Martins, no Instituto de Formação Contínua de Professores, em Dili, no dia 22 de Junho de 2008;

- Virgílio Simith, de pseudónimo Cranik, feita no Ministério de Educação e Cultura, em Dili, no dia 15 de Abril de 2008.

#### **ENTREVISTAS SOBRE A TEMÁTICA: RESISTÊNCIA NA BASE DE APOIO NO MONTE MATEBIAN**

- Foram realizadas às seguintes entidades, que constituem testemunhos diretos e indiretos.
- José Parada,, conhecido por Zeca Parada, com o pseudónimo da guerra Mau Sela, feita na Universidade Nacional de Timor Loro Sa'e, no dia 28 de Abril de 2008;
- Filomeno do Rego Guterres, com o pseudónimo de Loy Kay-Phil, feita na Universidade Nacional de Timor Loro Sa'e, em Dili, no mês de Abril de 2008;
- Sr. Samuel da Costa, de pseudónimo Sirikei, no mês de Junho de 2008, no Instituto de Formação Contínua de Professores em Dili;
- Paulo Soares Amaral, de pseudónimo Mau Kiak, feita na Universidade Nacional de Timor Loro Sa'e, em Dili, no ano de 2008;
- Germano Xavier, de pseudónimo Mau Lemo, na Universidade Nacional de Timor Loro Sa'e, em Dili, no ano de 2008; Aquilino Ximenes, no Ministério de Educação e Cultura, no dia 3 de Março de 2008;

#### **ENTREVISTAS SOBRE A TEMÁTICA: ACTIVIDADE DA CLANDESTINIDADE**

Foram realizadas às seguintes personalidades:

- Gilman dos Santos, feita na sua residência particular, em Taibessi, Dili no mês de fevereiro de 2008;
- Padre Francisco Barreto, na Câmara Eclesiástica em Lecidere, Dili no dia 20 de fevereiro do ano de 2008; Henrique Belmiro da Costa, de pseudónimo Lelo Sa'e, na Universidade Nacional de Timor Loro Sa'e, no dia 30 de maio de 2008; Acácio de Jesus Bernardino, feita no Instituto de Formação Contínua de Professores, em Dili, no dia 12 de Abril de 2008;
- António Tomás do Amaral da Costa, de pseudónimo Ai Tahan Matak, feita no Instituto de Formação Contínua de Professores, em Dili, no dia 12 de Agosto de 2008;
- Padre Rafael dos Santos, no Colégio Escola Paulo Sexto, em Dili, no dia 26 de Fevereiro de 2008;
- Carlos Alberto Xavier Pereira, de pseudónimo *Laku Mean*, feita no Hotel Reinassance – S. Paulo, Brasil, nos dias 4 e 5 de Março de 2010;
- Tomás Cabral, feita no Hotel Alvorada, Brasília, no dia 7 e Abril de 2011;
- Vidal de Jesus, de pseudónimo Riak Leman, na Universidade Nacional de Timor Loro Sa'e, no mês de Junho de 2008.

## **12.1.2. FONTES ESCRITAS**

Embora existam várias fontes escritas, porém mencionamos os livros a seguir como fontes escritas importantes de autores que estiveram diretamente envolvidos na causa timorense.

### **LIVRO: *TIMOR-LESTE: UM POVO UMA PÁTRIA, DE XANANA GUSMÃO***

O livro é composto por cartas e mensagens. É fundamental para compreender a organização da guerrilha e os problemas que surgiam no seio da guerrilha. Salientamos os seguintes documentos aqui publicados:

- Mensagem de 7 de dezembro de 1987, que trata da viragem ideológica;
- Carta de Xanana Gusmão ao Deputado Miguel Anacoreta Correia, do dia 29 de fevereiro de 1988, criticando o governo português pela frieza na condução da sua política sobre Timor;
- Carta a um responsável da Frente Clandestina, de agosto de 1990, que esclarece sobre o Reajustamento Estrutural da Resistência;
- Carta de Xanana Gusmão, de Timor Leste, sem data, que descreve a Chefia da Luta;
- Carta do Bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo ao Secretário Geral das Nações Unidas, Perez de Celular, em 1980, a pedir o Referendo para o povo timorense;

### **LIVRO: *TIMOR ANTES DO FUTURO, DE MÁRIO VIEGAS CARRASCALÃO***

O Livro é de um nacionalista timorense, embora governador da Indonésia. Fala de vários assuntos relacionados com a causa timorense entre eles:

- A fundação dos partidos políticos;
- Comunicado conjunto da coligação UDT-FRETILIN, 22 de janeiro de 1975;
- Exigências e Movimento Anticomunista (MAC);
- Declaração do Governo Indonésio face à situação caótica em Timor-Leste;
- Duas Cartas de Kay Rala Xanana Gusmão ao Governador de Timor, Mário Viegas Carrascalão (24-12-1982), sobre os princípios da luta e os desentendimentos entre os Partidos UDT-FRETILIN e a luta da guerrilha;
- Carta do Governador Mário Carrascalão em resposta à de Xanana Gusmão, em 2 de fevereiro de 1983;
- 2ª Carta de Xanana a Mário Viegas Carrascalão, com a data de 4 de maio de 1983;
- Mensagem do Xanana Gusmão aos Padres, solicitando o apoio à justiça e agradecendo a solidariedade da Igreja ao povo, de 17 de junho de 1986;
- Uma carta à sua irmã Felismina, de caráter familiar, em que Xanana Gusmão declara que a FRETILIN quis implantar o Comunismo em Timor-Leste; fala sobre o princípio da luta e como

responsável de uma zona onde se deram grandes conflitos e também da morte de um Tio de Xanana Gusmão, Fernando de Sousa, e de outros camaradas que não aceitaram a ideologia comunista.

### 12.1.3. OUTRAS FONTES

ARAÚJO, Amaro Loyola Jordão de, *Memorandum do Célebre Massacre de Uatulari e Uatu Carabau ocorrido em 7 de junho de 1959* na Circunscrição de Viqueque, Angola, Colónia Penal de Bié, 21 de Abril de 1960. (Fontes)

BELO, Carlos Filipe Ximenes (2009), *A Revolta de 1959 em Viqueque, Uatulari e Uato-Carbau*, 5 de Junho de 2009. Consultável em: <http://uatolariidadeit.wordpress.com/2011/06/04/a-revolta-de-1959-em-viqueque-wato>, Arquivo consultado em 13 de outubro de 2011.

BELO, Carlos Filipe Ximenes, (1986), *Carta escrita ao autor da Tese sobre o encontro entre o Bispo da Diocese de Díli com a Guerrilha Timorense, realizado no dia 25 de abril de 1986*.

BELO, Carlos Filipe Ximenes (1993), *Jornal, O Estado de S. Paulo* de 28 /10/1996  
Ximenes Belo Incomoda Vaticano, 11/2/1993, p.93

BRANDÃO, Carlos Cal (1946), *Funô, Guerra em Timor*, Lisboa, Perspectivas e realidades, [Porto]: Edições «aov».

*A Questão de Timor Oriental, A Chamada Declaração de Balibó e outras falácias da Indonésia*, apresentado nas Jornadas por Timor, Porto, 1997, disponível em: WIN95\Desktop\internetdomolivhistudt.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2000), *Os Vinte e Cinco Anos da “Questão de Timor-Leste” no Parlamento Nacional Volume I*, Lisboa, Assembleia da República, Divisão de Edições.

ADMIIISTRAÇÃO Republicana da Colónia, Capítulo 4 (1910-1930).

CARRASCALÃO, Mário (2006), *Timor Antes do Futuro*, Díli, Mau Huran.

CHEGA! The final reporto of the Timor-Leste Comission for Reception, Truth and Reconciliation (CAVR) – Jakarta KPG IN COOPERATION WITH STP-CAVR, 2013.

CINATI, Rui (2013), *Timor-Amor*, Rio de Janeiro, Griphus Editora.

COMISSÃO para Acolhimento, Verdade e Reconciliação, (CAVR), *Relatório Final da Comissão de Timor-Leste para Acolhimento, Verdade e Reconciliação* (2001), Jakarta, PT. Gramedia.

COMISSÃO de Verdade e Amizade Indonésia - Timor - Leste (2008), *Relatório Final Comissão de Verdade e Amizade Per Memoriam ad Spem*, Bali, Denpasar.

COMISSÃO para Acolhimento, Verdade e Reconciliação, (CAVR) (2001) *Relatório Final da Comissão de Timor-Leste para Acolhimento, Verdade e Reconciliação*, Capítulo 3: História do Conflito, Jakarta, PT. Gramedia, consultável: [www.dhnet.org.br/mundo/timor](http://www.dhnet.org.br/mundo/timor).

COMISSÃO para Acolhimento, Verdade e Reconciliação, (CAVR), (2001) *Relatório Final da Comissão de Timor-Leste para Acolhimento, Verdade e Reconciliação*, Capítulo 5: Resistência: Estrutura e Estratégia, Jakarta, PT. Gramedia, consultável: [pdf. www.dhnet.org.br.mundo.timor](http://pdf.www.dhnet.org.br/mundo/timor).



COMISSÃO para Acolhimento, Verdade e Reconciliação, (CAVR), Relatório Final da para COMISSÃO para Acolhimento, Verdade e Reconciliação, Jakarta, PT. Gramedia, 2001 Subcapítulo 7.2.. Mortes ilícitas e desaparecimentos forçados consultável: [www.dhnet.org.br/verdade/mundo/timor/07\\_e\\_mortes-ilicitas\\_e\\_desaparecimentos\\_forcados.pdf](http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/timor/07_e_mortes-ilicitas_e_desaparecimentos_forcados.pdf)

CORRÊA, Armando Pinto (1934), *Gentio de Timor*, Lisboa, Imprensa Lucas & C.<sup>a</sup>

COSTA, Luís da (2009), *Borja da Costa*, Seleção, LIDEL Edições Técnicas, Lda, Lisboa.

COSTA, Manuel Cárceres da (2010), *26 anos, um testemunho*, Dili, C.V. Sylvia.

FELGUEIRAS, João SJ, Martins, José Alves SJ (2006), *Nossas Memórias de Vida em Timor*, Braga, Editorial A.O.

GOMES, Adelino, *Jornal Público*, 2005.

GUEVARA, Che (1980), *Obras de Che Guevara, Textos Políticos*, Centro Editorial Latino Americano, São Paulo.

GUEVARA, Che (1980) *Textos Económicos*, Centro Editorial Latino Americano, São Paulo

GUSMÃO, Kay Rala Xanana (1984), *Timor Leste: Um Povo, Uma Pátria*. Lisboa, Edição Colibri

GUSMÃO, Kay Rala Xanana (1999), CNRT – Falintil – CONFIDENCIAL, Aos Companheiros membros da CPN/CNRT em Díli, Cipinang, 24 de Janeiro de 1999

HORTA, José-Ramos, (2011), *Discursos e Intervenções*, Volume Edição Plurilíngue, Lide Edições Técnicas, Lda, Lisboa,

KLINKEN, Helen van, (2014), *Anak-anak Tim-Tim di Indonesia, Sebuah Cermin Masa Kelam*. Jakarta, KPG - Kepustakaan Populer Gramedia,

KUNTARI CM Rien (2008), *Timor Timur Satu Menit Terakhir*, Milan Pustaka, Bandung

MAGALHÃES, António Barbedo (1997), *Descolonização de Ensino em Timor, um projecto que intervenção Indonésia matou à nascença*, Porto, Universidade do Porto.

MAKARIN, Zacky Anwar, Kairupah Glenny, Sugianto Andreas. Fatah Ibnu (2003), *Hari-Hari Terakhir Timor-Timur, Sebuah Kisah*, Jakarta, Sportif Media Informasindo.

MALCON, Allison H, *El império tala socrático malayo de Srivijaya* via, Cinabrio blog, (2013), Consultável em: [Cinabrio Blog, Article-el-império talasocratico-malayo-Srivijaya-de-s- cinabrio blog](http://Cinabrio Blog, Article-el-império talasocratico-malayo-Srivijaya-de-s- cinabrio blog).

MARTINS, José Alves, SJ, (2014), *Da Cruz ao Sol Nascente*, Braga, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração.

MONDLANE, Eduardo (1955). *Lutar por Moçambique*, Maputo: Coleção Nosso Chão

MONSEM, Richard D. (1969), “*Timor – Uma Tranquila Província Portuguesa*” The Geographical Magazine, edição de Julho de 1969

PANJAITAN, Sintong (2009) *Perjalanan Seorang Prajurit Para Komando*. Penerbit Buku Kompas, Indonesia,.

PANORAMA, (1966), *Atual e Perspectivas Futuras do Ensino na Província Portuguesa de Timor*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa

PIRES, Mário Lemos (1981), *I Relatório do Governo de Timor (Período de 13 de novembro de 1974 a 7 de dezembro de 1975)*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros,

Pinto, Constâncio (1997). *East Timor's Unfinished Struggle: inside the Timorese Resistance*. Boston: South End Press.

PIRES, Mário Lemos (1991), *Descolonização de Timor Missão Impossível?*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

PIRES, Paulo (2013), *Timor Labirinto da Descolonização*, Lisboa, Edições Colibri.

POLRI Daerah Nusa Tenggara, Wilayah Timor-Timur – Pro Justitia, Sampul Berkas Perkara No. Pol. : BP/07/XII/1991, SERSE

POUR, Julius, (2007), *BENNY Tragedy Seorang Loyalis*, Jakarta, KATTA Penerbit.

REVOLTA, Bobby (2017), *Operasi Seroja, Di Timor-Timur Dahulu Kami Berjuang untuk Negara, Sebuah Kisah dari Kolonel Infantri (Pur) Michael Roderick Ronny Muaya*, Yogyakarta, Editor Matapadi Pressindo

RISCADO A. Francisco Brigadeiro, Paula Vicente Tenente-coronel Melo João Goulão de, Major e Pacorelli C.S. Capitão Tenente (1981), *Relatório da Comissão de Análise e esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor I, II*, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa.

RUAK, Taur Matan (2017) *Ser Livre é ser capaz de dizer não, Um relatório sobre o debate construtivo da nação*, Díli, Timor Editora, Lda.

SAKY, Carlos da Silva L.F.R., (2013), *Iha Luta Libertasaun Timor-Lorosa'e - Antes Sem Título do que Sem Pátria*, Díli, Editora RENETIL.

SAARA OCIDENTAL INFORMAÇÃO: O conflito do Sahara-aapsocidental.blogspot.com/2016/04/o-conflito-do-sahara-ocidental-situação.html. Arquivo consultado em maio de 2017.

SOARES, Abílio Osório, (1995) *Forum Keadilan*, n.º 24, Tahun III, 16 Maret, Gramedia,

SOEKANTO (1976), *Integrasi Kebulatan Tekad Rakyat Timor-Timur*, Jakarta, Yayasan Parikesit.

SOUSA, Domingos Francisco de Jesus de (2003), *OLOBAI 75*, Gráfica da Diocese de Baucau.

SOUSA, Domingos Francisco de Jesus de (2010), *História da Resistência Timorese*, Editora Thesaurus, Brasília.

SOUSA, Domingos Francisco de Jesus de (2013), *Vozes da Resistência Timorese*, Brasília, Thesaurus.

SUBROTO, Hendro, *Operasi Flamboyan, Garuda Militar, Dokumentasi Militer*, consultável no: <https://garuda.militer.blogspot.com>. Arquivo consultado no dia 29 de março, 2012.

SURATMAN, Tono (2002), *Untuk Negaraku*, Save M. Dangun, Jakart Pustaka Sinar Hrapan.

TSÉ-TUNG, Mao (1952), *Obras escolhidas de Mao Tsé-Tung*, Pequim, Edições do Povo,.

TZU, Sun, (2008), *A Arte da Guerra*, Os 13 Capítulos Originais, S. Paulo, Clio Editora,

WINARDI, A. (2015), *Satu peluruh satu mush jatuh, Tatang Koswara sier kelas dunia*, Jakarta, Kompas, Penerbit Buku.

WIRANTO (2002). *Selamat Jalan Timor-Timur Pergulatan Menguak Kebenaran*, Jakarta, Institute for Democracy of Indonesia.

## 12.2. BIBLIOGRAFIA

AARONS, Mark and Robert Domm, (1992), *East Timor: a western made tragedy Sydney*: Left Book Club, 1992.

ABENG, Tanri, *66 HARI Bersama Soeharto, Detik-Detik Terakhir Pengunduran Diri*, Penerbit PT Elex Media Komputindo, Kompas Gramedia, 2016.

ABREU, Paradela de (1997), *TIMOR – A Verdade Histórica*, Venda Nova. Luso- Dinastia.

ACÁCIO, Manuel (2006), *A última bala é a minha vitória, A História Secreta da Resistência Timorese*, Oficina do Livro – Sociedade Editorial, Lda.

AMAL, Teresa (2005), *Sete Mulheres de Timor, Feto Timor Nain Hitu*, (IPJ) Instituto Português da Juventude.

ANDERSON, Benedict (2008). *Comunidades Imaginadas, reflexos sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, S. Paulo (edição original de 1991).

ANDERSON, Benedict (2001), “*Imagining East Timor*”, *Lusotopie*, n.º 8, “Timor Les défis de l'indépendance”, pp. 233-239.

ANÓNIMO HISTÓRIA, 7. O Acordo de Madrid, disponível em: <http://www.arso.org/hist7-p.htm>.

ARON, Raymond (1984), *Politics and History*, New Jersey, Transaction Books (edição original de) 1978.

ATLAS DE TIMOR-LESTE, Faculdade de Arquitetura – Universidade Técnica de Lisboa, Gertil, Grupo de Estudos de Reconstrução de Timor-Leste, Lisboa, Lidel, 2003.

ATTA, D. Van, e Toohey, (1983), *The Timor Papers*, *National Times* Australia 30 de maio e 6 de Junho, 1983.

BALDUINO, Iara Ferreira de Sena (2015), *A Disputa pelo Território do Sahara Ocidental e os refugiados Saharais dos Campos de Tindouf*, Brasília, Universidade de Brasília, 2015.

BARATA, Filipe Themudo (1998), *Timor Contemporâneo, Da primeira ameaça da Indonésia ao nascer de uma nação*, Lisboa, Equilíbrio Editorial, Lda.

BARROS, José d'Assunção (2011), *Teoria da História, Volume I* – Petrópolis: RJ, Vozes.

BARROS, José d'Assunção (2011), *Teoria de História, Volume II* – Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.

- BELO, Carlos Filipe Ximenes, (2011), *Os Antigos Reinos de Timor-Leste, (Reys de Lorosay e Reys de Lorotoba, Coronéis e Dados*, Baucau, Edição Tipografia Diocesana Baucau,
- BELO, Carlos Filipe Ximenes, (2014) *Díli, a cidade que não era*, Porto, Porto Editora,
- BENJAMIN, Walter, (2011) *Magia e Técnica, Arte e Política, Ensaios sobre Literatura e História da Cultura*, Obras Escolhidas Volume I, S. Paulo, Editora Brasiliense.
- BESSA, Carlos, (1992) *A Libertação de Timor na II Guerra Mundial, Importância dos Açores para os Estados Unidos*, Lisboa, Subsídios Históricos.
- BRITISH Library Cataloguing-in-Publication Data, Generation of RESISTANCE, EAST TIMOR, University Press, Cambridge, 1995.
- BURKE, Peter (2002), *História e Teoria Social*, S. Paulo, Fundação Editora de UNESP.
- BURNER, Fred, Saara ocidental: o conflito que ninguém quer resolver? <http://octopedia.blogspot.com/2010/11/saara-ocidental-o-conflito-que-ninguem.html>, 2010
- CABAÇO, José Luís (2009), *Moçambique – Identidade, Colonialismo e Libertação*. S. Paulo, UNESP.
- CADIOU, François, Coulomb, Clarisse, Anne Lemond e Yves Santamaria (2007), *Como se faz história, Historiografia, Método e Pesquisa*, Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- CARDOSO, António Monteiro (2007), *Timor na II Guerra Mundial, O Diário do Tenente Pires*, Lisboa, CEHCP-ISCTE.
- CARNEIRO, Deivy Ferreira (2004), *Conflitos, Crimes e Resistência: uma análise dos alemães e Teuto-Descendentes através de Processos Criminais (Juiz de Fora- 1858-1921)*, Dissertação (Mestrado em História) – Instituto Federal de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- CARRASCALÃO, Maria Ângela (2002), *Timor, Os Anos da Resistência*, Mensagem – Queluz, Serviço de Recursos Editoriais, Lda.
- CARRASCALÃO, Maria Ângela (2012), *Taur Matan Ruak, A Vida pela Independência*, Lisboa, Lidel.
- CASTELO, Cláudia (1998), *O Modo Português de Estar no Mundo, O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento.
- CASTELLS, Manuel (2010), *O Poder da Identidade*, Volume II, S. Paulo, Editora Paz e Terra.
- CENTENO, Rui M. S. e Rui Alexandre Novais (2006), *Timor-Leste da Nação ao Estado*, Porto, Afrontamento.
- CHRISTELLO, J. Chrys (1999) (1976, 1992, 1998), *Timor-Leste: 1973-1975, O Dossiê Secreto (Para as Lendas e Memórias de Timor-Leste)*, Porto, Porto Editora.
- CUNHA, João Solano Carneiro da (2001). *A questão de Timor-Leste: origens e evolução*, Instituto do Rio Branco Fundação Alexandre de Gusmão Centro de Estudos Estratégicos, Brasília.

- DEPONTI, Cidónea Machado, *Sérgio Scheider, Grupo Organizado do Lar (GOL): um espaço de liberdade e de Resistência Camponesa*. Consultável em: [www.sbsociologia.com.br](http://www.sbsociologia.com.br) no dia 18 de maio de 2018
- DOSSE, François (2003), *A História*, EDUSC, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração.
- DUARTE, Tito (2006), *Timor: Aquela ilha par além do fim...do fim*, Memórias do Tito Duarte (1953-1975), Passos de Cor, Artes Gráficas e Design Lda.
- DUNN, James (1996), *Timor – A people betrayed*, ABC Books for the Australian Broadcasting Corporation.
- ENCICLONET 3.0 Enciclonet 3.0 – *Reino de Majapahit (1300-1520)* – Consultável em: <http://www.encyclonet.com/articulo/majapahit-reino-de>. (sem data).
- EDER, der Sader (Org.) (2011), *Che Guevara Política*, São Paulo.
- FANON, Frantz (1963), *Los Condenados de la tierra*, Estudos Post Coloniales, Fondo de la Cultura económica, México.
- FEIJÓ, Rui Graça (2016), *Timor-Leste Colonialismo*, Descolonização, Lusutopia, Porto, Edições Afrontamento.
- FELGAS, A. Hélio Esteves (1956), *Subsídios para a História de Timor*, Lisboa, Agência do Ultramar, Divisão de Publicações e Bibliotecas.
- FERNANDES, Moisés da Silva (2005), *Política da Indonésia em relação ao Timor Português, 1960-1964, Um caso de Irredentismo contido?* Lisboa, Instituto de Ciência Sociais da Universidade de Lisboa.
- FERNANDES, Moisés da Silva (2006), “Timor-Português na Política Externa de Suharto: o Regresso ao Status Quo Ante, 1965-1974”, *Negócios Estrangeiros*, 9.1 março de 2006.
- FERNANDES, Moisés da Silva (2003), “Timor nas relações luso-australianos, as diligências de Menzies junto de Salazar para conceder autogoverno a Timor, 1961-1964”, *Revista Oriente*, 5, pp. 15-23.
- FIGUEIREDO, Fernando Augusto de (2004), *TIMOR. A Presença Portuguesa (1769-1945)*, Universidade do Porto, Faculdade de Letras.
- FIGUEIREDO, Fernando Augusto de (2009), “Timor, *A Presença Portuguesa (1769-1945): Aspectos e implicações do relacionamento com Austrália*”, *Negócios Estrangeiros*, n.º 14, abril de 2009.
- FONSECA, Rui Brito da (2014), *TIMOR, Em Memória de Augusto César da Costa Mouzinho, vice presidente da UDT. Herói Esquecido*, Litogaia – Arte Gráficas, Lda.
- FONSECA, Manuel (2016), *O pequeno livro vermelho, violência, fome, e reeducação na China de Mao*, Lisboa, Editora Guerra & Paz Editores, S.A.
- FOUCAULT, Michel (2012) *Microfísica do Poder*, S.Paulo Edição Graal, Ltda., São Paulo (edição original de 1979).

- FREIRE, Paulo (2005), *Pedagogia do Oprimido*, (42.<sup>a</sup> edição), São Paulo: Paz e Terra Ltda., 2010.
- GINZBURHG, Carlo (1989)), *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GUSMÃO, Martinho Germano da Silva (2018), Antologia de Textos para uma “autobiografia” intelectual de Nicolau dos Reis Lobato, sabemos, e podemos, e devemos vencer!” Penerbit DIOMA – Malang.
- HALL, Stuart (1998), *Culture, Media, Language*, Londres, Hutchinson University Library.
- HALL, Stuart (1998), *A Identidade cultural na pós-modernidade*, Rio de Janeiro, Editora DP & A.
- HAMUDI, Aluat (2013), *Saara Ocidental: o conflito territorial mais longo e mais esquecido da África*. Disponível na Internet via Pambazuka News/voices from Freedom and Justice <https://www.pambazuka.org/pt/governance/sahara-ocidental-o-conflito-territorial-mais-longo-e-mais-esquecido-da-africa>. Arquivo consultado em 19 de março de 2018.
- HAYEK, A. Friedrich (2010), *O Caminho da Servidão*, São Paulo, Institute Ludwig von Mises Brasil.
- HICKS, David (1985), *Roh orang Tetum di Timor Timor*, Jakarta, Pustaka Sinar Harapan.
- HILL, Mary Helen (2000), *Gerakan Pembebasan Nasional Timor Lorosae*, Yayasan Hank & Sahe Institute for Liberation, Díli.
- HOBSBAWN, Eric J. (1990) *Nações e Nacionalismo desde 1780*, Paz e Terra, São Paulo.
- HOBSBAWN, Eric J, (2010), *Escritos sobre a História*, Lisboa, Relógio d’Água Editores.
- KLERK Clark and Abrahan Siegel (1954), “*The Inter-Industry Propensity to Strike: An International Comparison*”, in *Industry Conflict*, edited by Arthur Kornhauser *et al.* New York: McGraw-Hill.
- KOHEN, Arnold S. (1999) *Por Timor*, Biografia de D. Ximenes Belo, Lisboa, Editorial Notícias.
- KOSELLECK, Reinhart (2006), *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos termos Históricos*, Rio de Janeiro: Editora PUC.
- KRIGR, Heike (1997), *East Timor and the International community: Basic documents*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins & Mello, Maria Thereza Negrão de (orgs) (2008), *Os espaços da história cultural*, Brasília, Edição Paralelo 15, Sobradinha.
- LIMA, Henrique Espada (2006), *A micro-história italiana; escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LIMA, Fernando (2002), *Timor – Da guerra do Pacífico a Desanexação Macau*, Instituto Internacional de Macau.
- LIWE, Amélia Joan (2010), Remembering Permesta, consultável em: [www.insideindonesia.org/remebering-permesta](http://www.insideindonesia.org/remebering-permesta),
- LOPES, Carlos da Silva (1996), Perspectivas para o Futuro de Timor-Leste, O Papel de Juventude Timorense no Timor-Leste Independente, Conferência Internacional sobre Timor-Leste, Sydney 21-

- 27 de Junho de 1996, Documento da Resistência Timorese (DRT), Consultável em [http://amrtimor.org/docs/visualizador.php?bd=documentos&nome\\_da\\_pasta=07153&numero\\_da\\_pagina=1](http://amrtimor.org/docs/visualizador.php?bd=documentos&nome_da_pasta=07153&numero_da_pagina=1)
- LOUSADA, Abílio Pires, Oliveira Antonio José, Afonso Carlos Dias (2015), *A Luta Armada Timorese, na Resistência à Ocupação (1975-1999)*, sl.TH Tribuna,
- MAGALHÃES, António Barbedo (2007). *Timor-Leste. Interesses Internacionais e Actores-Locais*”, Porto, Edições Afrontamento.
- MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, S. Paulo, Editora Paz e Terra S/A Coleção Leitura, 2009.
- MARQUES, Rui (2005), *Timor-Leste, O Agendamento Mediático*, Porto, Porto Editora.
- MARTIN, Ian (2001), *Autodeterminação em Timor-Leste, As Nações Unidas, o voto de intervenção internacional*, Lisboa, Quetzal Editores.
- MATTOSO, José (2005) *A Dignidade – Konis Santana e a Resistência Timorese*. Lisboa.
- MENDES, Canas (2005). *Como Nasceu Timor-Leste? Nacionalismo, Estado e Construção Nacional*, CEPESA.
- Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático.
- MENEZES, Francisco Xavier de (2006), *Encontro de Culturas em Timor-Português*, Díli, Edição Crocodilo Azul.
- METHEN, B. W. Hodder (1968), *Desenvolvimento econômico nos Trópicos*,
- MOREIRA, Adriano, (1976) *O Drama de Timor*, Relatório da O.N.U. sobre a Descolonização, Publicação do
- Departamento de Assuntos Políticos, administração Fiduciária e Descolonização das Nações Unidas, Número 7.
- Agosto, s.l.
- NASCIMENTO, D. Basílio do, Bispo da Diocese de Baucau, ITE – Seminário da Diocese de Díli, Edição: 02/juho 2015, 500 anos de Evangelização, *Circunstancia Funu Ajuda Tebes Evolução Fé Cristã iha Timor 97%*;
- NETO, Sónia (2012), *Memórias de Dez anos de independência*, Brussels
- NUNES, José Walter (2005), *Patrimónios Subterrâneos em Brasília*, São Paulo, Anablume Editora.
- OLIVEIRA, Luna de (2004), *TIMOR na História de Portugal, Volume I, Fundação Oriente*, Lisboa.
- OLIVEIRA, Luna de (2004), *TIMOR na História de Portugal, Volume II, Fundação Oriente*, Lisboa.
- PENNA, Filho, Pio (2010), *A difícil e Esquecida Questão do Sahara Ocidental*. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.

- PÉLISSIER, René (2007), *Timor em Guerra. A Conquista Portuguesa – 1847-1913*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda.
- RAMONET, Ignacio (2006) Fidel de Castro, São Paulo, Boitempo Editorial, 2006
- RÉMON, René (2003), *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Gertúlio Vargas.
- RENAN, Ernest (1997), *Qu'est-ce que' une nation?*sal., Mille et une nuits. *Revista Forum Keadilan*, n.º 24, Tahun III, 16 Maret 1995.
- RICOEUR, Paul (2010), *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo, Ed. Unicamp.
- ROCHA, Carlos Vieira da (1994), *Timor Ocupação Japonesa Durante a Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência.
- RODRIGUES, Aroldo (1969), *Efeitos de Reatância Psicológica e Redução ao de Dissonância sob Diferentes Condições de Liberdade e Escolha*, Biblioteca Digital, [tg.v.br/ojs/index.php/abpa/article/view/16303](http://tg.v.br/ojs/index.php/abpa/article/view/16303),
- RUAS, Joana (2015). *Os Timorenses – 1973-1980*, sl. Sextante Editora.
- RUSEN, Jorn (2001), *Razão Histórica, Teorias da História: os fundamentos da ciência histórica*, Volume I: Brasília, Editora UNB.
- RUSEN, Jorn (2001), *Reconstrução do Passado, Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*, Volume II, Brasília, Editora UNB.
- RUSEN, Jorn (2001), *História Viva, Teorias da História III: formas e funções do conhecimento histórico*, Volume III: Brasília, Editora UNB.
- SANTOS, Armando Alexandre dos, Opinião: *Pierre Bourdieu descreve “A ilusão biográfica”* publicado em 31 de outubro de 2014. Consultável em: <http://niteroiurgente.com/opoiniao/opinio-pierre-bourdieu-descreve-ilusao-biografica>, 2014
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003), *Reconhecer para Libertar. Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- SARMENTO, Domingos, *Reflexão, A arte de conviver com o inimigo*. Consultável em : <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=675>.
- SCOTT, James C. (1987), *Domination and the Arts of Resistance*, Hidden Tanscripts, Yale University Press, New Haven and London.
- SCOTT, James C. (1985), *Weapons of the Weak, Everyday Forms of Peasant Resistance*, Yale University Press, New Haven and London.
- SCHWARZ, Adam (1999), *A Nation in Waiting: Indonesia's Search for Stability*, St. Leonards, NSW, Allen & Unwin,
- SEIXAS, Paulo Castro (1987), *Timor-Leste: Viagens, Transições, Mediações*, Edições Universidade Fernando Pessoa.



- SEIXAS, Paulo Castro e Aone Engelelnhoven (orgs) (2006), *Diversidades Culturais na Construção da Nação e do Estado em TIMOR-LESTE*, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.
- SHUYUN, Sun (2006), *The Long March*. London: Harpper Press An Imprint of Harper Collins Publishers.
- SINGH, Bilveer (1998), *Timor-Timur, Indonesia dan Dunia: Mitos Dan Kenyataan – PT*. Citra Kharisma Bunda, Jakarta.
- SISMOWIHARDJ (1999), *Xanana Gusmão, Timor-Leste Merdeka, Indonesia Bebas*, - Editor Tri Agus S. Sisnowihardjo, Solidamor.
- SOMOMUELIJONO, Suhardi, *Menguak Konspirasi Internasional di Timor-Timur*, Lembaga Studi Advokasi Peradilan Indonesia, Jakarta, 2002.
- SURYOHARDIPROJO, Saydiman (1978), *Menghadapi Tantangan Masa Depan – Jakarta*, Gramedia.
- TAYLOR, John G. (1993), *Timor – A História Oculta*. Lisboa: Bertrand Editora.
- TARROW, Sidney (2009), *Power in Movement, Movimentos Sociais e Confronto Político*, Editora Vozes, Petrópolis.
- THOMAZ, Luís Filipe R. (1994), *De Ceuta a Timor*, Memória e Sociedade, Lisboa, DIFEL- Difusão Editorial, S.A.
- THOMAZ, Luís Filipe R (2008), *País dos Belos, Acheegas para a compreensão de Timor-Leste*, Macau, Tipografia Hung-Heng.
- THOMPSON, Edward P. (1998), *Costumes em comum*. S. Paulo, Companhia das letras.
- TIMOR *um País para o Sec. XXI*, Instituto de Altos Estudos Militares, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Lisboa, Edições Atena Lda, 2000.
- TIM BUKU TEMPO (2014), *Rahasia-Rahasia Ali Moertopo*, Jakarta, Kepustakaan Populer Gramedia.
- TIM BUKU TEMPO (2016), *Benny Murdani, yang belum terungkap* Jakarta, Kepustakaan Populer Gramedia.
- VEYNE, Paul, (1978), *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*, 4a Edição, Brasília, Editora UNB.
- VILAR, Juan B. (2011), *Franquismo y Descolonización Española en Africa*, Universidad de Murcia.
- WALDMAN, Maurício e Serrano Carlos (1997) *Brava Gente de Timor, a saga do povo maubere*. São Paulo, Xamã VM Editora e Gráfica Ltda.
- WANDELT, Ingo (2007), “Prabowo, Kopassus and East Timor, On the Hidden History of Modern Indonesian Unconventional Warfare”, in Streifeneder, Eva and Antje Missbach (eds.), *Indonesia – The Presence of the Past. A festschrift in honour of Ingrid Wessel*, Berlin, regiopectra.
- WHITE, Mathewe (2012), *Crónica da las grandes atrocidades de la História*, Buenos Aires, Editorial Paidós, SAIFCS.

ZOUBIR, Yahia H. (2001), “La Tercera via: Realpolitik frente a legalidade internacional”. *Nación Árabe* vol. 15, n.º 45.

## ***CURRICULUM VITAE***

Nome: Domingos Francisco de Jesus de Sousa

Data de Nascimento: 14 de junho de 1947 – Laleia – Manatuto, Timor-Leste

Morada Permanente: Meti-Aut – Díli – Timor-Leste

Email: sousa.franciscotl@gmail.com

Telemóvel: + 670 – 77510375

### **EXPERIÊNCIA ACADÊMICA**

1. Mestrado no Planeamento Educacional pela Universidade de Pittsburgh – Pensilvânia, Estados Unidos da América, 1988-1990.
2. Licenciatura em Ciências de Educação pelo Instituto de Educação em Sanata Dharma – Indonésia, 1980-1985.
3. Curso de Estudos Humanísticos na Faculdade de Filosofia de Braga, Portugal, 1973-1974.
4. Curso de Filosofia no Seminário Maior de Évora – Portugal, 1968-1971.
5. Escola Pré-Secundária e Secundária no Seminário Menor de Nossa Senhora de Fátima em Díli, Timor-Português, 1962-1968.
6. Escola Primária, no Colégio de D. Nun'Álvares Pereira em Soibada, Timor-Português, 1955-1962.

### **EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

#### **A. Timor-Leste Independente**

1. Assessor no Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT) em Díli, 2016 ao momento presente.
2. Assessor no Gabinete de Apoio à Presidência Rotativa (GAPR) da CPLP, em Díli, 2014-2016.
3. Vice-Reitor de Pós-Graduação na Universidade Nacional de Timor-Leste, 2007-2008.
4. Diretor-Geral do Ministério de Educação, 2000-2007.

#### **B. Regime Indonésio**

1. Professor honorário na Universidade de Timor-Loro Sa'e e do Instituto de Professores da Religião Católica, em Díli, entre 1992 e 1997.
2. Diretor do Centro Cultural, em Díli, entre 1996 e 1999.
3. Chefe Permanente de Subdivisão de Assunto de Professores da Escola Primária e Currículo da Escola Primária, no Departamento de Educação e Cultura, em Díli, entre 1976 e 1978.

#### **C. Regime Português**

1. Professor da Escola Técnica Dr. Silva Cunha e no Externato de S. José, em Díli, entre 1974 e 1975.

### **EXPERIÊNCIA POLÍTICA**

1. Membro do Conselho Nacional da Resistência Timorense – CNRT entre 1998 e 1999.
2. Presidente do FORSAREPETIL (*Forum Sarjana Pro-Referendum dan Pengembangan Timor-Leste*) Forum dos Licenciados Timorenses para o *Referendum* e Desenvolvimento de Timor-Leste, entre 1998 e 1999.
3. Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário para a República Federativa do Brasil entre 2008 e 2013.

### **OBRAS PUBLICADAS**

1. *Olobai 75* – Diário pessoal, publicado pela Gráfica Diocesana – Baucau – Timor-Leste, 2003;
2. *Colibere, Um Herói Timorense* – publicado pela Lidel – Edições Técnicas, Lda. – Portugal, 2007;
3. *Histórias da Resistência Timorense* – Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) & Forum dos Licenciados Timorenses para o Referendo e Desenvolvimento de Timor-Leste, publicado pela Editora Thesaurus – Brasília, 2010;
4. *Murmúrios da Alma Timorense* – (poesias) publicado pela Editora Thesaurus – Brasília, 2013;
5. *Vozes da Resistência Timorense* – publicado pela Editora Thesaurus – Brasília, 2013.
6. *Cortesia – Etiqueta de Boas Maneiras de como Conviver na Sociedade / Etiqueta Hahalok Di'ak Oinsá hamutk ho ema selu k iha Sociedade* – publicado pela Timor Editora – Portug

